

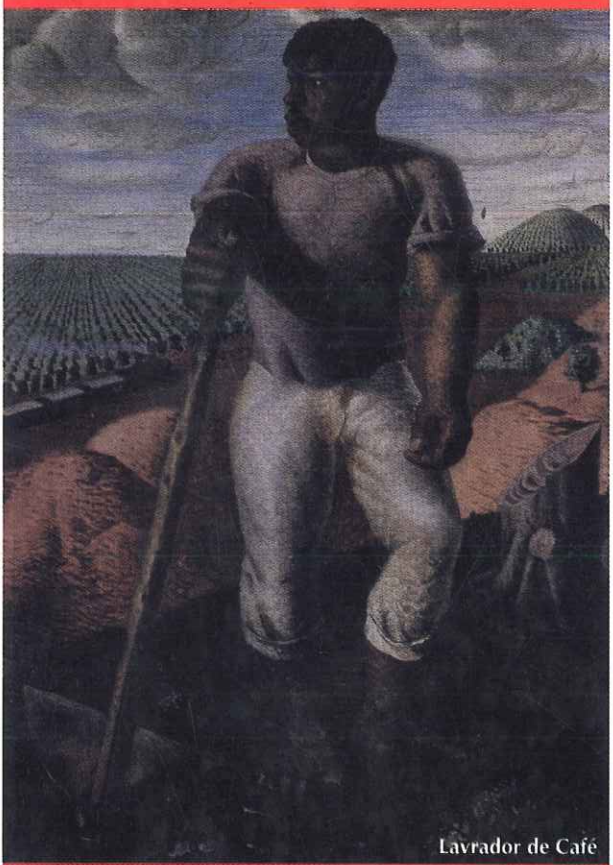








MEMORIAL

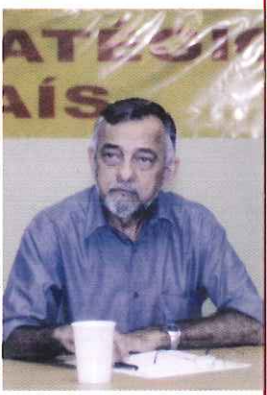


Lavrador de Café

"O socialismo não é um dogma.
O socialismo é uma civilização,
uma atitude em relação às questões mais
importantes de nossa vida.
Paz. Justiça. Igualdade. Humanismo."

Brasília, 5, 6 e 7 de dezembro de 2003











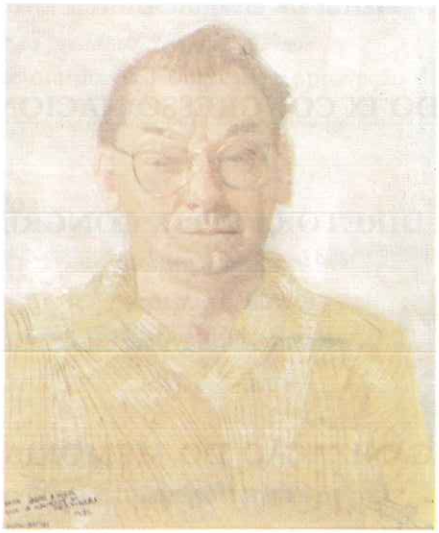

Mulheres Socialistas


Viva a Revolução Socialista!
Abaixo a Exploração Capitalista!
"DÊE - NOS UMA ORGANIZAÇÃO DE
EVOLUCIONÁRIOS E REVOLUCIONAREMOS
O MUNDO" Lênin



IX CONGRESSO NACIONAL DO PSB

Homenagem ao pintor Cândido Portinari



"Ver Portinari no trabalho é compreender instantaneamente a força popular de sua arte".

"Não, o Brasil não esqueceu Portinari. Como numa grande volta, neste momento em que a Nação é capitaneada por um Retirante, por um presidente cuja história em muito se parece com a do pintor, e cuja mente, espírito e coração - armados da esperança de todos os brasileiros - estão voltados ao resgate, à afirmação e ao fortalecimento dos mesmos valores pelos quais Portinari deu a vida, este Centenário assume a dimensão de uma grande redenção, de um emocionado abraço que a Nação dá ao pintor, ao legado assim descrito por Drummond: [...] ***A obra de Portinari atinge a beleza de um cântico auroral sobre as misérias do mundo, e particularmente de seu país.*** É testemunho e resgate [...]. Como Portinari pintou o Brasil através do fazer de sua gente, todos nos sentimos, de alguma forma, representados em sua obra."



MEMORIAL DO IX CONGRESSO NACIONAL DO PSB

MESA DIRETORA DO IX CONGRESSO:

Alexandre Cardoso
Carlos Siqueira
Renato Casagrande

ORGANIZAÇÃO DO MEMORIAL:

Carlos Siqueira

FOTOS:

Humberto Pradera

CAPA:

TC Gráfica e Editora Ltda

IMPRESSÃO:

TC Gráfica e Editora Ltda

Foto da Capa: Lavrador de Café - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

ÍNDICE

Sessão de Abertura 05

Ato político-cultural e homenagens ao jurista:
Evandro Lins e Silva e ao presidente Salvador Allende
Eleição da Mesa Diretora do IX Congresso e aprovação do Regimento Interno 07

Grupos Temáticos:

Grupo I
Políticas Estratégicas para o País 53

Grupo II
Transformando o PSB em um Partido popular 101

Grupo III
Avaliação da participação do PSB no Governo Federal 151

Grupo IV
A Questão Regional 197

Grupo V
Discussão da proposta de Reforma Política 245

Grupo VII
Estratégias do PSB para as Eleições Municipais 317

Grupo VIII
Revolução Tecnológica e a crise do Capitalismo 369

Resumo dos Grupos Temáticos 415

Moções 433

Movimento Sindical Socialista 441

Mulheres Socialistas 481

Juventude Socialista Brasileira 485

Movimento Negro Socialista 503

Reunião do Diretório Nacional
Eleição da CEN - Comissão Executiva Nacional 511

Sessão de Abertura

05 de dezembro de 2003



Mesa do Ato Político-Cultural de abertura do IX Congresso



Plenário do IX Congresso do PSB - Academia de Tênis, Brasília-DF



Eduardo Campos, Casagrande, Arraes, Alexandre Cardoso, Joilson Cardoso, Amaral e Carlos Siqueira



Casagrande, Arraes, Carlos Siqueira, Beto Albuquerque, Ana Lins e Silva, Genoíno, Renato Rabello e Alexandre Cardoso

ATO POLÍTICO-CULTURAL DE ABERTURA DO IX CONGRESSO NACIONAL DO PSB

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Convidamos para compor a Mesa: o Senador Antônio Carlos Valadares, Líder do PSB no Senado Federal; o Deputado Eduardo Campos, Líder do PSB na Câmara dos Deputados; o Presidente Nacional do Partido Comunista do Brasil, companheiro Renato Rabello; o Ministro Roberto Amaral; o Presidente representando o Partido dos Trabalhadores, José Genoíno; o Vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados, companheiro Beto Albuquerque; a filha do nosso companheiro Evandro Lins e Silva, um dos nossos homenageados, Ana Conder Lins e Silva; o Embaixador de Moçambique no Brasil, Amadeu Paulo da Conceição; a Secretária Nacional de Mulheres, Mari Machado; o companheiro Josué Freitas, novo Secretário da Juventude; o Senador Geraldo Mesquita, do Acre; o Secretário Nacional Sindical, Joilson Cardoso; o Senador João Alberto Capiberibe, do Amapá; o nosso Presidente de Honra, Dr. Jamil Haddad; a Deputada Luiza Erundina, do PSB Paulista; o Governador de Alagoas, Vice-Presidente Nacional do PSB, Ronaldo Lessa; o Conselheiro de Ciência e Tecnologia da Embaixada da China no Brasil, Dr. Mo Hongjun; o Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira, Jaime Cardoso; o Presidente do PSB do Rio de Janeiro, Deputado Alexandre Cardoso; o ex-Deputado José Antônio Almeida, membro da Executiva Nacional; o Presidente do PSB do Paraná, Severino Araújo; o Prefeito Márcio França, membro da Executiva Nacional; o companheiro Jefferson Arruda, da Executiva Nacional; o companheiro Sérgio Gaudenzi, do PSB da Bahia, membro da Executiva Nacional; o companheiro Dourado, do Acre; o companheiro Serafim Correia; o companheiro Domingos Leonelli, Presidente do PSB da Bahia; o companheiro Sérgio Novais, do PSB do Ceará; o companheiro Rodrigo Rollemberg, Presidente do PSB do Distrito Federal; o Embaixador da Argélia, Lahcène Mossaoui; o companheiro Jeovalter Correia, do PSB de Goiás; o companheiro Marco Antonio Magalhães dos Santos, do PSB do Mato Grosso; o companheiro Valmir Corrêa, Presidente do PSB do Mato Grosso do Sul; o companheiro Ademir Andrade, Presidente do PSB do Pará; o companheiro Genésio Júnior, Presidente do PSB do Piauí; o companheiro Caleb Medeiros de Oliveira, do Rio Grande do Sul; o companheiro Mauro Nazif, futuro Prefeito de Porto Velho, Presidente do PSB de Rondônia; o companheiro Josué Santos Filho, Presidente do PSB de Roraima; o companheiro Antônio Bello, do PSB de Santa Catarina; o companheiro Paulo Viana, Presidente do PSB de Sergipe; o companheiro Célio Carmo de Sousa, Presidente do PSB do Tocantins; o Deputado Federal Barbosa Neto, do PSB de Goiás; o Deputado Federal Dr. Evilásio, do PSB de São Paulo; o Deputado Federal Ribamar Alves, do PSB de São Paulo; o Deputado Federal Givaldo Carimbão, do PSB de Alagoas; o

Deputado Federal Gonzaga Patriota, do PSB de Pernambuco; Deputado Federal Hamilton Casara, do PSB de Rondônia; o Deputado Federal Isaías Silvestre, do PSB de Minas Gerais; a Deputada Federal Janete Capiberibe, do PSB do Amapá; o Deputado Federal, Lavoisier Maia, do PSB de Rondônia; o Deputado Federal Luciano Leitoa, do PSB do Maranhão; o Deputado Jurandir Bóia, do PSB de Alagoas; o Deputado Múcio Sá, do PSB do Rio Grande do Norte; o Deputado Francisco Olímpio, do PSB de Pernambuco; o Deputado Paulo Baltazar, do PSB do Rio de Janeiro; o Presidente da FINEP, Sérgio Rezende; e o companheiro Antonio César Callegari, Secretário-Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia; a companheira Nadja Palitot, do PSB da Paraíba; e o Dr. Cristiano, também filho do nosso homenageado, Evandro Lins e Silva. Finalmente, convido para completar a Mesa, com muita satisfação e alegria, o nosso Presidente Nacional, Deputado Miguel Arraes de Alencar, para quem pedimos uma salva de palmas.

Companheiros e companheiras, estamos dando início ao IX Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, oportunidade em que vamos homenagear, oficialmente, dois grandes vultos do socialismo latino-americano - Evandro Lins e Silva e Salvador Allende. Homenageamos também Cândido Portinari, pelo seu centenário, cuja obra em parte, aqui reproduzida, podemos apreciar neste recinto. Na estética, sua atitude fundamental a respeito do mundo e do homem não seria apenas um modo de ver o mundo, mas de escolher a vida. Foi isso que fez Portinari, ao retratar, como ninguém, o trabalhador brasileiro. Tenho a honra de passar a palavra ao Presidente Nacional do nosso partido, Miguel Arraes de Alencar, para declarar oficialmente a abertura deste IX Congresso Nacional do PSB.

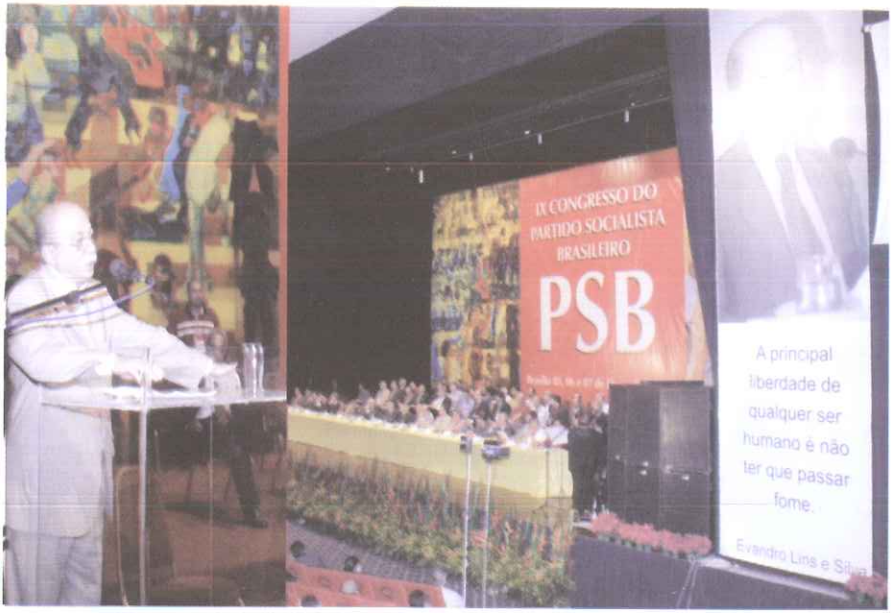


Miguel Arraes de Alencar - Presidente Nacional do PSB: Declaro aberto o IX Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Em primeiro

lugar, quero saudar todos os presentes, os nossos convidados de outros partidos, embaixa-dores e membros da Mesa. Vamos dar início aos trabalhos.

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Convido todos os presentes para, de pé, ouvirmos e cantarmos o Hino Nacional... (Execução do Hino Nacional)...

Tenho a satisfação e o prazer de convidar para compor a Mesa, o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno. Dando seqüência ao nosso IX Congresso, tenho a satisfação de passar a palavra ao Ministro Roberto Amaral que, em nome dos socialistas do PSB, fará a homenagem, em memória, àquele que foi um dos fundadores do PSB e o defensor da liberdade em todo o seu esplendor democrático, Evandro Lins e Silva. Com a palavra, o Ministro Roberto Amaral.



Ministro Roberto Amaral - homenageando Evandro Lins e Silva

Roberto Amaral - Ministro da Ciência e Tecnologia: Companheiro Miguel Arraes, Presidente do PSB; companheiros e colegas da Executiva Nacional; companheiros e representantes dos demais partidos; companheiro Renato Rabello, que aqui representa o PcdoB; companheiro José Genoíno, para muita honra nossa, aqui representado o PT; senhores representantes de Embaixadas e de outros partidos; minhas senhoras e meus senhores; familiares de Evandro; companheiras e companheiros militantes.

Inicialmente, permitam que faça uma pequena retificação, na apresentação que me fez o meu amigo Carlos Siqueira, Primeiro Secretário Nacional do PSB. Não está nesta tribuna o Ministro Roberto Amaral. Está aqui, pura e simplesmente, o militante socialista, Roberto Amaral. Estávamos, nos idos de 1985, agora um pouco longínquos. Havia sido derrogada a Ditadura, mas as cicatrizes ainda estavam abertas. Não se tinha ainda o inventário da dor e do sofrimento dos que tanto lutaram, cada um a seu modo, pela defesa da democracia e da liberdade. Um pequeno grupo de socialistas da cidade do Rio de Janeiro, que por força dos ditames da Ditadura, estávamos militando nos mais diversos países, entendemos que era chegada a hora de nós termos o nosso próprio partido e do nosso país ter um "partido socialista". Ainda seguindo e cumprindo as normas da transição - refiro-me ao Governo de 1985 - nos dedicávamos à obra política e jurídica de organização de nossa sigla. A nossa primeira decisão era organizarmos o "partido socialista", mas quando chegamos em Brasília, esse título já havia sido dado a outro grupo. Em seguida, tentamos optar pela sigla "partido socialista brasileiro" e descobrimos que um grupo de São Paulo já tinha se antecipado a nós e teria preferência em qualquer julgamento no TSE. Descobrimos, então, uma brecha na legislação, porque era permitida a reorganização de partidos. Então, decidimos que o instrumento da nossa causa seria a reorganização do Partido Socialista Brasileiro de João Mangabeira, que vinha da luta contra a ditadura e que havia tido os seus direitos políticos cassados, sucessor da Frente Democrática, fundado em 1947.

Mas, para que pudéssemos requerer a reorganização, seria preciso que, à nossa frente, estivesse um fundador do Partido Socialista de 1947. Foi assim que encontramos o Evandro Lins e Silva. Nos encontramos ainda aqui em Brasília e, imediatamente, Evandro não apenas aceitou encabeçar o manifesto dos organizadores do Partido Socialista, mas como se jovem fora, se dedicou conosco à tarefa dessa organização. O seu escritório do Rio se transformou na sede do Partido Socialista. O seu ofício de advogado era agora ofício de um militante partidário. A partir do seu escritório na Avenida Rio Branco, partindo do zero, com o Evandro Lins e Silva, com o Jamil Haddad que assumia a Executiva do Rio de Janeiro, e com Antonio Houaiss, que assumia a Executiva Nacional - então chamada "Comissão Provisória" - nós começamos o longo processo de organização partidária, sem nenhum de nós jamais haver desconfiado, haver sonhado o sonho de chegar hoje a encontrar este partido vibrante, cuja militância tanto nos honra.

Não estão conosco, fisicamente, dois grandes fundadores - Antonio Houaiss e Evandro Lins e Silva - mas todos nós sabemos, e guardamos em nossas almas o trabalho desses dois grandes líderes, desses dois grandes batalhadores, desses dois grandes socialistas, socialistas de ofício, socialistas de

toda a hora e de todo o momento, socialistas de sempre, aos quais nós devemos ter conseguido chegar até aqui.

Destinado a falar do advogado Evandro Lins e Silva, começo a falar no militante, porque ao nosso homenageado se aplicam as palavras com as quais saudou um outro grande companheiro fundador - Evaristo de Morais. Dizia Evandro: "Antes de advogado, ele era um cidadão". E digo eu de Evandro: "Antes de advogado, ele era um cidadão, um militante da liberdade, um democrata". Dito de outra forma, um militante social, um militante socialista, um dos mais importantes quadros de nosso partido.

Advogado desde sempre, adotou o Tribunal do Júri como seu templo, porque é ali que se exerce a liberdade. Como dizia ele: "o direito penal não pode existir dissociado da realidade, nem aplicado em bases rígidas e apriorísticas, com a redução dos dramas humanos a fórmulas algébricas e frias - o direito deve seguir a vida".

O verdadeiro cliente do advogado criminal é a liberdade humana. O socialista Evandro foi defensor intransigente dos direitos individuais; defensor da igualdade de todos perante a lei; defensor de comunistas e integralistas, diante do famigerado Tribunal de Segurança Nacional do Estado Novo. Patriota, militante da luta contra o Eixo, defensor da nossa presença no palco da guerra, foi defensor de brasileiros acusados de colaboração com os interesses alemães, defensor dos homicidas passionais, defensor dos perseguidos políticos, defensor dos que tinham fome e sede de liberdade.

Para a democracia socialista, todos os homens e mulheres nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Por isso, como advogado e socialista, lutou sempre, em defesa do fraco contra a prepotência do forte; em defesa do pobre, contra a prepotência do rico; em defesa do bem público, do bem comum, do interesse do povo, contra a hegemonia dos interesses privados; em defesa da sociedade, contra as nossas elites degeneradas; em defesa do interesse nacional, contra as potências estrangeiras e as corporações internacionais.

Para nós socialistas, na democracia não pode haver nem excluídos, nem exploradores, nem explorados; na democracia socialista, o direito à vida, i.e., o direito à civilização, não pode ser sufocado pela barbárie da especulação financeira. Por isso, Evandro jamais aceitou o cantochão do liberalismo auto-ungido de uma vitória que não conquistou. Derrubado o muro de Berlim, eu vi e ouvi, Evandro Lins e Silva, cantando o Hino do Amanhã Socialista. Sua inabalável convicção de princípios o ensinava a desprezar a falácia da modernidade liberal. Eu o ouvi e eu o li, anunciando como profeta, que o tempo mostraria como é ilusória a euforia neoliberal que anda por aí. O socialismo democrático, dizia ele, ainda é a solução para a humanidade. Eu vi, em nossos auditórios, naqueles anos, muitos jovens assustados, quase descrentes,

serem recuperados para a luta pela convicção de um quase octogenário, nos falando do futuro do socialismo democrático.

Eu falei da sua convicção de princípios. Jornalista, como quase todos os advogados de sua geração, lutou sempre por uma boa causa. Advogado, e quase sempre advogado do Júri, lutou pela boa causa da liberdade. Procurador Geral da República, Ministro Chefe da Casa Civil, Ministro das Relações Exteriores do Governo João Goulart, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Membro do Conselho da República, como predicação do seu partido e consagração do Congresso, Evandro teve sempre presente a dimensão do público e de sua prevalência na permanente doação à defesa das causas populares.

Assim, quando terminou a sua atuação na Tribuna, em 1992, como Advogado da República, contra o "Presidente Corrupto" que traíra o mandato popular. Evandro, advogado do Brasil, falava em nome de princípios. Em abril de 2000, ele estava em Vitória, na defesa do militante político, José Rainha, acusado do crime de homicídio por haver combatido o latifúndio que mata crianças e constrói a fome que assola o nosso país.

Mais importante do que cultuar o direito, do que pensar o direito, é fazer o direito, realizá-lo em defesa dos que têm fome de justiça; mais importante do que entender o mundo, é transformá-lo. O nosso destino de socialistas é travar essa luta, em todas as frentes, o tempo todo, em todas as nossas atividades. Esta é a nossa obrigação ética como cidadãos e socialistas.

Comecei falando do político que se fez advogado e usou a advocacia como instrumento de luta. Aqui, na política, se repete sua vida de coerências. Lutou pela Revolução de 30; combateu a tentativa de golpe, travestida de revolução, de 1932; combateu tenazmente o Estado Novo; lutou contra o Eixo; lutou pela redemocratização de 46; defendeu o mandato dos comunistas assaltados pela fúria da Guerra Fria, que dominou o medíocre Governo Dutra; opôs ao golpe de agosto de 54; defendeu a legalidade da eleição de Juscelino; defendeu a sua posse; lutou pela legalidade em 1961; apoio e defendeu com responsabilidade o governo democrático constitucional de João Goulart. Como Ministro do STF, não titubeou na defesa do direito e não teve medo de enfrentar a Ditadura. Teve sua vida coroada pela cassação de seus direitos políticos e a aposentadoria compulsória como Ministro. Retomou sua banca de advogado e nos deu os melhores exemplos de dedicação ao socialismo, à liberdade e ao direito, sempre com destemor e com bravura. Vale a pena viver tanto, quando tanto pode ser feito pela Pátria. Obrigado, Evandro.

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Neste momento, quero convidar a Dra. Cristina Conder Lins e Silva para comparecer ao centro da Mesa e receber, das mãos do Presidente Nacional do PSB, Miguel Arraes, uma placa, homenagem dos socialistas do PSB ao Dr. Evandro Lins e Silva.

Cristina Conder Lins e Silva: *A placa diz o seguinte: "É com viva emoção*

que os militantes socialistas do PSB, por ocasião do seu IX Congresso Nacional, prestam justa homenagem, em memória, ao jurista e socialista Evandro Lins e Silva. Em sua atuação e política, personificou a consigna símbolo do ideário do Partido Socialista Brasileiro - socialismo e liberdade".

Nós, filhos, netos e bisnetos estamos realmente muito emocionados e muito agradecidos. Nós aprendemos com o nosso pai que, realmente, nós temos que ter coerência na vida, fé e esperança neste país. Muito obrigado.

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Neste momento, convido a todos os companheiros e companheiras para, de pé, ouvirmos o Hino da Internacional Socialista. ...(Hino da Internacional Socialista)...

Eu quero aproveitar a ocasião para pedir aos companheiros e companheiras uma salva de palmas para os nossos deputados estaduais, nossos prefeitos, nossos vereadores aqui presentes. Para eles, a saudação da Executiva Nacional. Eu gostaria de convidar para compor a Mesa, representando todos os deputados estaduais do nosso partido, o Deputado João Leite, do PSB de Minas Gerais. Quero convidar também o nosso querido Deputado Maurício Quintela que está licenciado, mas se encontra aqui na Plenária.

Tenho a satisfação de passar a palavra ao ilustre Senador da República, Geraldo Mesquita, do PSB do Acre, para homenagear o ex-presidente Salvador Allende, baluarte do socialismo latino-americano e cujo sacrifício é para nós perene inspiração na luta por um mundo mais justo e igualitário. Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita.



Senador Geraldo Mesquita - homenageando Salvador Allende

Senador Geraldo Mesquita - PSB do Acre: Boa noite a todos. Senhor Presidente; companheiros e companheiras que compõem a Mesa; ilustres

convidados; Deputado Genoíno, representando aqui o PT; companheiro Renato Rabelo, representando o PcdoB; militantes; amigos e amigas.

Com mais autoridade do que eu, os que padeceram as dores do exílio poderiam prestar este tributo a Salvador Allende. Com mais propriedade do que eu, os que foram acolhidos pela hospitalidade do seu governo poderiam testemunhar a grandeza de sua generosidade. Mas ninguém agradece, mais humildemente do que eu, com a manifestação do meu público, a honra do dever que me foi delegado de falar em nome dos socialistas brasileiros para referendar a memória, os feitos, a vida e as qualidades de uma das maiores expressões do socialismo contemporâneo, no 30° ano do seu glorioso martírio.

Começo, por isso, lembrando a retidão, a fidelidade e a consciência de sua entrega à militância e ao ativismo político, desde seus tempos da Faculdade de Medicina da Universidade do Chile, onde se graduou médico, aos 24 anos de idade, em 1932. Seus deveres profissionais não o impediram de conciliá-los com as profundas convicções ideológicas que marcaram o seu caráter, sua formação e sua personalidade. Tanto que no ano seguinte, participou da fundação do Partido Socialista do seu país, do qual viria a se tornar mais do que um símbolo, um signo; mais que um exemplo, um ícone.

Quatro anos depois, foi eleito para a Câmara dos Deputados. Entre 1939 e 1942, foi Ministro da Saúde da Coalizão Liberal de Esquerda, que elegeu o Presidente Pedro Aguirre Cerda. Em 1945, venceu a primeira de suas quatro eleições para o Senado. Sete anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1952, Allende disputou, pela primeira vez, a Presidência da República e suportou, com estoicismo, o agravo sofrido, com o afastamento imposto pelo próprio partido que ajudara a fundar, pelo delito de ter aceitado o apoio dos comunistas, então na ilegalidade. Da mesma forma, não se abalou por ter ficado em último lugar, numa disputa em que concorreram quatro candidatos. Seguramente, tinha consciência de estar sofrendo os efeitos do radicalismo sectário, que tantos e tão irreparáveis danos já tinha causado à esquerda européia. Primeiro na Alemanha, com a República de Weimar, de cujos destroços surgiu a maior ameaça de que o mundo viria a padecer alguns anos depois - a tragédia fatal do nazi-fascismo. Depois, na França, cometendo o mesmo erro que levou ao holocausto da mais dramática ocupação de sua história.

Em 1958, Salvador Allende voltou a tentar a Presidência do Chile, desta vez não só com o suporte do Partido Socialista, mas também dos líderes comunistas, agora já na legalidade, colocando-se em segundo lugar, muito próximo do candidato eleito, Jorge Alessandri, apoiado por uma coligação de liberais e conservadores.

Em 1964, tentou pela terceira vez, sendo batido pelo cristão democrata, Eduardo Frei. A sua vitória só veio na quarta tentativa, em 1970, quando se elegeu como candidato da "Unidade Popular", numa coalizão de comunistas, socialistas, radicais e dissidentes da democracia cristã. Concorrendo com mais dois postulantes, logrou obter 33,3% dos votos. Não tendo alcançado a maioria dos sufrágios populares, sua escolha precisou ser confirmada pelo Congresso, onde se radicava, como sempre, forte oposição de direita. A despeito disso, sua eleição foi ratificada no dia 24 de outubro de 1970, depois de um acordo, com o qual teve que concordar, com a aprovação de 10 Emendas Constitucionais, de cunho liberal, exigidas pelos democratas cristãos.

Era a primeira vez na América Latina, e na história política recente do século passado, que muito mais que um socialista, o socialismo representado por sua mais expressiva figura no continente, chegava ao poder, pela via pacífica das urnas e pelo caminho democrático do entendimento, da negociação e do diálogo. O seu maior trunfo, as suas únicas armas, eram as idéias que nunca renegou, das quais nunca se afastou e que defendeu até o último alento de vida. Para se eleger, Salvador Allende não enganou, não iludiu, não transigiu, não trapaceou, não renunciou às idéias que desde jovem abraçou.

Ao tomar posse, em 3 de novembro de 1970, os seus eleitores sabiam, os seus correligionários não ignoravam, os seus adversários estavam conscientes. Todos os chilenos conheciam, mais do que suas idéias, suas propostas, seus programas e seus projetos. Era com eles que se propunha a governar para libertar seu país das travas que sempre emperraram o desenvolvimento político, o progresso social e a libertação econômica de um continente marcado pela pobreza, pela ignorância e pelo atraso. As forças da reação e do imobilismo, o poder da direita, a arrogância dos grandes interesses econômicos e a astúcia belicosa do imperialismo, não suportariam que um homem só, obstinado por sua ideologia e lastreado nos compromissos políticos de sua consciência, os desafiasse. Ele tinha a seu lado alguns companheiros, como ele, comprometidos com as grandes promessas do socialismo em terras da América Latina. Porém, sobre a gloriosa história de um povo, pairavam, como símbolos e advertências trágicas, os exemplos de Balmaceda, no próprio Chile, de Vargas no Brasil, de Jacobo Arbens, na Guatemala e de quantos ousaram exercer o sagrado direito da discordância.

Por que iriam tolerar Allende com seus sonhos da independência, justiça e igualdade, lastreados na promessa de largas e profundas mudanças? Ele não hesitou em expropriar as jazidas de uma das maiores riquezas nacionais - o cobre - de que o Chile era um dos maiores produtores mundiais, mas cujos resultados eram incompatíveis com o valor dos benefícios gerados ao país.

Começou a executar um largo, e inédito, programa de reorganização fundiária, com a participação de cooperativas agrárias, cujos maiores beneficiários eram os camponeses, imemorialmente excluídos da posse da propriedade e do solo, em grande parte, por eles mesmos amanhado, geração após geração.

Para tentar amenizar os terríveis efeitos da concentração da renda, fator gerador de enorme desigualdade, autorizou aumentos de salários e se viu obrigado a congelar preços para arrostar a represália do desabastecimento, que era comandado por aqueles que reagiam às medidas reformistas do seu governo. Em 1972, as garras de ferro do boicote financeira, promovido pelos Estados Unidos e por grande parte dos Estados Europeus, começaram a estrangular a economia do país, depois de terem secado todas as fontes internacionais, de financiamento e de empréstimos, que historicamente supriam as necessidades de capital do país. Havia inflação, desabastecimento e queda na produção interna e nas exportações. A oposição interna começou a se tornar mais agressiva, e a apelar para o nocaute, como um dos proprietários de caminhões cuja imagem correu o mundo como se o país estivesse vivendo um dos seus últimos dias. Seus inimigos tentaram com esse recurso, mostrar à opinião pública mundial que Allende já não contava com o apoio interno e tinha perdido a popularidade. Mas desmontando a farsa a que sempre tinham recorrido - a direita quando acuada e as forças de reação quando ameaçadas - a coalizão que elegeu Allende logrou obter, nas eleições parlamentares de março de 1973, 44% dos votos, tornando-se a maior força política do país. A história oficial escrita pelos vencedores sempre ocultou esse fato. E como sempre ocorre quando se opõem ao progresso, fez despertar a ira daqueles que rondam os quartéis, sobre a mão de ferro dos militares, usando o insólito recurso da intervenção armada, do golpe, da sublevação e da força manobrada pelos que sempre souberam fazê-lo, sem limites ou escrúpulos.

No dia 11 de setembro, seis meses depois da democrática demonstração de prestígio político do Presidente Allende, os golpistas, como já tinham feito no Brasil, na Argentina, e ainda fariam no Uruguai e no Peru, o acuaram no seu palácio e reduziram a escombros a grande epopéia democrática vivida pelo povo chileno. A selvageria, a repressão, a tortura e a eliminação física de todo e qualquer suspeito, inocente ou não, como em toda o golpe, fez o povo chileno pagar um terrível tributo de sangue que, mais uma vez, encharcou de ódio o caminho da libertação de todos os povos. A ferocidade de um regime sem similar, que ficou na memória da humanidade e provocou o maior êxodo da História do Chile, ainda divide o país, como prova de que sempre teremos que conviver com a insanidade porque nunca nos prevenimos contra ela.

Em 1990, num tributo público ao homem que encarnou um ideal generoso; ao político que sempre há de simbolizar a coragem, a determinação

e a bravura; ao idealista que tentou a mais usada experiência revolucionária desse hemisfério; ao cidadão que deu a vida pela coerência; ao estadista que não se rendeu à conveniência das acomodações, ao ser humano que nunca se curvou ante o seu próprio destino; o seu país pôde finalmente dar sepultura a seus restos mortais e fazer de sua história de vida, uma legenda de que deve se orgulhar o povo chileno.

Salvador Allende, nós os socialistas brasileiros, saudamos a tua memória, reverenciamos teu exemplo, nos curvamos ante tua grandeza, louvamos a firmeza com que escrevestes uma das páginas mais memoráveis dos árduos caminhos que tem percorrido o nosso continente.

Bendita seja, companheiro Allende, a tua saga, a tua história e a tua memória porque tu vives no meio de nós. Muito obrigado.

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Ainda como parte da homenagem ao Presidente Salvador Allende, ouviremos a música de Violeta Parra "Gracias a la Vida".

Companheiros, aqui neste recinto, temos pelo menos três companheiros que viveram parte do seu exílio no Chile. Entre eles, está o Senador João Alberto Capiberibe e a sua esposa, Deputada Janete Capiberibe. Além deles, um companheiro valioso, um dos maiores colaboradores da construção do nosso partido, que esteve, inclusive, preso no Estado Nacional de Santiago, e hoje é Diretor Geral da Fundação João Mangabeira - é o companheiro Jaime Cardoso, que irá dar um rápido depoimento sobre o que sofreu naqueles dias terríveis que ficaram na história do continente latino-americano.

Jaime Wallwitz Cardoso - Fundação João Mangabeira: Cumprimento os filhos do nosso querido fundador do PSB e homenageado desta noite, Evandro Lins e Silva; o representante do PT, José Genoíno; o representante do PcdoB, companheiro Renato Rabelo; e cumprimentando também o Presidente do PSB, Miguel Arraes, cumprimento todos os demais membros da Mesa.

Esta homenagem a Salvador Allende não deve ser entendida apenas como uma homenagem do Partido Socialista Brasileiro a um socialista. Salvador Allende, ou melhor, o "Companheiro Presidente", como dizia o povo chileno, na melhor tradição socialista era também um internacionalista, solidário com os movimentos democráticos e de libertação do mundo todo. Nós brasileiros - e não apenas os socialistas - devemos todas as homenagens ao líder que estendeu a mão aos perseguidos pela Ditadura Militar. Aqui mesmo neste recinto, como já disse o companheiro Carlos Siqueira, temos pessoas que conheceram essa solidariedade, como o Capiberibe, a companheira Janete, a companheira Isolde Somer e o companheiro Carlos Eugênio. Certamente outros que estão entre nós são testemunhas do que significou, para a resistência democrática

brasileira, o governo socialista de Salvador Allende. Quando cheguei ao Chile, fazendo parte dos 70 prisioneiros libertados em troca do Embaixador Suíço, Salvador Allende fez questão de nos receber e assim expressar seu apoio aos que lutavam pela liberdade no nosso país.

Mas Allende não era apenas um internacionalista. É importante que se diga isso num Congresso do Partido Socialista. Também na melhor tradição socialista, Allende era um revolucionário. Um revolucionário, não no sentido da forma de chegar ao poder, da ruptura violenta com a ordem estabelecida, mas um revolucionário como devem ser todos os socialistas, no sentido de buscar a transformação profunda da sociedade, tendo como eixo, a transferência do poder para a maioria, tendo como eixo o homem.

Uma homenagem a Salvador Allende, além do momento de expressar a nossa gratidão eterna, é um momento para os socialistas refletirem sobre a necessidade de retomar a paz, a democracia, o internacionalismo e o espírito revolucionário, como seus princípios fundamentais. Eu poderia dizer, como Neruda disse de Lenin - "Allende, para cantar-te digo adeus às palavras".

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Dando continuidade ao nosso IX Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, tenho a satisfação de passar a palavra, para falar em nome dos governadores do partido, ao Governador Ronaldo Lessa, de Alagoas



Governador Ronaldo Lessa

Ronaldo Lessa - Governador do Estado de Alagoas: Presidente Miguel Arraes, Embaixador da Argélia, familiares do nosso Evandro Lins e

Silva, Renato Rabelo e Genoíno, companheiros representantes do PcdoB e do PT, companheiras e companheiros, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vice-prefeitos, vereadores, nossos líderes comunitários, militantes, juventude, nossas mulheres aguerridas, companheiros de movimento sindical, companheiros membros do Diretório, nossos convidados.

Assumo a delegação sem ter a procuração deles. Os nossos governadores estão no exterior com o Lula. Mas eu não poderia deixar de, nesse instante, dar o nosso testemunho, não só como governador, pelo momento que o país vive, como também pelo Partido. É o Partido que hoje nos situamos, colocamo-nos dentro da história da América Latina, depois mergulhamos na nossa Fundação João Mangabeira, conhecendo a nossa história, podendo mergulhar no passado para que a gente possa compreender o presente e, ao mesmo tempo, tenha condições de planejar o futuro.

É um Partido que, para fazer um programa precisava rifar um carro, e a gente saía pelo Brasil vendendo as rifas porque não tínhamos dinheiro para fazer um programa de televisão. Esse era o PSB que surgia de 110 notáveis. O início da sua reconstrução era como foi no período de João Mangabeira - um período mais reflexivo, um período mais formado por intelectuais, buscando dar a sua contribuição mais intelectual à sociedade.

Mas desde o I Congresso Nacional que buscamos discutir que PSB nós queremos; como é que o PSB pode melhor contribuir para a nossa sociedade. Nós estamos vivendo um momento ímpar; um momento em que atravessamos a causa de barreira, portanto, conseguimos a maioridade. Fazemos 18 anos de Partido, estamos no governo, e pela primeira vez assumimos, ao lado do PT e de outros companheiros que formam a base de aliança do governo federal, a oportunidade de modificarmos esse país; de colocar em prática os sonhos de tantos brasileiros que deram a sua vida e a sua história pudesse ter justiça social, reforma agrária, enfim, que pudéssemos sonhar.

E o momento é rico porque nós temos o passado e o presente. Nós temos o Jamil, que foi do calabouço, da luta, que foi cassado; temos o Arraes; temos o João, que mais do que resistir e lutar, ele foi obrigado a sair do país. E hoje a gente tem a oportunidade de poder realizar esses sonhos. É por isso que hoje, quando eu percorri todos os salões, onde a juventude, as mulheres, o movimento sindical se reunia, nós deixamos uma reflexão - de que a gente tenha a democracia como valor universal. É com essa reflexão que eu faço a saudação a esse Congresso. É preciso que sejamos radicalmente democratas, sobretudo agora, que estamos no exercício do poder. Ser democrata quando

se está na oposição é fácil, é necessário, é simples. O difícil é ser democrata quando se está no exercício de poder, e é para isso que nós temos que contribuir.

Queremos um PSB cada vez mais forte. Por isso, temos que ter coragem de discutir os nossos pontos de vista, as nossas divergências. Precisamos aprender a viver com elas. É à base da civilidade, da divergência e das lutas que nós construiremos um grande partido. É à base de fortalecer o PSB que nós vamos ajudar o país. Nós não vamos apoiar, ou dar maior contribuição a este governo, se nós formos frágeis. Nós teremos que ser um partido forte para contribuir, para contestar quando for preciso, para pedir ao Presidente e dizer ao Lula que ele vai cumprir o que ele prometeu de efetivamente fazer com que seja colocado em prática um Colégio de Presidentes dos Partidos. Na Reforma Tributária, por exemplo, era importante ouvir os governadores, como foram ouvidos, mas era importante também ter ouvido o Colégio dos Presidentes dos Partidos, que fazem a base do governo federal, que dão a sua sustentação. É dessa forma que a gente vai contribuir lá fora, mas a gente precisa fazer esse exercício aqui dentro.

Amanhã, vamos discutir. Foi fundamental a lição que nos foi dada hoje por essa juventude, pelo movimento sindical e pelas mulheres, para que possamos amanhã fazer isso - discutir, ter coragem de pensar o que deu errado no leste socialismo. Foi a forma e as relações que deram errado? Qual é o novo socialismo? Qual é o modelo que a gente deve implantar? Quais os critérios que a gente precisa ter para que este partido cresça mais? Qual é o planejamento que nos interessa? É isso que eu acho que o Partido precisa fazer. Os governadores precisam disso. Nós estamos tentando dar a nossa contribuição da melhor maneira possível. Muitas vezes nos reunimos até por partido e por bloco regional. Aliás, eu até proponho que o PSB volte a discutir por região, como os governadores estão fazendo, como nós fizemos no começo. Ninguém tem fórmula completa. Na verdade, nós estamos aprendendo a exercer o poder e a tentar acertar. É preciso que a gente tenha humildade quando erra e dizer "Aqui não deu certo! Vamos tentar desta outra maneira". O importante é que a gente tenha fraternidade, ética, sobretudo respeito aos companheiros, para que a gente possa construir uma grande Pátria. Só faremos isso com um grande partido. Espero que este IX Congresso seja efetivamente mais um grande passo na construção do socialismo brasileiro. Muito obrigado.

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Temos a satisfação de convidar para fazer uma saudação aos nossos congressistas, o líder do PSB no Senado Federal, o Senador Antonio Carlos Valadares.



Senador Antonio Carlos Valadares - Líder do PSB no Senado: Senhor Presidente do nosso Partido Socialista Brasileiro, ex-governador Miguel Arraes; senhor Presidente de Honra, Jamil Haddad; senhor Presidente do Partido dos Trabalhadores, Deputado José Genoíno; senhor Presidente do PCdoB, Renato Rabelo; familiares de Evandro Lins e Silva, homenageado nesta noite; Senadores João Capiberibe e Geraldo Mesquita; deputados federais, aos quais homenageio na pessoa do nosso líder na Câmara, Eduardo Campos; deputados estaduais, prefeitos e vice-prefeitos, vereadores; militância do PSB; jovens que compõem a "Juventude Socialista". Mulheres que compõem as "Mulheres Socialistas"; sindicalistas; companheiros e companheiras de todo o Brasil.

É uma alegria muito grande, que eu não posso traduzir em palavras, falar em noite tão memorável, quando estamos relançando as bases do nosso PSB aqui em Brasília. Eu queria homenagear esses delegados que vieram de todas as partes do Brasil - delegados de capitais, delegados de cidades do interior que compõem esse mosaico diferenciado, mas que constitui a unidade do PSB. Eu quero homenageá-los, sabendo que nós fazemos parte de um Brasil complexo, um país diferente porque é um país gigantesco, não só do ponto de vista das suas condições geográficas, mas é gigantesco pela sua população, pela sua juventude, pelas riquezas minerais que são imensas, muitas delas ainda dormindo no nosso subsolo, sem o devido aproveitamento. Nós somos realmente um país grandioso. Nós temos, sem dúvida alguma, as maiores reservas de água doce do mundo. E no entanto, ainda existem pessoas, e são muitas, que não têm onde mitigar a sua sede. Somos um país que consegue produzir grãos, que tornam o Brasil um dos maiores produtores mundiais, e

entretanto, ainda existem 40 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza. Somos um país que, recentemente, ganhou uma posição de destaque porque passamos a ter uma expectativa de vida superior a 70 anos, existem milhões de pessoas que, mesmo conseguindo chegar a essa idade, vegetam por muitas partes desse país. Somos um país pacifista, uma nação não guerreira, e no entanto, dispomos de um dos maiores índices de criminalidade do mundo, apesar da nossa generosidade.

Temos um Brasil assim, entretanto, temos um Brasil democrático. Temos um Brasil em que o nosso povo pode expressar a sua vontade através das urnas, fazendo a sua escolha, a nível de Presidente da República, de governadores, de deputados e senadores, prefeitos e vereadores, porque nós temos uma democracia que funciona. Entretanto, temos ainda tantas injustiças que fazem do nosso país o 10° mais injusto do mundo. Acho que precisamos repensar. Sem dúvida alguma, há reformas que deverão ser feitas, mas nenhuma reforma será mais importante, nenhuma reforma terá mais realce na mudança deste país do que a Reforma Política. E a Reforma Política está sendo conduzida na Câmara dos Deputados, sendo que o Presidente da Comissão é o Deputado Alexandre Cardoso, do PSB, que tem essa imensa responsabilidade de trazer para o Brasil uma nova composição partidária onde nós possamos exorcizar, de uma vez por todas, aquelas siglas monstruosas que transformam a vida partidária do nosso país numa verdadeira negociata. Os partidos políticos precisam ser autênticos, precisam ser verdadeiros, precisam expressar, através dos seus estatutos e dos seus regimentos, o pensamento dos seus afiliados, mas precisam também transformar, na prática, aquilo que está nos estatutos e no regimento numa realidade desejada pela população. É por isso que nós, lá no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, estamos lutando por uma nova configuração partidária para que os mais jovens, aqueles que desejam ingressar na política, possam injetar sangue novo na política brasileira e exercer um papel ponderável nas mudanças que nós pretendemos ter em nosso país.

É por isso que nos reunimos neste IX Congresso, para concitar a quantos dele participam, a refletir sobre a vida interna do nosso PSB; sobre os debates que deverão ser acalorados, mas que resultarão em benefício de uma democracia partidária, a que se referiu o nosso Governador de Alagoas, Ronaldo Lessa. Devemos buscar uma democracia onde a luta seja não um instrumento para a agressão de pessoas, mas um instrumento para mudar a vida do nosso país. É fundamental que o PSB possa ser um instrumento de combate à miséria e também de combate a este grande mal que torna o nosso país cada vez mais pobre, que é a corrupção, que reduz, sem dúvida alguma, as perspectivas e as possibilidades do lançamento de jovens na política e de pessoas no nosso mercado de trabalho.

As minhas palavras são, portanto, de homenagem a quantos participam

deste evento e aproveito o ensejo para que, neste Congresso, possamos conseguir aquilo que nós tanto lutamos, que é a unidade do nosso PSB. Os nossos adversários estão unidos, neste momento, para trucidar a nossa causa. A mudança que nós vislumbramos no nosso país decorre justamente da unidade dos partidos que compõem a oposição que hoje está no governo. Foi através desta união que nós, na praça pública, conseguimos convencer a população que o melhor seria mudar, com Luis Inácio Lula da Silva. Para mudar o Brasil, para que nós consigamos as transformações pelas quais nós sonhamos, vamos lutar democraticamente, e internamente, dentro do PSB, mas vamos mostrar aos nossos adversários que nós estamos unidos para o que der e vier e conquistarmos dias melhores para o povo brasileiro. A minha saudação a todos.

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Antes de passar a palavra ao nosso líder do PSB na Câmara, eu gostaria de convidar, com muita alegria, o Deputado Federal Hamilton Casara, eleito por Rondônia, que irá assinar a ficha de filiação ao PSB, nesta solenidade, neste momento. Peço que o Presidente Estadual do PSB de Rondônia, Mauro Nazif, possa vir abonar a ficha do Deputado Casara, juntamente com o Presidente do PSB, Miguel Arraes. Seja bem-vindo. É uma alegria para todos os socialistas receber a sua filiação neste ato tão importante para todos nós do PSB.

Dando continuidade, convido o nosso líder, do PSB de Pernambuco, Eduardo Campos, para falar em nome da bancada que lidera na Câmara dos Deputados.



Deputado Federal Eduardo Campos - Líder do PSB na Câmara dos Deputados: Eu queria cumprimentar o Presidente do PSB, Governador

Miguel Arraes; o Presidente de Honra do nosso Partido, Senador Jamil Haddad; a família do nosso saudoso amigo Evandro Lins e Silva; o Presidente do Partido Comunista do Brasil, nosso companheiro Renato Rabelo; o nosso companheiro José Genoíno, Presidente do PT. Quero cumprimentar também as delegações internacionais e os senhores Embaixadores e Adidos aqui presentes, na figura do Embaixador da Argélia, companheiro Lahcène Mossaoui, porque o povo argelino também acolheu os lutadores do povo brasileiro com a mesma fraternidade que Allende soube receber tantos jovens combativos do Brasil nos idos da Ditadura Militar. Quero cumprimentar ainda os Presidentes Estaduais do PSB, de todos os Estados da Federação aqui presentes; os deputados estaduais e federais; os prefeitos e vice-prefeitos; os Governadores do PSB, na pessoa do Governador Ronaldo Lessa; e a militância do nosso Partido - as mulheres, os homens, os trabalhadores, os jovens, que fizeram o início do nosso IX Congresso, hoje pela manhã.

Eu queria dizer aos companheiros que, nesse momento, em nome da nossa bancada, que acaba de crescer, eu gostaria de fazer uma breve prestação de contas da nossa tarefa no Congresso Nacional, ao longo deste ano. Este ano começou muito cedo, quando, logo no dia 1° de janeiro deste ano, tivemos a satisfação e a honra de dar posse ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas parece que vai terminar muito tarde, com as votações em que ainda estamos envolvidos. O Partido Socialista Brasileiro, neste ano, teve um papel importante, corajoso e decidido no Congresso Nacional, em prestar apoio político ao Governo do Presidente Lula, à sobrevivência na primeira etapa de afirmação do seu governo, diante das dificuldades internacionais e nacionais, diante da herança perversa que nos foi legada pelo ex-Presidente, Fernando Henrique Cardoso.

Enfrentamos uma pauta que não era exatamente a pauta que gostaríamos de tratar, mas não enfrentamos essa pauta com submissão ao governo. Enfrentamos essa pauta de forma altiva, companheira, fraterna, e discutindo-a no fórum adequado, de forma correta, ética, dentro da nossa bancada, com o nosso partido, com os nossos governadores, com os nossos prefeitos, com a nossa militância. Nesse trabalho, eu quero destacar a ajuda que recebemos de toda a bancada, em especial da Deputada Luiza Erundina, que coordenou os nossos seminários de debate sobre a reforma. Quero destacar aqui o apoio que recebemos do conjunto da bancada, na sua unidade nas votações, na afirmação de um PSB que sugeriu, de um PSB que propôs, de um PSB que tencionou, de um PSB que soube compreender que estava num arco de aliança, onde há muitos que querem a continuidade, mas também há muitos que querem as mudanças que o povo espera, deseja, e vai conquistar a partir da mobilização, da sua luta e do nosso apoio.

No debate da Reforma da Previdência, o PSB não aceitou o pacote que chegou. Fez o debate, propôs, formulou, defendeu a Previdência Complementar Pública, e não privada; fez enfrentamentos que estavam à altura dos compromissos ideológicos e históricos do nosso partido. Na Reforma Tributária, nós fizemos também enfrentamentos com as nossas emendas, que não foram individuais, nem pessoais, foram do coletivo da nossa bancada. Tencionamos pela taxação da especulação financeira com a Taxa TOB; tencionamos por regras mais justas no Imposto de Renda, na desoneração da produção e da folha de pagamento; fizemos um debate que qualificou uma bancada que teve a coragem de emprestar apoio político a um governo que se instala, na compreensão da correlação de forças que se estabelece no país - contribuindo não em aceitar tudo, mas contribuindo em fazer com que, no arco de sustentação de forças deste governo, haja forças sintonizadas com as ruas deste Brasil, com a história da luta do povo brasileiro, que não barganha, não troca, não faz jogo, mas que tem a solidariedade política de quem sabe a ler a história, e de quem não vai entregar a luta do povo a quem quer usar o estado com o sentimento patrimonialista que nós queremos derrotar.

Temos a compreensão de que a nossa bancada, não só esteve dentro do Parlamento, a nossa bancada também esteve na vida do partido e ajudou a essa Executiva do PSB, e à Direção Nacional, salvar o nosso Partido de aventuras eleitoreiras que poderiam tirá-lo de seu trilho seguro, de ser um partido que possa representar a esperança e o sonho do povo brasileiro. É preciso que o PSB seja um partido que não tem donos, que seja um partido de todos nós, e mais do que um partido nosso, é preciso que seja um partido do povo brasileiro e da sua luta. A nossa bancada teve a coragem, e sentiu a dor, de ver o seu número de deputados reduzido, de 28 para 12, e nós não nos perturbamos. Pelo contrário, ficamos mais unidos, mais presentes e mais respeitados no Parlamento brasileiro. Foi exatamente nessa unidade, na correção da conduta entre nós, na firmeza em exercer a divergência no fórum correto, de forma ética e elevada, que nós construímos uma unidade verdadeira, e não a falsa unidade, que não interessa aos socialistas de verdade.

Eu quero dizer aos companheiros que essa bancada não cresceu no balcão das trocas partidárias do Congresso Nacional. A nossa bancada cresceu pelas mãos da Direção Estadual do nosso partido, pelo companheiro José Antônio, pelo companheiro Ribamar, e o mais jovem parlamentar brasileiro, Luciano Leitoa; a nossa bancada cresceu pelas mãos da Governadora Wilma, que trouxe entre nós o companheiro Múcio Sá; a nossa bancada cresceu pelas mãos dos companheiros de Goiás, que trouxeram para cá o nosso companheiro Barbosa Neto, que será Prefeito de Goiânia no próximo ano; a nossa bancada

cresceu, com a saída de Maurício Lessa e a chegada do nosso companheiro Jurandir Boia. E isso foi possível, porque a nossa bancada procurou, e vai procurar mais ainda, atuar de forma coletiva, mas de forma sintonizada, com a Direção Nacional do PSB, com a nossa bancada no Senado Federal, de forma a que nós possamos potencializar nosso trabalho. Se foi possível fazer essa travessia, foi porque tivemos, a solidariedade, a firmeza, a orientação, do Presidente Nacional do PSB, o Governador Miguel Arraes. Eu quero dizer aos nossos companheiros que a nossa bancada que este Congresso seja um Congresso do debate político franco, verdadeiro, mas sobre as grandes questões do povo brasileiro, sobre a grande pauta que o PSB haverá de construir para se apresentar de forma unida, coesa e coerente com a sua história, nas lutas eleitorais e políticas que vamos travar no próximo ano.

Nós temos a esperança que esse Congresso faça o debate sobre os excluídos, sobre os que não conseguiram vir aqui, sobre os que estão abandonados pelos partidos políticos na sociedade brasileira, sobre os que estão perdendo a esperança da construção de um novo Brasil. Temos a esperança que nós façamos um debate de dar oportunidade do PSB expressar a esquerda brasileira, que se anime e que possa animar também a esquerda da América Latina e do mundo.

Temos a compreensão que esse é o desafio do nosso IX Congresso, de fazer essa construção, de fazer dele não simplesmente uma disputa, mas mais do que isso, fazer a construção do nosso rumo, a construção da identidade clara do nosso partido no meio do debate político nacional. Eu gostaria que nós saíssemos daqui, mais preparados ainda, para sermos o PSB capaz de defender o Brasil e o povo brasileiro. Muito obrigado.

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Registramos, com satisfação, a chegada a esse recinto do Deputado Barbosa Neto, que também recentemente se filiou ao PSB, eleito pelo Estado de Goiás. Ele será também o futuro Prefeito de Goiânia.

Disse-nos também, Roger Garodi, que "a música e a dança sempre exerceram uma atração mágica porque elas são os símbolos do ato de viver". A música tem estado tradicionalmente presente em nossos congressos para homenagear a cultura nacional. É o que vamos fazer agora, ouvindo a música "Samba para Vinícius", rememorando o poeta e compositor, Vinícius de Moraes, cujo 90° aniversário se completaria no próximo dai 30.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de lembrar que após esta Sessão Solene, ainda teremos a eleição da Mesa Diretora do Congresso e a aprovação do Regimento Interno.

Agora, é com alegria e satisfação que passo a palavra ao Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, companheiro José Genoíno.



José Genoíno - Presidente do PT: Boa noite, companheiros e companheiras. Quero abraçar a Mesa Diretora do IX Congresso do Partido Socialista Brasileiro, na pessoa do Presidente Nacional do PSB, Miguel Arraes; do Presidente de Honra, Jamil Haddad; dos familiares de Evandro Lins e Silva; do Presidente do Partido Comunista do Brasil, Renato Rabelo; e abraçar todos os delegados, companheiros e companheiras deste IX Congresso.

Em primeiro lugar, é um dever estar aqui e compartilhar com vocês um agradecimento ao esforço que os nossos partidos desenvolvem para construir uma unidade, numa aliança política, para governar o Brasil; para cumprimentar vocês e demonstrar, com a nossa presença aqui, o reconhecimento do PT a essa parceria estratégica com o PSB. É uma parceria com um partido de esquerda, que visa construir um projeto estratégico para o nosso país.

Nós da esquerda, do PT, do PSB, do PCdoB e de tantos outros militantes de esquerda do Brasil, em partidos e fora de partido, temos uma história de heroísmo, uma história de luta e de resistência; nós temos uma história de sonhos; nós temos uma história de que todo mundo colocou a sua cara, colocou a sua vida e todo mundo pagou pelo que acreditou e pelo que fez.

Hoje, a esquerda brasileira tem um desafio histórico no atual período político brasileiro, que é construir um projeto positivo e alternativo de mudança

do Brasil. Esse é um desafio que não é feito por um homem, nem por um partido. Será feito por uma coalizão partidária, por um movimento social, por uma vontade nacional que produza a relação dialética entre o objetivo da mudança e o processo de construir essa mudança. Nem podemos transformar o processo em fim, nem podemos comprometer a mudança, como se um ato de vontade pudesse simplesmente mudar o Brasil. Quando ganhamos a eleição, nós assumimos um compromisso de mudança.

O Brasil que a esquerda quer é um Brasil soberano, um Brasil que cresça com renda e emprego, um Brasil republicano, um Brasil que inclua milhões e milhões de brasileiros, um país democrático. Nesta síntese de cinco objetivos estratégicos, o nosso projeto jamais pode deixar de realizar o compromisso militante da mudança. E esse compromisso militante da mudança exige, muitas vezes, de nós militantes políticos, perseverança, paciência, tolerância e muita capacidade de construir essa política. É muito mais fácil fazer oposição do que construir a mudança, sendo governo - construir numa realidade política desfavorável para, ao mesmo tempo, construir uma maioria política e uma maioria social, fazendo também o debate das nossas divergências e das nossas idéias. Eu quero dizer para vocês que o PT está aprendendo muito nesse processo. Está aprendendo a compartilhar com os demais partidos o exercício democrático do poder. É compartilhar para valer, não apenas uma hegemonia, no sentido exclusivista. É compartilhar dificuldades, compartilhar, compartilhar problemas. Eu quero dizer para vocês aqui que, como Presidente do PT, a minha experiência política nesses onze meses de reuniões com o Presidente do PSB, Dr. Miguel Arraes, com o Ministro Roberto Amaral, com os dois líderes na Câmara e no Senado, eu quero agradecer a vocês porque em todos os momentos de dificuldade, nós sempre recebemos do PSB uma postura de solidariedade, de compreensão, com o governo cujo Presidente fundou o Partido dos Trabalhadores. Eu quero deixar isso bem claro e faço questão de deixar isso claro para o PT porque nós queremos construir com os companheiros do PSB, uma aliança de governo, uma aliança política dos movimentos sociais. Eu estava fazendo um debate na CUT e estavam lá, na mesma articulação política, os companheiros do PSB, fazendo um debate numa área extremamente delicada para quem governa o Brasil, que é a área sindical. Esse é um debate que nós vamos realizar, e se depender do PT, eu vou trabalhar para que nós possamos fazer alianças políticas e eleitorais em 2004. Eu vou trabalhar para que o PT procure ceder espaço; para que o PT, como um partido de governo, compreenda que as companheiras e os companheiros do PSB são parceiros e não aliados do PT e do governo do PT. Eu sei que nós aqui temos histórias comuns, de partido, de militância social e de militância política. Toda essa história em momentos cruciais de decisão que, muitas vezes, nós somos obrigados a tomar. Quem é governo, vive a contradição no fio da navalha,

entre a ética da responsabilidade e a ética da convicção. A nossa arte é não perder o lado; a nossa arte é não deixar de ter causa; a nossa arte é não deixar de ter sonhos. Nós podemos demorar; o processo, às vezes, pode ser um pouco tortuoso; mas o nosso objetivo tem que ser muito claro porque a responsabilidade histórica da esquerda brasileira, de mudar o Brasil com um governo que representa a unidade da esquerda, não pode ser desperdiçada. O PT tem que compartilhar os seus problemas, as suas dificuldades, com essa aliança com o Partido Socialista Brasileiro.

Por isso, companheiros e companheiras, o debate, a discussão, produz esta unidade. Vocês sabem como o PT debate, como o PT discute, como o PT está tensionado e como eu estou no centro desse tensionamento. Eu não gostaria de estar cumprindo o papel que estou fazendo, mas eu sempre fui de um time, mesmo quando cantava a "Internacional" nos cinco anos em que cumpri pena no Carandirú, para nos despedirmos dos companheiros que iam embora. Como cantei várias vezes para os que foram e como cantaram para mim depois de cinco anos na cadeia. Eu sou de um time que tem lado, mas que para saber jogar não pode ser dono da bola. Por isso, meus companheiros, o PT vai trabalhar para que as nossas relações com o PSB sejam relações cada vez mais companheiras, mais solidárias e mais parceiras. Viva o Partido Socialista Brasileiro!.

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Dando continuidade ao nosso IX Congresso, é com muita honra que passo a palavra ao Presidente Nacional do Partido Comunista do Brasil, Renato Rabelo.



Renato Rabelo - Presidente Nacional do PCdoB: Quero cumprimentar o meu caro Presidente Miguel Arraes, com quem nós temos

uma relação de amizade de longa data, desde o exílio em Paris, quando nós tínhamos oportunidade de conviver com esse grande patriota nessa troca de idéias e busca de identidade de pensamento. Cumprimento também o nosso companheiro Jamil Haddad, Presidente de Honra do Partido Socialista Brasileiro. Eu queria também me dirigir à Ana Lins e Silva, filha desse grande patriota brasileiro, Evandro Lins e Silva. Através desses companheiros, eu cumprimento os demais membros desta Mesa, em especial, o Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, como também me dirijo aos delegados e delegadas deste IX Congresso do Partido Socialista.

Eu queria dizer para vocês que a relação entre os nossos dois partidos não é uma relação política fortuita, ou uma relação puramente conjuntural. Acreditamos que essa relação é baseada em uma série de identidades e pontos de vista políticos, na busca desse grande ideal, que é o socialismo. Evidentemente, é um socialismo renovado, levando em conta a experiência do século passado. Portanto, a nossa identidade é uma identidade mais profunda e tem um sentido estratégico.

Eu queria dizer também para os companheiros e companheiras que nós nos encontramos nessa quadra da nossa política, nessa quadra da história do Brasil, diante de um grande desafio. É um desafio que é maior do que os desafios que nós já enfrentamos, porque se trata de governar o Brasil, um país gigantesco e de muitas potencialidades. É o desafio de governar esse país sob a direção desse eminente brasileiro - Luís Inácio Lula da Silva. Para nós, isso tem um sentido histórico profundo porque nós vivemos uma virada política no nosso país. É uma virada histórica porque é a primeira vez que essas forças políticas e sociais chegam ao governo da República. É por isso que damos um grande significado a essa virada política; é por isso que essa virada repercute no mundo inteiro e o mundo nos olha e fica acompanhando o que vai acontecer com o Brasil depois da vitória dessas forças democráticas, patrióticas, progressistas, socialistas, comunistas. Portanto, a nossa responsabilidade é muito grande. Este ano, e sobretudo nesse último mês, nós tivemos oportunidade de ter contato com uma série de delegações estrangeiras, da China, do Vietnã, da África do Sul, da Argentina e de vários países, e todas elas sempre batiam na mesma tecla - a responsabilidade de vocês é muito grande porque os povos do mundo inteiro esperam que o Brasil busque uma saída, uma alternativa, diante dessa nova realidade que vive o país, no mundo globalizado.

Essa responsabilidade histórica, não é uma responsabilidade qualquer. Essa é a primeira grande questão. Assim, é importante considerarmos que essa aliança dos partidos de esquerda que compõem a base do Governo Lula é fundamental para o nosso êxito. É necessário que o governo possa governar

com uma ampla coalizão. Essa é a realidade da batalha atual. Se não for assim, não se governa. Mas é importante considerar que, nessa ampla coalizão, tem um núcleo que é conformado pelos partidos de esquerda. É por isso também que nós compreendemos que é necessário, nessa quadra política, o crescimento do PT, o crescimento do PSB, o crescimento do PcdoC, e não o crescimento de um partido só. O crescimento desses partidos é fundamental para que a gente alcance o objetivo da mudança. Essa é a nossa compreensão. Não cabe essa idéia de que o crescimento é só de um partido. Se o crescimento for um crescimento único, exclusivo - perde o povo e perde o país. É essa expressão plural do pensamento de esquerda que compõe a realidade brasileira e isso é fundamental para nós alcançarmos o êxito.

As eleições do ano que vem têm um grande papel nesse sentido. Como já dizia o Presidente do PT, José Genoíno, a nossa compreensão é que nós devemos colocar no centro disso tudo essa visão de unidade da esquerda. Devemos levar em conta os interesses próprios de cada partido, mas a unidade é fundamental. Os partidos que compõem a base do Governo Lula não podem perder as eleições do ano que vem. Essa vitória política também é importante para o fortalecimento do próprio governo, mas o nosso grande desafio é construir um novo projeto.

O que é a mudança? A mudança para nós é a construção de um novo projeto. Que projeto? Um projeto nacional de desenvolvimento democrático. É um projeto em que a gente retome o desenvolvimento, depois de mais de duas décadas de estagnação. E temos um desafio maior ainda - desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social. Então, não é qualquer coisa. Nós temos que responder a esse anseio de desenvolvimento, a esse anseio de construir milhões de emprego em nosso país, de edificar a nossa infra-estrutura, de ter moradias e universalização para a saúde e a educação. Esse é um grande desafio, não é um desafio qualquer. E o tempo que o governo tem para enfrentar esse desafio é de apenas quatro anos. É por isso que o desenvolvimento no Brasil não pode ser um desenvolvimento contido; não pode ser um desenvolvimento que é uma semi-estagnação. O desenvolvimento que o Brasil carece é um desenvolvimento acelerado e sustentado, em que a gente responda a esse problema do desemprego e do aumento da renda dos trabalhadores. Num desenvolvimento contido, nós não vamos responder isso. O Brasil não pode viver como anão. O Brasil tem estatura e condições para viver e se desenvolver como gigante.

O Governo Lula vem criando as condições e trabalhando nesse sentido. Evidentemente, a herança que nós encontramos é uma herança perversa, uma herança difícil, com grandes dívidas e vulnerabilidade externa, com uma série de problemas emergenciais a serem resolvidos, além dos problemas estruturais

graves. Portanto, não encontramos um país preparado para crescer; encontramos um país estagnado, um país com graves problemas sociais. Portanto, essa base inicial de unidade, formando a maioria política, e a construção de um projeto de desenvolvimento é o desafio do governo. É essa a grande questão que se coloca diante de nós. Nesse sentido, o PCdoB vai procurar se empenhar em dar a sua contribuição, levando em conta o êxito do Governo Lula porque, o fracasso do governo será um fracasso nosso. A divisão de forças que apóia esse governo hoje, seria uma atitude reacionária, uma atitude de retrocesso. A vitória do Governo Lula é a vitória do povo, é a vitória dos trabalhadores, é a vitória das forças avançadas do nosso país. Essa é a nossa compreensão. Por isso devemos nos empenhar para vencer esse desafio, e o nosso partido, em aliança com os partidos de esquerda, aprofundando a nossa relação política e a nossa amizade, chegaremos lá. Portanto, eu quero desejar êxito a esse IX Congresso do Partido Socialista Brasileiro. Viva o PSB!

SAUDAÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS NO PSB

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Estamos caminhando para o final da Sessão Solene de Abertura do IX Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Porém, antes de passarmos a palavra ao último orador, gostaríamos de pedir uma saudação especial para os movimentos que estiveram reunidos durante todo o dia de hoje, aqui no recinto da Academia de Tênis.

Aqui estiveram os jovens da JSB, que elegeram o companheiro Josué Freitas, seu novo Secretário Nacional, para quem pedimos uma salva de palmas. Aqui estiveram também as mulheres, sob a liderança da nossa querida Secretária Nacional, Mari Machado. Aqui estiveram os nossos companheiros e lideranças sindicais do PSB, que discutiram seus temas e reelegeram o companheiro Joílson Cardoso para continuar como Secretário Nacional do Movimento Sindical junto à Executiva Nacional. Também estiveram reunidos os companheiros dos movimentos populares, sob a coordenação do companheiro Gilmar Mangueira. Pela primeira vez, eu creio, esteve reunido o Movimento Negro do Partido Socialista Partido Brasileiro. Saudamos a todos os movimentos sociais e populares do PSB, eles são a seiva que alimenta o nosso debate político e levam de forma orientada e organizada o Partido à população, à sociedade. Esperamos que eles ganharem cada dia mais importância e mais espaço no Partido Socialista Brasileiro.

Para encerrar esta primeira sessão, quero passar a palavra, com muita satisfação, com muita alegria e com muito orgulho, ao nosso grande líder, o Presidente Nacional do PSB, Miguel Arraes, para fazer a sua saudação aos delegados vindos de todos os cantos do nosso querido País.



Deputado Miguel Arraes - Presidente Nacional do PSB

Miguel Arraes de Alencar - Presidente Nacional do PSB: Quero cumprimentar o companheiro Jamil Haddad, Presidente de Honra do nosso PSB; o Ministro Roberto Amaral; os senhores deputados, senadores, prefeitos, vereadores; senhores presidentes dos partidos irmãos, que aqui nos dão a honra e a alegria da sua presença. E quero fazer uma saudação especial ao senhor Embaixador da Argélia, pois lá fui acolhido e lá permaneci no exílio 14 anos. Tenho que dar o meu testemunho da acolhida que lá tiveram os exilados de toda a América Latina, fora os exilados de outros continentes. Quando lá estive, calculava-se que, só na cidade de Argel, existiam perto de 8.000 exilados, desde a Ásia à América Latina. Quero aproveitar a presença do senhor Embaixador da Argélia para dizer que isso sempre está presente na memória de todos nós e que transmitimos essas informações à nossa gente e ao nosso povo.

Todos sabem que o mundo está cheio de dificuldades. Nós aqui também. Essas dificuldades levam a uma coisa que ninguém gosta e contra a qual todo o mundo luta - a instabilidade. É a instabilidade que traz a falta de perspectiva e que perturba o mundo, os países, os povos e as pessoas. É preciso lutar contra a instabilidade porque, hoje, nós vemos sinais no mundo de que essa instabilidade pode crescer.

Há pouco, o Iraque foi invadido contra as decisões da Organização das Nações Unidas. Isso desequilibra e desestabiliza esse organismo fundamental, nascido depois da II Guerra, e que procura encontrar caminhos para a negociação e para a paz no mundo. Essas relações estão arranhadas, como arranhadas já estavam disposições outras, com as das reparações de regra. O

Iraque foi obrigado a pagar indenizações ao Kuait, mas ninguém pagou indenizações ao Vietnã cujo povo foi massacrado pelo maior bombardeio já havido, maior do que o da II Guerra Mundial, com novos explosivos e produtos que destruíram a sua natureza, o seu território. Nós temos que estar atentos a essas mudanças, a esses sintomas que podem chegar a toda a parte, se as coisas não forem conduzidas de modo a que haja alguma estabilidade neste mundo.

O Governo Lula tem dado vários passos no sentido de fazer frente a esse receio. Tem procurado aglutinar a América Latina; tem buscado parcerias com os países emergentes; tem procurado mostrar que o Brasil está voltado para os continentes, que antes não eram visitados, nem vistos, nem falados, por sucessivos governos neste país. Pelo menos, temos esta forte tentativa, que eu espero que possa progredir e ser vitoriosa em benefício do mundo que precisa de paz, que precisa de condições de trabalho.

Internamente, nós temos o receio da instabilidade. Esse receio está na cabeça de muita gente e não pode crescer a ponto de perdermos a cabeça. Nós temos que saber como conduzir e administrar a difícil situação deixada por Fernando Henrique Cardoso. Ele deixou uma herança maldita para o povo brasileiro - endividou o nosso país, vendo o que tínhamos e deixou esta herança pesada nas mãos do seu sucessor. Como administrar este peso? Como fazer para não desequilibrar o país? Mas sobretudo, como fazer para que não haja desequilíbrio entre a estabilidade econômica e a estabilidade social, que se vê ameaçada com o desemprego, a falta de condições de vida do povo, a paralisação da produção? O nosso país não pode sair da situação em que se encontra, com as medidas até agora tomadas. São necessárias outras medidas. O Brasil só poderá sair da situação difícil que estamos vivendo, através da mobilização do seu povo para o trabalho. O que cria a riqueza é o trabalho. Não é com 40 milhões de famintos, nem com desemprego, que sairemos da situação extremamente penosa em que vivem muitas camadas deste país, sobretudo as periferias das grandes cidades, e o nordeste, onde se encontra a metade dos indigentes do Brasil. Esta é uma questão central, para a qual nós temos obrigação de contribuir. Não dando receitas, mas ajudando a encontrar os caminhos que possam levar a sairmos dessa situação em que nos encontramos. O povo não quer a instabilidade; o povo se interessa por estabilidade, por emprego, por sobreviver. A instabilidade sempre tem servido para jogar o país nas mãos das ditaduras, nas mãos daqueles que querem aprofundar a exploração violenta em todos os recantos do Brasil.

É para fazer frente a questões como esta que nós precisamos do Partido Socialista Brasileiro e precisamos da aliança do PSB com os outros partidos de esquerda, que têm a mesma preocupação. Ninguém aqui, e muito menos eu,

precisa de um partido para o seu destino político. O meu destino político já foi feito. Eu já não tenho mais porque estar pensando nele. Sempre adotei a posição de servir. Sou servidor público, há mais de 60 anos. Fui funcionário, escriturário, ocupei muitos cargos, mas nunca ocupei nenhum cargo que não fosse legítimo, que não viesse das mãos do povo, ou que não fosse fruto da minha capacidade. Portanto, todo mundo sabe que eu não preciso do partido para mim. Quando entrei no PSB, não quis nem aceitar um lugar ocupava na Comissão Executiva Nacional. Sendo eu governador, recusei e fiquei como simples militante. Não me atraía isso porque eu apenas queria assumir, no Partido Socialista Brasileiro, a posição que sempre tive na minha vida pública - desde que comecei como Deputado Estadual em Pernambuco, desde que fui Prefeito do Recife. Eu queria simbolizar a minha trajetória política numa sigla que tivesse aceitação, que fosse respeitada, que não fosse uma sigla de aluguel, como muitas que existem no nosso país. Sempre procurei ajudar, quando convocado, na construção do Partido Socialista Brasileira, com o objetivo de servir ao meu país e ao povo brasileiro, com o objetivo de ir construindo, pouco a pouco e com paciência, um instrumento que viesse a ajudar as outras forças políticas a solucionar os intricados problemas que sempre tivemos.

No início, nossas condições eram extremamente precárias. Todos os companheiros sabem disso. Nós não tínhamos sequer recursos para as passagens de pessoas que deveriam fazer serviços no país inteiro; nós não tínhamos uma sede; não tínhamos assessoria; porque os recursos não chegavam para tanto. Recentemente, o partido teve várias conquistas. O partido rompeu a cláusula de barreira com a grande mobilização interna que foi feita nas últimas eleições. O partido ganhou vitalidade, quando foi possível dar pequenos sustentos de que podíamos dispor, para os segmentos internos do PSB - o Movimento das Mulheres, para os sindicatos e para a juventude. Assim, começamos a movimentar as bases sociais, que pouco a pouco devemos ir ajudando a organizar, junto com as demais forças que lá estão.

Tivemos esse avanço, mas vamos precisar avançar muito mais, com as condições que foram conquistadas pelo trabalho de toda a nossa militância. Agora é possível uma discussão mais ampla dos nossos programas; é possível organizar um congresso como este; é possível organizar seminários que vão esclarecer as bases do partido sobre as teses fundamentais ligados aos grandes problemas que temos que abordar. Portanto, é possível haver um maior relacionamento interno porque podemos já deslocar algumas pessoas para visitas aos estados, visando uma interligação mais forte entre a direção central e as direções estaduais e municipais.

Portanto, o PSB entra numa nova fase, com a reestruturação que foi promovida, e que deve continuar, para que nós possamos seguir a organização

do Partido, tornando-o efetivamente ligado às bases populares do país. É preciso acabar com um Diretório formado por apenas algumas pessoas, somente para constar que temos um Diretório, sem nenhum trabalho diante da população. É preciso começar a cobrar tarefas e pedir aos companheiros uma colaboração mais intensa para que possamos ir compreendendo as questões que existem neste país.

Somos um país diversificado, com miséria em toda parte, mas misérias diferentes umas das outras, porque foram causadas por situações sociais diversificadas. Nós precisamos entrar nestas bases, conhecer a vida da nossa população, perguntar a ela o que quer, quais as soluções que ela propõe. Muitas vezes encontramos, no meio do povo, soluções que dão certo. Algumas soluções propostas pelo povo dão mais certo do que projetos feitos nos gabinetes, sem respeito à inteligência da nossa gente. Nós precisamos levar a tecnologia avançada para o meio da massa. Costumam dizer que a riqueza do pobre é a imaginação. Nosso povo sobrevive pelo elevado grau de imaginação que tem, para se virar e arranjar comida do nada, arranjar comida de coisas que inventa e que faz para sobreviver e sustentar a família. O inter-relacionamento entre "os doutores" e a população é fundamental para resolver os estrangulamentos que existem na produção brasileira, sobretudo para aqueles que não têm nenhuma assistência e não conseguem ultrapassar essas barreiras do conhecimento por falta de assistência direta, por quem lhe venha ensinar como fazer.

Portanto, precisamos, sobretudo, estar dentro da população, no meio da sociedade, acompanhando o que lá existe, informando e dando as observações possíveis para que busquemos soluções que partam do conhecimento concreto das realidades de cada lugar e de cada área do país. Vamos, portanto, tratar de alimentar esse debate sobre as questões internacionais e nacionais e adequar o Partido Socialista para ser o veículo desse debate. Nesse debate, precisamos juntar o saber dos doutores com a sabedoria popular. Se fizermos isso, teremos dado um grande passo a frente.

Precisamos da ajuda e da compreensão de todos, pois não nos propomos a fazer milagres. Podemos prometer trabalhar, como sempre procuramos fazer, dentro das nossas possibilidades, para realizarmos a nossa principal tarefa de encontrar os caminhos que levem à manutenção e à expansão da soberania brasileira e à solução dos problemas do povo, sobretudo dos excluídos, dos rejeitados, que existem aos milhões por este país afora. Muito obrigado a vocês pela presença. Até outro dia.

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Agora, desfazemos a Mesa da Sessão Solene de Abertura, com os agradecimentos especiais aos nossos convidados e, ato contínuo, nós passaremos à eleição da Mesa Diretora e votação do Regimento Interno do IX Congresso Nacional do PSB.

ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO IX CONGRESSO NACIONAL DO PSB



Mesa Diretora do Congresso: Deputado Casagrande, Deputado Alexandre Cardoso e Primeiro Secretário Carlos Siqueira

Carlos Siqueira - Primeiro-Secretário Nacional do PSB: Passamos a palavra ao Presidente, Miguel Arraes, para que apresente a proposta de Mesa Diretora do IX Congresso Nacional do PSB.

Miguel Arraes de Alencar - Presidente Nacional do PSB: A Comissão Executiva Nacional aprovou a indicação de três companheiros para a Mesa Diretora dos trabalhos do IX Congresso Nacional do PSB - Carlos Siqueira, Renato Casagrande e Alexandre Cardoso. Submeto essa indicação à apreciação dos companheiros. Se tiver alguém que quiser usar da palavra, ela será concedida. Não tendo ninguém que queira se pronunciar, em votação. Os que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovada a Comissão.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Ao assumir a Presidência da Comissão Diretora do IX Congresso, eu acho fundamental que as pessoas entendam que o debate político das grandes causas é que deve nortear este congresso. Eu vou colocar o Regimento em votação e acho importante que os senhores delegados que é a votação desse Regimento que vai nortear o nosso IX Congresso. Eu destacarei os seguintes pontos:

Art. 1° - O IX Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro – PSB, será realizado nos dias 5, 6 e 7 de dezembro de 2003, nas instalações da Academia de Tênis, no Americel Hall, em Brasília-DF.

Art. 2° - O IX Congresso Nacional do PSB deliberará sobre o seguinte temário:

1. Políticas Estratégicas para o País
2. Transformando o PSB em um Partido de Base Popular
3. Avaliação da Participação do PSB no Governo Federal Questão Regional
4. Discussão das Propostas sobre a Reforma Política e
5. Discussão sobre a Reforma Trabalhista e Sindical
6. Estratégias do PSB para as Eleições Municipais de 2004
7. Revolução Tecnológica e a Crise do Capitalismo

O Regimento já foi distribuído. Colocarei em votação o Regimento. Os senhores que aprovam o Regimento permaneçam como estão. Aprovado o Regimento do IX Congresso Nacional do PSB.

O Regimento foi distribuído aos senhores delegados. Tem algum questionamento a ser feito?

Participante não-identificado: Eu tenho. Eu acho um absurdo o que aconteceu aqui. Esse deve ser um partido democrático. Não se vota dessa maneira. A gente tem que discutir. Tem uma parte que é um absurdo - se houver duas chapas, vão ter duas urnas com o nome das urnas. Isso não é voto secreto. Isso vai contra a história do nosso partido.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: A Reforma Política vai definir o que é voto direto e indireto. O voto aqui é o voto por representação. A democracia pressupõe que no voto por representação, a manifestação seja direta. Essa é a posição da Mesa e é a posição que os democratas defendem. A votação aqui é por representação. O Regimento foi distribuído e eu considero a matéria vencida e votada. Muito obrigado. Considero encerrada a sessão de abertura do Congresso. Muito obrigado.

Participante não-identificado: Nada disso. Isso é um absurdo. Não se pode admitir no Partido Socialista Brasileiro essa atitude. Isso não é postura da Mesa não. O Regimento tem que ser discutido, não pode ser aprovado na sua íntegra, sem levar em consideração os destaques. Isso é um absurdo.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Democracia não é isso que vocês estão fazendo. É discussão na hora exata. O Regimento foi aprovado. Todo mundo leu e houve tempo suficiente.

Participante não-identificado: Que tempo? Qual foi o tempo que foi dado para os destaques? Não existe aprovação de regimento sem a sua devida leitura. Qual foi o tempo permitido para os destaques?

Participante não-identificado: Eu quero fazer aqui um recurso à Mesa, ao companheiro Alexandre Cardoso no sentido que ele escrevesse um companheiro para defender a posição que está destacada e um outro para fazer a defesa contrária. Eu quero que a gente faça um debate nos respeitando para que possamos ser socialistas de verdade. É preciso que nós possamos lidar com a divergência, como estamos acostumados a fazer. A proposta é que quem tem destaque apresente o destaque, que seja feita uma defesa a favor do destaque e outra contrária, que seja feita a votação e que a minoria respeite a maioria, porque essa é uma lei básica da democracia. E que a maioria respeito o direito da minoria colocar seu posicionamento.

Participante não-identificado: Eu quero dizer aos companheiros que as regras que estão estabelecidas para este IX Congresso foram regras construídas numa Comissão que eu tive a honra de participar junto com o Governador Ronaldo Lessa e com outros companheiros. Eu quero dizer que o Regimento que está apresentado à Mesa foi aprovado pela unanimidade da nossa Executiva. Este plenário tem o direito soberano oferecer as mudanças que queira fazer. Agora, ninguém vai fazer mudança no grito. Eu quero ouvir a resposta da Mesa.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Eu vou pedir aos delegados que tomem lugar nos assentos deste plenário. Por solicitação de diversas lideranças, eu vou reabrir a questão, vou aceitar ponderações que foram feitas, e vou apresentar a seguinte proposta. Nós temos um Regimento. Eu vou pedir para que uma pessoa faça as propostas de alteração do Regimento, e uma outra que faça a defesa do Regimento como está. As alterações que forem propostas serão submetidas a votação. Então, eu gostaria de fazer as inscrições daqueles que vão solicitar alterações no Regimento. Então, quem vai propor alteração no Regimento deve fazer a inscrição com o companheiro Renato Casagrande.

Carlos Siqueira: Companheiro Alexandre, eu tenho uma proposta de encaminhamento que eu quero submeter à Mesa. Para ganhar tempo, eu acho que nós poderíamos proceder à leitura e os companheiros fariam os destaques porque podem existir propostas coincidentes. Depois, as pessoas defenderiam os artigos destacados para, então, a proposta ser encaminhada ao Plenário.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Eu parti do princípio que o Regimento tinha

sido distribuído e os delegados já o teriam lido. Mas, já que há uma maioria a favor da leitura, vou pedir ao companheiro Carlos Siqueira que proceda à leitura do Regimento. Entretanto, temos uma questão de ordem do companheiro Domingos Lioneli, que precede a leitura.

Domingos Leonelli Neto: O meu estado, a Bahia, decidiu hoje envidar esforços para que haja uma chapa única, capaz de expressar uma unidade política do partido. No entanto, existe a possibilidade concreta de uma disputa democrática entre duas chapas. O que eu quero ponderar à Mesa, como questão de ordem, é que as questões levantadas neste plenário, por qualquer companheiro, sejam consideradas como contribuições, e não como agressões. Nós não podemos adotar aqui o princípio de que, quem por ventura vier a discordar não tem nem direito a falar. Esse princípio não é socialista, não é democrático, não nos assegura a ordem e a fraternidade necessária ao desenvolvimento das nossas teses. A Bahia aprovou uma tese que está aqui contemplada, propondo mudanças no método de direção do partido. Nós discordamos como o PSB vem sendo dirigido. Nós queremos discutir essa tese democraticamente, de forma civilizada. Mas para que o Plenário possa se comportar civilizadamente, é preciso que a Mesa também se comporte respeitosamente com o plenário. Muito obrigado.

Carlos Siqueira - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Eu pediria a permissão do Plenário para passar a ler a partir do Capítulo II, que é onde tem as regras propriamente ditas. O Capítulo I trata da sessão solene que já aconteceu.

REGIMENTO INTERNO DO IX CONGRESSO NACIONAL DO PSB

CAPÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO

Art. 6° - O credenciamento dos delegados ao IX Congresso ocorrerá das 13:00 às 19:00 horas do dia 05 de dezembro.

Parágrafo Único – Os delegados que por razões supervenientes não puderem chegar ao Congresso até as 19:00 horas do dia 05 de dezembro poderão se credenciar mediante a autorização da Mesa do IX Congresso até as 12:00 horas do dia 06 de dezembro.

Art. 7° - A Comissão de Credenciamento poderá indeferir a inscrição

de delegados que não estejam de acordo com as normas estatutárias e regimentais do PSB, especialmente de filiados que eventualmente não tenham realizado o seu recadastramento.

Parágrafo Único – Da decisão da Comissão de Credenciamento que negar inscrição de delegados, cabe recurso, em caráter terminativo, à Mesa do Congresso.

CAPÍTULO III

DOS GRUPOS TEMÁTICOS E DAS PLENÁRIAS DO CONGRESSO

Art. 8° - No dia 06 de dezembro, os delegados serão divididos em 8 (oito) grupos temáticos, no horário das 9:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, visando discutir o temário fixado para o IX Congresso.

Parágrafo Único: Cada grupo temático terá um relator designado pela Coordenação do IX Congresso, o qual ficará encarregado de apresentar à Mesa do evento as conclusões de cada grupo.

Art. 9° - Cada expositor terá 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez) minutos para fazer a sua exposição. Os debatedores terão 10 (dez) minutos, prorrogáveis por mais 05 (cinco) minutos para realizarem seus comentários.

Parágrafo Único – Concluídas as exposições, a Coordenação da Mesa dos grupos temáticos, abrirá o debate aos delegados, os quais terão 3 (três) minutos para tecer comentários ou realizar propostas.

Art. 10 – Os grupos temáticos deverão submeter à deliberação dos seus integrantes as propostas divergentes.

Parágrafo Único - Constarão do relatório a ser levado ao plenário, apenas as propostas aprovadas nos grupos temáticos, podendo os autores de propostas rejeitadas nos grupos destacá-las por ocasião da discussão da matéria em plenário.

Art. 11 – Na sessão plenária do dia 06 de dezembro, das 19:00 às 21:00 horas, serão apresentadas as conclusões dos grupos temáticos e a resolução política do IX Congresso, a qual deverá expressar, na medida do possível, as discussões havidas nos grupos acima referidos.

Art. 12 – Além da plenária de abertura do IX Congresso, ocorrerão mais duas sessões plenárias, a saber: a plenária do dia 06 de dezembro, das

19:00 às 22:00, para discutir e deliberar sobre as propostas produzidas nos grupos temáticos. A segunda, às 9:00 horas do dia 07 de dezembro, para eleger o novo Diretório Nacional.

Art. 13 – Na primeira plenária, a Mesa fará a apresentação dos relatórios produzidos nos grupos temáticos e, em seguida, abrirá inscrições para os delegados discutirem as propostas dos grupos.

Parágrafo Único – Cada delegado inscrito terá a palavra por 03 (três) minutos e poderá conceder aparte, porém, a duração será descontada no seu tempo.

Art. 14 – Todos os relatórios, moções e outros documentos políticos do Congresso deverão ser votados na Plenária prevista no artigo anterior.

Art. 15 – A sessão plenária do dia 07 de dezembro será destinada à eleição e posse dos novos membros do Diretório Nacional.

Parágrafo Único – Caso haja mais de uma chapa, a Mesa abrirá inscrições para um representante de cada chapa, para que apresente as plataformas ao plenário pelo tempo improrrogável de 10 minutos.

CAPÍTULO IV

DAS INSCRIÇÕES DE CHAPAS E DA ELEIÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL

Art. 16 – As inscrições de chapa para o Diretório Nacional deverão ser realizadas perante a Mesa do Congresso até as 16:00 horas do dia 06 de dezembro.

§ 1° – Somente poderão ser aceitas as inscrições de chapas completas, com as nominatas de 65 titulares e 1/3 (um terço) de suplentes do Diretório Nacional, além de nomes para os Conselhos de Ética e Fiscal.

§ 2° – Os nomes constantes de uma chapa não podem figurar em outra.

Art. 17 – Far-se-á a composição do Diretório Nacional, obrigatoriamente, de acordo com o percentual obtido por cada chapa que obtenha, pelo menos, 10% dos votos válidos. Para este efeito, observar-se-á a ordem rigorosa dos nomes de cada chapa.

Art. 18 – Havendo mais de uma chapa concorrendo ao Diretório Nacional, haverá votação, com cédulas, que deverão conter o número, ou o nome, de cada chapa, na ordem que for sorteada.

Parágrafo Único – Havendo apenas uma chapa inscrita, a votação poderá ocorrer por levantamento dos crachás e, havendo votos contrários e/ou abstenções, eles serão contados e registrados em ata.

Art. 19 – A votação será realizada através de cédulas, onde constará o número, ou nome, das chapas inscritas para concorrerem ao Diretório Nacional.

§ 1° - Serão instaladas tantas urnas quanto o número de chapas inscritas.

§ 2° – Cada delegado depositará o seu voto na urna de número corresponde ao número da chapa de sua escolha à vista dos membros da Mesa e dos fiscais de cada chapa.

Art. 20 – As mesas de votação serão constituídas por três mesários indicados pela Mesa do Congresso.

§ 1° - Cada chapa indicará um fiscal para cada mesa de votação a fim de acompanhar os trabalhos de votação e de apuração.

§ 2° - O delegado deverá apresentar, na hora da votação, o cartão de identidade partidária e um documento oficial de identidade que contenha a fotografia do eleitor.

Art. 21 – Eventuais impugnações serão apreciadas e decididas pela Mesa do Congresso.

Art. 22 – Será eleita a chapa que obtiver a maioria de votos.

Art. 23 - As resoluções do IX Congresso serão publicadas na forma de memorial, no prazo de 30 dias após a realização do evento.

Art. 24 – Os casos omissos serão decididos pela Mesa do IX Congresso.

Art. 25 – Este Regimento entra em vigor a partir do momento de sua aprovação pelos delegados do IX Congresso Nacional do PSB.

Com a palavra, a Presidência para proceder à análise dos destaques.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: A Executiva apresentou essa proposta de alterar o prazo de credenciamento para as 16:00 horas de amanhã. Nós temos quantos destaques? Há quatro destaques e eu vou pedir aos autores dos destaques para defenderem o destaque por 3 (três) minutos. O primeiro autor de destaque é o Francisco de Assis Júnior que destacou o Parágrafo Único do Art. 6°.

Francisco de Assis Júnior: Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa e cumprimentar a todos os congressistas aqui presentes nesse brilhante congresso. O meu destaque em relação ao Art. 6°, Parágrafo Único é que o Diretório Nacional encaminhou, na segunda quinzena do mês

de outubro, um jornal informativo a todos os diretórios estaduais, onde constava uma proposta de Regimento Interno, como também aqui já existe um novo projeto de Regimento Interno. Eu queria deixar claro que essa é uma proposta que os congressistas deverão aprovar exatamente neste momento. O projeto de Regimento Interno foi tirado pela Executiva, mas tem que ser referendado aqui por todos os congressistas. Então, baseado no que aconteceu na segunda quinzena do mês de outubro, onde nós recebemos em Alagoas esse jornal informativo, onde constava a figura de suplente de delegado e também delimitava um espaço de tempo para que ele, na ausência do titular, pudesse automaticamente exercer a função de delegado, substituindo o delegado titular. Para nossa surpresa, isso foi suprimido nessa segunda proposta de Regimento Interno. O Diretório Estadual de Alagoas, como eu acredito que os outros Diretórios de todo o país, resolveu seguir exatamente aquela primeira proposta encaminhada pelo Diretório Nacional. No nosso Congresso Estadual, além dos delegados titulares, nós tiramos os nomes dos delegados suplentes, e inclusive, encaminhamos a Ata para o Diretório Nacional. Para a nossa surpresa, hoje nós vimos que a figura do delegado suplente foi suprimida. Nós seguimos rigorosamente o que tinha no informativo previsto naquele jornal, direcionado por parte do Diretório Nacional. Então, eu tiraria como destaque que fosse ressurgida a figura do delegado suplente para que, na ausência do titular, o suplente possa exercer a sua função de titular. Além disso, no Parágrafo Único, eu pediria que fosse suprimida a expressão "mediante a autorização do IX Congresso". Por quê? Em relação aos delegados titulares que por razões supervenientes não poderem chegar ao Congresso até às 19:00, se eles já são delegados e já estão inscritos no próprio Diretório Nacional como delegados, acho que o prazo de credenciamento deveria ser dilatado até às 12:00 horas de amanhã para que os delegados titulares que não puderam chegar a tempo hoje, amanhã, possam exercer o seu direito democrático de participar do Congresso do PSB, porque eu acho que é essa a nossa função. Nós estamos aqui para discutir a democracia interna do Partido. Obrigado.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Essa proposta foi aprovada por unanimidade pela Executiva. Já que não houve nenhuma manifestação contrária na Executiva, eu vou pedir ao Relator, o companheiro Carlos Siqueira, para fazer os esclarecimentos necessários ao destaque proposto pelo companheiro Francisco.

Carlos Siqueira - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Há uma primeira questão que me parece que pode ser consensual aqui porque é uma emenda do próprio Relator do Regimento. A proposta é

que o Plenário autorize que o delegado, que por qualquer razão não pôde chegar aqui hoje, possa fazer o credenciamento até as 16:00 horas de amanhã. Essa é a minha proposta. Se o Plenário estiver de acordo, eu pediria que se colocasse essa proposta em votação para que eu pudesse tratar da segunda questão do mesmo parágrafo.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Não tendo manifestação contrária, a proposta é que seja prorrogado até as 16:00 horas de amanhã o prazo de credenciamento dos delegados. Quem estiver de acordo levante o crachá. Os delegados que rejeitam a proposta, levantem os crachás. Está aprovada, por ampla maioria, a dilatação do prazo de credenciamento até as 16:00 horas de amanhã.

Carlos Siqueira - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Eu chamaria a atenção para a segunda questão que foi levantada pelo companheiro, ele tem razão em parte. Realmente, na proposta que foi encaminhada no Boletim n° 1, como Relator, eu fiz uma proposta em que não haveria a figura de delegado suplente. Isso foi votado na Comissão Executiva Nacional. O companheiro do Partido, ao fazer a digitação cometeu essa incorreção que, por um descuido nosso, foi publicada. Na reunião seguinte da Executiva Nacional, eu chamei a atenção para o engano, e a Executiva Nacional aprovou, por unanimidade, que não haveria suplente e esta notícia foi dada antes da realização dos Congressos Estaduais, no Boletim n°2. Os companheiros dos diferentes estados, com exceção dos que não atentaram para a informação do Boletim n°2, não remeteram à Secretaria Nacional do Partido a relação de delegados suplentes. Por isso, foi processado hoje aqui o credenciamento sem que se previsse a figura do delegado suplente. Portanto, esta é uma matéria vencida e a aprovação dela prejudicaria a grande maioria das outras delegações que, pela informação publicada e aprovada pela Executiva Nacional, não remeteram as relações de delegados suplentes. Peço ao Presidente que proceda à votação.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Colocados os devidos esclarecimentos, eu vou colocar em votação. Questão de ordem.

Participante não-identificado: Eu só gostaria de informar, por uma questão de ordem de que esse Boletim n°2 não chegou ao nosso Estado.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Isso não é questão de ordem. Vou colocar em votação a proposta da Executiva. Os delegados que aprovam a proposta da Executiva,

levantem os seus crachás. Os delegados que rejeitam a proposta da Executiva e estão votando a favor do destaque, levantem os seus crachás. Aprovada a proposta da Executiva por ampla maioria. Agora temos um destaque do Parágrafo Primeiro, Art. 19. Você tem até 3 (três) minutos para defender o destaque.

Heleno Alves: O Parágrafo Primeiro do Art. 19 define que serão instaladas tantas urnas quanto o número de chapas inscritas. Eu acho que é um equívoco você instalar urnas por número de chapas inscritas. Você instala urnas de acordo com a necessidade daquele pleito. Você não pode determinar que a chapa A, ou chapa B, ou chapa C tenha a sua urna específica. Você tem que ver o que é o melhor para o processo ter um andamento mais rápido, mais eficiente e mais democrático também. Então, com relação a isso, a proposta é que a expressão "quanto ao número de chapas inscritas" seja substituída por "quanto a necessidade do pleito exigir". Se a Direção do Partido, e a militância também, pedem para que a gente tente ter uma unidade, como nós iremos atingir essa unidade se aqui no próprio Regimento você já está provocando as divergências? O Dr. Miguel Arraes disse aqui que, muitas vezes, os doutores fazem os seus projetos nas salas, subestimando a inteligência e a capacidade do povo. É isso que estão tentando fazer aqui. Será que essa plenária não vê isso? Eu proponho à Mesa que essa expressão seja suprimida e que se deixe claro que vão ser instaladas quantas urnas o pleito necessite e não especificamente por chapas.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Pela Comissão, vai defender a proposta da Direção que foi aprovada por unanimidade, o companheiro Beto Albuquerque.

Beto Albuquerque: Acho que está havendo uma pequena confusão na avaliação do companheiro, respeitosamente. Um Congresso de Partido não tem voto secreto. A rigor, a votação do Congresso de Partido deveria ser feita por contraste. Mas como o nosso partido reza pela proporcionalidade, nós temos que contar quantos votos tem uma chapa e tem outra, para sabermos quantos integrantes de uma chapa, ou de outra, virão a compor o Diretório. Então, se não podemos fazer por contraste, nós vamos fazer o voto aberto. É dessa forma que se vota no movimento sindical, em todos os partidos democráticos. A única forma de assegurar o voto aberto é assim. Do contrário, nós vamos querer nos esconder do voto que vamos dar no Congresso.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Em votação. Os delegados que aprovam a proposta da Executiva, levantem os seus crachás. Os delegados que rejeitam a proposta da Executiva e estão votando a favor do destaque, levantem os seus crachás. Uma

ampla maioria aprovou a proposta da Comissão Executiva. O próximo destaque é para o Parágrafo 2° do Art. 19.

Domingos Leonelli: Se eu gostasse de provocação, e se levasse para o terreno pessoal, como se um socialista pudesse ser mais valente do que outro, eu poderia perguntar: Quem tem medo do voto secreto? Por que esse medo do voto secreto? Mas eu não quero entrar nesse tipo de discussão. Eu quero ponderar à Mesa, e aos companheiros, que se há suposição de urna, é porque não existe urna para voto aberto. Isso nunca existiu em lugar nenhum. Quando se coloca a urna é porque se supõe a votação secreta. O segundo ponto é que eu concordo com o companheiro Alexandre, e até mesmo em parte com o que falou o companheiro Beto Albuquerque aqui, que o voto aberto é um voto democrático. O voto de representação, o voto de delegação deveria ser sempre um voto aberto. Porém, em todos os Parlamentos que eu conheço, o voto é aberto quanto se trata de temas, quando se trata de questões de interesse público. Quando estivermos votando aqui temas, propostas, é natural que o voto seja aberto, que os eleitores sejam identificados. Porém, quando se trata de voto nominal, de voto em pessoas, ou de voto em chapas compostas por pessoas, em todos os Parlamentos que eu conheço existe a preservação do eleitor, não por medo, nem por excesso de coragem, porque ninguém aqui é mais corajoso do que outro porque nós somos companheiros iguais. Então, a proposta que eu trago aos companheiros socialistas é que no caso da votação das chapas, que a votação seja feita como em todos os Parlamentos - imprimindo uma cédula com a chapa completa, ou com o nome identificando a chapa, e os companheiros depositam os seus votos. Depois, esses votos são contados e a proporção estabelecida assegura a participação no Diretório Nacional. Existe democracia mesmo fora do socialismo. Vocês têm que respeitar a minha palavra. Eu não tenho medo de ninguém! Eu vou concluir a minha proposta. Eu proponho que a Mesa adote a votação pelo método do voto secreto, com chapas impressas e que esses votos sejam votados democraticamente nas urnas.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Companheiro Heleno Alves, o senhor tem 3 (três) minutos para fazer a defesa.

Heleno Alves: Eu quero dizer o seguinte: eu nunca vi a ditadura da maioria tão preocupada e com tanto medo e receio que se fale aqui. Por que essa preocupação? Em todas as disputas de que eu sempre participei, desde a eleição do grêmio estudantil, quando há mais de duas chapas, nós temos a eleição secreta, nós temos as cédulas que identificam as suas chapas. Eu fico mais preocupado ainda com essa ditadura da maioria porque, em todos os

casos, foi ela que saiu derrotada. Pode até não sair derrotada no processo eleitoral, mas fatalmente, isso irá acontecer no processo político. Eu me admiro de o Deputado Beto Albuquerque chegar aqui e dizer que não existe a votação secreta. O mesmo está cansado de fazer isso na Câmara Federal. Tanto que existe eleição secreta que, no momento em que tentaram violar o voto secreto no Senado Federal, neguinho foi cassado. Então, respeitem pelo menos a legislação do nosso país. A proposta é que se façam as cédulas com o nome de duas ou mais chapas e que os delegados possam depositar seu voto em qualquer uma das urnas colocadas neste plenário.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Para defender a proposta da Comissão, chamo o companheiro Renato Casagrande.

Renato Casagrande - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Senhores delegados e delegadas, eu pedi ao Deputado Alexandre que fizesse a defesa da proposta da Executiva Nacional pela convicção que eu tenho dessa proposta que foi apresentada. Nós temos dois tipos de voto. Temos o voto direto, que é aquele em que o eleitor vai lá e deposita o seu voto, que é o voto que tem um peso e valor individual. Esse voto tem que ser voto secreto. A eleição do nosso sistema eleitoral é o voto secreto, que é para proteger o eleitor. Nós temos o outro voto, que é o voto delegado. É o voto que nós aplicamos no Parlamento, que nós aplicamos aqui no nosso Partido. Cada delegado ou delegada que está aqui recebeu uma delegação para representar um número de filiados e de dirigentes do Partido lá do seu estado. Essas pessoas que estão lá, que não puderam vir aqui, têm que saber como vocês votaram. E para saber como vocês votaram, esse voto tem que ser aberto. O voto delegado tem que ser aberto para que haja o compromisso da delegação dada a cada um de vocês. É pela plena convicção que eu tenho dessa matéria, que eu quero fazer a defesa da proposta da Executiva.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Vamos colocar em votação. Os delegados que aprovam a proposta da Comissão Executiva, levantem os seus crachás. Os delegados que rejeitam a proposta da Executiva e estão votando a favor do destaque, levantem os seus crachás. Aprovada, por ampla maioria, a proposta da Comissão Executiva. O próximo destaque é para o Parágrafo 2° do Art. 20.

Carlos Garcia: O Parágrafo 2° coloca que o delegado deverá apresentar, na hora da votação, o cartão de identidade partidária e um documento oficial de identidade que contenha a fotografia do eleitor. Isso já foi feito na ocasião do credenciamento. A questão que está colocada é que a carteira de

identidade partidária não tem foto. Eu pergunto: por que apresentar a carteira de identidade partidária e mais um documento? O documento oficial de identidade e este crachá, suprimem este outro documento. Isso é redundante. É um preciosismo se exigir a apresentação do crachá, carteira de identidade e mais identidade partidária. Não estamos facilitando as coisas. Eu gostaria que viesse alguém aqui e fizesse o contraponto.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Nós temos um relator e ele vai defender a proposta que foi encaminhada pela Comissão Executiva.

Carlos Siqueira - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Eu peço a atenção dos delegados para esta observação do companheiro Carlos Garcia. Na verdade, todos os delegados tiveram que apresentar o cartão de identidade partidária por ocasião do credenciamento. Portanto, apresentando uma identidade com fotografia, confere-se o nome na lista e a fotografia é suficiente. Então, a relatoria retira a proposta e aceita a observação do companheiro Garcia. Mas eu quero aproveitar a ocasião para esclarecer uma questão que foi levantada de acusação contra a Mesa, que nos parece muito grave. É preciso que isso fique muito claro. O companheiro levantou que a Mesa não tem direito a defender proposta. Neste caso, esta proposta é da Mesa. Existe um Relator que está assinando a proposta, portanto, a Mesa tem o direito de defender a sua proposta. A partir de amanhã, nas propostas de grupo, ainda assim um membro da Mesa que tenha participado do grupo temático não está impedido de defender a proposta do grupo do qual participou.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Companheiros, o Relator acatou a proposta do destaque. Os delegados que aprovam o destaque, levantem o crachá. Vai valer o crachá com uma identidade que tenha retrato. Aprovado por unanimidade. O Deputado Carimbão quer levantar uma questão de ordem.

Deputado Federal Givaldo Carimbão: É só para ajudar a Mesa. Ainda temos um destaque. Eu pediria a Mesa que se houvesse tese a ser defendida, que a Mesa não defendesse, até por uma questão ética. Temos companheiros que poderiam fazer isso.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Companheiros, eu queria fazer um encaminhamento. Eu acho que o Deputado Domingos Leonelli, quando usou a palavra, pediu às pessoas que procurassem um entendimento. Logicamente, essa proposta foi a

proposta da Executiva, aprovada por unanimidade na Executiva. Eu entendi que existia um consenso. Não existe e o Plenário é soberano, por isso passamos a votar os destaques. Agora, existe um Relator, que é da Mesa. Não me cria nenhum problema pedir a outra pessoa para defender, mas quem conhece Regimento sabe que, se você tem uma proposta que é da Mesa, é o Relator que defende. Isso é mais do que lógico. O último destaque é para o Art. 21.

Heleno Alves: Eu acho que democracia não é só falar, é ouvir e deixar falar também. Eu acho que a gente discute, temos as nossas divergências, mas entendemos o que é o melhor. Todas as propostas de destaque que foram apresentadas aqui, a Mesa ganhou todas. Eu vou fazer uma proposta agora que interessa a todos vocês dessa Plenária e eu quero saber da subserviência, ou não, dessa Plenária com relação à Mesa, que eu acho incapacitada, desde o momento em que não quis discutir esse Regimento. Eu proponho que a redação do Art. 21 e o Art. 24 seja modificada. Eu proponho que eventuais modificações e os casos omissos não sejam definidos pela Mesa; proponho que se faça valer o direito dos delegados que vieram dos seus estados. Tenham coragem! Decidam os casos omissos e as impugnações. Na ditadura da maioria nem isso se consegue fazer. Isso é uma vergonha! Como é que vocês, que viajaram de tão longe e que têm compromisso com o futuro digno, ético e democrático desse partido, podem deixar que façam isso com vocês?

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Para defender a proposta da Comissão, chamo o companheiro Rodrigo Rollemberg.

Rodrigo Rollemberg: Boa noite a todos. Eu acho que nós temos que buscar o bom senso. Nós estamos votando uma proposta de Regimento, que foi aprovada por unanimidade pela Executiva. Olhem só a polêmica que isso está causando! Inclusive, essa exacerbação dos ânimos, com ataques pessoais, tenho certeza que não interessa a ninguém aqui. O que nós queremos é aprofundar um debate político e eu acho que tem que haver um mínimo de confiança entre as pessoas que estão aqui. Imaginem vocês se a cada tema a ser levantado, muitas vezes um tema de fácil resolução, a Mesa tiver que interromper os debates dos temas importantes para submeter à Plenária. Nós não vamos ter Congresso. E é preciso lembrar que cabe recurso para qualquer decisão da Mesa. Então, eu quero apelar para o bom senso para que a gente mantenha a decisão da Comissão Executiva de que os casos omissos serão decididos pela Mesa.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: O Deputado Domintos Leonelli quer fazer uma observação. Os delegados que aprovam a proposta da Executiva, levantem os seus crachás. Os delegados que rejeitam a proposta da Executiva e estão votando a favor do destaque, levantem os seus crachás.

Domingos Leonelli: Eu penso que a observação que o companheiro Rodrigo Rollemberg fez é correta. Não é possível que, a cada impugnação, tenha que se recorrer ao Plenário. Do contrário, pode haver um sistema de obstrução que não vai ter fim nunca. O que eu estou propondo à Mesa, como solução, é que também não fique somente ao alvitre da Mesa. No caso de haver recurso de mais de 10% do Plenário, nesse caso, a decisão teria que ser coletiva. Essa é a minha proposição.

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Em votação. Os delegados que aprovam a proposta da Executiva, levantem os seus crachás. Os delegados que rejeitam a proposta da Executiva e estão votando a favor do destaque, levantem os seus crachás. Aprovado. Existe uma proposta de redação e eu vou passar ao Relator para encaminhar a proposta.

Carlos Siqueira - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Eu vou fazer uma proposta de redação que contempla também a preocupação do companheiro Leonelli: "Eventuais impugnações serão apreciadas e decididas pela Mesa do Congresso. Havendo recurso de pelo menos 10% do Plenário, a matéria será submetida à apreciação dos delegados".

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Os delegados que aprovam a proposta de redação do companheiro Carlos Siqueira, levantem o crachá. Aprovada. Tem mais uma proposta de redação para o Art. 22.

Carlos Siqueira - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: O Art. 22 tem a seguinte redação: "Será eleita a chapa que obtiver a maioria de votos". Houve aqui um erro do Relator que pretende concertá-lo agora, porque esta regra só serve para a eleição da Executiva Nacional. Não serve para a eleição do Diretório porque se houver uma, duas ou três chapas, o Diretório será composto de acordo com a proporcionalidade que está prevista no Art. 17. Então, o Art. 17 diz o seguinte: "Far-se-á a composição do Diretório Nacional, obrigatoriamente, de acordo com o percentual obtido por cada chapa que obtenha, pelo menos, 10% dos votos válidos. Para esse fim, observar-se-á a ordem rigorosa dos nomes de cada chapa. A proposta de redação para o Art. 22 é a seguinte: "Será considerada eleita a chapa composta na forma que dispõe o Art. 17 deste Regimento".

Alexandre Aguiar Cardoso - Comissão Diretora do IX Congresso Nacional do PSB: Eu quero colocar em votação a proposta encaminhada pelo companheiro Carlos Siqueira. Os delegados que aprovam a proposta da Executiva, levantem os seus crachás. Os delegados que rejeitam a proposta da Executiva e estão votando a favor do destaque, levantem os seus crachás.

Aprovada a proposta da nova redação. Vou colocar agora em votação a proposta do Regimento Interno do IX Congresso como um todo. Os delegados que aprovam a proposta de Regimento do IX Congresso Nacional do PSB, levantem os seus crachás. Os delegados que rejeitam a proposta de Regimento, levantem os seus crachás. Aprovado, por ampla maioria, o Regimento Interno do IX Congresso Nacional do PSB. Boa noite e muito obrigado.

Grupo I

06 de dezembro de 2003

Políticas Estratégicas para o País



Coordenador:
Jaime Cardoso

Expositor:
Senador João Alberto Capiberibe

Debatedor:
Professor Dr. Elias Antonio Jorge

Relator:
Cláudio Santana

Jaime Wallwitz Cardoso – Coordenador: Ao discutir as políticas estratégicas para o país, nós devemos analisar esse conceito de estratégia, à luz de uma outra questão, que é muito recorrente nos nossos congressos e nos debates da esquerda em geral, que é o nosso projeto de país, quer dizer, o nosso objetivo estratégico. Não se pode pensar em políticas estratégicas sem ter claro qual é o nosso objetivo estratégico, o que se quer deste país. Agora, recentemente, nós estivemos na China e tivemos a oportunidade de discutir muito com os chineses as políticas de integração da China no mundo globalizado. Não estou discutindo a questão socialista especificamente, mas mesmo as reformas que poderiam se dizer de cunho capitalista, na China, elas obedecem a uma lógica de um projeto de construção de país e não há desconexão entre elas. Você vê uma absoluta unidade de cada política setorial em relação ao objetivo de construir uma grande nação soberana e independente, mas que inclua cada vez mais milhões e milhões de pessoas no mercado de consumo. E esse é um processo de enriquecimento rápido que está acontecendo em função de pessoas estarem se centrando no consumo e abandonando certas políticas socialistas. É um pouco daquela filosofia de que "não interessa o que o gato fez, desde que cace o rato" – esse é o tema. Primeiro, eles definem qual é o rato que querem caçar e depois começam a definir as políticas.

No Brasil, nós temos diversas políticas, mas elas não são interligadas a um projeto de nação. Por exemplo, na área nuclear, que é uma área em que agora eu estou atuando na parte da produção de equipamentos pesados, as discussões se centra na Usina de Angra Três. Entretanto, essas discussões têm sido feitas, não só nos partidos, mas na sociedade brasileira também, com uma absoluta desconexão em relação a esse projeto de nação, a esse projeto de país que eu estava falando.

Eu não quero me alongar mais, e para passar logo a palavra ao expositor, mas eu acredito que, quando a gente começar essas questões que estão relacionadas na nossa pauta, nós precisamos não nos afastar da idéia de como é que se articulam essas políticas para nós alcançarmos o nosso objetivo maior, que é definir o país que nós queremos. Nós nos perguntamos, muitas vezes, que partido a gente quer. Mas neste momento do Governo Lula, é fundamental que a gente comece a se perguntar que país a gente quer, para que possamos ter clareza das nossas políticas de estratégia. Agora vou passar a palavra para o Elias, o nosso debatedor, para tecer os seus comentários iniciais, enquanto aguardamos o expositor deste Grupo I - o Senador João Alberto Capiberibe.

Elias Antonio Jorge – Debatedor: Como a gente está numa relação otimista, eu gostaria que as pessoas se apresentassem, pelo menos falando quem são, de onde são e tal, começando pelo Jaime.

Jaime Wallwitz Cardoso – Coordenador: Eu sou Secretário–Geral do PSB do Rio e atual presidente da NUCLEP, uma empresa de equipamentos pesados vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

José Dilton: Eu sou José Dilton, Vereador de Chapecó, Santa Catarina, e Secretário–Geral do Partido no Estado de Santa Catarina.

Amaro Ferraz Barreto: Sou Amaro Ferraz Barreto, Vice–Prefeito da cidade de Escada – Pernambuco.

Kátia Farias: Sou Kátia Farias. Sou da Executiva de Mulheres do Amapá.

Tito Freitas: Eu sou Tito Freitas. Sou Vereador de Lajes, e segundo Vice–Presidente do Partido Estadual.

Aline Dias: Meu nome é Aline Dias. Eu sou da Secretaria de Mulheres do Estado do Rio de Janeiro. Sou Coordenadora da Baixada.

Haroldo Costa – Meu nome é Haroldo Costa. Sou delegado do PSB do Amapá e assessor do Senador João Alberto Capiberibe e da Janete Capiberibe, que é Deputada Federal.

Sirlene: Meu nome é Sirlene. Sou Secretária de Comunicação do PSB do Amapá e sou Diretora–Técnica do Sebrae/ Amapá.

Shad Shilala: Meu nome é Shad Shilala. Sou delegado do PSB do Amapá e Secretário de Formação Política do PSB do Amapá.

José Ramalho: Sou José Ramalho. Sou delegado do Amapá e Vice–Presidente do PSB do Amapá também.

Dardânia Lisboa: Meu nome é Dardânia Lisboa. Sou de Belo Horizonte, Minas Gerais. E fui convidada pela Secretária do PSB de Belo Horizonte para ajudá–la a analisar as estratégias políticas, porque são pessoas das bases populares de Belo Horizonte. Não sou inserida dentro do PSB, mas sou uma pessoa que tem interesse profundo nas transformações deste país realmente no sentido de modificar as estruturas macro, para realmente transformar o nosso país numa nação poderosa e não numa nação dominada, em que as pessoas não têm nem condição de se sentar numa mesa de negociações internacionais. Nós precisamos realmente transformar essa situação em que vivemos.

Vildo Janeda: Meu nome é Vildo Janeda. Eu sou membro da Comissão Executiva do PSB do Estado do Rio de Janeiro e Sub–Secretário de Educação do Estado.

Wallace Gomes: Eu sou Wallace Gomes, da Executiva do Espírito Santo.

Rogério Portanova: Eu sou Rogério Portanova, Secretário de Meio–Ambiente do PSB de Santa Catarina.

Odimar: Eu sou Odimar, do Espírito Santo.

Antônio Belo: Eu sou Antônio Belo, Presidente do PSB de Santa Catarina.

Ruy Smith: Eu sou Ruy Smith, Deputado Estadual do Amapá.

Jardel: Meu nome é Jardel, sou delegado Amapá.

Conde Pinho: Meu nome é Conde Pinho, sou Secretário–Geral do PSB do Amapá.

Lânia: Meu nome é Lânia, da delegação do Amapá.

Djanira: Eu sou Djanira, da delegação do Amapá.

Erônio Paloni: Meu nome é Erônio Paloni, sou do PSB do Rio Grande do Sul.

Jaime Wallwitz Cardoso – Coordenador: Se você demorar mais trinta segundos chegam mais três.

Elias Antonio Jorge – Debatedor: Essa é uma técnica que eu aprendi com os camelôs que se chama "h". O Cara passa e como não tem nenhuma sala funcionando, ele fala: "Olha, eu entrar nessa porque é essa que está funcionando". Eu sou o Prof. Elias Jorge. Eu sou fundador do PSB, em Minas. Eu estou atualmente afastado da militância cotidiana do partido, mas eu me considero uma reserva técnica do partido para urgências e emergências. Eu sou acionado, esporadicamente, nas urgências e emergências. Na verdade, eu atribuo esse convite para vir aqui ao fato de a gente vir desenvolvendo, ao longo do tempo, um acompanhamento sistemático da execução orçamentária do Governo Federal. Além disso, em função daquele confisco previsto de 25% dos rendimentos dos aposentados, que foi votado no mês de janeiro, eu e mais uns dois ou três professores da universidade, nós criamos um projeto de pesquisa chamado "*Veritas quae Sera Tamen*", em vez de "*Libertas quae sera tamen*", como está na Bandeira de Minas. Na verdade, era exatamente uma forma de tentar mostrar como é que estava o quadro da Seguridade Social. Por causa disso, nós passamos a nos apresentar, sistematicamente, no Fórum Social Mundial e em diversas oficinas de trabalhos sobre essa questão.

Para falar das estratégias para o país, precisamos ser radicais e ir fundo na raiz das questões. Eu estou vendo que aqui tem gente da educação, tem gente de gestão estadual e gestão municipal, tem gente de gestão federal. Eu sou gestor federal. Atualmente, sou Diretor de Economia da Saúde do Ministério da Saúde.

Nós temos um quadro brasileiro que ficou muito mais nítido a partir de 95, no sentido de que, quando você vai discutir estratégias e que país queremos, que país construiremos, você constrói um país através do conjunto de políticas públicas. O Jaime estava dizendo que no contato dele com a China, ele notou que tinha um norte para as estratégias de políticas públicas em geral. O que está acontecendo com o nosso país é o seguinte: a partir da lógica de estabilização da moeda, mais especificadamente no Plano Real, se configurou com maior clareza a existência do que nós chamamos de Política Pública Imperatriz, e as outras políticas públicas todas se tornaram bobos da corte. É mais ou menos assim - você tem que assegurar a garantia dessa Política Pública Imperatriz, no que sobrar aí você faz o resto.

Jaime Wallwitz Cardoso – Coordenador: O que deveria ser um evento para conseguir o verdadeiro passa a ser o objetivo final.

Elias Antonio Jorge – Debatedor: O que devia ser meio passa a ser um fim. O Rogério Portanova está com uma das teses que ele está assinando, que é sobre o desenvolvimento sustentável. O Jaime está lá mexendo na área de equipamentos pesados para usina nuclear; tem gente da educação aqui e o Subsecretário de Educação do Rio de Janeiro está lá lutando com determinantes externos da educação porque vão diminuindo os seus recursos sistematicamente porque se lança como despesa a educação inativa. Na saúde agora o seu governo está lançando despesas de assistência social como sendo despesas de saúde. O próprio Governo Federal tentou criar esse espaço de confusão que provocou um estrago danado e agora reverteu a posição por pressão popular misturando despesas de assistência dos programas Fome Zero, saneamento básico dentro do orçamento da saúde, não como um *plus*, mas como se fosse tudo uma coisa só. Agora, eu estava dizendo que a gente precisa ser radical, mas no melhor sentido da palavra radical, que é "a raiz dos problemas". Como contribuição para as reflexões, eu trouxe para vocês um pouco do significado dessa Política Pública Imperatriz. Vocês receberam uma tabelinha intitulada "2001 - Uma Odisséia na Terra Brasilis". Eu vou explicar porque tem esse título. Não é só por causa do filme - "2001 - Uma Odisséia no Espaço". A razão é que, quando a gente formulou a primeira versão dessa tabela era em função da proposta orçamentária do Governo Federal para 2001. Na verdade, quando nós fizemos a primeira versão dessa tabela, o José Henriques e o Carlos Eduardo tinham feito doutorado na França, eram economistas e tal. Eu era apenas um professor de matemática metido a besta me metendo com essas feras que estão aqui. E nós nos assustamos muito, porque nós pegamos dados de 98 para analisar e depois os dados de 99. Observem qual é a trajetória dos juros da dívida interna e externa efetivamente executados no Orçamento da União. Em 98, a taxa de

juros era de 30.8%; em 99 foi para 45.3%; em 2000, houve uma redução e foi para 38.8%. Aí quando foi a proposta foi para o Congresso, nós já estávamos escandalizados.

Participante não-identificado: É o que eles chamam de Taxa SELIC?

Elias Antonio Jorge – Debatedor: Não, é o conjunto dos encargos que envolvem variação cambial. Você tem tanto os juros internos quanto os juros externos. Eu estou invadindo um pouco a apresentação do Capi, que é sobre o Controle Social dos Orçamentos Públicos. Eu acho que era sobre isso que ele iria estar falando aqui - a necessidade dos cidadãos e militantes do Partido Socialista Brasileiro de fato exercerem o mais rigoroso controle sobre o orçamento público. Tem um projeto do Capi, no Senado e da Janete, na Câmara, prevendo um certo grau de transparência em relação ao orçamento. Há uns dez anos eu venho falando, dentro do PSB, que temos que ter uma dedicação especial a esse tipo de questão. A gente mudou um pouco a insensibilidade mais geral, mas ainda falta muita caminhada em direção a conseguirmos exercer esse controle. Nós já achávamos uma barbárie você ter 52.8 bilhões dedicados a juros. E essa era uma previsão para o ano de 2001. Agora é um pouco maior. A previsão era de 67 bilhões e acabou se realizando em 52 bilhões. No ano de 2002 foi 55.3. E o que a gente fez? Como era o mesmo projeto de Seguridade Social, a gente tentou mostrar a despesa com o pessoal. Vocês podem ver que a linha de baixo é a das chamadas receitas correntes. Você tem um crescimento das receitas correntes, com a extração de recursos que o Governo tem determinado através de taxas, impostos e contribuições. O Senador João Alberto Capiberibe acabou de chegar.

João Alberto Capiberibe – Senador pelo Amapá: Boa tarde.

Jaime Wallwitz Cardoso – Coordenador: O **Senhor Jaime Cardoso:** Oi, Capi! Nós abrimos e invertemos a ordem das apresentações para dar um tempo para você chegar.

Elias Antonio Jorge – Debatedor: Já falei sobre sua tese, sobre o projeto da Janete. Nós estamos tentando dar uma cotejada. Eu só não recomendei que vocês tomassem o *kit* antidepressivo. Em geral quando a gente vê esses dados é fundamental a gente ter um *kit* antidepressivo para reverter o que nos acontece. Observem bem, as receitas correntes em 95 eram de 127 milhões; em 2002, elas eram de 343 milhões. Agora, em 95, o gasto com pessoal era de 37 milhões, o que correspondia a 29% das receitas correntes. Em 2002, a despesa com pessoal caiu para 21,86 milhões. Entretanto, em 1995, a despesas com os juros era de 13 milhões; em 2001 chegou a 18 milhões; e em 2002, a 16 milhões. Eu chamo isso de modo didático de "x maligno". É um "x maligno",

quer dizer, a despesa com pessoal vem caindo e a despesa com juros vai subindo. E aí você sempre ouve no discurso formal de todo mundo que o grande entrave é a despesa com o pessoal inativo; não são os aposentados que levam a culpa de tudo? Não é funcionalismo público civil, militar, ativo e inativo que acaba levando a culpa? Está tudo incluído aqui dentro dessa despesa, inclusive a despesa dos antigos territórios a despesa de pessoal do Distrito Federal, está toda ela incluída aqui como participante desse "x maligno" em relação aos juros.

Jaime Wallwitz Cardoso – Coordenador: O Senhor Jaime Cardoso: E a receita? O que você considera aqui?

Elias Antonio Jorge – Debatedor: O que acontece com a receita? A receita cresce sistematicamente em cima de um conjunto de fontes que são as fontes criadas para dar suporte à Seguridade Social. Eu vou fazer um parêntese e chamar a atenção para as três coisas que eu considero mais relevantes na Constituição de 88. São elas que dão um pouco o norte daquele projeto de país que a gente quer. A Constituição foi amplamente negociada, teve participação de todos, desde a UDR até a Pastoral da Terra, movimentos sindicais, o Movimento Patronal etc. Eu acho que nós tiramos três coisas relevantes da Constituição de 88: a primeira delas está configurada no Parágrafo Único do Art. 1°, em que pela primeira vez, desde 1824, se diz na Constituição que "o poder emana do povo e por ele será exercido indiretamente, através dos seus representantes ou diretamente, nos termos da Lei". É a primeira vez que você arranha a idéia de democracia direta. Está lá no Parágrafo Único do Art. 1° da Constituição Brasileira. E é uma Constituição que tem uma lógica de inclusão. Esse partido é um partido que tem uma ótica clara de exercer o seu poder político na direção da inclusão, na direção da construção da cidadania. Tudo isso está posto no Parágrafo 1° da Constituição. Eu costumo dizer o seguinte: o Art. 1° da Constituição de 88 devia ter o prestígio na esquerda que tem o poema do analfabeto político, do Bertold Brecht, e a homenagem a Maiakovski, que é: "Na primeira noite..." e tal. Todo mundo publica isso - os sindicatos, os partidos - mas esquecem de publicar o Art. 1° da Constituição Brasileira e o seu Parágrafo Único.

A segunda grande novidade criada na Constituição de 88 está lá no Capítulo da Seguridade Social, quando ela prevê a participação popular na decisão essencial. Qual é a decisão essencial? É a decisão dos orçamentos da Saúde, da Previdência e da Assistência Social. Amanhã começa aqui a 12ª Conferência Nacional de Saúde. Eu estou citando a Conferência porque é onde se exercitou, pela sociedade civil, no melhor sentido e na mais alta profundidade, essa lógica da participação social no exercício do controle social. É aquilo que

você está propondo no seu Projeto de Lei no Congresso, propondo que os Conselhos de Saúde tenham caráter deliberativo, com composição paritária - metade de usuários e a outra metade de profissionais de saúde. Tem muitos conselhos no país que ainda são "parentários", são dos parentes do prefeito etc.. Mas num país com 5.500 municípios as coisas não acontecem igualmente o tempo todo, certo? Então, isso vai caminhando lentamente, mas a estrada está posta. Por que a seguridade é a segunda grande novidade na Constituição? Porque até a Constituição de 88, a saúde pública era tratada como uma questão de misericórdia. A grande rede de atenção era para as Santas Casas de Misericórdia. Só na Constituição de 88 é que ela passa a ser um direito do cidadão e dever do Estado. A Assistência Social também não era tratada como direito; a Assistência Social era tratada como uma questão de caridade. A grande rede de assistência social que a gente tinha no país era a Sociedade São Vicente de Paula e a famosa Campanha do Quilo, que é a precursora do Fome Zero. E outras manifestações tipicamente de caridade. Quer dizer, a Assistência Social só ganha configuração de direito nesse capítulo da Constituição, que vai do Art. 194 ao Art. 204.

E a terceira grande novidade é o fato de ter sido criado o Ministério Público Federal e Estadual. A lógica do Ministério Público é interessantíssima porque você passa a ter um conjunto de advogados da sociedade civil que são remunerados pelo Estado. Quando do Capi diz lá no Congresso: "Eu descobri um repasse estranho e imediatamente acionei o Ministério Público". Até a Constituição de 88, não tínhamos elementos para poder estar fazendo isso. A Operação Gafanhoto, que está em curso, em Roraima, com certeza, conta com o envolvimento do Ministério Público. Essa é uma lógica importantíssima. E é a grande novidade, graças a um monte de gente que trabalhou nesse sentido, principalmente o Aristides, que era o Procurador–Geral na época. Foi ele que incentivou muito para que a Constituição consagrasse esse tipo de princípio. E dentro do Ministério Público Federal você tem a PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Então, essas três novidades são importantíssimas porque elas dão uma base de referência constitucional para a gente construir uma sociedade que seja includente, uma sociedade em que o cidadão decida sobre o conjunto dos recursos que dele são extraídos. É por isso que eu comecei com essa história do recurso porque neste microfone ou nos meus óculos ou no seu sapato, você tem um conjunto de receitas de ordem municipal, de ordem estadual e de ordem federal. Por exemplo, o Imposto de Renda que você paga, ou que o dono da loja paga ao vender o sapato, é recolhido pela União e tem um pedaço que vai para o Estado e um pedaço que vai para o município. O imposto do

produto industrializado - do sapato, dos meus óculos ou do microfone - também tem essa mesma lógica. O imposto é arrecadado pela União e tem um pedaço que vai para o estado e outro que vai para o município. Quando eu estou falando em arrecadado, estou dizendo que ele é arrecadado do cidadão que é o último a recolher o tributo. E a planilha de custos do empresário incluiu tudo isso. A loja paga o IPTU, o profissional pago o ISS. Em cada um desses produtos que consumimos há um conjunto de contribuições.

Nesse sentido, a Constituinte de 88 não foi irresponsável, como muita gente alega, em ter trazido a Assistência Social para a política pública; em ter trazido a Saúde para a política pública; em ter mantido a Previdência Social como política pública; porque ele criou uma rede de fontes de receitas que explicam esse crescimento fantástico que está havendo nas receitas correntes. Ele criou receitas sobre o faturamento das empresas, essas alíquotas foram sendo aumentadas, e são as grandes responsáveis por esse crescimento da receita. Criou as receitas sobre o lucro líquido das empresas e manteve a receita sobre a folha de salário. Ou seja, você tem um corte e pega o perfil de todas empresas - aquela que tem menos faturamento, mas tem mais pessoal; a que tem mais lucro líquido, mas tem menos faturamento. Essas contribuições diferem dos impostos por quê? Porque a contribuição é previamente determinada. Então, é contribuição sobre o lucro líquido para a Seguridade Social. E a Constituição diz o quê? A constituição diz: "Essas contribuições sociais só podem ser utilizadas para a Seguridade Social". Tanto isso é verdade que quando o governo anterior precisou extrair recursos da Seguridade Social, que é o que ele tem feito sistematicamente nos últimos cinco orçamentos, ele teve que criar uma Emenda Constitucional para desvincular os recursos que eram da Seguridade. Hipocritamente, chamou-se de Emenda Constitucional do Fundo Social de Emergência. Até que o Augusto Carvalho, aquele que veio representando o PPS, denunciou que estavam comprando goiabada cascão com o dinheiro do Fundo, e houve todo aquele desespero. O Fundo durou dois anos, perderam um pouco, e depois mudou para Fundo de Estabilização Fiscal, já sendo mais direcionado. Com isso quem ficou prejudicado? O repasse para os estados, o repasse para os municípios, as verbas da educação. E aí foram crescendo as contribuições como fontes de receita, porque para a educação você tinha que destinar uma parcela de impostos. E no recesso parlamentar de 2000, logo depois da grande crise cambial de 99, vota-se uma Emenda Constitucional sem nenhum pudor. E o Capi vai acabar votando de novo nessa semana a repetição dessa emenda, por conjunções políticas e compromissos, que é a Desvinculação das Receitas da União - DRU. E para desvincular mesmo, por quê? Porque ficava tudo vinculado para a Seguridade.

Eu estava dizendo que a grande novidade que nós tivemos foi a Seguridade Social. Se ela tivesse sido implementada em sua plenitude, nós estávamos em outro patamar de discussão da construção da cidadania no país. A sabotagem para a construção da Seguridade Social foi exatamente no seu desfinanciamento. Como é que acontece hoje no orçamento que você está discutindo lá no Congresso? As receitas da Seguridade vão superar em muito as despesas da Seguridade. Não se pode confundir isso com déficits e superávits da Previdência, porque a idéia do constituinte era não ver mais isso isoladamente, era ver o conjunto da Saúde e da Previdência e da Assistência. E aí o que está acontecendo? Vão retirar 30 bilhões da Seguridade, através da DRU, que vai ser renovada. Aí as despesas vão superar as receitas que sobrarem, e aí devolvem o quê? Devolvem 15 bilhões. É mais ou menos a história do ladrão que te assalta, leva o seu dinheiro e ainda te dá o dinheiro para condução, ainda te dá dinheiro para o táxi, devolve os documentos etc. Ou seja, o dinheiro que o Orçamento Fiscal coloca na Seguridade Social é um dinheiro que originariamente era da Seguridade Social. Agora, algum governo está fazendo isso por maldade? Não, tem uma causa central, que é a causa que nós vamos tratar aqui - se exige isso politicamente; há pressões para que isso seja feito assim.

Essa tabelinha que vocês receberam exibe, com uma certa crueza, como é que isso está sendo feito. E eu estou trazendo para vocês o panorama do que aconteceu de 2000 a 2002, para a gente poder fazer a tal da reflexão radical sobre que estratégias que nós podemos traçar. Se nós não abordarmos realmente esse tema, vamos ter muita dificuldade de efetivamente implementar as outras políticas.

Na verdade, o objetivo da DRU é atender a compromissos com o mercado financeiro Nacional e Internacional, que era o item da nossa conversa aqui. Agora, é importante que a gente consiga ver alguns dados reais para podermos fazer a tal da reflexão fundada em dados e para que a nossa reflexão ter alguma correlação com o que está acontecendo no cotidiano. O que acontece com esse tipo de movimento? A gente aumenta significativamente as receitas e, depois de ter sido extraída da sociedade uma determinada orientação, vem uma Emenda Constitucional e desvia a fonte original daquelas receitas. Eu estou dizendo o que tem sido sistematicamente feito e digo mais, - este governo vai fazer de novo. O Capi, por exemplo, que gostaria de estar votando contra isso vai votar a favor. Desculpe por estar antecipando o seu voto, mas eu tenho quase certeza que pela disciplina partidária, você vai acabar tendo que fazer isso. E embora o Congresso, nas suas teses finais, possa lançar uma manifestação contrária a isso, os parlamentares deste partido não vão poder agir de modo diferente porque estão aprisionados por um determinado tipo de cerco que a

gente vai ter que começar a discutir em como é que a gente constrói a ruptura desse ciclo.

Eu estou continuando nessa tabelinha de números aqui só para poder enxergar uma coisa, que é estarrecedora. Nós já vimos que teve o "x maligno", que o gasto com pessoal diminuiu e a despesa com juros cresceu. Mas o item orçamentário não inclui apenas os juros, tem a amortização da dívida também. Chama-se a isso - Encargos Financeiros da União (EFU). Então, vocês podem ver que, em 1995, o EFU foi de 25.8 bilhões. E se vocês examinarem lá em 2002, vão ver que foi de 124.3 bilhões. Então, o EFU pulou de 25 bilhões para 125 bilhões. Ou seja, em números arredondados, ele quintuplicou. Isso é coisa executada dentro do Orçamento da União. Ao mesmo tempo, a nossa receita corrente cresceu de 127 bilhões para 343 bilhões. Não chegou a triplicar, mas houve um crescimento fantástico das receitas correntes. Só que todo esse esforço que a sociedade fez nos impostos e nas contribuições, acabou sendo canalizado para os encargos financeiros da União por um conjunto de restrições que estavam postas. Quer dizer, tinha uma parte que era da orientação política do governo, mas tinha um conjunto de restrições estruturais que obrigaram a que isso permanecesse atualmente no ano de 2003. E de certa forma, vai permanecer também no nosso horizonte orçamentário de 2004, é claro que com uma situação bem mais suavizada agora em 2003.

Eu vou dar um exemplo concreto de como é que essa situação está suavizada. É o seguinte: ante o péssimo o ruim fica bom. Eu vou pedir para vocês fazerem um corte, pegando apenas o EFU de 2000, 2001 e 2002. Os valores são de 82, 107 e 124. Quando você soma tudo isso, nós vemos que nesses três anos tivemos um EFU de 314 bilhões. Ou seja, em média, foram 105 bilhões em 2000, 2001 e 2002. Aí você pensa: "Na minha vida pessoal, quando eu pago juros e amortizo a dívida, então, é óbvio que minha dívida deve diminuir". Mas quando nós examinamos a última tabelinha, como depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, as condições da dívida passaram a ser publicadas no dia 31 de dezembro, nós verificamos que a dívida subiu para 646 bilhões.

Agora, vamos ver o que acontece durante o ano de 2000. Pagamos 82.7 bilhões de EFU e a dívida pulou para 817 bilhões. E em 2001, pagamos 107.4 bilhões e a dívida subiu para 997.7 bilhões. Em novembro, tendo pago 124 bilhões de EFU ela chegou a um trilhão cento e noventa e sete bilhões de reais. Então, se fizermos as contas, de 1° de janeiro de 2000 a 31/12/2002 a dívida cresceu mais de 500 bilhões de reais. Em 31 de dezembro, a dívida era de um trilhão cento e oitenta e três bilhões de reais. Ou seja, diminuiu um pouquinho. Ela cresceu apenas 535 bilhões nesses três anos. Portanto, essa política

de destinar fartas porções orçamentárias para o pagamento de juros e de amortização da dívida tem sido inviabilizadora. Ela se tornou a Política Pública Imperatriz.

Por exemplo, você decide que vai gastar um tanto com determinado programa social. Mas há uma determinação, uma Cláusula de Ouro, que foi votada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que diz que o superávit primário mínimo tem que ser 4,25%. O Senado está discutindo a CPMF, que é outra fonte importante que foi criada para a Seguridade Social dizendo que, quando a dívida diminuir, diminui a alíquota da CPMF. Ou seja, a CPMF tem a finalidade de garantir o direito constitucional à saúde, à previdência e à assistência, portanto, ela está vinculada à questão da dívida. O que eu estou tentando chamar a atenção é para a maneira como a gente rearranja as nossas relações com o mercado financeiro. Eu acho que essa é uma questão central. Ela é precedente da discussão das outras estratégias todas. Se nós não formos capazes de construir uma solução em direção a isso, todas as outras políticas nossas permanecerão condicionadas e determinadas por essa Política Pública Imperatriz.

Eu trouxe alguns dados que são esclarecedores e alguns deles estarrecedores e trouxe também uma proposta para reflexão. Eu já vou concluir, senhor Coordenador. O senhor não está olhando para mim com olhar severo, apenas com olhar deprimido, como eu tinha previsto.

Jaime Wallwitz Cardoso – Coordenador: Estou boquiaberto.

Elias Antonio Jorge – Debatedor: Esse quadrinho sinopse é de um informativo especial que nós fizemos para o Veritas e que era comemorativo dos quinhentos anos. É por isso que a primeira tabela se chama "Demonstrativo da Barbárie: Quinhentos Anos de Brasil". E a segunda tabela se chama "Demonstrativo do Brasil: Quinhentos Anos de Barbárie". Nós só fizemos um jogo de palavras porque era o momento do descobrimento, e a gente fez um informe especial. A cada Fórum Social Mundial, eu tentava atualizar essa tabela. Esse outro aqui é um informativo especial do Projeto Veritas. Vocês já viram os dados de 95 a 2002, mas o que aconteceu em 2003? Eu posso dar a notícia para vocês do que aconteceu até o dia 30 de outubro, porque foi publicada esta semana a execução orçamentária do Governo Federal e eu selecionei os dados até o dia 30 de outubro. O atual governo pagou 49 bilhões de juros e 49 bilhões de amortização da dívida no orçamento. De 31 de dezembro a 30 de outubro, a dívida cresceu de um trilhão e cento e oitenta e três, para um trilhão duzentos e cinqüenta. Agora, olhem a heresia que eu vou falar: ela cresceu apenas 67 bilhões nesses dez meses, e nós pagamos apenas 99 bilhões de EFU. Notaram a ênfase que eu dei para o apenas? Naquela lógica de, comparado com o péssimo, o ruim torna–se relativamente bom, na verdade, você tem pelo menos um horizonte de estancamento da dívida.

Eu vou poder passar para aquele outro texto que nós criamos para o Seminário Internacional sobre a Dívida que foi feito na UFMG, promovido pela Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. Foi feita uma articulação, com o apoio de várias entidades, no sentido de pressionar o Congresso a fazer aquilo que a Constituição determinou - que fosse feita uma auditoria. Houve uma tentativa, o Fernando Henrique foi relator de uma, o Fernando Gasparian de outra e o Salomão, do PDT do Rio, foi relator nomeado. Mas depois, a coisa ficou bem paralisada. Eu acho que devemos refletir um pouco em relação a essa questão. Então, a Auditoria Cidadã da Dívida promoveu um encontro na UFMG, que levou o Peru, o Equador, a Argentina e o próprio Brasil à Mesa de negociações. Sônia? Nós tínhamos feito esse texto com dados até 30 de junho de 2002, e o atualizamos para a Oficina do Fórum Social Mundial. Então, ele está com dados de 31 de dezembro do ano passado. Eu já contei para vocês o que aconteceu em 2003 com a dívida externa - pagamos 99 bilhões de EFU e tivemos um crescimento de 67 bilhões da dívida ao longo dos dez últimos meses.

Eu vou chamar a atenção apenas para alguns tópicos. Eu trabalho sempre com a informação que vem do Banco Central, que é publicada nessa Portaria do Tesouro Nacional e que é fácil de acessar pela internet. Na verdade, acompanhando a evolução da dívida consolidada do Tesouro, a gente verifica o seguinte: ela alcançou 1.197 trilhões em 30/11. Esse crescimento aconteceu apesar de a gente ter pago 124 bilhões de EFU no ano passado. A dívida cresceu 200 bilhões. Então, foram 55 bilhões de juros e 69 bilhões de amortização. Só para vocês acompanharem o raciocínio – de 1° de janeiro de 95 a 31/12, o EFU foi de 528 bilhões. Nos últimos 35 meses, a dívida pulou de 646 bilhões para 1.197 trilhões. Quanto que é esse crescimento? É de 551 bilhões. Para a gente ter a dimensão real do que significa isso, é um crescimento médio mensal de 15 bilhões, ou seja, 500 milhões por dia, ou 20 milhões por hora, ou ainda 364 mil por minuto ou ainda R$ 6.000,00 por segundo. É provavelmente o segundo mais caro do mundo.

Aí o cara fala assim: "Não, mas o segundo da Globo, no horário nobre é mais caro". Esse segundo da Globo é só no horário nobre; esse nosso aqui é domingo, sábado, Sexta–Feira da Paixão, Quarta–Feira de Cinzas, Terça Gorda. Quer dizer, de madrugada, na hora que não tem nenhum televisor ligado está lá o martelinho. O meu pai costumava muito usar essa expressão de martelinho para poder mostrar como é que era a lógica do juro batendo à sua porta. Não satisfeitos em traduzir isso para minuto e para segundo, nós resolvemos traduzir isso em termos de salário mínimo. Então, traduzindo o crescimento médio mensal da dívida, nos últimos trinta e cinco meses, em salários mínimos, nós

encontramos trinta salários mínimos por segundo. Se você multiplica por 60 de novo, dá cento e oito mil salários mínimos por hora, ou dois milhões e meio de salários mínimos por dia, ou ainda setenta e sete milhões de salários mínimos por mês.

Eu lembro de um dia que eu sentei com a Erundina, na liderança do PSB, e fui mostrar um relatório sobre isso. Ela saiu completamente zonza de lá. E, na época, era muito pior porque dava um bilhão de salários mínimos por ano porque o salário era menor. Mas de qualquer forma, vamos refletir agora, já que a gente está pensando em estratégias, o que significam setenta e sete milhões de salários mínimos todo mês. Isso, mesmo em caráter virtual, mesmo em conta gráfica, significaria que você poderia atribuir a vinte e cinco milhões de famílias três salários mínimos por mês. Quando eu faço esse incremento para a dívida é a Nação inteira que está assumindo essa dívida. Eu estou fazendo uma hipoteca futura que corresponderia a distribuir três salários mínimos para vinte e cinco milhões de famílias por mês, ainda que graficamente. Isso significaria claramente a eliminação da pobreza, a erradicação da miséria. Eu tenho essa lógica do ponto de vista de um acúmulo de dispêndio financeiro, mas não consigo ter essa lógica do ponto de vista da orientação de como é que eu posso rearranjar as coisas. Ou seja, como eu posso trabalhar na linha do desenvolvimento sustentável, como é que a gente faz coisas que só nos afundam mais quando a gente poderia estar fazendo coisas que nos tirariam do lodo. Com esse valor que está aí, você poderia assegurar virtualmente três salários mínimos/mês a 25,9 milhões de famílias, eliminando a miséria, erradicando a pobreza, rompendo a estagnação, ativando postos de trabalho, gerando consumo, produção, circulação de mercadorias, ativação do serviço mais receitas de impostos e taxas de contribuições, tudo dentro do marco do capitalismo. Não tem nada de socialista, é dentro do marco mais estrito dos conceitos clássicos e tradicionais do capitalismo, só sem a selvageria da exclusão, só buscando uma lógica. Isso representa a ruptura de um círculo vicioso degenerativo e a retomada de um círculo virtuoso regenerativo das condições de vida povo, quer dizer, é aquilo que o Jaime estava dizendo: "Aquilo que era meio virou fim". A estabilidade, o rearranjo da economia, tem que ter uma finalidade que é melhorar as condições de vida; ela não pode se tornar um fim, e aí, as outras coisas todas se tornam um meio para alcançar o fim - que é a estabilidade. É sobre essa mudança paradigmática que as pessoas têm que começar a refletir; é a lógica constitucional contra a lógica contábil; é a contabilidade versus o direito constitucional. E não precisa ser socialista para estar brigando por essas coisas.

O item nove é uma observação também dentro dessa lógica de ruptura

do círculo vicioso. Imaginem se eu pegasse 15 bilhões de reais que é um crescimento mensal e abrisse uma linha de crédito virtual para os cinco mil menores municípios brasileiros. Eu poderia atribuir para esses municípios receitas de 3 milhões de reais, o que permitiria mudar o equipamento coletivo desses municípios. Você imagina que, para Belo Horizonte ou para Brasília, 3 milhões não faz nenhuma diferença. Mas para quinze ou dezesseis municípios do Macapá, eu tenho certeza que 3 milhões fazem uma diferença brutal. Por que é que eu posso me endividar em relação ao sistema financeiro e não posso me endividar para poder construir um projeto de retomada de desenvolvimento? Percebem como é que a coisa é absolutamente cruel? Essa é a questão central em que a gente precisa de aprofundar.

Finalizando, eu queria fazer algumas considerações sobre as receitas correntes. Eu já tinha falado que as receitas correntes têm crescido e têm sido consumidas em favor de um restrito grupo de credores do sistema financeiro nacional e internacional, impedindo a implementação do projeto civilizatório brasileiro. Na verdade, nós não estamos falando em fazer uma suspensão, moratória da dívida. Não é isso. A construção da ruptura requer um amplo consenso da sociedade. Na verdade, é paradoxal se falar em construir para romper; mas isso é absolutamente fundamental do ponto de vista da nossa concepção. Quer dizer, você só pode construir uma ruptura com esse tipo de modelo se tiver um amplíssimo arco de aliança - e não é só da esquerda não, é um arco de aliança nacional. Nesse sentido, é fundamental que a gente possa ter uma renegociação das condições leoninas a que nós estamos submetidos, tanto na dívida interna quanto na externa. Agora, qual um bom começo para isso? É fazendo auditoria da dívida com a ótica da cidadania. Isso pode ser feito pelo Estado, pode ser feito pelo Congresso, pode ser feito pelo Governo, pelo Executivo, sem nenhum alarde, sem estar espantando os capitais especulativos, sem o mercado financeiro ficar ouriçado. Nós estamos interessados em ter as relações mais sérias possíveis com o mundo inteiro, mas desde que a gente consiga ter a nossa soberania assegurada, desde que a gente consiga te um projeto de construção da cidadania.

Nesse sentido, a gente faz uma proposta que é a criação da Articulação Internacional dos Devedores Solidários e Soberanos - AIDSS. Se a gente não conseguir construir isso, isoladamente nós não valemos absolutamente nada. Mas essa articulação internacional é fundamental, é um ponto de reflexão. Já se falou muito em "Internacional dos Pseudo–Devedores", porque se fizer uma auditoria adequada, nós vamos até descobrir que em alguns casos tem coisas que a gente não deve. Agora, se eu dever, eu não me nego a pagar. Agora, eu só vou pagar aquilo que eu dever. Essa é uma lógica absolutamente séria, não é meramente panfletária, mas acho que é assim que nós temos que trabalhar.

Concluindo, eu vou deixar para vocês uma reflexão: "Devedores de todo o mundo, uni–vos ou o genocídio vai continuar". Na verdade, essas políticas não são realizadas em função de ter que atender prioritariamente a questão da dívida. Por isso é importante a gente refazer a nossa relação com base nesses dados. Esses dados são os dados da asfixia nacional e nós temos que estar brigando contra isso. Eu concluo dizendo que um outro mundo muito melhor é possível; certamente um Brasil muito melhor é possível e um PSB melhor do que esse que a gente construiu até agora também é possível. Muito obrigado.

Jaime Wallwitz Cardoso – Coordenador: Eu vou ter que me retirar por alguns instantes, eu vou pedir para o companheiro Ivo me substituir aqui na Coordenação, e ir anotando a lista de inscritos. Passo agora a palavra ao Capi para fazer a sua exposição.

Senador João Alberto Capiberibe - Expositor: Bom, nós tivemos aqui todos os dados extraídos de uma única fonte, que resulta da contribuição de todos nós, e isso está claro para nós. Então, nós temos um diagnóstico fundamentado no orçamento público, e em vez de ficar deprimidos, porque de fato é uma situação de difícil solução para uma sociedade como a sociedade brasileira, acho que nós temos que reagir. O quadro é de extrema dificuldade pelo que nós podemos observar, mas tem uma responsabilidade: quem é que nos conduziu por esses caminhos? Então, de imediato nós sabemos que nós temos um problema político, e a política é, sobretudo, um exercício de escolha. Na nossa luta diária, em sua luta política, a sociedade escolhe os seus representantes. Aqui nós tivemos algumas afirmações de que uma decisão do Congresso do Partido seria modificada por nós no Senado ou na Câmara. Então, o problema é realmente de ordem política. Ontem nós homenageamos um líder político da América Latina, que governou o Chile por um curto espaço de tempo, o Salvador Allende. Salvador Allende foi extremamente fiel ao mandato político que o povo lhe delegou; levou ao extremo respeito os compromissos assumidos com o povo chileno; construiu um programa de governo com quarenta pontos principais e, na hora que o povo o elegeu, imediatamente após sua posse passou a executar esse programa em respeito à decisão popular.

No caso do Brasil, o que está refletido nesses dados do orçamento público é a concentração da energia produzida por essa sociedade. São os quatro meses de salários que nós entregamos ao Estado em forma dos mais diversos impostos municipais, estaduais e federais, como foi colocado aqui. Eu acho que nós tivemos a oportunidade de ter uma aula de extrema clareza sobre o orçamento público. E, na verdade, o que está por trás da disputa política é o orçamento. Ninguém participa de uma eleição que não seja para conquistar o

direito de comandar o orçamento público, seja ele municipal, estadual ou federal. Então, o troféu da disputa é o orçamento. E nós estamos observando que o Presidente Lula foi eleito numa disputa pelo comando de um orçamento que está absurdamente comprometido com pagamentos de amortização e juros da dívida. Hoje, ele é Presidente de 18% desse orçamento, porque uma parcela imensa está comprometida, como nós vimos, com o pagamento de juros e amortização; a outra normal, com custeio de pessoal. Restam ao Presidente, 18% do orçamento. Ele preside 18% do país porque se o instrumento da política é o orçamento público e só lhe restam 18% para que ele decida, então, ele governa 18%. E mais do que isso, desses 18%, ele ainda tem que retirar dinheiro para formar o superávit primário, que ele deixa de gastar para poder seguir amortizando e pagando a dívida.

Ora, isso foi construído através da história. Essa condução desastrosa se repete de presidente a presidente, de governante a governante; em alguns momentos governos ditatoriais e posteriormente governos escolhidos, democráticos, escolhidos pelo povo. Então, tendo esse diagnóstico, nós temos que formular estratégias de mobilização política da sociedade. Mas é necessário que nós possamos cumpri-las depois porque o pior dos mundos é aquele em que você acena com uma possibilidade e, na hora em que você reúne o poder para realizá–la, não a realiza. Isso gera profunda decepção e descrédito na política. E sabe quem se interessa por política no nosso país? Hoje, apenas 3% da população, não mais do que isso. As pessoas se interessam por futebol.

Então, a política é uma atividade das mais difíceis; a militância e o exercício da vida pública é uma das atividades mais complexas e de difícil entendimento pela sociedade. E isso é assim porque nos horários nobres da Rede Globo não há comunicação, não há debate político, há um controle absoluto. E essa condição que foi dada para nós chegarmos enfaticamente a uma situação de insolvência, nos é dada pela elite - que controla a economia, controla a política e controla os meios de comunicação.

Então, nós não temos debates; nós não temos informação. Parece–me que um dos pontos mais importantes nessa vontade de transformar a sociedade já não é como antigamente, as armas hoje são outras. Eu acho que a arma mais importante nesse processo de transformação é a informação. E aí todo mundo diz: "Mas a informação está controlada". É verdade. Numa sociedade de consumo de massa, a informação é induzida, a informação vem pronta para o consumo. Mas, nós somos um partido de esquerda; nós somos um partido que saímos da clandestinidade, sempre com objetivos claros de transformação da nossa sociedade e sempre criamos meios de luta. E hoje nós temos que criar novos meios de luta porque os tempos hoje exigem novos meios de mobilização

política da sociedade. E a luta tem que se dar dentro do marco que nos foi colocado aqui - o marco capitalista - porque tem um espaço para a gente recuperar alguns direitos do cidadão; porque nessa situação absurda que nós chegamos, de comprometimento da energia coletiva, da contribuição da cidadania, nós temos que lutar exatamente para estabelecer o mínimo de controle. Caso contrário, eu acho que a dúvida que me assalta hoje é se a política econômica, conduzida pelo Presidente Lula, vai atenuar as tragédias que nós estamos vivendo.

Eu tenho uma dúvida muito grande; eu acho que eu nunca vivi tão angustiado. Eu posso aqui afirmar que este ano nós não tivemos um segundo de felicidade; nós não tivemos nenhuma vitória a comemorar porque nós estamos na incerteza e na insegurança de que esse caminho vai trazer alternativas e soluções para o país. O que nós sentimos é que ainda vai crescer o endividamento e vai crescer relação da dívida com aquilo que nós produzimos no país. Pela experiência que nós construímos nos últimos anos, o que é fundamental é a informação, é democratizar, é socializar essa informação que nos foi colocada aqui. Ela foi retirada do orçamento, e por isso é uma conquista da sociedade brasileira. Nós tivemos algumas conquistas em poder acessar essa informação, mas ainda está reduzida a especialistas, como os nossos companheiros que fizeram um belíssimo trabalho, e que extraem essas informações e as disponibilizam para o conjunto da sociedade.

Nós temos que sistematizar esse acesso à informação, e isso pode começar no plano nacional, nas áreas onde nós estamos atuando. Eu queria dizer-lhes que nós temos discutido muito no Ministério da Ciência e Tecnologia para expor a execução orçamentária e financeira do Ministério usando o instrumento mais poderoso de comunicação que nós temos hoje - a internet. Nós estamos trabalhando já há quase dois meses junto com o Ministro Roberto Amaral e sua equipe para disponibilizar, através da internet, as receitas e todos os empenhos - a informação do valor da compra, do contrato, do beneficiário. O contribuinte vai ter a oportunidade de acessar todas essas informações via internet. Nós fizemos isso no Amapá.

Há uma dificuldade tremenda para se chegar a esse grau de informação, e depois que você disponibiliza a informação tem que se trabalhar a mobilização. A proposta é que o Partido Socialista Brasileiro incorpore, como programa seu, a transparência no uso das verbas públicas desde o município à União. Hoje, nós temos governadores, prefeitos, vereadores no exercício do mandato. A proposta é que esses gestores públicos socialistas já coloquem à disposição da população todas as informações sobre os seus gastos, como está fazendo o Ministro Roberto Amaral dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia. De posse dessas informações, na nossa base, nós trabalharíamos essas informações

mobilizando a sociedade em torno delas. Essa é a estratégia que nós usamos no sentido de esclarecer a importância do orçamento público.

Este ano nós tivemos já um excelente resultado. O Governo do Amapá mandou o orçamento para a Assembléia, que corta recursos exatamente da Seguridade Social. Houve um grande interesse pelo debate do orçamento porque nos anos que nós governamos o Amapá, o confronto foi todo em torno do orçamento. Nós queríamos fazer a revolução socialista do Amapá. O debate foi absolutamente concentrado em torno da aplicação dos recursos públicos, e nós fornecemos informação e buscamos trabalhar a mobilização da sociedade. Agora, imaginem isso em nível do país como um partido como o nosso se mobilizando principalmente para uma campanha eleitoral. Em 2004, nós vamos ter eleições para prefeitos e vereadores, dentro do Partido que podem levar como bandeira essa possibilidade de prestação diária de contas que transcendem a questão pura e simples do orçamento. Isso vai muito além, porque você tem o orçamento, tem a execução financeira, tem as informações detalhadas que o cidadão pode acompanhar.

Então, eu sugiro que nós tenhamos como decisão do Partido que todos os entes públicos já comandados pelo nosso Partido, adotem a transparência tal qual o Ministério da Ciência e Tecnologia. Nós queremos fazer o lançamento da transparência do Ministério com uma grande mobilização do Partido, e queremos que isso se incorpore às práticas do nosso Partido.

Para encerrar, eu queria dizer–lhes que, se o PSB decidir não desvincular mais os recursos, principalmente de áreas fundamentais como educação e saúde, eu tenho a convicção que a nossa bancada vota com a decisão do Congresso. Se sair essa decisão de que é para votar contra a desvinculação de recursos, nós vamos fazer isso. Eu não tenho a menor dúvida, porque eu acho que não tem sentido você exercer um mandato político, representar um partido no Senado e descumprir uma decisão do partido. Acho que não é um interesse regional que deve prevalecer, tem que ser uma decisão nacional do partido. Eu asseguro que nós votaremos sim contra a DRU, se o Partido tomar essa decisão na sua sessão plenária final. Nós temos já uma decisão tomada na Comissão do Orçamento para desvincular os recursos da educação, tirá–los da DRU, devolvê–los ao Ministério. Eu estava conversando com o Senador Aluízio Mercadante e ele estava me explicando que não podemos mexer na Emenda Constitucional porque teria de voltar de novo para a Câmara. Mas nós poderíamos colocar a devolução do dinheiro no PPA. Mas uma decisão do Partido, tem que ser respeitada, tem que ser cumprida, caso contrário, não dá para construir o Partido. Se nós que somos os responsáveis pela implementação das políticas que o Partido decide, não as cumprirmos, eu acho que nós teremos dificuldades na

constituição partidária. Esse é um problema. O Congresso decide e a Executiva tem que efetivar a decisão do Congresso. Parece–me que esse é o processo mais adequado e que daria uma grande confiança à base militante para a construção do partido. Nós temos que transformar o Partido Socialista num partido afinado com o cidadão. Nós estamos identificando aqui os problemas dessa sociedade e, pelas informações absurdas que nós recebemos, o problema é político. Nós temos que nos afinar com a cidadania, no local de trabalho, no local de moradia, na escola, nas universidades, mas nós temos que levar algumas decisões que possam ser mantidas, mesmo que isso exija sacrifícios. Não se faz política sem risco. Política é uma atividade de altíssimo risco. Alguns aqui já sofreram as conseqüências dos riscos provocados pela política e hoje não é tão diferente; pode ser conseqüências outras, mas sempre é arriscado.

Portanto, fica aqui a minha sugestão de que a gente possa, de fato, implementar essa socialização da informação. Muitos dos companheiros aqui têm, nas suas próprias casas, computadores interligados à Internet, e isso já cria uma rede. Nós podemos estabelecer uma rede entre os companheiros que já são detentores desse instrumento de comunicação, e depois socializar com os seu vizinhos, com outras redes, sobretudo, na questão de controle mais rígido do orçamento. Até porque, instituições como as Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores, Congresso Nacional, os Tribunais de Contas são encarregadas de exercer o controle. Mas daí, se estabelece o que se costuma chamar de harmonia entre os poderes, e é nessa harmonia que desaparecem os controles. Infelizmente, essa harmonia é feita em função da elite e não das necessidades da população. Eu posso mostrar isso com números, com dados da execução orçamentária de 2001. Desde que o Amapá foi criado, de 2001 até 2005, os gastos dos poderes que promovem a harmonia cresceram 512%. Os recursos destinados a investimentos caíram 500%. Ou seja, aquilo que pode proporcionar água, esgoto, infraestrutura para a sociedade desapareceu completamente porque os recursos foram transferidos para outra área. Mas, com todas essas dívidas, com todo o comprometido do orçamento público nacional, ainda assim tem dinheiro e ainda assim ele é mal gasto. Uma das tragédias maiores da sociedade é a permanente transferência de riqueza. Em cada ato, seja no Congresso, seja do Poder Executivo, se transfere renda dos pobres para os ricos. E isso continua hoje.

Este ano, o que é dramático é que, num governo de esquerda, o que nós vimos foi que ampliou a concentração de riqueza porque os mecanismos de transferência não foram tencionados. O que nos angustia é que não há nem mesmo tensão no sentido de estabelecer controle desses mecanismos de transferência de renda dos pobres para ricos. Portanto, a idéia é da agitação

política, mesmo através de dados de informações verdadeiras nas prefeituras na hora em que os nossos candidatos se comprometerem publicamente que vão dar transparência às suas administrações, que vão abrir a caixinha preta das prefeituras. Você falou em três milhões por ano para os prefeitos. A grande maioria dessas cinco mil prefeituras tem um orçamento anual de R$ 700.000,00 por ano, para tudo dento do município. Imaginem essas prefeituras com 3 milhões de reais, eles não fariam outra coisa, não queriam mais nada. Então, os nossos candidatos têm que abrir as caixas pretas das pequenas prefeituras. Se nós abrirmos essa informação o que vai acontecer? Vai ampliar em muito a confiança do cidadão no seu gestor público, no político que ele escolheu; e como política é exercício de escolha, nós teremos um caminho para uma mudança para o nosso país. Muito obrigado.

Luiz Henrique Lima: Bom dia companheiros. Eu tenho um livro publicado, chamado "Controle do Patrimônio Ambiental Brasileiro". Nesse livro tem um capítulo chamado "Dívida Ecológica" em que eu procuro relacionar a dívida financeira com a dívida ecológica. Então, eu queria cumprimentar a exposição do Professor Elias, extremamente didática e impressionante, com todos os dados que nos foram apresentados e eu queria trazer alguns outros elementos adicionais para reflexão dos companheiros do Partido.

Um dado que me chama muito a atenção e que quando eu falo as pessoas ficam impressionadas é a origem dessa dívida. Qual foi o primeiro empréstimo externo do Brasil? Foi em 1825, quando se negociou com a Inglaterra o reconhecimento por Portugal da nossa independência. A Inglaterra intermediou a negociação entre Brasil e Portugal e inseriu uma cláusula secreta nesse acordo, pela qual o Brasil indenizaria Portugal pelas despesas que Portugal tivesse para combater a nossa independência na Bahia e até mesmo as despesas da corte de Dom João e das indenizações à monarquia quando a independência foi proclamada no Rio de Janeiro. Evidentemente que quem nos emprestava o dinheiro era a Inglaterra. Esse empréstimo nunca foi saldado, ele foi sendo rolado sucessivas vezes. Se fizermos essa auditoria, vamos ver que nós estamos pagando até hoje a Portugal, quer dizer, não estamos pagando a Portugal, estamos pagando aos ingleses em nome de Portugal. Então, esse é um dado muito interessante de um estudo que foi feito em 1922. No centenário da independência foi feito um primeiro levantamento que está lá na biblioteca do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro.

O segundo elemento interessante é como essa dívida foi sendo acumulada. Nós todos vimos esses anúncios das Casas Bahia, na televisão: "Quer pagar quanto?" Você sabe que quando você compra aquele eletrodoméstico

em tantas prestações, você sabe que tem um juro embutido e você sabe qual é a prestação final que você vai pagar. No caso a dívida externa brasileira, você não sabe porque a maior parte dos empréstimos externos foi assumida com taxas flutuantes e essa flutuação é decidida lá fora nos mercados internacionais. Então, você vai acumulando juros que você não controla e o Brasil só paga a conta que lhe é apresentada.

Então, eu creio que a nossa bancada, no Congresso, poderia acionar o Tribunal de Contas da União, poderia acionar os mecanismos que julgassem oportunos para que essa auditoria fosse feita. Certamente, nós iríamos identificar que nós pagamos muita coisa que não devíamos. Agora, o outro elemento que eu queria acrescentar ao debate - e que eu já trouxe numa tese que eu apresentei no VII Congresso e colocamos isso no programa de governo do candidato à Presidência da República - é exatamente o conceito da dívida ecológica. O que é a dívida ecológica? A natureza produz serviços ambientais; a floresta amazônica produz serviços ambientais de regulação do clima, das marés, consumo do carbono etc. E isso tem um valor econômico extraordinário. Os cálculos que já foram feitos estimam em dezenas de bilhões de dólares por ano o valor desses serviços ambientais prestados pela Amazônia, com base na seguinte conta: se não houvesse tantos milhões de hectares de florestas, o efeito disso no clima seria tal que quebraria as economias do Hemisfério Norte porque isso iria produzir necessidades de investimentos em equipamentos antipoluição, redução do consumo de combustíveis fósseis, etc.

Então, é possível conceituar-se a dívida ecológica. Existem estudos de economistas da Índia e de centros de pesquisa no Japão que mostram que o Brasil é o país que mais oferece esses serviços ambientais pela sua vasta dimensão territorial, pela natureza preservada que ainda tem, e pela população relativamente reduzida, em comparação com outras nações que têm uma densidade democrática muito maior. Então, quando se levanta com seriedade a questão da dívida ecológica, nós vamos observar que o Brasil é credor e os devedores estão na Europa, no Japão e principalmente nos Estados Unidos da América do Norte.

A tese que eu tenho procurado levantar é que uma das coisas boas que a gente pode apresentar após um ano do governo é uma política externa mais afirmativa da nossa soberania. Eu penso que o Itamarati deveria pesquisar isso, deveria começar a colocar nos fóruns internacionais a questão do meio-ambiente e a questão da dívida ecológica. Se nós fizermos esse *link* entre a dívida financeira e dívida ecológica, nós vamos, certamente, impactar muito bem todos esses dados e todos esses números, que foram aqui apresentados com tanta segurança e brilhantismo pelo Professor Elias. Era essa a minha contribuição. Obrigado.

Rogério Portanova - Santa Catarina: Bom dia a todos. Eu sou de Santa Catarina e devia apresentar a tese "Construir o Socialismo do Século XXI Rumo ao Desenvolvimento Sustentável". Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar entusiasticamente o Professor Elias porque ele consegue destrinchar um negócio complicadíssimo. Sinceramente, eu não consigo olhar depois de terceira matemática de número, por mais que eu tente. Chega a embrulhar o estômago. É um negócio complicadíssimo que fica com uma clareza extraordinária.

Eu queria fazer algumas observações. Tem algumas coisas que estão relacionadas com o meu texto e têm outras que não. Uma delas é a implantação do projeto civilizatório brasileiro. Eu acho que a grande questão é o que todos queremos como civilização. Se a civilização vai estabelecer não sei quantos salários mínimos por segundo, concentrados na mão das 128 pessoas mais ricas do mundo, o que significa praticamente quinhentos milhões dos mais pobres, aonde é que nós vamos parar? O projeto civilizatório ultrapassa a esfera nacional. E a segunda questão é que, de repente, quem nasce já nasce devendo. Não está nem aqui e já está devendo. Essa é a relação que teria com outras teses que a gente defenderia aqui.

Agora, eu não queria deixar passar uma exposição que resgata um pouco daquilo que se chama de Constituição Cidadã. Ele referenciou o Art. 1º, no seu Parágrafo Único, quando falou do Ministério Público. Mas esqueceu de dizer que antes de 88, o Ministério Público era ligado à defesa do estado, defendia a União, inclusive, promotor podia se filiar a um partido e podia se candidatar. Depois de 88 não. Constitui-se o verdadeiro "Quarto Poder", só que com poderes jurídicos de acionar em nome da sociedade civil. E o Estado criou a AGU – Advocacia Geral da União, que defende a União.

Logo, o Ministério Público defende a sociedade civil, mas para a defender a sociedade civil tem que ter instrumentos. A Constituição criou a ação civil pública, que defende as entidades ambientais e o Ministério Público que também pode propor ações contra danos ambientais e crimes ambientais. Temos ainda a "ação popular" e a "ação direta de inconstitucionalidade". Na questão dos transgênicos, por exemplo, vários senadores assinaram uma ação direta de inconstitucionalidade com relação aos transgênicos. E o Ministério Público é o que é porque tem instrumentos jurídicos para agir; não adiantava ele ter toda a autonomia se não tivesse esses instrumentos.

Eu apresentei duas outras teses que não estão aqui - e eu até entendo porque o Carlos Siqueira não as colocou aqui - porque elas dizem respeito à questão dos aposentados. Uma ação popular que o PSB propõe em defesa dos aposentados, que estão sendo vilipendiados do ponto de ponto de vista

jurídico, não é nem questão política, é apenas dizer: "Vamos cumprir o que está estabelecido enquanto norma". Eu vou depois passar principalmente para o Elias porque ele relaciona a idéia da Seguridade Social, que é um pouco do que faz dessas teses que não estão aqui.

Eu queria dizer que por trás de tudo o que Elias falou está o desmonte do estado de bem–estar social que nunca existiu no Brasil. Isso é muito perverso porque quando a democracia tentou dar uma resposta, veio o arrocho do ponto de vista do capitalismo internacional. Eles disseram que a Ditadura pagava melhor, que tinha mais dinheiro na Ditadura". Eu ouvi muita gente dizer isso principalmente naquele período de transição, e isso é muito perverso. A democracia está diretamente relacionada não só à distribuição de renda, mas também a entender de onde ela vem. Essa é uma primeira questão que eu queria resgatar de que a gente deveria utilizar mais os instrumentos jurídicos que foram dados pela Constituição. Por exemplo, a Constituição previa que, após dez anos, se fizesse um estudo da dívida externa brasileira. Já se passaram quinze anos e isso nunca foi feito. O PSB poderia fazer uma ação direta de inconstitucionalidade e sairia na frente. Não é contra a Constituição; não é contra o Governo; não é contra ninguém; apenas resgata a cidadania.

A outra coisa que eu queria destacar é o deslocamento do capitalismo enquanto sistema econômico produtivo. Elias, você consegue trabalhar com esses dados com uma clareza impressionante. Isso é a idéia de mais–valia de Marx. A idéia é que uma cadeira, uma mesa, a camisa que vocês usam, têm um preço. As pessoas têm que fazer o produto e esse produto tem que estar no mercado; por isso se estabelece um preço que se paga para o trabalhador e daí vem a acumulação primitiva do capital. Todo mundo entende isso. Agora, todo o capitalismo, principalmente o industrial, se baseou em cima dessa coisa que se chamava a "exploração do proletariado". Todo mundo conhece bem essa história. Agora nós temos uma perversidade muito grande, que é o deslocamento do que eu chamo de "capitalismo econômico produtivo" para o "capitalismo financeiro especulativo", que trabalha em termos simbólicos com valores e que estabelece dívidas futuras. Por exemplo, a dívida ambiental, ou a dívida com os países árabes, em função do que eles podem produzir de petróleo. Eles amarram toda a sociedade nessa dívida e é assim que se vai estabelecendo quem efetivamente domina o mundo. Isso é muito perverso porque faz com que a burguesia produtiva, aqueles industriais sejam não as principais, mas as primeiras vítimas desse sistema.

Inclusive, a aliança do Lula com o Alencar é justamente a aliança do setor produtivo explorado com o setor produtivo que era o explorador e que passam a ser ambos explorado pelo grande capital financeiro especulativo. Isso

é tão perverso que praticamente nós não temos mais a exploração do homem pelo homem, nós temos filas de excluídos esperando um lugar para ser explorado. O cara que é explorado hoje é um privilegiado dentro da sociedade. É isso que o Elias explicou com uma maestria da qual eu só consigo teorizar, eu não consigo provar. Então, eu acho que a gente precisaria aprovar o que o Senador Capiberibe está propondo aqui enquanto política do Partido. O Congresso e o coletivo dos militantes entendem isso sob pena de comprometer o o socialismo do futuro, por exemplo. Eu acho que essa é uma primeira questão.

A segunda é uma pergunta para o Senador Capiberibe. Eu não entendo esses números todos aqui que foram ditos, mas parece–me que essa questão da saúde e da educação desvinculadas da DRU fere o princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal pode até ferrar municípios, impedir até que saia um pouco do eixo da hegemonia do capital financeiro internacional. Agora, na hora em que ela tem que ser retornada para a população aí se diz: "Não, espera aí, com isso nós não vamos conseguir ter o tal equilíbrio financeiro e econômico". Era isso que eu tinha para colocar. Eu acredito que essa é uma questão que não é meramente de cálculo não, essa política é verdadeiramente civilizatória. Obrigado.

Charles: Bom–dia aos companheiros da Mesa, bom–dia a todos aqui presentes. Eu sou Charles. Eu sou Secretário de Formação Política do PSB do Amapá, e gostaria de parabenizar aos expositores, o professor Elias Jorge e o Senador Capi, pela brilhante aula que nós tivemos aqui. Eu acho que já valeu a viagem.

Eu quero fazer algumas análises para propor como encaminhamento final no nosso grupo de estudos. Eu acho que é importante analisarmos que desde quando o Lula se lançou candidato, ficou muito claro naquele documento chamado "Compromisso com o Povo Brasileiro", que ele tomou a decisão de não marchar pelo lado da ruptura, mas pelo contrário, de aceitar aquela hegemonia posta e construída durante do Governo Fernando Henrique, no sentido de adotar a política econômica ortodoxa, ou neoliberal, como preferirem. Eu acho o que Senador Capi foi muito feliz quando disse o preço da harmonia para o Estado do Amapá. E basicamente, o PT optou pelo caminho da harmonia, sob pena de talvez não ganhar a eleição ou sob pena de tumultuar ou alvoroçar o mercado financeiro. E isso tem um custo que não é pequeno; é um custo altíssimo. Esse é o preço da harmonia da política econômica do Governo Lula.

Antes de mais nada, nós precisamos começar a construir a ruptura. Eu acho que esse tem que ser um direcionamento político do PSB - marchar para

construir a ruptura. Em que sentido? Em primeiro lugar, isso vai nos colocar numa posição de muito destaque frente às esquerdas brasileiras. Não somos apenas nós que estamos aqui nesta sala que pensamos dessa forma. Há setores imensos dentro do próprio Partido dos Trabalhadores e há setores grandes na sociedade que estão sentindo muita falta de alguém que aponte esse caminho. Como essa hegemonia foi bem construída, e como essas pessoas que falam também são suportados em números muito bem construídos, eles conseguem passar a impressão de que a ruptura seria o caos. Chegam até a dar como exemplo o que aconteceu na Argentina, etc. E nós temos que comprovar e demonstrar para a sociedade que a ruptura não é o caos, pelo contrário, é o único caminho para a sociedade. Eu acho que essa é que tem que ser a nossa questão. Para tanto, é fundamental que o PSB tome a vanguarda da sociedade brasileira nesse processo. Tenho certeza que nós vamos atrair pessoas de outros partidos ou que até não estão organizadas, vamos atrair interesse pela política. Mas para iss, temos que dar alguns passos. A denúncia política, a demonstração desses dados de forma clara e transparente é um pré–requisito fundamental. Com esse projeto de transparência, nós vamos passar a exigir que o instrumento principal da política, que é o orçamento público, esteja aberto para que nós possamos mostrar e traduzir esses números para a população. Não se esqueçam que não é fácil para a população entender o que significam aqueles números e como eles estão afetando os seus bolsos. Isso, para mim, é fundamental.

No entanto, depois de se ter feita a denúncia e de, naturalmente, de garantir a transparência necessária, o fator decisivo mais importante é a mobilização da sociedade. Nós só vamos conseguir enfrentar essa ameaça de caos, esse terrorismo ideológico que fazem com essa tentativa de ruptura, se a sociedade estiver mobilizada e organizada para defender os seus interesses. Por isso, eu colocaria como proposta a reprodução desse debate nos nossos estados. Além disso, é importante que, dentro desse debate, se coloque também a exigência da transparência dos orçamentos públicos para que nós possamos marchar na direção de uma grande mobilização nacional, comandada e conduzida pelo Partido Socialista Brasileiro. Muito obrigado.

Celso Pancera - Rio de Janeiro: Vira e mexe, a gente cai na questão da dívida, mas a verdade é que não se tem como traçar estratégias políticas de longo prazo num país como o nosso sem tratar primeiro da questão da dívida. É impossível. Neste país, nada de sério se pode fazer, em médio e longo prazo, se não se resolver primeiro a questão da dívida do país. Nos anos 80, início dos anos 90 era fácil, a gente gritava "Fora daqui FMI", e a gente ia para frente. Ultimamente o que aconteceu? A esquerda se deixou se levar por esse rolo que é a terceira via, que é o neoliberalismo, que é a globalização. Parece que

descobriram a roda. Eu acho que o PT, o PSB e toda a esquerda entraram nesse rolo e ficaram sem alternativa. Quando o Lula assina o acordo com o FMI deixa a vanguarda mais combativa, e a esquerda mais perplexa, parada: "O que eu faço agora? E agora?". Esse é um problema que está colocado nos sindicatos, nas entidades do movimento, nas organizações não-governamentais. Quem ficou com a bandeira do "Fora FMI"? Foi o pessoal do PSU, o pessoal mais à esquerda, mas que está muito isolado também da conjuntura porque não sabe ler a conjuntura. E o PSB parece–me que se dilui no Governo Lula, parece que não tem personalidade. Nós somos aliados, nós não somos cauda; já fomos cauda do PT, mas rompemos como isso na eleição do ano passado. Mas a gente apresentou um projeto e acho que estamos nos diluindo, de novo, no Governo Lula. E acho que temos que continuar no Governo Lula porque essa é uma conquista. Agora, temos que saber fazer esse trabalho de apoiar o Governo, mas também temos que mostrar também qual é a nossa cara. E eu vejo que os nossos militantes têm essa agonia, essa preocupação.

Ontem, no Movimento Sindical, também discutimos isso. Eles trabalham com programa de transição, e eu acho que nós podemos trabalhar com campanhas para a conjuntura de um ano ou dois. No Movimento Sindical eu propus três eixos que tinham a ver com salário, questão do álcool, que foi aprovada no Fórum Social Mundial e não foi implementado, e mais um outro eixo. Eu acho que o Partido tem que ter uma campanha central que pode ser a questão da auditoria da dívida. Essa poderia ser a grande face do PSB. Eu acho que pode ser a partir daí, porque nós temos que trabalhar também com as questões da transparência do orçamento e as questões morais, mas elas são mais difíceis de discutir. Eu acho que o cerne do problema do país é vontade política de romper com o modelo econômico que não se teve até hoje. E o Lula não está representando isso porque ele centrou nesse processo da roda nova, que é a tal globalização, e não consegue romper com o isso. Eu acho que ele já está lá dentro, acho que já criou vícios, já entortou o cachimbo, já entortou a boca, e dificilmente vai romper. A nossa militância está disposta, a ir para a rua fazer alguma coisa. Nós temos espaço político para construir uma alternativa à esquerda do PT. Eu acho que esse é um dos eixos que a gente pode trabalhar na grande massa - uma grande campanha pela auditoria da dívida externa e interna. Eu acho que isso é cidadania, e as pessoas acabam compreendo isso e se aglutinam a um setor importante da esquerda brasileira em torno do Partido.

Companheiros e companheiras. Eu sou de um município próximo à região metropolitana do Recife, que se chama Escada. Eu ouvi as palavras do Professor Elias e senti as palavras do Senador, a Capiberibe, a quem eu admiro bastante. Eu tenho assistido os seus pronunciamentos pela televisão e quero

parabenizá-los pelas exposições. Eu vejo que nós corremos dois riscos: o risco social e o risco político. Eu estava nesse instante pensando no que é que está pensando o cortador de cana lá da minha região, ou então, o filho de um camponês, que vai lá amarrar cana e ajudar o pai. O que é que ele está pensando? E digo isso porque eu cortei cana até aos catorze anos idade. Eu sou o 12° filho de uma família de doze, e meu pai e todos os meus irmãos cortaram cana. Depois, eu consegui estudar porque a minha irmã mais velha era professora. Ela começou a ensinar com treze anos de idade, ensinou trinta e dois anos no nosso município, e conseguiu fazer com que os outros irmãos estudassem. Foi assim que eu consegui estudar. Estudei em escola pública e em escola técnica agrícola, fiz Direito, Letras e mais quatro cursos de especialização. Eu consegui alguma coisa. Entrei na política com dezenove anos de idade e estou no PSB desde 1990. Eu não perdi nenhum congresso, de 91 para cá.

E eu escolhi políticas estratégicas para este país. Eu fiz um curso de pós–graduação de gerenciamento de cidades, na Universidade de Pernambuco, e nós observamos que todas as políticas públicas municipais estão ligadas pela centralização do poder à questão nacional, à questão da União; os municípios dependem exclusivamente das decisões de Brasília. Quando nós chegamos aqui e observamos as políticas estratégicas, até parece que não temos políticas estratégicas e que todo mundo tem que seguir aquela diretriz dura, a globalização impõe isso, e o que sobrar vai para as outras políticas. Mas, o que eu vejo é que não é possível fazer nada não. Até parece que a gente vai só disputar as eleições. Eu fui Vereador durante dez anos, sou o atual Vice-prefeito e já fui candidato a deputado fui Diretor de Cultura do Governo do Estado de Pernambuco. E fico pensando: o que é que a gente pode realmente fazer?

Nós colocamos o Lula no poder. Ele é a nossa esperança, e se o Governo Lula der errado, nós vamos passar um tempo maior do que o da Ditadura para a esquerda chegar ao poder novamente, podem ter certeza disso. Se o Governo Lula der errado no Brasil, não pensem que vai ser moleza não. Nós não vamos retornar ao poder central com menos de quarenta ou cinqüenta anos porque nós vamos ficar sem crédito nenhum com a população que nos colocou no poder. Então, a minha preocupação é essa. A gente corre um risco social e um risco político. O risco político é que o Governador Capiberibe, por exemplo, que fez um trabalho excelente lá, não consiga voltar mais a ser governador. Ou que um candidato a Presidente da República, por mais que tenha capacidade e condições de ser Presidente da República não tenha condições de chegar lá, porque o povo não vai acreditar na esquerda. E a opção que ele tem é ir para a direita para ganhar o poder, tenha que se vender. Esse é o risco político que nós corremos.

Então, a minha questão aqui é a seguinte: a política econômica de Lula é igual a de Fernando Henrique Cardoso? É preciso a gente pensar isso. Se for igual, nós temos que tomar posições junto com Lula para mudar essa coisa; tem que mudar alguma coisa para ajudá–lo a mudar. Eu acho que não é o momento de romper, de ir para rua porque a gente vai se sujar; não dá para colocar isso no meio da rua, na televisão, não dá. Eu posso até ser voto vencido, mas eu entendo que não. Eu acho que a gente deve ir para a luta como fomos para eleger o Lula; nós temos que ir à luta para mudar o Brasil; para mudar a política econômica e ir contra essa globalização que está aí dentro do poder; nós temos que mostrar que nós podemos fazer alguma coisa com o que nós temos; nós temos que mostrar que, se a política econômica não vai dar certo, por que fazê–la? Temos que apresentar uma outra alternativa. Se o Partido discordar, tem obrigação de apresentar outra proposta, mas uma proposta clara, porque apenas dizer que não vai dar certo, não adianta. Nós vamos ficar o tempo todinho no meio da rua só servindo de contestadores, sendo eternos contestadores. Não dá para ser assim. Quem fugiu da polícia, quem já levou cassete da polícia sabe que a gente não vai continuar a vida toda dessa forma. Portanto, se a gente está com o poder na mão, tem uma responsabilidade muito grande. Eu quero parabenizar a Mesa e o professor por me fazerem entender essas coisas. Eu realmente não conseguia entender. Foi muito bom.

Elias Jorge – Debatedor: Pelo menos usou o verbo certo. Você não conseguia. Então, eu já estou feliz.

Amaro Ferraz Barreto: Eu quero parabenizar a Mesa pela coragem de iniciar a palestra com três pessoas. Começamos e, graças a Deus, a sala está aqui quase cheia. Então, parabéns a todos vocês.

Tato Rui Neves: Bom dia aos companheiros que estão aqui discutindo o tema "Políticas Estratégicas para o País". Eu queria dar uma contribuição breve. Eu queria dizer que, em 1989, quando eu conheci o Capi, eu era um completo ignorante político. Eu achava que a vida e o mundo só iam melhorar quando eu começasse a ganhar bem. E agora, Professor Elias, eu acho que o mundo só melhora quando a gente fizer a auditoria na dívida brasileira. Com certeza, eu acho que eu tive um avanço muito grande de lá para cá.

É verdade, mas nós precisamos começar. No Amapá também foi assim. O Capi era uma pessoa incompreendida quando começamos lá. E eu comecei a literalmente carregar a bandeira do PSB nos comícios e agora na Assembléia Legislativa - a bandeira do povo amapaense e do povo brasileiro. Eu acho que a nossa relação com o PT está numa situação desconfortável. Nós rasgamos uma grande bandeira que foi a questão da taxação dos inativos. Eu me posicionei contra em Macapá, dentro do nosso partido. Existem algumas

coisas que nós temos que votar por conveniência, mas existem questões nossas que têm que ser radicalizadas; não podemos abrir mão de coisas importantes que sempre defendemos. É lógico que o PT e os seus técnicos e os seus políticos têm uma forma muito apropriada, uma forma muito política de nos convencer de que o problema da Previdência era o desequilíbrio financeiro. Mas, em função da ótica do professor Elias, nós vemos que o problema da Previdência do Brasil é o desequilíbrio das contas e do endividamento. Então, a Previdência nada mais é do que um detalhe muito pouco importante em toda essa matriz que nós estamos vivendo hoje. Então, é isso que eu acho que o PSB não pode mais colaborar com o PT. Essa é uma questão fundamental. Queremos ser parceiros, mas queremos ser também agentes das questões que contrariam fundamentalmente o nosso programa e a nossa ideologia.

Lá no Amapá eu votei contra o aumento do percentual do repasse para os outros poderes - Tribunal de Contas, Assembléia Legislativa, Ministério Público. Fomos para imprensa e fizemos o nosso papel. A mesma coisa na LDO, estamos querendo contemplar melhor a questão dos aparelhos sociais do estado, a segurança, a educação, a saúde, a assistência social e queremos deixar de lado as questões menos importante. Isso tem nos dado, certamente, dificuldades no cenário local, mas nós estamos defendendo a bandeira que sempre aprendi a defender desde que estou no PSB. E o PSB sempre foi a minha única Casa, a não ser que a gente passe a contrariar sistematicamente questões que dizem respeito a ideologias. E ideologia não está escrita em papelzinho não, ela está na cabeça de cada um.

Então, esse negócio é muito forte em cada um de nós que somos militantes socialistas e precisa ser respeitada pelos dirigentes nacionais para que o PSB não esvazie. Eu queria fazer dois encaminhamentos. O primeiro diz respeito ao Projeto Transparência, que nós sabemos que é uma ferramenta fundamental, hoje, no Estado do Amapá. Eu tento fazer uma oposição qualificada ao Governo que está instalado no Amapá, hoje. E como é essa oposição? É lendo o Diário Oficial e abrindo a Internet para ver as contas do Governo, porque lá estão os empenhos, lá estão os pagamentos, lá estão as dotações orçamentárias de cada setor. Agora, nós podemos qualificar um discurso contra as rotas erradas, ou distorcidas, que o Governo passe a adotar. Eu acho que essa é uma ferramenta fantástica para que a gente possa ter um controle social e para que a gente possa, através da divulgação dos números, começar a fazer a sociedade embarcar também nessa discussão. Hoje, nós temos os números do professor Elias, mas como fazer a sociedade embarcar se não informar, se não divulgar? Então, esses projetos podem ser complementares.

A sugestão seria para que a gente deliberasse, neste Congresso, que

todos os gestores do PSB - em nível municipal, estadual e federal - independentemente da aprovação da lei no Congresso, passassem a publicar as suas contas na Internet da mesma forma que fez o Senador Capi, no Amapá. Essa é uma questão para que a gente delibere na Plenária.

A segunda questão em que também precisamos da colaboração do Senador Capi e dos outros senadores e deputados federais e da Bancada Federal do PSB, é que a gente dê um prazo ao PT para que defina questões programáticas nossas; para que o PT comece também a nos ver não como aliados eleitorais, mas como parceiros do desenvolvimento do seu governo; para que o PT passe a cumprir exatamente o que sempre disse, ao longo desses anos, em cima do palanque, em relação à questão social, à questão da Previdência e várias outras questões que estão em andamento; a questão da DRU é outra. Que a gente dê um prazo ao PT para isso.

E a terceira proposta é a questão da auditoria da dívida. O Professor Elias nos convenceu a todos. A proposta é que façamos um requerimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a exemplo do que fizemos contra a questão dos transgênicos que foi largamente discutida no Brasil. Hoje, o Senador Capiberibe é o Presidente da CPI dos Transgênicos. A nossa proposta é que a gente encaminhe uma CPI destinada a auditar a dívida pública brasileira, independente de ser ou não um instrumento que vá ter sucesso no Congresso. Certamente, essa proposta vai gerar uma discussão na mídia, necessária para a gente começar a alavancar a discussão no ceio da sociedade brasileira. Muito obrigado.

Janete Capiberibe: Bom dia aos componentes da Mesa, aos companheiros e companheiras socialistas aqui presentes, aos nossos companheiros e companheiras do Estado do Amapá. Professor, eu cheguei um pouco depois do início da sua palestra, mas foi sorte que nas intervenções eu pude tomar conhecimento da sua exposição e entre algumas questões neste Seminário deste grupo das Políticas Estratégicas para o País.

Eu queria colocar duas questões à Mesa que me parecem que devam ser reforçadas nas nossas teses do PSB, para serem defendidas pelos senhores que fizeram a exposição. Se não me engano, os expositores abordaram a questão da dívida e da transparência das ações, se não me engano. Sobre a dívida, inclusive, relacionada com a dívida ecológica, na semana passada, na Câmara de Deputados Federais, aprovamos o Projeto de Preservação da Mata Atlântica. Essa questão do ambientalismo é muito nova, chegou ao Brasil após a Eco 92, quando o Collor de Mello era Presidente da República e houve aquele encontro promovido pelo Desenvolvimento Econômico, Social e Humano da ONU. Então, eu acho que foi importante, antes que acabem com os indígenas daquela

região, como os Pataxós e os Kaingangs. Para nós da Amazônia, eles são agricultores. Eles acrescentaram isso à sua cultura e não esqueceram a antiga cultura de quando eles estavam dentro da Mata Atlântica. Com relação à Floresta Amazônica, ainda não aprovamos nenhum projeto porque ela está quase intacta. Um companheiro que me antecedeu acha que o Itamarati deveria pesquisar sobre o assunto. Eu me junto ao sonho do companheiro porque eu acredito que no nosso Congresso é permitido sonhar. Agora, nós devemos lutar para que aconteçam esses sonhos. Nós podemos nos dar ao luxo, em todas as discussões que estão acontecendo, ontem e hoje, antes da eleição do Diretório, de nos determos em questões que, como socialistas, nós gostaríamos que fossem viabilizadas para a melhoraria da qualidade de vida do povo brasileiro.

A outra questão que foi colocada foi a questão da distribuição de renda. Por que é que as nossas crianças têm que herdar, no nosso útero ainda, uma tão grande maldade humana de contração de riquezas e rendas? Isso é inconcebível para nós que somos socialistas, eu tenho certeza absoluta. Sobre a transparência, nós brasileiros não conseguimos dar a importância que esse projeto tem. Porém, neste momento, esse ativo econômico, que é o ambiental, é o imposto pago pelo morador, ou moradora, da mais longínqua comunidade do nosso país, quando compra uma mamadeira, um fogão etc. São contribuintes para as três esferas de poder no nosso país e devem, sim, receber a informação do que é feito com o seu dinheiro. Nós precisamos decidir se nós queremos que seja pago o FMI; se nós queremos mais saúde, mais educação, pesquisa para que a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica sejam exploradas de forma sustentável; se nós queremos a redução da idade penal e construir mais prisões para nossas crianças, o que só dá dinheiro à grande empreiteira, e o problema social continua.

No início do ano, o Senador Capi e eu demos entrada no Congresso ao "Projeto Transparência", ele no Senado e eu na Câmara, para ver se conseguíamos aprovar. Eu concordo com ele de que o principal instrumento que o nosso povo todo tem em mão para discutir politicamente, é o orçamento público. É disso que trata o projeto, na Câmara e no Senado. Então, Professor e Senador Capi, eu gostaria que, no final do dia os senhores levassem essas duas questões à Plenária para serem discutidas. E sejam enfáticos, para que elas sejam aprovadas no final do dia de hoje, a partir do tema que norteia este Congresso que é "PSB - Defesa do Brasil a partir dos Interesses Populares".

Nós também votamos, o Senador Capi e eu, contra a Medida Provisória dos transgênicos. A Medida 131 chega até a Amazônia. Isso é um absurdo porque a Amazônia pode colaborar, se houver trabalho em toda a cadeia produtiva, com o aumento do PIB Nacional, sem precisar que a bancada ruralista produza grãos e os exporte *in natura,* ou já triturados, para alimentar animais na Europa e na América do Norte.

Então, eu gostaria que os companheiros representassem este grupo aqui e fossem enfáticos. Eu gostaria também que esse partido nos assessore também na Câmara Federal. Eu sou ambientalista, sou da Amazônia e decidi votar contra qualquer medida que o Lula mandou sobre os transgênicos. O Governo Lula fez muito mal. E quero terminar dizendo: se nós começarmos a fazer isso, o PSB será, e já é mesmo agora, uma futura alternativa de poder de esquerda no nosso país. Isso vai depender das nossas ações.

Inaldo Campelo da Paz – Eu queria saudar a todos. Bom dia à Mesa, ao Senador Capiberibe, ao Professor e debatedores. Eu sou de Pernambuco, da região metropolitana do Recife, Cabo de Santo Agostinho. O Senador já esteve lá, em muitas lutas na década de 70. Nós temos registros, inclusive fotos.

Minhas amigas e meus amigos, companheiros do PSB. Nós fazemos parte do Governo na Cidade do Cabo de Santo Agostinho. É uma cidade industrial, o primeiro pólo industrial do Nordeste brasileiro. Segundo publicações recentes, é uma das cidades que mais cresce no Nordeste, não só do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, mas acima de tudo da qualidade de vida. Nós temos lá um planejamento estratégico da cidade que nós chamamos - Cabo 2010. Nós definimos metas importantes para a cidade para que a gente pudesse melhorar a qualidade de vida da população, entendendo as dificuldades, entendendo também as limitações de recursos. Uma das nossas conquistas, e do PSB também, foi ter 100% das crianças de 07 a 14 anos na sala de aula. A gente fez uma grande campanha no Estado de Pernambuco. O companheiro Amaro Ferraz, que é do município vizinho, o município de Escada, da Zona da Mata Sul, tem conhecimento disso. Nós pensávamos que éramos o primeiro município do Nordeste brasileiro, no entanto, Senador, somos o primeiro do Brasil a ter 100% das crianças na sala de aula. Levando em consideração a realidade econômica do Nordeste, a situação dos municípios, que a gente herdou do Governo do Fernando Henrique Cardoso, isso é uma grande conquista.

Mas eu queria não só objetivar a minha participação nesta manhã, lançando propostas para que o PSB possa ter não só sugestões para o governo, mas que a gente também comece a pensar num desenvolvimento planejado e estratégico para o nosso país. E além disso, políticas de desenvolvimento regionais. Nós não podemos pensar um grande país, um país continental, se não pensarmos de forma regionalizada. Eu vou citar aqui o exemplo da Alemanha. A Alemanha Ocidental com todo o seu desenvolvimento, com toda a sua potência, quando houve a reunificação, não pensou duas vezes, e investiu algo em torno, de um trilhão de Euros, nessa reunificação. Eles sabiam da importância da unificação. Eles sabiam da importância daqueles irmãos que estavam chegando da Alemanha Oriental e que poderiam contribuir não só

com o seu potencial e com a mão–de–obra, mas acima de tudo, eles pensaram na Europa unificada, pensaram também no desenvolvimento e na economia mundial.

Então, a gente precisa também pensar no Brasil, neste país continental, de forma regionalizada para que a gente possa atingir os índices sociais que esse povo precisa, e pensar na questão da infraestrutura. É só ver o abandono das rodovias federais, o abandono das nossas ferrovias. Elas estão um caos. Durante oito anos de governo, o Fernando Henrique Cardoso prometeu construir a Transnordestina, para beneficiar o nordeste, e a Transnordestina não saiu; prometeu a duplicação a BR 101, e a 101 não saiu. A gente vem pagando um preço muito forte não só pela exclusão social, mas acima de tudo pelo desenvolvimento da nossa região. Nós estamos numa posição estratégica do ponto de vista da Europa, da América, mas acima de tudo a gente tem que pensar enquanto país.

Então, eu queria sugerir que a gente pensasse não só numa política de desenvolvimento sustentável planejada para a Nação Brasileira e não pensar apenas em quatro anos do Governo Lula, nós vamos, sim, preparar esse terreno, preparar toda uma estratégia, discutir com a sociedade e dizer também o papel desse governo nesses quatro anos. Eu acho que nós temos esse grande compromisso de alertar também os nossos companheiros nas ruas, nas cidades, para o papel dos poderosos, do poder econômico internacional, nacional e principalmente desses meios de comunicação que estão aí, que são concessões públicas e muitas vezes as pessoas não dão importância ao que está sendo veiculado nos horários nobres da TV brasileira. Isso tem um significado grande porque pode mudar muito a sociedade brasileira, se nós começarmos a utilizar esses meios de comunicação como utilizam os países de primeiro mundo. Então, é importante a gente ter um foco, principalmente, nesse poderoso instrumento de concessão pública que são os meios de comunicação. Nós temos que acompanhar isso, e não só fiscalizando, mas principalmente usando bem esses meios de comunicação.

Eu queria também endossar a posição de muitos outros que passaram aqui, sobre uma questão chave - a auditoria da dívida. Nós temos que ter essa grandeza de pensar e levantar essa questão. Temos que fazer auditoria sim, sem agredir ninguém, sem agredir os poderosos, mas ao mesmo tempo sabendo o que nós estamos pagando. O PSB pode dar essa contribuição de forma articulada, de forma diplomática, como está sendo feito hoje pelo Itamarati, pelo Ministro das Relações Exteriores. Eu acho que o PSB está cumprindo um papel importante, não só para o Governo Lula, mas para o povo brasileiro.

Eu queria ainda mencionar outra coisa. Na nossa região, nós estamos

trabalhando, de forma articulada, criando alguns consórcios, pensando na política regionalizada. O exemplo do Governo Capiberibe foi um referencial também para o PSB em todo o país. O exemplo do Governo Miguel Arraes em Pernambuco é um referencial agora para a política de eletrificação rural do Governo Lula. Inclusive, isso já criou até constrangimentos em Pernambuco porque o atual governador colocou alguns números de inclusão social, bem abaixo da política do Doutor Arraes. Há doze milhões de propriedades rurais sem eletrificação rural. Nós precisamos focalizar também na política de infraestrutura e a política tecnológica. Nós acompanhamos algumas implantações de incubadora de empresas. Os companheiros do sul do país - Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, principalmente, São Paulo - já iniciaram a implantação dessas incubadoras de empresas. Mas é necessário que o Governo Brasileiro pense também em políticas de desenvolvimento tecnológico para a região Nordeste, Norte e Centro–Oeste, até para que a gente possa não só competir no mercado globalizado, mas ao mesmo tempo, pensar num país continental e, acima de tudo, pensar no socialismo. Muito obrigado.

Miguel: Bom–dia a todos. Eu tenho um profundo orgulho de ser xará do Miguel Arraes e tenho um profundo amor pelo povo de Pernambuco, pois minha falecida mãe era de lá. Nós estamos praticamente terminando este ano e o Governo Lula tem mais três anos pela frente. O PSB, na minha opinião, está numa situação bem difícil. Eu quero reportar-me à dívida externa brasileira. Eu tenho 55 anos e lembro–me que, quando tinha 8 anos fui com minha mãe doar ouro para o bem do Brasil, para pagar essa dívida que está aí. Eu não sei se alguém se lembra dessa campanha que teve. A fila era imensa.

Elias Jorge – Debatedor: Miguel, eu me lembro dessa campanha. Só que, se você tem 55 anos, você deve tomar injeção de formol todos os dias de manhã porque não parece nem um pouco.

Miguel: Obrigado. Mas eu quero dizer que eu já estou cansado de ouvir falar nessa dívida. Eu estava vendo aqui o companheiro Luiz Henrique Lima, que foi meu amigo na Juventude Socialista. Ontem, o Governador Lessa falou no Edson Luiz e eu estava lá quando aquele estudante foi barbaramente assassinado. Nós passamos por tantas coisas neste país! Nós temos que estudar a questão dessa dívida, verificar como ela foi contraída e estudar profundamente esses juros. Aqui tem apenas o esboço atual dela. Eu tenho encaminhado várias causas contra a Caixa Econômica, Banco do Brasil a respeito de juros extorsivos contra pessoas. Quando a questão vai para a perícia contábil, muitas vezes, a pessoa tem até que receber o dinheiro de volta. No meu entender, essa dívida já foi paga.

Agora, temos que partir para a prática; temos mais três anos para definir

isso porque para mim este ano já foi. Não adianta ficar no discurso, tem que partir para a prática: Vamos pagar ou não vamos pagar? Vamos fazer auditoria? O que devemos fazer? Já pagamos? Então, *tchau*! Vamos arcar com as conseqüências. Ontem eu estava vendo aquele dizer do falecido Salvador Allende: "Vale a pena morrer por alguma causa?" Então, vamos morrer para não pagar essa dívida. Hoje, eu estou com 55 anos, mas estou vendo as crianças que estão nesse mundo aí. O que elas vão herdar? Será que nós vamos ter que ficar no discurso? Há anos que eu ouço discurso; a minha mãe foi até doar ouro lá naquela campanha. Eu só ouço falar sobre a dívida.

O Brizola, na época em que estava em primeiro lugar nas pesquisas, falava em acabar com o monopólio da Globo. Foi o grande erro dele chegar na televisão e falar isso. E eu falei para o companheiro Brizola que ele não deveria dizer que queria acabar com o monopólio da Globo nem para a esposa dele, nem para o maior amigo dele. E ele disse: "O que companheiro?" E eu falei: "Você nunca mais ganha mais nada no Brasil porque você mexeu onde não devia; você deveria ser Presidente para depois mexer com eles; você mexeu antes da hora". E realmente, ele nunca mais ganhou nada. Então, eu acho que a pessoa tem que ter uma visão. Temos um comandante, que fez uma brilhante explanação. Temos aqui uma pessoa que realmente se preocupou. É a primeira vez que eu estou vendo, uma pessoa que faz um brilhante trabalho sobre a dívida. Ele tem os números nas mãos. Então, vamos partir para a prática. Temos mais três anos para decidir.

Como o companheiro colocou aqui, hoje, o PSB está realmente numa enrascada danada. Ontem eu vi o ar de preocupação no semblante do José Genoíno. O ano de 2004 vai começar e nós temos que decidir se vamos pagar, ou não, essa dívida. Se nós cairmos no descrédito, vai acontecer o que o companheiro disse: "Nós vamos levar trinta, quarenta, cinqüenta anos para chegar no poder de novo". Eu já ouço nas ruas o povo falar que não vai mais acreditar no Governo que está aí. Eu, por exemplo, não engoli essa Reforma da Previdência. O que eu queria era que se fizesse a Auditoria da Previdência, assim como estamos propondo a Auditoria da Dívida Externa, porque mais uma vez o povo brasileiro é que vai pagar a conta.

O Brasil é um país cheio de impostos. Quando eu cheguei aqui a Brasília, há 14 anos atrás, a W3 era uma avenida cheia de indústrias e lojas abertas. Hoje, estão todas fechadas. Por quê? Porque ninguém segura essa barra de tantos impostos. Temos que defender o empresário também, aquele que emprega. Será que está sendo bom para ele? Eu tenho um tio que fechou uma fábrica porque não agüentou. Vendeu, pagou os empregados e está em Cabo Frio. É síndico de um condomínio. Então, vamos partir para a prática. Eu só peço

isso. Temos mais apenas mais três anos. Se nesses próximos três anos não decidirmos essa questão, não sei onde é que nós vamos parar mais.

Aline Dias: Boa tarde a todos. Eu não conhecia a companheira Janete e fiquei sabendo agora que é Deputada Federal. Já tinha até ouvido falar, mas agora eu estou conhecendo a sua imagem e a pessoa que você é. Eu sou uma mulher que eu estou dentro do Partido Socialista há dois anos. Eu comecei lá muito desanimada porque eu não via mulheres no Partido. Eu sou de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. Eu via aquelas reuniões com 30 ou 40 homens e só eu de mulher, ou às vezes, duas ou três outras companheiras que apareciam. E eu pensava: "Meu Deus! Cadê o Movimento de Mulheres? Cadê as mulheres?". No dia 19 de dezembro de 2002, eu simplesmente joguei a toalha e falei: "Cansei. Vou cuidar da minha vida porque eu deixo os meus filhos, deixo a minha casa, e quase acabei com o meu casamento por causa da política. Cansei." Mas quando eu vejo a brilhante exposição do professor, eu fico pensando que eu tenho uma filha de 10 anos e já temos 10 anos de dívida. Nossa! Isso me incomodou demais, mexeu comigo, mexeu com o meu íntimo como mãe, como mulher, como socialista e como política.

Eu sou candidata a Vereadora pelo meu município. E eu penso: O que vamos fazer? Vamos ouvir, vamos discutir, vamos chegar a um denominador comum e depois vamos sentar? Será que é essa a reflexão que nós estamos buscando? Eu enfrentei dezoito horas de viagem para estar aqui. Foi uma viagem cansativa, não dormi, mas estou aqui lutando por vocês. É a segunda vez que eu estou vindo ao Congresso Nacional do nosso Partido. Hoje, ouvimos exposições brilhantes, como a do companheiro Luiz Henrique. Eu até escrevi um bilhetinho para ele dizendo assim: "Vai ter um vendedor na esquina falando assim: Compre garrafa de gás diretamente da Amazônia, oxigênio puro, ajude a pagar a dívida externa do nosso país". Eu coloquei isso para ele e ele começou a rir.

Eu vejo aquela companheira ali sensibilizada; eu vejo o companheiro ali que tem a sua história de luta; o outro companheiro que é Deputado que só lava o cabelo e não corta; vejo ali um Senador presente. Estamos todos lutando. Eu senti porque eu sou uma pessoa que observa as pessoas nos olhos. As palavras não me convencem mais. Eu estou meio desacreditada da política, para ser franca, para ser sincera com todos vocês. Mas eu estou lutando porque quando eu cheguei, em abril, no partido tinha um monte de mulheres lá. Eu disse: "Até que enfim!". Vibrei, fiquei emocionada. Hoje, eu faço parte da Secretaria Estadual de Mulheres. Agora, eu quero ir aos outros municípios da Baixada Fluminense, como Coordenadora da Baixada, para arregimentar mais mulheres para lutar pelos nossos direitos. O nosso congresso foi ontem. Eu

acho que tem companheiros aqui presentes que participaram. E eu olho nos olhos do Senador um certo desânimo e um certo desconforto porque ele não pode, politicamente, bater no Governo.

Outro dia, andando de ônibus, eu vi uma senhora aposentada, desesperada: "Meu Deus, mas eu só ganho R$ 240,00. O que eu vou fazer da minha vida, se eu ainda tenho que pagar mais imposto?" E eu falei: "Calma! Ele não vai mexer com quem ganha pouco, vai ser o pessoal que ganha acima de R$ 1.500,00". Mas eu não sobrevivo sem meus R$ 1.500,00, porque eu tenho três filhos, embora, eu tenha tomado uma medida drástica: botei todo mundo na escola municipal. Mas eu tenho que pagar aluguel, alimentos, roupas. Eu tenho que prover tudo para a minha família. E ainda por cima, eu sou autônoma, não tenho salário fixo, não tenho cargo no Governo. E acho que prefiro nem ter que é para não trazer mais uma responsabilidade para as minhas costas. É nessas horas que eu penso: "Vamos à luta. Vamos realmente fazer essa auditoria. Vamos sair daqui com uma proposta firme. Vamos defender essa proposta na Plenária porque eu acho que mais importante do que pagar a dívida é saber qual é essa dívida". Sinceramente, desde que me entendo por gente, eu ouço meu pai falar da dívida externa. Meu avô, que era militar, já falava da dívida externa. E ninguém consegue pagá-la porque é uma bola de neve. E aqui, de repente, em poucas palavras, o Professor conseguiu fazer um clarão dentro da minha mente, abriu. Agora eu sei o que é; agora eu sei por onde eu posso ir; nem que eu vá sozinha, como diz Fernanda Montenegro, ficar no banquinho gritando em praça pública. Vão dizer que eu sou louca, mas pelo menos eu tenho direito de me expressar; eu posso falar e ninguém vai me prender por isso. E eu acho que talvez eu consiga trazer mais pessoas para a nossa luta. Vamos sair daqui com essa defesa, por favor. Era isso. Obrigado.

Vicente Paulo Selistre: Companheiros e companheiros. Eu sou Vicente Selistre, militante sindical da indústria de calçados de Campo Bom, no Rio Grande do Sul. Eu queria referenciar aqui a luta do nosso povo sindical. Ontem, debatemos aqui a vida, a luta dos trabalhadores e do povo brasileiro. Nós vivemos tempos difíceis, em que o hegemonismo de um pensamento único, a globalização e a mídia acabam com questões que são essenciais entre os seres humanos - acabam com a historicidade, por exemplo. É impossível construir uma sociedade e discutir políticas, discutir vida, discutir estratégias, para 170 milhões de companheiros, de irmãos, sem levar em consideração os princípios que estão afetados nesse momento. E a historicidade é um deles. Hoje, o imediatismo que a mídia vende no dia a dia, parece ser o símbolo maior da essência e o que regula o pensamento, a consciência do ser mundo naquele momento em que ele vive.

Ontem, homenageamos Allende. Há tantas outras questões que que aconteceram no mundo e no nosso país, mas parece que não significam nada. Um comentarista de TV ou de jornal, por vezes, influi mais do que companheiros como Marx, como Guevara, como tantos aqui da nossa cidade e do nosso país - companheiros que lutaram contra a Ditadura, tantos que escreveram a história do país e que parece que não significam nada.

Hoje, se você vai discutir numa esquina algo como o sistema financeiro, você pode colocar a opinião do maior gênio da humanidade, que ele diz: "Não, não é bem assim. Disseram na TV não é bem assim. Olha, esse negócio de privatizar tudo não é bem assim. Esse negócio de que tem que deixar o mercado controlar e que o sistema financeiro é que vai fomentar a vida e crescer o bolo, isso não é bem assim". "Agora nós vamos crescer, nós vamos desenvolver e o país vai ter um espetáculo de crescimento". Então, isso é complicado.

Além disso, o momento em que vivemos acaba com a transpessoalidade das pessoas. As pessoas, hoje, quase não se relacionam, não olham no olho, não se abraçam com aquela firmeza que expressa aquilo que para mim é essencial em qualquer luta política, que é a solidariedade. Sem solidariedade, tudo o que se faz não tem essência; às vezes, não tem nem seriedade. E essa reflexão nós temos que ter. Quando falamos da realidade em que vivemos, há coisas que são históricas.

Infelizmente, eu não pude acompanhar a palestra inicial do Senador e do Capi. Mas ontem, no nosso debate sindical, o companheiro Vilanova dizia: "Nos deixam em áreas de terra, sem assessoria, sem assistência técnica". Em relação à Reforma Agrária, para os governantes do país, historicamente, o importante é mostrar números na televisão, numa certa conferência internacional, num certo órgão internacional. Números e números. Mas as pessoas que estão lá, querem aprender; querem se adequar às tecnologias; querem ter os canais de escoamento da sua produção para dar assistência e escola a seus filhos. Mas, não há uma política estratégica firme sobre essa questão.

Nós vivemos tempos, em que a questão da exclusão, da fome, é movida pela falta de solidariedade do momento em que vivemos. O Governo Lula, que aqui estamos apoiando, traz o Fome Zero, traz uma parceria com a iniciava privada, o PPP, mas tudo muito deslumbrante. Envolve a Nestlé, envolve parceria; parece que está tudo bem conduzido, faz-se uma grande propaganda na mídia, mas o programa está sendo cooptante e demagógico, em certas situações.

Eu quero encerrar dizendo que a nossa federação de sapateiros fez

uma luta ferrenha contra a aprovação da Lei de Falências, que está nas suas mãos agora. Já falamos com o companheiro Paim. Eu referencio isso aqui neste Fórum porque a Lei de Falências está se tornando uma das demonstrações cruéis da mão cruel, da mão perversa do capitalismo selvagem, onde os banqueiros estão tendo todo o tipo de proteção e de restituição dos seus direitos, dos seus créditos, de adiantamento de câmbio e outras questões contra o direito sagrado dos trabalhadores. Eu quero que o companheiro reflita sobre isso. Eu tenho certeza que será um tributo a nosso favor, que o companheiro Paim já assumiu. E isso mostra também que nós temos que, estrategicamente, fazer com que os banqueiros dêem muito dos seus anéis. Isso é estratégico para o país para nós incluirmos quarenta milhões de seres humanos e construirmos um país mais justo para todos os brasileiros. Obrigado.

Ivo – Coordenador: Vamos passar a palavra agora ao Elias, para as suas considerações finais.

Elias Antonio Jorge – Debatedor: Eu vou começar lamentando que, infelizmente nós ainda não temos disciplina suficiente para sermos pontuais, nem na hora de começar nem na hora de acabar. Das 9:00 às 10:30 horas, a sala ficou às moscas e atrasamos bastante o início dos nossos trabalhos. Eu estou lamentando profundamente porque eu fiquei altamente estimulado com as várias intervenções e não vou nem poder fazer os comentários todos que eu gostaria. Entretanto, eu selecionei algumas coisas sobre as quais eu não poderia deixar de falar.

Primeiro, eu queria fazer um comentário sobre a proposta de transparência. Desde 87 que eu critico fortemente o termo "transparência". E o meu argumento é muito simples - aquilo que é muito transparente é invisível. Então, o discurso da transparência pura e simples tem que ser agregado de uma outra qualificação - transparência com visibilidade. Vocês já viram que nas normas de engenharia de segurança põem sempre uma faixa vermelha ou amarela para não deixar as pessoas trombarem nas portas. Mas, Capi, eu notei que depois do caso de orçamento, não bastava ter transparência com visibilidade porque o orçamento é altamente visível, ele tem dez mil páginas. Não tem nada mais visível do que a maçaroca do orçamento que chega lá no seu gabinete. Só aquela visibilidade não basta. Então, é preciso a gente ter um adendo a mais: é transparência com visibilidade e com legibilidade, quer dizer, dar condições de ler.

Essa tabelinha que vocês receberam é uma súmula de mais ou menos cento e oitenta mil páginas, que são de sete ou oito anos de orçamento. Isso tem que ter legibilidade. Depois, também não basta o cara ter legibilidade, precisa de uma outra categoria que é a inteligibilidade. É preciso a gente ter um

tradutor destes termos: empenho, liquidação, pagamento, restos a pagar - são todas manipulações orçamentárias. O Capi foi muito feliz em dizer que o prêmio é o direito de formular propostas, mas mais do que formular propostas, é de executar o orçamento. As pessoas lembram do seu candidato ao Executivo, mas raramente lembram do seu candidato ao Legislativo, exatamente porque você tem essa dominância do Executivo em relação ao Legislativo, pelo poder que o exercício da execução orçamentária confere. Quer dizer, na verdade, o que está sendo disputado politicamente é o direito de execução do orçamento.

Eu tenho certeza que a proposta de Capi e de Janete privilegiam essas quatro categorias. Embora o termo usado seja apenas de transparência, não é só transparência que você está pretendendo, é transparência, porém, com visibilidade, com legibilidade e com inteligibilidade. São as quatro categorias. Essa é apenas uma contribuição adicional para fomentar a reflexão sobre a publicidade e a popularização desse projeto das contas públicas. Eu acho que eu fico plenamente satisfeito se o Partido Socialista abraçar uma causa dessas como sendo uma forma de sub–intervenção estruturante dentro da sociedade. Enquanto partido, eu acho que isso tem um retorno.

A segunda proposta é também uma contribuição para reflexão. Eu vou só tentar dar uma imagem do que representa na verdade, o orçamento. A melhor imagem que a gente pode ter de orçamento, é compará-lo a um sistema de abastecimento d'água. Você tem as fontes, que são as tais receitas, contribuições ou impostos, e você tem os canos que vão alimentar uma determinada caixa d'água. A partir dessa caixa d'água você tem uma rede de distribuição para um conjunto de torneiras. Eu vou tentar fazer essa imagem agora para a gente ver qual é o drama que nós estamos vivendo. A primeira torneira, a que tem a boca mais larga e que está embaixo da caixa, tem sido a torneira da dívida. É isso que gente verifica quando analisa o Orçamento da União. Qualquer tantinho d'água que tem lá dentro tem que alimentar aquela torneira. E não é diferente na nossa vida pessoal. Quando você recebe o seu pagamento, a primeira coisa que você faz é cobrir o cheque–especial. Quer dizer, você paga a dívida e nem toca no dinheiro. A segunda torneira é a despesa de pessoal. Ela está um pouco mais alta do que a torneira da dívida. Você tem que pagar as pessoas que trabalham para você, senão você não consegue manter as atividades que você tem. A terceira torneira é a chamada torneira do custeio de capital, ou seja, a manutenção e funcionamento. Ela está mais alta do que a torneira do pessoal - é a água, luz, gás e telefone da nossa casa. É por isso que eu acho que o Capi é muito otimista em dizer que o Lula tem 18% de dominância sobre o orçamento. Eu acho que é bem menos, eu acho que o grau de liberdade que ele tem é bem menos, de 2% a 3%, porque tem a torneira da dívida, tem a torneira do

pessoal e tem a torneira do custeio. A torneira do capital é uma quarta torneira, que está a cima da do pessoal. É um ou outro equipamento que você precisa, uma reforma que você tem que fazer na geladeira etc. Tudo isso você faz depois que você cumpre essas todas. Na nossa vida pessoal, também funciona assim. A quinta torneira, que está lá em cima, pertinho da bóia, é a torneira mais essencial de todas - é a torneira do investimento. Investimento é aquilo que pode mudar a sua vida, mudar a sua qualidade. Essa torneira só recebe água quando todas as outras já foram beneficiadas.

Então, o grande desafio brasileiro é como a gente consegue construir uma lógica para inverter as posições da Torneira 1 e da Torneira 5. Não adianta a gente imaginar que, num passe de mágica, eu vou conseguir tirar todo o dinheiro da dívida e jogar no investimento. Mas eu tenho que pensar em construir uma alternativa de mudança de lugar dessas torneiras, de mudança de prioridade.

Nesse sentido, a minha terceira observação final, é em cima da esperança, que foi como o Capi começou o discurso dele. Eu estou aqui com o Orçamento Geral da União executado até outubro. Se a gente analisa os dados com radicalidade, a gente acaba se enchendo de esperança. Sabem por quê? Porque se examinarmos o superávit corrente, verificamos que tivemos mais receitas que despesas. Só que, na hora contabilizarmos as despesas, verificamos que gastamos 49 bilhões de juros. Isso significa que a capacidade de poupança da sociedade brasileira tem acontecido sistematicamente, fora a sangria dos juros. Eu não estou propondo calote; eu não estou propondo suspensão de pagamento; eu não estou propondo moratória unilateral, nada disso. Eu estou trazendo à reflexão um dado objetivo que nos enche de esperança. Este ano, eu tive a capacidade este ano de gerar mais receitas no âmbito da União, num montante correspondente a 75 bilhões de reais, nos dez primeiros meses do ano, do que de despesas. É claro que para fazer isso, o custo social foi enorme: o desemprego aumentou; vários programas não foram implementados; você tem problemas de não execução orçamentária etc. Mas eu mantenho a minha esperança de que essa é uma estratégia para estancar uma bola de neve que estava vindo, e está se expressando num crescimento menor da dívida, numa hipótese de a gente reverter esse tipo de quadro daqui para frente.

Se não for para romper com esse paradigma, construir a mudança de torneira, não tem sentido a esquerda estar no poder. Nesse sentido, o meu sentimento é de que a gente esteja fazendo aparentemente o mesmo que estava sendo feito, mas a minha esperança é que temos um horizonte bastante claro de melhoria da infraestrutura. Por exemplo, a universalização da energia elétrica é uma alternativa importante, mas você não vai fazer investimentos se você não tiver infraestrutura, se você não tiver espaço para poder expandir. É por isso

que o tempo inteiro eu estou trabalhando com a idéia da ruptura com esse modelo, da construção da mudança da posição das torneiras dentro da caixa d'água. Portanto, a minha proposta é de se uma auditoria nesses termos, para sermos mais respeitados, não porque acalmamos o mercado, mas porque estamos tencionando. Eu acho que uma boa maneira de colaborar não é dar doce para o diabético; às vezes, a melhor forma de se fazer com o diabético é dizer o seguinte: "Não coma doce". Se você ficar dando doce, fazendo de conta que não está incomodado, você pode estar prejudicando muito mais o Governo do que ajudando ao Governo. Então, eu acho que é nessa lógica que a gente deve ter horizonte.

Eu teria alguns comentários muito rápidos sobre cada intervenção. Se a Mesa me permitir, eu vou tentar abordar cada um deles em trinta segundos. Eu acho inteligentíssima a fala do Luiz Henrique, no que diz respeito à dívida ecológica. É um outro paradigma que a gente tem. Eu já até encomendei um livro dele. Nesse campo nós temos água, que, no mundo de hoje, é mais preciosa do que petróleo; nós temos o único reator de fusão nuclear do mundo, que está disponível nos trezentos e trinta dias por ano, que é o sol; nós podemos ser grandes exportadores de energia eólica, de energia solar; há várias alternativas que precisamos explorar, como o óleo de girassol, óleo de palmeira etc. Quer dizer, temos um largo espectro de possibilidades pela frente.

O Rogério destacou aqui a importância de se retomar o projeto civilizatório. Eu fiquei muito estimulado com sua fala. Eu acho que eu consegui ir fundo na minha tarefa aqui, que era fazer a provocação. Acho que são importantes as reflexões que você fez na sua intervenção e elas prosseguiram, inclusive, em outros temas que estão sendo debatidos no Congresso. Eu vou ler com atenção as suas duas teses sobre a questão dos aposentados. Eu já imagino o que seja: uma postura radicalmente contra o que foi feito. O Charles levantou a questão da ruptura versus ortodoxia. Eu estou tendendo, Charles, a não ver como ortodoxia pura e simples, embora, a gente esteja, aparentemente, sendo mais real do que o rei, mais liberal do que os neoliberais. Eu tenho essa visão desse horizonte, senão eu entro em desespero total. Como eu sou professor desde 1966, eu tenho a necessidade vital de ter esperança, senão não dá para prosseguir. Eu acho que a gente tem que pensar seriamente na construção da ruptura mesmo; num longo processo de educação política, que talvez seja a coisa mais essencial que o país precise.

O Celso Pancera falou da dívida e disse que a gente deve trabalhar com campanhas conjunturais de auditoria. Eu acho que essa é uma estratégia interessante; devemos eleger algo como essencial. Para quem chegou depois e não ouviu a conversa, a gente começou falando da dívida porque ela é

condicionante de todas as outras políticas. Ninguém vai dar ouro para o bem do Brasil, mas a gente pode dar uma contribuição de ouro se a gente fizer uma intervenção política adequada no levantamento da história da dívida.

Eu achei interessante a fala do risco social, do risco político. Eu lembrei, na hora que a gente tem que trabalhar com a lógica da Lei de Responsabilidade Social, que é muito abrangente. Isso lembra um pouco a campanha do senador alagoano, o brilhante Senador Teotônio, que levantava as quatro dívidas porque ele achava que eram importantes de serem resgatadas. O Smith falou da questão da transparência. Eu espero que ele incorpore essa idéia de visibilidade, de dar um prazo para o PT, um prazo para o próprio PSB, de estarem refletindo sobre o encaminhamento da auditoria. Eu só tenho uma dúvida. Se a gente deveria configurar isso como CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito ou como uma Comissão Mista do Congresso, Comissão Especial do Senado, Comissão Especial da Câmara. CPI tem toda uma marca, pode inviabilizar, inclusive a própria realização de uma auditoria só pelo fato de ser CPI. Então, eu acho que a idéia da Comissão Especial é boa. Eu queria lembrar que, na verdade, a Constituição manda é fazer auditoria mesmo, não uma mera abordagem.

Eu queria fazer mais um comentário sobre o que o Luiz Henrique falou, quando ele disse que o Osvaldo Aranha, só de viajar daqui para a Inglaterra para renegociar a dívida, na época, a dívida pública brasileira caiu 30%. E boa parte dessa dívida com a Inglaterra não tinha sequer contrato. Então, é importante a gente tentar resgatar isso. Se você achar a idéia interessante para incorporar no seu gabinete, está cheio de artistas aqui que podem ajudar; tem toda a contribuição condição da Auditoria Cidadã da Dívida; tem um levantamento de material que pode ser um input importante para isso. Eu posso viabilizar esse tipo de contato, se for decisão do Congresso, ou se você quiser assumir como lógica do seu mandato.

Eu não estou falando apenas em dívida ecológica; estou falando na dívida financeira porque é ela que acaba impedindo todas as outras políticas públicas. Em relação ao que o Rinaldo falou, nós temos que fazer realmente um estudo histórico. Eu acho que a gente tinha que trabalhar com a lógica dos municípios saudáveis, os municípios de bem–estar social - esse exemplo emblemático de se ter 100% das crianças na escola. Se você pegar os municípios de 2.000 habitantes, 5.000 habitantes, 10.000 habitantes, o esforço de investimento que você tem que fazer é mínimo. Teve um companheiro nosso, o Ariosto Holanda, que desenvolveu um projeto riquíssimo no Ceará de resgatar a vocação regional local para poder estimular o movimento de mulheres. Eu acho que essa é uma estratégia fundamental do partido. Vamos começar a fazer as "**zonas**

liberadas", usando um termo da guerra de guerrilha. "Zona liberada", num marco político institucional formal, significa que eu vou impedir a migração da zona rural para a cidade média, e da cidade média para a cidade grande. Se eu não estancar esse processo, dando condições de equipamento coletivo para a cidade pequena, eu estou condenado. Essa pode ser uma boa lógica e uma boa estratégia de intervenção política do PSB, e até uma contribuição estratégica para a intervenção do governo como um todo.

Miguel, eu também me lembro da campanha do ouro. Eu não sei se eu fui doar ouro, mas eu lembro das filas para doar ouro para o bem do Brasil. Depois eu vou pegar a receita de conservação. Eu estou querendo me livrar do cigarro, mas eu acho que não é só o cigarro não, você tem um outro segredo excepcional para se manter conservado assim. Vai ver que você é um garoto de dezenove anos e vem cá falar que tem cinqüenta e cinco só para impressionar.

Finalmente, a Aline fez uma intervenção pungente do ponto de vista lá do sentimento, uma intervenção de coração, fazendo uma convocação para a gente ir para a briga mesmo. Agora, ela falou um negócio importante: "Mais importante do que pagar é saber o que é". Você pagar aquilo que você sabe o que é, é muito mais significativo do que ficar o tempo todo insistindo nisso. Finalmente, o Vicente levantou a questão dos chineses. Quando eles querem desejar muita desgraça, eles falam assim: "**Desejo–lhe tempos interessantes**". Na lógica chinesa, tempo interessante é cheio de agitação; e tempo não–interessante é calmaria e paz. Eu fui pesquisar e pensei: vai ver que é por isso que eles criaram, para a mulher grávida, a expressão de estar em "estado interessante", porque é uma conturbação total para as mulheres que já ficaram grávidas e até para os maridos, como eu que acompanho. Vai ver que a gravidez não tem nada de interessante - a deformação, etc..

Por outro lado, tempos interessantes, significam tempos de agitação e de muito sucesso no Congresso e no pós–Congresso. Espero até que a gente consiga construir soluções de articulação, aqui dentro, para sair do Congresso mais forte, e não mais enfraquecido. Muito obrigado pela oportunidade de estar com vocês.

Ivo – Coordenador: Parabenizando mais uma vez o Professor Elias, eu vou passar para o Senador Capiberibe para as suas considerações finais.

João Alberto Rodrigues Capiberibe: Nós podemos observar, nas considerações dos companheiros e principalmente do nosso brilhante expositor, que ele tem uma linguagem de comunicação que torna compreensível os números do orçamento público. Muitos levantaram aqui que é difícil entender o orçamento porque a elaboração dos orçamentos é feita em linguagem codificada. A verdade

é que a palavra visibilidade não expressa o que se pretende fazer com essa informação que está no orçamento. O que nós pretendemos é que a sociedade saiba exatamente em que é utilizada a sua contribuição e que o orçamento seja democratizado, ou seja, que haja participação de fato. É evidente que a participação democrática é fundamental, mas ela também precisa ser política, ou seja, é fundamental que nós tenhamos a liberdade política de poder discutir e debater sem os constrangimentos, sem os receios e sem os pesadelos que nós já vivenciamos na década de 80. A liberdade política é fundamental.

Mas numa sociedade como a nossa, a democracia vai além da democracia política. Ela exige a participação do cidadão no orçamento, porque o orçamento é a tradução da energia produzida pela sociedade. Então, há uma relação muito direta entre o orçamento e a dívida pública. Quem lastreia a dívida pública é o orçamento. E nesses últimos anos o Governo Fernando Henrique lastreou a dívida pública, seja a dívida interna ou externa - com o orçamento; com o superávit primário; com a redução de todas as políticas sociais, de educação e saúde, desvinculando verbas constitucionalmente determinadas para a saúde e para a educação, para poder remanejar para pagamento de dívida; impedindo financiamentos de saneamento básico; deixando de aplicar recursos do FGTS, que são recursos do Fundo de Garantia dos Trabalhadores, para poder fazer superávit; enfim, ele usou o orçamento para fazer todas as restituições possíveis. Quando o orçamento era insuficiente, vendeu as empresas públicas, fez numa negociata muito mal explicada até hoje, enfim, usou todos os mecanismos possíveis, mas o fundamental foi o mecanismo orçamentário da União. E é ali no orçamento onde se concentra todo o nosso trabalho, porque quatro meses do nosso salário é só para contribuição. Então, o que avaliza os empréstimos é o orçamento.

Na medida em que a gente consegue controlar o orçamento, também teremos um controle sobre a dívida. Eu acho que dívida e orçamento caminham juntos, portanto, temos que trabalhar uma estratégia conjunta de auditoria da dívida. Eu acho que a análise da dívida poderia até passar na Comissão Especial. Ou então, já que a Constituição prevê uma auditoria eu acho que, se o Congresso aprovar, a estratégia de como realizar poderia ficar em aberto. Mas valeria a pena se fazer uma Comissão Especial do Congresso para analisar a dívida. Podemos estabelecer uma sintonia entre as duas coisas - de um lado, fazer essa auditoria, e do outro, a exposição dessa informação pode ser visível e legível porque o projeto que nós estamos propondo já decodifica a linguagem orçamentária. A informação que nós prestamos hoje, vai da receita às despesas. A receita é fácil porque nós expomos todas as fontes de receita que o Estado tem e as despesas também. Hoje os mecanismos de comunicação são rápidos.

E dessas informações, nós vamos extrair exatamente todos os números e vamos saber que o entrave maior desse problema é a dívida. E maior do que a dívida, é a questão política da informação que não chega à população. Na hora em que nós conseguirmos passar essa informação, aí sim, entra um outro fator que é o da mobilização política.

Então, parece-me que nós temos aí uma estratégia que, se passar na Plenária final nos dará instrumentos de ação na base, seja no nosso local de trabalho, seja no nosso local de moradia, instrumentos de mobilização da sociedade. O que nós precisamos é de idéias muito claras e de informações muito simples que a gente possa passar à sociedade. Política também é convencimento, nós temos que convencer com dados. Todos nós sairemos daqui convencidos porque estes números aqui são absolutamente inegáveis. Mas nós precisamos levantar o orçamento dos municípios, levantar as receitas dos municípios, ver quais são as despesas, ou seja, precisamos vamos fazer esse exercício de controle social do município em que nós estamos vivendo, até porque a vida política começa no município.

Portanto, se houver uma decisão de que todos os gestores públicos do PSB se obriguem à transparência, com visibilidade e legibilidade. Enfim, é preciso tornar isso obrigatório para os nossos, porque o bom exemplo vem de casa. Se nós lograrmos aprovar essas idéias, nós vamos estar saindo deste Congresso com um conjunto de proposições muito concretas. Eu concordo que nós temos que nos diferenciar, até porque no Governo onde nós somos aliados, tudo que acontece de bom é por causa do PT e tudo o que acontece de ruim é problema dos aliados. Então, tudo que é ruim está vindo para as costas dos aliados. Realmente, nós não estamos tendo uma parceria no Governo; estamos na periferia do Governo. E é claro que isso nos obriga a estabelecer a diferença de quem é o PSB.

Além disso, a Plenária deve tomar algumas decisões em relação a alguns temas que estão hoje na ordem do dia: a Reforma Tributária, até mesmo a questão da Previdência. Uma outra questão que tem que ser levantada em Plenária é que os representantes das diversas esferas do Partido devem ser obrigados a respeitar a decisão do Congresso. Eu acho que essa é uma proposta muito concreta que tem que ser levada. Temos que dizer: "Nós estamos votando na obrigatoriedade de que a Executiva dê encaminhamentos e implemente todas as decisões do Congresso". salvo se houver alguma questão que não possa ser executada, que seja inexeqüível. Isso pode acontecer, mas nesse caso, a Executiva entrará em contato com os delegados, porque todos nós estamos aqui com uma delegação de tomar a decisão de fazer do Partido Socialista um partido capaz de acenar com um projeto de modernização da sociedade brasileira". Muito obrigado.

Ivo – Coordenador: Eu queria agradecer a participação de todos; parabenizar o Elias e o Senador Capiberibe pelas brilhantes exposições. E vamos tentar conseguir que se faça a auditoria da dívida externa. Esse é o ponto fundamental do programa. Um grande abraço a todos. Até mais tarde.

Grupo II

06 de dezembro de 2003

Transformando o PSB em um Partido popular



Coordenador:
Senador Geraldo Mesquita

Expositora:
Deputada Luiza Erundina

Debatedor:
Primeiro Secretário - Carlos Siqueira

Relator:
Carlos Eduardo Villa Verde Cavalcante

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: Estamos aqui reunidos para darmos início a esse painel que tem um tema para lá de interessante, como dizem os gaúchos - "Transformando o PSB num Partido Popular". O próprio tema já nos remete para uma constatação óbvia de que o nosso Partido não é um partido popular ainda. Daí, o nosso esforço em discutir a estratégia para chegarmos lá.

Além da satisfação de contarmos com a presença de todos vocês, temos o prazer enorme de podermos ouvir a experiência, a convicção sólida, a determinação democrática, popular e o carisma da nossa querida amiga, Deputada Luiza Erundina, que será a expositora nesse nosso painel. Nós vamos poder contar também, na condição de debatedor, como um operário desse Partido, aquele que está por trás de todos os atos que compreendem a organização e realização dos eventos, o esforço para que, ao final, as coisas aconteçam e saiam a contento no nosso Partido, que é o nosso querido amigo, Carlos Siqueira. Na condição de relator, papel e função de extrema e fundamental importância, aquele que dará a forma final do nosso pensamento, da nossa discussão, temos o companheiro Carlos Eduardo que vai nos ajudar nessa tarefa, a mais complexa delas, que é aquela de tentar arrebanhar, recolher, toda a contribuição, todos os subsídios que serão oferecidos aqui por ocasião desse nosso debate.

Quando o companheiro Carlos Siqueira me convidou para coordenar esse grupo, eu fiquei exultante, pelo próprio tema. É um tema de especial importância para todos nós. Eu venho me dedicando, como todos nós, a pensar profundamente no que seria necessário para cumprirmos um objetivo dessa ordem, que não é um objetivo de fundamental importância, ainda mais em se tratando de um Partido como o nosso. É um Partido que vem de acúmulo de uma experiência com muitos problemas, algumas confusões, mas aos poucos, devagar, estamos acumulando experiências e eu tenho a certeza de que chegaremos lá. É um caminho difícil, por vezes tortuoso, mas eu tenho a certeza de que seremos um "Partido de Massa" neste país, um Partido consistente, um Partido efetivamente popular - um Partido que opere e que traduza na prática política os anseios e as aspirações dos trabalhadores brasileiros, do povo brasileiro. Então, sem mais delongas, eu queria passar a palavra à Deputada Erundina que vai nos premiar com a sua experiência, com o seu conhecimento profundo acerca dessa questão. A seguir, teremos a palavra do companheiro Carlos Siqueira. Há poucos, estávamos conversando sobre a dificuldade de praticarmos profundamente a democracia e estávamos concluindo que ela deve se fazer presente de forma soberana, notadamente, nos partidos políticos, e especialmente em partidos como o nosso. Então, a palavra será aqui tratada com o maior respeito. Aqueles que quiserem se manifestar, certamente vão ter a sua

oportunidade para que a gente tenha um debate rico. Esse grupo é um grupo extremamente representativo do PSB e, ao final, esperamos produzir algo que reflita o que aqui for debatido, o que aqui for tratado, que certamente irá espelhar a média das opiniões do nosso Partido. Então, com a palavra, a Deputada Erundina.

Deputada Luiza Erundina - Expositora: Bom dia, companheiros e companheiras. Para mim, é uma enorme motivação estar nesta Mesa para debater um tema de tão grande importância para um partido socialista. O número de pessoas que estão aqui presentes indica o interesse e a identidade dos companheiros e companheiras com o tema que está aqui colocado. Como disse o nosso Senador, é estranho que um partido socialista paute, como principal ponto do seu congresso, a questão de transformar este Partido num partido popular. É da essência de um partido socialista, ele ser popular; ele ter uma inserção real no movimento social, no movimento de massa, pelo menos, aqueles segmentos que este Partido pretende representar. Então, por um lado, como disse o nosso Senador, o próprio fato de se ter pautado esse tema sugere que o nosso Partido ainda não é um partido popular, apesar de ser um partido socialista. Mas por outro lado, o fato de esse tema se colocar no centro da reflexão deste congresso, também sugere que o partido está entrando num outro momento, está entrando numa outra fase. Este não é apenas uma grife para dizer que o partido socialista é um partido popular, mas é uma conseqüência natural, é uma decorrência lógica, de que um partido socialista tenha uma inserção real na sociedade, sobretudo naqueles segmentos para os quais esse Partido existe, como ferramenta, como instrumento e como possibilidade de assegurar o direito de cidadania política, não só àqueles que estão no Partido, mas àqueles que o Partido pretende representar.

Evidentemente, é uma honra ter aqui um companheiro como o Carlos Siqueira, que é uma pessoa dedicada ao Partido 24 horas por dia, acho que em todos os anos de sua vida. Ele é uma pessoa a quem o Partido muito deve. Muitas vezes, as instituições são ingratas com os seus membros e os partidos são utilitários, ou seja, usam essas pessoas e facilmente descartam essas pessoas. Certamente, o Carlos Siqueira é uma das pessoas imprescindíveis na direção, no funcionamento e na dinâmica partidária. Eu sou até suspeita porque tenho muito afeto por ele, mas colocando o máximo de realidade nesse meu juízo, reconheço de que tê-lo aqui nesta Mesa, com a experiência que ele tem, e com o comprometimento partidário que ele tem, sem dúvida nenhuma, vai ser uma interlocução importante e rica, além da interlocução que a gente pretende fazer com vocês. É por isso que eu pretendo que a minha intervenção seja o mais rápido possível para deixar maior tempo disponível para o debate.

E uma das grandes alegrias que eu pessoalmente tive foi de conhecer o Senador Geraldo Mesquita e de tê-lo nos representando no Senado da República. É um jovem senador, que não tem os vícios da tradição daquela casa, o Senado, onde a pompa, o distanciamento do povo, é a marca. Ele não. É um homem que vem de origem popular e com uma história, uma tradição, uma herança do seu pai e da sua família que o colocam numa outra dimensão em relação àquilo que, de regra, caracteriza o comportamento e a forma de ser dos Senadores da República. Eu não costumo falar daquilo que eu não acredito, e o PSB tem o privilégio de ter essa jovem liderança, o Senador Geraldo Mesquita, comprometido ideologicamente e politicamente.

Eu fico muito feliz cada vez que eu encontro um companheiro, ou uma companheira, jovem, fazendo política, porque isso me dá uma certa tranqüilidade de que o processo vai continuar através deles. Depois que a gente começa a descida da ladeira da nossa vida, a gente tem que se preocupar quem é que vai dar continuidade aos sonhos que a gente sonha, porque eles não podem se esgotar em uma vida, senão não são sonhos, não é utopia.

E temos aqui também o Carlos Eduardo, o Cacá, que é um assessor lá na Liderança, particularmente junto a mim lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Ele nos tem dado muito apoio e muita ajuda.

Entrando já mais especificamente no tema, ele vem exatamente no momento em que o Partido iniciou um processo de reestruturação partidária. Pode parecer que foi apenas para diminuir o número de delegados, para facilitar o processo congressual, mas não foi isso. Foi uma mudança substantiva, a decisão de reestruturar, de estabelecer novas regras de funcionamento partidário para lhe dar qualidade e para nos dar possibilidades de exercitarmos o processo democrático nas diferenças instâncias do Partido. Massa, não assegura a condição de dirigirmos o Partido democraticamente e darmos o devido rumo ao nosso Partido. Certamente, uma direção mais enxuta, congressos estaduais e municipais menores, com certeza dão uma qualidade e até uma melhor condição de funcionamento e de ordenamento do nosso Partido.

Não é apenas uma questão da organização, da estrutura como meio. Uma estrutura e uma organização não são um fim em si mesmos. Eles são meios para se operar determinados objetivos, determinadas finalidades. Então, primeiro, nós temos que ter clareza sobre essas finalidades e sobre esses objetivos e, conseqüentemente, pensar a estrutura e a organização de modo a sermos facilitadores da busca e do cumprimento desses objetivos e dessas finalidades. Então, eu entendo que essa reestruturação do Partido melhora significativamente, enquanto instrumentação para se perseguir os objetivos partidários, que denotam

uma mudança de rumos e um momento significativo da história do nosso Partido. Junto a isso, vem a decisão partidária de sua direção de estimular de ampliar, de criar e de fortalecer os núcleos de base.

O que é construir uma organização de base para um partido democrático, um partido socialista? É assegurar a representação dos interesses de classe como função principal desse Partido. Ou seja, precisa haver uma sintonia, um diálogo permanente, entre essas bases e esses segmentos de classe que o Partido pretende representar, e a própria direção partidária. Caso contrário, nós podemos imaginar que estamos falando em nome dessas bases, que estamos representando os interesses dessa base, que estamos identificado com essa base, mas isso pode ser mera retórica. Se não houver uma inserção real na vida do povo, na vida desses segmentos populares, nós poderemos fazer o melhor discurso, mas será um discurso que se ressente do sentido de realidade, o sentido de premência, sobretudo, em um Partido que representa, não só as classes trabalhadoras, que têm um nível de organização através de sindicatos, de suas organizações de classe, mas que também os segmentos excluídos politicamente - não só excluídos economicamente, não só excluídos socialmente, mas excluídos politicamente também. São aqueles que não participam de nenhuma organização; são aqueles que não se fazem representar diretamente por nenhum organismo, seja sindicato, seja associação profissional, seja organização social, é essa inorgânica, sem cara, sem identidade, sem voz, que é uma massa de manobra dos políticos carreiristas, oportunistas que não representam os interesses populares.

Portanto, representar sindicatos, representar os trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, representar os segmentos que têm um nível de organização é relativamente fácil. O difícil é você ser capaz de se credenciar, de ser capaz de se legitimar na representação desse largo segmento da sociedade, inorgânico, desorganizado, que são os excluídos em todos os sentidos. Nós precisamos também ser capazes de organizar esses segmentos. Caso contrário, nós, da esquerda, com outros métodos, também terminamos manipulando e usando esses segmentos da sociedade, inorgânicos, desorganizados, que são os segmentos excluídos.

Portanto, temos que ter um compromisso com esses segmentos, desorganizados, desarticulados, sem representação institucional na sociedade, e o compromisso de organizar esses segmentos. Não trazê-los para dentro do Partido, não necessariamente filiá-los ao Partido, esse não é o nosso objetivo. Evidentemente, um partido maior, um partido com mais militantes, um partido com mais filiados, um partido com uma vida partidária ativa, viva, é importante. Porém, se ele não estiver radicalizado na vida do povo - e o povo não tem partido, o povo não tem ideologia, o povo não se expressa organizadamente,

necessariamente. E esse é o grande desafio, é a grande vocação do PSB. Há outros partidos que representam os segmentos organizados, até melhor do que nós - o Partido dos Trabalhadores, o PCdoB, e outros partidos do nosso campo. Eles representam os segmentos organizados da sociedade, enquanto que nós temos, por vocação, representar os setores desorganizados da sociedade que são os principais sujeitos da nossa ação política e do nosso projeto político.

Nesse sentido, a estrutura de núcleos, do nosso Partido, facilita essa relação com esses segmentos, essa interlocução com esse setor desorganizado da sociedade e a legitimação do quanto a gente se propõe a representar esses segmentos porque teremos com ele um diálogo, teremos com ele uma interlocução, teremos com ele uma convivência, de forma que o nosso discurso esteja colado com a realidade concreta desses segmentos. A estrutura de organização de núcleos de base é fundamental para isso. Nesse caso, nós temos que ver quais são as modalidades, quais são os critérios que devem orientar a organização dos núcleos de base.

A organização de base pode ser encaminhada pelo PSB, em duas frentes. Uma delas é a organização de base setorial, ou seja, a organização dos segmentos que apresentam uma especificidade de interesses, de problemas e de potencialidade. Por exemplo, a organização do nosso Partido, inserida na luta da organização das mulheres e da questão de gênero. Não é apenas para dizer que é bonito a Direção do PSB ter uma Secretaria de Mulheres, assim como ter uma Secretaria de Juventude, assim como ter uma Secretaria dos Negros, que esperamos ter rapidamente. E não podem ser os brancos a criar essa Secretaria, tem que ser os negros do Partido, que se credenciem para exigir isso. Por mais identidade que eu tenha com os negros, eu não sou negra, eu penso com a cabeça de branca, o que não é a mesma coisa que pensar com a cabeça de um negro ou de uma negra. Então, esse segmento da sociedade, os negros, têm que ter espaço na direção partidária porque eles são os verdadeiros, legítimos e competentes interlocutores com o segmento dos negros na sociedade. Isso vale também para a juventude, vale para as mulheres, vale para os movimentos populares, vale para o movimento sindical. Isso é que eu chamo de organização de base por critério setorial. Nós estamos representando setores da sociedade, evidentemente, com um corte de classe. A própria palavra partido significa "parte". Por que é parte? Porque representa determinados segmentos de classe da sociedade. Nós não representamos a burguesia da sociedade; nós não representamos a "classe A" da sociedade; nós representamos as "classes C, D e E" da sociedade. Isso é da essência de um partido socialista. Isso não significa que pessoas da classe A e B não estejam no nosso Partido. É claro que estão. E é até bom que pessoas de uma outra origem de classe possam se identificar e

possam assumir compromisso com as classes dominadas, com as classes populares, com as classes exploradas da sociedade. Tem muitas pessoas que são de origem de "classe A" e se identificam, se comprometem, colocam sua vida e sua militância na luta das classes populares. Isso ocorre, mas via de regra, são aqueles que pertencem a determinadas classes e se organizam nos partidos políticos que são os mais legítimos, os mais competentes representantes dos interesses dessa classe, seja na sociedade como um todo, seja no plano institucional. Esse é o caráter do Partido Socialista Brasileiro.

Então, nós temos a organização setorial. Mas não basta ter Secretarias desses segmentos, no nível municipal, estadual e nacional. É preciso que esses segmentos do nosso Partido estejam inseridos na luta geral desses segmentos da sociedade. Então, o segmento dos sindicalistas do PSB tem que estar inserido na luta sindical geral dos trabalhadores; as mulheres da Secretaria das Mulheres do PSB têm que estar inseridos na luta feminista, na luta de gênero, na luta por direitos humanos na sociedade. O mesmo acontece com a juventude. A juventude socialista tem que estar inserida na luta do movimento estudantil, na luta do movimento jovem em todos os lugares onde esse movimento se expresse. O mesmo vale para os negros, no dia em que tiverem sua organização partidária, e assim por diante. Portanto, nós nos organizamos setorialmente, exatamente para termos um mecanismo, a partir do qual possamos nos inserir no movimento de base desses segmentos - mulheres, negros, juventude, sindicatos, movimentos populares.

Agora, cuidado! Isso não é para cooptar esses movimentos da sociedade. Nós somos militantes socialistas, mulheres, jovens, negros, sindicalistas, devendo ser militantes desses movimentos na sociedade. Caso contrário, não faz sentido, não representaremos coisa nenhuma porque estaremos falando por nós mesmos e dizendo que estamos falando em nome deles. E isso não é verdade. Ou você tem uma inserção real na luta do povo, na organização do povo, no sofrimento do povo, senão, você não é competente legítimo para representar e falar desse povo. Mas qual é a diferença de ser um militante socialista desses segmentos, sem trazer esses movimentos necessariamente para o Partido, sem cooptar esses movimentos, sem interferir na sua autonomia e na sua independência, e de você se inserir na luta desses setores de forma politizada, levando formulação política, não para impor as propostas políticas do Partido nesses segmentos, mas para disputar posições políticas nesses movimentos sem impor suas posições. Não faz sentido, por exemplo, diferentes militantes do PSB do movimento de mulheres, uma ter uma linguagem e outra ter outra linguagem; uma defender uma proposta e outra defender outra. Tem que haver a formulação de políticas setoriais para unificar e orientar a atuação da militância nesses diferentes segmentos

de classe. Portanto, essa é, a meu ver, uma dimensão da organização de base do Partido, do ponto de vista setorial, através de segmentos específicos como esses que eu já citei.

A outra dimensão da organização de base são os núcleos de base. E aí temos que estabelecer critérios - que núcleos de base? Por exemplo, nas cidades grandes, o teu vínculo social não é com as pessoas com quem mora, é no local de trabalho. Muitas vezes, você vive muito mais com aqueles com quem trabalha do que com a vizinhança. Ou então, podemos formar núcleos de base por categoria profissional. Muitas vezes, você tem muito mais convivência, tem muito mais relações enquanto profissional, do que propriamente no seu lugar de moradia. Então, o Partido tem que ter uma flexibilidade na constituição de núcleos de base porque não dá para ter o mesmo padrão, o mesmo critério, o mesmo formato, o mesmo modelo, de núcleos de base, lá onde eu nasci, uma cidade com 23.000 habitantes e São Paulo com 10 milhões de habitantes. Então, há uma outra dinâmica social, mesmo se referindo à mesma classe social, seja numa cidade com características rurais, uma cidade menor, de porte médio, seja numa cidade urbanizada, uma cidade com um nível de complexidade enorme. Portanto, a expressão da convivência, das relações das pessoas, se dá de forma diferente. É por isso que a estrutura de núcleos tem que ter uma flexibilidade para que a realidade diversa, sobretudo num país como o nosso, seja respeitada e seja capitalizada para dar sentido e para dar coerência à estrutura e funcionamento desses núcleos de base. Então, os núcleos de base têm que ter a ver com a vida do povo lá onde o povo vive, lá nas suas bases, lá no bairro, lá no ambiente de trabalho, lá no sindicato, lá na associação profissional. De novo, eu insisto para se ter cuidado para não manipular, para não cooptar e para não interferir, porque esses núcleos são núcleos do Partido e que devem se reunir, não para preparar congressos do Partido, não para disputar eleições do Partido, tem que ser uma dinâmica permanente, se possível, semanalmente, ou no mínimo de 15 em 15 dias. O núcleo do Partido deve se reunir, não para discutir a política do Partido, mas para discutir os problemas do povo no núcleo do PSB. São socialistas, são filiados, são militantes do Partido, porém, isso não fecha a possibilidade do núcleo de base ser um espaço plural, aberto, para que quem quiser vir discutir os seus problemas no núcleo possa fazê-lo com uma presença de militantes e de lideranças, e com políticas que o Partido formulou, que aí sim, contribuam para que a luta do povo adquira uma densidade política, uma clareza política e uma capacidade de intervenção política na sociedade. Então, o núcleo de base tem uma relação com as instâncias partidárias e o núcleo de base é ponte para a inserção real, vital, cotidiana, concreta, com a vida do povo. Aí sim, o núcleo de base passa a ser o coração do Partido, de forma que, quando a gente falar na Direção Nacional, nas direções estaduais,

ou nas direções municipais, nós estaremos falando com a autoridade de quem discutiu com o povo, ouviu o povo, ajudou o povo a ter clareza de seus problemas e de sua realidade e das possíveis soluções. Dom Balduíno tem uma expressão muito bonita. Ele diz: "o novo, é o povo que cria". É o povo que cria o novo. Muitas vezes a gente acha que é bacana, que é uma liderança, que é uma deputada, um senador, que a gente sabe tudo. Mas, como o Presidente disse ontem, ou a gente bebe na fonte da sabedoria do povo, ou a gente conjuga, a sabedoria dos doutores com a sabedoria do povo, ou o nosso saber não serve para nada. O velho Marx já dizia que a prática é o critério da verdade. Nós temos que construir as nossas formulações teóricas, as nossas políticas, a nossa análise de conjuntura com base na sabedoria do povo . A própria teoria se revitaliza a partir do momento em que você testa, você confere as tuas concepções teóricas, conceituais, com a sabedoria popular, com o que é que o povo pensa, com o que o povo diz. O povo pode ser analfabeto, mas não é burro; o povo é inteligente porque a escola da vida ensina como nenhuma outra escola ensina. Eu não estou subestimando o conhecimento teórico, o conhecimento intelectual. Isso é absolutamente indispensável e necessário e a nossa liderança política também tem que passar por aí. Nós não podemos ser medíocres; nós temos que ser os melhores, até porque, ainda somos os menores.

Então, companheiros, essa concepção de núcleos e de relação dos núcleos por Partido, a meu ver, coloca uma questão fundamental, no momento em que o Partido vive, não só porque ele está se reatualizando, ele está se reestruturando, ele está se repensando, ele está se revendo, mas também, frente às tarefas que estarão postas diante de nós, a partir deste congresso.

Nós temos que ter consciência do que nós estamos vivendo neste congresso. Os conflitos, as disputas, são naturais, são próprias da democracia. Porém, é preciso não nos perdermos pelas coisas menores e sacrificarmos as coisas maiores que nós viemos fazer aqui. Imagino o sacrifício que foi para a maior de vocês, de terem feito os seus congressos, nos seus estados, nos seus municípios e de terem chegado até aqui. E o povo paga por isso. É claro que cada um de nós pagou com o seu dinheiro, com o seu salário, mas o nosso salário, o nosso dinheiro, também é ganho através de funções sociais e, no fim, é o povo que paga. Quem paga o funcionário público é o povo; quem paga o parlamentar é o povo. Enfim, há um custo social num encontro como esse. É por isso que um encontro desses não pode permitir que nós saiamos daqui do jeito que nós chegamos. E sair daqui diferentes do que nós chegamos, é sair daqui com mais clareza da nossa tarefa política, com mais coesão e unidade entre nós, com mais clareza da nossa responsabilidade na atual conjuntura do país.

Eu acho que essa é uma discussão que nós temos que aprofundar e fazer porque nós não somos o PT, nós somos o PSB. Nós não somos oposição ao Governo Lula, mas nós não somos o PT. Nós temos o nosso próprio projeto político, nós temos a nossa identidade ideológica. E nós não abrimos mão desse projeto político. Portanto, modernizar o Partido, "azeitar" o Partido, não é para ele ser um Partido bacana, superando cláusulas de barreiras e aumentando bancadas. Por mais bancadas que a gente aumente, por mais prefeitos e vereadores que a gente eleja, nós estaremos sempre aquém daquilo que nós pretendemos representar como a maioria. Se nós queremos representar os excluídos, eles são a maioria desse país. Portanto, o objetivo não é só disputar mandato e exercer mandato. Nós precisamos ter um Partido enraizado na luta do povo, participando da luta do povo, testando os seus mandatos e colocando os seus mandatos a serviço do povo. Nós não podemos ser um vereador como qualquer outro vereador ou vereadora. Nós temos que ser um vereador, ou uma vereadora, socialista. Nós não podemos ser qualquer deputado federal, ou estadual, ou senador. Nós temos que ser um deputado federal, estadual e senador, socialista. Como tal, nós temos que ser diferentes. Os nossos mandatos não são nossos; os nossos mandatos sequer são do Partido; os nossos mandatos são do povo; e como tal, eles têm que estar a serviço do povo.

Finalmente, eu queria abordar a questão da formulação política. Nós temos que discutir políticas específicas para o movimento sindical, para os movimentos populares, para o movimento de mulheres, para o movimento de negros, para o movimento dos portadores de necessidades especiais. Nós temos que formular políticas e disputar essas políticas no seio da luta do povo, politizando essa luta e qualificando essa luta. Não para a gente ser bacana e isso ser bom para o PSB. Mas essa é a nossa função, é a nossa vocação, é a nossa razão de ser. É por isso que nós temos que nos formar politicamente. Nós temos que estudar. Os nossos mandatos não podem ser mandatos medíocres. Nós temos que nos preparar. O conhecimento na sociedade dos dias de hoje se expressa com uma enorme agressividade do ponto de vista das transformações. A ciência e tecnologia se revolucionam todo o dia, e todo o dia nós estamos ultrapassados. Ou nós estudamos, ou nós nos atualizamos, ou nós nos mantemos informados, ou nós não exercemos a liderança que nos é responsabilidade de representar no seio da sociedade, representando o povo. Portanto, o Partido tem que ter uma política de formação adequada, eficiente, competente, para suprir as nossas necessidades em todos os níveis da organização partidária.

Uma outra questão é a questão dos mandatos - de quem são os mandatos, para que servem os mandatos. Temos que analisar os mandatos

dentro de uma concepção de um Partido de base popular, um partido socialista, em que o mandato é uma das ferramentas, é um dos instrumentos. Como o Partido é uma ferramenta a serviço do povo, também os mandatos devem ser uma ferramenta e um instrumento a serviço do povo. É preciso que haja uma ação unitária das bancadas. Ninguém constrói nada sozinho. Se há outros vereadores com quem nós possamos nos juntar, mesmo que não sejam do PSB, vamos nos juntar no interesse popular. O mesmo vale para os mandatos executivos. É evidente que quando a gente ganha uma prefeitura, mesmo do porte de uma prefeitura de São Paulo, não significa que a gente tem poder real para resolver os problemas do povo. Mas nós temos que marcar uma diferença à frente dos governos. Se nós somos governos populares, democráticos, socialistas, nós temos que marcar a diferença na forma de ser governo. Primeiro, nós temos que ser governos éticos; nós não podemos transigir, um milímetro sequer, da ética, da moralidade, da forma de administrar os recursos públicos. Qualquer transigência em relação a isso é inadmissível.

O compromisso social e as prioridades são no sentido de atender a maioria. Isso não é simples; isso tem um custo social. Eu poderia ter conseguido reeleger o meu sucessor aqui em São Paulo, embora tenha outras variáveis que não é o caso aqui colocar, até porque é de um outro partido, mas com certeza, eu teria conseguido eleger até um poste, se eu tivesse feito obras faraônicas, se eu tivesse feito os túneis que Jânio Quadros começou e deixou a dívida para o seguinte pagar. Isso é bom para o rico do Morumbi, que vai e vem naqueles túneis maravilhosos, arquitetonicamente avançadíssimos, mas são túneis onde não passam ônibus, portanto, onde não passa o povo, e os túneis são construídos com o dinheiro do povo. Eu preferi construir hospitais, construir escolas, construir creches, construir asfalto na periferia, investir em centros de cultura, e isso não dá voto. Mas a gente não tem compromisso com a eleição seguinte. Nós temos que ter compromisso com o povo. Se o povo às vezes não reconhece, se vota no outro, paciência. O povo é dominado há 500 anos. Como é que a gente quer que o povo tenha clareza política de uma eleição para a outra? Então, não culpemos o povo pelas escolhas erradas que são feitas em eleições. É porque nós também não temos cumprido a função pedagógica que cabe a um partido de esquerda socialista, na educação política do povo. Às vezes, nem nós estamos devidamente educados politicamente. Como é que a gente vai cumprir essa tarefa pedagógica de contribuir para a educação política do povo? E aí, a gente se queixa que o povo se vende por camiseta, por boné. E daí? Ele não tem clareza política. E nós não o ajudamos a ter essa carreira política.

Então, o mandato popular, seja no Legislativo, seja no Executivo, tem que ser, antes de tudo, a vivência e a coerência com os pressupostos éticos, com

a concepção cultural do que é ser governo popular e democrático, revolucionando a cultura política da forma de ser governo. O que marca uma gestão democrática e popular não é o fato de investir em saúde, educação, em habitação popular. Isso, até um governo de direita que seja sério faz. O cara de direito que sério, é ético, é honesto. A ética não é prerrogativa da esquerda. Quantos membros da esquerda cometem desvios éticos imperdoáveis! Se nós transigirmos eticamente, então, é melhor que a direita faça as coisas, porque pelo menos, a direita não é falsa. Ela é antiética, ela é imoral, ela é corrupta e não se define por isso, ela acha que isso é uma coisa normal na política. E nós não podemos transigir em relação a isso. Mas a grande contribuição, a grande marca, a enorme diferença de um governo democrático e popular é a cultura na forma de ser governo, é o modo de ser governo, é a relação povo-governo - sem ter uma relação autoritária, sem ter uma relação impositiva, opressiva. Às vezes, a gente vem á do fundo do poço, do povo, de um movimento sindical, vira prefeito, e aí passa a olhar o povo por cima, a impor as nossas decisões. Nós temos que ser pedagogicamente democráticos na relação com o povo, na forma de ser governo. Essa é a novidade - é introduzir novos valores, novas concepções, novos comportamentos na forma de ser governo. Muitas vezes, a gente se pega oprimindo o povo, mesmo sendo um governo socialista, porque reproduzimos a denominação de governo na forma mais tradicional e convencional que existe aí.

Eu me peguei também flagrada nisso. Não é que eu seja a tal e tenha feito tudo bonitinho! Um dia, o Movimento de Saúde veio para a porta da Prefeitura, reivindicar recursos para a Saúde, depois que a gente já tinha acertado o máximo de recursos do orçamento para o movimento. Mas como eles tinham ido à Secretaria Estadual cobrar mais recursos para a saúde, já que tinham gasto o dinheiro do ônibus, resolveram aproveitar e ir também ao gabinete da Prefeita, para talvez conseguir mais um dinheirinho para a saúde. Foram para a minha porta com palavras de ordem, gritando, cobrando, exigindo. Eu me irritei, desci e disse: "Vocês não estão sendo justos. Vocês sabem que nós já destinamos a maior fatia para a saúde e combinamos isso junto com vocês". Aí tinha uma companheira, chamada Zulmira - eu nunca me esqueci dela - que me disse: "Foi você que ensinou a gente a fazer assim!". E ela tinha razão. O povo tem que cobrar mesmo. Esse negócio de orçamento é de responsabilidade do governante, não é responsabilidade do povo. Eles têm que cobrar; têm que exigir; têm que reivindicar. Os governantes que se virem para encontrar os meios para atender às reivindicações do povo. Portanto, a gente se educa também, a gente se educa junto. Como dizia o mestre Paulo Freire, ninguém educa ninguém, todos nós nos educamos mutuamente, reciprocamente. É um processo

coletivo. Era isso que eu queria dizer. Desculpem por ter extrapolado meu tempo. Obrigado.

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: O meu querido amigo, Governador Jorge Viana, do Acre, no início da sua vida política, recebeu um conselho de um outro amigo comum nosso, que disse o seguinte: "Jorge, entre na política e permaneça até quando você conseguir se emocionar em fazer política". Ouvindo a Deputada Erundina, eu lembrei disso porque ela consegue ainda fazer política se emocionando e emocionando a gente. É por isso que eu tenha a certeza de que, com essa convicção, com essa garra, com essa determinação, no ano que vem, ela vai nos dar uma alegria fantástica, no ano que vem, se elegendo Prefeita de São Paulo. Eu tenho certeza absoluta disso.

Eu queria saudar os que chegaram há poucos instantes, especialmente o nosso companheiro Deputado Isaías que está aqui conosco nos dando o prazer da sua companhia; o Deputado Novais, que está ali na porta; o Deputado Delorgem, lá do meu estado. Eu gostaria de passar a palavra para o operário deste Partido, o meu querido amigo Dr. Carlos Siqueira.

Carlos Siqueira - Debatedor: Inicialmente, eu quero cumprimentar a todos os companheiros e companheiras congressistas; o meu querido amigo Geraldo Mesquita, Senador pelo Estado do Acre; a minha querida amiga Luiza Erundina; a quem agradeço as palavras generosas proferidas a respeito da minha militância no PSB, o companheiro Cacá da Liderança; e ao Deputado Isaias Silvestre do PSB de Minas Gerais.

Em primeiro lugar, eu expresso a minha satisfação de ver que este tema despertou tanto interesse dos congressistas do IX Congresso. Isso já é revelador da necessidade das mudanças que precisam ser operadas no âmbito do PSB. Eu gostaria de dizer também que a minha satisfação é maior porque isso é revelador, tanto da preocupação de que o Partido precisa ter mudanças, como da insatisfação que existe das pessoas que realmente já têm uma formação política e que são comprometidas, ideologicamente, politicamente, com o PSB e que querem que o Partido mude. Eu acho que esse compromisso e esse interesse é um motivo de grande satisfação para todos nós, especialmente para aqueles que fazem a direção do Partido. Eu me coloco na mesma condição. Adoro o PSB, mas nunca me senti inteiramente satisfeito com a forma como o PSB funciona, sendo ele um partido socialista, como um partido que precisa ser um partido popular. Isso não é uma questão apenas das direções partidárias. Isso é uma questão nossa. O compromisso de como o PSB deve funcionar não é um problema do Carlos Siqueira, da Deputada Luiza Erundina,nem do Senador Geraldo Mesquita. É um problema de cada um de nós, de cada militante socialista.

Nós podemos constatar que, entre os partidos brasileiros, há os partidos que têm o ideário dos interesses populares, mas não estão suficientemente instrumentalizados para corresponder ao desafio que isto significa no mundo atual - com a diversidade de problemas que a nossa sociedade apresenta e cobra soluções. Inicialmente, temos que constatar essa realidade, para não pensarmos que esse é um problema exclusivo do PSB. Isso é um problema dos partidos. Eles tem a necessidade de ter uma preocupação maior do que quem faz parte de uma organização não-governamental, que se preocupa apenas com um tema pontual, que não pensa a sociedade, que não quer interferir no conjunto dela, que não quer influir no pensamento geral do país.

Um dos principais objetivos de um partido político é influir de maneira decisiva na opinião pública nacional, não é apenas estar inserido nos meios populares. Isto é importante, até porque, para que ele possa influir, ele tem que estar inserido na sociedade. Mas ele tem que influir através dos grandes temas nacionais. Às vezes, não é a quantidade de parlamentares que faz com que o Partido influa na opinião pública. É a qualidade desses parlamentares, é a formulação desses parlamentares e a formulação das direções partidárias dos seus grandes líderes que faz com que o Partido ganhe respeitabilidade. O Partido é feito para quê? Não é para que nós ocupemos cargos apenas; não é só para nós disputarmos eleições. Para termos apenas vereadores, prefeitos, deputados, governadores. Se fosse apenas para isso, nós não precisaríamos de um partido socialista, nós não precisaríamos de um partido de esquerda. Nós poderíamos estar em qualquer partido. Temos que construir um partido que seja um efetivo instrumento político de transformação social.

Eu queria chamar a atenção de vocês para o fato de que o aspecto eleitoral foi a via que nós escolhemos. É um legado da nossa história, é um legado dos nossos fundadores de 1947. Eu não esqueço de registrar que, quando a esquerda era representada pelo Partido Comunista, que era inteiramente hegemônico nos movimentos sociais, um grupinho de pensadores, de intelectuais, formulou a política do socialismo democrático. Era aquele socialismo que não defendia a ditadura do proletariado, que não defendia a teoria do partido único, que foi a experiência socialista fracassou. Esse legado é o legado que nós carregamos e que devemos valorizar. Ou seja, um partido que defende, pela via eleitoral, de se transformar o país democraticamente e defende a pluralidade política, social, religiosa. Portanto, é um partido que defende uma sociedade democrática, mas que não deve se conformar com as concepções puramente liberais onde a democracia é uma questão apenas formal - você vota, vai para casa e quatro anos depois vota novamente. A necessidade de nós reordenarmos a nossa forma de estruturação é exatamente para fazer a diferença entre um

partido conservador e um partido popular. Entre a democracia formal, liberal e uma democracia popular.

O PSB é um partido que quer influir na sociedade, nos seus temas mais gerais, desde a distribuição de recursos para as grandes obras de infra-estrutura do país, até o direito do cidadão mais humilde, que está lá na favela sem emprego, sem teto, sem educação e sem a saúde.

Para fazermos isso, temos que nos organizar de maneira apropriada e esta forma como nós estamos organizados ainda é bastante convencional. Ela não é a forma que vai nos levar a um partido que, ao ganhar eleições, possa realmente realizar as transformações que uma sociedade justa e mais igualitária está a exigir. Esse é o nosso grande objetivo.

Daí porque, nós temos que ter dois níveis de organização. Um é quando a gente pensa o Partido para o Partido, como um instrumento, ou seja, como nós podemos nos tornar esse instrumento de luta e que quer chegar ao poder para fazer as transformações sociais. E o outro é como nós podemos pensar o nosso país. O Partido existe para pensar o país em todas as dimensões, os seus interesses, sua soberania, suas relações externas e também pensar os direitos dos seus cidadãos. Então, temos que nos organizar, principalmente, para essas duas vertentes.

Eu gostaria de abordar essa primeira vertente. Nós ainda temos enormes deficiências com relação à questão da formação política. Para nós nos organizarmos, a primeira coisa que nós temos que ter é formação política. Para isso, nós temos um instrumento, que é a Fundação João Mangabeira, mas que, por escassez de recursos e até por deficiências administrativas, ainda não realiza o trabalho que deveria realizar. Eu quero fazer uma proposta de que a Fundação João Mangabeira, entre um congresso e outro, realizasse um grande seminário nacional para discutirmos um tema pré-determinado, para termos um debate político mais profundo - com políticos, com especialistas.

Nestes congressos que nós fazemos a cada dois anos, todos nós estamos preocupados com questões de disputadas internas, com eleições etc. Então, eu proponho que uma das decisões do IX Congresso deveria ser que a Fundação João Mangabeira, entre um congresso e outro, deveria realizar um seminário nacional, com uma agenda pré-determinada exatamente para discutirmos coisas que possamos enriquecer o congresso do ano seguinte, para que, no próximo congresso, tenhamos propostas mais concretas, melhor formuladas, mais pensadas. Isso vai nos levar a que selecionemos nos estados pessoas que pensem e trabalhem a formulação política e que tragam propostas mais efetivas para os nossos próximos congressos.

Nessa questão da formação política, nós temos que ter claro o nosso papel como militante socialista. O militante socialista, numa organização social, dá uma diferença extraordinária na dinâmica, se ele tiver clareza do papel que ele exerce, como liderança sindical, como liderança do movimento de bairro, ou como liderança de um movimento popular de qualquer natureza. Percebe-se que essa é uma outra deficiência do PSB. Apesar de já ter três movimentos organizados, o PSB ainda não formulou uma política que dê ao seu militante essa condição de se destacar, atuando numa organização de massa. Por exemplo, numa instituição de massa, quando se ganha um sindicato, uma associação, ou se lidera um movimento, o movimento não é do Partido. O movimento é plural, o movimento é apartidário, mas ele não deve deixar de ser político. Nesse caso, cabe ao militante socialista politizar o movimento. Ao mesmo tempo em que trata das questões específicas daquele movimento, ele também vai politizar esse movimento, fazendo, por exemplo, com que a falta de moradia, a falta de saúde, ou o buraco da rua tenha a ver com as políticas que estão sendo formuladas para o país em geral. Nesse caso, ele pode até atrair essas pessoas para o PSB, mas não necessariamente.

Entretanto, temos que respeitar a pluralidade e a autonomia desses movimentos porque eles terão que ser independentes de partido e de governos, para terem força, para terem legitimidade.

A Deputada Luiza Erundina já teve oportunidade de colaborar com a Fundação João Mangabeira nesse sentido e, durante três ou quatro dias, no fim de semana, ficamos reunidos, em sistema de internato. Isso, além de propiciar uma evolução na consciência política, cria uma aproximação maior entre os militantes, dando oportunidade às pessoas se conhecerem mais, gerando uma afetividade maior entre os companheiros socialistas. Então, verifica-se que a Fundação João Mangabeira tem um papel extremamente significativo e nós devemos propor que ela desenvolva, com maior dinamismo, essa formação política que nós desejamos.

Agora, eu gostaria de mencionar também a questão da organização partidária propriamente dita. A Deputada Luiza Erundina enfatizou, com muita propriedade, a questão dos núcleos de base. Realmente, os núcleos de base estão no nosso Estatuto, desde que eles foram aprovados. No entanto, eles não são uma realidade. Que devemos fazer para torná-los uma realidade? Eu acho que não pode ser uma coisa burocratizada, no sentido, por exemplo, de determinarmos o número exato de núcleos de base. Mas, nós deveríamos sair deste Congresso com algumas formulações. Por exemplo, se você é um dirigente do Partido, no estado, ou no município, é importante você saber como formar o núcleo de base, para que é o núcleo de base e como eles devem se constituir e se desenvolver. É nesse sentido que eu vou ousar fazer uma proposta.

O núcleo de base deve ser a célula, em cada lugar, onde o PSB possa estar presente de maneira organizada. Então, para que o Partido exista no município, ou no estado, devemos fixar como norma que ele tem que ter os núcleos de base. É importante que, assim como fazem, formalmente, um diretório zonal, ou um diretório municipal, possam também fazer um núcleo de base, que efetivamente funcione, que discuta política, que participe e estude a realidade do local onde ele (o núcleo) está situado.

Nós temos que dar poder de decisão ao núcleo de base. Enquanto ele não tiver poder de decisão, ele não vai ser uma realidade. O diretório municipal não tem poder de decisão? O diretório estadual não tem poder de decisão? Então, o núcleo de base também tem que ter. Inclusive, para se realizar os congressos municipais, os núcleos de base devem estar organizados, devem eleger delegados ao congresso municipal. Na hora em que o núcleo de base tiver o direito de eleger delegados ao congresso municipal, os dirigentes vão ser motivados, a torná-los uma realidade. Então, é importante dar poder aos núcleos de base. **Embora a motivação maior para formar o núcleo de base deve ser a necessidade de inserir o PSB na sociedade, nos movimentos sociais e populares.** Deve ser também a absoluta necessidade de formular um pensamento do PSB sobre o nosso País.

Portanto, para que o município tenha o seu diretório definitivo, ele tem que ter um certo número de núcleos de base. Pode ser um núcleo simplesmente no bairro onde você mora, na fábrica ou no escritório onde você trabalha, ou pode ser um núcleo de base de pessoas de classe média que estão espalhadas por diversos bairros, mas que se reúnem com freqüência. Esses núcleos de base devem ser organizados de tal maneira que exista uma periodicidade para que eles se reúnam, com uma pauta definida, para que eles pensem o Partido, pensem o País e o que vão fazer naquela comunidade onde estão funcionando. Se você é do núcleo de base de um bairro, você tem que discutir questões políticas, ideológicas, programáticas, pode até fazer um grupo de estudo político, mas deve também pensar no seu bairro, o que é que a população daquele bairro está precisando de um militante socialista. Por exemplo, o bairro não tem luz, não tem água, ou a posse da terra é irregular. A população se mobiliza em função dos seus interesses, não é em função de uma abstração.

Nós temos que motivar os núcleos de base também para a discussão política, para pensar, para estudar, mas a população está voltada para aquilo que lhe toca no seu dia-a-dia, porque ela não é politizada como nós. Então, nós temos que pensar que são estas as ações que nós podemos incentivar. Existe uma associação de moradores no bairro? Não. Então, vamos fundar uma. Se existe, vamos participar dela. Não é para dominá-la, não é para partidarizá-la,

porque ela não é do PSB, ela deve ser da população. Mas, como militantes socialistas, nós devemos influir na luta política para a solução dos problemas.

Também pode ser um grupo de classe média, de intelectuais que podem colaborar na formulação do pensamento do partido sobre as grandes questões nacionais. Podemos nos integrar numa organização não-governamental. Podemos nos integrar com essas organizações para chegarmos num bairro pobre e termos uma ação emblemática. Nós não vamos resolver o problema, mas nós podemos ter uma ação emblemática porque nós sabemos como arrecadar recursos, como estabelecer contatos, para podermos prestar um serviço social. Nós temos que cobrar do Estado que faça a sua parte, mas nós também podemos mostrar que é possível, uma pessoa de uma favela, uma pessoa lá no interior de qualquer estado do nosso país, desenvolver uma ação que emblematicamente mostra que ali há um potencial de solução para o nosso problema. Portanto, nós temos que despertar esse potencial de solução. Nós temos que mostrar que, se tivéssemos mais dinheiro do governo, se o prefeito colaborasse, se o governador colaborasse, nós poderíamos potencializar essa ação. Então, essas são ações que nós poderíamos pensar, através dos núcleos de base.

Para a formação desse núcleo de base, se reuniriam a partir de três pessoas, para elaborar um plano de trabalho político, para fixar metas para eleger o alvo de suas ações, os seus parceiros políticos, e as instituições da sociedade onde os militantes desse núcleo deve atuar. Não existirá núcleo de base se ele não tiver poder, mas também, se ele tiver poder, não existirá Partido, nem direção que não seja representativa deles. Daí, proponho concretamente que ele tenha essa formação. Certamente, os companheiros aqui enriquecerão o debate para que nós possamos levar ao plenário algumas propostas que orientem a Fundação João Mangabeira de um lado, na sua formação política, e a direção nacional a traduzir as suas preocupações em um documento para que todos os companheiros da base partidária possam ser orientados como constituir um núcleo de base - com quantas pessoas se começa, o que é que elas vão fazer, qual é o papel que devem exercer.

Essas são apenas algumas idéias que, estou seguro, serão enriquecidas pelo debate que irá se travar. Eu acredito muito nessa possibilidade e hoje fico ainda mais entusiasmado em ver tantas pessoas interessadas. Pelo que eu tomei conhecimento, este é o grupo mais concorrido do nosso congresso. Gostaria de dizer que nós temos que colocar toda a nossa energia, na construção a partir da base. Mas também é necessário que tenhamos aqueles grupos que possam pensar a formulação das políticas e ajudar a construir um Partido plural, um Partido que esteja preocupado com o país e com a sua população. E sobretudo, um Partido que, existindo organizado em núcleos de base, evite que seja usado

como sublegenda em determinados lugares; evite que determinadas figuras se aproveitem do Partido para fazer negociações, ou alianças, que nem sempre correspondem aos interesses partidários; evite que o PSB seja uma sigla de aluguel. Como lamentavelmente ainda acontece. Felizmente hoje menos do que alguns anos atrás.

Felizmente, em muitos lugares nós detonamos essa situação. Eu quero citar um exemplo aqui. No Maranhão, eu vi sucessivas direções deste Partido quererem levar o Partido para a direita, quererem fazer alianças conservadoras. Na verdade, se dependesse dessas direções o PSB não existiria no Maranhão. No entanto, companheiros do movimento sindical, do movimento popular, sobretudo do interior do Estado do Maranhão, conseguiram fazer que o Partido continuasse existindo e quem teve que sair do PSB do Maranhão foi quem quis deformar o Partido. Esse é um exemplo a ser seguido. Nós podemos chegar a um ponto em que possa acontecer isso. Quem quiser se aproveitar indevidamente do PSB vai ter que sair do Partido porque o Partido não é para nós, o Partido é para o povo, é para a sociedade, é para transformar o Brasil.

Os núcleos de base poderão, se bem estruturados, mudar o caráter do Partido, acentuando a sua face popular – socialista. Para isso é necessário uma profunda reorganização da estrutura partidária, de modo que o PSB para ter existência no município, de forma definitiva, tenha que haver um determinado número de núcleos de base. Para isso, é necessário o Diretório Nacional alterar o Regimento Interno do Partido, de maneira a disciplinar os deveres, poderes e responsabilidades atribuídos aos núcleos de base. Esta é um tarefa política revolucionária que poderá alterar significativamente o carácter do nosso partido. É uma tarefa coletiva, que todos nós com entusiasmo e dedicação haveremos de cumprir. Muito obrigado.

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: Muito bom, Carlinhos. Pessoal, estamos num momento interessante agora no nosso encontro. Nos próximos três minutos, quem quiser fazer uma intervenção, basta levantar o crachá que eu vou pedir para um voluntário recolher os crachás, preferencialmente os delegados, mas todos terão direito a se manifestar. Nos próximos três minutos, enquanto a gente recolhe os crachás, e procedemos à inscrição de quem quiser se manifestar, eu vou passar a palavra ao Deputado Isaías para que ele faça uma breve saudação à platéia.

Deputado Isaías Silvestre: Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar o nosso Secretário-Geral, Carlos Siqueira; a Deputada Luiza Erundina, esse patrimônio do PSB; o Senador Geraldo Mesquita; os deputados estaduais, federais, vereadores, todos os congressistas que vieram para este IX Congresso onde poderemos nos interagir e estar dando a contribuição, a colaboração de

cada um para a nossa Nação. Quero cumprimentar as mulheres do PSB, que são lutadoras valorosas. O socialismo é a grande oportunidade de um povo. A História é que mostra isso e vocês estão de parabéns por terem escolhido o PSB como bandeira para defender e estar lutando por ela. A formação mais justa de um povo está sendo realizada aqui neste Congresso. Eu creio que nós sairemos daqui mais fortalecidos, com uma visão mais ampla da responsabilidade que temos, como militantes e integrantes de um partido que tem, como sua principal bandeira o homem, sendo a vida respeitada por aqueles que têm esse compromisso e têm essa oportunidade de estar representado aqui uma parcela deste Brasil no IX Congresso. Então, quero parabenizar a todos e desejo que tenham um bom Congresso. Esses são os nossos votos. Quero parabenizar aqui o nosso Prefeito Vander Borges que, em seu segundo mandato, conta com 94% de aprovação em Sabará. É um prazer tê-lo conosco, juntamente com o nosso Secretário de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, Deputado João Leite. Muito obrigado. Um bom dia para todos.

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: Como são muitos os inscritos, eu queria chamar rapidamente o Vainer Viana e, em seguida, o Gilmar.

Wainer Viana: Bom dia, companheiros e companheiras. Eu acho que este encontro é importante porque a nossa presença aqui demonstra a nossa preocupação da consolidação do PSB como um partido de base. Eu vejo essa questão dos núcleos como de fundamental importância. Neste momento em que nos preparemos para a disputa eleitoral do ano que vem, deveríamos tirar como uma linha de ação que os nossos candidatos sejam já os formadores de núcleos no lugar onde moram ou onde trabalham. Nós vamos ter candidatos em todos os recantos deste país. Neste momento, é fundamental termos esses núcleos como um instrumento de fortalecimento das idéias do Partido, como fortalecimento das propostas que o Partido possa levar para as eleições do ano que vem. Como militantes, nós temos que estar levando as propostas do Partido. Então, é importante que, neste momento de afirmação do PSB, todos nós saiamos daqui convencidos e convictos de que é possível disputar a eleição do ano que vem, eleger vereadores, eleger prefeitos, comprometidos com o povo, com a mudança de fato. E não nos elegermos para benefício próprio ou grupos que estejam nos apoiando. Precisamos nos eleger vereadores e prefeitos, comprometidos com a transformação que este país precisa. Isso deve começar pelos núcleos que o PSB deve formar.

Eu sou candidato a Prefeito lá em Santana do Livramento e lá nós já temos, aproximadamente, dez núcleos formados. E isso vai motivando os companheiros para que também se sintam desafiados na construção e formação dos seus núcleos. Não é fácil porque falta, fundamentalmente, formação política.

Então, acho que é importante a gente receber aquelas "Cartilhas do PSB" para que a gente possa ter uma linha de ação para saber qual é o papel do parlamentar de fato - o que é que ele deve fazer, qual é o seu compromisso. Eu acho que é importante que, neste Congresso, a gente possa deliberar que os candidatos a prefeito e vereador tenham como obrigação a formação de núcleos para a construção e fortalecimento do PSB no ano que vem.

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: Enquanto fala o próximo companheiro, eu queria chamar logo o Benedito, delegado do Pará e José Nelson, delegado de Alagoas.

Gilmar: Senador Geraldo Mesquita, Deputado Silvestre, Cacá, Deputada Luiza Erundina. Eu não quis ser indelicado com o Senador. Mas, como alguns delegados foram podados - nos seus municípios e nos seus estados - para não serem delegados, enquanto membro do Diretório Nacional, enquanto membro da Direção Colegiada dos Movimentos Sociais, nós pedimos para que esses companheiros, dos movimentos sociais, dos movimentos populares, independente de serem delegados ou não, que fizessem um esforço para comparecer ao nosso IX Congresso e contribuir com as suas sugestões para que o Partido realmente voltasse a ser um partido de base. Portanto, Senador, desculpe a minha forma agressiva, mas eu tenho que respeitar os meus companheiros dos movimentos sociais que estão aqui. É por isso que eu fui aguerrido.

Nós já nos reunimos ontem com vários estados e já tiramos algumas propostas concretas: a primeira é que nós vamos ter dois delegados regionais em cada estado para ajudar a formular a política dos movimentos sociais e movimentos populares. Nós teremos um delegado em nível nacional para comandar a formação da nossa Secretaria Nacional, assim como já tem a Secretaria das Mulheres, a Secretaria da Juventude, a Secretaria Nacional Sindical, nós queremos com o nosso partido para que, no ano de 2004, nós possamos fazer uma boa bancada de vereadores, uma boa bancada de prefeitos que sejam comprometidos com a base popular, ou seja, aqueles que vão honrar o seu voto.

Com relação à Fundação João Mangabeira, eu já havia falado com o Dr. Carlos Siqueira para que ele pudesse nos auxiliar nessa formação. Tive uma informação que o Ministério Público está cancelando as regionais da Fundação João Mangabeira. Eu gostaria de ter essa confirmação da Mesa. Se depender apenas da Direção Nacional, da Executiva Nacional da Fundação João Mangabeira, talvez isso vá sobrecarregar aqueles palestrantes que vão ter que visitar os estados e municípios para fazer a formação política dos nossos militantes.

Eu também quero solicitar que os nossos deputados abram algum espaço dentro da Câmara e Senado para veicularmos algumas informações. Nós não podemos ficar perdidos na nossa base. Nós temos muita falta de informação. Nós queremos formar um boletim informativo dos movimentos sociais e populares que leve a mensagem a cada município e a cada estado. Está faltando comunicação. Não adianta repassar essa informação só para os membros do Diretório Nacional, para os prefeitos e vereadores. O movimento popular precisa estar levando a palavra do nosso deputado, do nosso senador. E não basta só a internet. Ontem, na nossa lista de presença, eu percebi que a maioria não colocou o seu e-mail, então, a maioria não tem internet. Portanto, nós precisamos de infra-estrutura para municiar os nossos militantes.

Na questão das verbas para saneamento, Fundo de Garantia, nós temos visto que há algumas propostas do Governo Federal, só que não chegam nas bases do Partido. Então, é importante que se divulgue aqueles projetos que envolvam, por exemplo, os agentes de saúde, ou a utilização do Fundo de Garantia. Eu acredito que a nossa Prefeita tem muito mais para colaborar conosco. Foram feitos, por exemplo, projetos de moradia que foram encaminhados pela nossa Prefeita.

Finalizando, o que é que nós estamos precisando da Direção Estadual e dos nossos deputados? Em primeiro lugar, estamos precisando que os senhores vereadores, que querem se reeleger, abram os espaços necessários para que nós, dos movimentos sociais, possamos fazer política. Segundo, é preciso que não haja nenhum tipo de retaliação em cima dos movimentos. Independente do que nós vamos decidir lá dentro do Congresso, os delegados têm direito a voz e voto, mas nós não vamos compartilhar com nenhuma briga da Direção, em nível nacional. Nós estamos dizendo claramente que nós temos a nossa convicção, nós vamos votar de acordo com a nossa consciência, nós vamos estar trabalhando para que saia uma Executiva de consenso, um Diretório de consenso e que os movimentos sejam respeitados. É só isso que nós pedimos. Obrigado.

Benedito: Bom dia a todos. Nós temos o prazer de estar contribuindo com esta discussão e eu queria lembrar ao Carlinhos e ao companheiro Gilmar que o fato desta plenária está tão lotada assim, não é só a questão da idéia de "eu fiz, eu quis, eu contribui". É o sentimento das bases do Partido que estão expressas aqui. É a vontade do Partido de querer realmente retomar a construção partidária pelas bases. Lá no meu estado, no Pará, o Partido nasceu da organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Nós tivemos um deputado que foi assassinado, que foi o Deputado João Batista, um dos fundadores do Partido lá no nosso estado. O Partido nasceu na construção da luta pela reforma agrária; o Partido nasceu da construção dos movimentos dos trabalhadores

comerciários; e hoje, o Partido está ausente dessas construções. Então, é por isso que essa plenária está lotada hoje. Esse é um tema que todo mundo sente na pele, mas faltava que a Direção Nacional chamasse essa responsabilidade para si, para que essa responsabilidade também possa chegar nas direções estaduais. Muitas das direções estaduais tomam para si aquela questão do inimigo interno. Os nossos inimigos não estão aqui dentro; os nossos inimigos estão nas ruas. Aqui nós divergimos de idéias, mas o projeto é um só - o crescimento do PSB. A nossa meta é fazer que o PSB chegue ao governo e que nós possamos, como disse a Deputada Erundina, um dia, desenvolver o projeto que nós estamos construindo. Tem muita gente que está no trem e quer se o maquinista, o foguista e o bilheteiro ao mesmo tempo. E aí, não dá certo. Com certeza, a Direção Nacional tem que ter sensibilidade e tem que passar maiores informações para a gente. Nós precisamos ter mais informações a respeito dos projetos e das discussões que estão sendo travadas no Congresso. Quando nós tínhamos o Senador Ademir Andrade no Senado, muita gente do Brasil inteiro falava das informações que o Senador Ademir mandava sobre os projetos que estavam lá no Congresso. Então, eu queria pedir ao Capi, ao Geraldo, ao Antonio Carlos e ao nosso Líder do PSB no Congresso que tomem esse cuidado de nos repassar as informações. Às vezes, nós queremos até tomar alguma atitude nas nossas bases, no movimento sindical, no movimento popular, mas nós não sabemos o direcionamento que está sendo tomado lá na Executiva Nacional. Como é que nós vamos defender as nossas teses lá nas nossas bases? Nós podemos até ser conflitantes; podemos acabar falando o que não deve e depois o Partido fica parecendo uma Torre de Babel, em que ninguém se entende. Então, seriam essas as minhas considerações. É importante que não queiramos ser os donos das idéias. É importante que a gente discuta, que tente contribuir, mas que a idéia seja a idéia do Partido Socialista Brasileiro. É importante que o sentimento seja de mudança, mas de crescimento a partir das bases. Se essa condição for considerada pela Nacional, eu tenho certeza que, a partir de agora, lá no nosso estado, quando nós fomos fazer qualquer movimento que seja, a Direção Estadual vai olhar com mais carinho. Muitas vezes, o nosso Presidente do PSB chega a dizer eu não entendo porque é que o nosso Partido não consegue se inserir no movimento sindical, não tem representação forte no movimento social, não tem representação forte no movimento popular. Quando a gente chega lá e diz vamos precisar de faixas porque o pessoal da habitação vai fazer uma caminhada. E ele diz: "Não tem dinheiro, não tem recursos". Nunca tem nada. Então, se a gente não pode atender as demandas que chegam até nós, como é que podemos caminhar? Agora, também vai depender da nossa organização de construção. Na hora que nós nos inserirmos nesses núcleos de base, independente de a gente querer ou não, isso vai acontecer naturalmente porque nós somos lideranças e o Partido vai ser visto assim. Obrigado.

Deputado Alexandre Cardoso: Essa Plenária aqui é a mais prestigiada. Eu andei em todas e pude constatar isso. Eu estou impressionado com essa idéia do núcleo base. Eu acho que essa é a grande proposta que a Comissão Executiva fez para esse IX Congresso. Eu quero reafirmar aqui a minha posição, como Deputado Federal, como Presidente do PSB do Rio de Janeiro e dizer que, se a marca deste Congresso for o núcleo de base, este partido sairá daqui transformado. Muito obrigado. E um grande abraço pela posição de vocês.

José Nelson: Meu nome é José Nelson. Sou Delegado do PSB de Alagoas. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome da nossa guerreira, Deputada Luiza Erundina. Antes de iniciar a minha intervenção, eu gostaria de perguntar ao Nobre Senador, em que momento nós vamos discutir essas teses que estão neste Caderno de Teses. Qual é a finalidade dessas teses? Que momento nós temos para discutir aquilo que nós preparamos para trazer para cá? Eu não vi, em nenhum momento, uma oportunidade de se debater o pensamento dos estados. Está aqui o Caderno de Teses? Quando é que nós vamos debater isso? Em três minutos de intervenção nós vamos debater essas teses? Nós precisamos estar atentos a essas questões se queremos transformar esse partido. Essa é a preocupação do Diretório de Alagoas, do movimento popular de Alagoas. Aqui tem uma Tese de Alagoas, tem teses de vários estados, e nós não sabemos quando vamos debater isso. Então, não tem finalidade a gente queimar as pestanas nos nossos estados para trazer para o Congresso, não analisarmos nada e levarmos de volta. Essa é uma preocupação. Caso seja necessária a nossa contribuição, estamos aqui para contribuir.

Agora vou entrar direto nas propostas, além das que o companheiro Gilmar já colocou. Nós dos estados, estamos enfrentando uma questão crucial de perseguição às redes comunitárias. Nós precisamos do apoio dos deputados federais e senadores para que haja uma intervenção junto à ANATEL porque, além do fechamento das rádios populares, estão fazendo o confisco dos seus materiais, quando as rádios não estão sob o comando dos deputados e senadores. Essa é uma questão.

A outra questão é que nós precisamos garantir, na Direção Nacional, o apoio à construção de um Congresso Extraordinário dos Movimentos Populares, propondo como data-base, de abril a maio. Só assim nós vamos ter um espaço legítimo, nacionalmente, para elaborarmos propostas que venham a atender o Partido a nível nacional.

A outra questão é que nós precisamos construir uma Coordenação Colegiada. Considerando a dimensão do nosso país e as especificidades das regiões não é possível que haja apenas um representante nacional porque ele não atenderá às demandas de todo o nosso país.

Concluindo, eu acho que nós devemos ficar atentos para o fato de que estamos num congresso nacional. Eu acredito que a única diferença que fará nesse Partido é o nosso exemplo. Se nós falamos uma coisa e fazemos outra, vai tudo por água abaixo. Muito obrigado.

Jorgina: Bom dia. Eu acho que "transformar o PSB em um partido popular" é uma frase importantíssima. Se a gente não estiver organizado lá na base, no sítio, no engenho, na comunidade, nos assentamentos, nas organizações de mulheres, levando as companheiras a discutir a importância da mulher, do jovem, do aposentado, não conseguiremos construir um verdadeiro PSB. A militância partidária é para isso. Nós temos a missão de fazer esse trabalho de conscientização. É preciso que sejamos militantes no Partido porque todos nós brasileiros somos eleitores. Esse trabalho de conscientização começa exatamente lá na base, na comunidade. Eu acho que estamos de parabéns por estar discutindo esse assunto importantíssimo. Nós precisamos reforçar esse trabalho, e não é só na véspera das eleições. Nós temos que começar a fazer esse trabalho para ontem.

E nós mulheres, precisamos ocupar os nossos espaços cada vez mais. Se a gente não ocupar os nossos espaços, não são os homens que vão nos dar esse espaço. E mesmo assim, coisa dada não presta. É importante conseguirmos o nosso espaço com a nossa luta. Foi para isso que a companheira Erundina chamou a nossa atenção. Nós mulheres, jovens, crianças, adolescentes, não podemos só ficar em casa cuidando do feijão, cuidando das galinhas e dando cheiro no marido quando ele presta. Nós precisamos trabalhar nos movimentos de base - ir para o sindicato, se filiar na associação, fazer um trabalho de conscientização. Aí sim, no dia da eleição nós sabemos qual é a Maria ou o João que merecem o nosso voto. Lá em Pernambuco mesmo, nessa última eleição, como o Lula já era conhecido nacionalmente, Pernambuco lhe deu uma votação imensa ao Lula. Mas para os deputados federais, foi uma desgraça. Ainda votaram em Inocêncio, um dos piores ladrões de lá. Esse é um trabalho que o PSB tem que fazer em todo o Estado. Do PSB, só tem Dr. Arraes, Eduardo, Gonzaga, parece que são apenas cinco. A maioria foi do PFL. Já pensou que situação! Isso é falta de trabalho de conscientização.

Então, nós mulheres precisamos sair de casa, precisamos ser militantes. Se somos professoras, vamos para o Sindicato dos Professores; se somos trabalhadoras rurais, vamos para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais discutir a importância da mulher. Ser militante partidário é isso - é participar e lutar para que a gente vá ocupando os nossos espaços.

Para concluir eu gostaria de cantar uma música de homenagem às mulheres.

Madalena: Eu quero saudar a Mesa na pessoa da nossa Deputada Luiza Erundina e parabenizar os nossos companheiros e companheiras que estão aqui debatendo um tema tão importante como este - "Transformar o PSB em um partido popular". Acho que é a primeira vez que nós temos a oportunidade de estar debatendo esse tema. Acho que o PSB está precisando realmente de ser um partido popular e eu gostaria de dar uma contribuição em relação a duas propostas que foram colocadas pelo Carlinhos. Nós sentimos na pele a necessidade do trabalho de formação e informação. Um partido socialista, um partido de esquerda, precisa de ter pessoas bem informadas. Isso não quer dizer que tenham nem o segundo grau, nem nível superior, mas os militantes do PSB têm que ter o conhecimento do que é socialismo, da importância da luta das mulheres, dos movimentos sociais. Eu sempre coloco que para ser socialista, no mínimo, é preciso ser participante de alguma coisa. Ser socialista por ser socialista, para mim, não é ser socialista. Uma coisa que a gente sempre coloca lá no Espírito Santo é que todo o filiado do PSB precisa de participar e atuar em alguma área, seja ela qual for. Se não estiver participando nem atuando em nenhuma área, para mim, não é um socialista de verdade.

Mas sobre a sua proposta de formação do núcleo de base, eu acho que o núcleo de base deve ser uma referência do Partido. Mas o Partido, para se formar, precisa se formar na base, ele não se forma de cima para baixo, ele se forma de baixo para cima. Então, se os Diretórios Municipais não forem formados por representantes dos núcleos de base, esses núcleos de base não vão ter o entusiasmo de se organizar e fortalecer como núcleo de base. Então, uma proposta que precisa entrar no próprio Estatuto do Partido é que os Diretórios Municipais sejam formados por representantes dos núcleos de base para eles terem uma representatividade melhor.

A segunda colocação que eu queria fazer é sobre o curso de formação da Fundação João Mangabeira. Eu penso que para a gente fazer um grande encontro de formação, é claro que é difícil a participação de todos, mas eu penso que a Fundação João Mangabeira poderia realizar cursos de formação e informação regionais, já que não são tantas regiões assim. Portanto, para o próximo ano, a Direção Nacional poderia organizar encontros, não apenas de formação e informação em nível regional, mas as Secretarias também poderiam sair aqui de trás da Mesa da Direção Nacional e visitar as bases. É importante que a Secretaria de Mulheres realize encontros regionais; que a Secretaria da Juventude também; que a Secretaria de Movimentos Sindicais organize encontros lá nas bases. Além disso, é importante a participação dos nossos representantes no Congresso Nacional. Quando os militantes vêm para o Congresso Nacional, eles voltam muito fortalecidos para os Estados. Mas isso é só de dois em dois

anos. É muito tempo. A injeção de ânimo precisa ser dada com uma dose mais amena. Essa deveria ser uma forma de o PSB se fortalecer cada vez mais. As Secretarias deveriam realizar encontros nas diversas regiões - região norte, sul, sudeste e centro-oeste.

Uma outra coisa também que eu queria sugerir é que, no ano passado, a Direção Nacional elaborou uma cartilha do papel do vereador. Se a Direção Nacional não tem pernas para ir a todos os estados, que pelo menos organize material informativo para ser enviado aos estados, como essa cartilha e outros, para subsidiar os militantes do PSB nos municípios. Eram essas as minhas contribuições. Obrigado.

Francisco Paulo Nogueira: Companheiro e Senador Geraldo Mesquita, eu fico muito honrado de estar no Partido a que ele pertence, pela sua história; companheiro Carlos Siqueira; companheira Erundina; Deputado Silvestre. Eu quero fazer algumas reflexões sobre o que os expositores colocaram. Na minha avaliação, nós já estamos realmente envolvidos nessa luta de transformação do PSB em um partido popular. Eu quero pegar uma frase da Erundina, muito oportuna, que a coisa maior do PSB é a busca inconciliável pelo socialismo. Eu quero só reafirmar que essa é a causa para que nós estejamos no PSB. O resto é a estratégia e a tática para alcançarmos este projeto. O temário deste ponto já coloca essa estratégia e tática no processo. E até o processo eleitoral em que nós devemos estar inseridos também é uma estratégia, e não um fim. O fim nosso é o socialismo. E este é difícil de ser construído porque nós só vamos ter, um dia, a sociedade que nós queremos - igualitária e sem injustiças - com o socialismo. Então, se nós utilizarmos as estratégias, não como meio, mas como fim, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Para ser popular, temos que ser povo, e em sendo povo, estar no povo. O socialismo é isso. É por aí que se vai transformar a sociedade. É lá das raízes. Se nós tivéssemos um povo consciente, certamente, nós já teríamos feito isso há muito tempo. Como disse a companheira Erundina, há 500 anos, numa sociedade capitalista, que em tudo trabalha contra os socialistas, nós temos que ser muito mais capacitados e competentes; temos que ser muito mais dedicados no nosso trabalho diuturno nas bases, para conseguirmos fazer essa consciência.

Eu acho que este temário coloca exatamente isso, quando se propõe a formação dos núcleos de base para se alcançar esse objetivo, quando se destaca a formação política como fundamental e a relação com os movimentos populares, conforme a concepção que o Carlos Siqueira colocou. Essa é a concepção que eu concordo. É a concepção de que o movimento não é apenas o Partido, o movimento é mais plural e a formação dos militantes é que vai fazer a diferença e vai fazer crescer a consciência. Nós, socialistas, temos que

buscar a conscientização das massas do povo. É ali que se vai fazer a transformação. Não é a conscientização em cima de nomes, em cima de personalidades; é a conscientização em cima das idéias. A idéia central é a nossa luta pelo socialismo. Quem estiver levantando a mão para este projeto, não está levantando a mão atrás de pessoas; está levantando a mão em cima do projeto socialista que é muito importante.

Portanto, nós temos que ter uma formação séria, transparente e democrática, quando fomos parte do poder. Se nós temos a eleição como uma estratégia para construirmos o socialismo, eu acho que a gente tem que saber tratar da questão das relações. Nós temos visto que a maioria dos partidos de esquerda não está sabendo tratar as relações do poder e das massas. Não quero politizar uma disputa de eleição no debate. Eu só quero dizer que o debate já está respondido pela presença de toda esta plenária aqui. Obrigado.

Rinaldo: Bom dia a todos. Eu quero fazer uma saudação especial à companheira Erundina, em nome de quem eu saúdo os companheiros que compõem a Mesa. Eu quero trazer um abraço especial da Governadora do Rio Grande do Norte, companheira Vilma de Farias, que não pôde comparecer a este IX Congresso porque está acompanhando o Presidente Lula numa viagem pelo Oriente Médio. Eu queria fazer uma reflexão, em cima da fala do companheiro Carlos Siqueira, quando ele lembrou que o mundo mudou e que a gente tem a concepção de formação do Partido ainda herdada do nosso saudoso PCB, do qual eu tive muita honra de participar. O mundo mudou porque a concepção que a gente tinha de partido era em cima de uma sociedade de classe e agora nós estamos diante de uma sociedade de massa - uma sociedade da informação. A dificuldade de comunicação e de organização é muito maior numa sociedade com uma diversidade imensa, principalmente num país continental como o nosso. É muito difícil se organizar o Partido com essa perspectiva de transformação de um partido de quadros para um partido de massa, um partido popular.

Eu gostaria que essa reflexão fosse aprofundada pelos companheiros que fazem a Fundação João Mangabeira e também por todos que possam contribuir com isso porque, provavelmente, isso é muito mais difícil de ser feito em alguns estados onde as capitais são mais numerosas, onde as periferias não têm acesso a nenhum tipo de conscientização, muito pelo contrário, há uma massificação violenta da nossa mídia em rede nacional. É uma força muito forte para que a gente enfrente apenas com a nossa militância.

A idéia do núcleo de base é fundamental, mas ela tem que ser muito forte para que chegue a todos os recantos deste país. Nesse sentido, além do compromisso de cada um de nós levar adiante essa tarefa de organização do

Partido através dos núcleos de base, esse esforço deveria ser apoiado por uma grande campanha na mídia e também a realização de um seminário nacional que teria, inclusive, seminários preparatórios municipais, estaduais, regionais, para que no próximo ano, nós trouxéssemos aqui uma pequena avaliação do que já foi feito e efetivamente consolidar essa proposta do núcleo de base. Como 2004 é um ano eleitoral, é possível até se combinar a campanha eleitoral dos nossos candidatos com essa campanha massiva de formação do Partido. Acho que seria possível associar as duas campanhas num esforço só. Num ano eleitoral, você tem espaço para conversar, pode montar comícios com carros de som etc.. O importante é que essa mensagem não seja exclusivamente em cima das candidaturas, mas também seja em cima da formação do Partido. Finalizando, eu queria deixar muito claro que o Rio Grande do Norte deseja organizar a Fundação João Mangabeira, nós queremos apenas saber quais são os procedimentos. Muito obrigado.

Deputado Ricardo Coutinho: Bom dia a todos. Meu nome é Ricardo Coutinho e eu exerço o mandato de deputado estadual na Paraíba. Fui um dos criadores do Partido dos Trabalhadores e estou chegando ao Partido Socialista Brasileiro. Eu fiz essa decisão de dar esse passo adiante e estou muito satisfeito com isso, principalmente, de chegar aqui ao IX Congresso e ver uma série de debates que me interessam profundamente. Este aqui talvez seja o principal debate. Pensar o Partido depende exatamente desta reflexão que a gente faz aqui. Independente da eleição, se você consegue estabelecer esse caráter de raízes populares para o PSB, não tenho a menor dúvida de que o fruto virá na eleição, sem muito esforço. Quando você não tem um partido de raízes populares e você chega numa eleição, você tem que apresentar o partido e precisa apresentar o candidato. Quando o partido está lá, cotidianamente, participando das lutas, independente da eleição, ele não precisa ser apresentado porque ele está presente naquela comunidade e vai ser a referência natural, não só por conta da eleição, mas por conta daquilo que nos move, que é transformar essa sociedade.

Então, esse tema é profundamente caro e importante - como é que a gente vai fazer com que o PSB avance e incorpore essa característica de um partido com uma interação profunda com os segmentos sociais organizados; como chegar próximo da comunidade e contribuir na luta do dia a dia; como expandir isso. Primeiro, nós precisamos difundir o que é que o Partido pensa. Por exemplo, precisamos difundir qual é o projeto do Partido na área de ciência e tecnologia; qual é o projeto do Partido na área de biodiversidade; qual é o projeto do Partido na área das minorias etc. E ao mesmo tempo, como espalhar essas idéias. Isso me parece ser o mais difícil. Muitas vezes, os parlamentares têm as idéia, mas como é que podemos fazer chegar essas idéias nos municípios,

nos estados? Os acúmulos que nós temos em cada área dessas têm que rodar o Brasil. Se você chega no município, mesmo que consiga reunir 5 ou 6 pessoas, mas não importa, você está passando a idéia do Partido, a referência do Partido.

A segunda coisa é que a comunicação é fundamental. A gente tem que ter uma rede de comunicação. A nossa companheira que é sindicalista rural lá não sei aonde precisa saber o que é que está circulando de debates pelo Partido. Parece que o PT está gastando sete milhões para interligar todos os seus diretórios para que virtualmente a imaginação chegue imediatamente. É claro que nós não temos esse dinheiro, então, se a gente não tem isso, nós vamos ter que ter qualquer outra coisa. Nós temos que ter uma política direcionada para a comunicação. O terceiro ponto é a questão dos nossos mandatos. Precisamos buscar uma relação orgânica dos nossos mandatos com essas lutas populares. Nós representamos o Partido no Parlamento, estamos lá enquanto Partido e, muitas vezes, a gente tem que fazer um esforço para sair um pouco de lá.

Para concluir, a provocação que eu faço ao companheiro Carlos e à companheira Erundina é que uma coisa era pensar um Partido com raízes populares no campo da oposição, ou no campo que a direita governava esse país. Essa era uma situação porque eles não entravam nos movimentos sociais, eles não tinham a máquina para intervir nos momentos sociais. Outra coisa é você fazer essa travessia, por um partido com raízes populares que joga dura na disputa - na disputa do movimento sindical, do movimento social. Como é que a gente, participando do governo, pensa o Partido dentro dessa conjuntura em que um partido de esquerda, que tem raízes sindicais, assume o poder? Inclusive, tem força para usar a máquina dentro dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, tem uma disputa natural e salutar com os outros partidos como o PCdoB e o PSB. Essa não é uma fala contra o PT, mas é uma fala a favor do PSB, a favor da esquerda e a favor das transformações socialistas. Muito obrigado.

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: Eu dei uma colher de chá para o Deputado Ricardo Coutinho porque, no ano que vem, vai nos dar também uma grande alegria porque vai se eleger Prefeito de João Pessoa, no próximo ano. Eu queria chamar o Deputado Sérgio Novais. Vocês preparem o coração porque no ano que vem vai ser um ano de muita emoção. O Deputado Sérgio Novais vai também nos dar a alegria de ser eleger Prefeito de Fortaleza.

Deputado Sérgio Novais: Primeiramente, eu queria saudar o Senador e a Deputada Luiza Erundina, o nosso companheiro Carlos Siqueira e o Cacá, o nosso Relator. Essas duas últimas falas foram muito importantes. Primeiro, o momento histórico que nós estamos vivendo é completamente diferente. Nós lutamos para a Ditadura cair, lutamos pela democratização e estamos vivendo

o momento de ter um partido de esquerda no poder. Então, esse é um momento completamente novo e nós temos que repensar tudo o que o Partido Socialista já pensou nesses últimos anos, na sua reconstrução, dentro de um novo momento histórico. Nós temos que pensar e construir isso dentro do nosso Partido porque é um desafio coletivo. Era o partido que estava batendo, ajudando a derrotar firmemente o Fernando Henrique Cardoso e agora estamos num novo momento histórico, em que nós fazemos parte do governo, mas temos discordância com o profundo conservadorismo dessa equipe econômica. Ontem mesmo, foi admitida a estagnação que o país vive e continuará a viver no ano de 2004. Portanto, nós temos que estar certos de que há uma prioridade da política econômica do governo que é extremamente conservadora. Nós estamos pagando 153 bilhões de dólares de juros. Não tem quem agüente isso. Diante disso, nós temos que pensar o papel do nosso Partido.

A partir de agora, nós temos que identificar algumas questões que são fundamentais para o Partido. Nós temos que refletir sobre esse estágio que o sistema capitalista vive, da sua financeirização, do não trabalho, e portanto, da acumulação extremamente perversa do capital financeiro que comanda tudo. Isso tem que ser analisado com profundidade porque isso não está impactando só o Brasil e a América Latina, mas está impactando até os Estados Unidos e a Europa que estão começando a conviver com a exclusão social. A questão da financeirização do sistema, o impacto das privatizações no Brasil são linhas que o Partido deve definir e conhecer com profundidade.

O momento eleitoral é riquíssimo. O PCdoB vai se coligar com o PT lá em Fortaleza, mas eu vou ser candidato porque acho que tenho o que contribuir. Eu tenho que colocar algumas questões que o Partido pensa, inclusive, dentro dessa visão estratégica que nós estamos pensando. Todo mundo deve ser candidato, principalmente nas capitais, para a gente já colocar o nosso modo de pensar. Agora, não adianta eu falar uma coisa e a Erundina falar outra coisa, sem que haja uma base mínima que permeie o nosso discurso em todo o Brasil, desde São Paulo até as comunidades lá do Acre.

Finalmente, eu queria fazer um registro. Ontem eu disse ao Bóia: "Vamos ver se sai aqui uma observação porque é que o Brasil está pagando tantos juros, como é que nós vamos administrar isso - se há possibilidade de uma moratória, se há possibilidade de um acordo como o que a Argentina fez de reduzir a dívida em 75%". Mas não saiu nada nesse sentido. Portanto, isso está longe e a gente tem que aproximar isso. Um partido como o nosso é que vai ter a oportunidade de ocupar a esquerda do Brasil porque o PT já está caminhando para o centro. O PCdoB vai continuar muito atrelado ao governo e não tem capacidade de um arranque como o nosso. Então somos nós que temos que

fazer esse papel. Agora, isso não vai vir de graça para nós. Portanto, o desafio da nova Executiva, do novo Diretório é altíssimo. É por isso que nós temos que estar aqui juntos para preparar o Partido. Caso contrário, pode aparecer um partido novo no Brasil que venha ocupar o nosso espaço. Então, esse é o desafio que eu vejo para esse grande debate que está acontecendo hoje.

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: Antes do Edmundo fazer uso da palavra eu queria me penitenciar por não ter feito ainda o registro da presença do Líder do PSB na Assembléia Legislativa do Pará, Deputado João de Deus. Acabou de chegar também o Líder do PSB na Câmara Legislativa do Rio de Janeiro, Vereador Ricardo Maranhão. Esse Partido só tem gente ilustre.

Edmundo Ximenes: Bom dia a todos e a todas. Todos aqui já colocaram a situação que a gente está vivendo hoje de reflexão das nossas ações, o estabelecimento de metas e diretrizes, fazendo compromissos, seja a Direção, seja a base do Partido, de intervir de forma mais propositiva e intensa, sem a rebeldia de resultados, sem a rebeldia das bravatas, mas a rebeldia da luta socialista. Eu gostaria de deixar claro isso para estabelecer a diferença porque, queiramos ou não, a conjuntura de forças hoje é diferente e o estado reflete a correlação de forças do seio da sociedade. Então, temos que ter uma intervenção muito forte para que o Estado Brasileiro não caminhe para outros caminhos. Esse é o nosso receio.

Sobre a questão da transformação do PSB em um partido popular, nós temos uma proposta. Todo mundo diz que essa transformação é necessária, mas também é necessário verificarmos o resultado da nossa ação. Por isso, a proposta é no sentido de sintetizarmos essa identidade do Partido e tratar dessa reflexão de nossa ação. A minha proposta é: organizar e ativar um sistema de controle e acompanhamento participativo permanente das organizações de base, sem caráter coercitivo e punitivo, ou seja, com caráter de apoio e avaliação permanente. Para quê? Para identificar e corrigir erros; para construir relatórios e registros das atividades das quais nós participamos nos núcleos de base; para construir um banco de dados com diversas experiências e possibilitar a preservação da memória do Partido com essa troca de experiências dos núcleos de base. Ou seja, devemos tratar a potencialidade que já existe dentro do Partido e desenvolvê-la. Até porque, nós estamos aqui perguntando quem é o Partido. Então, temos que construir uma rede e essa rede tem que ser avaliada de forma quantitativa, no número de deputados, de vereadores, mas de forma qualitativa também. Então, é necessário que se construa esse sistema de controle. E a nossa preocupação também é de fazer essa síntese, de tratar das nossas divergências, de identificar nossos erros, nossos defeitos, e principalmente potencializar nossos resultados. Essa é a nossa contribuição do Piauí.

Marta: Bom dia a todas e a todos. Eu queria apenas trazer algumas reflexões. No ano de 2001, a Organização das Nações Unidas afirmou que, para a gente julgar a eficiência de uma política pública, teria que julgar dois fatores. O primeiro é o impacto dessa política na pobreza; e segundo, quanto essa política foi capaz de transformar a vida das mulheres. No Brasil, nós somos mais de 50% da população, mas quando nós olhamos as estatísticas do poder, em qualquer esfera dos governos, na verdade, a gente observa que o Brasil tem apenas 10% de interferência das mulheres no poder. Então, o Brasil é o país que apresenta os piores índices da participação política das mulheres.

Da mesma forma, o IBGE já nos disse que o eleitor brasileiro vota no homem e no branco. Então, na verdade, o eleitor brasileiro faz um referendum do poder, que sempre foi branco e sempre foi masculino. Por isso, pensando em tudo o que foi dito aqui, acho que nós mulheres temos muito a contribuir nessa grande transformação do Partido Socialista Brasileiro. E nós feministas temos que incorporar, nessa discussão, a discussão da raça, congregando também a discussão do gênero, sobretudo nesse Partido que tem um projeto de igualdade e solidariedade.

Eu fiquei muito feliz com a preocupação do nosso Secretário e de vários companheiros na questão da formação pedagógica dos nossos quadros. Mas, eu acho que nós estamos pensando muito em cima das eleições que irão acontecer. Eu acho que nós do PSB, seja através da Fundação João Mangabeira, seja através dos nossos partidos regionais, temos que criar um fórum permanente de discussão e informação das idéias do PSB. Por que é que eu estou dizendo isso? Porque nós temos muito que nos orgulhar. Por exemplo, na quinta-feira, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar em que a nossa Deputada Luiza Erundina garantiu parte da verba do Fundo Penitenciário para a manutenção das Casas Abrigo, que é algo que interessa muito a todas as mulheres, sobretudo as vítimas de violência física e sexual. Eu não sei, por exemplo, se todos os companheiros que estão aqui têm noção desse projeto. Esse projeto é muito importante para as mulheres e, vale dizer, para o povo desse país. Eu acho que a gente não tem esse mecanismo de mostrar o quanto nós somos um partido especial. E pensando muito no PSB, eu tenho certeza que nós socialistas, saindo desse IX Congresso, vamos ser capazes de mudar essa sociedade e fazê-la mais justa, mais igual e mais feminina. Obrigada. Foi muito bom estar aqui com vocês.

Josivaldo Alves da Silva: Eu gostaria de cumprimentar o companheiro Senador Geraldo Mesquita; a nossa companheira Deputada Federal por São Paulo, Luiza Erundina; o companheiro Carlos Siqueira, membro do Diretório Nacional do PSB. Juntamente com os companheiros de Tocantins,

especificamente de Palmas, ouvimos atentamente as explanações dos companheiros nos antecederam. O PSB de Tocantins, principalmente de Palmas, está na frente nas questões dos núcleos de base. O nosso Partido é composto por pessoas que têm como referência à luta popular. É um partido novo no estado e na capital e temos em nossos quadros uma pessoa que tem uma expressiva densidade eleitoral e que, com certeza, será o próximo Prefeito de Palmas.

Pelo fato do Tocantins ser um estado onde todos os meios de comunicação são manipulados, nenhuma empresa sobrevive sem ter algum esquema com o governo daquele estado. A única forma que o PSB encontrou para divulgar o Partido e se inserir na sociedade foi através dos núcleos de base. Ainda mais, nós temos dois adversários no Estado do Tocantins. Um é a máquina do governo estadual e o outro é o PT. E o PT é mais perigoso ainda porque nós não podemos atacar porque é o Partido da base aliada do governo. Só através do núcleo de base é que nós poderemos manter a liderança do companheiro Clemente Célio que está hoje liderando as pesquisas na capital. Mas os membros do PT daquele estado estão tentando sabotar a mínima estrutura que nós pretendemos implantar para ganhar as eleições em Palmas. Sempre divulgam o boato que vão nos forçar a fazer uma coligação com o PT lá na capital. Mas o nosso Partido vai resistir. O PSB Nacional sempre sinalizou que o Projeto PSB está acima de qualquer um outro partido porque vemos o PT como um aliado circunstancial. Lá no Tocantins, o PT virou um balaio de gatos, filiando, inclusive, o ex-Presidente da UDR, filiando grandes empresários, pessoas que não têm nenhum compromisso com os trabalhadores e se distanciou muito da proposta do nosso Partido, principalmente, esta proposta que estamos discutindo aqui, de transformar o PSB em um partido de base popular.

Eu quero aqui referenciar o trabalho do nosso presidente metropolitano, companheiro Beto Nunes. Seria ele que teria que explanar essas ações aqui. Mas, como ele não estava presente, eu me senti na responsabilidade de fazer essas colocações aqui. O PSB do Tocantins e de Palmas está na frente. Nós estamos construindo uma grande base popular e assim esperamos contribuir para fazer do PSB um grande partido nacional. Um dia, nós vamos chegar à Presidência da República. E esse dia não está longe. Ontem, eu percebi que os políticos mais preparados estão hoje filiados ao PSB.

Lá em Tocantins, o nosso Partido não tem representação na Câmara Federal e nem na Assembléia Legislativa. Nós temos uma grande dificuldade para divulgarmos o partido, para levarmos a mensagem desse partido. Eu milito na política há muitos anos e sei da responsabilidade que um deputado federal tem com as suas bases, mas eu gostaria que algum deputado federal do PSB se colocasse à disposição do Tocantins para ir a algum fato político que a gente criasse, para motivar as pessoas da nossa região. Hoje, o PSB é o único

partido que representa as bases populares no Tocantins. O PT, além de perseguir os seus filiados, também sufocam os segmentos organizados. Nós somos um partido dos sem-teto, dos sem-terra e o instrumento de luta do trabalhador do Tocantins será o PSB. Nós precisamos do apoio do PSB Nacional para colocar pessoas com representatividade no Congresso Nacional, elegendo o nosso Prefeito de Palmas.

Em 1988, eu tinha dezenove anos de idade e militava no Partido dos Trabalhadores. Eu me emocionei muito com a esmagadora vitória da companheira Erundina em São Paulo, sendo a mulher mais votada do Brasil, e talvez do mundo, naquela época. E aquele povo é grato a ela até hoje lhe dando vários mandatos de deputada federal. Eu tenho certeza que o PSB de Palmas e Tocantins vai se espelhar aquela memorável vitória da companheira Erundina, elegendo um jovem de 37 anos para Prefeito de Palmas, que vai construir e implementar as políticas públicas que estamos discutindo aqui. Vamos construir um grande partido e um grande país. Muito obrigado.

Jefferson Arruda: Bom dia a todos. Eu vou ler rapidamente, para ficar dentro do meu tempo, duas propostas que são a minha parcela de contribuição para a temática "Transformando o PSB num Partido Popular".

Primeiro, nós julgamos que o núcleo de base é fundamental para o fortalecimento das bases do Partido. É indiscutível a necessidade de nós efetivamente abraçarmos a causa da construção dos núcleos de base com muita determinação mesmo, como uma tarefa elementar de cada militante do Partido em qualquer recanto do país. Na construção dos núcleos de base, nós devemos nos procurar inserir nos mais variados segmentos da sociedade organizada e procurarmos identificar profissionais das mais variadas áreas, ou pessoas que detêm este ou aquele conhecimento, para procurarmos desenvolver grupos temáticos com profissionais das áreas específicas, ou por afinidades de conhecimento. Além de nós aproximarmos o Partido das comunidades, nós iremos construir e manter um banco de dados, bastante rico e atualizado, sobre as problemáticas existentes nas mais variadas áreas de conhecimento humano e que possa ser disponibilizado aos nossos representantes, detentores de mandatos, quer seja no Executivo ou Legislativo, como subsídios de planos de governo ou ações concretas para soluções das problemáticas diagnosticadas, mantendo o Partido permanentemente próximo da sociedade, interagindo com a sociedade, discutindo, no dia a dia, com a comunidade local.

Ao longo desses 17 anos em que nós estamos construindo o Partido no Mato Grosso, ainda mais num estado de dimensões enormes como é o nosso, eu estou convencido de que é necessária a organização do Partido por pólos regionais. Independente do tamanho do estado, nós estamos convencidos

de que essa metodologia de organização faz com que haja uma maior aproximação entre a direção estadual com as direções municipais, e ainda promovendo uma maior interação entre as direções municipais de uma mesma região, bem como a integração entre os companheiros, na busca de soluções para problemáticas comuns na região. No nosso estado, nós temos distâncias entre um município e outro que chegam a 200 ou 300 km. Muitas vezes, o Presidente do PSB daquele município não conhece o Presidente do PSB do município vizinho. Com esse diagnóstico é que eu fui me convencendo, cada vez mais, da importância de nós polarizarmos a organização do Partido e agregar aqueles municípios em torno de um município pólo, que não seja necessariamente um daqueles municípios já convencionados como municípios pólos. Nós poderemos fazer a nossa polarização segundo os nossos próprios critérios partidários. A direção estadual deveria estar permanentemente indo aos municípios pólos, reunindo com as direções municipais, promovendo curso de formação política, promovendo cursos para os companheiros que serão candidatos a prefeitos e vereadores etc. Isso facilitaria a interação da direção estadual com as direções municipais. Eu gostaria de registrar essas duas colaborações para que, se possível, fossem incluídas no relatório. Seria essa a nossa contribuição. Muito obrigado pelo espaço concedido.

Deputado João de Deus - Pará: Companheiros e companheiras do PSB. Eu quero saudar a Mesa nas pessoas da companheira Luiza Erundina, do companheiro Carlos Siqueira e demais membros. Eu queria também saudar a presença do ex-Senador Ademir Andrade que está conosco aqui, juntamente com nossos companheiros sindicalistas.

Cara companheira Erundina, quando Vossa Excelência falava, ainda há pouco, a respeito da luta popular, eu meditava sobre a necessidade de a gente poder implementar e dar continuidade a lutas memoráveis, principalmente dos que tombaram em defesa do povo brasileiro. Especialmente no caso do Pará, eu quero fazer aqui o registro da lembrança de bravos companheiros que, por conta desta mesma preocupação, tombaram na luta - o companheiro João Carlos Batista e o companheiro Paulo Fontelles e, recentemente, na defesa dos interesses do povo e pela moralidade do serviço público, o nosso companheiro Vereador Adão Lote. Aliás, tenho a alegria de anunciar aqui que por iniciativa e por grande esforço dos socialistas do Pará, nós conseguimos fazer com que a justiça pedisse a prisão preventiva do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Vereador envolvido, além da quebra do sigilo fiscal e telefônico. Já esta semana foi feita a prisão de mais um pistoleiro e do intermediário do assassinato do Vereador Adão Lote.

Já que estou atento à questão das inserções das lutas populares em favor dos segmentos, eu queria lembrar que a gente possa também levantar a bandeira dos idosos. Nesta semana, antes de vir para cá, anteontem, nós

realizamos uma sessão para discutir o Estatuto do Idoso. Com certeza, até o ano 2020, muitos de nós estaremos somando a estatística dos 32 milhões de brasileiros que deverão ter acima de 60 anos. Portanto, além da inserção da luta das mulheres, muito bem defendida aqui pela companheira, dos jovens, dos trabalhadores em geral, dos negros, seria importante que nós também pudéssemos ter essa participação dos idosos.

Mas eu gostaria de ler a minha contribuição, se me for concedido tempo, porque tenho certeza que não terei outra oportunidade, uma vez que esta é a primeira oportunidade que eu tenho de participar de um Congresso do PSB. É uma tese referente às eleições do ano que vem. O primeiro orador que esteve aqui se lembrou que esta é uma forma também de inserir este segmento excluído da sociedade que não participa do processo eleitoral porque não é convidado, não é ouvido.

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: Deputado, se o senhor aceitar uma humilde sugestão, talvez fosse o caso de o senhor sintetizar e entregar à Mesa o texto que o senhor tem em mãos, para que a gente seja justo e todos tenham oportunidade de se manifestar.

Deputado João de Deus - Pará: Eu concordo e faço a entrega do documento à Mesa, dizendo o seguinte: o grande erro de todos os nossos políticos foi sempre subestimar a capacidade popular. Muitas vezes, construímos propostas de ação política, utilizando a inteligência científica do Partido e esquecemos que a inteligência popular tem legitimidade para poder falar em seu próprio benefício. A nossa proposta é de que se comece já a discutir uma proposta política para que, nas eleições do ano que vem, ela possa ser levada ao povo. Mas, essa proposta tem que ser construída pelo próprio povo. De forma que, nunca mais, a gente venha bater no peito dizendo "Este é o meu projeto", ou mesmo do meu partido. Como a companheira Erundina falava, o Partido é uma parte, e os demais? Então, o importante é que a proposta, que os candidatos socialistas deverão defender nas eleições do ano que vem, seja construída pelo povo. Mas esta tese tem que ser puxada pelo PSB e tem que começar já, e não esperar que outros puxem e a gente vá a reboque. Muito obrigado.

Francisco de Melo: Bom dia a todos. Deputada Luiza Erundina, Senador Geraldo Mesquita, companheiro Carlos Siqueira, em nome de quem quero saudar os demais companheiros.

Eu quero aqui parabenizar a atitude dos companheiros socialistas quando colocaram que o PSB tem que ser um partido popular. Eu quero aqui parabenizar também a proposta que nós possamos aumentar o nosso trabalho com os núcleos de base. Eu sou de uma pequena cidade do Estado do

Maranhão, chamada Lago Verde, onde eu represento a classe trabalhadora rural daquele município, como Presidente do Sindicato. Nós temos uma grande luta em defesa da reforma agrária porque vivemos num estado de massacre, há mais de 40 anos, pela oligarquia Sarney. Nós somos os fundadores do PSB no nosso estado. Eu lembro que o companheiro Carlos Siqueira participou várias vezes de reuniões no nosso estado, na época da Conceição Andrade, José Carlos Sabóia, Juarez Medeiros e outros mais. Hoje, nós queremos enfrentar essa luta no nosso estado, apesar de todas as dificuldades nós encontramos porque o poder do nosso estado não quer jamais contribuir com a reforma agrária no Estado do Pará. Mas nós nunca nos curvamos, nunca paramos a nossa luta porque nós temos confiança em Deus e temos um Partido que combate as causas sociais no nosso país. Nós estamos preparados para enfrentar todas as crises do nosso Partido. Sou filiado ao PSB e jamais vou sair desse partido. Estamos com dificuldades no PSB do Pará, a Direção Nacional é sabedora disso. Nós queremos a construção do nosso Partido e a continuação da nossa luta no nosso estado. Então, eu queria parabenizar a idéia dessa proposta de transformar o nosso Partido num partido popular. Eu quero dizer que sou um camponês, filho de lavrador e já sofri bastante. Fui ameaçado de morte, fui preso, só este ano, sofri mais de cinco emboscadas de pistoleiros na minha casa. Minha mãe foi assassinada em 1995 e o pistoleiro foi acobertado por fazendeiros ligados à oligarquia Sarney. Para eu puder ir ao velório da minha mãe foi a maior dificuldade do mundo porque no povoado em que ela foi assassinada é onde estava concentrada a pistolagem da oligarquia Sarney, mas antes eles tivessem ido lá para me matar também. Mas Deus foi bom e não deixou. Mas eu nunca fugi dessa luta e jamais vou abandonar o Partido porque é o Partido que eu ajudei a construir no nosso estado. Vamos trabalhar pela reforma agrária e pelas lutas sociais no nosso estado! Muito obrigado.

Antonio Bonifácio: Boa-tarde a todos. Eu sou Toninho Bonifácio, do Diretório de Duque de Caxias, presidido pelo Dr. Del de Almeida e dirigido pela companheira Kátia Cardoso. Eu quero parabenizar o PSB por sua iniciativa de organizar os núcleos de base do Partido e quero informar que já estamos trabalhando em nossa cidade para criarmos os nossos núcleos de base, com o apoio do Diretório Regional, presidido pelo Deputado Alexandre Cardoso e o companheiro Marcos Vilaça, para assim fortalecermos o PSB, trazendo à população simpatizantes pelos nossos ideais. Peço a todos os companheiros para criarem os núcleos de base em suas comunidades, somente assim, iremos ampliar o número de filiados para o Partido e fortalecer o PSB.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença dos companheiros: Vereador Sérgio Cid, líder do PSB da Câmara de Duque de

Caxias; companheiro Joílson Cardoso; Kátia Gaivoto; Hélio Bacelar; Dra. Marta Rocha; Tarso de Freitas; Suely; Tatiane: André de Oliveira; Solange Bergami; Igor Alencar Meneses; Francisco Farias; e Roberto Henriques. Agradeço a todos. Muito obrigado.

Solange Bergami: Boa tarde a todos. Eu quero fazer uma referência à Mesa, mas não poderia deixar de citar, em especial, o nosso líder do movimento popular e sindical, companheiro Joílson Cardoso. Liderança tem que formar outras lideranças. A nossa delegação do Rio de Janeiro traz vários militantes do movimento popular, sindical e social. O Partido, sabiamente, colocou este grupo de trabalho aqui para que a gente possa estar fazendo o debate da questão do movimento popular e social dentro do PSB. Na militância de base lá do nosso município, nós estamos organizados dentro de associações de moradores no nível estadual e municipal. Nós temos participado dos movimentos no nível estadual e municipal e, retornando para o nosso estado, nós temos feito um pouco essa discussão dentro do partido porque, nos movimentos a nível nacional, nós não temos visto a militância do PSB. Eu acho que essa uma reflexão que nós temos que fazer aqui - como é que está a nossa organização a nível partidário para colocá-la para fora do Partido. E porque é que nós trazemos esta reflexão aqui? Não é autocrítica, porque a militância está presente aqui nesta sala. O que nos falta é colocar a nossa cara para fora, colocar o PSB na rua. Acho que o que está faltando é a gente se organizar a nível macro. Eu quero citar como exemplo a Conferência da Cidade e o Fórum Social Brasileiro. Nós estávamos lá, uma meia dúzia de militantes do PSB, enquanto que a militância dos outros partidos de esquerda, muitas vezes não com tanto conteúdo como nós, sabiam se organizar. Agora, nós temos conteúdo para estar colocando na rua porque o PSB é um partido histórico. Então, está nos faltando colocar a nossa tenda na rua também, a nossa barraca com o nome e as cores do PSB. Nós que estivemos no Fórum Social Brasileiro e na Conferência da Cidade, sentimos falta de ver o PSB com a cara na rua. Então, eu queria deixar como proposta que a gente se organize a nível nacional e a nível estadual. Não adianta a gente vir para cá e colocar a culpa na Direção Nacional do Partido. Se nós estamos fazendo esse trabalho de grupo aqui é para a base vir aqui e colocar as suas propostas - dizer o que está faltando e dizer o que está bom. Portanto, a minha proposta é que a gente possa estar se organizando para colocar o PSB na rua, a nível de movimento popular e movimento social.

Eu quero fazer uma referência às várias conferências que vão começar amanhã aqui em Brasília - a Conferência Nacional da Saúde e a Conferência Nacional de Assistência Social. Se a gente está falando em movimento popular e social, não devemos esquecer que, a partir da Constituição de 88, nós criamos os Conselhos, que infelizmente, foram muito deturpados pelo Governo

Fernando Henrique Cardoso. Fazendo uma avaliação da proposta do Governo Lula, a nível conjuntural, a idéia é estar reforçando o trabalho dos Conselhos. Então, uma outra proposta que eu queria deixar aqui é que a gente faça um levantamento de quantos militantes nós temos inseridos nos conselhos de base, tanto a nível municipal, como a nível estadual e nacional. Por exemplo, eu não sei se tem algum companheiro aqui que é delegado em alguma dessas conferências. Elas são importantíssimas. Nós não podemos vir para um grupo discutir o movimento popular e social sem saber o que está acontecendo nos fóruns que debatem isso - saúde, educação, assistência social e tantos outros existentes.

Além disso, nos encontros, seminários e congressos do movimento popular, nós temos que estar fazendo uma troca de experiências, se conhecendo e sabendo onde os outros companheiros estão inseridos. Como disse o Presidente Miguel Arraes ontem, a base também tem muito a propor. Então, com certeza, o importante não é só o encontro de informação, mas é troca de experiências e elaboração de propostas. Nós somos propositivos e temos conteúdo para isso porque nós estamos lá na base construindo o movimento. Então, essas propostas que eu queria deixar e acho que o encontro de informação tem que ser regionalizado, não deve ser apenas a nível nacional. Fica difícil a militância vir até aqui, então o encontro de informação tem que ser regional primeiro para que a gente possa estar se aglutinando. Eu queria reforçar muito essa questão de a gente estar colocando o PSB na rua porque, para isso, a gente tem conteúdo e tem militância. Falta só a gente se organizar e mostrar a nossa cara. Muito obrigado.

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: Eu queria, antecipadamente, pedir desculpas ao companheiro Sebastião de Barros, que vai fazer uso da palavra sem seguida, por não poder ouvi-lo integralmente, porque eu vou ali fazer uma coisa que ninguém pode fazer por mim. Enquanto isso, o companheiro Carlos Siqueira fica aqui no comando das ações.

Sebastião Barros de Abreu: Companheiros e companheiras da Mesa e do Plenário. Eu estou muito feliz com essa discussão aqui porque, no VI Congresso, apresentei uma tese exatamente sobre os núcleos de base. Ela foi publicada, bonitinha, foi aprovada por unanimidade na Comissão e no Plenário também. Eu fiquei triste com essa unanimidade. O Nelson Rodrigues já dizia que toda a unanimidade é burra. Evidentemente, há muito exagero nele, mas há muito de comodismo nessas unanimidades - a pressa para sair, a vontade de almoçar, pegar o carro para ir embora etc. Eu participei de todos os congressos realizados pelo PSB até hoje e eu vi que, geralmente, as teses que são aprovadas por unanimidade são esquecidas. Por isso, a minha alegria de saber que a Direção Nacional trouxe para o debate o conteúdo dessas teses que foram apresentadas,

não só por mim, mas por outros companheiros também. O funcionamento dos núcleos de base é assunto recorrente de todos os nossos congressos. A experiência do movimento socialista do mundo inteiro é que o Partido só tem uma via para crescer - através dos núcleos de base, que é o seu elo de ligação com a massa.

O Carlinhos perguntou porque é que os núcleos de base não deslancharam. Ele mesmo pôs o dedo na ferida, ao dizer que os núcleos de base só têm deveres, não têm direitos. Eu acho que está na hora de a gente reformular o Regimento Interno sobre os congressos municipais. Lá diz que é membro do congresso municipal todo o filiado do município. Isso é uma geléia geral que não funciona. Muitas vezes, o companheiro que está lá carregando o partido, fazendo reuniões etc., chega lá e aparece um deputado ou alguém mais conhecido, bom de relacionamento, pode influenciar na eleição de delegados e na eleição do diretório. Isso é uma injustiça. Então, eu minha sugestão é que todo o diretório municipal só poderá ser criado se tiver o apoio de pelo menos três núcleos de base. O Partido no município nasce como? Não através de uma comissão executiva, mas através de um núcleo de base. Esse núcleo, como acontece na física e na biologia, vai crescendo e vai se subdividindo. Quanto houver três núcleos de base, o município estará pronto para receber o diretório. Aí sim, nós vamos ter diretórios que expressem a militância e não um diretório de quem faz o melhor discurso no Congresso. Essa era a sugestão que eu queria fazer.

Aqui no Distrito Federal, nós fizemos tentativas para criar os núcleos de base, mas além dessa modificação que eu sugiro, é preciso também um certo controle da direção. Aqui no Distrito Federal, uma das categorias mais combativas é a dos professores. Nós temos mais de 50 professores do PSB, mas a tentativa de se criar um núcleo de base dos professores nunca deu certo. O que acontece é que, quando chega a época da eleição do sindicato, se tem cinco chapas, em todas cinco tem militantes do Partido Socialista. Isso descaracteriza o Partido, enfraquece o Partido e não permite que a gente construa o Partido nessa categoria. Isso acontece com os professores e nas demais categorias também. Então, eu acho que além da reforma estatutária tem que haver um controle também da Direção Nacional. Como é que é? Brasília tem 200 professores e não tem um núcleo de base? São Paulo tem 500 médicos no Partido e não tem um núcleo de base? Nós os mais antigos trouxemos essa experiência do velho PCB que, com todos os seus erros e restrições, ainda merece que a gente tire o chapéu pelo seu passado. Era isso. Obrigado.

Participante não-identificado: O nosso histórico militante socialista tocou num ponto que foi objeto da tese do movimento sindical ontem aqui. É

muito importante dizer que nós estamos constituídos para fora, nos sindicatos, através da corrente da Associação do Sindicalismo Socialista Brasileiro - ASSB. Hoje, a nossa realidade partidária de termos companheiros em várias chapas não ocorre tão tanta freqüência. No Congresso da CUT, por exemplo, nós nos apresentamos com as delegações de todos os estados unidos apenas na nossa corrente sindical. Então, a nossa corrente sindical é uma realidade. Daqui a seis meses, nós vamos até fazer um lançamento mais suntuoso, em termos de visibilidade política, mas nós temos consciência de que nós, os sindicalistas do PSB têm que marchar unidos na nossa corrente, com as nossas propostas e fazendo a diferença no movimento sindical.

Carlos Garcia: Boa tarde a todas e a todos. Eu quero dizer que eu fui o primeiro a chegar esta manhã e insisti com o Senador e a Deputada Erundina para nós começarmos porque estava previsto para começarmos às 9:00 horas e começamos às 10:05 horas, então, ou mudamos a prática, ou criamos a prática. A Deputada Erundina disse hoje, citando Karl Marx, que "a prática é o critério da verdade". Então, nós temos que criar esses hábitos. Se nós atrasamos uma hora e todo muito quer falar, realmente fica difícil. Mas eu vou procurar ser sintético.

Em primeiro lugar, eu queria dizer da alegria desta Plenária estar lotada aqui, mostrando que o Partido tem base e essa base quer discutir. Acho que isso é muito importante. Em segundo lugar, nós temos que começar a repensar o nosso partido. Inicialmente, nós temos que ver como é a nossa sistemática partidária. Se ela é uma sistemática baseada na verticalidade, talvez fosse importante inverter essa ótica. Poderíamos ser uma sistemática baseada na horizontalidade. É por isso que eu defendo, cada vez mais, a forma de colegiado. A forma de colegiado permite esse sistema da horizontalidade. Quando se falou hoje aqui na questão do núcleo de base, a Deputada Luiza Erundina foi muito feliz quando ela colocou a questão do cuidado que tem que se ter para não ser massa de manobra. Muitas vezes, se instrumentalizam determinados segmentos, mas somente para momentos eleitorais. É por isso que, muitas vezes, nós temos tantos movimentos, mas são movimentos inócuos que não se reúnem de forma periódica, não tiram indicativos, mas que nos congressos ressurgem. Então, nós temos também que parar e fazer a *mea culpa* disso. Esse núcleo de base tem que ser algo legítimo.

Quanto à questão da Fundação João Mangabeira, me preocupa muito porque eu sou Vereador em Porto Alegre e sou Diretor da Fundação João Mangabeira no meu estado. O que nós descobrimos recentemente foi que, pela nova Lei dos Estatutos, a Fundação João Mangabeira vai ter que ser alterada. Por exemplo, eu não sei de que forma está sendo feita a prestação de contas

junto ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público. Isso vai ter que ser remodelado a partir do próximo ano porque a Fundação, que tem o seu CNPJ em cada estado, vai passar a ter um CNPJ único. Pelo menos, é o que me parece.

Então, de forma clara, eu vou apresentar aqui quatro propostas: (1) a explicitação do pensamento do Partido nos grandes temas nacionais. Nós temos que saber o que é que o Partido pensa. O que acontece é que, lá na base, nós ficamos discutindo idéias que nós achamos que são do Partido, depois se vota alguma coisa a nível nacional e não é o que a gente pensa. Então, o Partido tem que discutir, de forma clara, qual é a visão do Partido, por exemplo, na reforma política, na reforma previdenciária, na reforma social, na questão dos transgênicos, que nós batemos tanto e acabamos aprovando. Então, temos que discutir essas questões e tem que ser de forma clara. Temos que colher a idéia e, com essa explicitação, é importante que, a partir daí, ela possa ser a voz uníssona do Partido; (2) a criação de políticas públicas de inserção social, também com explicitação, porque isso vai dar a cara do Partido. Caso contrário, o João fala uma coisa lá no Acre e o Antonio fala uma coisa diferente lá no Rio Grande do Sul. Portanto, nós temos que ter consolidação daquilo que se pensa e se quer, e isso se chama unidade partidária; (3) em relação à questão dos núcleos de base, eu estou propondo a legitimação e autonomia dos núcleos de base com direitos regimentais;(4) a obrigatoriedade de pelo menos dois cursos de formação política, por estado, a cada ano. É um começo porque se fala tanto em formação política e acaba não se fazendo. Essas são as quatro contribuições. Muito obrigado.

Edson da Silva: Muitas coisas que eu gostaria de falar já foram citadas aqui, então, vou ser bastante breve. Eu queria destacar o momento conjuntural que nós estamos vivendo por conta deste nosso objetivo maior, que é tornar o Partido Socialista Brasileiro de fato um partido popular. Nós estamos vendo diversos governos de esquerda que, de certa forma, traíram o nosso povo, traíram os nossos ideais porque estão adotando práticas políticas de direita. Isso acontece de forma bastante clara na cidade de São Paulo, onde nós confiamos e até apoiamos no segundo turno o Governo do PT que lá está, dentro de uma proposta democrática, transparente, trabalhada com o povo, e nestes últimos três anos assistimos a traições e abandono da causa maior, que é a causa socialista, inserida no meio do povo, com o povo e para o povo. Daí, fica o grande desafio para todos nós, socialistas do PSB, de estarmos inseridos de fato no movimento popular como bem colocou a Deputada Erundina. núcleo de base é apenas uma das estratégias para que de fato o Partido Socialista Brasileiro seja um partido popular. Não vamos ficar todos achando que o

Núcleo de Base vai responder a esse nosso objetivo, a esses nossos anseios. Nós temos que descobrir outras estratégias para que, de fato, cada companheiro, ou companheira, possa concretizar esse objetivo, na sua cidade, no seu município.

Eu gostaria de apresentar algumas sugestões. Primeiro, como a Deputada Erundina colocou, nós precisamos discutir quem é o corpo dos pedagogos do nosso Partido, que vão nos ensinar a levar adiante as nossas causas, os nossos objetivos, o nosso trabalho. Nós temos que, com o nosso grande pedagogo Paulo Freire, através da "Pedagogia da Libertação", da "Pedagogia da Solidariedade", aprender a reeducar o povo para viver plenamente a sua cidadania. Nós vivemos isso intensamente na década de 70, dos anos 80 para cá houve um grande esvaziamento, e hoje, as nossas bases populares, os nossos movimentos populares - que estão lá no dia-a-dia de quem sofre, de quem não tem trabalho, de quem não tem dinheiro para pagar a condução - correm o risco de perder o grande referencial de discussão e de luta porque os grandes que começaram na década de 70 desta forma, hoje estão nos gabinetes dos altos ministérios e o povo está lá sozinho. O PSB tem que voltar a ocupar os espaços deste povo que está abandonado. Então, vamos reunir o nosso corpo de pedagogos para levar às bases os nossos princípios.

Um outro ponto importante é o instrumento de comunicação. Nós temos que ter um instrumento de comunicação de massa; nós temos que ser criativos como colocou o nosso Presidente Miguel Arraes; nós temos que usar da nossa pobreza, da nossa fragilidade e aproveitar a criatividade para criar caminhos e mecanismos novos. Não adianta ficar só reclamando. Se não temos dinheiro para fazer faixas, vamos fazer cartolinas, usar papel jornal, mas vamos marcar a nossa presença da forma como for possível.

O PSB, na última ficha de filiação, incluiu uma modificação, que foi uma pequena pesquisa que eu gostaria de saber o que o Partido vai fazer com aquelas informações. Nessa pesquisa pergunta-se se nós estamos inseridos no movimento social, no movimento popular, se nós estamos ligados a ONGs, qual é a nossa área de atuação no sindicato, ou seja, essas fichas que foram preenchidas neste último recadastramento podem trazer para o PSB no Brasil algumas pistas e algumas reflexões a respeito de quem é o PSB hoje.

Concluindo, nós temos que investir também na capacitação de agentes políticos. Nós focamos muito na questão dos pré-candidatos ou dos candidatos às eleições eleitorais, e alguns que se dedicam à direção partidária e esquecemos dos militantes, que são agentes políticos e deveriam estar inseridos nos movimentos sociais e populares, e principalmente, dos movimentos emergentes das grandes cidades. Nós estamos fazendo uma discussão ampla através da Conferência das Cidades e, infelizmente, o PSB não marcou a presença que deveria ter marcado, com o seu conteúdo, com a sua militância.

Um outro ponto fundamental para estarmos fazendo a nossa escola de atuação política, de vivência política, são os Conselhos de Direitos. É o Conselho do Idoso, é o Conselho da Saúde, é o Conselho da Criança e do Adolescente, é o Conselho do Negro, enfim, todos os conselhos que os nossos municípios têm. Nós deixamos de participar do processo porque nos preocupamos muito com a instância partidária e com as eleições e esquecemos da nossa prática de estarmos inseridos nesses conselhos, onde o debate acontece, onde as políticas públicas são efetivadas.

Eu acho que o PSB também tem que marcar presença na agenda nacional. O PSB tem que marcar presença na campanha contra a ALCA já que o outro partido que defendia recuou e hoje mudou o discurso. O PSB tem que estar defendendo uma campanha nacional contra a ALCA, contra a redução da maioridade penal dos adolescentes, temos que estar presentes no Fórum Social Brasileiro, enfim, não podemos esquecer as bandeiras nacionais. O PSB tem que estar nas ruas com a sua bandeira e a sua militância.

Joílson Cardoso - Secretário Nacional Sindical: Esse IX Congresso inaugura algumas possibilidades. A primeira possibilidade é da certeza que temos de que o Partido Socialista tem que se inserir no tecido social, nos movimentos sociais. Essa inserção, que para mim é o eixo central da nossa discussão, tem que ser bastante aprofundada e concebida por todos nós, em comunhão. Ao colocar esse tema, na verdade, o que estamos relatando é que o PSB se criou não com essa fundamentação de ser um partido popular inserido nas bases sociais. Essa é uma autocrítica que todos nós fazemos e que se revela no próprio histórico do partido. Eu dirijo aqui no PSB, um setor específico do movimento popular, que é o movimento sindical. Nesses 12 anos, construímos a SNS, que é o organismo para dentro, e da SSB, que é a nossa referência para fora. A dialética desses dois movimentos tem que ficar bem claros para nós para que não incorramos no erro de vir aos fóruns do Partido e ficar lamentando o fato de não termos quotas ou participação em estruturas democráticas que, na verdade, não representam muita coisa. No início do nosso movimento sindical, havia pessoas que estavam lá na Executiva, mas que não simbolizavam concretamente a inserção do Partido para fora no movimento social. Esse é o nosso grande desafio.

Lá fora, nós teríamos que estabelecer qual seria a nossa perspectiva e a nossa concepção de movimento. Para nós do movimento sindical, isso fica claro. Há uma diferenciação clara entre o Partido, o governo e os movimentos sociais. Não podemos confundir essas coisas. Não podemos vir aqui no Congresso e fazermos uma grande plenária apenas de lamentações e de reclamações diante da direção. Muito pelo contrário, nós temos que estar nas nossas plenárias, formulando propostas para o nosso Partido, para que ele não

cometa erros conceituais grosseiros. Por exemplo, eu estou aqui com uma tese de Alagoas, sobre a participação popular na conjuntura nacional, e uma das afirmações é que o esvaziamento do movimento popular social é em função dos quadros que migraram para o governo. Isso não é verdade. Quando se tem conteúdo político, a saída de um quadro de um movimento social não representa nada para esse movimento. Eu quero dar o exemplo aqui do meu município e da minha cidade. Eu estou afastado do meu sindicato, em função de ocupar esta direção na Executiva Nacional, há seis meses, e houve uma eleição. Os companheiros que nos sucederam ganharam a eleição, pela segunda vez, e ganharam a associação de moradores no domingo passado. É essa coragem de militantes que nós temos que ter. Os conceitos não produzem política por si só. Como a Erundina afirma, citando Marx, "a prática é o critério da verdade".

Para encerrar, eu queria dizer que o que está em discuta aqui é a concepção partidária e o que está permeando esta plenária, e as demais, é o conceito que temos. Não se trata de uma disputa em cima de figuras. Muito pelo contrário, as figuras do nosso partido nos emprestam referências, como é o caso do nosso Presidente Miguel Arraes, como é o caso da companheira Erundina, como é o caso do companheiro Ronaldo Lessa. Eles nos emprestam a sua história que construíram, mas o que está em disputa é a concepção do Partido, é a política que está em curso. Nós temos que decidir se queremos mudar ou se queremos continuar. Nós do movimento social, da SSB e da SNS tiramos aqui uma resolução clara - nós somos construidores da política do PSB. A crítica que fazemos ao Partido é, ao mesmo tempo, uma autocrítica e nós a incorporamos e a transformarmos em saber, em luta e reformulação do nosso Partido. No nosso congresso sindical, permeado por este ambiente do Partido, reconhecendo a política que está em curso, aprovamos e damos total apoio à continuidade dessa política, simbolizada hoje na condução do nosso comandante Miguel Arraes à Presidência do PSB. Muito obrigado.

Pedro Paulo Santos: Companheira Erundina, em nome de quem cumprimento todas as mulheres presentes; companheiro Carlos Siqueira, em nome de quem cumprimento toda a plenária. Nós temos muita felicidade em começarmos a perceber que a Direção Nacional do nosso Partido agora desperta, de uma vez por todas, que é de suma importância que o Partido esteja inserido nos movimentos populares. A companheira Erundina já teve oportunidade de discutir isso conosco há pelo menos uns seis anos atrás. Hoje é fundamental que cada militante do nosso Partido esteja inserido não só nas suas associações de classe, mas principalmente discutindo política na sua rua, no seu bairro, no seu município e no seu estado. Esta é a nossa função porque, nós temos a possibilidade de ter mais conhecimento do que muitos companheiros

que estão lá fora e que não têm acesso às informações, não têm acesso à educação, portanto, nós temos o papel de esclarecer aqueles companheiros.

O companheiro Joílson esteve no nosso estado conversando conosco e lá eu dizia para ele que as lideranças do movimento popular aqui no nosso estado não têm o devido respeito porque a antiga Secretaria Geral chegou ao cúmulo de proibir o Presidente de uma Federação de Entidades Comunitárias de usar a estrutura do Partido, até o telefone do Partido para fazer articulação política. Ou seja, a falta de compreensão de alguns dirigentes estaduais é tamanha que permite uma barbaridade dessas. Nós temos que respeitar as lideranças políticas, nós temos que observar e apoiar essas lideranças para que elas possam se projetar cada vez mais porque ela está projetando, principalmente, o Partido e a sigla que ela representa. Quando nós vamos compor uma chapa de uma correlação de forças, seja num movimento sindical, seja numa associação de moradores, os companheiros do PT e do PCdoB não vão discutir com o Pedro Henrique. Eles vão discutir com o PSB. Eu estou lá enquanto Partido e eles sabem que a correlação de forças se dá dessa forma.

Para concluir, nós queremos dizer que estamos apoiando com todas as letras as propostas que foram encaminhadas à Mesa. Eu acho que a Executiva Nacional deve dar total apoio a essa questão do congresso extraordinário e dos movimentos populares, sem discriminação de nenhum. É importante que todos estejam aqui no ano que vem para a gente ter um grande congresso e podermos discutir de forma nós vamos estar presentes em todos os cantos desse país.

Katia Gaivoto: Eu queria saudar a Mesa, em nome do meu professor Joílson Cardoso. Eu sou Secretária da Juventude Socialista do Município de Duque de Caxias do Rio de Janeiro e membro da Coordenação Estadual da Juventude do Estado do Rio, como Coordenadora do Movimento Popular. Eu acho que o Partido avançou muito porque eu sou Diretora da Federação das Associações dos Moradores do meu município e sou vice-presidente da associação da minha comunidade. Esse é um movimento que o Partido tem que começar a discutir. Nós já avançamos no Estado do Rio fazendo essa discussão, em Duque de Caxias já colocamos uma coordenação para discutir um movimento específico dentro da Juventude, tanto a nível estadual como municipal, até porque nós já sabemos da inserção da juventude no movimento estudantil. Discutir o movimento popular é discutir o dia-a-dia dos estudantes, é discutir o dia-a-dia das nossas vidas. Nós perdemos várias lideranças por terminarem os seus estudos e não terem um outro movimento do qual participarem. Então, eu acho importante a juventude fazer essa discussão do movimento estudantil.

Sobre a questão do núcleo de base, eu penso que o núcleo de base é um local onde você vai para colocar o que o Partido pensa dentro da comunidade e, automaticamente, levar o que a comunidade pensa ao diretório do nosso Partido na nossa região. Eu tenho uma certa preocupação porque eu ouvi alguns companheiros sugeriram que a gente deveria aproveitar o a no que vem, que é um ano eleitoral, para a gente estar fazendo esses núcleos. Eu quero colocar aqui que tenho uma certa preocupação de que esses núcleos acabem após as eleições. Obrigado.

Carlos Siqueira - Debatedor: Nós vamos ter quatro grupos de estudo agora à tarde e fica meio complicado para os coordenadores dos núcleos de base se reunirem porque eu não quero esvaziar os debates que estão programados.

O que está gravado, evidentemente, vai servir apenas para os Anais do Congresso, quando eles forem organizados porque, evidentemente, não dá tempo para reproduzir isso imediatamente. Há um grupo de relatores que vai tentar fazer uma sistematização das propostas para apresentá-las na Plenária. Quem se sentir prejudicado pode fazer uma intervenção lá na Plenária, mas dificilmente conseguiremos levar todas as propostas minuciosamente para lá porque há coisas que são muito consensuais, então, nós vamos afunilar as propostas de forma que possamos ter um documento final do Congresso que represente, tanto quanto possível, a média da opinião da militância que aqui esteve reunida.

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: São 13:35 horas, a partir das 14:00 já retomamos outras atividades. Nós temos ainda um número grande de inscritos que não são delegados e com os quais eu havia me comprometido de também conceder a palavra. Se vocês estiverem de acordo, nos próximos 12 minutos, nós vamos ouvir essas pessoas. Encerrado esse tempo, pedimos a compreensão dos demais inscritos, pela premência do tempo e pela necessidade de as pessoas que estiverem aqui poderem comer alguma coisa antes de retomar. Se vocês estiverem de acordo, eu chamaria Maria de Jesus, de Alagoas, para fazer uso da palavra.

Maria de Jesus: Boa tarde a todos. Eu sou Maria de Jesus, de Alagoas. O nosso estado não tem representante do movimento sindical porque, infelizmente, ninguém nos foi incentivar lá. Nós ouvimos, escutamos e falamos. Uma questão importante de se avaliar é que, em julho, o PSB de Alagoas foi para um seminário de orçamento participativo. Lá fizeram todas as explanações de orçamento participativo e, vergonhosamente, nossas prefeituras do PSB não têm orçamento participativo. O PSB precisa tomar consciência de que isso é importante porque essa é uma luta popular.

A outra questão é que, infelizmente, a Conferência das Cidades foi uma plenária do PT, não foi uma discussão para movimentos populares. Além disso, a nossa propaganda eleitoral é um absurdo porque ela não referenda os segmentos e não pega as experiências que a gente tem. Então, é preciso que o Partido analise essas questões. A outra questão são as quotas. Ninguém aqui faz trabalhos sem ter condições. Não me venha dizer que fazemos movimentos sem ter condições. Por favor, me poupe.

A outra questão é o curso de formação política. É super interessante, mas queremos a prática porque é inadmissível que essas discussões já venham sendo desenvolvidas há pelo menos três congressos dos quais participei e que o PSB não atue. E em relação aos núcleos de base, o companheiro de Brasília colocou muito bem isso e é importante que nós referendemos essa questão. Isso é fundamental para o movimento popular. Eu faço parte da Rede de Educadores do Nordeste, onde só existe o núcleo de Alagoas que é do PSB e toda a estrutura da Rede de Educadores Quilombo dos Palmares. Nós temos um grupo de formadores de opinião em Alagoas e levamos toda essa estrutura para os nossos militantes.

A minha proposta para o relatório final do grupo é que fosse criada a Coordenação Nacional do Movimento Popular porque nós queremos, depois desse encontro, um Congresso Extraordinário. É preciso que o PSB nos respeito enquanto movimento e nos dê condições para nós fazermos o nosso planejamento de ação. Se não planejarmos, não vamos a lugar nenhum. Obrigado.

João Fachini: Eu vou ser muito rápido. Na verdade, se o PSB não for um partido popular, não é um partido socialista. Quase todos os oradores já falaram e o socialismo nasceu, na verdade, da ânsia da participação dos 100% da população e dos excluídos. Se nós não temos os núcleos de base, nós fazemos na prática a exclusão social que existe por parte de uma chamada "democracia", que não é verdadeira. Democracia não é só o direito de voto, mas é o direito de participação em todos os direitos fundamentais. Democracia é o poder do povo, que não se dá só nas eleições. Ele tem que se manifestar perpetuamente. Então, eu fiquei muito feliz com as exposições hoje aqui. Realmente, foi uma aula magna de socialismo. Este é o primeiro congresso de que estou participando e eu ousaria sugerir que seja uma norma dentro do partido que os nossos candidatos a vereador e os nossos candidatos a prefeito estejam inclusos num grupo de base. Só assim teremos um Partido Socialista. Obrigado.

José Mamede Oliveira: Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é José Mamede Oliveira. Eu sou de Palmas, Tocantins. Quero agradecer à nossa Deputada Luiza Erundina, que fez uma explanação muito interessante, muito

técnica e prática. Em nome dela eu parabenizo toda a Mesa. Na verdade, é um sentimento que a gente também tem de expor o pensamento do povo de Tocantins, especialmente o povo de Palmas. Felizmente, nós não temos os problemas que a maioria dos colegas apontou aqui. Isso não quer dizer que estamos avançados a ponto de dizer que está tudo bem. Eu presido uma associação de moradores num bairro de Palmas e, em função desse trabalho, fui convidado para me filiar no PSB. Eu quero citar um fato interessante, para servir até de exemplo, como que está sendo o nosso trabalho. Nós temos mais de 20 núcleos do PSB fundados na nossa capital. A nossa intenção é levar esses núcleos para todos os recantos da capital e do nosso estado. O mais interessante é ver como a coisa funciona quando a coletividade se reúne e a Direção do Partido passa a ouvir as bases. Eu concordo com tudo o que foi dito aqui. Até mesmo porque, se você não concordar com o ponto de vista do colega, que não bate com o seu, você não está sendo socialista e muito menos democrático. Eu estou num momento muito feliz da minha vida porque eu tenho 14 anos de Palmas e ela tem 15 anos de fundada. Nós trabalhamos, efetivamente, num movimento social comunitário, desde que residimos lá e eu nunca tinha passado por um partido político dirigido por alguém que pudesse realmente me dar oportunidade de participar de um Congresso como este. Os outros partidos aos quais eu me afiliei eram todos da linha socialista. Porém, de socialistas só tinham o nome. Hoje, o PSB está de parabéns porque a sua Direção Nacional está realmente pensando naqueles que estão sendo excluídos. Eu acho que todo mundo está trabalhando em conjunto e essa unificação ideológica, social, comunitária é que vai funcionar. Eu sou Presidente da Associação de Moradores e posso ver que o povo quer participar de um partido organizado, um partido que tem a cara do Brasil, um partido que tem uma história. Todos os líderes que foram eleitos pelo PSB são nomes aceitados no nosso estado inteiro. Isso está preocupando a elite daquele estado. Só para vocês terem uma idéia, nós tivemos uma sessão itinerante no nosso bairro e havia mais de 50 requerimentos que nunca tinham sido aprovados na Câmara. No dia que tivemos essa sessão itinerante e que eu já tinha assumido a direção do núcleo, foram aprovados todos esses requerimentos.

Então, eu quero concluir dizendo que eu sou plenamente de acordo com o curso de formação política e que a Direção Nacional se desloque ao nosso estado. Vai ser uma honra receber as lideranças do PSB no Estado do Tocantins para reforçar o trabalho que estamos fazendo lá. Muito obrigado.

Senador Geraldo Mesquita - Coordenador: Eu queria dizer que foi um privilégio participar com vocês deste precioso debate. Eu queria agradecer, em especial, a participação da Deputada Erundina, do Carlos Siqueira e dar um viva ao Partido Socialista Brasileiro. Viva o PSB!

Grupo III

06 de dezembro de 2003

Avaliação da participação do PSB no Governo Federal



Coordenador:
Marlos Duarte

Expositor:
Deputado Eduardo Campos

Debatedores:
Deputado Beto Albuquerque
Domingos Leonelli

Relatora:
Professora Yara Gouvea

Antonio Marlos Ferreira Duarte - Coordenador: Fomos apanhados aqui de surpresa pela falta da companheira Kátia Born que não chegou ainda e recebemos a tarefa de começar coordenando esses trabalhos. Como expositor, temos o companheiro Eduardo Campos e, como debatedores, o companheiro Beto Albuquerque e Domingos Leonelli. O tema é "Avaliação da Participação do PSB no Governo Federal". Diante do horário, vamos ser rápidos para que tenhamos mais tempo para debates e discussões. O companheiro Eduardo terá 30 minutos para fazer a sua exposição; em seguida passaremos para o Beto Albuquerque e o companheiro Domingos Leonelli. Então, passo a palavra ao bravo companheiro, líder da bancada do PSB, Deputado Eduardo Campos.

Deputado Eduardo Campos - Expositor: Bom dia a todos. Eu recebi uma solicitação do nosso companheiro que está fazendo o registro da nossa reunião para que todos nós, quando fôssemos intervir disséssemos não só o nosso nome, como o estado de onde a gente vem para garantirmos, na transcrição, a integridade das informações. Além disso, vai ajudar a relatoria dessa Mesa na feitura do relatório final.

Eu quero dizer que é muito importante essa oportunidade que a gente tem de fazer uma avaliação da participação do PSB no governo federal. Isso é algo que vem sendo discutido na nossa base. Eu acho até que a formação da Mesa poderia ser com a presença de outros participantes. Nós vamos tentar cumprir essa tarefa a despeito de, nem ele, nem eu, estarmos participando efetivamente do governo, no Executivo. Eu estou participando do governo como base de apoio no Congresso Nacional e o Leonelli como militante político, como dirigente partidário, observando, mas não uma participação efetiva.

Feito esse registro, eu queria dizer que, antes de analisar qual é a participação do PSB no governo federal é importante a gente compreender de qual é o governo que nós participamos, ou seja, em que circunstâncias esse governo está colocado. Nós temos a compreensão de que a vitória do Presidente Lula foi construída ao longo da luta popular brasileira. Não é uma conquista do Partido dos Trabalhadores, do PSB, da Frente Brasil Popular. Nós achamos que foi o acúmulo dessa luta do povo brasileiro, desde muito longe, que nos possibilitou a vitória que foi conquistada no último ano. E essa vitória se deu num ambiente extremamente conturbado. Num ambiente de crise internacional severa e num ambiente de instabilidade da democracia na América Latina. Nós tínhamos países como a Argentina - tão importante para o nosso Mercosul - vivendo uma crise social, econômica e política sem precedentes; nós tínhamos um governo democrático, um governo popular, instalado na Venezuela, que estava sendo contestado, inclusive, com ação do governo americano no processo de desestabilização do Presidente Chaves; nós tínhamos crises severas no

Equador, na Bolívia etc. Ou seja, a América Latina enfrentava uma situação de instabilidade. Além disso, vivemos um segundo turno onde, na opção da busca de uma vitória desesperada, se construiu um discurso que expôs o país ainda mais ao risco dessa instabilidade. O ambiente era de instabilidade no entorno do Brasil e o discurso realizado no segundo turno sinalizava à comunidade internacional uma severa ameaça de instabilidade no Brasil também. Nós tivemos uma vitória expressiva no segundo turno, mas na eleição para o Parlamento e para os governos estaduais, no primeiro turno, o povo ponderou a vitória do Presidente Lula. Nós tivemos minoria na Câmara, uma minoria esmagadora no Senado Federal e nos principais colégios eleitorais do Brasil nós tivemos a vitória das forças que estavam sendo derrotadas no Governo Federal - o PSDB ganhou bem a eleição em São Paulo, em Minas Gerais - o que parece que o discurso do medo e de um certo terrorismo não chegou a contaminar a vitória do Presidente, mas houve uma certa compensação nos votos para os governos estaduais e para o Parlamento.

Após a vitória, o Presidente Lula compõe o governo num ambiente de crise tremenda, de uma grande expectativa de que o país poderia não suportar os primeiros 90 dias do governo. Nós tínhamos uma crise cambial severa; nós tínhamos uma crise de financiamento do país muito importante, pelo esgotamento da nossa capacidade de exportar pelo esgotamento do fluxo de financiamento das nossas exportações; nós tínhamos indicadores extremamente preocupantes, num horizonte de curtíssimo prazo, para o governo que se instalava.

O Governo Lula foi formado, como é da cultura do Partido dos Trabalhadores, com uma preocupação muito clara de, primeiro, resolver o problema interno. Para resolver esse problema, o governo foi praticamente ocupado pelo partido do Presidente da República e os aliados foram convocados para estarem no governo, mas não no centro do governo. O próprio processo de convocação não foi uma coisa colocada com total clareza. Há um nítido papel de escolha do Executivo de quem vai pelos partidos. Nós vemos isso, com certa clareza, se correrrmos os olhos pelo conjunto dos partidos aliados. Um ou outro pode ter tido um processo diferenciado, mas na verdade, é muito mais um processo que vem do governo para o partido do que do partido para o governo. Assim foi com o PDT, que homologou o nome do Ministro Miro Teixeira; assim foi com o PPS. O Presidente Lula convidou os dois candidatos que o apoiaram no segundo turno e nós temos apoiado esse governo com a preocupação primeira de formar uma base de sustentação política que não existia. A base que foi às urnas com o Presidente Lula no segundo turno não chegava a pouco mais de 150 parlamentares na Câmara e

nós não chegávamos a mais do que 25 Senadores no Senado Federal. Esse é um número insustentável para uma economia desequilibrada, para uma expectativa negativa externa. O governo tinha uma grande expectativa na população, de esperança, nos movimentos sociais e não tinha uma sustentação no Parlamento que suportasse a travessia e as mudanças que precisavam ser feitas.

Depois, começa uma fase que, no meu entender, é a fase da sobrevivência. Não é a fase da governança, não é a fase das mudanças, da estruturação do fazer. É a fase da sobrevivência, como eu tenho conceituado esse ano. Este ano foi um ano de sobrevivência, com a convicção de que, se o governo não se equilibrasse minimamente do ponto de vista político, se não tirasse diante de si as mudanças macroeconômicas severas, não haveria governo. Não haveria como se disputar o governo numa frente que está se formando, que é cheia de contradições; numa frente onde tem muita gente que, se não mudar nada, está muito satisfeita; e numa frente onde há outras forças, como o nosso Partido, com a nossa história, que tem uma profunda angústia de ver o tempo passar e a gente simplesmente buscar o equilíbrio e não se fazer efetivamente as transformações que nós esperamos e que a sociedade anseia em ver, em sentir, lá nos quatro cantos do país, na zona rural dos municípios, verificando que valeu a pena toda aquela esperança, toda aquela luta, todo aquele esforço.

Nessa fase, nós participamos do Governo do Presidente Lula de forma ainda muito tímida. Não só nós do PSB, mas nós aliados políticos. E o Presidente reconhece isso publicamente. Ontem, o Presidente do PT deixou isso mais ou menos claro na sua intervenção na abertura deste IX Congresso. Esse exclusivismo do PT não se reproduz só na formação do governo no primeiro escalão, no segundo escalão. Ele se reproduz também nos estados. Em estados em que nós temos uma representação política mais consolidada, nós enfrentamos adversidades severas. Eu posso dizer isso porque, como líder da bancada, eu fiquei acompanhando os estados onde nós tínhamos parlamentares, por solicitação da bancada e da direção do Partido. Mesmo nesses estados, o tratamento aos aliados - e aí não é um tratamento ao PSB, para não ficarmos com essa neurose de perseguição - foi um tratamento excludente. Eu tenho notícia, em estados que eu não tive oportunidade de acompanhar, que o padrão ainda é de pior qualidade na relação política.

Mas, nós fizemos o jogo do interesse maior. Com 100 dias de governo, a esquerda não podia ver esse país virar o que virou a Argentina, inclusive, era uma coisa que desequilibraria o entorno do Brasil. Acho que do ponto de vista do Parlamento, onde eu posso dar um testemunho mais vivido, nós procuramos

ter uma atitude extremamente correta com o governo, uma atitude até diferente do que o PT tem com os nossos governos. Eu sentia uma sensação da nossa militância de revide, de troco - "Ah! Vamos fazer tudo aquilo que eles fizeram conosco, o que eles fizeram com o Governador Ronaldo Lessa, com o Governador Arraes, com a Wilma etc.". Ou seja, havia um pouco um sentimento de "vamos à forra" de vinte anos de uma política que não foi uma política no padrão que a esquerda brasileira tinha de alianças, de frentes políticas, de acúmulos nos embates. Era uma coisa efetivamente diferenciada.

Mas, o que verificamos é que nós optamos por um padrão de ter uma solidariedade política correta, para viver essa sobrevivência, mas não tivemos uma atitude submissa aos desejos do governo. Nós interferimos no debate, sempre nos esforçando para dar aquele toque - isso aqui é uma digital do PSB, isso aqui é uma contribuição do PSB ao debate. Algumas vezes conseguimos emplacar, mas vocês têm que levar em consideração que, ao longo do ano, a nossa bancada ficou muito reduzida e esse é um problema no Parlamento. O PT chegou com 90 parlamentares, mas os aliados estão pulverizados, não têm bancadas expressivas e não conseguem uma coordenação para terem uma força mais organizada nessa relação. Além disso, chegam aliados governistas praticantes e militantes, com bancadas de 80 parlamentares, de 50 parlamentares, como o PTB, bancadas como o PL que cresceram no balcão do governismo. Nessa conjuntura, pela unidade da nossa bancada, nós procuramos fazer a seguinte colocação: nós estamos aqui no Parlamento fazendo um severo combate à política de desmonte do Governo Fernando Henrique porque é uma forma de a gente chamar o Governo Lula aos compromissos com a mudança. Você cobra em relação ao Fernando Henrique e faz o registro das políticas em questões centrais. Na pauta que nos é colocada por um governo extremamente forte do ponto de vista da mídia, do ponto de vista da sociedade, é muito difícil o Parlamento ter a condição de pautar o governo. Nós fomos pautados pelos 27 governadores, inclusive do nosso Partido, e pelo Presidente da República, com duas reformas extremamente complexas no seu debate. Nesse debate, nós procuramos colocar as nossas marcas, ao defender a Previdência Pública e não abrir mão disso. Esse foi um confronto grande com o próprio governo, inclusive, com a área do governo que tinha uma visão diferenciada de cobrar na Reforma da Previdência, algo que sequer foi muito falado, mas que tem a ver com a história do nosso Partido, que é a inclusão previdenciária para o trabalhador urbano. Na Reforma da Previdência, o que se perdeu no setor público, nós conseguimos marcar com a reforma do ponto de vista da inclusão dos trabalhadores urbanos em algo que, a meu ver, se assemelha à vitória da Constituinte no que se refere aos trabalhadores rurais. Na Reforma Tributária, também fizemos debates dessa ordem. Nós fizemos 11 propostas que

respondiam aos consumidores. A proposta da desoneração da cesta básica foi uma proposta que ganhou a identidade do PSB, como também, e a proposta de medicamentos de uso continuado e dos genéricos. Ou seja, fizemos formulações que respondiam ao cotidiano da população e que respondiam a questões mais estratégicas, até taxando o capital volátil e coisas do gênero. Essa é a participação que nós procuramos dar, enquanto bancada.

Enquanto partido, o Presidente Lula não constituiu, até o momento, o que o PT sempre cobrou dos nossos governos, que é o Conselho Político. Eu não conheço uma administração do Partido Socialista Brasileiro, que tenha o PT na base de sustentação, que não tenha cobrança do tal Conselho Político. Eu fui Secretário de Governo em Pernambuco, no Governo Arraes, e não tinha uma semana que não houvesse duas reuniões do Conselho Político. Era uma coisa interminável. Mas, apesar de cobrarmos, até hoje não houve uma só reunião do Conselho Político. Nós cobramos, formalmente ao Ministro José Dirceu e numa reunião que tivemos com o Presidente Lula, da necessidade de se ter um ambiente onde os partidos possam participar do governo, participar da rotina, do dia-a-dia, para se alimentar de informações e alimentar a sua militância, as suas instâncias partidárias. Não há isso formalmente. Ainda na terça-feira tivemos uma conversa com o Ministro José Dirceu sobre a Reforma Política e o Presidente Arraes cobrou. Ele disse que no começo do ano instalaria esse Conselho.

A nossa participação efetiva no Executivo diretamente se dá, em primeiro plano, pela presença do nosso companheiro Roberto Amaral no Ministério da Ciência e Tecnologia e por outras funções de segundo escalão, dentro do Ministério e fora, como é o caso da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco - CHESF. Não são espaços centrais do governo. Os aliados que estão no governo não têm participado do que se chama "núcleo duro" do governo. Esse núcleo é exclusivo do Partido dos Trabalhadores. Não se conhece nenhuma reunião da estratégia do governo do ponto de vista geral, que tenha a participação de ministros de outros partidos, nem do nosso partido, nem dos outros partidos aliados.

No que se refere ao Ministério da Ciência e Tecnologia, nós temos tido embates grandes com a grande imprensa, com setores fortes da opinião, inclusive, por medidas coerentes com a história do nosso Partido que têm sido cobradas e implementadas pelo Ministro Roberto Amaral. O Ministro teve a coragem a tomar determinadas atitudes que ajudam a dar um contorno de mudança ao Governo do Presidente Lula. Se há algumas questões que, ao longo do ano, nos deram a oportunidade de defender o governo, uma delas é, com certeza, a questão das relações internacionais do nosso Presidente. O Presidente teve uma

bela posição no episódio da Guerra do Iraque, teve uma atitude corajosa; o Presidente foi importante no reequilíbrio da democracia na América Latina, garantindo que o povo da Venezuela não fosse golpeado e garantiu a consolidação da vitória do Presidente da Argentina; o Presidente buscou importantes relações para quebrar com uma atitude que existia, quase unipolar, do Governo Brasileiro. Apesar da cultura do nosso Itamaraty não ser essa, mas o governo fazia uma aposta política, desconhecendo o restante da América Latina fora do Mercosul, desconhecia a África, desconhecia a Ásia, o mundo árabe e não tinha uma relação de maior profundidade com a União Européia.

Uma outra questão que nós podemos destacar com tranqüilidade, são as posições políticas assumidas pelo Ministro Roberto Amaral no que diz respeito à descentralização da pesquisa no país e das verbas para a pesquisa na área de ciência e tecnologia. Essas são coisas importantes. Devemos apostar no projeto espacial brasileiro, mesmo depois daquele lamentável episódio que houve. Naquela oportunidade, nós já tínhamos assumido entendimentos internacionais, inclusive com a Ucrânia, o que foi uma atitude extremamente corajosa do nosso Ministro. Além disso, enfrentamos o desmonte da área de ciência e tecnologia que teria sido quase que terceirizada no governo anterior. O Ministério era uma coisa oca que terceirizava todo o seu poder para organizações sociais que tinham sido montadas com um forte viés de alguns amigos do poder, e outros adversários, para dar uma certa legitimidade, que quebravam completamente com a capacidade do Estado Brasileiro formular a sua política de ciência e tecnologia.

Portanto, no que se refere a esse momento, olhando como se constituiu esse governo, vendo como ele foi formado nas urnas, como ele se constituiu para fazer a governança, como ele se posicionou ao longo desse ano, nós temos condições de fazer uma visão para frente. Eu acho que temos que melhorar e aperfeiçoar a relação do Partido com o governo. Mas, com certeza, esse não foi um ano fácil, nem para o nosso Partido, nem para o Governo do Presidente Lula. Antes de fazermos o jogo de empurrar o governo para uma sustentação em setores do centro, em setores mais conservadores, nós temos que começar a fazer a formulação política e dar atenção política a pontos que sejam a pauta do nosso Partido. Nós precisamos definir numa fase que não é mais de sobrevivência, mas de consolidação, até que limites e com que pontos objetivos nós trabalhamos na relação com o Governo do Presidente Lula. Esse será, com certeza um dos objetivos desse Congresso e do Seminário que a nova Executiva deve organizar, inclusive, nos preparando para um ano eleitoral, com o objetivo de não disputarmos as eleições de forma pulverizada, sem termos o discurso do PSB, os símbolos, as marcas do PSB. Essa construção será importante.

Para encerrar, já que o mais importante nesse debate é ouvirmos os companheiros que vieram dos mais diversos estados, eu quero dizer que a esquerda, no governo, ainda está sem fazer a política efetivamente correta. Nós estamos assistindo a uma esquerda que efetivamente não é esquerda. A esquerda pulverizada não tem contado com o Partido dos Trabalhadores para fazer a atenção na frente ampla que garante a sustentação do Governo Lula. É diferente com o que ocorria no Governo do Presidente Fernando Henrique. No Governo Fernando Henrique, o PSB, num determinado momento, cravou a diferença com a área econômica, colocou o Ministro Malan na condição de um aliado das forças mais conservadoras do PFL do Bonhausen, que é quem tem relação com o capital financeiro, que tem relações nacionais e internacionais desse porte, e se protegeu numa crítica, sempre colocada com alguma discrição. E dentro do governo, nas áreas sociais, o PSB começou a resgatar bandeiras que o próprio PT trabalhava como sendo identidades partidárias. Então, houve uma política de tentar marcar a diferença. Em um ano, não é possível se construir tudo isso. Nós temos que participar sim, mas nós temos que nos preservar, inclusive, de acordo com o discurso que fizemos na campanha presidencial. Se a gente for analisar o conteúdo do nosso programa e do nosso discurso na campanha eleitoral, ele tinha um conteúdo claro, posicionado à esquerda do PT. Nós precisamos ajudar o Presidente Lula à esquerda. Não é concordando com tudo, ou levando a uma inviabilização, nem jogando simplesmente para uma sustentação ao centro. Nós precisamos, efetivamente, fazer esse movimento. Foi praticamente impossível fazer isso de maneira mais coordenada neste primeiro ano, por conta das questões que eu tive aqui oportunidade de levantar. Então, por exemplo, nós fizemos um seminário com a bancada do PCdoB na Câmara, sobre a luta pela redução da jornada de trabalho. Essa é uma bandeira de fácil compreensão da população, consolidada no movimento sindical e que responde a um momento de grave desemprego e de dificuldade na sociedade. Há uma série de pontos, como esse, entre tantos, que devem sair deste IX Congresso como a pauta do nosso Partido, como a identidade do nosso Partido na sua relação com a sociedade e na relação com o governo. Por exemplo, esta semana, na questão do Imposto de Renda, nós viramos a Mesa por cima do governo. Na Reforma da Previdência, nós também viramos a mesa com o Ministro Gushiken e com o Ministro Berzoini que era claramente a favor do fundo privado. O Congresso Nacional sabe, mas isso não interessa à grande imprensa, como não interessa a aliados nossos. Vocês não se esqueçam que, nessa relação, nós enfrentamos o fogo inimigo e o fogo amigo. E na Reforma Tributária, o PSB também teve um papel importante no debate da Reforma Tributária. Agora, nós temos que botar na cabeça que nós não somos um partido com 100 parlamentares, que nós não somos um partido com 20

senadores, e muitos têm a cultura do nosso Partido de virarem instituições isoladas, únicas. No debate das reformas, nós procuramos trazer os nossos governadores para o fórum com a bancada, trazer os senadores para fazer esse debate, de maneira a tentar uma integração. Nunca fui convidado para o fórum dos governadores com a bancada, nunca fui convidado pelos senadores, mas tive a oportunidade de convidá-los, junto com a Direção do Partido, para fazer esse trabalho no sentido de a gente atuar de forma coordenada e de forma a poder marcar a presença do nosso partido.

Em linhas gerais, essa era uma provocação inicial que eu gostaria de fazer para que a gente pudesse fazer um debate bom e ouvir a opinião dos companheiros e companheiras aqui. Muito obrigado pela atenção.

Antonio Marlos Ferreira Duarte - Coordenador: Terminada a exposição do companheiro Eduardo Campos, vamos passar a palavra aos debatedores. Vou passar a palavra para o companheiro Beto Albuquerque que é o nosso primeiro debatedor e fará a sua exposição em 20 minutos.

Deputado Beto Albuquerque - Debatedor: Bom dia a todos os companheiros e companheiras. Quero dar um abraço aos meus companheiros de debate aqui da Mesa e permitam-me que eu saúde os meus estimados prefeitos gaúchos que estão aqui no Plenário - a Prefeita Sandra Silveira, de Esteio, e o Prefeito Beto Grill, do Município de Cristal - em nome dos quais eu saúdo todos os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores aqui presentes.

Para a gente fazer uma avaliação do Governo Lula, me parece que é preciso contextualizá-lo no tempo, inclusive. Nós, da esquerda brasileira, tínhamos uma proposta acabada sobre a qual nos debruçamos. Essa proposta foi elaborada no momento mais crucial, no ano de 1989, naquela histórica disputa contra Collor e por muito pouco não vencemos a eleição, a partir de um voluntarismo social que era bastante evidente naquela oportunidade. Se a vitória da esquerda tivesse acontecido, o Brasil hoje seria um país sobre outras bases políticas e econômicas. De 1989 até 2002, quando finalmente a esquerda venceu a eleição, o que é que aconteceu no Brasil? Nós continuamos afirmando a nossa política, mas, fora do governo, assistimos o completo desmonte da estrutura pública brasileira; assistimos à terceirização do poder político do Estado; privatizações; o arrocho fiscal e econômico; o privilégio de poucas corporações. Nós vimos crescer o endividamento nacional; vimos o país empobrecer enquanto nação. É por essa razão que o cenário das propostas, o cenário dos compromissos, o cenário das possibilidades de 2002, 2003 e 2004 ainda serão muito mais difíceis de serem superados do que se nós tivéssemos ganhado a eleição lá em 1989. Não tenham dúvida deste quadro.

O Presidente da República hoje, quando acorda de manhã, lê o jornal e pensa "A gasolina não vai subir hoje?". Não é ele que decide mais isso. Criaram as chamadas "agências", que foram a terceirização do poder político do Estado. Ele não tem como regular preços públicos, então, nós hoje somos reféns da estrutura do avanço neoliberal no mundo, que trouxe algumas vantagens, mas que trouxe custos. Todo mundo há de convir que a telefonia brasileira melhorou barbaramente. É um negócio fantástico, mas o custo da telefonia brasileira para a sociedade também é fantasticamente grande, desde aquela época. Então, o Brasil de 89, onde nós formatamos a "Frente Brasil Popular", onde formatamos compromissos bem à esquerda de mudanças do país, mas eles estão muito prejudicados pelo avanço irreversível do neoliberalismo nesses últimos 13 anos, por onde passaram Collor, Itamar e 8 anos de Fernando Henrique Cardoso, onde se agudizou um conjunto de mazelas, de prisões, de subserviências aos interesses econômicos internacionais.

Portanto, após esses 13 anos, o Governo Lula assume, em janeiro de 2003, com um quadro bastante dramático. Eu acho que nós avançamos muito. Se pegarmos os números de 12 meses atrás, quando iniciamos o governo, e compararmos com os números agora, num ano que foi muito duro, que tivemos que cortar na carne, que tivemos que adotar medidas econômicas ortodoxas para não sermos irresponsáveis com a difícil situação que se encontra o país, podemos verificar que os números hoje são completamente diferentes. Hoje, 12 meses depois da posse do Presidente Lula, é uma nação com credibilidade internacional. O Presidente Lula, nessas suas 26 viagens internacionais, inquestionavelmente, se constitui como uma liderança dos países em desenvolvimento para poder dar um norte coletivo de confronto de idéias, de interesses econômicos com os grandes países detentores do poder econômico mundial. Então, nós estamos trabalhando com números diferentes. Quem se lembra em quantos pontos percentuais estavam as taxas de juros, a mais do que estão hoje? Elas ainda estão altas, mas já se reduziram vários pontos percentuais em 12 meses. Quem se lembra em quanto estava o "Risco Brasil" em dezembro de 2002? O país estava batendo 3.000 pontos de "Risco Brasil", ou seja, 3.000 chances de não termos investimentos. Quando eu vejo o Brizola dizer nos jornais que o nosso governo tinha que dar o exemplo e seguir o caminho da Argentina, eu sinceramente branqueio o cabelo e quero ir para a psiquiatria. A Argentina hoje está com 6.000 pontos de "Risco País". Não há chance do mais miserável investidor deste mundo querer investir na Argentina. E o Brizola acha que aquele modelo é o modelo que nós deveríamos nos referenciar. Hoje, nós temos apenas 500 pontos de "Risco Brasil" de credibilidade internacional.

Os índices inflacionários que, indiscutivelmente começavam a rondar a

economia brasileira, hoje estão absolutamente sob controle. Em relação ao câmbio, precisamos lembrar que, em dezembro de 2002, um dólar valia R$ 4,00. Não podemos nos esquecer tão rápido dos números que nós recebemos do Governo Fernando Henrique, que explicam um pouco as dificuldades, os limites, o pouco jogo de cintura que tivemos para passar este ano de ajustes. O crescimento no país era zero e, obviamente, como conseqüência, o desemprego, a miséria, as carências sociais eram imensamente grandes. O ano de 2003 foi um ano de ajustar a casa, foi um ano de encaminhar reformas, foi um ano de não brincar com a economia. Nós não somos uma Argentina, graças a Deus! Aliás, a Argentina foi no fundo do inferno econômico, graças ao populismo da sua política, e não abalou ao mundo. Agora, se nós formos ao fundo do inferno da responsabilidade, nós abalaremos a economia mundial, porque o Brasil é um continente, muito diferente dos nossos irmãos argentinos, em termos de importância. Portanto, nós tínhamos que ser responsáveis e responsabilidade não é bravata, não é fazer discurso que possa colorir os olhos e se tornar música nos ouvidos. "Vamos pegar a vara mágica e vamos derrubar essas taxas de juros para 2% porque nós somos um governo de esquerda!". Isso é conversa mole. Isso é irresponsabilidade. Nós não faríamos isso, sequer com as nossas economias pessoais, quanto mais com as economias da nação brasileira. Então, nós temos que ter limites nessa análise.

O Governo Lula enfrenta outra dificuldade. Os 60 milhões de brasileiros que o elegeram não votaram em deputados e senadores, originalmente de esquerda, comprometidos com o projeto. Para governar este ano, o Presidente Lula teve que fazer um movimento correto, dentro das circunstâncias que a eleição lhe deu, de ir ao encontro do PMDB, de ir ao encontro do PP. Já veio, num avanço pelo centro, na aliança com o PL e fomos ao encontro do PTB, do PSC, enfim, fizemos uma composição ampla. Portanto, o Governo Lula, embora o Presidente seja do PT, embora nós sejamos socialistas e estejamos no governo sob o comando e o brilhante trabalho que faz o companheiro Roberto Amaral, nós temos que convir que nós não somos um governo de composição de esquerda. O Governo Lula hoje é um governo de composição de centro-esquerda, mas com uma banda de centro-direita pesando muito. E a cada votação, há aquele desequilíbrio. Nós perdemos a progressividade de impostos, que é algo justo do ponto de vista socialista de esquerda, porque dentro da nossa base tem quem não quer, quem não é socialista, é de direita. E isso é a circunstância de governar. Então, nós não podemos pensar que temos 350 deputados e senadores de esquerda, combativos. Não é esta a composição do governo, portanto, nós não podemos nos permitir sonhar de que, porque chegamos ao governo, chegamos ao poder. Nós só chegamos ao governo,

falta muito para se chegar ao poder. No governo nós já estamos, mas como eu disse, quem decide o aumento da gasolina já não é o governo. Isso é só para dar um exemplo. Chegar ao poder é outra coisa.

Nós herdamos o orçamento do Fernando Henrique. Este orçamento deste ano é o orçamento do Fernando Henrique. O primeiro orçamento do Governo Lula será o orçamento de 2004. Recebemos um país em que 36.5% de tudo o que se produz é traduzido em tributos e 70% do PIB brasileiro são dívidas. Nós sempre fizemos acordos internacionais com o FMI com a água entrando dentro do nariz, portanto, sempre nos submetemos a cláusulas absurdas de subserviência. Nós poderíamos dizer: "Devíamos ter rompido com o FMI". E eu diria que não. A primeira vez que o Brasil fez um acordo com o FMI, sem fazer o que ele quer, nas condições que nós queríamos foi agora. E é o último. Isso nós podemos dizer. O Governo Lula, para não ser bravateiro como está sendo o Kirchner na Argentina, não rompeu com o FMI porque seria uma bravata de repercussões internacionais graves, mas fez um acordo sem precisar e disse ao FMI: "Nós vamos assinar este cheque, mas não vamos usar. E no ano que vem, não queremos mais acordo". Mas fizemos isso gradativamente, com a responsabilidade de um gigante, chamado Brasil, que pesa muito na economia mundial. Fôssemos senhores da bravata, não estaríamos nos constituindo como símbolos, ícones, referência, do mundo em desenvolvimento. Hoje, o Brasil poderá sentar com os Estados Unidos para discutir a ALCA, mas a ALCA que nós queremos, não a ALCA que os americanos querem, porque conosco, sentarão para discutir a ALCA, dezenas de países que enxergam no nosso governo com uma perspectiva diferente de relação com o capitalismo mundial.

Dentro dessas dificuldades, eu acho que o governo promoveu mudanças importantes. Já foram aqui referidas algumas delas e com muitas delas nós contribuímos decisivamente. Não é fácil o PSB se destacar nas coisas, embora nós sempre tenhamos tido uma posição autônoma, com propostas independentes. Mas nós somos uma bancada pequena dentro do universo. Não somos capazes de desequilibrar uma votação, não temos força para chegar na Mesa e dizer: "Nós somos vinte e vamos votar contra". Que diferença isso faz? Eu acho que nesta eleição nós temos a possibilidade de crescer e dizer: "Nós socialistas, somos cem, e derrotaremos o governo, se não for assim". A disputa que o PMDB faz com os seus 80 deputados hoje, ou o PP com os seus 50 deputados, é diferente. Então, se às vezes nós não vemos nos jornais uma ou oura ação do Partido Socialista Brasileiro é porque o peso dividido de avaliação, muitas vezes, não aparece.

Eu agregaria, ao exemplo da Reforma da Previdência, que está se criando

uma nova faixa de inclusão previdenciária que é uma obra de luta da esquerda do governo, do PSB. É a possibilidade do cidadão desempregado, autônomo, da dona de casa, que hoje não tem perspectiva nenhuma de ter aposentadoria, porque nunca antes pensou nisso, de pagando apenas 8% de um salário mínimo, poder imediatamente começar a gozar de todos os benefícios da Previdência, como auxílio maternidade, auxílio creche, seguro desemprego e aposentar-se em 15 anos. Hoje são 40 milhões de brasileiros que não têm nenhuma contribuição para qualquer tipo de Previdência. Isto foi criado dentro do debate. É claro que o debate sobre o serviço público dominou a discussão. Mas 40 milhões de brasileiros vão poder se incluir na política da Previdência, com efeitos imediatos. Desses 40 milhões de brasileiros, pelo menos 25 milhões são mulheres que, quando grávidas, não têm nenhum tipo de amparo porque não contribuem para qualquer tipo de Previdência.

Também não é dito que, pela primeira vez depois de oito anos, houve 20% de correção das aposentadorias do trabalhador brasileiro. Na Reforma da Previdência, só se fala do serviço público, mas não se fala que 22.5 milhões de brasileiros são aposentados e pensionistas da Previdência Pública e percebem, em média, R$ 397,00 por mês. E esses companheiros que, há 10 anos, vinham pagando a conta do furo do desequilíbrio da Previdência, tiveram as suas aposentadorias desvinculadas do salário mínimo, sendo carcomidas pelo tempo, e há oito anos não tinham qualquer reajuste. O Governo Lula deu 20% de reajuste este ano. Para esses trabalhadores aposentados da Previdência, reduziu essa história de um aposentado receber os seus vencimentos em diferentes dias - um no dia 5, outro no dia 10, outro no dia 15 etc. A partir de agora, todos os aposentados brasileiros receberão as suas aposentadorias até o dia 05 de cada mês. E no ano que vem, passa a valer a regra que há muitos anos não existia mais - aposentado do INSS terá reajuste igual ao do salário mínimo. Estamos caminhando no tempo, embora, muitas vezes, as questões que envolvem a reforma desviem a nossa atenção para o lado daqueles que são os "formadores", ou "deformadores" de opinião.

É claro que o Ministério da Previdência errou quando fez essa bobagem de querer localizar aposentadorias indevidas, que estão sendo pagas a quem não existe mais, mas não precisava ter cancelado todas as aposentadorias para o cidadão ou cidadão ir lá dizer que existe. Bastava ter dado um prazo de 120 dias para o camarada se apresentar. Se no final de 120 dias, o cidadão com 90 anos não aparecesse, então, você cancelava a aposentadoria. O companheiro errou, admitiu o erro, mas nos causou um desgaste necessário que subtrai e esconde todos esses avanços que nós conseguimos imprimir na Previdência Pública. Mas governar também cometer erros e deslizes. Como diz o Lula, de vez em quando, o cara faz um gol contra.

O nosso governo é o primeiro governo que coloca um orçamento próprio para a agricultura familiar. Este ano, foram 5 bilhões de reais, fora da política do agronegócio, do grande produtor. No Brasil, os orçamentos agrícolas sempre foram destinados à grande agricultura, e se sobrava alguma coisa, o agricultor familiar tinha acesso. O MDA tem, pela primeira vez, 5 bilhões que foram efetivamente investidos na agricultura familiar. Foi o primeiro ano. Ainda tem muito para fazer, mas é a primeira vez que a agricultura familiar tem orçamento próprio para plano de safra, para plano de plantio. Fizemos o micro-crédito para a população de baixa renda. Fizemos um financiamento facilitado com desconto em folha para permitir ao funcionário público ter acesso ao crédito e tentar, com isso, fazer girar a economia.

No caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, além das coisas já referidas pelo companheiro Eduardo, a alteração dos rumos da utilização da Base de Alcântara, que ia ser uma base militar para fins de guerra dos Estados Unidos, que o nosso Ministro conduziu, foi à Ucrânia, repactuou com os Ucranianos o uso da Base de Alcântara para fins de conquista do espaço para fins pacíficos. Em dois meses, nós mudamos no Congresso o acordo que havia, e agora a Base de Alcântara será uma base de pesquisa, de exploração do espaço aéreo, mas para fins de uso pacífico. Essa é uma conquista de um governo que tem outro pensamento.

Eu acho que nós estamos corretos em apoiar a condução que o governo vem tendo; acho que nós precisamos tensionar a esquerda; acho que nós temos que exigir do governo respeito e tratamento ao nosso Partido nos estados. O PT é o partido que mais fome por cargos tem na face da terra. Ele não pode ver um cargo de governo para um outro aliado. E outra, o PT tem uma desvantagem. Ele tem especialistas para todos os cargos, mesmo que o cara não saiba nada, sendo do PT, é bom. Se for do PSB, tem que ter Pós-Doutorado em Oxford para assumir qualquer cargo. Agora, se é petista, não importa se foi um petista de ocasião. Então, nós temos que fazer esse tensionamento porque, se somos governo, nós temos que estar dentro do governo e precisamos fazer esse tipo de pressão. Eu acho que a gente vem avançando bem e aqueles que torcem pelo azar do Governo Lula, torcem pelo azar da esquerda e pelo azar do Brasil. Mas não vamos achar que, se o Governo Lula fracassar, outro partido de esquerda poderá ocupar o espaço como alternativa. Se o Governo Lula fracassar, fracassará um governo da esquerda e a alternativa será o governo da direita, de novo, para carcomer o direito e a expectativa do cidadão. Nós precisamos estar ao lado deste governo, criticamente, combatendo aquilo que está errado, mas sem dúvida nenhuma, afirmando as nossas políticas. Essa é a minha opinião para contribuir no debate que faremos com todos os companheiros. Muito obrigado.

Antonio Marlos Ferreira Duarte - Coordenador: Agora vamos passar a palavra ao próximo debatedor, o companheiro Domingos Leonelli.

Domingos Leonelli - Debatedor: Eu queria saudar os companheiros da Mesa que nos honram com a sua participação. Para mim é uma alegria e uma honra estar aqui com os companheiros de vários estados, inclusive do meu Estado da Bahia. Quero saudar o nosso companheiro, o nosso Ministro Roberto Amaral, que prefere sentar na platéia, para participar deste debate como militante.

Eu confesso que seria um homem muito mais feliz se tivesse a convicção tão segura e arraigada do companheiro Beto Albuquerque, se tivesse menos angústias do que tenho sobre o governo. Eu espero poder compartilhar, até para dissipá-las e melhorar a minha visão, tanto do governo, quanto do nosso Partido em relação ao governo. O tema deste debate é a participação do PSB no Governo Federal. Eu me preparei como pude, recebi uma contribuição já bem recente dos companheiros do Ministério de Ciência e Tecnologia, que me deram alguma informação e tentei obter outras informações, em outras instâncias e realmente não consegui. Eu usei algumas referências da bancada que tem distribuído um boletim pela internet.

Eu sei que, tanto no seio do nosso Partido, como no seio da esquerda, há uma insistência muito grande de que o Governo Lula é um compacto do FHC III, que é a repetição do Governo FHC, não mudou nada, não alterou nada, não tem significado nada. Entre os funcionários públicos, isso é muito sentido. Há uma sensação de uma parte da população, e de uma parte da esquerda, mais do que angustiada, até negativa, em relação ao governo.

Eu penso que não. O Governo Lula tem evidentes demonstrações de avanço em relação ao Governo Fernando Henrique. Em primeiro lugar, como já foi falado aqui, representa uma vitória histórica da esquerda brasileira que, pela primeira vez, chega a ter uma expressão orgânica da classe operária na Presidência da República. Isso não é pouco. Não é um operário que foi capturado pela direita para ser Presidente da República. É uma expressão orgânica de um partido da classe operária, que é o PT, e que é também um partido de esquerda, que teve competência, teve capacidade, teve até uma dose brutal de individualismo enquanto partido, para capitalizar para si toda a luta histórica da esquerda, toda a resistência. O Presidente Lula representa essa extraordinária mudança de qualidade na Presidência da República.

Mas não podemos esquecer que o Governo Lula deteve as privatizações. Nós não tivemos nenhuma outra privatização, daquelas irresponsáveis que foram feitas no Governo Fernando Henrique, após a posse do Presidente Lula. O

Governo Lula compôs uma aliança menos elitista e menos fisiológica, na medida em que o PFL, a cabeça mais ideológica do conservadorismo, pela primeira vez, está na oposição. Esse é um fato inédito na história. O PFL nasceu com Cabral, passou a vida toda no poder, com vários nomes, e pela primeira vez está na oposição. Quer dizer, eu não sei nem se vai conseguir continuar, mas esse é um dado histórico. É um governo que assumiu suas responsabilidades em áreas essenciais como a segurança pública, como a questão urbana, quando criou o Ministério das Cidades, deixou fora do Ministério, também pela primeira vez desde a Ditadura, uma figura como Antonio Carlos Magalhães, que tem um peso específico na direita brasileira. ACM, além de ser do PFL, nunca deixou de ter um Ministro nos últimos 30 anos. Houve avanços significativos em relação às questões de gênero e raça, embora nesse aspecto, o Governo Fernando Henrique também tenha avançado, mas o Governo Lula avançou ainda mais. Estabeleceu o Comitê de Gestão para os programas sociais. Pode parecer uma coisa pequena, mas é fundamental, na medida em que, democratiza o processo dos programas sociais. Inclusive, um programa a meu ver discutível, que é o Fome Zero. Esse é um programa que não me enche os olhos. E no plano internacional, opõe-se claramente às ações mais agressivas do componente imperialista do governo norte-americano. Esses são alguns dos dados que diferenciam substancialmente o Governo Lula.

Acho que o governo agiu certo quando enfrentou a instabilidade financeira criada nos últimos meses de 2002, principalmente entre setembro e dezembro. O país vinha obtendo índices razoáveis de combate à inflação, de "Risco Brasil" etc.. Mas, em função da campanha eleitoral, de uma forma irresponsável pelo PSDB, e de uma forma irresponsável até por investidores internacionais, como Jorge Soros, que chegou a cunhar a frase "Ou Serra, ou o caos", levaram o Brasil a uma situação de risco muito grande, inclusive, de grande instabilidade financeira, em dezembro de 2002. O Governo assumiu em janeiro de 2003 e, se não tomasse as medidas que estavam ao seu alcance, que lamentavelmente eram medidas ortodoxas, mas que não podem ser confundidas com responsabilidade. Às vezes, medidas ortodoxas significam responsabilidade, mas outras não. Neste caso específico, lançando mão de medidas ortodoxas, o Governo Lula superou, com rapidez, os obstáculos a uma governabilidade de esquerda. Sem essa superação, teria sido muito difícil. Se o Lula permitisse que o dólar subisse para sete, oito ou nove reais, não teria governabilidade possível. Acho que foi certo aceitar, temporariamente, as regras do jogo do mercado financeiro e também do FMI, para conter a inflação de imediato, no início da sua administração. Considero que essa foi uma medida correta porque ele ficaria sem ambiente internacional se rompesse com o FMI tão logo assumisse o governo. Isso já estava contido na "Carta aos Brasileiros"

e acho que foram medidas necessárias para a governabilidade do país naquele momento.

Acho que foi de responsabilidade reconhecer a necessidade de reformas na área tributária e previdenciária. Acho que foi competente e responsável quando se negou a um confronto formal com os Estados Unidos, e o mercado financeiro internacional, mas ao mesmo tempo não abriu mão de vínculos e alianças com Cuba, Venezuela, o mundo árabe. Ou seja, foi capaz de manter uma política internacional avançada, evitando o confronto total, formal, com os Estados Unidos, agora até avançando mais do que o esperado, na sua viagem ao mundo árabe. Acho que também foi competente quando prosseguiu na política do Governo Fernando Henrique de driblar a decisão sobre a ALCA, com contrapropostas e condicionamentos de interesse nacional e da América do Sul. Uma simples recusa à ALCA naquele instante, poderia significar uma exclusão perigosa para o Brasil do mundo econômico internacional. Porém, o que nós precisamos indagar é se esses dribles têm a função de vir a aceitar a ALCA, se é que existe uma ALCA como nós queremos, e eu desconfio que não, ou se visam ganhar tempo para recusar a proposta que eu penso deva ser o nosso aconselhamento. Acho que o Governo Lula foi competente e responsável quando ampliou a sua base de sustentação no Parlamento, incorporando parte do centro, e até da direita menos organizada e menos ideológica, quando trabalhou com segmentos que têm a característica da fisiologia, mais do que propriamente o componente ideológico. Acho que não há possibilidade de uma transição, nem de avanços, se nós não conseguirmos incorporar o centro. A pergunta que nós temos que nos fazer, permanentemente, é se essa incorporação se dá às custas de uma liderança da esquerda, se nós somos obrigados a abrir mão do nosso projeto para poder incorporar esses setores mais conservadores. Essa é a questão que vai estar tensionando os próximos anos do governo.

Resumindo, o Governo Lula fez aquilo que foi necessário, agiu responsavelmente, foi certo, conseguiu se consolidar, conseguiu viabilizar a sua própria governabilidade. Porém, há algumas questões que preocupam a esquerda e a sociedade. Eu acho que preocupa a sociedade, e a nós de esquerda, saber se o governo vai além da aceitação circunstancial das regras do jogo do mercado e do FMI, para transformá-la em política econômica permanente. Eu acho que essa é uma questão que o nosso Partido precisa discutir com sinceridade e abertura. Até então, nós temos setores do governo que têm colocado, com sinceridade, como o Ministro Palocci, por exemplo, que essa não é uma regra passageira, que essa será a regra permanente do governo. Se isso acontecer, por mais que queiramos apoiar o Governo Lula, sobre esse ponto, nós temos que

ter uma posição muito clara. Não porque nós sejamos contra a política econômica neoliberal por uma questão ideológica, mas é porque não deu certo. Nós já vimos esse filme antes e morremos no fim. Essa é uma questão essencial. Se o Governo Lula adotar como política econômica permanente, aquilo que deveria ser uma passagem circunstancial para um chamado "Plano B", aí então, eu acho que o Partido deveria rediscutir a sua posição no Governo Lula. Discordamos também, quando o governo eleva a meta do superávit fiscal para além dos 4,25% do PIB, reduzindo as despesas previstas no orçamento, que era de Fernando Henrique, que já era um orçamento anti-social. O Governo Lula reduziu 14 bilhões desse orçamento, e o que é pior, desses 14 bilhões, reduziu 5 bilhões na área social que, em princípio, deveria ser a preocupação fundamental de um governo de esquerda. Discordamos também, quando permite a manutenção de juros bancários praticados por empresas e particulares, desproporcionalmente mais altos que a Taxa SELIC. Quer dizer, consegue-se baixar a taxa básica, mas não se consegue forçar os bancos a ter uma atitude responsável com a sociedade. E o governo pode fazer isso; o governo tem instrumentos para forçar os bancos a uma atitude menos usurária e mais responsável.

Eu não acho que seja bom para o governo, para a esquerda e para o Partido Socialista, aceitar como inevitável - ou não se referindo a isso, ou mascarando isso, ou colocando uma série de outras coisas, ou achando que tem sempre razão - quando nós temos uma perda de 500.000 postos de trabalho no ano de 2003. Essa é uma coisa trágica. Nós socialistas não podemos desconhecer este fato porque isso é grave demais. São 500.000 trabalhadores sem emprego, no ano de 2003, em plena política de um governo de esquerda. E mais, além dessa perda de postos de trabalho, houve a redução da renda do trabalhador. Essa é a conseqüência de uma política circunstancial? Se for, precisamos de compensações. Se não for, se isso significar uma política permanente, acho que temos que ter uma conversa séria com o governo. Não dá para conviver com essas questões sem discuti-las.

Acho que o governo preocupa a esquerda e a sociedade quando exclui da Reforma Tributária o aprofundamento da distribuição de renda. Nós poderíamos ter uma Reforma Tributária que contivesse alguns elementos mais concretos de distribuição de renda neste país, e isso foi passado ao largo. O que está se discutindo, basicamente, é um certo equilíbrio regional. Nós não podemos esquecer que o PT é um partido dos trabalhadores, mas é muito um partido dos trabalhadores de São Paulo. Não podemos perder isso de vista porque entre São Paulo e o Brasil, tanto o PT quanto o PSDB, podem tender a ter uma preferência pelos interesses de São Paulo, que são justos, legítimos, mas que, às vezes, se confrontam com o conjunto dos interesses nacionais.

Um outro aspecto que preocupa é a adoção de uma política social com tendência focalizadora, como compensação a uma exclusão social, que é crescentemente universalizada pelo desemprego. Não há possibilidade de se resolver a questão social nesse país, desvinculando a política econômica da política social, criando o desemprego com uma mão e o Fome Zero com a outra mão. Você pode até ter sucesso com isso, mas é um sucesso que não creio que seja desejável por nós.

No entanto, eu quero alertar que o conjunto dessas posições do governo, não significa uma catástrofe. Essas medidas que foram tomadas este ano já foram postas em prática, com razoável eficiência, pelo Governo Fernando Henrique. Evidentemente, elas não correspondem à expectativa da sociedade, nem às nossas. A manutenção desse rumo pode simplificar um estranho sucesso. Um governo sério e austero, obtendo um grau mais elevado de eficiência pode vir a consolidar aquilo que o Fernando Henrique tentou fazer - acalmar os pobres com as políticas focalizadas, desqualificar os argumentos da classe média, que sempre foram os argumentos do PT, mantendo os altíssimos ganhos de capital no setor financeiro dos grandes monopólios. Com isso, compensará perdas políticas e eleitorais resultantes do corte na própria carne corporativa. A minha impressão é que o PT resolveu perder um segmento que não tinha como resolver mais, na sua ânsia reivindicatória - que é o funcionalismo público - e ganhar segmentos da massa menos organizada. Essa é uma coisa que, mais ou menos, repete a estratégia do governo anterior. Agora, acho que isso ameaça, tanto a possibilidade da mudança do rumo da economia, como a sua simples manutenção. Isso foi demonstrado nos oito anos de experiência do Governo Fernando Henrique. Esse governo Fernando Henrique, seguindo esta política que até agora vem sendo posta em prática, subiu a dívida pública, de 153 bilhões em 1994, para 881 bilhões. É isso que precisa ser todo o dia dito ao Ministro Palocci. Esse rumo vai dar um maior endividamento. Esse é um círculo vicioso infindável - maior dívida, maior vulnerabilidade, maior dependência do capital externo, maior necessidade de gerar superávit, maiores juros, maior dívida novamente. Esse círculo é inevitável, é conhecido por qualquer estudante de economia. Então, eu tenho grande preocupação com esse círculo vicioso e acho que o nosso Partido deve alertar o governo a esse respeito.

Agora, eu quero entrar na posição do PSB. Eu tenho uma preocupação muito grande nas nossas relações com o PT. O PT é partido genial que "está cometendo o crime perfeito" - ele consegue ser governo e principal referência da oposição. Qualquer crítica ao governo hoje, as primeiras imagens que nos ocorrem são as imagens de Heloísa Helena, Luciana Genro etc., mais até do que a oposição formal. Eu quero lembrar que, nas eleições municipais, os votos

dessa turma de oposição petista vão para o PT. Quer dizer, o PT mantém o seu eleitorado, com a sua insatisfação contida - com a mão direita atende ao FMI e com a mão esquerda atende o corporativismo do funcionário público. Então, é preciso que nós tenhamos consciência desta habilidade do PT para compreendermos um pouco também o nosso papel.

Qual é a posição do PSB em relação ao governo? Eu creio que nós temos, no interior do nosso partido, duas nítidas posições em relação ao governo. Uma é de apoio incondicional, expresso pelas lideranças parlamentares, governadores, Executiva Nacional do Partido, com a única exceção pública, em termos de discordância, que foi a vitória que obtivemos em relação à alíquota do Imposto de Renda. Foi a única vez que eu, pelo menos, tomei conhecimento de uma posição pública do PSB de avanço em relação ao governo. Das outras vezes, eu tenho sentido um apoio incondicional ao governo. Uma outra posição, na qual eu me incluo, é de um apoio crítico ao governo. Nós temos a mesma consciência que o Beto tem. Não há possibilidade de imaginarmos que uma derrota do Governo Lula seja uma vitória de qualquer outro Partido. Uma derrota do Governo Lula será uma derrota da esquerda. Vai ser pior do que antes, porque eles vão ter na mão a comprovação de que nós não somos capazes de governar. Então, vai ser muito pior do que antes. Até então, nós não tínhamos sido testados. É por isso que eu tenho me empenhado muito a ajudar a dar um rumo para este país. É claro que nós não somos os donos da verdade, mas podemos contribuir para que esse governo dê certo, do ponto de vista do povo brasileiro. Portanto, é um apoio crítico e uma angustiada expectativa. Essa angústia é maior da parte dos militantes, que não estão nem na função parlamentar, nem na função executiva. Quem está nessas funções acaba tendo que, mesmo estando angustiado como nós, tem que defender o governo dos ataques do PFL, do PSDB etc. Então, essa é a angústia que toma conta de muitos companheiros.

Eu acho que a nossa participação no governo revela um pouco os problemas que nós temos internamente. Eu procurei saber, do companheiro Casagrande, do companheiro Carlos Siqueira, sobre a participação do PSB. A informação que eu obtive foi o que eu já sabia: o PSB tem o Ministério de Ciência e Tecnologia, a Presidência da CHESF, do CNPq e da FINEP, todas as nomeações vinculadas diretamente ao Presidente Miguel Arraes. Eu quero corrigir essa informação porque antes de começar os nossos trabalhos aqui o nosso companheiro Eduardo Campos me informou que, no caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, não foi exclusivamente uma indicação de Arraes e sim um entendimento com o Governador Garotinho e outras forças partidárias. Minha reclamação não é do que nós temos, é do que nós não temos nesse

governo. Reclamo sim, da forma como temos. Apenas porque acho ineficiente. Da forma como essa participação está sendo feita, ela rende pouco para o Partido. Se formos pesquisar na imprensa a respeito da presença do PSB no Governo, o registro de maior significado foi a hipócrita reação da imprensa e de setores da esquerda sobre as declarações do Ministro Amaral em relação a pesquisas nucleares e suas conseqüências para eventual produção de armamento atômico. Amaral disse o óbvio, e isso foi transformado em escândalo, sem que o núcleo mais próximo da Presidência da República se manifestasse de forma incisiva em sua defesa. É isso que nós precisamos registrar. Quando isso acontece em outro Ministério, quando há um possível erro, nós temos a voz do Presidente em defesa do MInistro. Eu até anotei aqui que o Amaral errou em não propor a utilização de velhinhos de mais de 90 anos em testes nucleares. Aí, o Presidente Lula correria em sua defesa.

Em termos de notícias positivas sobre o Governo Lula, além do próprio presidente e dos ministros do PT, a única presença aliada de destaque, o único parceiro político do PT que aparece na imprensa brasileira é o meu querido conterrâneo Gilberto Gil. Não existe presença forte de nenhum outro ministério da imprensa, que não sejam os ministros do PT. Nós todos sentimos e sabemos disso. É um Governo do PT e de inominados aliados. Acho até que a nossa Base Parlamentar deve fazer uma ponderação grave ao PT. Não é justo que se reproduza aquilo que vinha se fazendo antes, de se chamar os partidos que apóiam o governo de Base Aliada inominada. Não é o PSB, o PCdoB, o PDT, mas sim a "Base Aliada". Ela é inominada sempre. E o que aparece, tanto na propaganda do PT, como na comunicação social do PT, e até do governo, é o jeito petista de governar. Ora, como diz o companheiro Beto, se o governo não é um governo exclusivo do PT, não é um governo sequer exclusivo da esquerda, por que é que o jeito de governar é exclusivamente petista? Por que é que nós socialistas não participamos desse jeito de governar? Eu acho que isso tem que ser conversado com sinceridade, com franqueza. Esse jeito petista de governar, quando vierem as dificuldades e os insucessos, vai acabar sendo apenas um jeito petista de governar porque cada um vai tirar o seu time. Eu acho que essa não é uma boa perspectiva histórica - nem para o governo, nem para o PSB, nem para a esquerda.

Eu quero entrar agora no nosso Partido. O Ministro Roberto Amaral foi à Bahia, visitar um centro de tecnologia, o Partido foi avisado antecipadamente, o que nos possibilitou acompanhá-lo nessa visita e também tomar conhecimento de algumas ações do seu ministério. Nós usamos as inserções de TV que o PSB da Bahia tem direito para divulgar a visita e os benefícios trouxe ao nosso estado, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Eu acho muito

ruim que o nosso Partido não tenha uma política de comunicação e que os nossos materiais sequer divulguem a nossa presença no Ministério, na CHESF, no CNPq, no FINEP. Isso não existe. Na Bahia, nós fizemos o que podíamos fazer limitadamente. Eu penso que isso deveria ser feito a nível nacional. Não é para promover o Ministro Roberto Amaral, é para alimentar o nosso Partido de informações. Mas aí, nós vamos aprofundando a nossa relação com o governo e é o que eu quero questionar aqui. O Diretório Nacional do PSB nunca realizou nenhuma discussão sobre, nem a nomeação do Ministro, nem do Presidente da CHESF, nem do CNPq, nem da FINEP. Isso nunca foi discutido no Diretório Nacional. E pior, o Diretório Nacional nunca fez nenhum balanço nem avaliação sobre a presença do PSB nesses cargos. Não estou responsabilizando o Ministro não. Mas o Diretório Nacional nunca convocou o Ministro do PSB para saber o que está acontecendo no Ministério e o que é que nós podemos fazer para ajudar e sugerir. Não há vida partidária em relação à nossa presença no governo. Quando eu falo no Diretório Nacional, eu me incluo nessa autocrítica. Evidentemente, eu não tenho a mesma responsabilidade que têm os dirigentes da Executiva Nacional, que deveriam promover esta ação. E nas duas vezes que eu fui à reunião do Diretório Nacional, eu propus que nós discutíssemos política e que convocássemos os nossos representantes para discutirmos essa questão. A sugestão não foi nem sequer anotada. Eu fiz a minha pequena parte, mas também não me excluo da minha autocrítica porque deveria ter lutado mais. Todos nós temos a obrigação de lutar mais. Nem mesmo a Reforma Política, cuja Comissão Especial, o companheiro Alexandre Cardoso é o Presidente, chegou a ser objeto de discussão no Diretório Nacional. Seria através do Diretório Nacional que essa discussão chegaria às bases do Partido. A impressão é que nós acompanhamos as decisões do PT, sem no entanto, seguirmos o exemplo de democracia interna. O Diretório Nacional do PT discutiu, votou internamente e fechou questão sobre a Reforma da Previdência. Nós votamos o desconto dos aposentados sem isso nunca ter sido discutido em nenhuma instância partidária. O Diretório Nacional do PT discutiu e a bancada obedeceu à decisão do Diretório Nacional, diferentemente do nosso caso. Recentemente, o governo assinou um novo acordo com o FMI. Essa decisão foi criticada, pela sua eventual desnecessidade, até pelo Presidente da FIESP. Eu quero saber qual é a posição do PSB. Sobre este segundo acordo, não é a mesma circunstância do primeiro acordo. Eu queria muito que alguém ligado ao governo me explicasse porque assinar um acordo se a própria FIESP diz que é desnecessário, quando o próprio Presidente da República diz que é desnecessário. Por quê assinar esse acordo? Por quê submeter o Brasil novamente a regras que ele quer se livrar historicamente? Nós passamos 40 anos dizendo que devíamos romper com o FMI e assinamos

um acordo sem necessidade. Ou se explica as razões secretas dessa operação, ou nós ficamos angustiados. Levando em consideração os compromissos ocorridos no início do governo, talvez esse acordo fosse realmente necessário, mas não acredito que o Governo Lula tenha o mesmo prazer em agradar a banca internacional que os governos anteriores.

E em relação à ALCA? Nós vamos delegar ao PT a nossa decisão em relação à ALCA? Essa é uma discussão que nós devemos aprofundar. Eu acho que não pode ser um simples "não à ALCA", como o PT fazia antes, ou faria se não fosse um governo do PT. Mas também não pode ser no estilo do PFL, porque nem o PSDB engoliu a questão da ALCA. Isso é estratégico para o país, portanto, acho que nós temos obrigação de discutir isso e ter uma posição definida a esse respeito.

Eu acho que, para apoiar o governo em troca de cargos e favores - coisa inevitável a qualquer governo - o Presidente Lula não precisa de nós. Há outros partidos mais numerosos, mais disciplinados até para fazer isso. Agora, enquanto Partido, apoiar e defender um governo em que a nossa própria participação não é informada, debatida, avaliada, nem na instância máxima de deliberação, que é o Diretório Nacional, acho que não tem muito sentido. A minha reclamação em relação à democracia interna do Partido, não é só pela questão do princípio da democracia interna, mas é pela eficiência. Nós não podemos falar em núcleo de base, em militância, se nós não começamos de cima, alimentando o conjunto do Partido das informações que o tornam participante. Por que é que o militante do PT tem prazer em participar? Porque ele sabe que aquela decisão lá do sindicato bate no governo. E nós não temos essa sensação. A democracia interna é necessária para isso - para vitalizar o Partido, para torná-lo participante. Do contrário, nós não conseguíamos essa participação.

Eu acho que o Presidente pode precisar mais da nossa crítica e da nossa resistência para ajudá-lo a resistir a pressões de forças conservadoras, dentro e fora do governo. O que o Eduardo colocou aqui, acho que é muito correto. Nós temos que ser uma força de pressão interna no governo. A nossa defesa, o nosso apoio, acho que é importante. E isso não pode ser papel do Ministro. O Ministro não pode dar declaração pública que seja dissonante do governo. Não pode, porque isso quebra a unidade do governo. Agora, o Partido pode, e deve, fazer as suas colocações para ajudar a corrigir o rumo governamental. Eu acho que essa equação - democracia interna no partido e massa crítica - é fundamental. Nós precisamos ter democracia interna e estudo para que a nossa opinião e a nossa participação no governo seja realmente eficiente e que ajude o Governo Lula a cumprir o seu rumo histórico pela esquerda e pela democracia. Muito obrigado.

Antonio Marlos Ferreira Duarte - Coordenador: Nós temos uma questão prática. A coordenação do evento nos comunicou que nós teremos que desocupar a sala, impreterivelmente, às 13:00 horas. Portanto, falta apenas uma hora. Eu queria discutir com os companheiros a condução desse trabalho daqui para frente. Como está no Regimento Interno deste Congresso, cada interferência será de 3 minutos. Inclusive, já há perguntas por escrito. Então, eu queria fazer um bloco de perguntas, ou seja, eu pediria que os companheiros trouxessem os seus crachás para eu fazer um primeiro bloco de perguntas, na ordem de chegada dos crachás aqui. Temos uma questão de ordem.

Milton Naon - Rio de Janeiro: Eu queria colocar uma questão de ordem à Mesa. Ficou bastante claro, mais uma vez, que as informações são importantes para que a gente possa discutir os temas. A questão de ordem é o seguinte: infelizmente, eu diria que a quase totalidade dos militantes que estão aqui dentro, dispostos a discutir esse tema, recebeu a informação a respeito de quais seriam as reuniões temáticas há poucos dias atrás. É inaceitável que a gente possa vir para um Congresso do PSB sem poder trazer a contribuição mais estudada de cada militante. Quer dizer, se o Partido tem a pretensão de aproveitar tudo o que possa da representação que se faz aqui, com o esforço que se faz aqui, não é aceitável que um Partido com a maturidade do PSB comunique, poucos dias antes do congresso, quais são os pontos temáticos. Então, os companheiros que fizeram todo esse esforço para vir aqui, ouvem as excelentes contribuições que foram dadas, mas não podem dar a sua contribuição, de forma mais aprofundada. Por isso, fica registrada a crítica dessa comunicação que deveria ter sido feita há mais tempo.

Antonio Marlos Ferreira Duarte - Coordenador: Está registrado. Nós vamos ouvir algumas intervenções dos companheiros e depois vemos quem vai responder às perguntas.

Rogério Alencar: É lamentável que nós só tenhamos três minutos, mas eu queria fazer alguns comentários sobre o saldo que o Partido está tempo com esse apoio, até adesão, ao Governo Lula. É indiscutível que se tem um saldo "positivo" que são os cargos, favores e verbas do orçamento. Agora, o saldo negativo, que nos preocupa, é o desgaste na base, pelo qual nós estamos passando, enquanto partido de esquerda, além da perda de referência do Partido. O Partido deixa de ser um referencial, que poderia, inclusive, grandes quadros da esquerda nacional por não ter uma posição definida em função de continuar sendo um "partido apêndice" do PT. Quando o PT era de esquerda, o PSB era "apêndice" do PT. Quando o PT passa a ser um partido de uma política extremamente conservadora e neoliberal, nós continuamos sendo um apêndice do PT. Portanto, eu diria que não foi o Congresso Nacional que tornou

conservadoras as políticas que estão instauradas no governo federal, como a política econômica. Elas já partiram do Poder Executivo como sendo extremamente conservadoras e, em alguns pontos, avançaram um pouco dentro do Congresso Nacional, o que as tornou menos agressivas à população. Eu diria que a questão mais grave pela qual nós estamos passando é a incoerência das lutas históricas dos partidos de esquerda com as políticas que estão sendo adotadas pelo Governo Lula. Acho que a política externa, do ponto de vista comercial, tem dado bons saltos, mas do ponto de vista econômico, tem sido extremamente conservadora e submissa aos ditames do capital. Eu diria que a Reforma da Previdência foi uma agressão aos nossos trabalhadores, tanto do setor público como do setor privado. Eu diria que existem estudos sérios, como do economista Carlos Schmidt, que mostram que a Previdência é superavitária. A Reforma Tributária só tem trazido o aumento da carga tributária, dentro de uma política de juros altíssimos, como foi falado aqui, e de um superávit que superou os 5% para pagar a dívida externa. Foi dito aqui que o crescimento no Governo Fernando Henrique era um crescimento pífio. No entanto o crescimento do Governo Lula está previsto para 0,3% em 2003, portanto, dando prosseguimento à política de crescimento do governo anterior. Na questão da Reforma Agrária, em quatro anos, o Fernando Henrique assentou 330.000 famílias. A previsão do Governo Lula, que tinha como bandeira a reforma agrária, é o assentamento de 355.000 famílias para quatro anos, tendo assentado apenas 30.000 famílias no ano de 2003. Em relação às privatizações, que nós sempre fomos contra, o Sr. Palocci foi um dos primeiros a privatizar o setor de saneamento, quando era Prefeito.

Então, objetivamente, eu queria propor que este plenário já delibere contra qualquer privatização das atividades essenciais e do sistema bancário estadual. E que todas as posições que forem tomadas pela bancada, nas reformas que mexam com a Constituição Federal e com as macro-políticas econômicas do país, passem pelo crivo do Diretório Nacional. Muito obrigado.

Clóvis Correia: Foi dito aqui pelo companheiro Leonelli que realmente foi imposto ao PSB votar nessa Reforma da Previdência, inclusive, contrariando posições históricas contra a taxação dos aposentados. Mas eu quero deixar uma proposta de que a bancada federal do PSB apresentasse uma Emenda à Reforma da Previdência no sentido de que todos os trabalhadores que tivessem descontado do seu salário a Previdência Social, a prova do recolhimento tem que estar na mão do trabalhador e não na mão do empregador. Isso gera apropriação dos recursos dos trabalhadores, ou seja, apropriação indébita, como é o caso da VASP, da Transbrasil e tantas outras. Essa é uma forma de arrecadar recursos. Se ele desconta do trabalhador, na hora que ele entrega o contracheque,

tem que entregar também a prova do recolhimento. E não ficar no patrimônio e no capital de giro. Eu faço essa proposta com a experiência que tenho de ser Juiz do Tribunal do Trabalho de Pernambuco e Professor da Faculdade de Direito. Eu não aceito a apropriação indébita do valor que é descontado do salário do trabalhador que é descontado e não recolhido.

José Anchieta: Companheiros e companheiras do PSB. Em primeiro lugar, eu quero parabenizar os líderes e vice-líderes do nosso Partido, Eduardo e o Beto Albuquerque, pela atuação coerente e decisiva em defesa das bandeiras do PSB no Congresso Nacional, e pela visibilidade que estão dando ao nosso Partido que, após a eleição passada, é visto de uma maneira mais comprometida com a luta do povo trabalhador.

Para mim, uma preocupação importante é a questão do pagamento da dívida externa. A meu ver, um governo honesto, sério, como deve ser o Governo Lula, vai corrigir vários erros dos governos anteriores, mas se a gente continuar a remeter o lucro da nossa produção, do Produto Interno Bruto, para o exterior, para pagar a dívida externa, eu acho que a gente não vai resolver o problema do nosso país. É a mesma coisa que uma pessoa que tem um salário mínimo de R$ 240,00, tirar R$ 140,00 para pagar os agiotas e fica com R$ 100,00 para sustentar a sua família, seus filhos vão morrer de fome. Eu quero saber como é que o Partido Socialista Brasileiro vai questionar esse problema, que até agora não foi enfrentado pelo Governo Lula. Eu acredito que está havendo um acúmulo de forças internas e forças externas e também questiono porque o Governo Lula ainda não procurou um mercado de mais de 1 bilhão de pessoas, que é a China. Nós do Partido Socialista Brasileiro temos que mostrar que este é o caminho para enfrentamento da questão da dívida externa. Era essa a minha pergunta, dirigida a Eduardo Campos.

Eu também quero parabenizar o PSB por ter nos seus quadros do PSB do Maranhão um trabalhador rural, um pedreiro. Isso mostra a inserção social do PSB. Nós vamos avançar muito mais e tirar esse espaço que hoje é ocupado pelo Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado.

Michelli Caputo Neto: Bom dia a todos e a todas. Eu sou Presidente do Diretório Municipal do PSB de Curitiba. Eu gostaria de dizer que parabenizo a organização deste evento, a Direção Nacional, pelo nível dos expositores e dos debatedores. É motivo de muito orgulho para o militante socialista, ver o nível da discussão que aqui foi travada. Mas eu gostaria de dizer também que tudo é muito relativo. Do mesmo jeito que endosso 98% da fala de cada um deles, também me permito, como militante, discordar de algumas questões. Por exemplo, não compartilho do pensamento de que o PT seja um partido democrático dentro de toda a sua base. Se fosse assim, não estavam aí os

parlamentares do PT ameaçados de expulsão. O PT tem mais alas que escola de samba. Eu não desejo isso para o meu Partido. Eu não desejo para o meu Partido, 10 ou 11 tendências. Tem Ministro petista que fala um negócio e outro que fala do mesmo assunto, no mesmo dia, em outro órgão de imprensa, de forma diferente. Então, eu também acho que isso não é exemplo de democracia partidária interna. Acho que nós temos muito motivos para estar no governo e outros tantos para criticá-lo. No macro,eu acho que nós estamos fazendo o que é correto. Já foi dito aqui que nós estamos num momento histórico e que o Governo Lula não pode dar errado. Mesmo que o poder não esteja na esquerda, mas é um governo de esquerda e nós temos um papel importante nisso. Eu não desejo para o meu Partido, como o Brizola está fazendo com o PDT, indo a público fazer o discurso que está fazendo. Eu não desejo para o meu Partido, o que o PPS está fazendo, minando o Ministro Ciro Gomes na sua base. Eu não desejo para o meu Partido, o que o Vice-presidente faz como PL, que aproveita todas as oportunidades que tem, principalmente quando o Presidente Lula está fora do país, para fazer as críticas que faz. O que eu desejo para o meu Partido, obviamente, é mais democracia interna, mais discussão, mais informação, mas eu desejo, acima de tudo, a coerência que o Partido está mantendo. Nosso Partido tem uma bancada de deputados federais sensacional. Eu quero parabenizar você, Beto, porque, no meu conceito, você é 20 vezes melhor do que o Leonel Brizola. Ao mesmo tempo que faz as críticas que você faz com a sua postura histórica, Beto, você vai na CBN defender as discussões e as medidas que, enquanto governo, nós estamos tomando.

Por outro lado, o que pode parecer uma defesa intransigente da nossa postura frente ao Governo Lula não me demove do fato de que, nas eleições municipais, o jogo que o PSB tem que fazer é o jogo do PSB. Nesse jogo, em muitos lugares desse país,nós vamos enfrentar o PT sim. Na minha cidade, por exemplo, quase todos os partidos que compuseram a base que elegeu o Presidente Lula não vão estar com o PT nas próximas eleições municipais. Por quê? Porque lá o PT fez uma opção preferencial e exclusiva com o PMDB e nós vamos fazer em Curitiba uma candidatura própria do Deputado Luciano Dutti, que nós elegemos pela força das nossas bases e vamos caminhar numa candidatura própria do PSB.

Encerrando, eu gostaria de fazer uma pergunta. Está sendo muito comentada a questão das reformas ministeriais que deverão acontecer no início do próximo ano. Uma pergunta que eu faço à Mesa é a seguinte: elas virão no sentido de diminuir o nosso espaço, de manter o nosso espaço? Quem é que vai ganhar espaço nessa reforma ministerial?

Antonio Marlos Ferreira Duarte - Coordenador: Nós vamos passar

a palavra, por cinco minutos, para o companheiro Beto fazer uma colocação em relação a essas questões que foram colocadas nesse primeiro grupo de perguntas.

Beto Albuquerque - Debatedor: É muito importante o nosso debate e é natural que nós tenhamos visões distintas, diferentes, dentro do seio do nosso Partido. Eu acho muito salutar isso. Eu quero insistir na tese de que na política não existe milagre. Só há uma chance de resolver o problema do desemprego num país como o nosso. É criarmos um ambiente político, administrativo que organize a sociedade e a economia para voltar a crescer. Se não há crescimento econômico, não há lugar para as pessoas trabalharem; não há o que vender se não há o que comprar. Então, nós não podemos separar essas duas coisas. Sem crescimento econômico, não há discurso nesta sala do plenário que vá resolver o problema do desemprego.

Deslanchar o crescimento de um país, não é tarefa fácil. Ainda mais, olhando para trás tudo o que se fez exatamente no sentido contrário. O nosso país tem baixa poupança interna. É por isso que nós somos um país endividado porque, infelizmente, nós temos uma renda média per capita do povo brasileiro que é um absurdo. Por exemplo, esta semana, nós estamos discutindo Imposto de Renda. Nós verificamos que 93% do povo brasileiro têm renda média mensal de R$ 700,00. Ou seja, 97% do povo brasileiro não pagam Imposto de Renda porque não consegue chegar aos R$1058,00 que é a faixa de isenção. Então, nós temos uma anomalia histórica, pesarosa. Houve um brutal debate sobre Imposto de Renda. Se aumentarmos a faixa de isenção, menos pessoas pagarão Imposto de Renda, portanto, os poucos que pagam terão que pagar mais, se diminuirmos o número de contribuintes.

Eu discordo de uma frase que o Leonelli disse - "Nós, na plena política de um governo de esquerda..." Nós não estamos num governo de esquerda. Ainda não constituímos maioria legítima das urnas para promover todas as mudanças. Conforme eu já salientei na minha fala, houve medidas, como progressividade e cobrança de impostos que nós perdemos para dentro da base. Dentro da base, o PT tem 90 deputados, o PSB tem 20, o PCdoB tem 11. Vejam quanto dá isso, num total de 513 deputados. Então, nós não estamos no exercício pleno de um governo de esquerda. Muitas vezes, nós perdemos teses do debate interno exatamente por não estarmos no exercício pleno de um governo de esquerda. É bom dizer "Vamos fazer isso! Vamos fazer aquilo!". Muito bem, mas dêem as ferramentas, os instrumentos, as armas para nós fazermos. Então, não há subserviência, há contingências. Eu pergunto: os governadores do PSB estão pagando a dívida, ou não? Estão. Mas não foram eles que assinaram os contratos. Poderia o Ronaldo Lessa romper o contrato

do acordo da dívida, que lhe come 13% de tudo o que arrecada todos os meses? Não poderia; se o fizesse, sucumbiria. Poderia o Paulo Hartung, ou a Wilma, romper os contratos? Não. Agora, porque é que nós achamos que o Lula tem que romper os contratos no primeiro ano? É óbvio que não pode. Eu sou de esquerda, mas não ando no mundo da lua, ando com os pés no chão. Não dá para achar que nós chegamos no governo e vamos ignorar a história dos acordos internacionais e estamos resolvidos. Nós não ganhamos a vara mágica ao governar. Nós vivemos num país de muita adversidade e, portanto, os desafios que nós temos são extremamente fortes. Eu concordo com as manifestações críticas da desarticulação do nosso governo em políticas sociais. Nós temos que ser muito críticos sobre isso. Um governo como o nosso tem que ter resultados, do ponto de vista social, extremamente bem articulados e, para isso, não podemos ter cinco ou seis Ministérios ou Secretarias fazendo a mesma coisa. Nós precisamos racionalizar a administração.

Também concordo com a crítica de que algumas decisões deviam ser amplamente discutidas. Eu não diria todas porque, nesse caso, nós iríamos viver em assembléia permanente e é impossível reunir o Diretório nacional todas as semanas. Mas os temas centrais devem ser crivados à bala no debate pelas instâncias do Partido. Acho que isso é importante para darmos o norte.

Em relação à Reforma da Previdência, eu não votei por imposição do PT; eu votei por convicção e estou pronto para o debate. Nós podemos fazer um debate sobre a Reforma da Previdência. Eu tenho números e gostaria de fazer esse debate porque há muito discurso. Meu pai é aposentado pela Previdência e ganha R$ 500,00 por mês, como 22 milhões de brasileiros ganham R$ 397,00. Tem muito discurso que dá sustentação a salário de desembargador, no norte e nordeste do Brasil de R$ 50.000,00 por mês, para esconder o povo que está sendo sacrificado numa Previdência que, infelizmente, tem sido surrupiada por interesse de uma minoria. Eu não estou me referindo ao servidor público. Eu estou me referindo às castas do serviço público. Eu não me conformo que um desembargador chegue a ganhar R$ 50.000,00 por mês. Tem que ter teto de salários neste país. Eu não me conformo que para pagar 22,5 milhões de brasileiros que são aposentados pelo INSS, todos os anos, nós gastamos 88 bilhões. Mas para pagar 2,5 milhões de servidores públicos aposentados nós precisamos de 66 bilhões por ano. Que igualdade de distribuição de renda é essa? Então, vamos enfrentar a questão da distribuição de renda porque só tem uma forma de fazer essa distribuição - tirar de alguém para dar para o outro. Distribuição de renda tem que mexer no bolso de quem tem para dar para quem não tem. Então, esse é um debate que nós podemos fazer. Eu acho que nós temos que fazer uma plenária para discutir o assunto das reformas. Vamos prosseguir o debate.

Antonio Marlos Ferreira Duarte - Coordenador: Vamos passar agora a palavra ao companheiro Eduardo Campos para fazer as suas colocações.

Deputado Eduardo Campos - Expositor: Eu concordo com o companheiro que a gente já teve muito tempo para falar e o importante é ouvir o plenário. Eu queria só responder à pergunta do Michelli, de Curitiba, que pergunta sobre a reforma ministerial. Eu acho que nós devemos defender uma reforma ministerial que abra espaço para os aliados do governo, no governo. Para que seja um governo de frente, e não um governo que tenha 85% do PT e um pedaço pequeno para os aliados. Eu acho que esse equilíbrio de forças vai ser bom para o Presidente Lula, bom para o governo, bom para o Brasil. Eu quero dizer também que o nosso Partido se sente bem representado no governo, no Ministério da Ciência e Tecnologia, através de um companheiro que é fundador desse Partido, que é o companheiro Roberto Amaral. Ele tem apanhado pelo bom e pelo ruim, sobretudo pelas posições políticas que a esquerda tem tomado dentro do governo. E não foi por falta da solidariedade da direção partidária e da nossa bancada. Eu quero dizer que dos ministros do Presidente Lula, poucos têm exercido o diálogo com a Base Parlamentar. Apesar de não ter sido Parlamentar e não ter vivido na Câmara, Roberto foi um dos Ministros que participou da vida parlamentar do seu partido e de outros partidos. Outros Ministros não agem assim e sequer conseguimos audiência com eles. A Benedita, por exemplo, em plena votação importante na semana passada, o Líder do PMDB pediu uma audiência e a Ministra Benedita marcou para 45 dias depois. Então, em relação à reforma ministerial, o governo deve fazê-la ampliando a participação dos aliados, e envolvendo os aliados nas decisões do centro do governo. Roberto me dizia que agora é que foi convocado para as reuniões do Conselho de Políticas Estratégicas. Eu acho que esse é um passo. Nessas áreas centrais, os aliados não têm sido envolvidos. Não é só com o Ministro Miro Teixeira, ou com o Ministro Ciro Gomes, não é uma coisa com o nosso Ministro Roberto Amaral, é uma política do Governo Lula agir assim. Vamos deixar agora a Plenária se manifestar.

Severino Gomes da Silva: Companheiros da Mesa e demais companheiros do Partido. Eu faço parte desse Partido há aproximadamente 15 anos. Eu tenho a felicidade de dizer que, pela primeira vez, nós estamos no governo, embora de forma pequena, como foi colocado aqui. Eu tenho uma preocupação grande de que nessas discussões políticas só se fala nas coisas maiores, só se discute o macro. Eu sou do interior, moro em um município e todo mundo sabe que a política começa do município. A política não começa no estado e nem na Nação. Ela começa do município, para o estado e para a Nação. A outra preocupação minha é que, no Governo Lula, existe um programa

chamado "Fome Zero", que pode ser muito bom do ponto de vista teórico, mas do ponto de vista prático, até agora, eu não vi muito resultado, principalmente na minha cidade. Eu gostaria de fazer uma sugestão ao companheiro Eduardo Campos e ao companheiro Beto. Nós do PSB não temos informações como esses programas sociais do governo irão caminhar, ou estão caminhando. Como é que nós vamos defender os programas do governo se nós não sabemos como esses programas estão sendo implantados - seja na zona da mata, seja no sertão, seja em outros locais do país. Então, eu faço um apelo aqui aos companheiros do Partido que têm mandato, que estão no governo, que têm ligações diretas com o governo, que procurem comunicar, não só ao PSB, mas a todos os partidos que fazem parte do governo, às bases lá no interior, como esses programas estão sendo implantados e como vão ser implantados para que nós do PSB, e de outros partidos que fazem parte do governo, possamos participar e acompanhar esse trabalho. Eu mesmo que fiz um trabalho profundo na nossa cidade para a vitória do Lula não tenho nenhuma informação sobre esses programas para defender o Governo Lula.

Antonio Valadares: Meus companheiros da Mesa, companheiros e companheiras do PSB. Meu nome é Totonho Valadares. Sou de Afogados da Ingazeira, sertão do Pajeú, Estado de Pernambuco. Sou engenheiro civil, já foi Prefeito da minha cidade e já fui Secretário de Agricultura do Governo Arraes, além de Presidente da Fundação de Desenvolvimento dos Municípios do Estado. Atualmente, ocupo o cargo de Coordenador de Obras do METROREC, empresa ligada à Companhia Brasileira de Transportes Urbanos. O que nos preocupa é que hoje, mesmo assumindo um cargo na administração federal, a gente não tem as condições de poder mostrar a cara do PSB na administração. E por quê? Porque nós somos obrigados a conviver com pessoas que ocupam cargos de direção nessas repartições que já estavam nesses cargos nas administrações anteriores, na administração de Fernando Henrique. Nós precisamos saber qual é a atitude que os nossos deputados e o nosso Partido vai tomar para poder mudar isso. Obrigado.

José Luciano Linhares: Bom dia a todos. Eu queria fazer rápidos comentários e dizer que o nosso líder, Eduardo Campos, vai ter que ter muita competência para se afinar com a vice-liderança porque a gente nota o entusiasmo do companheiro Beto pelo Governo Lula. E eu começo a protestar de se chamar "Governo Lula". Se é governo de uma coalizão de forças de centro-esquerda, porque é que todos se referem somente ao "Governo Lula". Como é que nós queremos dizer que o PSB tem que aparecer, se todos nós usamos esse vício de linguagem "Governo Lula".

Com relação à nossa participação no Ministério, eu acho que se nós

tivéssemos tido a sorte, ou a competência, ou o cacife, para ter um Ministério mais perto das políticas sociais, que é a cara do nosso Partido, talvez a gente tivesse uma visibilidade maior do Partido. Nós temos um Ministério de produção de ciência e tecnologia, de elite, e muito pouco do nosso Ministério vai chegar à base, por maior que seja a competência do nosso Ministro.

Eu queria dizer ao meu colega Beto que nós precisamos sim fazer um seminário interno, não só para discutir a questão da Previdência, mas para todos esses pontos. Se a gente prestar a atenção, a questão da credibilidade internacional, a taxa de juros, o "Risco Brasil" e todas essas coisas positivas citadas pelo Beto não chegaram à população das nossas cidades do interior. O povo não entendeu isso como uma coisa que vá alterar para melhor a qualidade das suas vidas. A população das nossas cidades do interior não entendeu isso porque, efetivamente, a vida deles não melhorou. São 500.000 novos desempregados nesse país; um volume de recursos pagos de juros da dívida, como jamais esse país pagou; um crescimento absolutamente desprezível de 0,2%. E além de tudo, há a negação do Conselho Político. Isso é muito grave. Ou o Lula tem que dizer que não quer mais Conselho Político, ou tem que colocar o Conselho Político para funcionar. Então, eu acho que precisamos reproduzir esses seminários. Nós não podemos ficar apenas no discurso. Será que esse comportamento é um comportamento de transição? Ou é um comportamento que vai perdurar? A proposta que eu deixo é que o PSB não aceite imposição do PT de que, nas eleições municipais deste ano, obrigatoriamente, se reproduzam alianças em torno da aliança de sustentação. Eu até justifico a minha preocupação porque eu ouvi da boca do Prefeito da minha cidade que, é irmão do Ciro Gomes, dizendo que o Ciro iria a Sobral para resolver o problema do PSB, porque é a única força que não concorda com o absurdo de uma candidatura única de mais de 100.000 eleitores. O líder do Partido já disse que isso não procede. E a pergunta é a mesma do Leonelli. Esse comportamento do governo é de transição, ou irá perdurar?

Antonio Maciel Ferreira: Eu quero saudar a Mesa e todos os companheiros aqui presentes. Em primeiro lugar, eu quero agradecer o apoio da nossa bancada federal à prorrogação da Zona Franca de Manaus. Eu estou deixando a Secretaria-Geral do Partido Socialista Brasileiro do Amazonas e assumindo a Fundação João Mangabeira. Criamos a Secretaria Especial Intermunicipal para poder fazer política no interior do Amazonas porque, do contrário, não se consegue com tantas dificuldades.

Eu vim aqui para colocar a situação do Amazonas no Governo Lula e também na nossa política interna. É claro que hoje a política do governo para o Amazonas não existe. O "Fome Zero" era uma política do PFL que agora

nós vamos ter que engolir de goela abaixo tudo aquilo que a gente combateu durante muito tempo. Quem dirige o "Fome Zero" no Amazonas é o Prefeito de Manaus e a Arquidiocese de Manaus, só arrecadando alimentos e distribuindo alimentos. Além dos alimentos, o PFL ainda tinha um cartão de R$ 30,00. E nós vamos ter que engolir tudo isso nessa eleição. A nossa questão interna é que, até agora, o Governo Lula não tem políticas para o Amazonas. A Direção Nacional do Partido Socialista Brasileiro abandonou o Amazonas e faz muito tempo que não aparece uma figura nacional nos nossos congressos. Quando o PSB era bem menor, e o companheiro Roberto Amaral era o Secretário Geral, ele rodava o Brasil inteiro e nós tínhamos sempre apoio no Amazonas. Hoje, o Partido tem muito mais condições e não faz política de unidade a nível nacional. Nós temos dois senadores no norte, com um ano de mandato, e sequer apareceram no Amazonas. Eu espero que o companheiro Cazara, que acaba de assinar a ficha de filiação partidária, assuma esse papel de coordenar a nossa política do norte para que nós possamos realmente nos inserir no contexto nacional do Partido e do Governo Lula.

Para encerrar, eu quero dizer que o Amazonas não tem nenhum cargo, foi esmagado pelo PT no Governo Lula. Dos 61 municípios do Amazonas, estamos instalados em 46. Em apenas dois municípios, nós vamos com o PT e em um, a reboque do PT. Nos demais, nós vamos fazer uma política de independência com o PL, com o PCdoB, com o PSC e com outros partidos. Na capital, nós temos candidato a Prefeito e temos uma chapa proporcional prontinha para não dependermos mais do PT e de nenhum outro partido. Vamos à luta e vamos batalhar para que a gente possa realmente sair vitorioso nessa eleição municipal. Muito obrigado.

Orlando Bordalo Júnior: Bom dia a todos. Eu quero saudar o Marlos Duarte, nosso condutor; o Eduardo Campos, nosso líder; e meus amigos, Beto Albuquerque e Domingos Leonelli, e Roberto Amaral. Eu fui um dos fundadores do PSB lá no Pará e eu queria contar uma historinha para vocês. Quando eu era menino pequeno, uma das histórias que eu li foi de um rei de um país pobre que, como Joãozinho Trinta falou, gostava muito de figuração e saía sempre com roupas novas e desfilava para dar aquela satisfação para o povo, já que ele não podia dar boas condições. Um dia, alguns costureiros lhe deram uma roupa tão leve que ele vestiu e ninguém tinha coragem de dizer que a roupa não era nada. Até que num dos desfiles dele, um menino chegou e disse: "O Rei está nu!".

O nosso Presidente, depois da derrota de 89, foi obrigado a reformular os seus antigos costureiros e chamou novos costureiros, que criaram um novo modelo para ele. Esse modelo terminou dando certo e conseguimos eleger o

Lula. Só que o modelo não tinha nada a ver com o nosso velho modelo que sempre o rei tinha desfilado.

Nós estamos aqui hoje examinando o papel do PSB no governo federal que nós ajudamos a eleger. Nós do PSB, pela nossa história, pela nossa tradição e pela nossa vontade, temos de chegar e dizer: "Lula, você está nu! Lula, essas propostas não são nossas! Os seus costureiros disseram que você tinha que esconder do povo a roupa nova para fazer sucesso, e o povo lhe elegeu pensando na roupa velha. Essa roupa nova não está agradando à maioria da população!".

Que a nossa renda caia porque apenas 7% da população paga imposto, coincide com uma estatística recente de que apenas 7% do país tem educação superior. Na realidade, apenas 7% paga imposto. Nós todos satanizamos o funcionalismo público federal com essa Reforma da Previdência, que na realidade não foi reforma nenhuma. Foi diminuição de vantagens e direitos que o servidor público tinha. A alegação é que 60% do dinheiro da Previdência são para pagar a previdência do funcionalismo público, mas não se diz que o funcionário normal desconta a Previdência sobre o seu teto de R$ 1.020,00. E o funcionário público desconta sobre o total do seu salário. Então, foi violentada uma parte sensível da população, aquela que paga imposto.

Concluindo, eu quero dizer que honra a todos nós a participação do Beto; honra a todos nós a participação do Eduardo Campos; honra a todos nós a participação do Leonelli; honra a todos nós a participação da nossa bancada como um todo. Mas, a mim particularmente, fez muita vergonha ver, nessas reformas, nós votarmos integralmente as propostas que nunca foram admitidas no PSB. Nunca se teve noção do que o PSB pensava sobre isso. Nós ajudamos a eleição do Lula, estamos no governo e temos que dar apoio, mas eu acho que chegou o momento de dizer: "Apoiamos sim, mas no que é dentro da programação e discutido no Partido Socialista". Não somos partido de aluguel, nem partido de reboque do PT. Nas eleições municipais, e em toda a nossa posição do Congresso Nacional, temos que mostrar, não a cara do Governo Lula, mas a cara da bancada do PSB, que nem sempre vai ser de acordo com todas as coisas que vêm do núcleo duro do PT.

Luis Villanova: Eu sou trabalhador rural do Maranhão. Fui deputado estadual por dois mandatos e hoje sou segundo suplente de deputado federal. Antes de ser deputado, era um assentado da Reforma Agrária, e continuo sendo assentado da Reforma Agrária, depois de ter sido deputado.

Talvez o Brasil não conheça que o Maranhão é um mártir - morreu para que o resto dos estados brasileiros pudesse ter vida. No Maranhão, a aliança do PT foi com o PFL. Quem apoiou profundamente o PT foi também

o PFL. Dos 54 cargos federais do Maranhão, três são do PT e 51 são do PFL. O PSB, como irmão do PT, não pegou nenhuma beiradinha do beijú. No Maranhão, para qualquer assunto de desenvolvimento e de política, nem o PT consulta o PT para tomar decisões, nem o PSB também consulta o PSB. Mas o PT, na hora de tomar qualquer decisão, consulta o PFL, que é o Sarney, que tem a cara do PMDB, mas na verdade, no Maranhão, Sarney é PFL.

O que eu gostaria que o PSB tomasse conhecimento é de que é preciso que o PSB introduza na sua política, a política agrária. O PSB não é um partido urbano. Principalmente no Maranhão, o PSB é um partido quase que inteiramente rural. E a gente não vê intervenções, divulgações de ações concretas do PSB nesse campo. É preciso que o PSB saiba que, no Maranhão, são feitos vários despejos diariamente. Houve um dia em que foram feitos 11 despejos de trabalhadores. Isso não é divulgado, não é conversado porque, na verdade, isso fere profundamente a política de 40 anos da oligarquia da família Sarney. O que eu quero, na verdade, é que o PSB dê atenção ao setor rural. Vocês sabem que a Reforma Agrária é a matéria prima do desenvolvimento do Brasil. Sem a Reforma Agrária, o desemprego vai crescer cada vez mais. É preciso que o PSB levante a bandeira da distribuição da renda, passando pela distribuição da terra. E aí, desculpem a expressão, "o buraco é mais embaixo" porque nós vamos nos confrontar com aqueles que estão no ainda estão no poder no Maranhão - o latifúndio.

Eu gostaria de deixar uma proposta para que todos pudessem discutir. As pessoas têm uma vocação doida de defender o PT. Eu quero dizer para vocês que lá na base a coisa é diferente. Lá na base, a gente é irmão porque o pai do PT casou com a mãe do PSB, ou vice-versa, mas não são filhos legítimos. Somos filhos adotivos. Por isso, temos que construir o nosso espaço para, depois do PT, o Brasil não voltar para as mãos do PFL. Obrigado.

Luis Soares: Bom dia a todos. O companheiro Luis Villanova colocou muito bem a questão da Reforma Agrária. Faz exatamente hoje 15 anos que aconteceu o assassinato do nosso Deputado João Carlos Batista. A gente pede que fique registrado e que na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional se faça uma manifestação sobre a Reforma Agrária, lembrando os 15 anos sem João Carlos Batista.

O ponto que eu quero colocar foi bem debatido pelo Deputado Beto Albuquerque, pelo Deputado Roberto Campos e pelo Deputado Domingos Leonelli. Por incrível que pareça, todos eles estão certos porque este governo é bem cheio de contradições. Eles estão certos pelos fatores positivos e negativos. Só que quem está mais do lado do governo só fala dos fatores positivos. Quem faz a crítica do governo esquece os fatores positivos e só faz a crítica.

Mas é muito pouco tempo. Nós estamos num país em que não se aceita ser vice-campeão. Temos que ser campeão. Nós estamos jogando esse tipo de futebol, que é o poder central, há apenas um ano. É muito pouco tempo. O Governo Lula é um governo de esquerda porque nós fazemos parte dele. Se não fosse um governo de esquerda, não faríamos parte dele. Mas daqui a um ano, eu espero não fazer críticas, e sim louvores a este governo da esquerda que vai perdurar por mais 20 ou 30 anos.

Por último, eu queria dizer que o PSB precisa amadurecer; precisa democratizar as suas informações e suas decisões mais importantes. É por isso que eu convoco a todos vocês para sermos grandiosos e indicarmos o Deputado Miguel Arraes para Presidente de Honra do PSB. Obrigado.

Guilherme Jesus: Bom dia, companheiros e companheiras. Eu sou do Rio de Janeiro. Sou funcionário público e trabalho há 20 anos na Comissão Nacional de Energia Nuclear. Eu gostaria de dar uma declaração sobre o que está acontecendo na Comissão Nacional de Energia Nuclear. A política que o Ministro de Ciência e Tecnologia tem desenvolvido é uma política correta, do ponto de vista da descentralização da soberania nacional. Isso tem que ser louvado. Mas ao mesmo tempo, nós só conseguimos indicar três cargos no Ministério. E o pior disso é que não está havendo nem renovação dos cargos. O pessoal do PFL é que está continuando no governo. Isso é que é pior porque nem as lideranças do próprio PT estão conseguindo emplacar algumas pessoas. E isso não acontece apenas no Rio, mas está acontecendo a nível nacional. Lá em Recife, por exemplo, tem o Centro Regional de Energia Nuclear e até hoje o diretor é um pefelista que participou da campanha do Marcos Maciel. E está dirigindo o centro até hoje. Isso não é nada pessoal, inclusive ele é meu amigo particular, mas é a questão política que nós estamos discutindo.

Como nós vamos tentar resolver esse problema? Nós sabemos que não temos maioria, mas uma vez que estamos no Ministério, eu acho que temos que brigar para ocupar esse espaço sim. Nós precisamos ter companheiros em cargos. Nós não podemos deixar de ocupar esse espaço. É claro que nas questões de votação da bancada é tudo negociado sim. Eu sempre admirei o Beto e o Eduardo como lideranças políticas e acho que estamos no caminho certo. Agora, no caso do Ministério, para que é que o PSB tem um Ministério se nem consegue ocupar os cargos do Ministério? E nós temos competência para isso, apesar de o companheiro ter dito que nós viemos da classe popular. Esse é um problema que eu gostaria de levar para a Executiva Nacional e para o Ministro. Obrigado.

Antonio Marlos Ferreira Duarte - Coordenador: Nós temos aqui uma questão que eu queria discutir com os companheiros. Nós ainda temos cinco pessoas inscritas e já são 13:00 horas. A coordenação do evento pediu

que desocupássemos este espaço às 13:00 horas porque às 14:00 começa o segundo debate. Então, vamos ser mais rigorosos no tempo.

Ed Wilson: Boa tarde a todos. Eu sou do Diretório do Rio de Janeiro. Eu quero dizer da importância que foi a eleição do companheiro Lula, tanto nacional quanto internacionalmente. Este foi um fato que, na história recente do nosso país quebrou um ciclo de governos que na verdade destruíram as nossas bases populares e democráticas. O PSB é parte dessa história e não pode, de formal alguma, contribuir, seja para a queda deste governo, seja para poder romper com esse governo. Até porque, nós temos apenas um ano do governo e acreditamos que a eleição do Lula é de fundamental importância para começarmos a construir este país.

Dessa forma, acho que nós temos que criar mecanismos para dar sustentação, tanto à nossa bancada na Câmara dos Deputados, como para as pessoas que estão nos cargos do governo e que estão muito bem representados. Acho que tudo o que foi colocado aqui é de fundamental importância. Este IX Congresso não pode sair daqui sem deixar claro que nós precisamos do Conselho Político. O Conselho Político é onde nós vamos encaminhar todas as nossas questões e fazer a diferença, na medida em que lá, nós poderemos, inclusive, buscar o apoio de outras forças políticas e continuar fazendo da discussão do Governo Lula no âmbito, nacional, estadual e municipal. Tem que ser determinado que cada Diretório faça essa discussão, seja uma vez por mês, seja conforme for a discussão do Governo para estar dando sustentação a esse governo. Eu acho que esse IX Congresso não pode acabar sem que seja fixada uma data para a instalação desse Conselho Político.

Luis Antonio: Boa tarde a todos. Essa faixa ao fundo da Mesa é muito importante porque confirma que eu estou realmente num Congresso do PSB, visto que vários companheiros que aqui vieram falaram muito a respeito do PT, alguns calorosamente, como se fossem partidários do PT. Eu acho que o PSB é tão importante, ou ainda mais, do que o PT.

A respeito da afirmação do Deputado de que apenas 7% pagam imposto, eu acho que o companheiro está se referindo ao Imposto de Renda. Na realidade, a gente paga imposto até por respirar. A carga tributária do nosso país é enorme. É um absurdo o que fazem conosco.

Quanto à avaliação da participação do PSB no governo, pouco se falou nesta sala a respeito dessa participação. Infelizmente, falamos a respeito da gestão do PT, falamos a respeito da gestão do PT, falamos a respeito do que deveríamos fazer em relação ao PSB, mas não falamos o quanto isso é importante a nível municipal. Ninguém duvida que termos um Ministério é um

ato extremamente importante porque isso nos dá status, nos dá abertura. Agora, o PSB modificou neste Ministério, o que o PSB trouxe para a população, sendo um Ministério tão importante como o Ministério de Ciência e Tecnologia? Eu tenho um processo de reciclagem de pneus que eu não consigo sequer apresentar porque nos disseram que as regras de aporte de capital ainda não estão definidas e, portanto, o projeto não pode sequer ser apresentado.

E agora, a próxima eleição que nós temos é municipal e ninguém aqui tem coragem de falar, com raríssimas exceções, que o PT vai bater no PSB em todos os municípios. E aí? Nós vamos dizer que não podemos falar que o PT é ruim porque nós fazemos parte do governo? Eu acho que essa é a questão e essa é a minha pergunta. A avaliação da participação do PSB no governo é importante para nós neste momento? Obrigado.

Manoel Messias: Bom dia, senhoras e senhores. Eu sou Manoel Messias, de Palmas Tocantins. O Deputado Domingos Leonelli colocou a sua preocupação em relação à discussão da ALCA. O PSB lançou a questão da discussão da ALCA e depois colocou a sua preocupação quando se discutiu a questão da Reforma da Previdência. O PSB não fez a discussão interna sobre a Reforma da Previdência, e se fez, não chegou ao nosso conhecimento. Isso me preocupa muito. No ano que vem, temos a questão das composições, das alianças para as próximas eleições municipais no ano que vem.

O Tocantins é um estado que não é muito diferente do Maranhão, não. Mesmo sendo um estado novo, ali está implantada uma família que é uma verdadeira ditadura. O governo apoiou José Serra, mas é quem está mandando lá. Os cargos do PT são raras exceções. Então, me preocupa muito porque eles é que estão mandando.

Um outro ponto é a questão da ideologia do PSB nas próximas eleições. No Tocantins, nós temos um companheiro que, mesmo sem condições, conseguiu quase 200.000 votos naquele estado. Na capital, temos apenas 102.000 eleitores e ele teve 58% dos votos na capital. Ele é pré-candidato a Prefeito. Fico muito preocupado se o PT não vai querer impor a candidatura de uma pessoa que está desgastada. Isso me preocupa muito e eu peço à Direção Nacional do PSB que analise bem essa questão. Obrigado.

Maria Inês: Eu sou a Prefeita de Pimenta Bueno. Eu queria apoiar aqui todas as propostas de uma avaliação mais profunda da participação efetiva no governo, em relação a cargos, principalmente nos estados e municípios. Eu queria pontuar algumas questões que eu vejo que devem ser discutidas com relação à participação do PSB no governo que nós apoiamos: a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere aos limites constitucionais, quando

nós temos no nosso programa de governo a implementação das políticas públicas e isso impede; a dependência excessiva que o Governo Fernando Henrique Cardoso impôs aos municípios, com relação às emendas orçamentárias, principalmente, no que se refere à infra-estrutura urbana; a carga pesada através da descentralização dos serviços, principalmente, nas políticas públicas e políticas sociais; a definição do papel do Estado enquanto ente federado, confrontando com a questão dos municípios; a revisão do Pacto Federativo.

Eu também queria colocar a questão da implantação do micro-crédito, de mais recursos para a agricultura familiar. Essa é uma iniciativa ótima, porém, é necessário se fazer uma avaliação de como isso está acontecendo lá na ponta. A burocracia continua imperando. Eu não sei se isso acontece só no Estado de Rondônia, mas acho que é no país inteiro. Então, é preciso que a nossa bancada do PSB avalie esses resultados.

Encerrando, o governo, em que pese ser o primeiro ano, em que pese a mudança dos diretores e das pessoas responsáveis pela condução das políticas, tem que ser mais ágil, mais rápido, porque o tempo urge. Caso contrário, pode sucumbir um governo que nós queremos que dê certo. Obrigado.

Mauro Nazif: Eu não vou entrar aqui na discussão do FMI, na questão dos servidores públicos, para avaliarmos se é melhor ou não. O que nós gostaríamos de levantar é a questão do que o PT apresentou em campanha e nesse período todo de vida político-partidária. O PT sempre defendeu que era contra esses acordos do FMI, que era contra tudo isso do Governo FHC. Em cima disso, ganhou-se uma eleição e se criou uma expectativa de que o Governo Lula iria ser melhor para os servidores públicos, iria ser melhor na Reforma Agrária, que iria haver mudanças. E a população comprou essa idéia.

Infelizmente, nós podemos observar que isso não vem acontecendo. É aquilo que nós falamos. É importante manter o FMI? É importante porque nós não temos como quebrar isso, mas aquilo que foi levado em campanha está sendo diferente do que está acontecendo. Então, nós temos que estar muito atentos para que esse discurso da campanha não seja algo que, amanhã, a gente não possa cumprir. Todo esse ônus pode vir a cair sobre o PSB porque, quando você discute a questão do PSB, em todos os municípios e estados, as pessoas perguntam: "Vocês não fazem parte do governo?". E nós discutimos também que o PSB deveria até fazer mais parte do governo por ter trabalhado na campanha, mas nós só estamos levando o ônus do governo do PT. Isso é uma coisa que nos preocupa muito dentro dessa questão porque nós entendemos que isso possa nos trazer prejuízo. Por exemplo, no nosso estado. O Estado de Rondônia vive basicamente da agricultura e dos servidores públicos. Nós vamos disputar uma eleição para prefeito na capital e esperamos ganhar no primeiro

turno, contra tudo e contra todos. Mas, temos um discurso todo contra nós que é essa questão de tudo o que vem acontecendo a nível nacional.

O Beto colocou aqui a questão da distribuição de renda. Isso também é muito contestado. Nós poderemos dar como exemplo a questão do Judiciário. O Congresso poderia dar um basta nessa questão salarial do Judiciário, estabelecendo um teto. Mas, joga-se a responsabilidade para os estados. Os estados são muito mais frágeis do que a União para resolver essa questão. Esse é um outro ponto importante quando se alega essa questão da melhor distribuição de renda. Aqueles que estão lá no topo, estão mantidos. Quem é responsável pelo rombo da Previdência? São os servidores públicos? Não, porque eles sempre foram descontados e o dinheiro deles estava em caixa. Então, os servidores públicos que hoje são os maiores penalizados dentro da Reforma Previdenciária, foram aqueles que sempre descontaram para a Previdência. A justificativa apresentada é que vão ser beneficiados 40 milhões de pessoas, mas está se tirando daqueles que sempre contribuíram e sempre pagaram.

Então, eu gostaria que nós tivéssemos essa preocupação, enquanto Partido, para não ficarmos submissos ao PT e apenas levarmos o ônus desse governo. Obrigado.

Antonio Marlos Ferreira Duarte - Coordenador: Antes de passar a palavra à Mesa, nós temos umas perguntas que chegaram por escrito: Até quando este governo vai ficar ajoelhado diante das instituições financeiras internacionais? O que difere a política econômica de FHC e do Governo Lula? Neste continuismo puro, podemos ter esperança? Ou vamos continuar pagando a sangria da dívida externa? O embate e a participação do PSB no Governo Lula deve ser numa linha ideológica? Que tipo de projeto nós queremos para o Brasil - a mudança ou o continuismo? Se for o continuismo, estou fora porque os antecessores o fazem com mais competência. Este questionamento foi de Paulo Pedrosa de Almeida, Delegado de Apucarana, Paraná.

A pergunta do companheiro Thales Vital, do PSB de Olinda, Pernambuco, é a seguinte: A análise da participação do governo deve ser vista a partir dos interesses populares. Como essa Mesa entende que a população está avaliando o primeiro ano do governo? Como o PSB vai ficar ao lado da população?

Essas foram as perguntas encaminhadas à Mesa. Eu passo a palavra ao Eduardo Campos para a sua exposição final.

Deputado Eduardo Campos - Expositor: Várias perguntas que foram feitas aqui passam uma certa fixação nossa com o Partido dos

Trabalhadores. Eu acho que a gente tem que compreender essa fixação em relação ao nosso Partido e ver qual vai ser o nosso papel nesse jogo político. Levando em consideração tudo o que foi perguntado em relação ao Governo Lula, eu entendo que o Governo Lula é um governo em processo de construção. O governo está em processo de definição. Há luta e disputa na base desse governo, não é "um caminhão de japonês". Tem gente que quer que o governo seja o FH III, a continuidade. Nós, enquanto PSB, entendemos que o povo está ansioso. Outro dia, um companheiro me disse algo que ficou na minha cabeça. Eu perguntei: "Como é que está a questão do governo?" E ele disse: "A população está meio inquieta. É como se tivesse comprado um ingresso de uma peça de teatro, ou um show, e o atraso está grande. Por enquanto, ainda não estão pedindo o ingresso de volta, mas o tumulto já começa a surgir". Nós assistimos que há uma inquietação que é própria também de dentro do governo. O próprio Presidente e os Ministros queriam que tudo estivesse numa velocidade muito maior. Mas há circunstâncias e o PSB pode contribuir para que esse não seja um governo de continuidade, se nós tivermos a intervenção articulada à esquerda, cobrando alguns pontos que surgem na luta política que existe na base do governo. E um momento importante para fazermos isso será o momento das eleições municipais, onde, de forma alguma, se vai limitar a capacidade da disputa política nas urnas que vamos exercer com o PT, em todos os cantos. Nas capitais, nós vamos disputar a eleição com o PT em 20 cidades. Nós não vendemos o PSB no balcão do governo. Isso não é nem da nossa história, nem da história do Governo do Presidente Lula. Nós vamos guardar a independência. Nós não somos o PT. No primeiro turno, nós tivemos um candidato diferente do Presidente Lula. Nós precisamos agora é fazer a disputa política correta e não oportunista. Precisamos fazer com que o Governo Lula não escape. Nós tivemos muita chance de estar derrotados com apenas 100 dias de governo, sem ter a oportunidade nem de estar fazendo este IX Congresso aqui porque não haveria ambiente político para estarmos discutindo essas coisas. Mas vencemos as dificuldades. Agora, também não vamos achar que dá para continuar do jeito que está.

Para encerrar, eu queria abordar a questão das reformas. Eu queria deixar muito claro que nós procuramos fazer o debate das reformas. Nós fizemos esse debate na nossa Executiva, na nossa bancada, chamamos os governadores, chamamos os prefeitos das capitais, fizemos expediente para os diretórios do nosso partido e para os deputados estaduais. Pode não ter sido um processo perfeito e acabado, foi uma tentativa. Poderíamos inclusive aprovar como uma moção nossa, como um roteiro para outras reformas do futuro. Agora, é preciso dizer, com muita franqueza, olhando aqui nos olhos dos

companheiros e companheiras, que eu não recebi de nenhum Diretório Estadual, de nenhum parlamentar, nenhuma contribuição ou chamamento para fazer esse debate. Eu estou colocando isso para a gente aperfeiçoar essa relação. Vem aí a reforma política e eu acho importante que se discuta lá na base a reforma política, para depois não se dizer que não fizemos debate. É preciso que a gente cobre, mas que pratique também, caso contrário, fica só a cobrança e não tem a proposição em cima da cobrança.

Portanto, eu queria agradecer a participação de todos e sobretudo a presença disciplinada do militante Roberto Amaral, porque se chamar ele de Ministro, ele dá o carão que deu em Carlos Siqueira ontem. Obrigado a todos.

Domingos Leonelli - Debatedor: Eu acho que a participação do Eduardo e do Beto Albuquerque foi uma participação muito importante. Eles estão nesse front parlamentar e acho que foram muito sinceros e informaram bem o Partido das coisas que têm que ser informadas. Agora, cabe ao Partido tomar as decisões. Alguns companheiros falaram aqui que deveríamos fazer seminários para discutir determinados temas. Eu acho que os seminários são importantes para discutir temas gerais, mas para discutir os temas políticos que estão em andamento, o que nós precisamos é que o nosso Partido funcione. O órgão deliberativo do Partido não é a sua Executiva. A Executiva é o órgão executivo do Partido. Ela cumpre as determinações do Diretório Nacional. Entre um congresso e outro, o órgão deliberativo do Partido é o Diretório Nacional. Se nós conseguirmos que o Diretório Nacional funcione democraticamente, discutindo os temas que estão sendo votados, que estão na pauta da ordem do dia da Nação, eu acho que isso alimenta automaticamente os diretórios estaduais e aí você cria uma cadeia que vai até o diretório municipal, fazendo um debate político real, onde o Partido possa influenciar a decisão da bancada da sua Executiva. Eu estou insistindo nessa democracia interna como uma necessidade. Não é um luxo, não é uma questão de princípio, não é uma questão ética, moral, interna do Partido. É principalmente uma necessidade. Nós só podemos qualificar a nossa participação se houver democracia interna e participação. Acho até que na questão da nossa participação funcional no Governo Lula também é importante que haja um mínimo de democracia porque quando uma pessoa, por mais importante que seja, como o Presidente Miguel Arraes, indica dois, três, quatro nomes importantes para determinados cargos, se é apenas ele que indica, se não foi possível ao Partido indicar os nomes, e se foi uma proposição individual, ele próprio fica sem condições de reivindicar mais para o Partido. Quando é o partido que indica, quando a relação é partidária, isso não acontece. Nós precisamos mudar a forma de fazer política. Lamentavelmente, o Governo Lula reeditou algumas formas

antigas e conservadoras da política, através de indicações pessoais - é o Garotinho que indica, é o Arraes que indica. Quando a indicação é do partido, não existe uma saturação. Aquele que negociou pode reivindicar mais porque não foi ele que indicou, foi o Partido.

Eu quero repetir aqui que votei a favor da Reforma da Previdência no Governo Fernando Henrique, quando ele mandou a proposta ao Congresso, porque achava a Reforma da Previdência absolutamente necessária e indispensável. Se a Previdência não for reformada, ela quebra. Agora, acho a Reforma da Previdência tão necessária, quanto é desnecessário o desconto dos aposentados. Na última conta que eu soube, ao longo de 10 ou 20 anos, seriam poupados apenas 2 bilhões. Havia outras formas de se conseguir isso. O Governo Lula tem a sorte de não ter adversários como o PT. O que o PT fez em outras oportunidades foi demonizar alguns temas que ele depois foi obrigado a assumir. A Reforma da Previdência foi um deles. Era impossível não reformar a Previdência Social brasileira, no entanto, quem votou a favor teve o seu nome nos cartazes dos sindicatos do país inteiro. Hoje, eu vou acionar a CUT, vou receber uma grana da CUT, porque ela não fez o mesmo com os deputados do PT que votaram pelo desconto dos aposentados e pela mesma coisa que demonizaram os outros.

Então, eu acho que o PT é o nosso principal aliado e o nosso principal ex-adversus. Nós temos essa dupla condição com o PT e vamos ter que conviver nesta relação. É preciso compreender bem o papel do PSB. É por isso que eu insisto na democracia interna e na qualificação da nossa crítica, que nos diferencia do PT, inclusive em relação ao governo, para não termos a cínica argumentação do Líder do PT que, na minha cidade de Salvador, abre a boca e diz: "O PT era contra o desconto dos aposentados. Foram os governadores aliados e os outros partidos que obrigaram o PT a fazer o desconto dos aposentados". Então, aquilo que é de positivo é do PT, aquilo que é negativo vai na conta dos aliados e dos governadores. Há uma certa amoralidade que nós temos que combater em nome da democracia e de uma relação com o PT que possa ser companheira e fraternal.

Por isso, eu sintetizo a minha posição: democracia interna e qualificação política das posições do PSB em relação ao governo. Nós temos que contribuir, criticando quando for necessário. Muito obrigado.

Deputado Beto Albuquerque - Debatedor: Eu estou de absoluto acordo quanto à visão crítica que nós temos que ter sobre este governo, inclusive, sobre os nossos governos - os nossos prefeitos, os nossos governadores. Nós também temos que fazer juízo de valor como é que vamos onde nós somos governo. O Governo Lula não é um governo do PSB. Eu não posso cobrar o

que o Garotinho disse na campanha pelo PSB para que o Lula faça. Quer dizer, nós somos um aliado do governo, mas nós não conseguimos fazer um governo nosso. Se nós tivéssemos ganhado a eleição, o governo seria nosso e nós teríamos que correr atrás do que nós almejamos, em 100%. Então, nós somos uma parte pequena no governo; somos uma parte pequena no Congresso Nacional; mas sem dúvida nenhuma, nos honramos do trabalho que podemos fazer com isso. Por isso é fundamental que nós cresçamos como partido. Temos que crescer eleitoralmente e temos que crescer na bancada, porque a relação da política na democracia é uma relação de poder político e nós precisamos crescer para podermos ter mais força.

Eu queria também dizer aos companheiros que, em momento algum, me referi aqui ao PT. Eu sou Vice-Líder do Governo, me honro disso, e enquanto o meu Partido desejar ser governo, e eu for Vice-Líder, eu não posso ser um oportunista Vice-Líder do Governo. Vice-Líder da Bancada é uma coisa; Vice-Líder do Governo é outra. É por isso que há distinção da forma como eu falo e da forma que o Eduardo fala. Eu ocupo um cargo em que preciso ser coerente e fazer a defesa do governo. E mesmo fazendo a defesa do governo, nunca deixei de votar conforme a bancada orientou em muitas questões em que o governo divergia da nossa opinião. O último exemplo foi o do Imposto de Renda, em que o governo tinha uma opinião e, nós do PSB, nos sublevamos e votamos por fixar um tempo na prorrogação da alíquota de 27%. E quero dizer mais. Sou Vice-Líder do Governo do Lula, mas vou derrotar o PT na Prefeitura em Porto Alegre. Sou candidato a Prefeito pelo PSB. Isso não tem nenhum problema. Não estou recebendo pressão alguma do PT para dar continuidade aos 16 anos de administração do PT lá em Porto Alegre. Nós estamos com candidatura própria, temos propostas próprias e vamos ganhar a eleição. Estamos trabalhando para isso.

Então, eu falo muito à vontade com essas coisas e acho que temos que nos preocupar mais conosco do que com eles. Eles já têm muitos problemas. Eles são uma plêiade de problemas. Nós precisamos mirar o nosso horizonte. Agora à tarde, nós vamos ter um painel sobre a questão das estratégias das eleições municipais. Então, nós temos que pensar o nosso projeto e não o que o PT acha que nós temos que fazer. O que nós queremos fazer? A minha tese é que nós temos que ter candidato em todas as principais cidades brasileiras, independente se isso está em acordo, ou desacordo, com os interesses dos nossos aliados. Agora, governar é enfrentar também desgastes. Não tem só bônus. Os bônus até têm sido poucos para o entusiasmo e o empenho que nós temos tido em relação ao governo. Mas para a gente aumentar o bônus, o espaço, fazer com que o PT reparta mais o governo, nós precisamos ir criando

condições políticas de ir fazendo isso. Se eu for um Vice-Líder infiel, eu não tenho como reivindicar nada do que os companheiros aqui reclamaram. Se nós não jogamos com a fidelidade, como é que eu vou querer ser fiel na alegria e infiel na tristeza?

Então, eu acho que é esse o raciocínio que nós temos que fazer. O PSB está avançando. O Conselho Político é imprescindível para que nós possamos exercer um poder político maior, e nós vamos estar no governo até quando o limite de expectativas de reais mudanças nos permitirem acreditar nesse governo. Nós não somos um partido caudatário de ninguém. O PSB tem muitos anos de história. Muitos homens já passaram, outros continuam, mas nós temos compromissos históricos. Agora, a gente sabe que governar não é fazer milagres. Nós nunca poderemos exigir que o Ronaldo Lessa, mesmo estando já no seu segundo mandato, possa ter resolvido todos os problemas de Alagoas porque nós sabemos que as heranças que ele herdou são trágicas, difíceis. O Paulo Hartung pegou um estado assaltado. Agora, vou eu dizer: "Como é que é, Paulo Hartung? Não pôs em dia a folha de pagamento? Mas que absurdo!". Nós temos limites para fazer determinadas coisas e acho que temos que ser coerentes quando cobramos isso dos nossos aliados. O PSB não é um partido anexado ao governo como é o PMDB e o PP. Nós somos um aliado do projeto do Governo Lula. Se esse projeto sair do seu rumo, nós saímos do governo. Isso é muito simples. É só estarmos mobilizados e fazendo esse debate permanente. Eu agradeço a oportunidade e a contribuição que todos vocês deram a esse debate. Inclusive, surgiram muitas idéias aqui e acho que o juízo crítico da nossa militância é o que faz esse partido ter perspectiva de futuro. Parabéns. Obrigado.

Antonio Marlos Ferreira Duarte - Coordenador: Muito obrigado pela presença de todos. Está encerrado o presente debate.

Grupo IV

06 de dezembro de 2003

A Questão Regional



Coordenador:
Senador Antonio Carlos Valadres

Expositora:
Deputada Lídice da Mata

Debatedores:
Antonio Barbosa Bala

Rodrigo Rollemberg

Relatora:
Lila Rollemberg

Deputada Lídice da Mata – Expositora: O Senador Antonio Carlos Valadares, que é o Coordenador deste grupo, ainda está em sessão no Congresso, portanto, vamos iniciar os trabalhos, com a minha apresentação sobre o tema "Questão Regional".

Ao analisarmos a questão regional, não podemos deixar de levantar a situação do Nordeste do nosso país. No final da década de 50, esse nordeste pobre de hoje, com índices sociais agravados, representava, principalmente, uma economia agro–exportadora. Na verdade, a população rural representa 46% da população brasileira. A Bahia é a maior população rural proporcionalmente de todo o país. Esse modelo agro–exportador, nesses últimos quarenta ou cinqüenta anos, sofreu uma profunda modificação. E hoje, quando falamos de nordeste, estamos falando já de uma economia complexa, heterogênea, inclusive, com pólos de desenvolvimento industrial de ponta. No caso baiano, isso se deu com a ida da Petrobrás, já no início dos anos 60, e depois, no início da década de 70, com a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari. Foi aí que se introduziu a indústria de ponta na economia do Brasil. Portanto, o Pólo Petroquímico de Camaçari significou uma posição inovadora em relação ao que se propunha para o desenvolvimento do Nordeste à época. Houve uma participação de um economista, Rômulo Almeida, que participou também do Governo Getúlio Vargas, e que defendia a idéia de que você não precisava necessariamente de um pólo petroquímico de investimentos que gerasse empregos diretamente, mas que ele fosse capaz de gerar uma determinada quantidade de empregos e, principalmente, de gerar renda. O importante é que se criasse um desenvolvimento de serviços em torno desse pólo petroquímico que gerasse uma economia própria. E isso teve um resultado significativo, nesse período de ditadura militar, de constituição das regiões metropolitanas no país inteiro e teve uma viabilidade econômica muito definida na Bahia.

O Pólo Petroquímico de Camaçari, no início da década de 70 até início da década de 80, gerava cerca de 26.000 empregos diretos, resultando no desenvolvimento da cidade de Camaçari e das cidades da região metropolitana, com investimentos de diversas áreas de serviços que criaram, indiretamente, quase 50.000 empregos. Hoje, nós temos uma outra economia– considerada economia de ponta, no Brasil e no mundo – que é a indústria automobilística. A FORD já está instalada há dois anos. Com todos os incentivos fiscais que recebeu do Governo Federal e do Governo do Estado, absurdos até, a FORD gera 5.000 empregos diretos na Bahia, num processo de automação forte.

Falando do Nordeste como um todo, eu queria apresentar os dados de uma antiga companheira do PSB, a Tânia Bacelar, que é uma estudiosa da economia de planejamento econômico regional. Ela nos diz que, na Região

Nordeste, em 20% do território brasileiro vive 29% da população do país; originam–se aproximadamente 14% da produção nacional total medida pelo PIB; 12% da produção industrial; e quase 21% da produção agrícola". Esses são dados de 1995, quando ela fez esse estudo. Hoje, alguns desses índices estão modificados para mais, inclusive, cresceu a participação do Nordeste no PIB.

Esse Nordeste de que falamos, também não é um nordeste único. Quando nós falamos do Nordeste, nós estamos falando de diversos nordestes. Nós estamos falando de um nordeste que compreende Aracaju, Sergipe e Bahia, que têm uma relação mais direta. Os três estados tiveram uma relação com a Petrobrás semelhante e têm até uma grande proximidade física. Nós costumávamos até dizer, numa brincadeira baiana, que o melhor final de semana na Bahia é Aracaju.

Depois, você pega um outro nordeste, que compreende Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, cada um com suas características. Aí, nós temos um novo pólo industrial emergente, no Ceará, que reserva características muito próprias dentro dessa discussão de desenvolvimento regional. Nesse contexto dos últimos cinqüenta anos, talvez o estado que tenha perdido mais, proporcionalmente aos outros, seja justamente o Estado de Pernambuco. Nós também temos um pólo industrial de mineração no Maranhão, que está crescendo. Assim, essa economia que na década de 50 tinha uma marca de economia agro-exportadora, passa a ser uma economia modernizada, com outras relações, principalmente relações industriais. Nesses últimos 40 anos, cresceu muito a participação industrial do nordeste.

No que diz respeito à produção agrícola no Nordeste, também há uma relação bastante diversificada. Hoje, o sul do Piauí e o oeste da Bahia são regiões muito próximas do Centro–Oeste. Hoje, nessa região, a produção de grãos, especialmente a produção de soja, devido ao uso da tecnologia, é uma produção muito significativa no contexto do país. A produção de soja torna essa área completamente distanciada dessa idéia de pobreza e de zona rural pobre. A região do oeste baiano é uma região rica; uma região com abundância, cujas características vão se vinculando muito à região Centro–Oeste, com a presença dos "colonizadores" do Rio Grande do Sul; é uma economia com forte influência de uma migração do sul do país.

Mesmo assim com todos esses impulsos de desenvolvimento, seja da agricultura, da soja, ou do café em outras áreas, e até com um pólo de celulose, em relação a outros estados, a Bahia ainda mantém um quadro de pobreza muito significativa. A Secretaria de Planejamento da Bahia tem uma coisa muito positiva ao longo desses anos, desde de Rômulo Almeida para cá, que foi a

constituição de um grupo de estudos sobre a economia baiana. É um grupo muito expressivo, um grupo de pesquisa dentro do SEI, que é a área de estudo e investigação da Secretaria de Planejamento. Há uma pesquisa recente que demonstra que a Bahia, nos últimos vinte anos, foi o estado que menos conseguiu diminuir a sua pobreza em relação aos outros estados do Nordeste.

Eu penso, já num livre pensar, que nós temos uma situação diferenciada, por exemplo, do Ceará. Eu julgo que o Ceará é uma experiência muito singular porque desenvolveu uma indústria que partia da sua própria tradição de economia - é a indústria têxtil cearense, que se mecanizou, que se modernizou, que ganhou o mercado nacional. Mas ela é, acima de tudo, uma indústria com raízes na própria economia tradicional da região. A industrialização no Maranhão, ou na Bahia, ela é principalmente uma industrialização vinda de fora para dentro. Quando a Petrobrás chega na área do Recôncavo Baiano, que é inclusive a minha região de origem, ela chega trazendo um progresso enorme - gerando riquezas, integrando segmentos, inclusive, no campo cultural, dando a oportunidade à comunidade negra de uma grande participação. É a partir daí, que os negros de Bahia começam a se inserir de fato na atividade econômica produtiva; que você passa a ter uma situação de classe–média, com salários acima do conjunto das regiões. No entanto, essa região onde a Petrobrás se implantaou, era uma região agrícola, tradicionalmente vinculada à cana–de–açúcar e que se desestruturou completamente em torno da Petrobrás. O Recôncavo passa a ter, imediatamente, duas divisões: o Recôncavo da cana–de–açúcar, que vai se deteriorando; e o Recôncavo do petróleo. Entretanto, quando a Petrobrás chega, da mesma forma que traz o progresso, como o petróleo não se encaixa numa produção que crie uma cadeia produtiva na região, na medida em que é um produto para exportação, para ser beneficiado e vendido em outros estados e vendido, ele leva a uma estagnação da economia tradicional dessa região.

O mesmo acontece com o Pólo Petroquímico de Camaçari. No Pólo Petroquímico de Camaçari, nós criamos e produzimos insumos que vão para São Paulo, são transformados em produtos, e voltam com preço muito maior para serem consumidos. Então, o que isso gera? Isso resultou em que a Bahia vem crescendo, tem hoje o principal PIB do Nordeste, e também os principais índices sociais negativos. Há mais de quinze anos, a Bahia ocupa o papel de campeã nacional do desemprego nas regiões metropolitanas do Brasil, inclusive, um desemprego maior do que o de São Paulo. São Paulo sempre fica em segundo lugar e nós em primeiro. Houve um problema objetivo ao pensarmos o desenvolvimento baiano porque nós não conseguimos pensá–lo com um contexto de desenvolvimento sustentável, onde tivéssemos a possibilidade de desenvolver uma cadeia produtiva que incorporasse a economia baiana.

Agora vem uma FORD. Nesse período de globalização, onde muito daquilo que é produzido para compor o carro já vem pronto de fora, a FORD não consegue incorporar um esforço extraordinário do Governo do Estado para desenvolver uma articulação entre o Pólo Petroquímico com a indústria de plásticos, para a produção de capa de plástico para os carros ou coisas similares que possam integrar uma coisa com outra. Então, é uma economia desintegrada, além de ter recebido com benefícios fiscais imensos.

Por outro lado, você pega a região que dependa da agricultura, e da soja principalmente, e você que há um verdadeiro *boom* de crescimento. Essa não é uma realidade apenas da Bahia, mas de todo o Nordeste. Nesses quarenta ou cinqüenta anos pouco mudou o perfil agrário do nordeste brasileiro. A posse da terra e a propriedade da terra permanecem como há quase quarenta anos atrás. Então, em vez de crescer a produtividade da terra, onde você produz a soja, o que está acontecendo na Bahia é que você está estendendo o tamanho da propriedade para poder desenvolver e crescer a produção. Isso está desorganizando completamente o pequeno produtor rural, que é responsável pela manutenção de 40% da população no campo no nosso estado. Portanto, essa realidade baiana é muito característica da Bahia: nós temos os piores índices de analfabetismo; nós temos o maior índice de repetência e de evasão escolar do Brasil; e nós temos uma realidade dramática, do ponto de vista social. No curto prazo não se apresentado nenhuma solução para esse problema. Há uma tentativa de desenvolvimento do Governo do Estado, mas esse desenvolvimento é em torno de Salvador e da região metropolitana. É aí que o desenvolvimento industrial está concentrado.

O desenvolvimento agrícola, geralmente, se dá numa determinada região, como é o caso de Conquista, no sudeste, e na região do café, no sul. A produção de cacau já entrou em declínio, mas estão tentando a sua recuperação. E a industrialização de pequeno porte, como a indústria têxtil, não resultou positivamente. Nós tivemos diversas indústrias - de calçados, de leite - que saíram de São Paulo e foram para o interior da Bahia. O problema é que elas recebem os incentivos fiscais e permanecem lá enquanto duram os incentivos fiscais. Depois que o incentivo fiscal acaba, elas desmontam o seu circo, carregam com lona e tudo e vão para o Ceará, vão para um próximo estado que lhes dê mais incentivos. Essa é uma característica dessa industrialização moderna.

Eu volto a dizer que isso é resultado de nós não termos uma cadeia produtiva que se incorpore à economia regional já existente. É essa dissonância que nos leva a ter esse aspecto de contradição entre essa economia baiana, que é uma economia de ponta dentro do Nordeste, a mais importante do Nordeste hoje, e no entanto, os índices sociais do nosso estado permanecem os piores

do próprio Nordeste. O Maranhão tem uma situação semelhante à nossa também. Não é possível se analisar isso sem também ver que nessa região a forma de organização política corresponde ao atraso social. É a região também onde a forma de articulação do poder político, a relação do público com o privado, é mais conservadora e faz com que fenômenos como Antônio Carlos Magalhães e Sarney sobrevivam, de Juscelino para cá, como coronéis modernos. O Antônio Carlos justamente se pega no poder com Juscelino, e tem uma posição absolutamente subserviente a qualquer governo federal. Ele é sempre um delegado federal no Estado da Bahia, até ganhar força suficiente para buscar ser um delegado da Bahia no Governo Federal. Na verdade, ele busca defender os interesses políticos dos grupos econômicos que se vincularem ao seu projeto pessoal.

Tem um companheiro baiano que costuma dizer que a relação de Antônio Carlos com a Bahia é de um gigolô com a prostituição - ele ama profundamente a Bahia porque é ela quem o mantém, quem alimenta o seu poderio financeiro. Mas se você for olhar, Antônio Carlos não é um político típico do nordeste atrasado, agrário–exportador, de jeito nenhum, nunca foi. Antônio Carlos é um político de Salvador; surgiu como político de Salvador; nunca manteve grandes relações com o latifúndio da Bahia, a não ser relações políticas para manter–se no poder; mas nunca representou de fato esses interesses; ele chega e se constitui como político nessa relação com o Governo Federal. Vem a ditadura e ele se transforma em Prefeito e se vincula imediatamente ao setor emergente na época, que era a indústria de construção civil. Logo depois, vinculou-se ao capital financeiro, através do Banco Econômico, junta o capital financeiro com as grandes empresas de construção civil e, portanto, passa a significar uma representação do capitalismo moderno. E logo a seguir, também como Sarney, se vincula à área das telecomunicações e, no período em que assume o Ministério das Comunicações, deixa de ser um representante desses segmentos para ele próprio assumir a posição de liderança dessa nova indústria emergente e de ponta que surge no mundo e no Brasil.

Então, há toda uma relação entre o moderno e o atrasado que se mantém na economia nordestina, assim como no resto do país. Hoje, nós ainda temos uma economia bastante complexa dentro do contexto do Brasil. No Sul e Sudeste nós temos os nossos principais compradores; nós produzimos para exportar para o Sul e Sudeste, e a nossa economia depende literalmente deles nesse processo de globalização. É claro que aí passam a existir os agentes internacionais que modificam esse quadro. E a economia nordestina, que antes era uma economia um pouco fechada, para uma relação Nordeste/São Paulo, Nordeste/Rio no máximo, hoje já é uma economia com uma relação

internacional muito mais forte. O Maranhão exporta diretamente. A Bahia hoje, com a relação da Ford, não tanto com a produção de petróleo, mas com a produção de gás e com o que exportamos também na área da agricultura da soja, já se integra no mercado internacional. Aliás, a Bahia, tradicionalmente, tem uma relação internacional por conta da cultura do cacau. Nós fomos o maior exportador de cacau. O cacau era responsável por 60% do PIB baiano; nós tínhamos uma relação de exportação direta para o exterior.

Além disso, há uma indústria emergente em todo o nordeste brasileiro, que é a indústria do turismo. Essa indústria também surge com o mesmo desafio da indústria normal, que é o desafio de conseguir criar uma cadeia produtiva interna. A indústria do turismo, não tem fumaça, portanto, não degradada o meio–ambiente na forma mais tradicional. Mas ela tem também relações degradantes com o meio–ambiente, que precisam ser cuidadas. Não é uma relação degradante, do ponto de vista dos recursos naturais. É uma relação degradante com o meio–ambiente social - é a questão da prostituição infanto–juvenil, que cresce com vigor em todo o Nordeste: Pernambuco, Bahia, Alagoas, Recife especialmente, Fortaleza. Todas as visitas do Unicef, no sentido de participarem no Brasil da discussão sobre turismo sexual, se concentram especialmente no Nordeste, embora, esse problema não seja um "privilégio" nosso. Isso acontece em todo o país. Lamentavelmente, já há alguns anos que o país inteiro está tento uma relação com o turismo que é, na verdade, de estímulo ao turismo sexual. Isso se modificou um pouco no Governo de Fernando Henrique, e acho que tem tudo para se modificar profundamente no Governo de Lula. Mas nós não estamos discutindo isso para ser um muro de lamentações. Nós estamos discutindo essa questão regional porque só podemos pensar o desenvolvimento do Brasil pensando de maneira igual. Precisamos combater as desigualdades regionais que nos marcam e nos perseguem como povo, como país, como Nação.

E que tipo de projeto nós podemos oferecer ao Brasil de modificação dessa realidade, via Governo Federal, com o fim da SUDENE e da SUDAM, no final do Governo Fernando Henrique? Eu participei da discussão sobre a Zona Franca de Manaus, na Constituinte, sobre as zonas de exportação. Essas instituições foram essenciais para o desenvolvimento das nossas regiões, com todos os pecados que elas cometeram. Elas não podem se restringir a uma reconstituição histórica meramente literária. Hoje, elas precisam se inserir numa discussão moderna de Brasil, e devemos também estabelecer que tipo de novos incentivos nós podemos ter.

Estamos em plena discussão de uma Reforma Tributária, onde todos os interesses de São Paulo foram salvaguardados. Não há possibilidade de se

ferir nenhuma perda ou nenhum interesse de São Paulo. Vergonhosamente, não precisou sequer que o Governador do Estado de São Paulo fosse a público dar nenhuma declaração. Os próprios governadores do centro-sul, e de outros estados, se incumbiram de defender os interesses da Bancada Paulistana. Até porque, o Presidente é paulista.

É isso que eu digo: a minha grande preocupação, de bairrista, regional, de nordestina é perceber que o Governo de Lula - com todo o seu conteúdo democrático e avançado - infelizmente, tem um núcleo de poder de decisão paulista, que é a continuidade de Fernando Henrique, queiramos ou não. Os paulistas chegaram ao poder desde o Governo de Fernando Henrique, enquanto núcleo regional de interesses representados na economia, e não pularam desse barco com o Governo de Lula. Isso realmente é uma questão preocupante porque a principal força eleitoral do PT sempre foi São Paulo. O PT é um partido paulista e sempre foi um partido paulista, embora tenha realizado as suas primeiras experiências governamentais em estados no Nordeste, com a Maria Luiza, que eles nem contam e nem registram.

A grande experiência do PT foi o Rio Grande do Sul. E isso me faz colocar uma interrogação - saberá o PT governar estados pobres, cidades pobres? Porque todas as experiências de governo municipal de sucesso do PT foram no Centro–Sul. A experiência de governo no Centro–Oeste já foi uma experiência de governo muito singular, muito pouco caracterizada como o modo petista de governar. Agora vamos ver que vai acontecer no Piauí. Por mim, eu acabei. Obrigado.

Participante não identificado: Eu queria entender a mecânica da nossa sessão. Você está abordando a questão do Nordeste, e eu tenho uma proposta para a questão energética do Nordeste, como uma proposta do PSB para o problema energético em nível nacional. Eu não sei exatamente em que momento colocar essa questão - se agora, ou se depois que todos falarem.

Deputada Lídice da Mata – Expositora: Eu acho que agora poderia falar logo o Bala, que vai pegar outra região - a região Centro–Oeste. Bala, você poderia começar?

Antônio Barbosa Bala - Debatedor: Eu vou tentar, porque você já falou tudo. Eu queria dar uma sugestão: como a Lídice abrangeu as várias situações relacionadas com o Nordeste, eu poderia tentar colocar alguns pontos de vista relacionados com isso também, rapidamente, concluir como se fosse um bloco nos estados. Depois, daria uma palavrinha sobre o Norte e a gente abriria para o debate. Primeiro, nós faríamos as exposições e depois abriríamos para o debate. Então, a gente poderia dar uma geral na Mesa e depois abriria a palavra.

Deputada Lídice da Mata – Expositora: Eu queria apenas apresentar um dado para provocar o Distrito Federal. Quando a gente pega a remuneração média nominal do Brasil, por região, a região norte vem com R$ 800,58 e a região nordeste com R$ 628,84. O salário da Bahia é o maior deles e o de Sergipe é o menor deles, com R$ 170,00. Já na região sudeste, a média é de R$ 982,00; na região sul é de R$ 806,00; e no Centro–Oeste é de R$ 1.034,00. É a maior média do país, exatamente por influência do Distrito Federal, que é o melhor pagador do país.

Deputado Rodrigo Rollemberg - Debatedor: Foi bom a Lídice fazer essa provocação porque tem tudo a ver com a reflexão que a gente vai fazer sobre a questão do Centro–Oeste.

Antônio Barbosa Bala - Debatedor: Rodrigo, eu queria fazer uma sugestão. Como a Lídice abrangeu as várias situações relacionadas com o Nordeste, eu tentaria colocar alguns pontos de vista relacionado com isso também, e rapidamente concluir como se fosse um bloco nos estados. Daí, eu daria uma palavrinha sobre o Centro-Oeste e Sudeste e a gente passaria a palavra ao companheiro do Amazonas para falar sobre o Norte. Depois, passaríamos ao debate.

Deputada Lídice da Mata – Expositora: Eu acho importante porque todos nós estamos aprendendo.

Antônio Barbosa Bala – Debatedor: Dentro disso mesmo que a Lídice falou, temos uma experiência interessante. Sempre que se fala em Nordeste, a gente discute muito essa questão energética, e a questão do potencial de água como se o problema do Nordeste fosse apenas uma questão de irrigação. Mas nós vemos que não é bem assim. A Feira de Caruaru, assim como a Feira de Campina Grande, têm um potencial cultural porque são feiras em que há manifestações culturais, mas são também manifestações da própria renda turística. Ninguém vai a Caruaru e deixa de visitar a Feira de Caruaru, assim como ninguém chega em Campina Grande e não quer visitar a Feira de Campina Grande. Mas elas estão totalmente abandonadas.

Quando você pega os dados do IBGE, você vê que a concentração de renda é um problema muito sério. Por exemplo, pela renda *per capita*, a Paraíba tem a maior concentração de renda do país. Entretanto, é o estado vice–campeão em mortalidade infantil; é o estado onde as oligarquias mandam com cara de modernidade, há mais de vinte anos; você pega o Governador de lá, e é um tremendo coronel que vem.

Deputada Lídice da Mata – Expositora: Bala, só um minutinho, eu vou convidar o Senador Valadares, que é o nosso coordenador, para compor a Mesa.

Senador Antônio Carlos Valadares - Coordenador: Bom–dia. Desculpem o atraso, mas eu estava em sessão no Senado.

Deputada Lídice da Mata – Expositora: Senador, nós começam aqui informalmente. Eu já falei sobre o Nordeste, ousadamente, porque nós reconhecemos que Vossa Excelência é o real especialista em nordeste, além de representante nosso, com condições de falar realmente sobre o tema. O Bala está dando continuidade à exposição sobre o Nordeste. A idéia é que o Deputado Rodrigo Rollemberg venha, depois, dar seguimento com o Centro–Oeste e o nosso companheiro Serafim, do Amazonas, pudesse pegar a situação do Norte.

Antônio Barbosa Bala – Debatedor: Podemos seguir? Quando nós falamos em oligarquia, é um problema do ponto de vista econômico, do ponto de vista cultural e do ponto de vista de atraso. Quando a gente fala que a renda per capita e a concentração de renda é a maior do Brasil, a gente tem como conseqüência justamente isso. Por exemplo, há 20 anos atrás, Campina Grande era um pólo econômico; era chamada "Capital Econômica do Nordeste". Hoje, o município de Cabo, no Recife, já ultrapassou Campina Grande, bem como Feira de Santana, Vitória da Conquista, na Bahia. Quer dizer, Campina Grande está bem atrás.

Mas onde é que está essa concentração de renda violenta? A gente vê que essa concentração de renda sai justamente de maneira estratégica do estado. Por outro lado, quando a gente defende o incentivo à feira livre como uma solução para a questão de geração de emprego e como uma questão econômica importante, nós discutimos isso justamente pela questão cultural. Por exemplo, existe uma exploração colonizadora forte para que você utilize bens de consumo que não são produzidos no Brasil. Se você chegar em Salvador, por exemplo, a gente come biju, quebra–queixo, que, culturalmente, são fontes de renda de microempresários.

A Lídice falou da questão do turismo. Se você pega a Bahia, por exemplo, nós temos 1.200 km de costa. Ninguém discute reforma agrária na costa; parece uma coisa bem elitista. E a reforma agrária na costa ela teria um ponto positivo. Não tem problema de água, portanto, a pesca é feita de uma forma racional, e a questão energética e a questão hídrica são importantíssimas. Mas existem coisas que estão acontecendo mais pela vocação de produção do trabalhador do campo e da mulher do campo do que por incentivos.

Em relação ao acesso à informação, parece um discurso teórico, mas é extremamente importante. Na Paraíba, por exemplo, os municípios que têm acesso à informação, de uma forma mais transparente, têm um desenvolvimento naturalmente melhor. Por outro lado, os municípios que têm dificuldades de

acesso à informação, há um certo atraso e você nem evolui na parte tecnológica nem evolui na parte agrária.

Então, só ratificando, na minha opinião, o projeto de financiar grandes empresas como geração de emprego, é um grande equívoco. Por exemplo, quando você vê o governo partir para uma campanha de combate à fome e, ao mesmo tempo, você vê o BNDES dar um bilhão de reais de financiamento para a indústria automobilística de São Paulo, você fica pensando: "O que eles querem? Tem coerência isso? Será que estão estabelecendo prioridades?".

A questão econômica do Nordeste está muito ligada às decisões que são tomadas a nível de Governo Federal. Não é nenhuma rixa porque São Paulo está no topo do poder, mas as ações do BNDES têm que ser extremamente fiscalizadas. Qual é a função do BNDES? É dar financiamento para a indústria automobilística de São Paulo? É dar aumento de salário para o trabalhador da empresa paulista ou esse dinheiro ele teria que ter uma outra destinação? Quando você vê a indústria farmacêutica, que tem seu pólo maior em São Paulo e em Goiânia, essa diferença fica clara. Para vocês terem uma noção, quando foi liberado o aumento dos preços dos medicamentos agora em novembro, se argumentou que o dólar estava na casa de 3.80. A indústria farmacêutica argumentou que quase 90% da sua matéria–prima é importada e isso estava onerando a produção deles. O governo autorizou o aumento. O aumento de 8% que foi dado, significou dois bilhões e quinhentos milhões de dólares a mais. De certa forma, esse aumento é tirado do próprio estado, porque 20% do faturamento da indústria farmacêutica vêm do próprio estado.

Hoje, o argumento da indústria farmacêutica para aumentar preço é justamente outro - que o salário do trabalhador passou de 2% para 16%. Isso é uma grande mentira. Então, o discurso que se está utilizando é perigosíssimo porque falta informação e falta um debate mais consistente a respeito do setor.

Quando se fala no turismo como uma solução, devemos considerar a vocação de produção de cada estado. Por exemplo, o McDonald's de Campina Grande dá prejuízo, porque o cara prefere comer um bode, uma carne de sol, um sarapatel, do que comer sanduíche do McDonald's o que é bom e isso tem que ser estimulado. Hoje, se você chega nos grandes centros, por exemplo, Brasília, o seu filho vai querer um sanduíche do McDonald's. Então, é uma cultura totalmente diferente. A produção do país começa a ser toda direcionada para aquele tipo de bem de consumo que vem de fora, culturalmente. Quer dizer, não são aproveitadas as riquezas naturais. Teve um campeonato de vôlei de praia em João Pessoa, na Paraíba e eu estava num restaurante chamado Mangaio, que é um restaurante só de comida típica. A Izabel, jogadora de vôlei

de praia, estava lá, e muitos nãoa conheciam. Então, falta se trabalhar alguma coisa nesse sentido.

Uma outra questão importante é que é necessário qualquer investimento nessa área de energia, principalmente, na área hídrica. Eu acho a transposição das águas do São Francisco positiva. Mas tem que haver uma discussão mais acentuada em cima disso, porque tem coisas que estão sendo feitas que prejudicam, e não estão sendo feitos outros investimentos que poderiam ser feitos diretamente naquela região.

Por que o turismo é importante? Porque hoje se formam pequenas cooperativas de transportes na Bahia? Quer dizer, a privatização é um equívoco. A privatização é simplesmente uma concentração de renda. Quando eu vejo um comunista, ou um socialista, defendendo privatização eu começo a dizer: "Esse cabra estava brincando ou ele foi socialista ou ele foi comunista por revolta ou por conveniência". Quando você vê o cara defender privatização você se assusta, porque privatização é uma forma de concentração de renda; é uma forma de você mandar recursos para fora. Você vê o setor elétrico ter prejuízo e todo mês remeter o mesmo compromisso de dólares e mais dólares para fora do país. Você fica assustado: "Como é que você tem o prejuízo, mas não tem o prejuízo para evasão de divisas?". Então, na minha visão, esse contexto influencia diretamente qualquer questão econômica.

E não podemos esquecer que tem a questão política também. Inclusive, os grandes dirigentes dos partidos têm que ver isso também. É comum você ter um partido político bem estruturado no estado e, de repente, um governador passar para esse partido e você entregar o partido de mão beijada para ele. E no congresso do partido você diz: "O partido tem que ter uma vertente, o partido tem que ter uma direção". Mas essa vertente do partido só pode ser defendida no congresso? Hoje, por exemplo, nós instalamos os diretórios municipais em praticamente todos os municípios. Em vários municípios da Paraíba, podemos ter o perigo de um pseudodemocrata fantasiado de governador porque o cara teve uma densidade eleitoral que não foi adquirida no PSB. De repente, ele toma conta do partido e a gente vê todo um projeto político ir por água abaixo - em João Pessoa, em Campina Grande, com membros do partido. Então, quando a gente discute a questão econômica, ela tem influência de vários setores. Era isso que eu tinha a dizer.

Deputada Lídice da Mata – Expositora: Eu queria focar a questão enérgica. Hoje, o partido é responsável pela direção da CHESF e é um absurdo que a gente esteja aqui discutindo o Nordeste e não tenha na Mesa um representante nosso. Então, é ótimo que a gente possa discutir isso aqui e seria bom que ele estivesse na Mesa. Até porque, eu quero brigar com a CHESF. A

Bahia é a principal cliente da CHESF e está sendo completamente discriminada nos recursos da CHESF em relação à manutenção cultural no estado, e em Pernambuco.

Senador Antonio Carlos Valadares - Coordenador: Tem duas instituições federais que se ocupam do São Francisco - a CHESF e a CODEVASF, e não se encontram. Seria bom que se encontrassem aqui neste debate. Pelo menos socialismo no PSB é valorizado.

Antes de passar a palavra ao próximo debatedor, Rodrigo Rollemberg, eu gostaria de cumprimentar a todos e pedir desculpas pelo meu atraso em virtude de Sessão Plenária que está sendo realizada no Senado Federal hoje e também amanhã. Até o final do ano nós teremos Sessões Plenárias e das Comissões para a aceleração das propostas de emendas à Constituição que estão tramitando naquela Casa.

Eu também gostaria de destacar a importância deste grupo que trata da Questão Regional. São vários os problemas que se refletem sobre o desenvolvimento do país e uma das questões que mais estão sendo discutidas no Senado Federal é a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional. Esse Fundo seria distribuído aos estados do Norte, Nordeste, Centro–Oeste e parte do Espírito Santo e Minas Gerais, visando, sobretudo, corrigir aquilo que nós chamamos de disparidades regionais. Essas disparidades regionais têm se acentuado ao longo dos anos, notadamente porque os últimos governos não voltaram as suas políticas para uma verdadeira política de desenvolvimento regional para equalizar as regiões e tornar o nosso país mais equilibrado e mais justo. Uma demonstração disso foi a exclusão da nossa infraestrutura administrativa e social da SUDENE e da SUDAM sob a alegação de que essas duas instituições estavam praticando atos de corrupção. Eu acho que essa foi uma medida totalmente errada, tanto que, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, está procurando corrigir esse erro, refundando a SUDENE. Até agora, o ato do Presidente da República não teve realmente nenhum efeito, mas eu quero crer que com o tempo ela esteja funcionando plenamente.

Uma outra questão, que eu tenho certeza que vai ser debatida, é a questão da revitalização do Rio São Francisco. Essa questão tem sido amplamente debatida, tanto na Câmara como no Senado. Já existe uma proposta de Revitalização do Rio São Francisco, que foi aprovada por unanimidade pelo Senado Federal. A Câmara já apreciou essa proposta na Comissão de Justiça, e também já foi aprovada por unanimidade. O Vice–Presidente da República, que é o coordenador do Projeto de Revitalização e Transposição do Rio São Francisco já enviou um ofício ao presidente João Paulo, da Câmara dos Deputados, recomendando prioridade na aprovação dessa matéria. Se ela for

aprovada, nós teremos garantindo no orçamento da União pelo menos duzentos e vinte milhões anuais visando a recomposição e a recuperação do Rio São Francisco, e também, a montagem do projeto de desenvolvimento sustentável nas áreas de turismo, irrigação e piscicultura, etc.

Então, eu passo a palavra ao nosso próximo debatedor, Rodrigo Rollemberg, enaltecendo, mais uma vez a importância deste grupo. Com a palavra o nosso companheiro Rodrigo Rollemberg.

Deputado Rodrigo Rollemberg – Debatedor: Bom dia, gente. É um prazer muito grande estar com vocês aqui. Eu compartilho da opinião do nosso líder no Senado Federal, o Senador Antônio Valadares, de que essa questão é fundamental. Sou testemunha do trabalho fantástico que o Senador Valadares faz no Senado em defesa do Rio São Francisco. Embora, eu vá fazer minha exposição sobre a questão do Centro–Oeste, e a questão do Distrito Federal e do Entorno, ao final da minha fala eu gostaria de expressar a minha opinião, até porque também o Distrito Federal faz parte da Bacia do São Francisco. Nós temos aqui o Rio Preto que deságua no Paracatu que, por sua vez, deságua no Rio São Francisco.

Como sou autor da Lei das Águas, no Distrito Federal, eu tive oportunidade de participar de uma expedição com setenta pesquisadores que desceram o Rio São Francisco, de Pirapora até Penedo, discutindo com a comunidade diversos aspectos e estudando o rio. O meu trabalho era de discutir, com prefeitos e vereadores das cidades ribeirinhas, a implantação da Lei das Águas. Eu pude perceber o estado de degradação do Rio São Francisco, através de um processo muito acentuado de desmatamento dos afluentes e do rio e um processo acentuado de erosão e de assoreamento nas margens. Praticamente todas as cidades jogam os seus esgotos *in natura* no rio. Ou seja, se viram de costas para o rio, e quando deveriam estar aproveitando o rio como potencial turístico, como potencial econômico, na verdade, estão degradando o rio. Aquelas comunidades ribeirinhas que viviam da pesca, hoje percebem cada vez mais a diminuição do número das espécies de peixes no rio, além de um processo de diminuição das águas do Rio São Francisco em função das barragens e de um processo de salinização das águas.

Toda vez que se fala em transposição das águas do Rio São Francisco, eu fico muito preocupado porque está se falando da transposição antes de se revitalizar o rio. Eu acho que essa é uma questão de honra, uma questão de princípio. Nós só poderíamos falar da transposição do Rio São Francisco depois de salvá–lo. O que a gente percebe quando se chega numa cidade como Bom Jesus da Lapa, por exemplo, é que o porto hoje à margem do rio está a um

quilômetro de onde era o porto, demonstrando de forma visual um processo de morte do Rio São Francisco. Então, eu acho que a gente tem que ter muita responsabilidade ao discutir essa questão. Nesse processo, o PSB está muito bem representado pelo Senador Valadares, e nós temos que tomar muito cuidado com essa discussão sobre a transposição das águas do Rio São Francisco.

Mas enfim, a minha contribuição hoje aqui é mais em relação à questão do desenvolvimento do Centro–Oeste e da questão do Distrito Federal e do Entorno. Hoje, o Centro–Oeste é a região mais dinâmica do Brasil. Se a gente for avaliar cada região brasileira pela sua participação na composição do PIB, a gente vai perceber que a região Centro–Oeste, de 1975 para cá, praticamente triplicou a sua participação na composição do PIB - é a região que mais cresce no Brasil. E isso se deu muito a partir das pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA, especialmente, a EMBRAPA–Cerrados que dominou toda essa tecnologia de produção de grãos no Cerrado. Acontece que o modelo pesquisado pela EMBRAPA, as tecnologias desenvolvidas pela EMBRAPA foram apropriadas pelos grandes produtores. São tecnologias de alto custo. Primeiro, porque essa economia de produção de grãos só é viável economicamente numa escala muito grande a partir de mil hectares, porque exige um processo muito grande de utilização de corretivos de solo, de fertilizantes, e ao mesmo tempo, exige também uma quantidade muito grande de defensivos agrícolas. Então, ao mesmo tempo em que o Centro–Oeste cresceu muito com a participação cada vez maior no PIB, com a participação cada vez maior nas exportações brasileiras em função do agro–negócio, esse modelo adotado fez com que essa região hoje seja a região de maior concentração de renda do Brasil.

Em função de que essas tecnologias só são apropriadas pela grande produção, dois fatores aconteceram. O primeiro é que para se plantar soja você precisa de uma grande propriedade de terra. Daí, passou a haver um processo de concentração de terra e, ao mesmo tempo, uma valorização tremenda, principalmente, em função dos preços da soja no mercado internacional. Houve uma valorização crescente das terras rurais expulsando o pequeno produtor de toda essa região. E se nós temos esses aspectos positivos como o crescimento no PIB e o crescimento nas exportações, nós temos outros aspectos negativos extremamente relevantes do ponto de vista ambiental e do ponto de vista social. Do ponto de vista ambiental, nós temos uma degradação muito veloz das áreas do Cerrado, com um processo muito grande de extermínio da biodiversidade do Cerrado, que é um dos biomas de maior biodiversidade do Brasil, mas ainda é muito pouco conhecido e muito pouco explorado.

Ao mesmo tempo, há um desperdício enorme de água, com a utilização indiscriminada de água, sobretudo, com a utilização de pivôs centrais, bem como um processo de poluição das águas e do solo através de uma utilização demasiada e indiscriminada de fertilizantes e de defensivos agrícolas. Então, nós consideramos fundamental que o Partido Socialista Brasileiro - ainda mais nesse momento em que ocupa o Ministério da Ciência e Tecnologia - busque a concepção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o país. É importante que o PSB defenda que as políticas de pesquisa, de ciência, de tecnologia e de inovação busquem três princípios básicos. Primeiro, que as pesquisas busquem modelos de exploração do solo, de produções agrícolas sustentáveis. Ou seja, que se pesquise quais são as alternativas de uso mais racional da água; que se pesquise sobre a pecuária orgânica, sobre a agricultura orgânica, sobre modelos alternativos de produção de energia elétrica. Enfim, que nós aproveitemos esse grande potencial de pesquisa que nós temos, inclusive na região. A região centro-oeste é privilegiada no que se refere a centros de pesquisa da EMBRAPA. Nós temos aqui concentrados pelo menos onze centros de pesquisa da EMBRAPA que deveriam voltar as suas pesquisas para essa prioridade.

Em segundo lugar, é fundamental buscar a diversidade dessa região. A região tem uma economia hoje praticamente centrada no agro–negócio, na produção de commodities. A soja, por exemplo, é responsável por 64% das exportações da região. Então, é fundamental que se busquem novas cadeias produtivas, que possam diversificar essa produção; que possam incorporar o pequeno produtor; e que possam dotar essa região de uma independência maior. Nós já tivemos uma queda significativa do preço da soja no mercado internacional, o que desestrutura completamente toda essa economia regional.

E nós temos algumas coisas que são absolutamente inexplicáveis. Por exemplo, a região centro–oeste, tem no Estado do Mato Grosso do Sul, o maior rebanho bovino do Brasil. Nós temos, aqui em Goiás, o segundo maior rebanho bovino do Brasil. Na região do Distrito Federal, Anápolis e Goiânia, nós temos um dos maiores mercados consumidores do Brasil. É uma das regiões de renda *per capita* mais alta do Brasil e, no entanto, nós não temos uma indústria forte de artigos de couro. Hoje, o Distrito Federal, compra sapatos do Rio Grande do Sul, ou de São Paulo. Ou seja, há necessidade de promover e incentivar todas essas cadeias produtivas que aproveitam as matérias–primas da região, que beneficiam e aproveitam o mercado interno que nós temos aqui.

Um outro exemplo é a indústria têxtil. Hoje, nessa região do Cerrado, cresce bastante a produção de algodão de boa qualidade. E nós também não temos um pólo têxtil. Então, é fundamental que a pesquisa científica se volte

para a construção dessas novas cadeias produtivas que possam produzir uma melhor qualidade de vida e uma melhor distribuição de renda nessa região.

Por fim, é fundamental também que a pesquisa esteja voltada para a inclusão social. É inaceitável que, na região que mais cresce no Brasil, a região que tem uma maior participação no PIB, a região em que aumenta a participação nas exportações, seja justamente a região em que aumenta a pobreza. Nós temos, como disse a Lídice, a maior renda *per capita* do Brasil. É verdade que isso é muito em função de Brasília. Mas nós temos também a maior concentração de renda do Brasil, a maior distância entre os mais ricos e os mais pobres. Então, é fundamental mudar isso. E isso pode ser feito através da descoberta de novas tecnologias, de novos arranjos produtivos, de novos modelos de organização produtiva que priorize o pequeno agricultor, que priorize a agricultura familiar, que dê viabilidade à agricultura familiar e que possa, com isso, distribuir renda.

E ao falar dessa maior concentração de renda nessa região, eu entro num segundo ponto, que é a questão do Entorno do Distrito Federal. Nessa pesquisa que foi feita, recentemente, pela Organização das Nações Unidas, que definiu os Índices de Desenvolvimento Humano do país, nós temos um dado interessante. Brasília apareceu como a cidade de maior IDH do Brasil, mas na hora em que esses índices são medidos conjuntamente com a região do Entorno do Distrito Federal - que é composto por dezenove cidades de Goiás e três cidades de Minas Gerais - essa região passa para o 11º lugar em IDH. Isso demonstra o quê? Isso demonstra que essa região do Entorno, quando tratada isoladamente, tem uma situação muito mais grave. E nós estamos falando da capital do Brasil! Nós estamos falando de um investimento enorme feito por todo o país para a construção dessa capital. E se não for feito um esforço através de políticas públicas, de distribuição de renda, de diminuição dessas desigualdades, nós poderemos estar inviabilizando, por diversos motivos, a Capital da República. Estaremos inviabilizando esse enorme investimento, num prazo de vinte a trinta anos, por problemas gravíssimos, que vão do desemprego e violência crescente, assustadora, avassaladora nessa região do Entorno, até problemas ambientais gravíssimos, como a própria ameaça ao abastecimento de água do Distrito Federal.

Nós vivemos um dilema diário no Distrito Federal, porque quanto mais se investe na melhoraria dos serviços públicos da capital, maior impacto, maior demanda, maior tração isso gera em toda essa região. E isso não acontece apenas nessa região do Entorno Legal. Em toda essa região do Centro-Oeste, Rondônia, Acre, quando as pessoas têm problemas mais greves de saúde, elas vêm buscar a Rede Pública de Saúde do Distrito Federal. Hoje, 30% da mão–

de–obra do Distrito Federal moram no Entorno e 70% das pessoas do Entorno já utilizaram os serviços de saúde do Distrito Federal.

Por isso, a nossa proposta é que o Partido Socialista Brasileiro seja o primeiro partido no país a transformar a questão do Distrito Federal e do Entorno numa questão nacional. Por quê? Porque nós estamos falando da capital da República. Isso gerou uma polêmica na cidade porque o PT não aceitou. Até porque nós temos um governador na cidade, o Governador Joaquim Roriz, claramente identificado com um esquema poderoso de corrupção, inclusive de corrupção eleitoral, que está com o seu mandato sendo questionado na Justiça. Mas enquanto a Justiça ainda não julga, é preciso que haja investimentos públicos na região do Entorno para melhorar a oferta de serviços públicos nessa região, para garantir a qualidade de vida na capital e garantir que Brasília possa continuar cumprindo as suas funções de capital do país. Daí, a necessidade permanente de uma cooperação entre o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal; daí a necessidade que a gente também proponha a nossa tese da implantação definitiva da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE). A RIDE é a concepção de região metropolitana que permite investimentos conjuntos na melhoraria dos serviços públicos dessa região. Há também uma proposta que nós estamos defendendo tanto no âmbito do Distrito Federal como no âmbito da região Centro–Oeste, que é a criação da Agência de Desenvolvimento do Centro–Oeste, a nova SUDECO como alguns preferem chamar. Nós, do Partido Socialista Brasileiro, entendemos que num cenário de escassez como o que o país está vivendo, os recursos públicos devem ser priorizados. Então, nós não queremos uma nova agência de desenvolvimento para ficar dando incentivo fiscal para empresário numa região extremamente carente de infraestrutura. Nós queremos uma agência de desenvolvimento para promover a infraestrutura que é compartilhada por toda a população - uma infraestrutura tecnológica, uma infraestrutura energética, uma infraestrutura de estradas. Nós temos hoje estados, como o Estado do Mato Grosso, que têm pouco mais de 100 km de ferrovia; é um estado de altíssima produção agrícola e que tem uma malha ferroviária irrelevante.

Na construção de Brasília, Juscelino Kubitschek concebeu que o Distrito Federal seria um grande cruzeiro rodoviário e ferroviário; o Distrito Federal serviria como ponto de integração e de promoção do desenvolvimento regional. Nós achamos que isso é fundamental. Nós temos algumas situações específicas. Nós a temos a Ferrovia Norte–Sul sendo construída, ligando a região Centro–Oeste ao Porto de Belém e ao Porto de Itaqui, no Maranhão, através da ferrovia de Carajás. A Ferrovia Norte–Sul vai hoje até Anápolis e não vem até o Distrito Federal. Existe um projeto da Companhia Vale do Rio Doce, na Ferrovia

Centro-Atlântica, de fazer um trecho entre Pirapora e Unaí, diminuindo muito as distâncias dessas regiões com o Porto de Santos. Só que Unaí, é outra cidade que está a 100 km do Distrito Federal. Então, nós consideramos fundamental que essas ferrovias cheguem até o Distrito Federal. Até porque, existe um projeto de porto seco no Distrito Federal. O porto seco, como o nome já diz, é um porto com todas as características de ser um espaço para fazer os desembaraços alfandegários e aduaneiros para que aqui mesmo se possa realizar o processo de importação e o processo de exportação. Então, é fundamental que essas ferrovias cheguem até ao Distrito Federal para que o Distrito Federal possa assumir esse seu papel de pólo de integração e de promoção do desenvolvimento regional. E mais, nós queremos que o PSB assuma a defesa da construção de uma ferrovia ligando o Distrito Federal ao nordeste brasileiro. Consideramos isso da maior importância.

Participante não identificado: Seria através da Ferrovia Norte–Sul?

Deputado Rodrigo Rollemberg – Debatedor: Não da Norte–Sul, seria através da Transnordestina. A Lídice colocou uma questão muito importante aqui, que é o desenvolvimento da região de Barreiras, no oeste baiano. Hoje, essa região do oeste baiano ele hoje se parece muito mais com a região Centro–Oeste; a economia dessa região é muito mais parecida com a economia da região Centro–Oeste do que com a economia nordestina. A região do oeste baiano é uma das regiões de maior expansão econômica do Brasil e, ao mesmo tempo, também é a região de maior concentração de renda em função desse modelo da grande agropecuária. Enfim, o modelo exatamente igual que eu descrevi aqui o Centro–Oeste. Então, é fundamental que a gente integre essa região e integre o Distrito Federal com o Nordeste. Isso é bom para o Distrito Federal, é bom para a região Centro–Oeste e é bom para a região Nordeste. Então, nós gostaríamos muito que este grupo sugerisse essa alternativa como proposta a esta Plenária.

Agradeço muito a atenção de vocês e a oportunidade de, representando o PSB do Distrito Federal, estar contribuindo com o debate da Questão Regional. Muito obrigado.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Em nome da Coordenação dos trabalhos, eu quero felicitar as palavras do Rodrigo Rollemberg, que demonstrou, através do seu pronunciamento, ter um conhecimento pormenorizado e profundo dos problemas desta região. E não só desta região. A visita que ele fez ao Rio São Francisco evidenciou a visão que ele tem de um Brasil forte, de um Brasil pujante, fortalecendo projetos regionais como, por exemplo, esse a que ele se referiu, da ligação de uma ferrovia de Brasília ao Nordeste brasileiro.

Eu quero crer, Rodrigo, que uma solução viável para o atendimento a essa pretensão que eu considero legítima e muito importante seria uma articulação das bancadas do Nordeste e do Distrito Federal na Câmara e no Senado, visando a apresentação, no próximo ano, de uma emenda coletiva, ou de uma comissão ou de uma emenda regional visando a inclusão, no Orçamento da União, de recursos para a construção dessa ferrovia. Eu acho isso só pode ser viabilizado através de recursos federais com a participação de parlamentares interessados nessa proposta. É a sugestão que eu apresento aqui. Você mesmo, em nome do nosso PSB, que conhece e demonstrou em profundidade a realidade dessa região, poderia fazer essa articulação com o apoio do nosso gabinete no Senado Federal, no próximo ano, antes da elaboração da nossa lei de meios.

Eu gostaria de passar a palavra ao companheiro Serafim, do Estado do Amazonas. Ele tem uma matéria da mais alta importância enfocando problemas da região Norte, que serão, sem dúvida alguma, importantes para o nosso conhecimento. Após a palavra do Serafin, nós vamos estabelecer as regras para o debate, estabelecer de acordo com a platéia.

Serafim Fernandes Correia: Bem, inicialmente, o meu bom dia a todos. Eu quero dar os meus cumprimentos ao Senador Valadares, a todos que compõem a Mesa e aos os companheiros e companheiras que estão aqui presentes.

Eu sou economista há trinta e três anos e tenho dedicado toda a minha vida ao estudo do desenvolvimento regional, mais precisamente o desenvolvimento regional do meu estado - o Estado o Amazonas.
Quando nós buscamos um pouquinho a história, nós temos que analisar uma questão importante: Por que se dão incentivos fiscais? Na verdade, o incentivo fiscal é uma enganação do Governo e eu vou explicar o porquê. Tradicionalmente, o Governo não investe em infraestrutura; não investe em desenvolvimento; não investe em educação; não investe em saúde nas regiões mais pobres do país, principalmente, no Norte e Nordeste.

É claro que essa região - sem infraestrutura, sem desenvolvimento, sem conhecimento, sem educação - tem dificuldade em atrair investimentos. Já tinha no passado e tem hoje, porque hoje, o primeiro critério para a empresa transnacional decidir para aonde ela vai, é saber a qualidade de vida na cidade para onde ela vai. Por exemplo, a SANSUNG, para produzir cinescópios em Manaus, fez algumas exigências. Uma delas era que se abrisse uma escola de inglês com qualidade, onde ela pudesse matricular os filhos dos coreanos que ela ia mandar para cá e que teriam que aprender inglês no Brasil. Uma outra exigência é que houvesse um hospital onde tivesse um aparelho de ressonância

magnética, porque não tinha nenhum hospital com ressonância magnética em Manaus. Então, vejam que eles não queriam incentivos, mas eles exigiam uma determinada condição de vida naquela cidade.

Então, o que é que ocorre? Eu não estou falando deste Governo; eu estou falando dos governos de todos os tempos. O governo não investe em desenvolvimento, em educação, em saúde nas regiões menos desenvolvidas, ele vem e diz: "Mas eu tenho uma boa solução. Se a empresa quiser se instalar lá naquela região, ela não paga imposto e faz os investimentos necessários". Ora, isso é uma enganação com aquela região. Essa é uma constatação.

Vamos ver o que aconteceu no Brasil. Até o Governo Juscelino, não se tinha essa visão das regiões. Juscelino veio e disse o seguinte: "Olha, o Brasil está aqui no Rio de Janeiro, que é a capital da República, mas nós temos que interiorizar". Então, Juscelino, que foi um grande estadista por muitas outras razões, deu o primeiro passo importantíssimo para a integração do país, ao construir Brasília. O segundo passo importante foi a construção da Belém–Brasília, integrando o Brasil por dentro até a Amazônia Oriental. E ele teve um outro projeto de uma estrada mais por dentro, que ia de Cuiabá a Porto Velho e de lá até Rio Branco, na esperança de uma saída pelo Pacífico. É fantástico ele ter sonhado isso há cinqüenta anos. Então, Juscelino teve essas visões e avançou em muitas delas.

Na época, ele criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que tinha o objetivo de pegar recursos do Governo Federal e a aplicar em infraestrutura na região Amazônica e também conceder incentivos fiscais de isenção de Imposto de Renda. Eu estou falando de 1958, de 45 anos atrás. Então, Juscelino fez esse projeto de desenvolvimento regional e, 45 anos depois, nós não podemos deixar de reconhecer que ele estava correto. É claro que nós gostaríamos que o êxito tivesse sido muito maior do que foi.

Depois, vieram os militares, que também tinham um projeto para a Amazônia. Só que era um projeto equivocado porque teve a visão da Andrade Gutierrez, de Minas Gerais; eles não tiveram a visão do caboclo. Na Amazônia, a estrada é o rio e o caminhão é a balsa, é o barco regional. Está pronto, ali não tem o que fazer. Agora, é claro que é preciso ter bons portos. Os rios são navegados o ano inteiro, não há grandes dificuldades. Agora, tem que ter o conhecimento do "prático" da região porque, como grande parte dos rios da Amazônia está em formação, eles deslocam bancos de areia. Então, quem não é da região tem dificuldades de navegar na região. Tem que ter o prático, tem que ter o homem da região.

Mas o que fizeram os militares? Eles fizeram uma estrada Manaus/Porto Velho, paralela ao Rio Madeira, que é um rio navegável o ano inteiro. Agora, a Andrade Gutierrez virou uma grande construtora por conta dessa estrada. Só que essa estrada corta uma região que é um rendilhado de pequenos rios e igarapés. Esses rios descem e sobem, portanto, quando eles descem de novo eles vão desmoronando a estrada e, conseqüentemente, essa estrada está fechada há quinze anos. A estrada Manaus/Porto Velho está abandonada e o Rio Madeira, que é paralelo, está em perfeitas condições de navegação.

Portanto, os militares tinham um projeto de infra-estrutura para a Amazônia, só que ele era voltado para uma malha rodoviária, na concepção do sudeste, que é completamente equivocada para a Amazônia. E tinham ainda uma outra concepção de dar incentivos fiscais também, mas aliados a alguma infra-estrutura. Só que nessas obras de infra-estrutura, também aconteceram equívocos como foi a Hidroelétrica de Balbina, que alagou uma área imensa, mas gera apenas 250 MWh, que é menos da metade do consumo da cidade de Manaus. Então, vejam que os militares tiveram uma política regional, só que as propostas eram quase todas equivocadas, mas eles tinham propostas de desenvolvimento regional.

Depois veio a Nova República. O Governo Sarney não tinha projetos para a Amazônia; o Collor, não tinha projetos para a Amazônia; o Fernando Henrique, não tinha projetos para a Amazônia; e o Lula não tem projetos para a Amazônia. Essa é a realidade. E eu acho que nós temos que partir dessa realidade para discutirmos os caminhos a seguir. Tem muita coisa nova que deu certo no Sul e que pode dar certo lá; mas essa discussão tem que ser integrada; não pode ser isolada. Nós não podemos deixar de lado a realidade da região, até mesmo, o anseio de vida do homem da região. Quer dizer, essa discussão tem que ser mais ampla. Eu acho importante que o nosso Partido comece a discutir essa questão, comece a construir esse projeto. Eu estou muito alegre de estar participando desse painel da Questão Regional, que dá oportunidades a todos nós de falarmos sobre isso.

E para finalizar, eu queria abordar aqui dois pontos nessa integração. O Professor Samuel Benchimol - que foi o maior amazonólogo do Brasil, que escreveu 120 livros sobre a Amazônia, e que faleceu há dois anos - ele defendia a seguinte tese: "Você não vai resolver o problema com a transposição das águas do Rio São Francisco porque o Rio São Francisco não vai aumentar de tamanho, ele está dentro. Eu vou car uma idéia, mas vocês têm que chamar os engenheiros para discutir, para ver se essa idéia é idéia de um maluco ou se ela tem alguma lógica". Qual era a lógica dele? Não há possibilidade de você andar 5 km no Amazonas que você não passe por um rio pequeno, ou um rio

grande. Então, é um mar de água. Por exemplo, de Tabatinga até Belém, são quatro horas de *Boeing*. Para você sair de Tabatinga, lá na fronteira do Peru e Colômbia, e chegar na foz do Rio Amazonas, você vai levar quatro horas de *Boeing*. Muito bem, esse rio que recebe a água de todos os outros rios, ele deságua no mar. Qual era a tese do professor Samuel Benchimol? Ele dizia: "Olha, essa água está saindo para o mar; ela não vem para dentro do Brasil. Então, nós podemos desviar parte do curso do Rio Amazonas num determinado momento, mas para fazer isso, tem que ser uma obra de engenharia. Tem que quebrar e entrar pelo sul do Pará, pelo Maranhão e vai sair lá na Bahia. Aí, com certeza, você vai ter muita água porque a quantidade de água que toda a Bacia Amazônica joga no mar é imensa. Ela continuaria jogando essa água no Oceano Atlântico, lá no sul da Bahia". Então, essa era uma idéia dele que eu estou colocando. E ele costumava sempre dizer: "De repente isso é uma grande maluquice, mas de repente também é uma coisa que tem lógica". Eu estou resgatando isso, em homenagem ao grande homem que foi Samuel Benchimol.

Por último, a questão da Zona Franca de Manaus. A Zona Franca de Manaus é um projeto vitorioso, exitoso. Agora, lamentavelmente desconhecido de todo o povo brasileiro. É claro que eu precisaria falar muito tempo aqui. Mas em linhas gerais, só para que se tenha idéia, este ano, a Zona Franca de Manaus está substituindo nove bilhões de dólares de importações. Isso é fantástico para o Brasil. A meu ver, o Brasil tem que implantar, em outras regiões, aquele modelo que está implantado lá. E com certeza, também dará certo. Agora, é claro que aquele projeto tem um objetivo, que é limitado, não é amplo, e isso tudo precisa ser discutido. Então, eu agradeço a oportunidade que a Mesa deu e espero ter contribuído de alguma forma. Muito obrigado.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: A Mesa agradece a contribuição do Dr Serafim à Questão Regional. A sua proposição foi muito bem colocada. Eu fiquei bastante impressionado com a loucura, ou a sabedoria, do cientista a que se referiu o companheiro, o Dr Samuel Benchimol. Eu acho isso totalmente viável, porque também há um outro estudo da transposição do Rio Tocantins. Aliás, não é um estudo, já é um projeto que existe na CODEVASF para ser executado. Essa seria outra saída para resolver o problema do Nordeste Setentrional que precisa de água para abastecimento e também para a irrigação, além de outras soluções de ordem econômica.

Bem, estão abertas as inscrições para a intervenção dos participantes. Muito bem! São nove inscritos. Vamos então fixar o tempo. Se dermos três minutos a cada um, teríamos uma hora para terminarmos os debates. Está bom assim? Então, três minutos para cada um. O primeiro inscrito é o engenheiro agrônomo Paulo Carvalho Viana, do Estado de Sergipe. Ele é Presidente do

Diretório Regional, e atualmente, Superintendente da CODEVASF no Baixo São Francisco, em Sergipe. Com a palavra, o Dr Paulo Viana, que também foi Secretário de Agricultura do Governo Valadares, em Sergipe.

Paulo Carvalho Viana: Bom dia a todos. Eu queria levantar apenas dois pontos para que possamos cumprir o horário. Eu achei muito interessante quando foi colocada aqui a questão da CHESF. O Governo Federal possui duas companhias voltadas para o desenvolvimento do Vale do São Francisco. Mas ao longo da história do Vale do São Francisco, essas companhias nunca sentaram numa mesa para definir uma agenda comum em defesa do Rio São Francisco. Em decorrência dos diversos usuários utilizarem o Rio São Francisco, de forma independente, aí está esse desastre ecológico do "Velho Chico". Hoje, a CHESF é comandada pelo PSB, através do companheiro Dilton Conti. Então, é importante se definir uma agenda em defesa do Rio São Francisco. Isso é urgentíssimo, e seria importante que essa iniciativa partisse do PSB. A proposta seria a implantação de uma agenda comum - CHESF/CODEVASF - que têm tudo em comum e nunca, ao longo desses 502 anos do descobrimento. Ao longo de todo esse tempo, nunca os dois usuários sentaram numa mesa para buscar o uso em comum e a preservação do Rio. E nós encaramos que essa é uma questão prioritária, que deveria ocorrer já agora no próximo mês de janeiro.

O segundo ponto é uma questão que foi muito bem colocada pelo Rodrigo, meu conterrâneo, sobre o modelo agroexportador. Inclusive, o governo tem dado uma ênfase muito grande a esse setor porque o que tem segurado o crescimento da nossa economia é a exportação da soja, do café, da laranja, etc. Só que esse modelo agroexportador tem deixado uma dívida social muito grande e precisa ser revisto. O próprio PSB, em um dos seus números da revista "Argumento", de meados do ano passado, colocou em dúvida a questão desse modelo agroexportador, mostrando a necessidade do apoio à agricultura familiar, que hoje está completamente abandonada. O modelo do Governo do PT, que estamos apoiando, continua o mesmo do governo passado, inclusive liderado pelo Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. É o mesmo modelo do governo passado, visando apenas à exportação com custo social e ambiental altíssimo. E o PSB já levantou essa questão num artigo da revista Argumento, no final do ano passado. É preciso retomar essa questão e aprofundá-la.

E daí, a razão do insucesso total da Reforma Agrária neste país. O Governo tem se preocupado exclusivamente com a questão do assentamento. Produzir é fácil, o difícil é você comercializar. O Governo assenta e deixa lá a família rural completamente abandonada, sem nenhuma condição de comercializar a sua produção. Então, é preciso aprofundar esse questionamento

desse modelo agro–exportador que só traz prejuízos, custo social e custo ambiental e apoiar a agricultura familiar. Então, eram esses os pontos que eu queria ressaltar - Reforma Agrária, agricultura familiar e que a CHESF, hoje, comandada pelo nosso Partido, tome a iniciativa de sentar com a CODEVASF.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Muito bem. eu vou fazer uma proposta ao Plenário. Eu proponho que todas as pessoas inscritas possam falar e após a fala deles, nós concederemos, conforme o caso, a palavra ao debatedor ou à própria expositora. Aprovada a proposta que todos possam falar e em seguida os debatedores ingressem no debate? Com a palavra o nosso companheiro João Bosco, de Pernambuco.

João Bosco - Diretor da CHESF: Bom dia a todos. Foi muito oportuna a intervenção do companheiro Paulo Viana. Eu sou Diretor da CHESF. Eu acho que foi muito oportuna a colocação que ele fez porque a proposta que eu venho trazer para o Partido é exatamente a proposta que o companheiro de Sergipe colocou aqui. Eu quero dizer que o PSB, que dirige a CHESF, juntamente com o PT, já vem conversando intensamente com a CODEVASF. Eu pediria um pouquinho da compreensão de vocês para a gente entender como é que o Rio São Francisco, é operado hoje, se é que a gente pode falar em operar um rio. O Rio São Francisco é literalmente operado, domesticado e domado pelo homem. Nele se construíram várias barragens; a gente define quanta água flui ao longo do rio; a gente define se a vazão sobe, ou se a vazão desce; o Rio São Francisco está absolutamente sob o controle do homem. Se isso é uma coisa ruim do ponto de vista da natureza, é bom porque nós podemos conviver harmonicamente com a natureza. E o Rio São Francisco vem sendo operado ao longo de todo esse tempo, pela CHESF, durante 55 anos, exclusivamente do ponto de vista energético. O Rio São Francisco vem sendo operado sob o ponto de vista da geração de energia elétrica; ele não vem sendo operado do ponto de vista do uso múltiplo das águas do Rio São Francisco.

Na semana passada, nós tivemos que nos posicionar contrário a uma decisão do Operador Nacional de Sistema para que nós baixássemos a vazão do São Francisco para mil e cem metros cúbicos por segundo. Todo mundo sabe o transtorno que é para a população a gente reduzir a vazão do rio abaixo de dois mil e trezentos metros cúbicos por segundo, porque o mar avança. A CHESF se posicionou contrariamente isso e optou que se gerassem térmicas para que a gente não baixasse mais ainda a vazão do rio.

Qual é a proposta que nós estamos trazendo? O Lago de Sobradinho foi construído para regularizar o Rio São Francisco. Por falta de planejamento no setor elétrico, o Lago de Sobradinho foi sendo esvaziado ano a ano e nunca

mais nós conseguimos recuperar essa bacia. Hoje, o Lago de Sobradinho está com 12% da sua capacidade, e se o inverno der a média das últimas séries históricas de setenta anos, nós elevamos a capacidade do Lago de Sobradinho para 40%. Mas, quando for em novembro do ano que vem, ele estará novamente em 10% e nós não podemos continuar operando o Rio São Francisco com Sobradinho seco. Portanto, nós temos que recuperar o Lago de Sobradinho. E como é que nós vamos recuperar o Sobradinho? Nós vamos recuperar o Lago de Sobradinho, gerando térmicas no país inteiro; o sistema é todo interligado; a sociedade brasileira toda pagando essa conta para que a gente volte a operar Sobradinho.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Quantas térmicas seriam necessárias?

João Bosco – Diretor da CHESF: As que existem hoje no Brasil a gás, e que estão paradas, seriam suficientes para a gente recuperar o Sobradinho em quatro anos. Como é que se opera o sistema hoje? Quando as bacias enchem e a capacidade chega a 40% ou 50%, se desligam todas as térmicas brasileiras. Se eu colocar em operação, as térmicas na Bahia, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás, nós passamos a operar Sobradinho, de forma que, em quatro anos, depois do período chuvoso, eu possa ter o Sobradinho operando com 80% a 90% da sua capacidade. Qual é o grande problema que temos hoje? A borda do Lago de Sobradinho é um imenso território para plantação e todos os agricultores da região usam essa baixa do lago para produzir. Hoje, quando a gente baixa a capacidade de 70% para 10%, as captações de água de Sobradinho chegam a ficar vinte quilômetros distantes para o homem que produz, até para a agricultura irrigada. Esse modelo não pode continuar. Nós temos que operar Sobradinho com uma capacidade anual entre 90% e 60% porque esse volume de água é que vai gerar riqueza na região; esse volume de água de 90% para 60% poderá alavancar fortemente a irrigação em toda a margem do São Francisco.

Então, a proposta concreta que eu trago é que a gente se mobilize para a recomposição do volume da Barragem de Sobradinho que é a barragem que regulariza o rio. Do jeito que está, ela não regulariza nada e só nos traz problemas.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Foi um assunto muito importante esse tocado pelo companheiro Bosco. Agora, eu solicitaria ao nosso diretor da CHESF que enviasse para o nosso gabinete dados técnicos sobre o assunto para que nós possamos fazer um pronunciamento defendendo a recomposição de Sobradinho. Eu concedo a palavra ao companheiro Gilberto, do Estado de Pernambuco.

Gilberto Rodrigues: Bom dia a todos. Meu nome é Gilberto Rodrigues. Eu sou hidrogeólogo e delegado por Pernambuco. Desde o início, a Lídice colocou a questão das diferenças regionais do Brasil e que nós temos também diferenças dentro de um só Nordeste. Existem dois nordestes, com diferenças entre si e, dentro de cada estado, também existem diferenças estaduais. Se você pegar o litoral de Pernambuco, todo o litoral nordestino, você verifica que ele tem uma economia diferenciada, por conta do turismo. Na própria Zona da Mata Canavieira e do Agreste até chegar ao Sertão, no extremo–oeste, no semi–árido nordestino, existe um escalonamento. E isso também é em função da economia. Mas essa economia se prende, naturalmente e basicamente, pela questão da água. O que nós precisamos ter é uma boa distribuição, um bom aproveitamento e boa gestão de água. E isso não acontece. Estão aí os vários rios que estão com suas dificuldades. O semi–árido sofre conseqüências terríveis. Nós temos aqui a Prefeita Cleuza, de Salgueiro, o nosso Prefeito Ângelo Rafael, da cidade de Sertânia, que sofrem brutais conseqüências dos efeitos de seca por falta de uma distribuição adequada, de um aproveitamento e uma gestão da água.

O companheiro aqui da Paraíba colocou uma coisa que eu acho de fundamental importância, que é a questão da agricultura de base familiar. Notadamente no semi–árido, a questão da caprinovinocultura, que é uma saída econômica para essa gente, tem que ser colocada. Nós temos dar a sustentação básica para eles, e a água é de fundamental importância para esse tipo de economia. O Rio São Francisco está distante dessa região, mas ela pode ser trabalhada. É por isso, que eu sou a favor da transposição do Rio São Francisco, mas com responsabilidade. O companheiro Serafin colocou aqui uma questão que vem sendo estudada por vários companheiros, por vários estudiosos, por várias cabeças pensantes da água do Brasil - que é completamente viável a transposição das águas do Norte. Nós temos metade da água doce do Planeta na região da Bacia Amazônica - 6% da água do Planeta estão na Bacia amazônica, enquanto o Nordeste - e agora o Sudeste também - estão sofrendo conseqüências danosas por conta da falta de gestão do abastecimento d'água.

Se você chega na região oeste da Bahia, em Barreiras, você tem a água e tem o solo; se você chega na região de Petrolina, você tem a água e tem solo; mas se você adentrar um pouco mais para as outras regiões, você vai ter as duas dificuldades, você tem regiões que não têm solo produtivos, e não tem água. Então, tem que se buscar outro tipo de alternativa como a caprinocultura, a piscicultura e outros tipos de infraestrutura para alavancar o crescimento do interior. Nós precisamos fazer a interiorização da economia. Mas é difícil a indústria pesada vir para essa região porque falta mão–de–obra qualificada,

falta infraestrutura de energia, falta de infraestrutura de estradas etc. O Dr Arraes tem brigado muito pela questão da Ferrovia Transnordestina que vai interligar a Bahia com o Nordeste inteiro. Essa ferrovia tem um custo pequeno e a economia daquela região central do semi–árido depende muito dessa ferrovia. Portanto, nós precisamos investir na formação da infraestrutura básica nesse segmento do abastecimento de água, de energia. Hoje, o Estado de Pernambuco tem em torno de 85% das suas propriedades rurais eletrificadas. Se nós chegarmos com a água lá, nós vamos dar um alavancamento bom àquela região. A Paraíba tem avançado muito na questão da caprinocultura. Foi o Governo Arraes que fez tudo isso. Se você pegar a região norte do Rio Grande do Norte que tem uma diferença enorme do sul, lá tem a região de açúcar com irrigação, com petróleo etc. Mas se pegamos o semi–árido, não tem água, não tem solo produtivo, não em infraestrutura. Então, a proposta que eu deixo aqui para o Partido encaminhar é a questão da distribuição de água e a educação familiar de base. Obrigado.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: O próximo inscrito é o companheiro Ricardo Atturch, de Brasília. Três minutos. Quero anunciar aqui a presença do Deputado Belivaldo, do PSB, por Sergipe, nosso líder na Assembléia Legislativa.

Ricardo Atturch: Bom, eu os pouparia de me ouvir se não fossem as palavras instigantes do Serafim. Ele nos remeteu à questão do momento da experiência que o Brasil teve sob o Governo JK. De fato, JK tinha um projeto nacional e os militares, por mais que a Ditadura tenha sido odiosa, também tinham um projeto com o qual nenhum de nós aqui concorda, lamentável. Eu acho que a diferença fundamental é que Governo JK pensava numa ocupação estratégica do Território Nacional. E nesse sentido, Brasília foi a grande obra de JK para viabilizar esse processo. Enquanto que os militares tinham uma proposta de ocupação de arrastão do país. E é isso que acontece. Eu acho que o modelo agroexportador que domina o Brasil inteiro vem, em grande medida, daí.

Tudo isso nos remete também à questão central que se coloca para nós no Brasil, até mesmo antes da socialização da renda, que é a questão da socialização do poder. No Brasil, o Pacto Nacional se dá de cima para baixo, quando o Pacto Nacional deveria ser o resultado dos pactos regionais e os pactos regionais deveriam ser resultado dos pactos locais. Portanto, no Brasil de hoje, você tem uma terrível inversão de valores. O Governo JK vinha mudando essa cultura quando estabeleceu como prioridade o desenvolvimento regional. E quando a gente passa a ter essa reflexão de que é do Pacto Regional que deve resultar no Pacto Nacional, a gente tem uma inversão de valores

porque o poder central que passa a ser instrumento das regiões, e não as regiões serem instrumento do poder central. Inclusive, em todos os partidos de esquerda, nós temos essa cultura de formular de cima para baixo. Acho que a gente precisa fazer uma inversão de valores nesse sentido, mas para fazermos isso, precisamos fazer um trabalho cultural.

Para concluir, eu gostaria de falar da questão do Distrito Federal. É lamentável a situação que vive o Distrito Federal; é lamentável como a população brasileira se permite perceber a capital da República da forma como ela é percebida, às vezes, de forma difamatória e até pejorativa. O Dr. Serafim colocou, com muita clareza, que a gente tem um divisor de águas muito grande. E isso também se reflete na população de Brasília. O PSB do Distrito Federal – e eu me incluo entre essas pessoas, junto com o Deputado Rodrigo Rollemberg – vem fazendo um esforço muito grande para elevar a auto–estima da população do Distrito Federal e do Entorno, porque que se a própria população da cidade não gostar dela, o resto da população vai ter ainda mais dificuldades de gostar. Não dá mais para pensar o Distrito Federal como um caminhão que comporta dez toneladas e que acaba carregando vinte toneladas. Não dá mais para o Distrito Federal sem esse enfoque do desenvolvimento regional, quer dizer, o desenvolvimento regional do Distrito Federal do Entorno, contextualizado no desenvolvimento da região Centro–Oeste.

Eu queria agradecer ao Serafim por nos ter trazido essa reflexão e chamar realmente a atenção dos companheiros para o fato de que, nós só vamos entender o Brasil se realmente fizermos um corte no Brasil. É como se a gente não tivesse conseguido ainda retomar o caminho da democracia plena.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Muito bem. Agora, vamos ouvir a palavra do companheiro Neto Franca, da Paraíba.

Neto Franca: Bom dia a todos os componentes da Mesa e a todos os filiados do PSB. Meu nome é Neto Franca. Sou da Paraíba. Sou ex–Deputado Estadual e filiado ao PSB recentemente, a convite de nossa Presidente Regional, a Vereadora Nadja Palitot, única mulher que dirige o PSB em nível estadual.

Eu gostaria de, em poucas palavras, trazer a minha mensagem a este encontro ratificando o que um companheiro nosso falou sobre a Amazônia, demonstrando que houve um equívoco dos governos passados no que se refere a investimentos em algumas regiões do Brasil. Na Paraíba, eu tive a oportunidade de dirigir uma empresa de piscicultura, que tinha 100% do seu patrimônio penhorado por causa de causas trabalhistas. Então, a gente tinha que trabalhar em cima da imaginação, em cima da parceria, em cima da criatividade. Esse programa da piscicultura foi o que mais me chamou a atenção, por quê? Todos

sabem que a Paraíba é um estado pobre; é um estado que convive com a seca. A piscicultura poderia ser um dos pontos de salvação para o pessoal do campo da Paraíba. Apesar de nós convivermos com a seca, com o castigo da falta d'água, por incrível que pareça, a piscicultur pode ser um programa viável e de custo reduzidíssimo para o Governo Federal, Estadual e Municipal. Nós tínhamos uma estação de piscicultura no alto sertão paraibano, na cidade de Itaporanga, onde produzíamos cerca de um milhão de alevinos por ano. Através das cooperativas daquela região do Vale de Piancó, nós recuperamos aquela estação e passamos a produzir cerca de cinco milhões de alevinos por ano, principalmente, tilápia e de tambaqui. Agora, essa estação teria condições de produzir cerca de cem milhões de alevinos/ano.

Quando eu digo que a piscicultura é viável para o Nordeste, é porque, apesar da seca, apesar da falta d'água, dos açudes, dos barreiros, nós temos um percentual de acumulo de água ao longo dos anos. Então, nós podíamos treinar o homem do campo para trabalhar com piscicultura. Dessa forma, além de levar alimento para suas residências, para aquelas famílias carentes que estão desempregadas também poderia servir para a comercialização. Portanto, além de produzirmos o peixe e fazermos a distribuição com essas pessoas carentes, nós também faríamos a própria fábrica de sopão. Ou seja, poderíamos pegar as sobras da CEASA, levar para essa estação e fazer a ração para a própria piscicultura. Então, se o Governo Federal, ao invés de estar gastando de forma incorreta com carros–pipas, poderia muito bem investir em piscicultura através dos seus órgãos como o SEBRAE, ou qualquer instituição que possa treinar o homem do campo e fazer o financiamento dos tanques-redes. Nos pequenos municípios em que piscicultura foi ativada na Paraíba, foi através de investimento da EMPASA, e teve sucesso absoluto. Então, eu agradeço a oportunidade e faço a sugestão aqui para que os membros da Mesa e aqueles convidados que aqui se encontram também discutam a questão da piscicultura como uma solução viável e, acima de tudo, de custo reduzido. Muito obrigado.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: A próxima inscrita á a Prefeita de Salgueiro, Pernambuco, Cleuza Pereira.

Cleuza Pereira - Prefeita de Salgueiro: Cumprimento a Mesa e os companheiros. Eu queria dizer que Salgueiro fica exatamente na encruzilhada do Nordeste; lá se cruzam duas BRs - a BR 232 e a BR 116. É uma área da mais extrema penúria de água. Na cidade, nós temos uma adutora que vem de Cabrobó, do São Francisco, mas no restante do município, dependemos do famigerado carro–pipa. A questão não é só o fato de não termos água suficiente, mas é também uma forma de dominação. É difícil a gente ordenar devidamente a entrega d'água com o carro–pipa. Mas eu me senti contemplada pela exposição

do companheiro de Sergipe, Paulo Viana em relação à questão da CODEVASF, que deixou de ser posse de uma família e agora está na mão do povo, em Petrolina. A gente espera que essa proposta, da CODEVASF trabalhar em conjunto com a CHESF, seja frutífera para a região. E lembramos também de a gente lembra aqui um outro órgão que deveria ter uma função importante para a região é o DNOCS. O DNOCS está sucateado; não tem sequer máquinas; não tem nenhuma possibilidade de estar perto da gente. Há, inclusive, uma irresponsabilidade na alocação dos açudes. Salgueiro tem um grande açude, o Boa–Vista, que abastecia a cidade antes de nós termos a adutora do São Francisco. Hoje, há um campo de futebol dentro do leito do açude. O ex–Senador Carlos Wilson fez um trabalho muito interessante sobre isso, porque à jusante do açude foram construídos dois outros. Então, eu não tenho nem esperança de que, mesmo tendo bom inverno, Salgueiro tenha água naquele açude porque os abastecedores dele estão cortados lá para cima. Então, é bom pensar qual é o papel do DNOCS e como ele pode nos ajudar.

Eu queria também denunciar a forma de usar os açudes. Não há nenhum gerenciamento e há vereadores que são donos do fluxo do açude. Eles chegam lá, abrem as comportas para que a água chegue na sua fazenda, a não sei quantos quilômetros de distância.

Mas o meu foco aqui neste momento é outro. É hora de a gente pensar que o Brasil, Pernambuco, Nordeste não são apenas o litoral. Nós vemos todo o esforço que foi feito para universalizar a escola, mas quando as nossas crianças vão para o litoral, ficam sem aquela condição de morar no interior; não querem voltar porque não tem um hospital adequado e as escolas de lá já não satisfazem. Então, é hora de pensar o que a universidade deve ao interior; quais são os técnicos que devem formar; se não haveria possibilidade de alguns municípios pólos - como Salgueiro e outros da nossa região - sediarem cursos voltados para as necessidades da região, e não formar pessoas que acabem ficando, diletantemente, na capital. Nós temos um hospital excelente que foi projetado no Governo Arraes e foi concluído no governo do Carlos Wilson, mas para tratar de um dedo que se quebra tem que correr para o Recife. Eu tenho um sobrinho que perdeu o dedo porque não chegou a tempo no Recife e o dedo gangrenou. Então, acho que é compromisso da universidade fazer com que quem estuda lá às custas do Governo devolva isso para a comunidade. Eu fiz uma carta ao Governador dizendo que se fizesse do hospital de Salgueiro um hospital–residência esses moços iriam ver que lá se vive, que tem formas de se viver bem, de ser útil à sociedade. Inclusive, nenhum dos que chegou por lá saiu porque não tivesse renda, ou não tivesse condições, o que eles temem é ficar longe dos centros de discussão das capitais. Então, é importante integrar as

universidades federais e estaduais, com centros acadêmicos, lá nas cidades do interior para servirem à comunidade e proporcionarem também a discussão.

No ano passado eu tive a felicidade, graças ao nosso Ministro Amaral, de ter uma unidade da SBPC em Salgueiro. Foi uma experiência interessantíssima. Então, quem "está lá no mato", como nós dizemos no popular, também tem desejo de progredir, mas às vezes, fica limitado porque o Governo não pensa na gente.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Prefeita Cleuza, a senhora já foi reeleita ou pretende ser reeleita?

Cleuza Pereira - Prefeita de Salgueiro: A reeleição é coisa para se pensar ainda.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Muito bem. E a senhora merece ser reeleita. A senhora é uma sofredora por viver num lugar como este e conseguir fazer uma boa administração. Concedo a palavra ao Aldair, do Estado do Pará. Ainda faltam mais três inscritos: Christine, nossa Vereadora Nadja e Edinaldo.

Aldair Correia: Meus cumprimentos também. Eu sou novato no PSB. Já fui candidato a Deputado Federal, não consegui me eleger, mas na próxima a gente chega lá.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Quem sabe, se o fato do senhor se inscrever no PSB já não é meio caminho andado para chegar à Câmara.

Aldair Correia: Com certeza. Quando o Serafim, da Amazônia, falou exatamente do Samuel Benchimol, que é uma referência científica na região do Pará e na Amazônia como um todo, ele me fez coçar a língua para me inscrever e vir aqui falar.

Eu quero falar dos projetos que nós temos lá na Amazônia e que nós gostaríamos que o PSB tomasse para si também, para nos ajudar nessa questão. Eu lamento muito que a Prefeita Cleuza, nossa companheira de PSB, de Salgueiro, esteja com problemas de água quando na Amazônia, e mais precisamente na Bacia do Rio Amazonas, nós temos doze trilhões de metros cúbicos de água a cada ano. Infelizmente, nós não temos a possibilidade de trazer essa água justamente para apoiar os nossos companheiros do Nordeste, que tanto precisam. Há dez anos, nós já comentávamos com o Miguel Arraes, aqui na Câmara Federal, em Brasília, sobre a possibilidade de se viabilizar esse transporte de água do Rio Amazonas para o nordeste. Eu não sei como se daria o procedimento, mas acho que seria bastante interessante que se viabilizasse isso, porque nós temos água a sobra na Amazônia.

Muitas vezes se denigre a imagem da Amazônia, como se lá só tivesse índio e jacaré. Alto lá, não é bem assim! Nós também somos brasileiros e fazemos uma análise do Brasil como um todo. Senador, com certeza, o senhor foi uma das pessoas que voltaram em um grande projeto lá da nossa região, do oeste do Pará, que é a criação do Estado do Tapajós. Certamente o senhor votou favoravelmente porque a votação do Senado foi de setenta e cinco a zero. Então, foi unanimidade.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Então, o meu voto está lá consignado.

Aldair Correia: Com certeza. Isso é muito importante. Um aplauso para ele, por favor. Ele merece e reconhece que a Amazônia precisa ser integrada com o Brasil. Então, como Presidente do PSB de Santarém e Coordenador Regional de 14 municípios do Baixo Amazonas, no oeste do Pará.

Eu gostaria de propor que o PSB pudesse também nos ajudar, não apenas os companheiros que são afiliados do Partido, mas os deputados federais também, para que nós pudéssemos fazer uma força conjunta para viabilizar a votação desse projeto da criação do Estado do Tapajós que está esperando ser votado no Plenário da Câmara Federal. Nós temos 25 municípios num total de 722 km². O Serafim falava que levava quatro horas de *Boeing* para se ir de uma ponta a outra do Amazonas. Nas nós, no oeste do Pará, precisamos de uma hora de *Boeing* para chegar até a capital do estado. São mil quilômetros de distância! Não é nem que o Pará não queira nos dar a atenção administrativa completa, é que não há condições para isso porque nós estamos muito distantes. Para vocês terem uma idéia, a distância entre Belém e Manaus é de mais 1.500 km.

Então, nós precisamos estar atentos para essas coisas. E há ainda uma outra questão importante para a criação de um estado no oeste do Pará, que é a biodiversidade. Normalmente aqui do centro do país, no sudeste e centro–oeste, mais ao sul, não se dá muita atenção para as questões maiores da Amazônia. Na Amazônia, nós temos um banco genético de mais dois milhões e quinhentos mil gens, dos quais são conhecidos parcialmente apenas quatrocentos a quinhentos mil. Esses dois milhões estão aí à deriva e nós precisamos ter cuidado com a degradação ambiental. A gente tem que ter cuidado e atentar para o conhecimento desse banco genético.

Nós estamos entrando com um pedido junto ao Ministro Roberto Amaral, para que seja implantado um Instituto de Biotecnologia lá na Amazônia, juntamente com um de Manaus, que me parece que já foi construído, mas que ainda não está operando. É importante que se faça um Centro de Estudos de

Biotecnologia em Santarém, que é a segunda cidade do Estado do Pará e a provável capital do futuro Estado do Tapajós. E gostaria de obter o apoio do Senador esse sentido para que a gente pudesse viabilizar a instalação de um Instituto em Santarém, nos mesmos moldes do Estado do Amazonas, para que pudéssemos obter o conhecimento desse banco genético que nós tanto precisamos. Nós temos que ver também a possibilidade do custo–benefício da instalação de um projeto como esse, mas que nós precisamos realmente fazer isso na Amazônia, precisamos. Eu gostaria de agradecer a atenção de todos os senhores. E estas as minhas propostas: a criação do Estado do Tapajós e o Instituto de Biotecnologia da Amazônia. Muito obrigado.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Quero dizer ao companheiro Aldair que o Estado do Pará se recente da ausência do nobre Senador Ademir Andrade, que era um lutador pela nossa região Norte. Ele não conseguiu se eleger governador. Eu lhe dei tantos conselhos. Sempre lhe dizia: "Você deveria ser deveria ser candidato a Senador". Certamente ele teria sido reeleito, como eu fui. Infelizmente ele não foi eleito, mas como ele é bastante jovem, quem sabe voltará ao nosso convívio. Com a palavra a nossa companheira do Espírito Santo, Christine.

Christine: Bom dia a todos. Boa–tarde já? Estou atrasada? Eu concordo com todas as propostas que foram colocadas aqui. Acho que foram maravilhosas, mas eu senti um direcionamento apenas para a região Nordeste, a região Norte e a Centro–Oeste, como se apenas nessas regiões existisse pobreza. Todas essas carências que foram citadas aqui, nós também sentimos lá no Espírito Santo, e queremos as mesmas soluções também. Eu gostaria que fosse lembrado que pobreza existe independente dessa regionalização que está traçada. Enquanto socialistas, nós buscamos defender todos esses pontos, e é importante que lembremos que essas carências existem também em áreas que aparentemente têm dados estatísticos superiores. Foi colocado aqui que os dados estatísticos de Brasília mascaram o Entorno. A mesma coisa acontece com a gente lá. Por exemplo, a nossa região também precisa de soluções com o investimento em cadeias produtivas aproveitando a potencialidade natural. As colocações da prefeita tocam o meu coração porque é exatamente isso que gente vivencia lá no nosso estado. Esse é o nosso retrato. É preciso que haja um investimento em educação, em saúde nessas áreas de baixo IDH, independente da região. Eu acho que tem que ter essa preocupação. Caso contrário, nós vamos continuar penalizados e vivendo uma situação de extrema pobreza dentro de uma região que se diz rica.

Eu sou Secretária de Mulheres do PSB em Conceição da Barra, que é um município do extremo norte do Espírito Santo. Eu tenho certeza que

algumas pessoas aqui conhecem. É um lugar muito bonito, mas que todo mundo sabe que quem vai lá, é só para ver a parte do paraíso de Itaúnas. Entretanto, em volta, nós estamos sofrendo porque tem o eucalipto e a cana tomando conta da região e deixando um lastro de pobreza. A gente está tentando buscar investimentos para o lado do eco–turismo, mas é preciso que haja um direcionamento, um investimento, uma política específica para isso. Obrigada.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Eu quero informar à companheira Christine que na Reforma Tributária está no Senado, há uma proposta, que já foi aceita por todas as lideranças e pelos integrantes do Senado, no sentido do governo priorizar a disparidade regional, incluindo as regiões pobres como o extremo norte do Espírito Santo no Fundo de Desenvolvimento Regional. Esse Fundo é constituído de 2% do IPI, do Imposto de Renda e será gerido para obras de infraestrutura nas regiões mais pobres do Norte, Nordeste, Centro–Oeste, parte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Acho que isso é muito importante. A palavra agora será concedida à nossa representante no Estado da Paraíba, a grande Vereadora Nadja.

Vereadora Nadja Palitot: Eu quero dar bom dia à Mesa; à companheira Lili, que é da Secretaria das Mulheres Socialistas; ao companheiro Rollemberg; ao Senador Valadares que, com tanta competência, preside os trabalhos desta manhã e tarde; a essa lutadora e guerreira, Lídice, nossa companheira mulher; e um bom–dia muito especial ao nosso Vice–Presidente Estadual, companheiro Antônio Barbosa Bala, que nos brindou com o seu comparecimento e sua palestra aqui neste painel.

Eu queria dizer também que nós estamos muito felizes de escutar todos esses problemas de todas as regiões brasileiras. São questões realmente que eu particularmente ainda não tinha despertado para elas. Eu creio mesmo que este painel foi extremamente rico com a participação de todos os outros que nos antecederam.

Mas eu gostaria de fazer um registro que para mim foi muito triste. Ontem à noite, na abertura do Partido, todos os presidentes estaduais do PSB estavam ali por trás da Mesa, naquelas cadeiras, e eu fiquei muito assustada. Eu queria dividir esse meu susto e essa minha tristeza com os companheiros socialistas, sobretudo com os homens, porque, pelo que já tomei conhecimento, sou a única mulher Presidente Estadual do PSB. Então, o PSB precisa realmente se envolver mais com as mulheres porque nós mulheres temos muito a contribuir com esse Partido.

Neste momento, eu queria agradecer, em nome da Paraíba, tudo quanto o companheiro Valadares fez pela Paraíba. Ele sabe perfeitamente do que é

que eu estou falando. Quero dizer que nós da Paraíba estamos trabalhando e estamos trabalhando muito. O companheiro Bala está na Mesa. Nós estamos desenvolvendo um trabalho muito grande de propaganda da Paraíba. Nós estamos aqui com o Caderno de Teses, e há uma tese muito interessante, na folha 34, sobre ciência, poder e o novo gerencialismo.

Eu já fui muito contemplada na fala do Bala, mas a minha pergunta é em relação aos companheiros da CHESF. Lá em João Pessoa, que é a segunda cidade mais verde do mundo, houve a privatização da companhia elétrica - a Leopoldina Cataguazes é justamente a concessionária de energia elétrica na Paraíba. Com essa privatização, a energia que se paga na Paraíba é muito cara. Nós temos a informação de que a Leopoldina Cataguazes produz a sua energia e vende à Paraíba, que é muito distante e, portanto, sai muito cara. Então, nós gostaríamos de perguntar ao companheiro que representa a CHESF se a energia da CHESF não ficaria mais barata. Em outras palavras, se a CHESF não vende energia mais barata do que a Leopoldina Cataguazes e se a Leopoldina Cataguazes poderia comprar essa energia da CHESF para ser revendida na Paraíba. Todos os paraibanos estão se sentindo surrupiados nos seus parcos rendimentos com relação aos altíssimos custos de energia elétrica que nós estamos passando na Paraíba. Era isso que nós queríamos colocar. Muito obrigado. Um bom congresso para todos os socialistas.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Vereadora Nadja, logo após a palavra dos inscritos, nós ouviremos os debatedores e da expositora e o Dr. Bosco vai abordar esse seu questionamento. Eu gostaria de enaltecer a conduta retilínea, leal, em favor do nosso partido, da Vereadora Nadja e dos seus companheiros, razão pela qual o meu voto no Diretório do PSB foi no sentido de que a nossa sigla não se tornasse, como queriam, uma sublegenda ou partido de aluguel. Meus parabéns a todos vocês. Eu concedo a palavra ao nosso companheiro Edinaldo, da Paraíba.

Edinaldo: Inicialmente, eu gostaria de saudar o Nobre Senador, Antônio Carlos Valadares, que dignifica o PSB e que, por conseguinte, também dignifica a todos nós, em nome de quem, eu o saúdo a todos os companheiros aqui presentes.

Eu sou da cidade de Areia, na Paraíba, terra do Ministro José Américo de Almeida e do pintor Pedro Américo. Nós já tivemos, em Areia, 126 engenhos de rapadura, em atividade, e uma usina. Depois acabou tudo e passamos a ter a monocultura da cana–de–açúcar. Acabaram os subsídios e também da garantia de preço mínimo. Em Areia, que tem uma topografia idêntica da maior parte de Minas, não mecanizável, para se produzir quarenta toneladas de cana num hectare, a gente gastava cinco vezes mais do que para se produzir cento e trinta

toneladas ali na região da Zona da Mata, na Paraíba mesmo, lá no Tabuleiro. Então, com o fim do subsídio e a garantia do preço mínimo, acabou tudo e o caos estabeleceu–se na nossa cidade, a ponto de haver uma redução da nossa população de 35.000 para 26.000 habitantes. Essa é uma questão gravíssima.

Depois disso, quem ficou lá se juntou em torno das associações meramente eleitoreiras. O objetivo das associações lá na minha cidade é apenas para eleger deputados, governadores e no final do mês receber uma feira. É esse o trabalho. Eu ouvi aqui alguns se pronunciarem sobre a questão dos organismos, da falta de objetividade e da participação mesmo. Por exemplo, em Areia, nós temos o Campus 1 da Universidade Federal da Paraíba, que foi o nosso ex–Ministro José Américo que levou para lá. Temos uma Escola de Agronomia e Zootecnia. Se elas fechassem hoje, poderia até haver um prejuízo econômico, mas a agropecuária de Areia não sentiria nada, infelizmente. Eu sou funcionário de lá e sou um crítico também.

Luiz Gonzaga disse que "a esmola, ou envergonha o homem ou vicia". Isso é a maior verdade. Em relação à questão da água, em Areia, nós temos uma situação peculiar: parte do município é uma área de transição para o semi-árido - é o chamado Brejo de Areia. Não tem água nessa parte de transição, mas o pessoal produz o suficiente para sobreviver. Na outra parte, há água por todo canto - água de boa qualidade e em grande quantidade. E a população daquela região vai para feira comprar um pé de coentro para temperar a panela. Então, a grande questão é a conscientização do povo. Eu peço ao PSB que lute também pela dignificação do homem, porque esse assistencialismo do Fome Zero, essa coisa de dar esmola, não dignifica ninguém e não nos leva a lugar algum. Precisamos conscientizar o povo. Então, fica aqui esse meu apelo, na certeza de que a gente pode fazer muito por essa questão. Muito obrigado.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Em caráter extraordinário, já que as inscrições já estavam encerradas, eu vou conceder a palavra ao nosso fotógrafo, Sr. Lorain. Vamos conceder a palavra, em caráter especial, por um minuto, porque as inscrições já estavam encerradas. Mas o PSB é um partido democrático e não tapa a boca de ninguém. Primeiro vai falar o Gaudêncio e depois o Sr. Lorain.

Gaudêncio: Boa tarde. Vou só fazer uma proposta sobre a questão que a Prefeita de Salgueiro comentou. Eu acho que todos os formandos de universidades públicas brasileiras deveriam prestar serviços à comunidade, por um período mínimo de seis meses, ou um ano, porque nós pagamos os seus estudos. Na maioria das vezes, são alunos de classe média e até da classe rica e, depois de formados, eles não prestam o serviço que a comunidade precisa. Então, eu queria fazer uma sugestão ao Senador de que de cada estudante tenha

que prestar serviço à comunidade depois de forma e que os cursos sejam voltados para as comunidades carentes.

E o outro ponto é que, em Belo Horizonte, existem três mil e quinhentas nutricionistas desempregadas. Quantas nutricionistas não poderiam alimentar o povo do Nordeste? Um abraço.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Muito bem! Meus parabéns pelo tempo. De fato, as universidades públicas têm levado muito dinheiro da arrecadação nacional. E há um projeto do Governo Federal que hoje já saiu nos jornais, de conter o ímpeto dos gastos nas universidades públicas reservando a maior parte dos recursos arrecadados pela União em favor dos mais pobres. Eu acho isso justo. Passo a palavra agora ao nosso companheiro Cláudio, de Belo Horizonte.

Cláudio: Boa tarde, companheiros. Como tenho apenas um minuto, vou tentar ser o mais breve possível. Há um ano e meio, Minas Gerais se preocupou com os pontos básicos para um projeto de uma infraestrutura nacional, na questão de saneamento básico, energia etc. Ontem, aproveitando o ensejo de estarmos aqui no Congresso, apresentamos, junto à Secretária Geral da Presidência da República, um projeto que basicamente alavanca todos os projetos de infraestrutura nacional existentes no Brasil. Vou resumi-lo, nesse pouco tempo de que disponho. Ao longo do tempo, ficamos comprometidos com os bancos internacionais. A proposta é de gente fazer uma mega operação a *swap* saindo dos bancos internacionais e indo indiretamente para os Fundos Pensão. A idéia foi tão boa numa determinada época que os Estados Unidos criaram as *Tips*, que são os títulos. Esses títulos que são os nossos maiores concorrentes. A proposta desse projeto era dar uma compensação maior a essas *Tips* e financiar os projetos de infraestrutura básica, como a questão da água de Salgueiro. Então, Senador, eu vou estar encaminhando ao senhor esse nosso projeto. Acredito que vai ser um projeto muito bom, não só para Minas Gerais, mas para o PSB em nível nacional. Muito obrigado.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Eu gostaria que o senhor mandasse suas idéias para o Senado, para a gente poder transformar em projeto, sem dúvida nenhuma. Com a palavra, o nosso companheiro Lourain, da Paraíba. É o último orador.

Lourain: Eu não tenho o dom do Enéas, de falar pouco e ser eleito, mas vou ser breve. Eu fico muito triste em todas as participações quando se discute a transposição do Rio São Francisco, porque a gente vê um nordeste dividido - um nordeste que quer se apropriar do Rio São Francisco e um nordeste que precisa dessa água. Como o companheiro falou, essa transposição

tem que ser feita com responsabilidade. Mas a verdade é que uma grande parte de Pernambuco, a região do sertão da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará precisam dessa água. E quem tem que fazer a transposição com responsabilidade são aqueles que vão por em prática essa transposição. E essa, me desculpem, não é a minha preocupação. Eu quero água para o desenvolvimento da minha região, para que o povo do sertão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará tenha água para beber. Todos esses problemas das regiões do Brasil foram causados por uma agravante - a corrupção. E essa corrupção que tanto o Governo Lula como o PT vem combatendo ao longo da história, hoje está no Poder. Nós queremos esses recursos, que foram desviados para o exterior, no caso do Banestado, a Conexão Nordeste etc. O povo nordestino, o povo brasileiro, quer esses recursos de volta.

Nós sabemos que o Governo Lula tem uma bancada, uma maioria composta por alguns grandes corruptos da Nação, que apóiam o Governo Lula. E eu quero perguntar ao Senador: o senhor acredita que o Governo Lula vai realmente tentar combater a corrupção? É isso que eu quero saber e que a população exige. Cadeia para esses corruptos e devolução do dinheiro público.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Agora nós passaremos às considerações finais da expositora, a ex–Prefeita Lídice, e vamos conceder a palavra também aos debatedores, por cinco minutos cada um.

Deputada Lídice da Mata – Expositora: Bom, companheiros, eu quero aproveitar para dizer da importância deste debate aqui hoje para o nosso Congresso. Quando eu comecei a falar, como eu fui a primeira, muitos de vocês não estavam aqui. Na verdade, eu até dizia que não sei por que eu fui escolhida para falar sobre esse tema. Ainda estou aqui pensando, porque me passa a idéia de que nós deveríamos ter uma pessoa para falar das diversas políticas de desenvolvimento regional no Brasil, ou um representante de cada região do nosso país. Mas com falhas ou não, o importante é que abordamos esse tema e, sem dúvida nenhuma, foi muito importante o debate que nós realizamos aqui hoje. Foi um debate sobre o desenvolvimento regional no Brasil, buscando enfocar um pouco de cada região. A companheira, inclusive falou: "Mas o Sudeste não está aqui presente e o Sul". Não estão; é uma falha nossa. Era preciso ter uma visão mais global de Brasil para que nós pudéssemos pensar em soluções também globais a partir, inclusive, do conceito que ele estabelece ali de desenvolvimento sustentável que são os pactos municipais, os pactos regionais até o grande pacto nacional. Para isso é preciso ter uma visão de cada parte para você chegar a uma conclusão geral.

Na minha fala inicial, o que eu busquei abordar foi justamente o Nordeste. Não me senti em condições de fazer mais do que isto. Procurei

abordar um pouco do que conheço do Nordeste e sustentar uma tese de que o Nordeste é pobre; o Nordeste tem mais que 50% da população indigente do Brasil; mais de 1/3 da população indigente do campo está no Nordeste; mas nós já saímos dessa condição de uma economia fraca, uma economia sem complexidade, uma economia sem diversidade. O Nordeste hoje tem uma pujança econômica significativa; tem pólos de desenvolvimento industrial; pólos de desenvolvimento de uma agricultura moderna. Portanto, há diversos nordestes que se entrelaçam.

Isso é um desenho também deste país que, com a globalização, tem novas formas de funcionamento. Nós não temos mais, em nenhuma parte o Brasil, mesmo na região Norte, um modelo de economia para dentro. Nós temos sempre uma economia que se inter-relaciona com todas as regiões do país, e agora já com o capital internacional.Assim, faz-se necessário que o país pense medidas de economia para cada região dentro dessa realidade, até as feiras livres devem ser inseridas dentro desse processo geral.

Por outro lado, devemos reafirmar a idéia de desenvolvimento sustentável, que o PSB abraçou. O depoimento do Centro–Oeste se junta com o depoimento do Nordeste, e mesmo do Norte. E nós vamos percebendo, no Centro–Oeste e no Nordeste, um modelo desenvolvimento concentrador de rendas e gerador de riqueza por um lado, e a concentração de renda e de miséria, por outro. E esses modelos não se encontram nunca. Há um paralelismo: quanto mais cresce a renda, quanto maior a participação na economia e desenvolvimento econômico, mais miséria e menos inclusão social. E é isso que nós queremos inverter no nosso modelo de desenvolvimento econômico no Nordeste, no Centro–Oeste com a pujança que vem se desenvolvendo em algumas regiões, como foi destacado aqui, inclusive no Entorno do Distrito Federal.

Nesse aspecto, eu acho que o Norte representa para nós esse laboratório possível. O desenvolvimento do Norte ainda não tem as marcas tão centradas, principalmente, no desenvolvimento das experiências nordestinas que não se relacionam com as culturas locais. O Serafim destacou que a Ditadura fez essa inserção artificial na economia da região causando enormes problemas. Mas ainda há muito a ser explorado com uma nova visão de Brasil que nós esperamos que o Governo de Lula tenha.

Eu queria destacar uma fala do Dr Arraes, numa reunião da Executiva, onde ele dizia: "Eu vi o Ministro Ciro Gomes refundar a SUDENE". E o discurso do Ministro Ciro Gomes, nesse momento, foi dizer que a SUDENE surgia com capacidade suficiente para ser um instrumento de combate à corrupção, como se a marca apenas da SUDENE e da SUDAM pudesse ser

apenas essa. Não é verdade. E dizia Dr Arraes: "Para que veio essa nova SUDENE?" Essa é uma pergunta que o Governo Lula tem que se fazer. A SUDENE não tem poder de delegacia de polícia, nem de combate à corrupção apenas. Ela precisa ser um instrumento de desenvolvimento regional. E quais são os planos do Governo de Lula para isso? Infelizmente eu confesso que como militante política e deputada ainda não vi nenhum pronunciamento claro do Governo sobre essas questões regionais ou sobre qualquer plano de desenvolvimento dessas regiões. Também falava o Dr Arraes sobre a situação da ferrovia. Nós vivemos, na Bahia, uma situação insustentável, com a privatização das ferrovias. Nós temos 52 cidades onde passava a ferrovia para transporte de passageiros e hoje passa apenas para transporte de combustível de carga pesada, combustível e produtos químicos, causando enorme transtorno à população. A minha cidade, Cachoeira, é considerada como sendo o maior gargalo ferroviário do país, onde o trem pode passar em manobra, durante dez ou doze horas, carregando produtos químicos por dentro da cidade de alta capacidade de poluição e de contaminação da natureza.

Então, eu creio que, ao discutirmos essas questões, primeiro, devemos reafirmar a idéia de que precisamos de um desenvolvimento para o país em que se levem em conta as diferenças regionais fazendo com que o Brasil cresça como um todo. Não é mais possível que tenhamos apenas o Sul pujante para receber os investimentos, como aqui foi ressaltado, e que o Nordeste, o Norte também, seja relegado à condição de receber incentivos fiscais, geralmente correndo atrás do prejuízo que já sofreu.

Eu vou dar só um dado sobre a educação, sem entrar no mérito dessa questão educacional porque eu acho que é um outro debate. A Bahia tem apenas uma Universidade Federal, há cinqüenta anos; Minas Gerais tem catorze, e a média do Nordeste é de três universidades federais por estado. Agora nós estamos criando mais uma, está em processo de implantação, que é a Universidade do Vale do São Francisco, que pega a Bahia e Pernambuco. É uma retomada da unidade dos dois estados.

Vou aproveitar para finalizar, protestando com os meus amigos da CHESF, que estão levando a energia da CHESF só para Pernambuco. Nós somos o maior cliente da CHESF. Eu quero as verbas de cultura da CHESF para a Bahia outra vez. Nós passamos um ano na Direção do PSB, e eu sou atacada agora por todos os produtores rurais do meu estado porque a CHESF deixou de investir no Estado da Bahia.

Então, eu quero fazer um apelo público aos companheiros que retomem uma política de integração da CHESF Bahia com Pernambuco, e Sergipe também. Afinal de contas, também filhos de Deus, não é mesmo? Mesmo que

os pernambucanos ainda guardem os ressentimentos do pedaço de Pernambuco que nós tomamos no passado, mas nós queremos uma reaproximação pacífica; queremos o desenvolvimento sustentável como saída para o desenvolvimento nacional. Todos falaram aqui neste contexto: agricultura familiar, aproveitamento dos recursos. O nosso modelo é um modelo concentrador e destruidor dos recursos ambientais e dos recursos sócio-econômicos da região.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Palmas para a nossa expositora, nossa deputada. Eu concedo a palavra ao debatedor, nosso companheiro Antônio Barbosa Bala. Vossa Senhoria terá cinco minutos para fazer o seu pronunciamento de despedida.

Antônio Barbosa Bala – Debatedor: Eu diria que talvez não sejam necessários esses cinco minutos porque acho que a companheiro Lídice sintetizou grande parte do que foi abordado aqui. Eu até louvo as discussões em relação à questão hídrica, a questão da transposição da água do São Francisco. Mas é necessário que haja algumas alternativas emergenciais para a geração de empregos e renda no Nordeste. Eu falei da questão de catalogar todas as feiras livres porque hoje nas cidades do Nordeste têm determinados municípios em que 30% da geração de empregos são nas feiras livres. E falta uma assistência tanto sanitária nessas feiras livres, a questão cultural, a questão do próprio turismo; feiras como a de Pernambuco, de Caruaru, de Campina Grande são potenciais turísticos para esse tipo de geração de emprego e renda.

Outra coisa importante é a questão da distribuição justa dos recursos do BNDES. Eu até louvo quando o Senador colocou a questão de direcionar corretamente os recursos do ensino público no Brasil, mas é inadmissível que as montadoras recebam um bilhão e quinhentos milhões de reais de financiamento, como se nós tivéssemos uma combinação do governo para direcionar alguns recursos, ou proceder alguns aumentos de salário lá em São Paulo.

Uma outra questão, como fonte de discussão, infelizmente é um pouco aparte, é a questão do acesso aos medicamentos e à produção é investir nos laboratórios estatais. Nós temos grandes universidades no Nordeste. Eu lamento até o que o laboratório da Bahia, o Bahia Farma, tenha sido transformado num sopão. Nós precisamos tentar não liberar preço de medicamento, investindo na indústria farmacêutica de uma forma irresponsável. Como eu falei, no Brasil tem 54 milhões de pessoas que não têm acesso a nenhum medicamento e que dependem desse medicamento ser fornecido pelo próprio Estado. E na hora que o Estado não viabiliza um barateamento desse medicamento, com uma política de mercado, com uma política onde se aumenta o poder de escolha do consumidor e uma política de medicamento, isso fica praticamente inviável. É

só pegar o relatório da CPI dos Medicamentos, que aponta que o preço dos medicamentos baixou em 800% em alguns dados. A média foi de mais de 50% de redução. Entretanto, só este ano, os preços dos medicamentos aumentaram em média 25%. A aspirina, por exemplo, aumentou 60%.

Então, quando você discute questão região econômica, ela envolve um todo, mas ela envolve uma coisa que eu considero fundamental: é o respeito à vocação de cada região. Mas você não vai conseguir esse respeito se não houver justiça na própria distribuição de renda. Muito obrigado.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Antes de passar a palavra ao companheiro Rodrigo Rollemberg, eu gostaria de responder ligeiramente à pergunta que me foi formulada pelo companheiro Lourain, se o Governo Lula está realmente empenhado em combater a corrupção no nosso país.

De fato, a corrupção é um grande mal que vem penalizando o povo brasileiro, é um verdadeiro cancro, não só na Administração Pública, que vem penalizando o povo brasileiro, subtraindo recursos que poderiam ser utilizados na infraestrutura básica, nas regiões mais pobres e na educação, na saúde, na habitação, na própria segurança pública. Eu darei apenas alguns exemplos concretos da atuação eficiente do Governo Lula no combate à corrupção. Nós temos o exemplo agora, no Estado de Roraima, da atuação da Polícia Federal, que é um órgão público comandado pelo Ministério da Justiça, pelo Governo Federal. Um governador e vários integrantes do seu governo estão presos, justamente porque praticaram corrupção. A Deputada Lídice tem conhecimento, mais do que nós, da corrupção ocorrida lá em muitos municípios do Estado da Bahia. A Bahia é um dos estados brasileiros onde há uma maior proteção àqueles que pertencem ao poder local. Mas, graças à atuação eficiente e convincente da Corregedoria Geral da União, o Prefeito de Porto Seguro perdeu o seu mandato, está sendo processado criminalmente. E o Prefeito de Amargosa foi cassado também.

Eu estou citando casos apenas o exemplo da Bahia, mas a Corregedoria está atuando no Brasil inteiro, como se fosse uma verdadeira SWAT, que é uma polícia que existia nos Estados Unidos, e que foi objeto até de filmes de televisão. Eu acredito que também a atuação do Tribunal de Contas da União tem sido muito eficiente. Esta semana, o Senado Federal aprovou um projeto concedendo uma maior estrutura de funcionários e de técnicos ao Tribunal de Contas da União para fazer auditorias mais rápidas em todo o Brasil. Quer dizer, hoje, nós estamos devidamente aparelhados hoje para o combate à corrupção. Mas, como é uma doença que se apossou do Brasil há muitos e muitos anos, não é de um dia para o outro, que nós vamos extirpar esse mal. Mas temos certeza

absoluta que o Lula, que é um homem sério, que é um homem correto e que dispõe de um governo honesto, ao final do seu mandato, vai ter reduzido substancialmente essa doença terrível que se abateu sobre o Brasil, que é a corrupção. Essa é uma esperança, para não dizer uma certeza, do que vai acontecer no Governo do Presidente Lula.

Eu quero conceder a palavra agora ao nosso companheiro Rodrigo Rollemberg. Eu gostaria de dizer ao Rodrigo Rollemberg que está tramitando no Senado um projeto do Francisco Escórcio, que dispõe sobre a reorganização política do Entorno, e eu quero a orientação do companheiro Rodrigo Rollemberg de como devo votar nesse projeto. Nessa reorganização, Brasília seria um distrito parecido com Washington, como o antigo Rio de Janeiro, onde o seu administrador seria nomeado pelo Presidente da República. As cidades satélites e as cidades do Entorno seriam municípios. E seria constituído um novo estado, chamado Estado do Planalto Central, que teria um governador eleito pelo povo. Então, eu gostaria de saber a sua opinião e como eu deverei votar, companheiro.

Deputado Rodrigo Rollemberg: Muito obrigado, Senador. Primeiro, em relação à questão do Estado do Planalto Central, na verdade, nós ainda não discutimos isso profundamente no PSB do Distrito Federal. A minha posição pessoal é contra a criação do Estado do Planalto Central. No nosso entendimento não é a criação de uma nova unidade de Federação que vai mudar essa relação que eu descrevi aqui. Vão mudar os limites geográficos, mas a capital vai continuar cercada por uma situação de miséria e que afetará, sem dúvida alguma, a qualidade de vida da cidade e de toda essa região. Na verdade, o que nós precisamos é de um processo permanente de integração de todas as comunidades. Elas não podem se limitar aos limites geográficos; os investimentos não podem se limitar às fronteiras geográficas; é necessário que haja uma profunda integração.

Eu não quis propor ao Diretório Regional do PSB uma discussão para fechar uma posição em relação a essa questão do Estado do Planalto Central porque eu acredito que essa proposta tem um mérito, Senador, é que ela está provocando uma discussão sobre a questão do Entorno. Essa discussão sobre o Entorno é importante e o PSB do DF tem esse mérito, uma vez que nós gastamos o tempo do nosso programa de vinte minutos do primeiro semestre e o nosso programa de vinte minutos do segundo semestre para fazer uma reflexão e uma formulação sobre as necessidades de integração do DF e o Entorno. E, hoje, tanto o PT quanto o Governador Roriz, a reboque do PSB, já vêm assumindo, vêm reconhecendo a importância de se investir no Entorno, de se olhar o Entorno, com mais carinho e mais atenção. Então, a nossa posição hoje é estimular o debate, mas estamos conscientes de que não é simplesmente

a mudança dos limites geográficos e a criação de um novo estado que vai resolver essa questão.

Em relação ao nosso debate de hoje, considero que foi extremamente proveitoso, com propostas muito interessantes que vão enriquecer o nosso Congresso. Foi muito bem conduzido pelo nosso Senador Valadares. Eu concordo com a Lídice, de que o papel do PSB é de se diferenciar nesse processo político. O PSB não pode, não deve, e não tem porquê, ser igual ao PT. Se até aqui, o PT está adotando o mesmo modelo econômico adotado anteriormente pelo Governo Fernando Henrique, nós temos a obrigação de formular uma nova alternativa, um novo modelo para este país.

Não tem sentido, como a gente viu, que, na região Centro–Oeste, a gente tenha uma região de maior desenvolvimento econômico do Brasil e ao mesmo tempo produzindo a maior concentração de renda do Brasil. Eu tenho certeza que não foi para isso que nós elegemos o Governo Lula. Então, nós temos que voltar todos os nossos esforços políticos; todos os nossos esforços em pesquisa, em ciência, tecnologia e inovação; no sentido de produzir novos modelos, que possam distribuir renda e que possam melhorar a qualidade de vida da população; que possam dar sustentabilidade e garantias às próximas gerações.

Eu queria fazer uma observação sobre a questão do turismo que eu tenho certeza que é muito importante para o Centro–Oeste e muito importante também para o Nordeste. Eu fui Secretário de Turismo do Governo Cristóvam, em Brasília, e tenho um compromisso muito grande com essa área. Eu acho que o modelo de turismo desenvolvido hoje, é um modelo perverso, como também é o da agricultura, que gera riquezas para um determinado segmento e pobreza para outros. Nós temos vários exemplos disso pelo Brasil afora. Você pode pegar Canoa Quebrada, no Ceará; você pode pegar Morro de São Paulo, na Bahia. O que a gente percebe? As comunidades locais têm sido excluídas dos benefícios do turismo. Há vinte anos, nessa região, as pessoas tinham uma venda, tinham um barzinho, tinham pequeno restaurante. Eram deles. Hoje, eles são empregados das pousadas, dos hotéis, dos restaurantes, e os gringos, ou os paulistas, são os proprietários. Para a população sobrou o trabalho, a mão–de–obra, muitas vezes, mal remunerada. E o que é mais grave - houve a perda de valores culturais e, em muitos casos, a prostituição e o uso de drogas aumentou em função da mudança dos valores culturais da região de forma muito rápida. Ou seja, houve a perda da qualidade de vida, das referências que essas comunidades tinham, perda de identidade. Elas acabaram sendo absorvidas pela prostituição uso de drogas. Ou seja, é um turismo predador.

Muitas vezes, falamos do turismo como grande alternativa de desenvolvimento sustentável porque é uma indústria sem chaminés. É verdade.

Pode até ser. Mas se o turismo não for feito, buscando incluir a população local nos benefícios da atividade turística, ele pode ser uma atividade extremamente degradante para a população. E essa é a preocupação que nós temos que ter. Esse é o compromisso que o PSB deve ter. Devemos produzir modelos de organização da sociedade, que possam distribuir renda e melhorar significativamente a qualidade de vida da população mais pobre, que é a quem nós socialistas devemos servir. Muito obrigado.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: O Dr João Bosco sofreu uma provocação de alguns companheiros nossos, portanto, eu gostaria de lhe conceder a palavra para prestar os devidos esclarecimentos.

João Bosco - Diretor da CHESF: Primeiro, eu quero dizer à Nadja que o ocorreu na Paraíba é o retrato do modelo que foi adotado no setor elétrico brasileiro pelo Governo Fernando Henrique. Felizmente, temos que reconhecer que o Governo Federal, com o apoio do PSB, acabou com essa questão. Não se vende mais CHESF; não se privatizam mais as empresas federais de geração de energia. Essa foi uma vitória nossa, uma vitória do PSB junto com o PT, e essa possibilidade está fora de cogitação.

O que ocorre é que o modelo anterior permitia que a distribuidora comprasse energia dela mesma. Assim, a SAELPA tem um contrato de fornecimento de energia térmica do próprio grupo. Quer dizer, a Cataguazes Leopoldina tem geração térmica no sudeste e a SAELPA tem um contrato de compra de energia com essa usina térmica, com um preço cinco vezes superior ao preço que a CHESF fornece. Essa é uma coisa que a própria Ministra já denunciou como um dos piores males do modelo do setor de energia elétrica. Então, estamos lá à disposição para a gente conversar mais sobre isso porque eu acho que o PSB da Paraíba tem que denunciar isso mesmo.

Eu queria aproveitar este momento, Senador, para dizer que estou bastante impressionado. Acho que este encontro foi muito importante; acho que esta manhã de hoje demonstrou que nós temos quadros para debater as grandes questões nacionais, e proponho que o PSB faça uma discussão regional, sobre o Nordeste. Hoje, o PSB dirige uma das empresas mais importantes da região, que e a CHESF. Nós nos colocamos à disposição do Partido para aprofundar essa discussão. Se os partidos em nível estadual quiserem, basta nos convidar, nós estaremos lá para discutir o papel de CHESF em cada um dos estados. Eu quero dizer que a CHESF, no ano de 2004, vai ter um investimento na área de responsabilidade social da ordem de 9 milhões de reais. Este ano a CHESF investiu 2 milhões de reais na área de responsabilidade social. Nós vamos elevar esse investimento para 9 milhões e precisamos conversar com os representantes do Partido de cada estado, para decidirmos onde é que a CHESF deve focar a sua ação nas comunidades e na região onde ela opera.

Eu quero dizer também à companheira de Salvador, a Lídice, que nós suspendemos um pouco os programas de incentivo cultural na Bahia porque estávamos sem o controle político desses programas na Bahia. Eu quero que a companheira da Bahia nos visite e nos diga quais são as suas demandas porque a CHESF está sendo comandada pelo PSB, para dar força ao PSB em toda a região do Nordeste.

Senador Antônio Carlos Valadares – Coordenador: Ao encerrar os debates do Grupo IV, sobre a "Questão Regional" eu gostaria de fazer os meus agradecimentos, em primeiro lugar, à Deputada Lídice da Mata, pela sua exposição, com muita propriedade, muita inteligência e objetividade, enfocando os problemas da nossa região, notadamente da região Nordeste, da qual ela, como política, é uma das integrantes mais ilustres na defesa do desenvolvimento regional. A sua palavra abalizada, a sua exposição realmente foi convincente, e a Deputada pode ficar certa e convicta de que nós não precisamos de especialistas em Nordeste, basta que consultemos a Deputada Lídice da Mata e estaremos inteiramente gratificados. Então, meus parabéns à sua participação positiva e construtiva para os anais deste Nono Congresso Nacional do PSB.

Também eu quero agradecer aos debatedores Antônio Barbosa Bala e Rodrigo Rollemberg que deram uma contribuição inestimável ao sucesso deste Grupo que, tenho certeza absoluta, figurará nos anais da história do PSB como um dos debates mais importantes e esclarecedores sobre a realidade nacional. Nós sabemos todos que o Brasil está vivendo um momento gratificante com um novo governo administrando o nosso país, que recebeu, sem dúvida, uma herança pesada. Eu tenho dito lá no Senado que é a "Herança maldita do Governo passado".

Logicamente, esse discurso não pode se eternizar porque vai cansando. A opinião pública, a população, ainda está em lua–de–mel com o novo Governo. E essa lua–de–mel, mais cedo ou mais tarde, vai se transformar no dia-a-dia, na monotonia da convivência diária como acontece num casamento normal. E acredito que pela força de vontade não só do PT como do PSB e dos demais partidos aliados, nós poderemos dar uma nova formatação ao desenvolvimento nacional. Hoje, nós temos as bases essenciais que foram construídas pelo Governo no sentido de dar maior credibilidade ao nosso país no plano das relações internacionais, haja vista que o Risco Brasil, que era de aproximadamente dois mil e quatrocentos pontos, em novembro do ano passado, naquele período que antecipava as eleições - o que configurava um descrédito generalizado no mundo inteiro em relação ao Brasil - foi reduzido para aproximadamente quatrocentos e noventa e nove pontos. Isso significa que os investidores internacionais, os Fundos de Pensão dos Estados Unidos e da Europa estão confiando mais no Brasil. Isso significa dizer que os nossos

títulos da dívida externa estão sendo negociados numa situação mais vantajosa. Quando, no ano passado, os nossos títulos eram vendidos no mercado, na maior parte das vezes, eles eram recusados e valiam cinco vezes menos do que valem hoje. Isso se deve justamente à política monetária austera, ao ajuste fiscal que sacrificou, sem dúvida alguma, a sociedade brasileira para, em nome disso, atrair investimentos.

Se nós temos credibilidade em nível externo a ponto de atrairmos novos investimentos - e isso está provado nos relatórios do Ministério da Fazenda - agora precisamos construir aqui internamente a credibilidade nacional em torno do Governo Lula. Ele tem credibilidade política pelo passado que ele representou; pela luta titânica que desenvolveu; pela coragem de encarar a ditadura; pela coragem de encarar três eleições executivas até ser Presidente da República. O seu patrimônio é realmente um patrimônio inigualável de credibilidade política.

Mas precisamos estabelecer, com a sociedade, a credibilidade administrativa. E essa credibilidade administrativa só pode ser concretizada se nós conseguirmos reativar o crescimento econômico, gerar mais empregos, para que os 40 milhões de miseráveis que vivem no nosso país possam ser irmãos nossos com direito a comer, com direito a viver, com direito a estudar e a trabalhar. E para que o desemprego, que é um grande mal que hoje está campeando em nosso país, seja vencido.

Para vencermos a situação do desemprego, duas coisas nós precisamos fazer internamente: precisamos reativar e fortalecer a empresa nacional - tanto a empresa industrial como a empresa agropecuária. Com isso, nós estaremos criando condições de gerar emprego e renda nas cidades e no campo. Mas, nós precisamos também adotar uma política monetária, uma política fiscal mais aberta, reduzindo as taxas de juros. Vocês se lembram que no Governo Fernando Henrique Cardoso, a Taxa Selic chegou a 45%. Para conter o processo inflacionário e equilibrar as finanças no nosso país, o Lula chegou a estabelecer taxas de juros em torno de 26,5% . Isso já foi a 18,5% e a tendência é que essa taxa de juros se reduza muito mais e chegue a 6% ou 7%. Sem dúvida alguma, isso vai contribuir decisivamente para que as nossas empresas possam ir ao mercado financeiro com mais confiança e investir na montagem de um novo modelo de desenvolvimento econômico em nosso país. Portanto, a minha palavra é de otimismo e de confiança no futuro do Brasil. Como dizia Juscelino Kubitscheck – "o otimista é um vencedor e o pessimista já começa derrotado". Nós somos vitoriosos. Viva o Brasil! Muito obrigado a todos.

Grupo V

06 de dezembro de 2003

Discussão da proposta de Reforma Política



Coordenador:
Carlos Eugênio

Expositor:
Deputado Alexandre Cardoso

Debatedores:
Deputada Luiza Erundina

Primeiro Secretário: Carlos Siqueira

Relatora:
Magda Oyo

Carlos Eugênio - Coordenador: Vamos dar início aos nossos trabalhos do grupo que vai discutir a proposta da Reforma Política. O nosso expositor será o Deputado Alexandre Cardoso que terá vinte minutos para fazer a sua exposição. Depois, o nosso companheiro Carlos Siqueira, 1° Secretário do nosso partido, terá 10 minutos, prorrogáveis por mais 5 minutos, para realizar seus comentários. Concluídas as exposições, a Coordenação vai abrir o debate aos delegados ao Congresso, que terão 3 minutos cada um, para tecer comentários ou apresentar propostas. Dependendo do adiantado da hora, a nossa intenção é abrir para os não delegados se pronunciarem porque podem ter propostas interessantes.

Constarão do Relatório a ser levadas à Plenária Final, apenas as propostas aprovadas nos grupos temáticos, podendo os autores das propostas rejeitadas nos grupos, destacá-las por ocasião da discussão da matéria em plenário. Aqui, nós faremos uma pré-votação para constar do relatório o que for aprovado aqui.

Isso dito, o nosso companheiro Alexandre Cardoso, Presidente do PSB no Rio, vai fazer a sua exposição.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Eu presido a Comissão de Reforma Política da Câmara Federal. Não conheço ninguém que tenha uma proposta arrumada, arranjada, terminada para a questão eleitoral do nosso país. Até porque, nós temos peculiaridades. O Brasil é um país de dimensões continentais em que você tem 32 cidades com quase o dobro de habitantes, e às vezes, vinte vezes o número de habitantes de alguns estados. Por exemplo, o Estado do Amapá tem 300.000 habitantes e a cidade do Rio de Janeiro tem cinco milhões. Então, essa é uma dificuldade. Por quê? Porque para a eleição de um Senador no Amapá, o voto vale vinte vezes mais do que o voto em São Paulo, ou quinze vezes mais do que o voto no Rio de Janeiro. No sistema após o término da Ditadura, os estados passaram a ter três senadores cada um e é praticamente impossível você fazer uma alteração na Constituição sem que talvez 18 senadores não possam impedir. E eu também não estou convencido que seria o melhor. Isso é só para mostrar a dificuldade de você legislar em um país com essas diferenças geográficas, diferenças populacionais. Nós tiramos uma proposta que, provavelmente, é ainda a arquitetura de um projeto final. É muito polêmica porque, pela primeira vez, a Câmara Federal propõe alterar o sistema. Até hoje, a Câmara e o Senado tinham feito propostas mantendo o sistema. Essa proposta altera claramente o sistema.

Mas, eu vou fazer algumas reflexões sobre o que existe hoje. O que existe hoje é uma lista chamada "aberta", com voto proporcional, onde as pessoas podem votar no deputado, ou no partido. Aqui tem a primeira

esquizofrenia. Imaginem que eu faça uma coligação PT/PSB, e que o PSB faça uma grande campanha partidária e todo o mundo chegue lá e vote no 40. E o PT tem um único candidato, que não fez muita campanha, e tenha cinco votos. Sabem quem vai ser eleito? Vai ser eleito quem teve cinco votos e não o partido que teve 50.000 legendas porque essa coligação permite que você vote no partido - o eleitor tem o direito de escolher se vai votar no partido ou no candidato; ela incentiva o fortalecimento do partido; mas só é eleito quem tem voto pessoal.

E aí tem a outra esquizofrenia. É fundamental ao eleitor acompanhar o trabalho do seu candidato. Então, qual é a primeira providência de uma pessoa que vote conscientemente? É saber o nome, acompanhar o trabalho do seu candidato. No sistema atual, o mínimo que se espera é que, para fiscalizar o político, você lembre o nome em quem você votou. Menos de três meses depois da eleição, 1/3 dos eleitores não se lembra em quem votou. Então, nós estamos em um sistema em que, menos de três meses depois, 1/3 dos eleitores não se lembra em quem votou e menos da metade cita corretamente o nome do candidato. Então, que processo de fiscalização nós poderemos ter em um sistema em que 1/3 não lembra em quem votou e 50% não lembra corretamente o nome do candidato?

O que é que nós temos hoje? Vou citar o que nós temos na Câmara Federal. Nós temos 115 milhões de eleitores. Se você somar o voto de todos os deputados eleitos para a Câmara Federal, totalizamos 49 milhões. Nas Assembléias Legislativas, a média é 30%. O Rio de Janeiro, por exemplo, tem 10 milhões de eleitores e, quando você soma todos os deputados eleitos, dá um pouco mais de 3 milhões. Nas Câmaras de Vereadores, a média é 20%. No caso da Câmara de São Paulo, por exemplo, a soma de todos os vereadores eleitos dá 20% do eleitorado, e permitindo a ele sair de um partido e entrar em outro. Como aproximadamente 5% dos candidatos atingem o cociente, na hora que um deputado sai de um partido e entra para o outro, ele não leva alguns dos eleitores que o elegeram, porque ele não leva os suplentes. Então, quando as argumentam que nesse sistema o eleitor escolhe o candidato, isso não é verdade porque 5% atingem o cociente e os outros são eleitos com votos de pessoas que podem pensar totalmente diferente daquele que foi eleito. Por exemplo, o PL no Rio de Janeiro tinha um deputado que defendia a pena de morte e outro deputado que era contra a pena de morte. Ganhou a eleição o deputado que era contra a pena de morte, mas aquele que votou a favor da pena de morte contribuiu para a eleição do outro. Então, essa esquizofrenia existe. As pessoas dizem "Aqui eu escolho o candidato". Você pode escolher o candidato, mas aquele candidato em quem você votou pode eleger o outro. Ou seja, você não escolhe o eleito.

Há cinco países que votam como o Brasil, ou seja, com lista aberta, proporcional, voto direto. São eles: Chile, Finlândia, Brasil, Polônia e Peru. São apenas esses cinco. Todo o resto do mundo vota diferente, e vota da forma mais variada. O sistema do Peru tem alguma diferença do nosso, mas esses cinco países são considerados semelhantes. O nosso voto é direto porque você escolhe, você não delega a ninguém o direito de votar; você vota diretamente. O voto é proporcional, é universal e secreto. Essas são matérias constitucionais.

Há uma coisa que é chamada "migração partidária". Entre 2002 e 2003, 110 deputados trocaram de partido e nós tivemos 138 migrações porque teve um deputado que trocou mais de uma vez. Então, mais de 20% da Câmara trocou de partido e nenhum desses deputados que trocou de partido atingiu o cociente. Todos os que trocaram levaram para os seus partidos os seus mandatos, mas não levaram os votos de quem os elegeu porque nenhum deles atingiu o cociente eleitoral.

Além disso, esse sistema é cruel com a mulher brasileira. Na Costa Rica, por exemplo, 35.1% da Câmara Baixa, são mulheres; na Argentina, 30%; no México 22%; na Nicarágua, 29%. O Brasil, só tem mais mulher na Câmara Federal do que o Haiti. Todos os outros países têm mais mulheres na Câmara Federal do que o Brasil - o Paraguai tem mais; a Guatemala tem mais; a Colômbia, o Uruguai, o Peru, a República Dominicana também. Essa é uma pesquisa que foi feita. Então, esse é o sistema atual.

Agora, eu estou criticando o sistema atual. Posso apresentar um sistema que tenha apoio? Não sei. É muito difícil fazer uma proposta de consenso no momento que nós estamos vivendo. Há 30 anos não tinha a cultura que está no governo; há 30 anos, teoricamente, a esquerda não chegava no governo. E quando o Lula ganhou a eleição, havia 150 ou 160 deputados que formavam a base do governo. Hoje, o governo tem 400 deputados. Isso reforça a afirmação que eu faço de que não existe deputado de partido; tem deputado de governo. O deputado federal, o deputado estadual e o vereador, provocam uma enorme corrupção eleitoral porque, cada vez mais, você tem menos deputados de opinião pública e mais deputados com voto distritalizado e assistencialista. Lá no Rio, por exemplo, um cara chega numa comunidade carente e monta um Centro Social. Lá, ele distribui cadeiras de rodas, faz consultas, tratamento dentário, coloca uma academia de dança e faz um convênio com o SUS, com o FAT e aquele dinheiro vai mantendo a estrutura para ir mantendo a campanha dele. Se ele é Vereador, chega na época da eleição e ele diz ao deputado estadual: "Quero R$ 200.000,00 para fechar com você e R$ 300.000,00 para deputado federal". A comunidade, que acha que aquele é um benfeitor, vota num deputado federal e num deputado estadual, muitas vezes sem saber o nome, sabe apenas

o número. Num levantamento que uma determinada instituição fez, a Câmara Federal hoje tem 60% dos deputados eleitos dessa forma. Aí, você chama o deputado para o debate. Vamos debater Previdência, por exemplo, aí, o deputado diz: "Se liberar a emenda da ponte para o meu município, eu voto favorável" ou "Se liberar aquela unidade móvel do meu município, que tem serviço dentário, eu voto a favor". Então, o debate não é da Previdência, não é da federalização do ICMS, não é da Reforma Tributária. O debate é sobre quanto o governo vai gastar para comprar o Poder Legislativo.

E na questão municipal, é pior ainda. Por quê? O Brasil, em 1988, tinha 4170 municípios; hoje tem em torno de 5.600 municípios. Nos últimos 15 anos, a cada quatro dias, fizeram uma cidade nova; a cada dia criaram quatro cargos de vereador e a cada hora e meia um cargo comissionado municipal. E o principal mecanismo de eleição de alguns deputados federais depende dos prefeitos. Eles dizem: "Eu tenho 20 prefeitos, eu tenho 15 prefeitos, eu tenho 30 prefeitos". Que prefeitos? Prefeitos que saíram desses arranjos municipais, que vivem do FPM e do FUNRURAL das pessoas que moram ali e que precisam das emendas do orçamento. Para liberar as emendas do orçamento, o deputado vota como o governo quer. Então, montou-se um modelo em que o deputado estadual, o deputado federal e o vereador são comprados diariamente porque o Poder Legislativo passa a ser o Executivo. E aí, acaba o processo de fiscalização, que é fundamental. Não há fiscalização. Se houver uma fiscalização profunda em 80% das prefeituras do Brasil, vão presos o Prefeito e os Vereadores. Por quê? Porque o modelo faz com que o Vereador seja eleito com assistencialismo. É por isso que defendem tanto o voto direto. Que voto direto é esse? O eleito não recebe a quantidade de votos para se eleger. Ele se elege, provavelmente, com o voto de outras pessoas e ninguém sabe em quem está votando. Existe quase que um consenso que este modelo está exaurido.

Agora, qual é o modelo que nós queremos? Primeiro, existe uma reforma política aprovada. Se nós não mexermos em nada, em 2006, para o partido ser reconhecido, ele precisará ter 5% dos votos nacionais e 2% dos votos em nove estados. Isso gera uma dificuldade enorme. Vocês sabem, nas últimas eleições, quais foram os partidos que conseguiram isso, evidentemente, sem fusão? Foram apenas o PT, o PMDB, o PFL, o PSDB, o PPB e o PSB. O PL e o PTB não chegaram aos 5% dos votos nacionais. Eles chegam a esse índice, fundindo-se com outro partido. O PDT chegou aos 5% dos votos nacionais, mas não fez 2% em nove estados. Isso é para vocês verem a dificuldade que os partidos têm em atingir esses 5%. Eu defendo o pluralismo partidário, mas, em sendo implantada a reforma que está aprovada, em 2006,

provavelmente ficarão apenas 8 ou 9 partidos no país. Isso é bom? Não sei. Acaba o processo de representatividade plural.

A Comissão que eu presidi avançou em algumas questões. Primeiro, ela muda o sistema. Você não vota mais no indivíduo, você vota no partido. E muitos argumentam: "Então, quer for dono de partido vai dominar o partido!". Lógico, com a cultura de hoje, o partido terá dono. Só que, quando você muda o sistema, você vai mudar a cultura. Os deputados federais, deputados estaduais e vereadores vão querer participar dos seus partidos. Atualmente, é comum no país, eles não saberem o endereço do partido. Mas quando ele tiver que disputar uma vaga na lista, ele vai querer filiar as pessoas e participar do partido. Essa matéria está colocada em debate. Eu sou um defensor da lista, mas conheço muitas pessoas que não defendem a lista. Existem diversos tipos de listas. Existe a lista fechada; existe a lista fechada, mas o eleitor pode mexer no ordenamento quando a pessoa que atinge o cociente passa a ser o primeiro da lista; existe o sistema belga, em que as pessoas podem alterar a lista. Agora, o que eu tenho certeza é que esse modelo que está em vigor, está exaurido. Uma das formas de você fazer uma mudança na cultura é terminar com o voto individual. Fazendo isso, você vai fortalecer o partido.

A outra questão é o financiamento público. Só pode ter financiamento público, com o voto em lista. Com o voto individual, se você pegar e der o dinheiro na mão do cara, ele vai arrumar nota fiscal, e como eu sou Secretário Nacional de Finanças do PSB, ia ser preso. Eu duvido que a gente possa exercitar algum controle se o voto for em lista aberta com o financiamento público. Talvez o tópico que eu mais defenda nessa proposta é a do financiamento público. Nós não podemos continuar num modelo onde quem tem dinheiro define a eleição. Infelizmente, na Câmara, hoje tem o dinheiro, o dono de rádio e o movimento evangélico. Eu não tenho nada contra o Movimento Evangélico. Acho que eles são fundamentais nas comunidades de baixa renda, fazem um trabalho excepcional. Eu já falei para vocês de uma pesquisa que nós fizemos no Rio, onde quem tinha menor incidência de sarna, piolho, corrimento de mulher, criança que não apanhava de pai e mãe, e mulher que não apanhava do marido, eram os religiosos - católicos e evangélicos praticantes. Os evangélicos botam na cabeça que o corpo deles é a casa do Espírito Santo. Então, tomam banho direitinho, não tomam água contaminada, não batem no filho porque o corpo do Espírito Santo não pode ser espancado, não batem na mulher porque o corpo da mulher não pode ser espancado. Essa questão do Evangélico está tendo repercussão dentro da Câmara.

O projeto não é meu, é de um conjunto de deputados. Entre eles está a Deputada Luiza Erundina, o Deputado Chico Alencar, o Deputado Aluísio

Nunes Ferreira, o Deputado Renildo Calheiros, o Deputado Neiva Moreira, ou seja, deputados de todos os partidos para vocês verem que ninguém é dono desse projeto. Eu sou o Presidente da Comissão.

Nós alteramos a chamadas "sobras". Antigamente, se o Partido A fazia 230.000 votos e, se o cociente fosse 100.000 votos, ele fazia dois deputados. Se o Partido C fazia 220.000 votos, ele fazia dois deputados. Se o Partido B fizesse 99.000 votos, não fazia deputado nenhum. Nós mudamos a sobra. Hoje, nesse projeto, o Partido A faria dois deputados, o Partido C também e o Partido B faria um deputado porque ele faria a primeira sobra. Isso democratizaria mais a participação dos partidos.

Além disso, o anteprojeto dispõe: financiamento público, exclusivo; lista pré-ordenada; federação de partido; e proibição de coligações. Quando nós diminuímos o cociente, as coligações se tornam desnecessárias porque as sobras começam a ser distribuídas do maior para o menor. Se um partido fizer 60.000 votos, ele terá participação, ou na Câmara Federal, ou na Assembléia Legislativa, ou seja, no sistema legislativo. Nós também ampliamos a participação dos chamados "partidos médios", nessa divisão do dinheiro - 1% é dividido entre todos os partidos que têm registro no TSE; 14% são divididos, igualitariamente, por aqueles que têm representantes na Câmara Federal; e 85% na proporção que têm a sua participação em 2002. Hoje, para vocês terem uma idéia, o PSB teria em torno de 36 milhões e o PT, que foi o Partido que fez mais, teria 80 milhões. Você só votaria no Partido ou nas coligações, não votaria mais no candidato.

As federações têm um aspecto semelhante às coligações, a diferença é que elas se mantêm depois da eleição. Hoje, você faz uma coligação e, acabou a eleição, cada um vai para um lado. Nessa proposta, é obrigatório a manutenção depois da eleição. Você tem que fazer a federação até quatro meses antes, ela se mantém todo o processo nos três anos depois da eleição e se mantém como partido. Essa é a grande vantagem para o PSB. Você reduz de 5% dos votos nacionais para 2% e você tem que ter representantes, no mínimo, em cinco estados. Os partidos ideológicos como o PCdoB, PDT etc., são mantidos.

Aqui nós temos uma emenda da Deputada Luiza Erundina, que eu assinei, como Presidente da Comissão: "O Instituto Fundação Partidária de Educação Política destinará pelo menos 30% para estimular a participação política feminina. E 20% do tempo destinado à propaganda partidária gratuita seria, obrigatoriamente, usado pelas mulheres." Isso significaria que a nossa Fundação João Mangabeira teria a obrigatoriedade de investir 30% dos seus recursos nos programas de incentivo à participação da mulher no processo político. Essa foi uma emenda que a Deputada Luiza Erundina fez e que a Comissão acatou.

Se vocês me perguntarem se essa é a proposta ideal, sinceramente, eu não tenho condições de falar para vocês. Foram nove meses de debate, houve uma ampla participação. O pessoal evangélico votou maciçamente contra, e também votaram maciçamente contra os donos do dinheiro. Por exemplo, o Delfim Neto se posicionou contrário, o Dorneles se posicionou contra, e muitas outras pessoas sérias também se posicionaram contra, como o Deputado Roberto Magalhães, por exemplo. Alguns deputados do PT são contra, principalmente, aqueles que acham que pode haver um domínio da articulação. O PCdoB está a favor, PPS, PDT, PMDB e o PFL também votou a favor, embora esteja dividido. Agora, nós achamos que esse debate é de enorme complexidade. Mas o sentimento é que o sistema, como existe, não pode continuar. Caso contrário, nós podemos ter, em 2006, uma bancada do narcotráfico. É o que aconteceu com a associação de moradores, principalmente nas favelas.

Eu estou disposto a falar pelo Partido; o Carlos Siqueira é outro especialista; o Roberto Amaral é outra pessoa que estuda isso. Se vocês me perguntarem qual é o melhor modelo, eu devo dizer que não há modelo pronto. É por isso que eu acho que essa matéria tem que ser muito debatida. A Comissão ofereceu um projeto, mas eu não acredito que ele tenha chance de ser votado rapidamente. Entretanto, nós temos que ter um pacto de mudar o que está aí porque eu tenho absoluta certeza que se prosperar o que está aí, nós teremos sete ou oito partidos em 2006. Acho que não será fácil chegar aos 5%, mas acho que o PSB tem que ter maturidade para colocar essa questão em pauta, como está colocando no Congresso e apresentar propostas. Muito obrigado. Era essa a minha apresentação.

Carlos Eugênio - Coordenador: Vamos passar agora a palavra ao nosso companheiro Carlos Siqueira, que terá 10 minutos, prorrogáveis por mais 5 minutos, para realizar seus comentários.

Carlos Siqueira - Debatedor: Eu saudo o companheiro Carlos Eugênio, Coordenador; o companheiro Alexandre Cardoso; o nosso recém filiado, Deputado Cazara; e todos os companheiros e companheiras que estão aqui presentes. Eu queria dizer da minha satisfação de poder estar com vocês nesta tarde para refletirmos um pouco sobre esse tema, que é da maior importância para a vida partidária, para a vida política nacional e para a democracia. É um tema vital. É uma reforma das mais importantes. Ela já vem sendo discutida há pelo menos 13 anos. Desde 1990 que eu venho acompanhando sistematicamente o que ocorre na Câmara e no Senado sobre as diferentes propostas de reforma política que estão tramitando no Congresso Nacional. O que acontece é que houve enorme dificuldade de que essa proposta

fosse aprovada porque há uma resistência muito grande de diversos partidos, inclusive do nosso, quanto a temas que vão influir decisivamente no futuro da vida política nacional.

Da maneira como a proposta estava, que é diferente dessa que o Deputado Alexandre Cardoso acabou de apresentar, ela seria o corolário das reformas que foram feitas durante os últimos 10 anos de neoliberalismo. Ela é realmente considerada por todos os que defendem o neoliberalismo como a principal reforma, a que deveria ser feita em primeiro lugar. Ela não foi feita primeiro devido à resistência de quase todos os partidos, inclusive do nosso, com embates fortes, principalmente com o PT, que sempre apoiou propostas que eram as mesmas do governo anterior, tratando-se da reforma política. Houve um avanço na posição do PT quanto ao tema da reforma política, pelo que foi exposto pelo Deputado Alexandre Cardoso e pelo relatório que foi aprovado na semana passado na Câmara do Deputados. Entretanto, acho que o atual Congresso está perdendo uma oportunidade fantástica de fazer uma reforma política profunda no país.

Na verdade, a reforma política que está sendo proposta é de uma timidez absoluta. Ela avança numa questão fundamental, que é o financiamento público. Conforme está colocado aqui, diferentemente da proposta anterior, essa proposta pune com a cassação da candidatura, ou do mandato, o candidato que utilizar recursos privados. Este é um ponto central porque os problemas que interferem mais diretamente e maculam a representação popular são basicamente três: (1) a influência do poder econômico no financiamento das campanhas; (2) os meios de comunicação, que não fazem campanha só durante a campanha, mas há também a campanha sub-reptícia daqueles que detêm o controle das rádios, jornais, televisão, durante todos os dias do ano. Se colocarmos todos os domingos entrevistas do Deputado Alexandre Cardoso no Jornal do Brasil, se ele for constantemente entrevistado pela emissora de televisão, está sendo feita uma propaganda do Deputado Alexandre Cardoso muito mais eficiente do que a propaganda eleitoral porque ela está sendo colocada de uma maneira subliminar, sem dizer que é propaganda; (3) os institutos de pesquisas. Agora estão um pouco mais disciplinados, mas mesmo assim, têm interferido de maneira decisiva em campanhas importantíssimas, como foi a campanha de 98 em São Paulo, entre Marta e Covas. O Covas ganhou por manipulação. No nosso Partido, há exemplos de companheiros que tinham percentuais bem mais altos e as pesquisas eleitorais indicavam índices baixíssimos. Isso, evidentemente, prejudica enormemente qualquer candidato. Então, esses três fatores são fatores decisivos e são os fatores sobre os quais se devia, realmente, pensar a reforma política. A questão está resolvida, mas a questão

dos meios de comunicação, que é tão importante quanto, permanece intocável. Eu não estou dizendo que ela poderia ser resolvida num passe de mágica. Em relação aos institutos de pesquisa, houve uma melhora, mas eles ainda deixam muito a desejar.

Uma outra questão que me parece extremamente grave, que deforma a composição da Câmara dos Deputados, que é onde tem a representação popular, é a questão da distribuição das cadeiras da Câmara entre os diferentes estados. Você tem um mínimo de 8 e um máximo de 70. O Acre tem 8 e São Paulo tem 70. Então, um voto de São Paulo deve valer 8 ou 10 no Acre. Evidentemente, isto deforma e esse sistema já foi criado há muito tempo.

Não se toca também nas instituições Câmara e Senado. O Senado tem competências que, de certa maneira, acabam sendo as mesmas da Câmara e mais algumas outras. E ainda tem o questionamento se o Senado tem que existir. Eu tenho minhas reservas em relação a isso. Nos países em que ele foi extinto, ninguém está reclamando, nem está sentido saudade.

O financiamento público, como está, eu estou inteiramente de acordo. Os dois problemas mais graves que tem nessa reforma, a meu ver, são: a questão das listas partidárias e a Cláusula de Barreira. Em relação à Cláusula de Barreira, o que é que existe hoje? A Lei 9.096 estabelece um percentual de 5% da votação nacional para a Câmara Federal e 2% em pelo menos nove estados. O que é que está vindo agora como proposta? Um percentual de 2% da votação nacional e 1 deputado em 5 estados. Isso permite que os partidos pequenos que fizeram menos de 5% consigam sobreviver. Filosoficamente, nós sempre fomos contra a idéia da Cláusula de Barreira porque achamos que quem tem que delimitar o número de partidos que têm representação na Câmara e no Senado é o eleitor. Esse problema não deveria ser resolvido por lei, por Constituição, por decreto. O eleitor é que decide. Se houver 30 partidos, eles terão a representação que o eleitor decidir. Aí dizem: "Ah, não! É partido demais". É partido demais, é verdade. Mas quem foi que disse que não é o eleitor que tem que julgar qual é o partido que merece eleger candidato. A Constituição assegura claramente a liberdade partidária. Isso também deveria permitir a renovação. O que está acontecendo, e o que vai acontecer no futuro - porque eu acho que essa reforma vai passar mais ou menos como está - é que nós vamos assistir a uma redução drástica do número de partidos. No futuro, daqui a uns 10 anos, vamos ficar com 2 ou 3 grandes partidos e alguns partidos médios, coadjuvando. Ou seja, vamos ter dois grandes partidos se alternando no poder e mais dois ou três partidos coadjuvando esses partidos grandes. Esse não é um processo novo. É a repetição do que tem acontecido nas chamadas grandes democracias no mundo. Vocês já ouviram falar de algum outro grande

partido no poder dos Estados Unidos da América que não seja o Partido Republicano ou o Partido Democrático? Vocês já ouviram falar de algum outro partido no Reino Unido que não seja o Partido Conservador ou o Partido Trabalhista? Na Itália, houve uma pequena mudança, mas durante mais de 50 anos, o principal partido era a Democracia Cristã. Para o antigo Partido Comunista chegar ao poder, ele teve que se dividir. Na verdade, é outro partido e o verdadeiro partido de esquerda não tem chance nenhuma de chegar ao poder hoje. Na melhor das hipóteses, ele será coadjuvante. Há democracias que são muito elogiadas, consideradas as mais tradicionais, as mais civilizadas, no entanto, chegam ao ponto de um Chefe de Estado poder invadir um outro país sem autorização da ONU, mas são ditas mais civilizadas. Eu prefiro o Coronel de Bom Conselho, da minha cidade, porque pelo menos matava muito seletivamente e não assumia nem que mandava matar. Mas o Bush, faz o contrário. É esse tipo de sistema que nós estamos construindo. Nós não podemos ter ilusão. Mesmo com o financiamento público de campanha tal como está, nós do PSB, felizmente superamos a Cláusula de Barreira e vamos ter algum recurso, mas não vão ser recursos expressivos como vai ter o PMDB, como vai ter o PFL, como vai ter o PT. Conforme essa regra que está aqui, os partidos médios, onde nós estamos incluídos, receberão 14% e os menores 1%. Daí para frente, é de acordo com a representação que o partido teve na última eleição. Ou seja, nós vamos receber de acordo com os 22 deputados que nós elegemos. Esse recurso é bastante insignificante para se fazer uma campanha. Observem que, de saída, você vai beneficiar quem já é grande. Você não vai beneficiar quem é pequeno. Quem é pequeno vai continuar pobre porque o recurso que vai receber é pouco. É claro que qualquer recurso que entrar para as nossas campanhas será uma vantagem, mas é uma desvantagem relativa, se nós considerarmos o sistema que vai começar a se estabelecer, que já congela uma situação. Não vamos nos iludir que é muito dinheiro. São R$ 7.00 por cada eleitor. No Brasil são 115 milhões de eleitores, vai dar 890 milhões de reais que serão distribuídos para as campanhas eleitorais. Então, para nós é algum recurso, mas não é a solução, porque eles serão sempre insuficientes, como são hoje, quando você arrecada de uma fonte privada, mas há a vantagem de pelo menos você ter a garantia de receber, sem aquele enorme sacrifício que nós temos extrema incompetência para fazer, que é arrecadar dinheiro para a campanha eleitoral.

Me desculpe, Alexandre, porque eu sei que você está aqui e como Presidente da Comissão tem tentado fazer o melhor. Eu só tenho que elogiar a atuação do Alexandre e da Erundina na Comissão, mas o que eu lamento profundamente, e que é uma verdadeira frustração, é que esteja se perdendo a oportunidade de fazer uma renovação na vida política nacional com essa Reforma Política. Ela é uma Reforma Política extremamente tímida nos seus

objetivos e, mesmo em relação à Cláusula de Barreira, o fato de estar diminuindo para 2% é graças à presença da liderança do PCdoB no governo, mas na verdade, se nós mantivéssemos o sistema tal como está, o que aconteceria? A Cláusula de Barreira existe e nós teríamos que cumprir. Aqui temos dois deputados à Mesa e eu desafio que eles quisessem disputar uma eleição num partido que não fez a Cláusula de Barreira ainda. Ele sabe que, se o partido ainda não fez, terá poucos candidatos que queiram disputar por esse partido e ele não vai correr o risco de se eleger e o partido não ter representação na Casa Legislativa que ele está disputando. Nesta dúvida, o que é que aconteceria se não houvesse essa reforma política? O PCdoB não sobreviveria, o PPS e o PDT também não, e naturalmente, por necessidade absoluta de sobrevivência política dos parlamentares desses partidos, haveria fusões ou incorporações. Nós do PSB, a meu ver, como um dos partidos que superamos à Cláusula de Barreira, seríamos o desaguadouro de uma série desses parlamentares e de militâncias do PDT, PPS, PCdoB. E o PT também seria beneficiário disso. Então, nós poderíamos ter um plus de crescimento se essa reforma não acontecesse.

Ela acontecendo, qual é o cenário que se desenha? Aí, temos uma proposta do Senador Valadares, do PSB, de federação de partidos. Observem que a lei acaba com as coligações proporcionais. Vejam só a nossa situação! Nós só conseguimos eleger 22 deputados em 8 estados porque não pudemos fazer coligações. Então, o fim das coligações proporcionais e a Cláusula de Barreira trariam para nós uma série de parlamentares e um crescimento do Partido. Na medida em que são criadas as federações dos partidos, que são uma espécie de substituto das coligações, só que com um tremendo prejuízo para quem entra nelas porque terão que ficar coligados pelo menos três anos em todas as unidades federativas. Elas terão que ser formadas quatro meses antes da eleição e você vai ter que ficar coligado com aquele partido por três anos. Isso significa dizer que essa regra vai abranger duas eleições. Se você formar a federação num ano eleitoral e tem que esperar mais três anos, você pega a eleição municipal e estadual. Quem se beneficia com isso? Não é o PSB. Isso eu posso lhes assegurar. Nós vamos ser pressionados por um partido tradicionalmente aliado, que é o PCdoB, para entrar numa federação de partidos. Então, eu estou convencido que se não houvesse essa reforma, seria melhor, apesar dos pesares. A única coisa que eu concordo nessa reforma integralmente é com o financiamento público de campanha. O Deputado Alexandre Cardoso teve a competência de colocar no texto uma cláusula rígida de controle e de punição, que não havera na anterior. Se você receber financiamento público, você está sujeito à cassação da candidatura, ou do mandato, se a apuração do fato vier depois da eleição, de maneira que eu acho que o PSB terá que continuar formulando suas propostas com vistas ao futuro. Desta reforma política,

infelizmente, temos a esperar muito pouco e eu acho que ela não vem a oxigenar a vida política nacional, e muito menos, trazer a modernização e ampliação dos direitos políticos dos nossos cidadãos.

Além disso, não creio no aperfeiçoamento democrático por via dessa reforma. O aperfeiçoamento democrático implica em mudar a representação na Câmara; discutir a questão do Senado; discutir a questão da liberdade ampla de organização partidária e não restringir com a Cláusula de Barreira; ver a forma dos meios de comunicação porque é um dos entraves maiores para que você desenvolva a política. Então, há uma série de questões intocadas. De maneira que, eu acho que a nossa luta continuará em prol da ampliação de uma democratização maior do exercício da cidadania política para o futuro. Por enquanto, quem sabe, nos possa ser útil esse financiamento público, tal como está fixado. Muito obrigado.

Carlos Eugênio - Coordenador: Eu vou abrir o debate dos delegados. Como temos a ausência de um dos debatedores que faz parte da mesma Comissão que o Deputado Alexandre Cardoso preside, resolvemos conceder cinco minutos ao Deputado Alexandre Cardoso para prestar alguns esclarecimentos.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: É importante que a gente faça alguns esclarecimentos. Existem duas formas de você fazer uma reforma política: mexendo na Constituição e fazendo legislação infra-constitucional. Se já é difícil aprovar uma reforma infra-constitucional, imaginem aprovar uma reforma, mexendo na Constituição, uma vez que precisamos 308 votos na Câmara e no Plenário. De uma coisa eu tenho certeza: nós passamos pela Cláusula de Barreira. Agora, quanto à migração do PCdoB, eu garanto que ele vai se tornar uma tendência dentro do PT. Dificilmente o PCdoB vai permitir que os seus parlamentares migrem. Ele vai se tornar uma tendência dentro do PT. O PPS vai procurar um partido grande, ou o PSDB, ou o próprio PT. E o PDT tem um outro caminho. Nós passamos pela Cláusula de Barreira em 2002, mas essa lei não é só em 2002, é também em 2006, 2010, em todas as eleições. Tem um fato na última eleição que precisamos examinar. Querendo ou não, nós tivemos um candidato a Presidente da República que teve 15 milhões de votos e tivemos 800.000 votos de legenda. Eu acredito que o PSB vai novamente passar pela Cláusula de Barreira. Mas hoje, o PT passou a ter um atrativo, que é o poder e o dinheiro. Então, aquele candidato a deputado que não entrava no PT há três anos atrás, hoje, ele tende a entrar. Esse é um desafio e esse é um debate. Nós elegemos o Lula, participamos da eleição do PT, mas hoje, o nosso adversário na conquista de quadros, é o PT. A forma de nós nos colocarmos como atrativo é indo para a oposição. Nesse caso, a insatisfação do PT pode vir para a gente.

E outra coisa. Eu não sei como fazer financiamento público fora de lista. Não tem essa experiência no mundo, a não ser no voto distrital. Quando tentaram fazer isso na Itália, desaguou na "Operação Mãos Limpas". Se falar em financiamento público, tem que falar em lista. A não ser que a gente esteja falando em Fundo Partidário, que é outra coisa. Nessa distribuição, o PSB teria uns 35 milhões e o PT teria 88 milhões. E não esperem vocês que tendo o PFL, o PMDB, o PT, o PSDB, uma ampla maioria, que eles farão uma reforma para atender a gente. Eu estou colocando isso porque esse é um debate que o Partido tem que aprofundar muito. Eu não tenho porção mágica. Eu não tenho a forma. Essa proposta é uma proposta infra-constitucional. Inclusive, a Comissão continua. A Comissão não está encerrada. Terminamos aparte de proposta infra-constitucional, mas vamos ter que avançar para as propostas de matéria constitucional.

A Comissão não discutiu isso porque quando ela foi criada foi feito um cronograma de se discutir, no ano de 2003, matérias não constitucionais. Em segundo lugar, quem tiver alguma experiência de financiamento publico fora de lista, pode apresentar. Nós fizemos um trabalho de garimpo no mundo e não conseguimos achar nenhuma. Então, é importante que as pessoas saibam que a Comissão se reuniu com esse princípio de discutir matérias da proposta infra-constitucional. Só para dar um exemplo, muita gente diz que defende a fidelidade partidária. Como lei, não tem fidelidade partidária em nenhum lugar do mundo. Mas tem no Estatuto do Partido. E isso é permitido. Isso é só para dizer que a Comissão não se reuniu para discutir matéria constitucional. Até porque, para se discutir matéria constitucional, tinha que ser criado um outro tipo de comissão, com quorum qualificado, com um número diferenciado. Muito obrigado.

Carlos Eugênio - Coordenador: Vamos proceder agora à inscrição dos delegados. Como foi explicado, após a intervenção dos delegados, vai ser aberta a palavra aos não delegados.

Milton Naum: Eu queria parabenizar o Deputado Alexandre Cardoso pela exposição e lembrar que, quando você deu como exemplo a questão da tomada das associações de moradores pelo tráfico. Isso vai continuar, cada vez mais nesse esquema, e um bom exemplo que a gente tem disso são os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente, que também estão tomados, apesar de serem uma idéia genial.

Eu queria fazer uma referência particularmente à exposição do Deputado Alexandre Cardoso, que é a questão do assistencialismo. Eu estou convencido que esse é um dos grandes problemas que nós temos na estrutura atual. É uma perversão da finalidade precípua do Poder Legislativo, que é a

questão da fiscalização. É impossível que um Poder Legislativo fiscalize, quando ele está total e absolutamente atrelado ao Poder Executivo, na questão do assistencialismo. É totalmente impossível evitar esse assistencialismo, quando hoje, uma Câmara de Vereadores como a do Rio de Janeiro, para cada Vereador, tem 20 assessores, num total de R$ 45.000,00 a R$ 50.000,00 por mês, que podem ser total e absolutamente drenados para um serviço assistencial. É inaceitável que um Vereador, um político com mandato, possa instalar um Centro Assistencial de Saúde com a finalidade de praticar, através do Poder Legislativo, e com o dinheiro público, um trabalho que é um trabalho executivo. A nível partidário, na discussão a respeito da minha reforma política, a minha sugestão é que se faça uma redução drástica do número de assessores parlamentares, por exemplo, na Câmara de Vereadores, substituindo isso por assessoria parlamentar própria de cada Casa Legislativa.

Fernando Campanha: Nós temos campanhas em que as pessoas, com o seu dinheiro, com as suas máquinas, compram o voto e se elegem. E aqueles que têm propostas políticas, que defendem partidos políticos acabam ficando jogados para o canto. Agora, é importante tudo isso. Agora, eu tenho a preocupação que isso dê certo, já que defendo a lista. O problema é a cultura do nosso povo. Eu entendo que nós não podemos passar da fase atual para essa ideal sem ter uma preparação, sem haver um processo de mudança. A minha sugestão seria que essa proposta de reforma trouxesse em seu bojo algum tipo de mecanismo para que houvesse aquela fase de adaptação. Senão, o povo vai recusar, porque está mal acostumado, e vai acabar rejeitando uma proposta que é correta. Então, essa era a minha preocupação. Eu não sei nem se há tempo hábil para isso, mas acho que deveríamos ter algum tipo de mecanismo para garantir o sucesso dessa proposta, que é correta. Quem está acostumado a vender o seu voto pela bica, pela telha, vai ficar meio preocupado com essas mudanças. E isso é mão dupla. Tanto tem aquele que compra como aquele que vende. Isso interessa aos dois lados. Um conscientemente, o outro talvez inconscientemente.

Então, eu queria deixar a sugestão que o nosso Partido defendesse que houvesse algum tipo de mecanismo de transição dessa fase atual, para a fase ideal, que é aquela que nós defendemos. Muito obrigado.

Ivanete Neres: Eu queria cumprimentar a Mesa e todos os companheiros. Eu quero ser objetiva. Eu tenho duas perguntas. Qual é a probabilidade de aceitação e aprovação desse anteprojeto no Congresso Nacional? No caso de haver emendas, qual é o item que pode receber emendas? O financiamento? A lista fechada?

A segunda pergunta é a seguinte: eu sou plenamente favorável a essas

mudanças, até porque, a gente não agüenta mais viver nesse modelo, nesse sistema. Mas será que os Diretórios Municipais estão preparados para fazer as convenções e escolher esses nomes dentro das listas fechadas?

Lá em São Mateus, no meu município, de acordo com o número de parlamentares, nós temos vinte vagas e temos 36 pré-candidatos. Quem vai escolher será a Convenção Partidária. O que é que está acontecendo? Está havendo uma correria de pré-candidatos, buscando pessoas para filiar no partido, para garantir a vaga dele para concorrer às eleições. Isso é uma loucura. Filiar o cara somente para votar no pré-candidato é uma loucura. O que vai acontecer é o inchamento dos Diretórios Municipais. Obrigado.

Carlos Eugênio - Coordenador: Vamos aproveitar e, além das duas perguntas da nossa companheira, há uma outra pergunta que chegou antes e companheiro Alexandre vai responder as três perguntas, ao mesmo tempo.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Nós estamos falando de uma mudança de cultura. Emenda, pode haver em relação a qualquer tópico, de um parágrafo, um artigo, e pode haver emenda na Comissão de Constituição e Justiça e pode haver no Plenário. Emenda pode ter a qualquer tempo, basta o relator aceitar. Essa é a primeira questão.

Na verdade, o Estatuto do Partido vai dizer que os que votam têm que ter, no mínimo, dois anos de filiação. O Estatuto tem que sofrer uma mudança para se adaptar a essa nova cultura. É uma cultura nova. Na verdade, os partidos é que vão definir as suas listas, através de uma eleição interna. Não vai acontecer o que acontece hoje. Hoje, a lista existe. Ela só não é pré-ordenada. Hoje, as pessoas vão lá e votam na lista. A diferença é que vão votar numa lista e ela vai ser pré-ordenada pelo militante do Partido. O que existe hoje é que você faz uma lista em que tem um grande militante do partido e entra uma pessoa que não tem nenhuma militância no partido, mas tem muito dinheiro. Sabe quem vai ser o primeiro da lista? Não vai ser o militante do partido, vai ser o que tiver dinheiro.

No caso dessa lista pré-ordenada, muitas pessoas dizem: "Vai ter o caciquismo partidário, vai ter oligarquia partidária!". Na verdade, as pessoas vão começar a ter vida partidária. Hoje, quanto tem oligarquia e caciquismo é porque as pessoas não participam; só querem participar e discutir na época da eleição. O que vai acontecer é que as pessoas vão ter que participar da vida partidária o tempo todo. Essa é uma decisão de cada partido.

Tem uma pergunta aqui, que é o seguinte: sendo aprovado o financiamento público de campanha, o PSB Nacional já tem alguma proposta para fazer a distribuição nos partidos, entre os Diretórios Estaduais e Municipais?

A lei já faz isso. Não está a cargo do Diretório. Logicamente, só esse tópico levaria duas horas para explicar, mas quem tiver acesso ao projeto que está na internet da Comissão de Reforma Política, vai ver que a distribuição tem uma porção de itens. A lei define como via ser distribuído, pelos Diretórios Estaduais e Municipais. Quem tiver interesse, eu vou disponibilizar esse projeto que, eu volto a dizer, não é meu, eu apenas presido a Comissão e vou disponibilizar esse projeto no meu gabinete, a partir de segunda-feira.

Carlos Siqueira - Debatedor: É nessa hora que as pessoas vão perceber que esse financiamento público que está proposto não é assim tão bom. Ele vai novamente congelar a situação para quem já tem representação. Eu estou com a lei aqui. Por exemplo, olha o que é que ela diz: "Metade na proporção do número de eleitores de cada estado, do Distrito Federal e de cada território. E metade na proporção das bancadas dos estados, do Distrito Federal e dos territórios". Ou seja, são as bancadas nas Assembléias. Então, há partidos que têm bancadas muito reduzidas. Isso vai dar uma queda muito grande.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: É bom que se diga que nós temos que partir do princípio que o PSB tem 20 votos na Câmara. Esse não é o projeto que o PSB gostaria. Esse é um projeto que, se nada for aprovado, vai ficar como está. Se você me perguntasse qual seria o projeto ideal, é que os 14% fossem aumentados para 50%. Agora, nós temos 20%, o PCdoB tem 12%, o PPS tem 16%. Ou seja, é muita negociação para chegarem a um projeto desses.

Com o projeto como está, eu acho que a chance de aprovação é muito pouca. Ele vai ter que passar por um debate maior. Agora, na Comissão tem 38 deputados, 26 votaram a favor, 11 votaram contra e 1 se absteve. Esse é um sinalizador, mas eu não tenho dúvida que esse projeto tem que ser fruto de um amplo debate.

Genivan Silva Nery: Eu queria cumprimentar a Mesa, o Deputado Alexandre, Carlos Siqueira, e todos os companheiros deste Plenário. Em abril, ouvindo a TV do Senado, eu presenciei uma discussão exatamente dessa Comissão que o Alexandre Cardoso preside. Eu observei uma preocupação da Deputada Luiza Erundina em relação às listas. Ela falou na "tirania das direções partidárias". É claro que quando ela falava isso, ela estava se referindo a uma série de partidos e siglas que são vendidas. A minha pergunta é a seguinte: no caso do PSB, nós já temos algum início de discussão para estabelecer critérios reais para a formação das listas? Eu acho que a gente não pode deixar ao bel prazer de cada dirigente fazer essa lista como quiser. A gente tem que estabelecer regras, mesmo que sejam regras amplas, mas deixar essa situação mais ou menos

amarrada. Então, eu gostaria que, se fosse possível, até se formasse uma comissão dentro da Direção Partidária para estudar essa matéria e tentar se antecipar outras forças, até colocando regras internas que pudessem até servir de modelo para outros partidos. Seria importante que o PSB trabalhasse isso. Além disso, nós precisamos preparar a cultura partidária para aceitar essa mudança brusca nas regras. Seria fundamental que o Partido tivesse um grupo para estudar regras capazes de facilitar a aceitação disso tudo.

A outra questão que eu queria colocar é uma proposta que a gente tentou encaminhar na Câmara Municipal, via um vereador do PSB, lá na cidade de Vitória da Conquista, que seria uma tentativa de evitar o abuso de poder econômico no dia da eleição, principalmente via distribuição de combustível, seria a gratuidade do transporte coletivo nas grandes cidades, no dia da eleição. Nós preparamos um projeto, mas ele teve parecer desfavorável por parte de alguns advogados, inclusive alguns ligados ao PSB, por considerar que a matéria de Direito Eleitoral é exclusivo do Supremo. Eu queria encaminhar essa proposta para ver se o Deputado Alexandre consegue aproveitar alguma coisa dentro do projeto de Reforma Política.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Eu entendi que a proposta é o Partido criar uma Comissão Permanente para estudar a matéria. É essa a proposta? Essa matéria está saindo agora. É impossível o PSB ter proposta de formação da lista ainda.

Marta Rocha: Boa tarde a todas e a todos. Em primeiro lugar, eu queria dizer que o Estado do Rio de Janeiro está duplamente feliz, não só por estar a Presidência da COmissão Reforma Política com o PSB, mas em especial, com o Presidente do Diretório Regional do Rio de Janeiro, Deputado Alexandre Cardoso, que com certeza será o Prefeito de Caxias, e nós vamos estar comemorando isso.

Eu fiquei muito feliz, na sua abordagem especial, quando o senhor coloca como é a participação das mulheres na política. Mas estou especialmente preocupada porque não ficou claro para mim como ficará a questão das quotas. Eu queria a sua opinião pessoal sobre qual é espaço que as mulheres terão, exatamente no momento da concepção dessas listas. Eu sei que deve haver critérios, que têm que ser pragmáticos, antes de tudo, mas eu queria saber se essa Reforma Política vai atender à possibilidade, não apenas de uma maior participação das mulheres, mas de uma maior eleição de mulheres nas próximas eleições. Obrigado.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: O que existe em alguns países é que você não pode ter três nomes seguidos do mesmo sexo.

Isso levará sempre que, a cada três, tenha um de sexo diferente. Está sendo construído um consenso nesse sentido. Portanto, no caso, estaria assegurado 1/3 de representação para qualquer um dos sexos.

Josivaldo Alves da Silva: Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do nosso Deputado Federal do Estado do Rio, Alexandre Cardoso. Eu venho acompanhando, há bastante tempo, essa questão da Reforma Política e entendo que a ela é o único instrumento de consolidação dos partidos; é o único instrumento de acesso a cargos eletivos de pessoas que não têm poder executivo; e é o único instrumento de moralização da política.

Ontem à noite, quando eu cheguei no hotel, eu assisti uma entrevista sua num determinado canal de televisão e, hoje pela manhã, foi repetida a mesma entrevista. Eu entendi que esse anteprojeto pode até contemplar alguns municípios, mas são muito poucos municípios deste país que vão ser contemplados por esse projeto. Ainda não existe, principalmente no meu estado, organização partidária suficiente para administrar essa questão do partido escolher as pessoas que farão parte da lista do partido. O partido vai virar um balcão de negócios. O presidente do partido vai manipular o partido. Se eu sou o Presidente do Partido em Palmas e tenho um filho estudando aqui em Brasília, vou reservar a vaga dele porque eu tenho poder no Partido. Se eu sou Deputado Federal, tenho uma estrutura de representação em gabinete. Eu cito o exemplo do Tocantins. Tem deputado que tem 200 funcionários e a gaveta é cheia de procurações. O pagamento não é mais através de cheque, é através de cartão, mas os cartões ficam dentro da gaveta. Os caras ganham R$ 12.000,00 e dividem esses R$ 12.000,00 por dez pessoas, e essas pessoas certamente vão estar filiadas ao partido. Eu que não sou deputado, que sou um trabalhador, que não tenho condições financeiras de disputar, como que eu vou conseguir? Eu não vou ter mandato nunca.

Eu me preocupo muito porque essa Reforma Política deve ser votada no início do ano que vem. Infelizmente, no nosso estado, o Estado do Tocantins, nós não temos nenhum deputado federal do PSB e nem sequer temos acesso a nenhum deputado federal. Lá não existe partido. Existe um bloco de partidos que apóia o governo - o PFL, o PP e outros partidos. Eles sempre estão se revezando e agora, com a eleição do Vice-Presidente da República pelo PL, a maioria está se filiando ao PL para se aproximar do Presidente da República.

Eu acho muito válida a questão da proporcionalidade das mulheres. Até porque, ter êxito eleitoral é uma história, mas pelo menos a lei tem que garantir o direito de ser candidata.

Em relação à questão da fidelidade partidária, na quinta-feira passada,

em Palmas, eu assisti a uma palestra do Deputado Roberto Freire, de Pernambuco. Ele também tem um anteprojeto referente à Reforma Política. Ele defende a candidatura avulsa; ele é contra o domicílio eleitoral, porque acha que o cara que mora em Brasília pode ser candidato lá em Palmas ou em Recife. Isso está no projeto do PPS.

Concluindo, a Reforma Política é um projeto muito complexo e eu acho que esse anteprojeto não contempla ninguém do PSB porque nós não temos condições financeiras de disputar as eleições com o atual sistema, e com esse que está proposto, é pior ainda. Com o atual sistema, volta e meia, "escapulha alguém" que tem compromisso com a sociedade. Eu acho muito difícil contemplar alguém que tenha o sonho de um dia chegar até a Câmara Federal ou Assembléias. Muito obrigado.

Pedro Paulo Santos: Companheiros, boa tarde. Em primeiro lugar, eu queira registrar que hoje faz 15 anos do assassinato do Deputado João Batista, o qual eu tive a honra e a satisfação de assessorar por mais de quatro anos, na luta pela Reforma Agrária. Está fazendo 15 anos e a gente gostaria que isso fosse registrado em Plenário.

A nossa Reforma Partidária tem que vir no sentido de coibir muitas questões, inclusive, internamente no nosso Partido. Lá no nosso estado, a gente vê questões muito desleais que ocorrem na correlação de quem detém o poder da Direção do Partido em relação a outros companheiros. O companheiro Moreninho, lá de dentro do mato, sem nenhum tostão no bolso, conseguiu ser 1° Suplente de Deputado Estadual. Lá o PSB elegeu dois deputados. Um é o Deputado João de Deus, que está discutindo aqui conosco e o outro já se debandou para o PFL. Nós denunciamos que esse companheiro ia fazer isso, mas os companheiros não deram nos deram ouvidos. Um outro companheiro, que teve toda a estrutura do Partido porque detinha a máquina partidária em função da sua candidatura, ficou sendo o 5° Suplente de Deputado Estadual. Ou seja, é preciso que a gente comece a trabalhar melhor os nossos quadros partidários.

A outra questão que a gente quer levantar é que não adianta apenas a Reforma Partidária, se a gente quer solidificar a democracia no nosso país, se a gente não mexer na Reforma do Judiciário. Nós temos que ter coragem suficiente para enfrentar as pessoas do Judiciário, seja no Estado, seja na União, que são eles os verdadeiros culpados da classe política hoje ter tantos corruptos. A gente denuncia os corruptos e a Justiça não prende porque eles estão mancomunados com o Poder Legislativo e essas práticas políticas. Então, é preciso que a gente também tenha a coragem de discutir a Reforma do Judiciário de forma radical e, se possível, aposentar todos esses caras que estão aí hoje

porque todos eles já estão viciados. Inclusive, têm sido feitas várias denúncias na imprensa e nada tem acontecido com relação a essas pessoas. É essa a nossa contribuição.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: É claro que, enquanto um companheiro está se pronunciando, a gente tem vontade de fazer comentários, mas isso está criando um burburinho e isso está atrapalhando. Então, eu pediria que guardassem um pouco os comentários para que a gente possa ouvir as intervenções de todos com clareza.

Celso Pancera: Eu acho que no Brasil nós temos enormes demandas do ponto de vista social, econômico e político. Já discutimos algumas coisas do ponto de vista econômico pela manhã. Do ponto de vista político, o Estado Brasileiro tem avançado muito nos últimos anos. A Lei de Responsabilidade Fiscal veio dar alguma transparência maior na gestão pública. O Ministério Público, que hoje é chamado de "4° Poder", nos últimos anos tem revelado a sua força e é um outro organismo que fortalece o acesso da cidadania ao poder constituído.

A Reforma Política é um outro passo fundamental nesse sentido e eu destaco três pontos: o primeiro é a questão do financiamento público. Alguns dizem que 36 milhões é pouco. Mas 36 milhões é mais do que tudo que nós podemos conseguir com as empresas nos financiando hoje. O PMDB e o PFL não precisam de dinheiro público. Só que nós precisamos desse dinheiro. Então, o financiamento público fortalece a intervenção política dos partidos pequenos que hoje não têm esse acesso ao financiamento das grandes empresas. Então, não tem como se dizer que 36 milhões, em 890 milhões, é pouco. Não é pouco, não. É muito mais do que nós temos hoje. Isso fortalece um partido como o nosso. Facilita ou não a superação da Cláusula de Barreira na próxima eleição? Fortalece ou não os pequenos partidos ideológicos que estão no campo político que a gente atua? Ou fortalece o PMDB?

Agora, o que eu acho mais importante, e que as pessoas não estão compreendendo é a lista ordenada e o tempo de filiação para concorrer ao partido. Isso faz com que aquele político mais fisiológico, que muda junto com o Prefeito, que muda junto com o Governador, vai ter que calcular a eleição dele com, no mínimo, dois anos de antecedência. Como esses caras são muito ruins de estratégia, porque só vêem dinheiro, com o passar do tempo, eles tendem a se quebrar porque vão ter que estar filiados dois anos antes.

A outra questão importante é a lista ordenada para os partidos como o nosso. Ou vocês não são militantes, não participam dos núcleos de base, dos núcleos de categoria? Para os partidos como o nosso, a lista ordenada fortalece

o papel da militância. Não nos interessa o que é que o cacique do PMDB vai fazer. Interessa que nós, no nosso campo, com a nossa militância, com organicidade, nós fortalecemos o Partido. E aquele cara que não tem vivência partidária tende a ser deixado fora da lista. Ele pode ficar uma ou duas eleições, mas ele vai sendo automaticamente excluído. É por isso que é uma questão de cultura. Você tem que fazer um processo de mudança de cultura política. Isso nos beneficia porque nós temos vida partidária, temos militância partidária e temos uma visão de que é necessário fazer isso. É por isso que essa Reforma Política é uma coisa que nós temos que defender com unhas e dentes. Eu sempre fui a favor disso e acho que o PSB tem que votar claramente o seu apoio no Congresso a essa Reforma Política. Se conseguirmos ajudar mais nas negociações, ótimo. Mas ela ajuda e fortalece o PSB e os nossos aliados na política brasileira. Obrigado.

Participante não-identificado: Eu queria cumprimentar os companheiros e companheiras. Eu queria agradecer novamente ao Alexandre, porque ele fez a abertura do nosso congresso lá no meu estado e lá também nos abrilhantou levando as informações da Comissão Especial. Queria cumprimentar o Carlos Eugênio e o Carlos Siqueira.

O Alexandre já explicitou que a lista e o financiamento precisam estar casados. Eu concordo, embora não tenha me aprofundado em saber das experiências desta e de outra forma. O que me ocorreu, e que talvez não esteja diretamente relacionado com o tema que está em debate, mas que acho que contribui para, é que isso nos leva também a pensar a velha e boa proposta do Parlamentarismo, que era uma defesa que o nosso partido sempre fez. Acho que a lista e o financiamento podem concorrer para que possa trazer novamente essa discussão à baila.

Eu vou colocar duas questões que me parecem pertinentes para este debate. Uma delas é se, num momento qualquer do debate sobre a Reforma Política, podemos falar sobre o papel, por exemplo, do Suplente do Senado, e até quando a democracia brasileira irá conviver com essa deturpação. Não há nenhuma razão que justifique a forma como isso se dá hoje. Uma outra questão é que, sendo a cultura brasileira de termos eleições de dois em dois anos, pudéssemos pensar que uma eleição ocorreria para a eleição dos cargos majoritários e uma outra eleição para os cargos proporcionais. Hoje, você fazer a eleição do deputado estadual ao lado do governador gera um prejuízo enorme para o Parlamento porque a atenção da mídia, e da própria população, é toda voltada para a eleição do Executivo, tirando o foco da importância dos deputados da Assembléia. Isso se faz, tanto a nível nacional, estadual, e também municipal.

Então, eu queria apenas levantar a possibilidade de que se fizesse uma eleição para vereadores, deputados e/ou senador, não coincidente com a eleição de prefeito, governador e Presidente da República. Essa é a minha sugestão.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Eu queria anunciar a presença do nosso companheiro, Deputado Baltazar, do Rio de Janeiro, e queria chamar o Diretor Geral da Fundação João Mangabeira do Rio de Janeiro, Jaime Cardoso, para nos dar a honra de compor a Mesa.

Roberto Domingos Mota: Queria saudar o Dr. Carlos Eugênio, em nome de quem eu quero saudar toda a Mesa e o companheiro Carlos Siqueira, meu conterrâneo lá de Pernambuco. Eu sou Pesqueira, do Agreste também. Eu estou extremamente feliz com esse Anteprojeto de Lei e com a Presidência do nosso Deputado Alexandre Cardoso, pelo Rio de Janeiro.

O primeiro ponto que eu queria enfocar é a questão do financiamento público, até porque, é o mais consensual. A minha única preocupação é com relação à fiscalização da utilização desses recursos. Os TREs que nós temos hoje estão completamente desaparelhados, com funcionários despreparados, emprestados de outros órgãos, e eu acho que esse é um ponto que tem que ser observado na execução dessa lei.

Com relação à lista pré-ordenada, ou fechada, eu acho que esse é o maior avanço. Esse sistema proporcional apenas acirra a fragmentação dos partidos. Há uma concorrência desleal entre os candidatos. É um candidato querendo derrubar o outro colega para jogá-lo para a suplência, então, eu acho que esse sistema está totalmente falido. Eu acho que o sistema de lista fortalece o partido, acaba com esse individualismo. A discussão das idéias vai ser o programa de cada partido e não saber se o Candidato A é mais bonito do que o Candidato B. Um exemplo claro disso foi o que aconteceu com o PRONA, em São Paulo, quando candidatos sem nenhuma expressividade eleitoral se elegeram com pouco mais de 100 votos, enquanto companheiros com 30.000 ou 40.000 votos não conseguiram ter assento na Câmara Federal.

Com relação à Cláusula de Barreira, vou pedir licença ao meu companheiro Carlos Siqueira para divergir, até porque, a divergência é salutar em qualquer democracia. Eu acho que o PSB não pode ter medo de Cláusula de Barreira. O PSB hoje é um partido de médio porte, caminhando para ser grande. Com esse projeto é que nós vamos ter mais condições ainda de ultrapassar essa Cláusula de Barreira. Então, a gente não pode permitir essa proliferação de partidos de aluguel que geram um verdadeiro mercado de negócios em épocas eleitorais. Até porque, essa história de que o povo é que deve escolher os partidos, não funciona, porque o eleitor vota no candidato,

não vota no partido. Então, ele pouco se importa se o candidato é do PCC ou do PQP, ele vota no partido. Aí, a gente avança.

Na questão das coligações e federações, esse é o único ponto que eu ainda não estou totalmente de acordo com o projeto. Eu acho que, a princípio, não há problema nenhum de proibir as coligações. Acho que é uma outra Cláusula de Barreira que vai penalizar muito alguns partidos históricos, a exemplo do PCdoB e do PCB.

Para concluir, apesar de o projeto não discutir questões constitucionais e algumas questões mais polêmicas, mas realmente faltou se discutir algumas propostas interessantes. Essa que o companheiro do Rio de Janeiro fez, do aumento de prazo, iria dificultar bastante os oportunistas de plantão e nós poderíamos dar um passo bastante significativo na implementação da fidelidade partidária. Isso não deveria ser feito por decreto, nem por lei, mas infelizmente, às vezes é necessário para criar a cultura. No mais, eu queria parabenizar os companheiros do anteprojeto e dizer que sou plenamente favorável. Obrigado.

Eduardo Passos Oliveira: Boa tarde à Mesa e a todos os presentes. Eu tenho três perguntas objetivas. A primeira é que nós estamos saindo de um modelo para ir para outro modelo. Eu quero saber se o anteprojeto contempla regras de transição para a formatação de listas ou se essa transição vai ficar a cargo de cada partido até 2006. A segunda pergunta é a seguinte: eu queria saber o que é que se discute na Câmara Federal, em especial na Comissão Especial que o companheiro Alexandre Cardoso preside, em relação ao prazo do tempo de filiação partidária. Eu sou Prefeito do Município de Água Preta, Pernambuco, e eu em 30 de setembro houve um verdadeiro leilão. Nós temos uma oposição, que é capitalizada, querendo comprar o pessoal um ano antes da eleição para se filiar nos partidos. E a gente tem que ver como é que se administra isso. Até para dar mais qualidade e consistência aos partidos políticos, eu defendo que esse prazo seja estendido para dois ou até três anos.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: No anteprojeto, o prazo já foi estendido para dois anos. Já está aprovado. O projeto já contempla isso.

Eduardo Passos Oliveira: A terceira pergunta é em relação à fidelidade partidária. Eu queria saber se já existe uma discussão e critérios, alguma regra dentro da própria legislação que regulamente a questão da fidelidade partidária do parlamentar, prefeito, alguém que tenha um mandato. Lá em Pernambuco mesmo, em 2002, nós elegemos cinco deputados estaduais, dos quais três saíram do partido depois da eleição. Ou seja, se utilizaram da força da legenda e quando se elegeram saíram da legenda. Então, isso causa

uma deformidade na formação partidária. Eu queria saber se existe também uma proposta nesse sentido.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Em relação à questão da fidelidade partidária, eu já tinha colocado que não há no mundo projeto de fidelidade partidária. Esse prazo de dois anos, eu acho ainda pouco, mas um dos pontos que pode não passar nesse projeto é justamente o aumento do prazo de filiação. Por quê? Porque nós temos partidos extremamente vulneráveis. Por exemplo, vejamos o que acontece com os times de futebol. Lá em Pernambuco, você conhece algum ex-Sporting, ex-Náutico, ex-Santa Cruz? Não. E não tem nenhuma lei que obrigue o cara a torcer pelo seu time o resto da vida. O que acontece é que há uma cultura nesse sentido. O mal que a Ditadura Militar fez neste país foi acabar com as relações culturais partidárias. Você não admitiria, em 63, que uma pessoa saísse do PTB e fosse para a UDN. Eu duvido que você conheça, na história de Pernambuco, alguém que saísse do PTB e fosse para a UDN. Mas, hoje, esse desmonte cultural levou a essa fragilização. Então, como instituição cultural, o clube de futebol é mais forte do que o partido político. Agora, a regra de transição para a Câmara Federal é o total de votos de 2002. Por quê? Para o deputado não sair do partido. Quer dizer, o primeiro da lista do PSB será o mais votado do PSB em 2002. O segundo da lista do PSB será o segundo mais votado do PSB em 2002. Quem mudar de partido, entrará no final da lista. Então, por exemplo, no Espírito Santo, o Casagrande foi o mais votado do PSB? Então, ele é o primeiro da lista. Quem entrar no partido, mesmo tendo mais votos que o Casagrande, entrará atrás dele. Agora, isso tem que ser aprovado na Convenção do Partido porque você não pode ter nenhuma lei que interfira na vida partidária. Quer dizer, a lei dá uma saída para o partido que quiser manter a sua estrutura partidária, mas se o Partido quiser mudar tudo na convenção, ele pode. Isso é matéria constitucional.

Carlos Siqueira - Debatedor: Os deputados são ótimos para criar leis de transição para beneficiá-los. Se fizessem o contrário, seria muita generosidade. Mas vejam bem que essa regra de transição pode causar alguns problemas. Por exemplo, em São Paulo, nós elegemos quatro deputados. Dois saíram do partido, mas felizmente os dois melhores ficaram - a Erundina e o Evilásio. Mas o deputado mais votado não foi a Erundina, então, o primeiro da lista não seria a Erundina, seria o que saiu, que nunca foi do PSB e nunca será. Ele apenas passou pelo PSB, como está passando pelo PMDB e como pode ir para qualquer outra sigla. Então, essa é uma regra de transição que não é boa porque toda essa reforma está baseada sempre no passado. Ela não está estabelecendo um novo sistema. Essa reforma não é para mudança. Essa reforma

é para estabelecer e congelar as situações, beneficiar quem já está.

Nos Estados Unidos, por exemplo, para um deputado não se reeleger, ele precisaria fazer um esforço tremendo e até pedir aos eleitores para não votarem nele. Esse é o sistema americano.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Eu não vou entrar em debate porque quando as pessoas acham que a regra não é boa, evidentemente, teríamos que criar outra regra de transição. A melhor regra foi o resultado que o povo quis. Eu vou dar um exemplo. Eu duvido que esse deputado, que foi o primeiro de São Paulo, se tivesse lista, se não seria a Erundina. Esse é o grande exemplo. Agora, se a regra não é boa, qual é a regra melhor que essa? Pelo menos, você está mantendo uma regra que saiu da vontade popular. Agora, em todos os Parlamentos dos países mais adiantados, dos países mais democratas, a regra é que a mudança desse Parlamento é da ordem de 4% a 6%. No Brasil, sabem quanto é o percentual? É de 47%. Nos seis primeiros meses, aparece uma porção de deputados querendo arrumar a vida deles. Daí, vira uma loucura. Essa é a realidade que o Parlamento Brasileiro tem vivido. Eu acho que essa não é a melhor regra de transição, mas foi a melhor que nós conseguimos.

Odair Santos Correia: Boa tarde à Mesa e boa tarde aos companheiros do Brasil, aqui representando o PSB. Na realidade, eu estive acompanhando um pouco da proposta da Reforma Política e até observei o Deputado Alexandre Cardoso e pensei: "Mas quem é esse "cabeça branca" que está aí? Tão novo e de cabeça branca." Eu não sabia que Vossa Excelência era nosso companheiro do PSB. É um prazer muito grande para nós saber que Vossa Excelência está comandando esse projeto junto à Câmara Federal. Eu sou de uma região um pouco mais deslocada da capital. Eu estou a mil quilômetros da capital do Pará. Justamente por isso, nós estamos trabalhando há 18 anos em cima de um projeto que os deputados do PSB até vêm apoiando, e eu espero que continue assim, que é justamente a emancipação regional de um estado lá no oeste do Pará. Seria o Estado de Tapajós, no oeste do Pará. Nós temos essa demanda há mais de 150 anos e, desde a Constituinte, a gente está vendo se consegue fazer essa emancipação regional. Essa emancipação será boa para a Região Amazônica, como também será bom para o Brasil porque nós vamos gerir uma nova unidade federativa do país lá na Região Amazônica que requer justamente a soberania nacional brasileira porque nós estamos vendo o problema da água, o problema da territorialidade. Aqui, Vossa Excelência falou da distribuição de cadeiras junto à Câmara Federal, onde São Paulo é contemplado com 70 cadeiras em função da demanda populacional, ou de eleitores. Lá no Acre, são 8 deputados federais e um deputado federal do Acre

se elege com 30.000 votos, enquanto um deputado de São Paulo precisa de 300.000 votos para se eleger.

Outro dia, numa discussão com o Deputado Madeira do PSDB de São Paulo, que acho que está numa Secretaria, ele endurecia na questão da criação de um novo estado porque ele queria uma demanda maior de deputados federais. Eu pedi a ele que a gente poderia trocar de posição e fôssemos eleger um deputado federal com 30.000 votos lá na Amazônia, e eleger um deputado com 300.000 votos aqui em São Paulo, para ele ver o nível de dificuldade que nós temos para pegar 30.000 votos na Amazônia, ou seja, a dificuldade que é para a gente se deslocar de um lugar para o outro e o custo operacional de uma campanha na Amazônia, em relação a São Paulo. Então, além do índice populacional e número de eleitores de cada região, nós temos que ver a questão da territorialidade também. Precisamos levar isso em consideração. Nós estamos falando aqui de Reforma Política, mas a criação de um estado também é uma reforma política.

O nosso projeto de criação do Estado de Tapajós já foi aprovado no Senado Federal e nós estamos esperando que se possa colocar em votação no Plenário da Câmara Federal, por esses dias. Eu gostaria muito de poder contar com o apoio, não apenas dos nossos representantes do PSB junto à Câmara Federal, mas também dos companheiros do Brasil aqui presentes. Eu gostaria muito de merecer essa atenção especial para que nós possamos, com um estado do tipo do Estado de Tapajós, fazermos um estado evoluído e que possa ajudar no contexto do crescimento do país como um todo.

Com o financiamento público de campanha, nós concordamos. Aliás, eu não sou muito conhecido porque eu também sou novato no PSB. Eu concordo com o financiamento público e estou estudando a questão da lista fechada. Não tenho ainda uma resposta definitiva sobre isso. Acho que é uma questão a ser analisada. Mas tem um problema que eu acho que a Comissão de Reforma Política deveria ter visto. Nós estamos tratando com lista fechada, com financiamento público, mas não tratamos a questão da fidelidade partidária e do voto obrigatório. Já que nós estamos travando de um lado, temos que liberar do outro lado. Por que é que nós vamos travar tudo, e temos o voto obrigatório num país que se diz democrático? Nós temos que mudar alguma coisa. Há que ser discutido este tipo de procedimento e o tipo de reforma que nós estamos vendo neste momento. Eu gostaria que Vossa Excelência anotassem isso para verificar se há possibilidade de a gente dar uma liberada na questão do voto obrigatório. Libera o voto e a população vai ter que ter uma sensibilidade para essa questão. A nossa posição era esta. Obrigado.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Eu volto a dizer

que a matéria do voto obrigatório é matéria constitucional. Em relação à matéria da fidelidade partidária, eu vou explicar mais uma vez. É uma matéria também constitucional e não há fidelidade partidária em nenhum lugar do mundo. Nós discutimos matéria infra-constitucional. A Comissão vai continuar e vai discutir matérias constitucionais.

Angelo Rafael Ferreira Santos: Cumprimentamos a Mesa e os companheiros e companheiras que estão aqui presentes. Meu nome é Angelo Ferreira. Eu sou Prefeito, pela segunda vez, de uma cidade do Sertão de Pernambuco, que fica a 300 km da capital.

Eu queria fazer duas considerações e oferecer uma sugestão. Esse tema da Reforma Política é um tema muito polêmico porque muita gente vai defender seus interesses. Por mais que a gente critique a democracia brasileira, nós temos uma democracia boa. O sistema eleitoral brasileiro elegeu ruins e bons, mas de qualquer maneira, foi o povo que elegeu. A gente sabe que foi o povo que votou em Lula. Nos Estados Unidos, com um sistema atrasado de perfurar cartão, até hoje não se sabe se ganhou o Bush ou o Gore. Ninguém sabe até hoje.

A questão da Reforma Política é importante e a questão das listas também é importante. Nós precisamos do fortalecimento dos partidos e essa vivência partidária é que vai dar exatamente essa condição de se formatar essas listas. É claro que as listas e os critérios, serão discutidos depois e os partidos serão soberanos para decidir isso. Se nós participássemos realmente dos partidos, cada segmento da sociedade estaria representado na discussão e na conclusão, na formação dessa lista.

Alguém aqui falou que a gente poderia vir a ter a bancada do narcotráfico. Eu acho que a gente já tem - em algumas Câmaras de Vereadores, em algumas Assembléias Legislativas. Não bancadas, mas representantes do narcotráfico. Às vezes, é melhor a gente ter a Bancada Evangélica do que a Bancada do Narcotráfico. E ainda temos a Bancada Católica, que é bem superior. Eu não sou evangélico, mas estou fazendo a consideração. A venda do voto é uma coisa de mão dupla - é o político e o eleitor. Agora, que a gente pode acabar com a Bancada do Narcotráfico com a Reforma Política, pode. E isso é importante.

Mas nós podemos acabar com a venda do voto de outra forma. Nós temos que construir neste país, condições de vida; precisamos socializar a distribuição de renda. Quando cada um de nós fizer o esforço necessário de verificar as necessidades da população; de oferecer educação de real qualidade, principalmente para os pobres, porque só quem é rico ou da classe média

pode pagar estudo e entrar na faculdade, principalmente universidade pública. Então, a gente combate a venda de votos, fazendo educação de qualidade, propiciando a todo mundo acesso a bons serviços de saúde e dando habitação a todos neste país. Há regiões no Brasil onde as pessoas ainda moram em casa de taipa com piso de terra batida, sem banheiro, sem privada. Esses são fatores importantes do modelo que massacra o povo brasileiro, aqueles que não têm condição de sobreviver. Alguns ainda têm salário mínimo, mas quem não tem nem o salário mínimo? E o povo não quer esmolas; o povo quer condições de trabalho. Então, a gente pode construir a nação dessa forma. Precisamos construir cidadania, reduzindo as desigualdades, socializando as riquezas do país numa distribuição melhor.

Alguém fala muito em prefeitos e vereadores e foi citado aqui que, caso se fizesse uma fiscalização rigorosa, 80% dos prefeitos e vereadores seriam presos. Eu não queria polemizar, mas apenas dar uma informação do meu ponto de vista. Quem é mais fiscalizado neste país são os prefeitos e vereadores, que são fiscalizados na base, pelo povo, pelos Tribunais de Contas. Eu não conheço nenhum caso em que o Tribunal de Contas tenha rejeitado contas do Judiciário, do Legislativo, de governos estaduais. É muito difícil. Já em relação aos prefeitos, há aos montes. É preciso melhorar a fiscalização. Hoje já é boa, mas pode avançar ainda mais para que realmente o dinheiro público venha a beneficiar a população.

Os municípios recebem apenas 13% da receita do país e nessa Reforma Tributária ninguém colocou mais nenhum percentual, e a maioria dos municípios estão quebrados. Como sugestão, eu gostaria de dizer que a gente deve apoiar a Reforma Política, mas nós deveríamos fazer, pelo menos, uma discussão em cada Estado, se não houver tempo para fazer isso de forma mais estendida aos municípios. Eu queria dizer a Carlos Siqueira, nosso conterrâneo, que nessa questão de mudança de número de deputados, São Paulo hoje já manda no país. Se essa representação mudar tanto, vai esmagar o nordeste, o norte e o centro-oeste do país porque nós vamos ser ainda mais pobres, com menor representação parlamentar. Obrigado.

Deputado Paulo César Baltazar: Eu quero cumprimentar a Mesa, em especial, o meu companheiro Alexandre Cardoso, que tem feito um belo trabalho no Congresso, especialmente, como Presidente da Comissão de Reforma Política. Quero ser breve, até porque, alguns outros querem participar.

Isso aqui é um espaço de discussão, mas a gente tem que ter claro que o processo de enriquecimento da discussão parte também de algumas divergências. Primeiro, a questão da Reforma Política. O companheiro Alexandre Cardoso já colocou que ela vai continuar com outras discussões. Por exemplo,

precisamos avançar nas discussões do Pacto Federativo. Nós não podemos fazer uma discussão política, apenas eleitoral. Precisamos avançar em outros campos que, certamente, o PSB vai ter espaço para discutir.

As minhas preocupações em relação à questão não são no sentido de que o que está colocado não serve. Não é isso. A minha preocupação é como isso vai ocorrer na situação em que vivemos. Quando se fala em reforma política, não é uma reforma política apenas para o PSB - é para o PSB e para o país. Portanto, temos que levar em consideração esse conjunto, porque a lei é para todos.

Nesse sentido, eu quero pegar os pontos polêmicos. O companheiro Alexandre Cardoso colocou a questão do financiamento público de campanha. Em tese, nós concordamos. A tese é boa. Aliás, o Fundo Partidário é dinheiro público. A primeira questão é a seguinte: o eleitor não vai ser aumentado se ele quer aumentar essa participação? Ele não tem direito de ser consultado a respeito disso? Inclusive, como partido socialista, que faz a discussão com a comunidade? Essa discussão não será feita? Acho que tem que ser feita. Eu acho que não devemos aceitar isso assim de pronto.

A segunda questão é a seguinte: hoje, se discute bastante a questão das penas. Dizem que o financiamento da campanha vai ser exclusivamente público. Eu quero saber quem é que vai garantir que vai ser apenas público. Hoje, também não pode ter "Caixa 2". E tem "Caixa 2", ou não tem? Não vamos ser hipócritas. Qual é o controle que existe? Não existe nenhum controle. Portanto, vai haver financiamento público, financiamento do narcotráfico, financiamento disso e daquilo. Não vamos dourar a pílula. Temos um problema sério, que é o financiamento público exclusivo, como foi colocado. É o ideal, temos que caminhar para isso, mas o processo não garante que assim seja feito. Eu não sei nem se há possibilidade de garantir. Não somo nós do PSB, que temos um compromisso ético - embora outros eventualmente não tenham - que vamos garantir isso. Na minha avaliação, não é assim que vamos acabar com a Bancada do Narcotráfico e outras bancadas. Essa é a minha preocupação.

Em relação à lista partidária, nós entendemos que o Partido tem que ser fortalecido. O que há hoje em dia é uma brincadeira. Já foram citados dados e números que comprovam isso. Em relação à questão do prazo de dois anos, eu acho que deveriam ser cinco anos. Dessa forma, garantíamos definitivamente que o cara quisesse vestir a camisa do partido. Eu não tenho nenhuma ilusão a respeito da capacidade das pessoas que querem dar golpe. Para fazer maracutaia eles são bons. Então, penso que o prazo deveria ser de cinco anos.

Nós temos que fazer uma autocrítica e não sei se a lista partidária vai resolver o problema do coronelismo partidário. Será que vai? Temos que avançar nessas discussões, mas temos que ter em vista qual o mecanismo que o PSB, internamente, para garantir a sua democracia partidária contra o poder econômico. Porque o voto vai ser indireto. O povo vai olhar a lista do PSB e vai votar num coletivo de pessoas. Não se iludam que podemos mudar essa cultura de um dia para o outro. Então, como é que isso vai acontecer? Eu tenho as minhas preocupações se não tiver, de forma interna no PSB, a garantia que em todo o Brasil isso se fará de forma absolutamente democrática, sem influência do poder econômico. Não é apenas uma questão de compra de voto, mas por exemplo, pode ser o poder que o PSB eventualmente exerça. Por exemplo, o PSB teve uma experiência, com a entrada do Governador Garotinho. Vocês viram que o PSB inchou. Vocês sabem quantos foram eleitos pelo PSB. Se dentro de um partido tiver uma figura com essa expressão e esse poder, o que é que vai acontecer internamente para garantir que essa lista seja, pelo menos, justa. Muito obrigado.

Carlos Eugênio - Coordenador: Tem uma pergunta aqui à Mesa. A pergunta é a seguinte: "No momento em que buscamos a incisão nos movimentos organizados, em busca de uma igualdade social, na minha visão de mulher socialista, a questão da lista vem contradizer o que pregamos, dentro do nosso Partido e do nosso movimento, ao excluir aqueles que, com certeza, jamais estarão encabeçando a lista. Se eu fosse uma candidata sem chance de estar encabeçando a lista, jamais seria candidata".

O problema é que nós estamos preocupados com os partidos que não têm militância; com os partidos em que as pessoas vão ter poder de comprar lugar na lista e não vão ser denunciados. O que eu espero é que o PSB seja um partido de militantes e que as pessoas que vão comprar lugar na lista sejam denunciadas. Caso contrário, o militante não terá a mínima chance. Um exemplo claro foi o exemplo de São Paulo. Entrou um cidadão no PSB, que foi o primeiro da lista, porque ele tinha uma igreja. Se fosse pela escolha do Partido, a primeira da lista seria a Erundina. O outro problema é as pessoas não terem conhecimento prévio de quem está disputando a eleição. Perguntem a qualquer pessoa que disputou a eleição, e saiu vencedor, se, em cinco eleitos, não citavam sete ou oito que estão disputando a eleição. Não tem esse passe de mágica. Aquele cara que diz "Eu tenho ali três mil votos". Quando abrem a urna, ele não tem esses votos. A lista é ideal para partidos como o nosso. Logicamente, esse partido vai organizar um regimento que esteja voltado para esse tipo de democratização. Por exemplo, não tem aqui na Direção do Partido um percentual dos movimentos? Na lista, o PSB vai tirar que um dos três ou quatro primeiros

lugares tem que ser dos movimentos. Agora, o PMDB e o PFL que têm dinheiro para comprar lugar na lista, vão arrumar uma brigalhada entre eles. Isso não é problema nosso.

Na Bélgica, por exemplo, você pode mudar a lista pelo voto. Vocês viram que o cociente cai. Esse é um debate complexo. Acho que o Partido tem que fazer um seminário, que não é nem de um dia, para fazer um amplo debate sobre isso. Essa sessão de hoje é uma sessão para as pessoas colocarem as suas posições. Por exemplo, o Baltazar colocou uma questão de que, quem entrou no Partido e não tinha dois anos de filiação não seria candidato. Então, muitos daqueles que foram candidatos, não seriam. Isso não é fácil. Esse projeto é um projeto complexo. Um conjunto de pessoas, especialistas, estudou esse projeto durante nove meses e eu acho que tem que ser aprofundado. Garanto a vocês que ninguém é dono da verdade, na questão da reforma política.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Na verdade, nós tivemos pouquíssimas propostas. Eu gostaria de fazer como proposta, a organização de um seminário, que não pode ser em apenas uma manhã, num momento de disputa interna, eleitoral, que deixa todo mundo tenso. Essa matéria tem que ser uma matéria discutida. Eu estou fazendo uma proposta que o Presidente da Fundação Mangabeira, promova um seminário de um ou dois dias, para discutir a questão da Reforma Política no Brasil. Acho que aí, nós tiraríamos uma grande contribuição. Não posso conceber que, em uma tarde, em duas horas, nós tenhamos um projeto acabado, completo, com propostas concretas. Acho extremamente difícil que nós tenhamos propostas no ambiente deste congresso.

Carlos Siqueira - Debatedor: Mas vocês não estão pretendendo votar esse projeto no início da próxima legislatura?

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Não votaremos isso antes de abril. Isso é uma falta de ética minha, porque o projeto está tramitando, mas é um sentimento meu que não votaremos esse projeto antes de abril.

Carlos Eugênio - Coordenador: Eu queria perguntar quantos companheiros que não são delegados que gostariam de fazer uso da palavra. São dois companheiros? Então vamos aceitar porque estamos preocupados com o adiantado da hora porque já são 18:10 horas.

Vicente: Eu queria fazer duas perguntas e expressar uma preocupação. A minha preocupação, já foi explorada aqui. Fala-se que a lista pode fortalecer os partidos. Eu acho que se o poder econômico, as relações de poder é que determinam quem manda nos partidos, a lista só vai fortalecer porque você

tem um ambiente menor para manobrar. Eu não acredito porque não é lei quem determina quem é quem dentro e fora dos partidos. Não sejamos ingênuos de achar que os partidos não são realmente dominados por quem tem poder, por quem tem mandato, ou quem tem recursos econômicos. Essa é uma realidade que nós vivemos no Brasil.

Então, eu acho que um ponto fundamental para nós, como partido de esquerda, porque acreditamos em vários princípios da ética, da justiça e da reforma social, uma grande medida dessa Reforma Política seria que o sujeito que entra num partido para se eleger, ao sair do partido, perderia o seu mandato. Isto sim seria um critério fundamental para o fortalecimento da legenda. Não tem punição, então, você se aproveita da legenda e faz o que quer, sai a hora que quer e entra na hora que quer. Acho que, com a lista, quem tem mandato, com certeza, se fortalecerá com essa medida.

Quanto à regra de transição, eu concordo com o Carlos Siqueira de que a regra já começa favorecendo quem já foi o primeiro nas últimas eleições, deixando sem qualquer possibilidade de outro companheiro estar participando do processo de disputa eleitoral. Eu acho que a questão do financiamento público é um consenso. Não há como criticar o financiamento público. Tem que ser público mesmo, porque quem vai se fortalecer é a esquerda, até porque, não trabalhamos com os instrumentos que a direita trabalha nesse país.

No mais, eu espero que efetivamente a gente possa ter tempo, em debates regionais, para a gente aprofundar essa questão da reforma política porque ela é extremamente necessária. Não dá também para a gente ficar com 30 ou 40 partidos no Brasil. É uma fragmentação, é uma confusão. As pessoas não sabem identificar em quem votar e não há como fortalecer a democracia com essa fragmentação partidária. Eram essas as nossas preocupações. Eu queria saber do Deputado se o governo não vai dizer que essa reforma é desnecessária, ou insuficiente, e se não vai propor um projeto de Reforma Política mais ampla que possa efetivamente mexer na Constituição e estar realmente contribuindo para o fortalecimento das legendas.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Eu vou dar a você o prazo de uma matéria constitucional que o governo queira que seja votado. Vamos imaginar que o governo apresente essa matéria em março. Para ser votada, ela leva 10 meses. Ela tem que ser votada na Câmara, tem prazo, são 40 sessões, então, demora mesmo. Por exemplo, isso que você falou da fidelidade partidária. Não há nenhum projeto de fidelidade partidária que será votado com menos de 10 anos. Fidelidade partidária é pressuposto de cassação de mandato. Cassação do mandato é matéria constitucional. Portanto, quem conseguir me apresentar um projeto de financiamento público, sem ser por

lista, a Comissão está aberta. O forte da Comissão Especial é financiamento público. Agora, no mundo, não há financiamento público, que não seja por lista. Então, nós temos que decidir. Se queremos financiamento público, tem que ser por lista.

Então, se o financiamento público é consenso, então, nós temos que ver como ordenar a lista. Agora, que tem que ser por lista, tem. A não ser que alguém encontre alguma outra forma, que eu não conheço.

Gaudêncio Peixoto: Eu acho que a Reforma Política é muito tímida porque a própria representação parlamentar no Brasil é muito complicada. Além disso, há alguns detalhes da questão constitucional e de autonomia dos partidos. Você tendo uma lista, e com a autonomia que os partidos têm hoje, vai chegar um ponto em que você terá que se filiar a um partido um ano antes, para ser candidato. Então, há radicais do PT, por exemplo, que podem ser suspensos, ou expulsos do Partido. Esses políticos vão perder a chance de se candidatar porque não podem ir para outro partido e se candidatar. Por exemplo, em Minas Gerais, há dois anos que não existe o PSB. Nós chegamos a perder mais de 50 vereadores e cinco deputados do Partido, por causa de intervenções da Direção Nacional do Partido. Não vou entrar no mérito das intervenções no Partido, mas nós perdemos 56 vereadores e mais de 20 colegas foram para outros partidos e realmente ficaram nos outros partidos que os acolheram. Então, essa questão do Partido ter autonomia, conforme a lei atual, se você criar uma lista, se eu sou deputado e quero que o meu filho seja candidato a vereador, por exemplo, eu vou exercer a minha autonomia para que meu filho seja candidato. Então, se não se criar a democracia partidária, e começo com o exemplo do PSB que teve esses percalços, nós vamos ter sérios problemas com essa lista.

Em relação à proposta do companheiro de se fazer um seminário para discutir essa questão, eu acredito que essas discussões devem ser regionalizadas. Depois, tira-se um elemento de cada estado, ou de cada região. A representação de uma pessoa do Piauí é completamente diferente da representação da representação de Pernambuco ou Minas Gerais. Então, é necessário que haja uma proporcionalidade. Esses seminários do PSB são muito centralizados em Brasília. Aqui é o centro da discussão nacional, mas acho que em termos oficiais. O Partido deve fazer as discussões conforme os congressos. No caso dos congressos da UNE, por exemplo, cada congresso é numa cidade. Então, um seminário como esses pode ser em Minas Gerais, em Pernambuco, no Espírito Santo etc. Obrigado. Era isso que eu queria colocar.

Ricardo Coutinho: Eu vou tentar ser rápido. Eu queria muito mais explicitar a minha aflição junto com incompreensão. Eu não tenho uma proposta

fechada. Eu tenho aqui um monte de dúvidas e vou tentar repassá-las. Eu fui candidato a Vereador em 1992. A Direção do Partido disse que o Partido ia ter sete candidatos prioritários, que iriam aparecer na televisão e teriam alguma ajuda porque todos nós fazíamos campanha ainda na base do mimeógrafo. Evidentemente, que havia uma disputa e eu não fiquei no meio dos sete. A Direção do Partido definiu, tal qual uma lista, que tinha que ter essa progressão. É claro que a possibilidade do resultado da eleição não chegou essa lógica. Na época eu estava no PT e terminei sendo o mais votado do PT.

Qual é a minha primeira preocupação? Primeiro, temos que fortalecer os partidos. É fundamental haver uma relação direta entre os eleitos. Mas me preocupa, sobretudo, a possibilidade de você retirar possibilidades de escolha, colocando o controle para uma determinada direção. Se eu controlo, eu tenho possibilidades de não permitir que essa disputa possa ser feita externamente. Ou seja, pela população. Esse é um fato concreto que me aflige muito.

A terceira questão é o financiamento. O companheiro argumentou que nada nos diz que não vai haver "Caixa 2". Eu concordo. É verdade. Roubar é proibido, mas tem gente que rouba. Agora, se você tem um gasto público determinado, e se aquela campanha assume proporções claramente superiores a esse gasto, isso fica muito mais fácil de ser desmascarado.

Concluindo, nós precisamos de uma transição. Evidentemente, nós não podemos pensar que vamos substituir a possibilidade de uma disputa, que é dentro e que é fora do partido, simplesmente por uma disputa interna. Eu tenho muitas dúvidas e preocupações e quero externá-las. Me parece que nessa questão do financiamento, você pode construir elementos e instrumentos capazes de fazer com que o partido seja o responsável pelo recebimento e liberação desses recursos, com alguns parâmetros.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso - Expositor: Eu vou ser breve porque o Carlos Eugênio já me avisou que o nosso tempo já se esgotou. Todas as vezes que entregaram dinheiro nas mãos dos partidos - e a experiência maior foi na Itália - quando você cria a disputa interna dentro do partido, existe um financiamento público e existe oligarquia. Por exemplo, a Rede Globo ganhou do governo, pelo tempo que ela disponibilizou nas últimas eleições, 270 milhões de reais. Agora, o partido escolhe aquele candidato que vai ter mais tempo. Você já imaginou se você der dinheiro ao partido e ele escolher aquele candidato a quem ele vai dar mais dinheiro? Vai ser uma loucura. E o pior é que, quando você dá dinheiro a um candidato, ele pode gastar da forma que quiser. Inclusive, ele pode arrumar uma nota fiscal, dizer que comprou 100.000 cédulas e não comprar. Aquilo vai para a contabilidade, e depois, quem responde?

Esse tema foi debatido numas quatro sessões. Você veio do PT e o Chico Oliveira fez um enorme trabalho sobre isso e foi um dos expositores. No Instituto da Cidadania, eles fizeram um trabalho durante um ano e nós não vimos como ter financiamento público com voto individual. Não quer dizer que não possa, mas em toda a literatura examinada, em todas as experiências que nós tivemos, ninguém conseguiu mostrar essa possibilidade. O Jairo, que é um cientista político que tem um livro interessantíssimo, mostrou três ou quatro experiências de financiamento público em lista aberta, e todas acabaram na cadeia.

Agora, eu não tenho, evidentemente, elementos para discutir uma matéria dessa complexidade se alguém me apresentar uma proposta hoje. Não há como votar isso em dezembro. A Câmara entra em recesso no dia 15, essa matéria vai para março. Então, eu acho que se o PSB fizer um seminário em fevereiro para sinalizar o sentimento do Partido, acho que seria excepcional.

Carlos Eugênio - Coordenador: O nosso companheiro Carlos Siqueira também tem uma proposta aqui.

Carlos Siqueira - Debatedor: Eu vou fazer uma proposta concreta, em respeito ao eleitor. Essa lista que se propõe é fechada e bloqueada. Então, qual é a diferença da lista fechada e bloqueada? A lista fechada e bloqueada, como está, você vai votar no 40 e o eleitor não pode interferir na ordem dos candidatos que o Partido fixou lá como sendo o 1°, 2° e 3° etc. Ou seja, o eleitor conhece os 10 candidatos, por exemplo, mas ele não tem o direito de escolher a ordem dos seminários. Se você desbloqueia a lista, como na Suécia, você mantém a lista, mas o eleitor pode desbloqueá-la, pode riscar o número que está em primeiro lugar e colocar o segundo. Eu acho que se fizesse uma pesquisa, o eleitor brasileiro repudiaria o fato de votar num candidato e eleger outro. É claro que isso acontece hoje na proporcional, mas é num nível muito menor e ele não percebe. Nessa proposta, ele vai perceber porque ele não vai votar em nomes, ele vai votar na lista. Então, esse desbloqueio é uma proposta que eu faço como emenda para o eleitor poder escolher.

Participante não identificado: Essa questão de desbloquear também não garante tanto a interferência do eleitor. No exílio, eu estive na Suécia e conheci esse sistema de lista desbloqueada. O Movimento Feminista, supra partidário, fez uma grande campanha para que, independente das tendências ideológicas, as mulheres cortassem os homens de todos os partidos para promover a eleição de mais mulheres para o Parlamento. Só que, esse movimento acabou fracassando porque, evidentemente, você tem que estabelecer uma certa quantidade de cortes. Tem que ter um percentual expressivo de cortes

do primeiro para o segundo se promover. Isso é muito difícil. Mesmo a lista sendo aberta, a interferência do eleitor é muito limitada.

Carlos Siqueira - Debatedor: Eu queria responder ao companheiro que falou na questão da representação na Câmara dos Deputados, quando se tem medo de aumentar o número de parlamentares de outras regiões. Na verdade, a nossa região sempre foi super valorizada, super representada, assim como o Norte também é sempre super representado. No entanto, esse fato não tem significado nenhum benefício concreto para a região. Pelo contrário, tem significado um benefício para o país. Quando nós pensamos na Câmara Federal, não podemos pensar exclusivamente nas questões regionais. A rigor, o deputado federal tem que pensar no país. Se não pensa, é uma deformação da política. Portanto, eu não posso concordar com isso. Quando nós tivemos a definição política de fazer mudanças, beneficiar o país e ter uma visão estratégica para administrar o país, ele não precisou ser de uma região. O presidente que deixou o legado mais positivo para o Brasil e que mais construiu era do extremo sul do país. Talvez, antes de ser candidato, nunca tenha ido ao nordeste, nunca tenha ido ao Amazonas. No entanto, ele deixou um delegado que, 50 anos depois da sua morte ninguém consegue apagar e ninguém consegue imaginar o Brasil sem a Petrobrás, sem a Vale do Rio Doce, sem a Siderúrgica Nacional, sem as primeiras hidrelétricas do país, sem o voto da mulher, sem a Previdência Social. E esse presidente não precisou ser da minha região. Então, não me interessa que ele não seja da minha região, não me interessa que eu tenha mais deputados, me interessa o que ele vai fazer no Parlamento.

Carlos Eugênio - Coordenador: Bom, companheiros, está encerrada esta primeira parte dos debates. É evidente que, de repente, pode ter passado à Mesa e à Relatoria, alguma proposta que não tenha sido devidamente anotada. Se isso acontecer, é erro comum, e a pessoa que não tenha sido contemplada, por favor se dirija à Mesa para corrigir.

O nosso companheiro, Milton Naum, nos entregou, inclusive por escrito, duas propostas concretas. Uma seria a redução drástica do número de assessores parlamentares, particularmente na Câmara de Vereadores, e aumento da assessoria parlamentar da Casa. Uma segunda proposta seria a proibição de ações executivas por parte de parlamentares - centros de saúde e outros centros assistenciais. Nós não sentimos nada contra essas duas propostas, então, acho que deveríamos colocar em votação se isso vai constar do relatório final que vai ser apresentado na Plenária. Tem alguém que seja contra essas duas propostas? Qual delas? A primeira. O autor da proposta vai esclarecer.

Milton Naum: Como essa foi a primeira fala dessa reunião, eu queria

talvez reduzir a uma expressão mais simples, a importância dessa proposta. Na realidade, isso é mais um detalhamento. Eu não me permitira talvez aos termos que foram usados, mas sim à sinalização da importância de que o Poder Legislativo não tenha a distorção do assistencialismo que tem hoje. A sustentação desse conceito pode estar na redução do gasto com uma assessoria, e mais do que a redução, a má versação desse dinheiro porque, na maioria das vezes, ele é aplicado em trabalho assistencialista. Essa é a idéia. Então, retira essa palavra drástica e fica mais o conceito.

Carlos Eugênio - Coordenador: Mas eu acho que isso é mais uma moção, uma colocação política, e não uma proposta porque ela não teria um encaminhamento concreto. Eu acho que isso não é uma proposta e sim uma moção. Por isso, eu nem votaria isso em votação. Então, o companheiro Milton Naum pede que sejam encaminhadas como moção essas duas colocações que ele fez.

Houve uma proposta muito concreta da criação de uma Comissão de Estudo sobre essa questão. Agora, acho que a proposta que foi feita depois, pelo companheiro Alexandre Cardoso, de um seminário, acaba ampliando e abrangendo essa proposta. A própria Fundação João Mangabeira vai prepara esse seminário e a proposta será contemplada.

Os delegados ao IX Congresso Nacional que estejam de acordo com essa proposta, por favor, levantem seus crachás. Os companheiros delegados que sejam contra, por favor levantem seus crachás. Aprovada por unanimidade a proposta do nosso companheiro Alexandre Cardoso. Está encerrada esta sessão.

Grupo VI

06 de dezembro de 2003

Discussão sobre as Reformas Trabalhista e Sindical



Coordenador:
Joilson Cardoso

Expositor:
Dr. Cid Riedel

Debatedor:
Deputado Ribamar Alves

Relator:
Felício Palazzo

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Bom, companheiros, a idéia seria iniciarmos as discussões agora. Apesar de ter muita gente que se atrasou em função dos outros grupos que terminaram praticamente às 14:00 horas, mas nós podíamos dar início ao nosso debate e, na medida em que os companheiros forem chegando, nós incorporamos as contribuições. Então, gostaríamos de convidar para compor a Mesa: o doutor Cid Riedel, companheiro militante do nosso Partido, para fazer a exposição sobre as questões trabalhistas e sindicais; como debatedor, o Deputado Federal Ribamar Alves, do Maranhão, que é membro da Comissão da Reforma Trabalhista e Sindical da Câmara dos Deputados; e como relator, Felício Palazzo, também militante do nosso Partido, que irá garantir a sistematização das propostas e o conteúdo dos debates que iremos realizar nesta tarde.

Vamos tentar decidir a forma da construção desse debate, em cima da experiência dos grupos que se desenvolveram na parte da manhã. A nossa idéia seria abrir para a exposição dos dois palestrantes. Em seguida, teríamos que ouvir os delegados ao IX Congresso, que têm uma responsabilidade de deliberar a matéria e, logo em seguida, abriríamos as inscrições para os companheiros que, não sendo delegados do IX Congresso também poderiam dar a sua contribuição nesse tema. A nossa idéia é seria extrair, tanto da exposição, como das intervenções, o conteúdo básico de cada posição. O Relator teria a função de identificar o que existiria de contradição, o que existiria de consenso para que a gente pudesse levar, para a Plenária Final, um relato bastante conciso e pontual. Lá na Plenária Final, qualquer assunto que por ventura tenha sido omitido, porque obviamente o Relator não teria condições de descrever todo o conteúdo minuciosamente, poderíamos fazer um destaque e abrir o debate. Os pontos que foram colocados aqui, em que houver divergência, obviamente, serão debatidos na Plenária Final. Dito isso, consideramos aberto a sessão deste grupo temático e eu gostaria de combinar com os expositores a ordem da exposição. Vamos começar pelo Professor Cid.

Cid Riedel - Expositor: Boa tarde a todos. Mais uma vez, nós temos mais um lugar para a gente discutir o problema da Reforma Trabalhista e Sindical. Eu vejo aqui na nossa programação que o objeto é discutir a reforma da legislação trabalhista. Essa reforma tem dado, e ainda vai dar, muito que falar. A primeira dificuldade que eu encontro para discutir o problema da reforma trabalhista é que eu tenho a impressão que o governo ainda não definiu qual é a reforma trabalhista que ele pretende no campo do direito individual.

Nós temos dois direitos na CLT, nitidamente distintos, e até de origem diversas - o Direito Coletivo, e dentro dele, o Direito Sindical e o Direito Individual. O Direito Individual é aquele que mais diretamente toca ao

trabalhador comum, não à liderança sindical. É aquele que trabalha e quer saber da sua jornada de trabalho, do seu salário, da possibilidade do empregador alterar ou não o contrato do trabalho, enfim, das condições da regulamentação do seu contrato de trabalho. Esse é o capítulo do Direito Individual que todo mundo diz que precisa mudar, mas o governo não está dizendo o que é que ele pretende mudar. Eu tenho a impressão que essa dificuldade decorre, talvez, de se achar que é necessário mudar alguma coisa, mas não se tem coragem de enfrentar essa questão porque, realmente, não há o que se possa mexer na CLT que não afete diretamente o trabalhador. Essa expressão "flexibilizar" é mentirosa. Na verdade, quem flexibiliza de um lado, vai apertar do outro e a relação de trabalho é uma relação bilateral. De modo que, se você flexibilizar para o empregador, você estará apertando para o empregador, e vice-versa. Se você flexibilizar para o empregado, você poderá estar criando dificuldades para o empregador.

Sabedor disso, e tendo em vista os compromissos da própria biografia do Presidente da República, eu tenho a impressão que governo está encontrando algumas dificuldades em dizer a que veio nesta matéria trabalhista do Direito Individual. Não é a primeira vez que essa questão surge. Na verdade, o Direito do Trabalho não veio do nada. Ele é apenas a lei, dentro de uma tendência intervencionista, dentro de uma procura de um estado socialista, de um estado social, de um estado intervencionista. Então, ele é apenas um aspecto do Direito dentro de uma filosofia. Toda a vez que essa filosofia está na moda, avança. Toda a vez que essa filosofia sai de moda, procura fazer com que ela recue.

O próprio Direito do Trabalho surgiu quando nós tivemos um momento da história em que surgiu a Revolução Industrial. A produção crescia enormemente, o Império Britânico crescia gigantescamente, mas muito à custa do trabalho - externamente, com as suas guerras, e internamente com a exploração do trabalho absolutamente sem limite. Havia jornadas de 16 horas, contratavam o trabalhador e a família inteira etc. O Direito do Trabalho surgiu como reação a isso. Quer dizer, foi um movimento intervencionista para proteger o trabalhador.

De lá para cá, nós tivemos um avanço muito grande em todas as teorias intervencionistas. Vejam que o Direito do Trabalho surgiu e cresceu quanto veio o socialismo. Até a Igreja, que era uma força extremamente conservadora, veio com a Doutrina Social Católica e as Encíclicas Papais. Houve uma tendência intervencionista e aí vieram as constituições do mundo, após a primeira Guerra Mundial - a Constituição do México, a Constituição da Alemanha etc. Portanto, houve uma preocupação e o Direito do Trabalho surgiu porque havia uma tendência intervencionista.

De repente, cai o Muro de Berlim e nós passamos a uma outra fase na história. Há apenas uma grande potência, não tem com quem concorrer e surge o neoliberalismo. Alguém já disse que o neoliberalismo é o liberalismo sem a ética do liberalismo. O liberalismo ainda era uma proposta ética porque até que resultava de idéias que foram vitoriosas na Revolução Francesa e que trouxeram um avanço grande para o mundo. Mas agora, o neoliberalismo já traz um conteúdo de recuo e defesa de posições.

No Brasil, o primeiro ato do Governo Militar na área trabalhista, no Governo Castelo Branco, foi uma lei salarial que permitia a redução de 25% do salário quando a empresa comprovasse que não tinha condição de pagar. Foi uma primeira grande flexibilização que alterou substancialmente um princípio do Direito do Trabalho, que é fundamental, e que está no Art. 468 da CLT, que diz que uma das partes não pode alterar unilateralmente o contrato de trabalho. Nessa época, já se deu o primeiro passo. Essa lei não pegou muito porque era muito difícil de a empresa provar que não tinha condições econômicas, até porque, o Brasil entrou naquela fase do "milagre brasileiro" e não havia essa situação econômica.

Mas em 1967, ainda no Regime Militar, nós tivemos o problema do Fundo de Garantia. Eu acho que essa foi a grande flexibilização, a grande mudança no Direito do Trabalho. Por quê? Porque o Direito do Trabalho tinha uma característica fundamental, que era o protecionismo, a garantia jurídica. E ele passou a ser mercantilista. Ao invés da garantia do emprego, o empregado passou a ter uma compensação financeira. Esta é uma mudança de filosofia profundamente liberal do ponto de vista econômico. Com o dinheiro, pode-se fazer as coisas e sem dinheiro não se pode fazer as coisas. O objeto deixou de ser a estabilidade do emprego e passou a ser uma compensação financeira. A proteção era ter uma compensação financeira.

Como a Constituição de 1946 estava em vigor quando surgiu o Fundo de Garantia, e ela assegurava a estabilidade, não se pôde instituir o Fundo de Garantia por inteiro. Então, se fez o seguinte: o empregado é que optava. Mas é claro que essa opção passou a ser do empregador. Eu me recordo de um artigo do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho em que ele contava que era Presidente da Justiça do Trabalho e era professor de uma universidade aqui em Brasília. Ele dizia que ele foi chamado para optar. Quer dizer, ele que era o Presidente da Justiça do Trabalho foi chamado para optar, imaginem o que acontecia com o trabalhador normal. Então, na verdade, a opção não existia e acabou sendo afastada, de uma vez, pela Constituição de 1988, que deixou de assegurar a estabilidade e acabou com esta verdadeira farsa que era a questão de opção. E a Constituição de 1988, embora sendo uma Constituição de muito

conteúdo social, não pôde resistir a algumas pressões do mundo econômico e fez as suas flexibilizações. A principal delas foi o Art. 6 que estabeleceu que é possível a redução de salário por convenção coletiva. Deve ficar claro que flexibilizar direitos significa diminuir a proteção que o Direito está dando, não tem outro jeito. O argumento é que a lei trata igualmente uma empresa que fabrica mil carros por dia e uma empresa de fundo de quintal, que fabrica um parafuso por dia. Se o problema é só este, está resolvido. Através do contrato de trabalho, através do contrato individual, através do contrato coletivo, através de convenção coletiva, podem ser estabelecidas condições específicas. Caso haja algum choque dessas condições com a lei, que se faça como já se fez em outras ocasiões - uma lei específica dizendo o que pode ser modificado, ou não.

Ademais, há uma proposta que me parece que tende a ser vitoriosa, que é a proposta da CUT, em favor do desenvolvimento das convenções coletivas de trabalho. Eu acho que é realmente muito bom que se faça isso. A proposta da CUT é que se faça contratos coletivos de trabalho de âmbito nacional, articulados com contratos coletivos de trabalho de âmbito regional, ou de âmbito municipal, ou de âmbito estadual, precisamente para atender a essas peculiaridades das chamadas "pequenas empresas", ou pessoas, que tenham condições peculiares em determinados locais e que precisem ter essas questões disciplinadas por certos contratos coletivos. Esta é uma crítica que se faz à lei porque ela não poderia fazer essas especificações. Então, através desses contratos, regionais, estaduais e municipais, pode-se perfeitamente complementar as condições de trabalho, deixando a Lei assegurar os princípios gerais, como ela faz atualmente. Os princípios gerais são os da CLT. Quem pode mudar a CLT muda a Constituição porque a Constituição só garante a existência de um determinado direito. Mas, quem o quantifica, e portanto, dá vida, dá valor, é a Lei Ordinária. Então, quando alguém diz que se vai mudar apenas a Lei Ordinária, mas se vi preservar os direitos constitucionais, a pessoa que disser isso, ou está enganada, ou está enganando. Por quê? Porque os direitos que estão na Constituição não são direitos, são garantias de existência do direito. Por exemplo, a Constituição diz que garante o Fundo de Garantia, mas a Lei Ordinária é que estabelece que o percentual de 8%. Se puder mudar a lei, ela pode mudar para 0,2%, por exemplo, e acabou com o Fundo de Garantia.

Então, a grande proposta seria a manutenção da ordem jurídica como está. O Direito de Trabalho evolui porque a relação trabalhista caminha, nós não chegamos à perfeição e ainda falta muito a fazer, então, que se faça através de outras fontes do Direito, mas não precisa regredir porque temos que ir para frente e não para trás. Estou às ordens para qualquer outro esclarecimento. Obrigado.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Vou passar a palavra ao nosso Deputado Ribamar Alves que é um dos membros da Comissão da Reforma Trabalhista e Sindical na Câmara dos Deputados. Ele é um membro do nosso Partido que está bastante empenhado em discutir e extrair o conteúdo do Partido e dos movimentos sociais para que ele exerça com brilhantismo o seu papel nessa Comissão. Com a palavra, o Deputado Ribamar Alves.

Deputado Ribamar Alves - Debatedor: Eu quero cumprimentar o Joilson que está presidindo esta Mesa e o eminente Professor Cid pela sua brilhante exposição. Na Comissão da Reforma Trabalhista, nós temos tido um bom relacionamento com o Deputado Vicentinho, que é o Presidente, o Deputado Maurício Rands, que é o 1° Vice-Presidente, e o Deputado José Chaves, que hoje está no PTB, e é o Relator desta Comissão Especial. Nós temos feito várias audiências públicas para discutirmos essas questões com o Ministro do Trabalho, com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Estivemos com as Centrais Sindicais e, por último, no mês passado, tivemos um debate no Seminário Internacional da OIT, em que estavam presentes vários sindicatos do mundo todo.

A pergunta que o Dr. Cid colocou - "O que é que o Governo quer?" - é a pergunta que nós nos fazemos na Comissão. A Comissão foi constituída para estudar toda a matéria existente no Congresso que diz respeito à Reforma Trabalhista e Sindical. Nós estamos estudando tudo o que existe no Congresso, mas não veio ainda, por parte do governo, a sua proposta de modificação na Reforma Trabalhista, nem na Sindical. De todas as Comissões que estão no Congresso, a Comissão Trabalhista talvez seja a que mais independência possa ter porque é a vai ter menos interveniência do governo e vai funcionar mais como árbitro e não como determinante. Essa Comissão vai mais ver a classe trabalhadora e a classe empresarial.

Nós temos uma dificuldade grande porque o Governo Federal está perdendo um pouco o bonde da história porque deveria, neste primeiro ano de mandato, fazer as reformas que são necessárias para melhorar o país. Infelizmente, a Reforma Previdenciária e a Reforma Tributária tomaram o espaço o ano todo, talvez pelos próprios atropelos do governo em não saber o que queria, o debate foi pouco dentro do Congresso e longo. Foi pouco, porque faltou a participação popular; e longo, porque os próprios partidos começaram a ter as suas divergências internas. Nós mesmos, do PSB, através da coordenação da Deputada Luiza Erundina, fizemos vários seminários sobre todos os temas, fizemos várias discussões internas, e não conseguimos chegar a um consenso. Os únicos partidos que tiveram voto fechado foram o PPS, que votou com todas as reformas do governo, e o PDT que votou contrário.

Na questão da Reforma Trabalhista, eu falei que o Governo está perdendo o bonde da história porque este ano a reforma não vai sair. No ano que vem é um ano eleitoral e o PT, por ter na sua própria formação no Partido dos Trabalhadores e no Movimento Sindical, não vai colocar essa reforma para ser tratada no ano que vem. O governo já disse, em alto e bom tom, que não vai colocar essa questão em pauta no ano que vem porque não quer perder os votos dos trabalhadores que ele ainda tem, principalmente no ABC Paulista. Sinalizam em remeter para o Congresso a Reforma Sindical.

Na própria Comissão não existe ainda nenhum modelo de Reforma Sindical. Nós não temos nenhuma proposta da Comissão, como não temos nenhuma sinalização do governo. Todos nós sabemos que o Movimento Sindical no Brasil se iniciou nos primeiros anos do século passado, que foi quando a indústria brasileira iniciava o seu crescimento. A mão-de-obra era barata demais, oriunda do êxodo rural e dos imigrantes que chegavam aqui no país, principalmente os anarquistas europeus que pregavam uma liberdade total de associação. Imperava o pluralismo sindical e as greves eram freqüentes, especialmente nos meados do séc. XX. Quando se implantou a Ditadura Vargas, o modelo corporativista, baseado na "Carta del Lavoro", deu total ênfase ao controle estatal, que se sustentava sobre dois pilares: reconhecimento sindical pelo Estado e o sistema confederativo. Já a Constituição de 88, tentou resgatar a liberdade para o sindicalismo brasileiro. Ela estabeleceu o princípio da liberdade de associação e a expressa proibição do Estado de interferir na organização sindical, ressalvado o registro do órgão competente. Esse já foi um avanço.

Ao mesmo tempo, a Constituição de 88 manteve dispositivos que enumeram uma série de restrições que devem ser obrigatoriamente observadas pelo Movimento Sindical Brasileiro. São elas: a unicidade sindical; a sindicalização por categoria; e a base territorial mínima. Juntamente com a contribuição sindical, esses são os temas de maiores debates quando se fala em qualquer movimento de Reforma Sindical. Os temas principais são a unicidade sindical e a contribuição sindical obrigatória.

Eu conversava anteriormente com o Dr. Cid que aqui eu expressaria o meu pensamento. Nós não temos um pensamento do Partido. Hoje foi até questionado porque o Partido não teve um debate interno, junto com os delegados e o Diretório, para tirar uma posição partidária. A posição que vou expressar aqui é minha, pessoal, e poderei revê-la, desde que haja um seminário específico, em que o debate seja amplo no Partido, e que a gente possa, a partir daí, tirar o convencimento do movimento sindical do Partido para tomarmos uma posição partidária.

Em relação à Reforma Sindical, nós somos favoráveis ao pluralismo

sindical e também a acabar com a obrigatoriedade da contribuição sindical. Nós nos baseamos no fato de que a obrigação da contribuição sindical favorece, e muito, a perpetuação de grupos que formam sindicatos a seu bel prazer, à sua vontade, ficando no poder pelo resto da vida. São oligarquias para sempre, ditaduras permanentes. Somos favoráveis ao pluralismo sindical porque no Brasil existem hoje 6.000 sindicatos para serem liberados pelo Ministério do Trabalho. Nós acreditamos que no pluralismo sindical, a priori, nós vamos ter uma avalanche de sindicatos porque essa é uma cultura renovada. Mas, não havendo a contribuição sindical obrigatória, o trabalhador vai querer ir para o sindicato mais fortalecido, que tem maior representatividade, que lhe oferecer maiores garantias. Essa é a razão pela qual nós acreditamos que os sindicatos vão acabar ficando restritos a bem poucos sindicatos porque o próprio trabalhador vai saber filtrar, purificar e, através da sua luta, vai saber para onde deve se direcionar. Esta é uma posição pessoal.

Nós trouxemos também a proposta de Emenda à Constituição que o Deputado Vicentinho e o Deputado Maurício Rands deram entrada na Mesa da Câmara dos Deputados, em que ele institui a liberdade sindical, alterando a redação do Art. 8° da Constituição Federal. Ele fala que as organizações sindicais, representativas dos trabalhadores e empregadores, podem se organizar a partir do local de trabalho e constituir federações confederações, centrais sindicais, e a elas se filiarem. E qualquer uma dessas organizações pode filiar-se a organizações internacionais de trabalhadores e empregadores. Ao sindicato, federação, confederação ou central sindical cabe a defesa dos direitos de interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores, inclusive, como substituto processual em questões judiciais administrativas. O empregador fica obrigado a descontar em folha de pagamento e recolher às organizações sindicais, as contribuições associativas, as contribuições para o custeio do sistema confederativo, e as contribuições de fortalecimento sindical, ou similares, que sejam aprovadas pela Assembléia Geral representativa, de acordo os respectivos estatutos. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do registro de candidatura a cargo de direção ou representação sindical, inclusive, como representante do local de trabalho. Se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Esta proposta de emenda à Constituição recebeu um amplo número de assinaturas e foi muito bem recebida no Plenário do Congresso. Na Comissão da Reforma Trabalhista, ela teve praticamente a unanimidade dos participantes de todos os partidos, aceitando, de bom alvitre, essa iniciativa da pluralidade sindical.

Eu vou concluir aqui para poder dar mais espaço para a discussão. O debate vai ser mais importante do que a nossa fala.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Obrigado. Eu queria agradecer ao nosso Deputado Ribamar. Há uma grande disposição dos companheiros para esse debate. Ontem, foi realizado o IV Congresso Nacional Sindical, e foram abordados alguns pontos, que também foram focados pelos palestrantes aqui. Nós estamos aqui com vários dirigentes nacionais da Coordenação Nacional do Movimento Sindical do PSB e seria bom que esses companheiros, nas suas intervenções, tentassem passar um pouco do relato dos pontos que os sindicalistas consideraram como pontos consensuais, no debate ontem sobre a Reforma Trabalhista e Sindical. Eu pediria a atenção dos companheiros que são da Direção Nacional da Coordenação do Movimento Sindical para essas questões.

Francisco Nogueira: Eu tenho uma sugestão de encaminhamento. Eu queria que, antes da intervenção, o próprio companheiro Vicente Selistre, poderia fazer um esclarecimento em cinco minutos para esclarecer o que foi passado por consenso na reunião de ontem.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: A Mesa acata o encaminhamento em função do acúmulo de discussão que a Coordenação Nacional já possui. Então, eu gostaria de solicitar a presença do Vicente Selistre para fazer apenas um relato sintético.

Vicente Paulo Selistre: Companheiro Joilson, Dr. Cid, Deputado Ribamar, companheiros de luta do movimento sindical. Entendo como sendo esse um momento rico e histórico dentro do Partido Socialista, que aprofunda o debate com a base sobre questões importantes que influem na vida dos trabalhadores. Nós vivemos um momento histórico. De um lado, de esperança com o novo poder e, de outro lado, com preocupação e algum desencanto sobre o que vem por aí.

Sobre a Reforma da Estrutura Sindical, ontem, o nosso congresso encaminhou essa questão da seguinte forma: existe uma tese do movimento, que está no Caderno de Teses do Congresso Nacional do Partido, e que, de forma sintética, clara, em tópicos, coloca a questão trabalhista e sindical. Nós tivemos unanimidade no encaminhamento pela unicidade sindical. Isso foi baseado no debate que se faz e nos relatos de vários companheiros que demonstraram o claro receio da pulverização da ação sindical. Diversos relatos havidos no Rio Grande do Sul e aqui mencionaram experiências de outros países que levaram a uma pulverização, ficando os sindicatos sem força, e levando a uma centralização de decisões.

No Brasil, há claramente duas centrais e o próprio governo, que estão canalizando suas vontades nessa questão da estrutura sindical. Isso constitui

uma preocupação porque a central, numa visão européia e até americana, quer descentralizar os recursos financeiros e também o poder de negociação, inclusive, numa substituição processual, como o companheiro relatou a respeito da emenda proposta pelo Vicentinho.

Já nessa questão começam a surgir dois pontos de divergência sobre a representação sindical - por categoria profissional, ou por ramo de atividade econômica. Há ainda outra divergência sobre o custeio do sindicato. Há ainda um debate estabelecido na nossa base de avançar e ter o apoio e o comprometimento da bancada federal de nos acompanhar. Ontem nós tivemos um congresso aqui reunindo cerca de 100 companheiros, houve congressos em 15 estados e esse debate tem sido intenso. Nós queríamos essa parceria. Na questão sobre o custeio do sindicato, há uma tese que preserva o imposto sindical, mas que não fechou o debate sobre o custeio. Vai haver um outro seminário específico deliberativo sobre essa questão. Há uma outra tese que entende que o imposto sindical pode ser retirado e pode ser criada uma outra contribuição de classe porque o trabalhador que não é sindicalizado também é beneficiado com a negociação coletiva. Hoje, o Supremo Tribunal Federal do nosso país, de forma equivocada, e extremamente tendenciosa, criou uma súmula que diz que a contribuição confederativa, prevista na lei maior do país, decidida em assembléia geral, descontada em folha de pagamento, é só para sócio. Dizem que cobrar de quem não é sócio é ferir a liberdade sindical. Isso é um absurdo porque, no Inciso V, diz que ninguém é obrigado a se filiar, ou permanecer filiado, em sindicato. Esse é um comando negativo. A disposição não devia ser assim. Mas aquilo ali é sobre a contribuição associativa, que para nós é o custeio do sindicato por excelência. Liberdade sindical é aquilo que já está antes, no Inciso I, que fala da autonomia dos sindicatos e da não intervenção estatal. O STF, de forma tendenciosa mesmo, acabou atrapalhando a contribuição confederativa que, para nós, é por excelência o futuro para substituir a contribuição sindical. Então, nós entendemos que essa é a regra de transição que precisamos. E a pluralidade não. Nós podemos conseguir uma regra de custeio decidida em assembléia para substituir o imposto sindical que é limitado. Há uma tendência nesse sentido porque é pouco o valor necessário para custear um sindicato combativo. Então, os combativos entendem que isso pode ser modificado, mas por outro lado, querem ter segurança na contribuição confederativa, de classe. Acham que isso vai ser uma transição para tirar os pseudo-sindicalistas do nosso meio. Isso está correto, porém, a pluralidade - passando o poder para federações e confederações centrais - pode nos trazer alguns complicadores lá na base. Eu concluo dizendo que nós temos empresas de cinco ou dez funcionários na nossa categoria. Como é que vai dar estabilidade para esse povo? Como é que fica a representação da pequena empresa? Como

fica a questão do custeio desses sindicatos locais? Na verdade, eles vão estar vinculados a um sindicato maior que pode, num contrato nacional de trabalho, ter prejuízos. Hoje, lá na base, nós podemos conseguir avanços melhores, num debate direto com a base. É por isso que os sindicatos locais ainda devem permanecer e a transição deve se dar no custeio dos sindicatos.

O que se tem de debate é isso, e nós queremos fazer as conclusões junto com a bancada, em debates específicos, com o comprometimento e a parceria da nossa bancada federal. Obrigado.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Vou passar a palavra ao Dr. Cid, que vai dar um esclarecimento.

Cid Riedel - Expositor: Eu queria só relatar uma coisa a respeito dessa decisão do Supremo, porque eu acho que ela é catastrófica. Inclusive, há um estímulo a não suprimir o imposto sindical. Mas há um desdobramento nisso aí. O Supremo tem algumas decisões que faziam uma distinção entre a contribuição do Art. 8° da Constituição e a contribuição da CLT. O TST não fazia essa distinção. O TST diz que qualquer contribuição é só sobre o associado. Isso foi para o Supremo. Mas o Supremo tem algumas decisões em que ele aplica esse raciocínio só para uma delas, não aplica para outras. Então, com base nisso, eu estou interpretando que ele está exigindo que seja do associado, apenas uma determinada contribuição, aquela que a Súmula se refere expressamente - a do Art. 8°. Então, eu estava dizendo ao Deputado Ribamar que é preciso fazer uma lei expressa para revogar essa Súmula. Caso contrário, não há nenhuma possibilidade de tirar o imposto sindical. E uma corrente forte acha que ele deve ser tirado. Eu queria só esclarecer isso porque essa discussão está continuando no Supremo.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Vamos prosseguir com as inscrições. O primeiro a falar é o Clóvis Correa, de Pernambuco, e em seguida, o companheiro Benedito Rildo, do Pará.

Clóvis Correa: Eu quero cumprimentar a Mesa e os palestrantes, o Deputado Ribamar e o Cid Riedel, e me apresentar aos meus queridos colegas e companheiros de Partido. Eu sou Juiz do Tribunal Superior do Trabalho de Pernambuco. Fui Presidente de todos os Tribunais de Trabalho do Brasil, no Colégio de Presidentes, e tive o privilégio de ser o único Presidente do Tribunal a levar a Justiça do Trabalho para os bairros. Recife e Jaboatão são as únicas cidades do país que têm a Justiça do Trabalho descentralizada. De forma que, eu estou fazendo essa apresentação para que os senhores não tenham a minha interferência como descabida, como prejudicial ao trabalhador.

Mas me preocupo com essa avalanche de reclamações trabalhistas. Nós temos 2,5 milhões de reclamações trabalhistas por ano. Isso é bom para o

trabalhador? Mais de 50% do orçamento da Justiça Federal é gasto com a Justiça do Trabalho, em torno de 52%. Isso é bom para a União, bom para o trabalhador? Os empregados me procuram constantemente para falar sobre processos que estão há 8 ou 10 anos na Justiça do Trabalho. Isso é bom para o trabalhador? Eu me questiono. São direitos que nunca deveriam ter sido surrupiados do patrimônio daquele trabalhador, e no entanto, o empregador joga para a Justiça do Trabalho e fica essa lentidão.

Há necessidade de nós enfrentarmos esse problema e darmos o pontapé inicial. Será justo que uma empresa que tem até 10 funcionários, tenha as mesmas obrigações, o mesmo detalhamento que a Justiça do Trabalho impõe que uma Volkswagen, que uma Chevrolet, que uma Mercedes Benz. Serão que é justo isso? Será que é justo uma pequena empresa de até 10 empregados cumprir todo esse detalhamento e essas parcelas que existem e que basicamente só servem para dar bons salários aos juízes e boas remunerações aos advogados? Será que é justo isso?

Então, meu caro palestrante, eu quero aproveitar essa oportunidade para propor que nós tenhamos um critério diferenciado para as empresas que tenham até 10 funcionários e que o faturamento dessa empresa não exceda 1 milhão e duzentos mil reais por ano, porque, às vezes, pode ter uma microempresa com dois ou três funcionários, que trabalhe com informática por exemplo, e que tenha um faturamento extraordinário. Esse tratamento seria dado apenas para as empresas até 10 empregados, que cumpririam apenas com esse pagamento do salário hora. Porque é um detalhamento terrível. Existem 62 formas dos empregados questionarem os seus direitos na Justiça do Trabalho. Essa era a minha observação. Muito obrigado.

Benedito Rildo: É mais uma vez um prazer poder estar aqui com vocês e poder participar desta Mesa. É importante a gente fazer algumas contribuições no sentido de fazer uma rememorização dos fatos que acontecem. A gente fala muito da questão da justiça e dos fatos que acontecem no dia a dia com relação à Justiça do Trabalho, mas nas nossas cidades, nas nossas sedes sindicais, a gente passa por situações que eu vou relatar agora e que acontecem quase no Brasil todo.

É a situação das DRTs que, muitas vezes, são usadas como instrumento contrário, e deveriam servir como braço de apoio para garantir os direitos dos trabalhadores. No nosso estado, nós temos diversas cidades, ou até mesmo na capital, onde o trabalhador chega da DRT para averiguar a sua situação funcional e os seus direitos e os funcionários orientam o trabalhador a fazer carta de desfiliação do sindicato, ou aconselhando a cancelar a contribuição confederativa, e assim sucessivamente. Então, uma proposta que a gente encaminharia ao

nosso Ilustre Deputado, para que fosse defendida lá no Congresso, seria que fosse garantido, junto ao Ministério do Trabalho, uma maior condição para que as próprias DRTs tivessem condições melhores de fiscalização nos municípios, uma melhor instrumentalização do trabalho e que fossem garantidos os nossos direitos e não que as DRTs fossem tirar aquilo que nós já conquistamos a duras penas.

Com relação à questão da contribuição e do pluralismo, o nosso companheiro Selistre já foi muito feliz em ler o que nós discutimos e a gente espera que a nossa Base Parlamentar lá na Câmara Federal haja, intransigentemente, defendendo e garantindo os nossos direitos. Basta somente que se garanta o que já se tem. Os sindicatos lá nos nossos estados vão estar garantindo a nossa luta, mas a gente precisa de um instrumento legal para estar do nosso lado, e quando a gente pensa que tem uma DRT do nosso lado, é o contrário, temos um inimigo. Então, o que a gente precisa de um braço forte de apoio para ter a luta garantida.

Edson Pereira da Silva: Boa tarde a todos. As contribuições sindicais entram na verba dos sindicatos através do desconto em folha dos salários dos trabalhadores. Tem muitos trabalhadores que não sabem que aquele imposto sindical vai para o sindicato. Lá em Teresina, por exemplo, o Presidente do Sindicato dos Rodoviários está a frente do Sindicato há seis anos. Ele era o Presidente e agora é o Tesoureiro. Ou seja, ele é dono do trono. É igual à monarquia de D. Pedro I, de pai para filho. Ele não abre exceção para ter um concorrente. O Sindicato monopolizou tudo com um falso Estatuto.

Agora sobre a questão do desconto em folha e redução dos sindicatos com o tempo, eu fico até indeciso. Eu faço parte do Sindicato dos Rodoviários. Se o meu sindicato enfraquece, eu vou procurar outro sindicato, que não vai atender à minha categoria. E as multas são um grande problema. E sem sindicato, a gente não vai para frente não. Nós estamos todos reunidos aqui, mas se a sala começar a esvaziar, nós vamos terminar a reunião sem ter ninguém. Aqui tem companheiros do Sindicato dos Sapateiros, do Sindicato dos Médicos, do Sindicato da Construção Civil, todos têm seus defensores, mas nós deveríamos ter mais cautela com os sindicatos. Obrigado.

Dulcinelia Carneiro Morais: Boa tarde a todos os companheiros e companheiras. Nesse debate da Reforma Trabalhista, eu acho que a questão principal é os capitalistas quererem destruir, de forma acintosa, o movimento sindical brasileiro. Eles querem desestruturar todos os sindicatos, criando sindicatos por esquina, nas coxas, sem consultar sequer as lideranças locais, sem dar o direito de defesa para o sindicato que está lá na região, batalhando para garantir os direitos dos trabalhadores.

Nós achamos que a questão da unicidade sindical é fundamental e defendemos a contribuição sindical porque essa história de dizer que o imposto sindical é para a manutenção de pelego é conversa fiada porque pelego sempre vai existir e o empresário sempre vai investir naquele sindicato que ele dominar. No Estado de Pernambuco, há vários sindicatos criados pelos empresários para pulverizar, mais uma vez, precarizar as relações de trabalho e enfraquecer o movimento sindical. O trabalhador não é coitadinho nem precisa de pena de ninguém. Quando ele quer derrubar o sindicato, ele vai lá, mete bronca, derruba o Presidente do Sindicato. Agora, o cabra tem que estar organizado na sua base para fazer isso. Não vai ser pulverizando sindicatos que vai destruir pelego, nem acabar com patrão não. A gente vai destruir patrão é metendo bronca e organizando a classe operária. Não é dividindo os trabalhadores nem precarizando as relações de trabalho.

Nós estamos muito preocupados com essa questão e queremos que o Partido tenha uma presença dentro do Congresso Nacional para defender os verdadeiros interesses da classe trabalhadora. Quem defende o fim do imposto sindical são os mesmos que descontam dos funcionários públicos, sem sequer pedir licença. Sindicato tem que ter dinheiro para fazer greve, para fazer confusão e para garantir o direito dos trabalhadores.

Rinaldo Evangelista: Nós estamos discutindo a questão da Reforma Trabalhista desde ontem. Como tem um advogado aqui, que é o conhecedor das leis, eu queria saber o seguinte: a CLT também é baseada na Constituição Federal. Fala-se aqui na questão da contribuição sindical e da Reforma Trabalhista. Agora, eu queria saber realmente até que ponto os trabalhadores estão tendo os seus direitos negados. Quando se fala em flexibilidade, o próprio sindicato, em nenhum momento, trabalhou essa questão para explicar ao trabalhador o que é flexibilidade.

Um outro ponto importante é a questão das notificações. Quando as empresas da esfera pública têm notificações, a coisa fica obsoleta, há uma grande morosidade e a gente acaba não tendo nenhum retorno. Nós temos ações aqui em Brasília há 8 anos.

Uma outra coisa séria é essa questão do FGTS. A empresa que eu trabalho, por exemplo, há 60 meses que não deposita o FGTS, e quando os trabalhadores são demitidos não tem dinheiro lá. Então, eu queria que o advogado ali respondesse porque eu sou um ignorante nessa área. Agradeço a atenção. Obrigado.

Luis Batista Bruno: A cultura do nosso operariado nos leva a acreditar que a pessoa que é contra o desconto do imposto sindical, destinado a manter

as entidades sindicais, é contra o próprio trabalhador. Primeiro, eles têm que ser contra os governos que não deram a cultura suficiente aos trabalhadores brasileiros para que eles tivessem consciência que eles teriam que ter uma entidade de classe para defendê-los perante os seus algozes. É muito fácil dizer que o trabalhador tem que se organizar e lutar. Lutar como? A faca contra o queijo? A faca contra o doce? Nós somos sempre o doce e o queijo e eles vêm com o facão cortando o nosso pescoço. Então, temos que ter muito cuidado. Nós temos que pedir ao Ilustre Deputado que veja isso com muito carinho porque nós acreditamos no Governo Lula, elegemos o Lula, e hoje nos dói quando nós vemos o Lula assinando acordo com o FMI, quando o Lula abraça os empresários para sacrificar o trabalhador. Ele esqueceu as suas origens.

Se o governo quiser acabar com a contribuição sindical, ele pode acabar, mas antes, tem que criar uma alternativa para que as entidades sindicais que defendem os trabalhadores continuem vivas. Caso contrário, será a extinção de todos os sindicatos no país, mesmo daqueles sindicatos que vivem à custa do capital internacional. Esses vão sobreviver porque não são mais que uma meia dúzia.

Eu queria falar para o companheiro de Pernambuco que primeiro se reportou a nós aqui. É o estado onde eu tenho orgulho de ter nascido, na minha cidade de Caruaru. Eu queria dizer que é obrigação do governo fazer com que os empresários cumpram a lei da obrigatoriedade do Fundo de Garantia. Do mesmo jeito que nós somos punidos, demitidos por justa causa, quando a Justiça do Trabalho determina que se trata de uma falta cometida pelo trabalhador, é preciso que o governo faça esses maus empresários cumprirem as suas obrigações. Essa é que é a obrigação do governo.

Para encerrar, eu queria dizer que a decisão do Supremo Tribunal é equivocada e mal intencionada. É equivocada porque a Lei 7855/89 obriga as entidades sindicais a atender o trabalhador não sindicalizado quando ele recorre à Justiça do Trabalho. As Delegacias Regionais mandam o trabalhador com uma carta e a Lei 7855 determinando que o Sindicato é obrigado a atender àquele companheiro. Isso é um incentivo a à não sindicalização porque a Lei 7855, que quer acabar com a contribuição sindical, obriga os sindicatos a atender esses trabalhadores. Então, os sindicatos vão acabar porque, como vão poder manter um corpo jurídico para atender os trabalhadores se não recebem a contribuição sindical? Vamos pedir ao nosso Ilustre Deputado que defenda que nós temos que ter a contribuição sindical obrigatória para a nossa sobrevivência.

Cid Riedel - Expositor: Eu vou fazer uma rápida síntese de todas as perguntas. Vou começar com o Dr. Clóvis. Eu acho que a sua observação é

válida. Inclusive, a única coisa que eu acho procedente nessas críticas dos defensores da flexibilização é o problema de tratar todo mundo igualmente. Agora, a solução me parece outra. Nós não podemos pensar em suprimir direitos porque o volume de processos é muito grande. A solução seria mais ou menos como matar o doente para resolver o problema da doença. Nós precisamos é descentralizar a Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho demora porque no caso de uma divergência de uma cláusula de um contrato de trabalho de uma empresa, que interessa só àquela região, a questão vem ser dirimida aqui em Brasília. E Brasília é que demora. Eu vim para Brasília no 2° semestre de 1972 e São Paulo tinha 11 Juntas de Conciliação e Julgamento, hoje tem mais de 70. E o Tribunal tem o mesmo número de Ministros. Aliás, tem até menos porque não temos mais os Juízes Classistas.

Então, na verdade, o que existe é uma concentração de poder. E o TST não quer abrir mão disso. Eles querem fazer Súmula Vinculante, quer dizer, diminuir o número de processos, mas continuar com o mesmo poder. O que nós precisamos fazer é exatamente descentralizar esse poder. Eu vi todo mundo falando no problema na demora da Justiça. A demora decorre da descentralização. Ontem, eu disse isso aqui. O problema é que a Justiça do Trabalho é tão centralizada quanto é o país, porque o país é centralizado. A Justiça do Trabalho, especialmente o TST, quer manter o poder e com isto tudo vem para Brasília. A descentralização solucionaria esse problema. Vocês podem estar certos que não são essas pequenas ações das pequenas empresas que dão bons honorários. Inclusive, essas causas entopem a Justiça do Trabalho; isso teria que ser resolvido lá. Agora, acontece que vem tudo para cá e há toda essa demora.

Em relação às outras questões levantadas pela Dulcinéia, que combate a pluralidade, pelo Bruno, que defende o Imposto Sindical, eu sou a favor de encontrar uma altiva para o Imposto Sindical. Eu acho que o Imposto Sindical realmente não é bom, mas eu também não acho que se deva tirar. Se ele sustenta algum picareta, eu prefiro que algum picareta sobreviva, que levar ao fechamento dos sindicatos atuantes. Mas na proposta do Deputado Vicentinho, há uma proposta de substituição progressiva, de até cinco anos. Até acho que não precisa tanto. Eu acho que o Imposto Sindical estimula a inércia, mas nem todos são inertes, portanto, me parece que a solução é arrumar outra fonte de renda e não abdicar de uma fonte de renda que está se tornando única, infelizmente.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Nessa modalidade de agrupamento das intervenções a cada cinco, nós vamos pedir que também os nossos palestrantes façam um esforço de também tentar se expressar em três minutos. Eu sei que é difícil.

Deputado Ribamar Alves - Debatedor: Não é muito difícil porque muitas opiniões são convergentes. Eu só quero salientar, para todos os que vieram aqui à Tribuna, o apoio e o comprometimento da Bancada do PSB. Quando eu falei no início, eu disse que essa era uma opinião pessoal minha, não era a posição do Partido, ressaltando que eu achava que nós fizéssemos um seminário específico para tomarmos uma posição da Bancada, apoiada pelo Partido, tanto no seminário, quanto pelo Diretório Nacional, que é o órgão superior da Direção Partidária. Eu estou aberto à discussão e para tirar uma posição partidária. Eu sou tão partidário que, na Reforma Política, sou a favor da fidelidade partidária. Acho que se o deputado quiser trocar de partido, pode ir para o novo partido, mas o mandato fica.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Eu queria fazer apenas um aparte, Deputado. Eu queria dar o nosso testemunho da prática em cima do princípio que o Ribamar está levantando. Eu tenho freqüentado muito o Maranhão para relatar para a Executiva Nacional o desenvolvimento do nosso Partido no Maranhão. Eu quero dar aqui um testemunho da firmeza da construção do Ribamar junto às bases partidárias do Maranhão. Nós, os dirigentes do PSB, nos orgulhamos muito da sua vitória eleitoral e do exercício do seu mandato. Você tem desenvolvido um mandato que nos orgulha bastante e honra o Partido Socialista Brasileiro.

Deputado Ribamar Alves - Debatedor: Obrigado pelas homenagens. O principal problema aqui é a unicidade sindical. O Dr. Cid também acha que ela é decorrente da contribuição obrigatória. Nós somos favoráveis em retirar a contribuição sindical obrigatória, mas não retirar pura e simplesmente. Deve haver um substituto para que os sindicatos reais possam sobreviver;e que se coíbam os sindicatos pelegos, os sindicatos formados por patrões para usar o trabalhador como massa de manobra. É isso que nós somos contra. Nós não somos contra a existência dos sindicatos. Nós sabemos que os sindicatos têm que ter condições financeiras de sobrevivência. Não tem como pagar aluguel, pagar luz, pagar telefone, mobilizar advogados, transporte, deslocamento. Tudo isso requer muito dinheiro. Eu sei porque eu faço parte desse grupo. Agora mesmo no Maranhão, foram presos cinco companheiros rurais. O sindicato não tinha dinheiro e eu mandei fretar um ônibus para levar os trabalhadores rurais em São Luís e ocupar o INCRA e o ITERMA. Na próxima quinta-feira eu estou lá com eles.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Vamos dar continuidade, então, aos próximos cinco delegados que irão fazer suas intervenções. Eu vou convidar o Vicente Selistre para me substituir na Mesa porque eu tenho que fazer algo que ninguém pode fazer por mim. Então, eu

queria que o companheiro Vicente Selistre, que foi eleito ontem, membro do Diretório Nacional do PSB, viesse me substituir aqui na Presidência dos Trabalhos da Mesa.

Roberto Henriques: Boa tarde à Mesa e aos companheiros. Eu sou da Delegação do Rio de Janeiro, sou dirigente do Sindicato dos Profissionais de Educação. Eu me espelho na liderança do companheiro Joilson que tem formado a nossa concepção política em relação à participação do nosso grupo dentro do movimento sindical, em relação aos profissionais de educação no Rio de Janeiro. É um sindicato altamente combativo, porém, há grandes divergências, devido à questão da proporcionalidade de Cláusula de Barreiras. Nós somos um grupo pequeno, porém, temos trabalhado efetivamente e levantado a bandeira da SSB dentro daquele sindicato. Eu me preocupo muito quando alguém levanta a questão da pluralidade sindical. Se tivermos vários sindicatos defendendo uma mesma categoria, nós podemos cair num erro muito grande. Por exemplo, nós não podemos esperar para ver qual é o sindicato que vai ser mais combativo. Eu acho que devemos defender a unicidade sindical. No Sindicato dos Profissionais da área de Educação, nós temos um discurso de representar todos os profissionais de educação. Não são apenas os professores, mas também a merendeira, o porteiro etc., porque todos fazem parte do processo educativo dentro de uma escola; todos são profissionais; todas geram riqueza, geram lucro. Então, não tem como negociar a questão da unicidade. Devemos lutar pela unicidade sim.

Eu também coloco a questão da contribuição sindical como uma coisa visceral porque numa cultura de um país onde o trabalhador não acredita mais nas instituições, nos governantes, ele não vai pegar o seu dinheiro para contribuir com o sindicato. Então, temos que lutar pela manutenção da contribuição sindical. Ela é que vai garantir o instrumento de luta e defesa dos trabalhadores que são oprimidos e massacrados por essa burguesia. Eu não acho que haja um inchaço de reclamações trabalhistas. Eu acho que os empresários não respeitam a quem produz, quem gera riqueza. Então, eu acho que devemos agilizar a Justiça do Trabalho, devemos descentralizar a Justiça do Trabalho para que possamos atender de fato às necessidades e reivindicações dos trabalhadores.

Por fim, eu quero colocar que, nem sempre, as Normas Regulamentadoras são cumpridas dentro das empresas. Então, é dever do Poder Público fiscalizar para proteger o trabalhador, garantindo a integridade física e a saúde do trabalhador. Esses pontos jamais poderão ser negociados. Cabe a cada um de nós, no nosso ambiente de trabalho, na nossa comunidade, estar levantando essas bandeiras em defesa da unicidade sindical, da contribuição sindical e da necessidade de a gente estar dentro dos sindicatos, enquanto partido político, levantando a nossa bandeira da SSB. Obrigado.

Vicente Paulo Selistre - Coordenador: Obrigado ao companheiro Roberto Henriques. Passo a palavra ao companheiro Antonio Nascimento, da valorosa Delegação do Piauí. Volta a assumir a Mesa o nosso companheiro Joilson.

Antonio Nascimento: Eu queria agradecer à Mesa Diretora. Eu vou falar em nome dos sindicatos que não desempenham o seu papel e que não têm nada a ver com a vinculação da representação legal entre o sindicato e a sua categoria. Os Estatutos dizem que os sindicatos são constituídos para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria. Diz também que a chapa que tiver 50% dos votos e mais um recebe também a legitimidade de conduzir o futuro e o destino da categoria por um determinado tempo. Entretanto, no caso do Presidente não cumprir a sua devida função, não diz que penalidade ele deve sofrer. Nos sindicatos autônomos, há presidentes que ganham as eleições, separam um grupo de 200 pessoas e colocam sempre em dia aquelas fichas. Aí, quando o sindicato lança uma chapa para concorrer com eles, só valem os 50% dos votos daqueles associados que estão devidamente em dia com o pagamento. O resto está inadimplente, os 200 que estão com o pagamento em dia são do grupo dele. Então, ele é sempre eleito. A autoridade máxima é a Assembléia Geral. Convoca-se a Assembléia Geral, mas se consideram 3% dos associados que estão com o pagamento em dia. É tudo dele. Assim, ele se mantém no poder e não vai sair de lá nunca. Existe um grupo interessado em lançar um sindicato para defender os direitos coletivos dos associados. Nesse caso, como não existe uma legislação e uma fiscalização que force os sindicatos a prestar contas aos Conselhos de Federação, que muitas vezes não existem, precisamos de uma pluralidade nos sindicatos. O que for melhor em campo, vai ganhar o jogo. Eu estou falando isso, no caso de não existir uma fiscalização sindical que force o sindicato a fazer uma prestação de contas ao seu Conselho Federativo. Eu conheço presidentes de sindicatos que estão no poder há 20 anos e não vão sair nunca. Eram essas as minhas considerações. Obrigado.

Francisco de Melo: Bom dia a todos. Para nós é uma grande satisfação de nós termos o Deputado Ribamar Alves no nosso Partido. Eu considero que ele não é apenas um Deputado do Maranhão, mas sim do Partido Socialista Brasileiro de todo o nosso país. Eu fiquei bastante preocupado depois que ele fez o seu pronunciamento com relação à pluralidade sindical. No nosso estado, nós sindicalistas já discutimos essa questão por várias vezes e, principalmente os sindicalistas da área rural, chegaram à conclusão que o melhor para eles é a unicidade sindical. Mais de 80% dos sindicalistas rurais do Estado do Maranhão decidiram pela unicidade sindical. Isso vai fazer com que, no próximo ano, nós

possamos garantir a continuidade dos nossos companheiros na nossa Federação. Hoje, o Presidente da Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Estado do Maranhão é o companheiro Domingos Paes. É uma pessoa que tem batalhado muito em defesa da nossa categoria. Eu quero dizer para esta Plenária que o Deputado Ribamar sempre ouviu o nosso movimento no Estado do Maranhão, sempre esteve a favor das lutas sociais. Um exemplo é a sua defesa dos companheiros de Monção que estão presos. Temos certeza que ele sempre vai encaminhar as questões referentes aos movimentos sociais, não só do nosso Estado do Maranhão, mas de todo o país, através do nosso Partido. Eu acredito que ele sempre vai lutar para que se possa manter a unicidade sindical no nosso país. Eu vejo nesta Plenária vários representantes dos movimentos sociais e sindicais e todos ficam com medo da questão da contribuição sindical. Vocês são um sindicato mais forte do que o nosso e estão com medo. E nós? Nós somos representantes da categoria mais sofrida e mais oprimida deste país. São companheiros que vivem na roça; que não têm o que comer; cujos filhos não têm escolas adequadas e não têm sequer uma roupa para vestir. Nós temos uma grande satisfação de lutarmos em defesa da unicidade sindical. Muito obrigado.

Bismarck: Nós fizemos um debate inicial ontem sobre as propostas da SSB que vamos encaminhar ao Partido. Hoje estamos aqui discutindo. Primeiro, nós ouvimos o companheiro Cid, não sei se ele faz parte do Partido.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Eu queria fazer só um aparte. O Cid é um antigo militante do PSB que não se recadastrou. Ele se recadastrou ontem, durante o nosso IX Congresso, e nós temos a satisfação de ter um quadro político do nível dele no nosso Partido. Eu tenho certeza que ele poderá contribuir muito, com a sua experiência nessa área trabalhista, nos fóruns e seminários que nós vamos realizar, juntamente com a Fundação Mangabeira e com as lideranças sindicais. Nós contamos com a sua colaboração. É grata a sua vinda para o nosso Partido. É a volta dos que não foram.

Bismarck: Continuando, o camarada Cid fez duas perguntas. Mas eu acho que não são essas duas perguntas que devemos fazer primeiro. A pergunta central é qual é a proposta socialista que nós vamos defender nessa Reforma Trabalhista. Essa é que é a pergunta central. Nós vamos ampliar o direito dos trabalhadores nessa Reforma Trabalhista? Nós vamos ampliar a estrutura sindical dos sindicatos? Ou vamos diminuir essa estrutura e deixar os sindicatos deficitários e capengas? Qual é a proposta socialista que nós defendemos? Qual é proposta socialista que nós queremos para poder avançar uma Reforma Trabalhista? Essa é a questão central. Para mim, o norte é esse. O pessoal do ativo sindical de Pernambuco acha que nós temos que ampliar os direitos dos trabalhadores

nessa Reforma Trabalhista. Nós temos que fazer uma redistribuição de renda, através dos sindicatos, com os acordos salariais. Este país é o país que mais tem trabalhadores sem participar dos lucros das empresas.

Na Reforma Trabalhista nós temos que acabar com o que a Justiça do Trabalho considera como "greve ilegal". Isso tem que acabar. A greve não pode ser considerada ilegal porque ela é um direito do trabalhador e tem que ser garantida. Quando a Justiça do Trabalho, ou a Justiça comum, acaba com o direito de greve, isso acaba com a organização dos sindicatos. Isso é uma vergonha, uma imoralidade. Nós temos que acabar com isso. E ainda multa o sindicato em R$ 50.000,00. Aquela greve dos petroleiros, na época de Fernando Henrique, foi uma grande maracutaia. A gente não pode esquecer um negócio desses. O governo induziu a Justiça a considerar a greve ilegal.

Um outro ponto que a gente precisa tratar é essa questão da unicidade sindical. Os deputados precisam ter clareza que nós temos que manter a unicidade sindical. O PT, e a parte da articulação, do Deputado Vicentinho e Maurício Rands, eles defendem a coisa light. Para o ABC, eles mantêm a rigidez para não perder a direção do sindicato, mas no sindicato dos outros, eles querem centralizar, a nível da CUT, todas as negociações coletivas nacionais e todos os recursos, para poderem manipular os sindicatos. A SSB e os Deputados do PSB não podem deixar isso acontecer.

A outra coisa é essa questão orgânica dos sindicatos. Como o companheiro do Piauí falou agora mesmo, há sindicatos que têm Presidentes mantendo vinte anos de mandato. Nós temos defeitos. Nós precisamos democratizar os sindicatos e fomentar a disputa política nos sindicatos. Há sindicatos criando artifícios para proibir o associado de participar das eleições da diretoria do sindicato. Os sindicatos têm que ser democráticos. Há mais pontos que precisamos abordar, mas vamos deixar para os seminários que vão ser organizados. Gostaria que o Dr. Cid e o Deputado Ribamar participassem desses seminários junto conosco. Obrigado.

Francisco de Assis: Boa tarde, companheiros. A gente lutou tanto para eleger esse governo que aí está, apoiamos o Lula, mas há algumas coisas que precisam ser ditas porque esse governo está de braços cruzados em relação a muitas coisas que estão acontecendo. Um exemplo é o Maranhão. Na Base de Alcântara, no dia 21 de agosto, morreram 21 trabalhadores e a imprensa e o governo estão de braços cruzados. O nosso minério é exportado a preço de banana e nós importamos, bonequinhas e bacias e embalagens plásticas. Nós temos que rever esses acordos internacionais e o Governo Lula está de braços cruzados em relação a isso. O petróleo está aí. Quem ganha mais com o petróleo é a SHELL e os companheiros da Petrobrás ficam a ver navios. O PT, nos

anos 80, lutava pela unidade sindical, não queria dividir os sindicatos, queria os sindicatos fortes, queria uma contribuição forte. E hoje, quando chegam no poder, com medo do nosso avanço, são contra a unidade sindical e são contra a contribuição sindical. Agora, eles estão aliados do capitalismo e nós não podemos deixar isso acontecer. Nós apoiamos o governo, somos da base do governo, mas vamos partir para cima desses petistas que estão unidos com o capitalismo e querem nos derrotar. Nós do socialismo vamos mostrar para eles que nós temos capacidade. Obrigado.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Vou dar a palavra agora ao Francisco Nogueira que também foi eleito para o Diretório Nacional do PSB. Ele é um histórico fundador do movimento sindical do nosso Partido, um combativo companheiro, Diretor da CUT do DF. Eu moro no Rio de Janeiro, mas venho para cá toda a semana e a primeira pessoa para quem eu ligo é o companheiro Nogueira. Quando ele atende o telefone, eu sempre escuto a falação do caminhão do som. Então, o sindicalista que mais combate o Governo do GDF é o companheiro Nogueira. É um enfrentamento quase que diário.

Francisco Nogueira: Bom dia, companheiros. Eu quero falar aqui, não como jurista, nem como advogado, porque não sou dessa área, sou apenas professor, mas quero falar como um militante, que se reivindica socialista. Eu quero iniciar falando sobre a questão trabalhista. Todas aquelas perguntas que o nosso companheiro jurista colocou antes, nenhuma delas interessa para o trabalhador. Eu até louvo a disposição dele em estar colocando também essa questão da Reforma do Judiciário. Mas eu quero colocar que, quando colocamos a flexibilização das leis do trabalho, não significa que a gente esteja defendendo essa Justiça morosa, que muitas vezes é até parcial, contra o trabalhador, como já foi dito aqui em relação à greve. As coisas estão sendo apresentadas sob uma ótica capitalista. E numa ótica capitalista, a flexibilização vem igual à Constituição que a gente tanto louvou, vem até flexibilizando para que tenha redução de salário. É por isso que nós tiramos uma posição contra a flexibilização e somos a favor de ampliar os direitos dos trabalhadores e brigar por uma Justiça do Trabalho mais séria, que defende o trabalhador. A Justiça do Trabalho deve se preocupar com a proteção do trabalhador em primeiro lugar.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Eu queria fazer um aparte, Nogueira. Eu queria apresentar o nosso Deputado Federal Isaías Silvestre, que também faz parte da Comissão da Reforma Trabalhista e Sindical e solicitar que ele componha a Mesa conosco.

Francisco Nogueira: Eu quero falar um pouco sobre a questão da Reforma Sindical. Nós apontamos para um seminário porque temos posições diferenciadas aqui, com clareza, e com certeza, não podemos argumentar em

três minutos. Muitos companheiros da área rural já colocaram essa questão. Eu tenho posições diferentes, com uma outra ótica, mas reconhecendo a preocupação deles nesse processo. É por isso que propomos a realização de um seminário para a gente ampliar a discussão em relação a essa questão em todos os estados.

Não vamos confundir a questão da liberdade com unicidade. Eu sou a favor da plena liberdade dos trabalhadores. Mas acredito que num país, com uma sociedade consciente, a pluralidade é mais adequada. Mas nós não temos ainda uma sociedade consciente a esse ponto. Hoje, a unicidade garante mais a unificação da luta, inclusive, com a pluralidade, as greves podem diminuir e enfraquecer todo o processo. É por isso que eu defendo a unicidade, embora reconhecendo o direito da liberdade do trabalhador. Na verdade, é uma posição não fechada, ainda estou querendo ouvir mais.

Para encerrar, eu queria falar sobre a questão do imposto sindical. Eu reconheço a preocupação dos companheiros do setor. Com a falta do imposto sindical, eu reconheço que muitos sindicatos poderiam fechar. Agora, tem muitos sindicatos com grandes estruturas, que são mantidas por causa do imposto sindical, e que são pelegos, inclusive corruptos, e ficam vinte anos no poder. O Sindicato Rural, por exemplo, tem que ter alternativas para que os trabalhadores possam manter o sindicato. Hoje, do imposto que vai, 40% fica no FAT. E o FAT é instrumento de corrupção. Então, esse imposto também está prejudicando o próprio trabalhador.

Concluindo, eu queria dizer que aqui em Brasília eu sou a favor que os trabalhadores decidam. Eu faço parte de dois sindicatos. Um deles é o Sindicato da NOVACAP. Eu pago o imposto, pago a mensalidade, e na greve, ainda pagamos uma contribuição voluntária. Então, nós temos que acabar com o imposto sindical e encontrar uma alternativa que os trabalhadores decidam criar eles mesmos uma forma de contribuição. Inclusive, todos se beneficiam com o acordo e têm a obrigação de contribuir sim. Esta é a forma da luta que a gente faz. O trabalhador é que deve decidir a sua luta e a manutenção da sua luta. E não alguém chegar por cima e o imposto sindical servir de apoio para FAT e para roubar dinheiro do pessoal.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Com a palavra, o Moisés Mendes, do Maranhão. Eu quero anunciar que a bancada do Maranhão veio completa com 11 brilhantes sindicalistas. É a nossa base lá.

Moisés Mendes: Boa tarde a todos. Eu queria reafirmar aqui que nós defendemos o imposto sindical. No país, nós temos uma faixa de 3.600 sindicatos de trabalhadores rurais, somando quase três milhões e oitocentos mil

trabalhadores sindicalizados. Mas a gente não sobrevive do imposto sindical não. O imposto sindical cai uma vez por ano no nosso sindicato, através do imposto territorial de uma parte dos proprietários. Então, é uma coisa mínima e a gente não sobrevive disso. A gente sobrevive das mensalidades dos nossos associados. E todo o sindicato deveria viver disso. Foi dito aqui que tem companheiros que passam vinte anos presidindo os sindicatos. Mas a culpa é dos associados que não participam do processo eletivo. Se participassem, eles o tiravam de lá sim. Lá no Maranhão, as oligarquias mandam há quarenta anos e matam o povo. Os piores índices de pobreza, analfabetismo e miséria são do Estado do Maranhão. No entanto, a Reforma Polític não sai, para dar um jeito desses camaradas saírem de lá. Isso é um negócio muito complicado. E eu acho que tem até sindicatos demais. Enquanto nós temos um Sindicato dos Trabalhadores Rurais que defendem a Reforma Agrária, foi criada a União Democrática Ruralista - UDR, que também é um sindicato, mas é dos fazendeiros, e tem o apoio da maioria dos deputados aqui do Congresso. Com exceção de alguns deputados, a maioria apóia a UDR, que é o sindicato dos patrões. Então, tem o sindicato dos oprimidos, mas tem o sindicato dos opressores também. Agora, se o Deputado Ribamar Alves acha que para nós o pluralismo é uma saída, para nós, nesse momento, não é uma saída não. Pluralizar os sindicatos, ou pulverizar, que é a mesma coisa, vai significar, pelo menos no nosso setor rural, a criação de Sindicatos dos Fazendeiros, dos Pistoleiros e de muitos deles que mataram os trabalhadores durante muitos anos. Eles vão criar sindicatos e os pelegos vão votar novamente. Em Vitória, por exemplo, nós passamos 20 anos para tomar a direção do Sindicato, agora, damos a oportunidade dele criar outro e fazer o que sempre fez. Muito obrigado.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Estão ocorrendo vários outros debates de grupo e o Deputado Isaías veio aqui prestigiar a nossa Plenária. E a gente gostaria de antecipar a sua intervenção pela importância que o Deputado Isaías, de Minas Gerais, está nos dando na Comissão de Reforma Trabalhista.

Deputado Isaías Silvestre: Eu quero cumprimentar a todos que vieram para este IX Congresso do PSB. Na Comissão de Reforma Trabalhista, nós estamos de olho no que está sendo discutido para o bem do sindicato e todo o segmento no Brasil. Mas nós precisamos da participação de vocês. Sem a participação dos sindicatos na discussão, nós não teremos uma discussão que vá contemplar o trabalhador. É muito importante a gente fazer as audiências públicas que estão sendo solicitadas, para que nós possamos ter o maior número possível de audiências públicas. O governo fez muito bem ao retirar a urgência da Reforma Trabalhista para que ela seja mais discutida porque vai mexer com

60 anos de sindicatos organizados no Brasil. Nós não podemos, de forma nenhuma, fazer isso no afogadilho. É muito importante que o PSB, que tem uma bandeira socialista, participe ativamente dessas discussões que estão postas para que nós possamos fazer essa reforma. É importante que ela não venha a ser uma reforma para prejudicar os trabalhadores, para tirar ganhos que nós conseguimos durante esta trajetória. É importante que essa reforma venha a contemplar o trabalhador em todas as suas categorias para que nós possamos ter a participação ativa de todos os sindicatos e todos os trabalhadores do Brasil. Hoje, nós temos a comunicação, que é um meio que dá acesso a todos os rincões do Brasil, através da internet, do rádio, da televisão etc. Ninguém deve ficar à margem do que está acontecendo porque depois nós podemos amargar. Eu quero parabenizar vocês por este IX Congresso e estamos na Comissão às suas ordens. Eu estou em Brasília como Deputado Federal de Minas Gerais, mas a serviço do socialismo. Muito obrigado.

Rosevaldo Santos: Boa tarde a todos. Eu sou novo no momento sindical. Vejo que existe aqui uma estrutura já montada e nós, como movimento sindical, não queremos abrir mão dela. Mas nós precisamos criar também alternativas porque, a qualquer momento, o partido que está no poder vai ver com a proposta deles e se nós não tivermos proposta alternativa, eles vão aprovar a proposta deles. Então, o nosso movimento tem que ter uma posição clara porque nós não podemos jogar contra o país, mas também não podemos abrir mão dos nossos direitos. Eu pergunto para os companheiros: vocês querem manter a unicidade. Isso pode ser uma vantagem, mas os próprios sindicatos podem se associar e tomar deliberações sobre o próprio movimento. Dessa forma, poderíamos também tirar os sindicatos pelegos porque, com a pluralidade, eles iam ter concorrência.

Eu sou a favor da contribuição sindical porque não se pode colocar um trabalho oneroso como esse nas nossas mãos, sem termos algum financiamento. Que dirigente iria dirigir o sindicato se não ele não dirigisse o financiamento? Se todos os serviços pagos pelos sindicatos fossem debitados em conta? O dinheiro não viria para as mãos dos dirigentes. E mais, se eles não recebessem salário? Eu queria ver se eles iam realmente fazer movimento sindical e iriam proteger os trabalhadores. Isso acontece nos Conselhos Sociais - os conselheiros não recebem vencimentos e defendem a sociedade. Eu queria ver se realmente ia ter dirigentes que iriam defender os trabalhadores. A contribuição poderia ser uma pequena parte, operacional, só para manter o sindicato. Aí, eu queria ver se iria ter dirigentes para defender bandeira dos sindicalismos.

Eu queria falar também sobre as microempresas, que o senhor Juiz falou que estão muito oneradas, não só pelos encargos trabalhistas e também a carga tributária. Eu trabalho numa firma que não assina minha carteira

simplesmente porque ela não tem condições de manter essa carga. Mas nós trabalhadores também não podemos perder nossos direitos, precisamos criar empregos no nosso país. Isso é a principal luta dos sindicatos - gerar empregos para as pessoas poderem sustentar suas famílias.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Eu gostaria de ler o texto que está no nosso Caderno de Teses que diz: "É bem verdade que os socialistas estão em perfeito acordo entre si, exceto nos pontos em que divergem". Na verdade, nem tudo é maravilha no nosso centralismo democrático. Obviamente, há liberdade de pensamento e de expressão, inclusive, há algumas coisas em que não temos posições fechadas, como é essa questão da contribuição sindical. Ontem nós nos esforçamos para tentar fechar a questão da contribuição e não conseguimos. Eu tenho certeza que este seminário que está sendo apontado aqui nesta plenária será de fundamental importância. Vamos ver se no final dos trabalhos nós conseguimos sistematizar melhor essa idéia do seminário. O Ribamar tem algumas sugestões a dar e tenho certeza que vocês também terão contribuições a apresentar. A divergência é salutar e um ponto socialista importante.

Ed Wilson: Companheiros, boa tarde. Eu quero iniciar dizendo que o sistema capitalista tem o dom de nos colocar essa peça de nós estarmos aqui discutindo a legislação trabalhista, a unicidade dos sindicatos, e inclusive, a questão dos processos que os trabalhadores entram na Justiça para garantir o seu direito. Esse é o sistema capitalista. Na verdade, enquanto partido socialista, nós temos que ter clareza disso. Não podemos mais nos enganar de que isso é uma nova faceta do capitalismo junto com o neoliberalismo e a globalização. Por que é que nós temos que discutir os direitos dos trabalhadores, que foram conquistados com o seu sangue e o seu suor, e não discutimos o lucro da empresa? Porque o capitalismo não conseguiu dar solução às mazelas do mundo e alcançamos um nível em que não tem mais como escondê-las. Eles querem mexer nos direitos dos trabalhadores. Isso é um absurdo.

Nós fazemos parte deste governo. É um governo que foi eleito por nós. É um governo que surgiu das bases, surgiu do chão das fábricas. É um governo que se forjou dentro do sindicalismo, portanto, tem que ter o compromisso não só de tirar esse projeto de pauta, mas também revê-lo a favor do trabalhador, a favor de garantir aquilo que o trabalhador perdeu. Não podemos permitir, de forma alguma, que o trabalhador venha a analisar esse projeto e tirar um centavo que seja do trabalhador. Nós temos que discutir é o lucro da empresa. Temos que discutir a distribuição de renda nesse país onde 90% do PIB ficam com 10% e 90% da população tem que dividir os outros 10%. É isso que nós temos que discutir. E nós, enquanto socialistas, temos que estar discutindo isso e não nos deixarmos enganar.

Para isso, enquanto um partido que fazemos parte do Governo Lula, temos que ter a clareza de que nós precisamos orientar a nossa bancada de deputados, precisamos orientar os nossos membros que estão neste governo de que somos governo, mas nós queremos que se crie um Conselho Político para se discutir esse governo dentro das esquerdas. Algumas questões que têm sido encaminhadas no governo têm sido contra o trabalhador e contra o povo. Nós sabemos que o nosso Partido não tem contribuição nisso, mas nós não temos um fórum ainda criado dentro dos partidos de esquerda para poder discutir isso. Então, hoje, nós fizemos uma discussão sobre a participação do PSB no governo e acho que nós não podemos sair deste Congresso sem uma data para que se crie este Conselho Político. A nossa bancada é pequena, temos poucos governadores, mas dentro do Conselho nós temos como influenciar e ganhar as outras forças políticas para poder aprovar os interesses do povo e do trabalhador que foram conquistados com seu sangue e seu suor. Muito obrigado.

Cláudio: Boa tarde, companheiros. Para quem não me conhece ainda, eu sou mais um novato nessa luta sindical. Eu sou do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais. Eu venho acompanhando, há muito tempo, essa discussão e queria pedir um esclarecimento ao nosso companheiro Roberto Serrano, do Rio de Janeiro, quando ele fala que não há cumprimento das NRs. Até a própria Lei 6514 é uma cópia das leis estrangeiras. Isso já dificulta porque a realidade do Brasil é outra. A questão da segurança do trabalhador é totalmente diferente nos países europeus e nos Estados Unidos. Então, só isso já é um empecilho para a luta a favor dos trabalhadores.

Além disso, a fiscalização, tanto das Delegacias Regionais do Trabalho quanto do próprio sindicato são precárias. Para o sindicato, faltam recursos; para as DRTs, faltam auditores competentes. Segundo, os empregadores preferem que as questões trabalhistas sejam resolvidas na Justiça do Trabalho porque levam de dois a três anos, dá para fazer um capital de giro com outras alternativas e pagar o trabalhador futuramente. Isso inviabiliza o cumprimento das NRs.

Eu também acho que é de suma e fundamental importância que a unicidade sindical exista. Num país em que as NRs não são cumpridas e que se falam várias línguas, eu acredito que ficaria muito complicado ter vários sindicatos falando várias línguas com uma cultura que ainda está caminhando. Se a convenção coletiva atinge todos os trabalhadores de todas as categorias, nada mais certo que as contribuições sindicais obrigatórias sejam estendidas também às contribuições associativas obrigatórias. Ao excluírmos uma contribuição

sindical, deve-se criar um mecanismo também para se obrigar os não-associados a recolher essa contribuição. Então, essa é uma proposta a ser pensada. Finalizando, nós estamos dispostos a estar contribuindo e a semear as discussões porque nós do PSB somos um partido de discussões. Obrigado.

Manoel Dias dos Santos: Bom dia a todos. Eu queria falar sobre a questão da Reforma Trabalhista. Eu acho que não seria justo que um governo em que nós confiamos e que saiu do movimento sindical mude 60 anos de direitos garantidos na CLT. E se tiver de mudar, tem que mudar para melhor porque é esse o caminho que nós esperamos.

A questão da contribuição sindical, os trabalhadores rurais são os únicos que vão ao seu sindicato para pagar a mensalidade. Eu acompanhei o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e da Indústria, lá em Paragominas e lá tem diversos sindicatos que ficam tentando desmoralizar um movimento tão sério como o movimento sindical.

Eu peço ao companheiro Joílson, que é o nosso Secretário Nacional, que solicite às federações que eles convoquem os sindicatos para um debate amplo nos seus estados para que possamos discutir sobre a questão dos maus dirigentes. Mas a CLT e os sindicatos devem ser mantidos da forma que estão. Nos sindicatos em que há dirigentes sérios os trabalhadores são muito bem representados.

Em relação às DRTs, não é possível que, num país igual ao nosso, haja trabalho escravo em diversas fazendas. Temos as convenções coletivas que são firmados entre patrões, empregados, sindicatos e federações. A DRT tem a obrigação de fiscalizar o cumprimento da convenção coletiva. Então, em vez de mudar o movimento sindical e mexer na CLT, nós devemos cobrar dos órgãos fiscalizadores, coerência e seriedade no desenrolar dos seus trabalhos. Muito obrigado.

Solange Bergman: Boa tarde a todos. Eu estava ali atenta ouvindo as colocações dos companheiros. O companheiro Nogueira me contemplou um pouco, na questão da unicidade, enquanto princípio, porque é que nós não estamos defendendo o pluralismo. Eu acho que, ontem, no Congresso Sindical, nós sabiamente deliberamos que houvesse um seminário para que a gente possa aprofundar esse debate. O debate aqui hoje está demonstrando que é fundamental que isso aconteça porque temos ainda divergências sobre essa questão.

Eu queria dividir com os companheiros uma realidade que eu vivo. O meu sindicato é um sindicato do funcionalismo público municipal e temos desconto em folha. Lá na nossa base, proporcionalmente, nós somos minoria, somos de esquerda e representamos a SSB, com muita luta e com muito custo

porque enfrentamos a força socialista do PT. Nós estamos encaminhando o mesmo debate e temos uma idéia do fim da questão da contribuição sindical em vista da realidade que a gente vive. No meu município, por exemplo, de vários sindicatos existentes, apenas três são sindicatos que não são pelegos. A maioria é pelegada que recebe a contribuição sindical e usa desse dinheiro para se perpetuar. Eu quero dividir com os companheiros a minha realidade para a gente tentar, em conjunto, buscar o que é melhor. Essa vai ser a defesa da SSB. O que a nossa Plenária deliberar é o que todos os militantes vão ter que defender. Eu quero estar defendendo o que a Plenária deliberar com confiança. Nesse sentido, eu quero ser convencida porque eu quero defender com propriedade aquilo que a gente deliberar.

Se a gente fizesse o trabalho de base que, culturalmente, socialmente, economicamente, politicamente, nesse país está imposto o contrário, que é a não politização, a não conscientização, nós teríamos todos os trabalhadores sindicalizados. Esses contribuiriam voluntariamente para o nosso sindicato, e daí, nós não precisaríamos da contribuição sindical que vem do governo, da verba do FAT etc. Eu quero que vocês percebam como há uma contradição nisso se a gente for mexer na questão filosófica do princípio.

Eu também venho de um movimento popular. Nós estamos preocupados em viver sem a contribuição sindical, sem verba, com toda essa precariedade. Mas o movimento popular também vive sem verba nenhuma. É só para a gente refletir um pouco. É muito difícil tentar politizar e trazer os companheiros para a luta de base, luta pelo saneamento, pela saúde e da educação sem verba nenhuma. Nós vivemos muito esse conflito.

Este aqui é um grupo de trabalho em que estamos discutindo essas reformas, mas também teremos que ser propositivos. Em tese, a proposição está correta, mas acho complicado a SSB deliberar isso e mandar para todos os sindicatos, antes de a gente amadurecer qual é o nosso posicionamento. Então, eu queria pedir ao companheiro para que a gente possa segurar isso um pouco. As propostas que estão sendo colocadas aqui vão para o Plenário. Eu acho complicado mandar uma carta para cada sindicato, conforme foi proposto aqui. É só para a gente refletir e amadurecer o nosso seminário daqui em diante. Obrigado.

Vicente Paulo Selistre: Companheiras e companheiros. Nós temos uma situação que, de um lado, nos traz uma grande preocupação, responsabilidade e até perplexidade, e por outro lado, nos traz um momento histórico que o Partido Socialista pode se apropriar de propostas para a Reforma Sindical. Com certeza, nós conseguiremos legitimar mais os sindicatos, torná-los mais autênticos, com mais organização no local do trabalho - que é a grande

defesa dos que defendem a pluralidade e a não-unicidade, ou seja, sindicatos diversos.

Há pouco eu conversava com o Deputado que deveríamos procurar uma transição e levar uma proposta diferente da que está se articulando. Já existe quase um acordo, até mesmo com as confederações, que são as grandes defensoras do imposto aqui em Brasília. A proposta é que se comece a extinguir aos poucos, mas para elas não extingue. Para elas, esse imposto fica três, quatro ou cinco anos sem extinguir nada. Extingue lá no Sindicato e, lá no fim, extingue na Confederação.

Nós entendemos que o Art. 11 da Constituição Nacional é uma letra morta. Foi feito aquele acordo no sentido de votar que as empresas que tivessem mais de 200 funcionários, haveria a eleição de um empregado que teria a responsabilidade de fazer a negociação direta com o empresário. No último relato do Fórum Nacional do Trabalho, a CUT defendeu, e a Força Sindical também, de se proporcionalizar e começar de 50 em 50. Quem sabe desenvolver isso, pode trazer a representação no local de trabalho porque tenho certeza que todo mundo defende. Isso é o que também dizem contra o sindicato único para o município, que não há organização no local de trabalho. É por isso que querem criar as federações para que elas aglutinem os sindicatos.

Porém, há países na América Central e no Chile, onde aconteceu o fenômeno de termos os sindicatos dos trabalhadores, dos sapateiros, dos católicos, evangélicos, socialistas, comunistas, das costureiras, dos cortadores, dos montadores, dos pedreiros etc. Isso também nos preocupa. Foi dito aqui que o princípio é correto, mas o momento é extremamente complexo para que defendamos algo assim.

Por outro lado, eu tenho certeza que a minha proposta, se mais compreendida, possa ser aqui defendida por mais companheiros, daqui a mais um tempo. Hoje a proposta é minoritária. Eu quero substituir o imposto sindical, gradativamente, e substituí-lo por uma contribuição de classe, extensiva a todos os integrantes da categoria, sendo a sua periodicidade definida em assembléia. Nós defendemos 1% ao mês até cinco salários mínimos e pode saber revogado por uma assembléia que colha a assinatura de 5% dos associados. Isso está no Estatuto. Existe a revogação prevista também. Além disso, essa proposta obedece à publicidade e à razoabilidade.

Tem uma outra questão para a qual eu gostaria de chamar a atenção é a Lei de Falências. É importante que saia desta Plenária uma proposta de revisão da Lei de Falências que está beneficiando os banqueiros contra os trabalhadores. Há 30.000 trabalhadores que perderão os seus direitos em restituições de

adiantamento de câmbio, que é um produto do banco. Não tem esse negócio de só fomentar a exportação. Tem que ver o ser humano, suas férias, seu 13°, seus dias trabalhados, e essa transição de democratizar o custeio dos sindicatos para, então, purificar os pseudo-socialistas. Queria concluir, expressando a nossa solidariedade na sua luta para salvar o PSB do Maranhão.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Eu vou passar a palavra ao nosso companheiro Cid, para as suas considerações finais.

Cid Riedel - Expositor: Eu vou tentar ser sintético porque o tempo urge. Eu vou apenas acrescentar algumas considerações sobre o problema da flexibilização, no sentido de defender o ponto de vista de que não se deve flexibilizar. Em primeiro lugar, uma lei não flexibiliza outra, uma lei revoga a outra. Isso é da natureza das leis. Agora, o que flexibiliza é o Judiciário. O Judiciário é que faz a interpretação e a aplicação da lei. A Justiça do Trabalho sabe fazer isso muito bem. Eu acho até que o Tribunal Superior do Trabalho faz isso exageradamente, não precisava flexibilizar tanto.

De tudo o que se disse, eu vejo que há uma ênfase muito grande no problema sindical. Eu não acho que isso seja fundamentalmente uma questão das lideranças sindicais. Agora, eu diria que sou a favor da unicidade. Eu queria ponderar que a crítica ao sistema atual, em especial ao imposto sindical, tem sido generalizada, como se a unicidade fosse responsável por todos os erros do sistema sindical. Por exemplo, quando se fala que há uma infinidade de sindicatos por causa da unicidade, eu não consigo entender porque a unicidade pode provocar um desdobramento e não uma pluralidade.

Além disso, se fala muito na questão da liberdade, como se o sistema da unicidade fosse contrário à liberdade. Então, eu tenho a impressão que, por causa disso, há alguns equívocos. Eu conheço pessoas que, com a melhor das intenções, são a favor da pluralidade, exatamente assustados com esse tipo de argumento, que eu acho que se dirige muito mais ao problema do imposto sindical. De modo que, eu não vejo a posição de ser a favor da pluralidade como ser, em si, uma posição que tenha qualquer comprometimento ético. Eu acho que é apenas um conceito equivocado de liberdade.

Por falar em liberdade, quando eu cheguei aqui, o salão da abertura estava muito bonito, com aquelas frases e fotos do Allende. Eu me lembrei de uma frase do Allende, que é uma definição de liberdade, que eu acho que é a coisa mais completa que eu vi até hoje em matéria de conceituar a liberdade. Essa sim é a liberdade. Não é o fato de você poder escolher este ou aquele sindicato, ou poder ir para a oposição do mesmo sindicato, que deixa de ser liberdade. A frase do Allende é esta: "A liberdade é a ausência da angústia pela

sobrevivência diária". Eu acho isso de uma sabedoria e de uma capacidade de síntese maravilhosa. Reflitam sobre esta frase. Eu acho isso maravilhoso.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Convido para fazer as suas considerações finais, o Deputado Ribamar Alves.

Deputado Ribamar Alves - Debatedor: Em primeiro lugar, eu quero mostrar a minha satisfação e alegria de ter presenciado a brilhante intervenção do Dr. Cid e de saber do seu reingresso no PSB. Para nós, é muito importante ter figuras dessa magnitude no nosso partido. Quero expressar também o meu contentamento de estar aqui com o Joílson, que é uma pessoa que eu passei a admirar no movimento sindical. Quero parabenizar também todas as brilhantes intervenções que foram feitas aqui. Todas foram muito importantes. A divergência é salutar. Já dizia o Nelson Rodrigues que "toda a unanimidade é burra". Como socialistas, nós não queremos e não desejamos, em hipótese alguma, a unanimidade. No momento em que tivermos a unanimidade, nós deixamos de ter a perspectiva de vida porque o homem busca sempre o aperfeiçoamento; o homem busca sempre o ideal. Nessa busca do ideal é que ele consegue descobrir, a cada dia, coisas novas, coisas diferentes, e sempre na luta diária. Assim como as águas do mar brigam com as rochas no dia a dia, nós brigamos por melhores dias. Nesse contraditório é que nós podemos formar a nossa personalidade, acima de tudo. Foi muito importante estar com vocês aqui hoje.

Eu não teria muito a acrescentar porque, na realidade, foram sucessivas opiniões que se concatenam umas com as outras, formando uma idéia. A idéia maior que eu tiro deste nosso encontro é que nós precisamos aprofundar as nossas discussões. Esse é o primeiro ponto importante. O segundo ponto é a questão dos seminários estaduais. Eu acho que o tempo urge. Para a premência do tempo, acho que nós vamos ter uma dificuldade enorme em fazermos encontros estaduais. Nós somos 27 entidades federativas. Eu sugeriria que, ao invés de fazermos encontros estaduais, fizéssemos encontros regionais. Desses encontros regionais, tiraríamos coordenações, ou delegados, para fazermos um encontro nacional. Nesse encontro nacional seria obrigatória a presença de todos os parlamentares, tanto da Câmara como do Senado, para podermos tirar um documento oficial do Partido Socialista Brasileiro e a posição do Partido no Congresso Nacional quanto à Reforma Tributária e Reforma Sindical. Esta é a grande conclusão que eu chego aqui.

No mais, eu queria agradecer e dizer que sou Deputado do PSB, eleito pelo Maranhão, mas acima de tudo, eu sou um deputado do partido. O meu gabinete está à disposição do Partido. O meu gabinete é uma extensão dos diretórios estaduais, municipais, dos movimentos classistas, dos movimentos

de base do Partido. Portanto, eu que agradeço a oportunidade de poder conversar com vocês e ouvir as experiências de todos os estados brasileiros aqui representados. Muito obrigado.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Antes de encerrar, eu gostaria de dar alguns encaminhamentos. O primeiro é que o nosso Relator buscará condensar as principais idéias porque, obviamente, ele não conseguiria reproduzir a fala de cada delegado aqui. Diante dessa dificuldade, pediríamos que todos ficassem atentos ao relato na Plenária e, caso houvesse a supressão de algum ponto que os companheiros achassem importante, seria feito um destaque.

A outra questão é que existem alguns encaminhamentos e desdobramentos aqui sobre a nossa forma de construir um consenso em alguns pontos que não são consenso atualmente. A proposição é da realização do seminário que o Ribamar acabou de sistematizar. Eu estou compreendendo que o Nogueira, pelo balançar de sua cabeça, concorda. Esse seminário pode ser operado pela Fundação João Mangabeira, que é atua nessa área de informação. Nós iríamos fazer cinco encontros regionais e extrair desses encontros para uma grande Plenária Nacional. Inclusive, o Ribamar aponta com a possibilidade de a gente aprovar a matéria sobre a Reforma Trabalhista e a Reforma Sindical, num fórum de deliberação do Partido, independentemente do adiamento da discussão da Reforma Trabalhista para 2005. Eu entendi, em muitas das intervenções, que nós do PSB deveríamos ter uma posição sobre essa matéria, independente do curso das reformas, para anunciar para a sociedade as nossas posições.

Deputado Ribamar Alves - Debatedor: Desculpe interromper, mas eu queria fazer apenas uma ressalva. O Governo Lula está propenso a encaminhar a Reforma Sindical no ano que vem e a Reforma Trabalhista não, pela questão política eleitoral municipal. Mas nada impede que, deste seminário, nós tiremos um Projeto de Lei para darmos o encaminhamento inicial a essa Reforma Trabalhista. Deste seminário pode sair essa proposta de Projeto de Lei.

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento - Coordenador: Todos concordam com essa proposição? Se nós tivermos condições de fazer esses seminários o mais breve possível, vamos fazer. Essa é uma responsabilidade dos próprios dirigentes sindicais que estão aqui e da CMS. Eu gostaria de anunciar a presença do nosso Senador Ademir Andrade, Presidente do nosso Partido no Estado do Pará. Eu quero agradecer a presença e colaboração do nosso companheiro Cid e comemorar e celebrar o retorno dele à militância partidária. Isso é algo que eu tenho certeza que na nossa vida de socialista é fundamental.

Eu acho que nós saímos daqui festejando esse retorno seu à militância do PSB. Quero agradecer também ao nosso companheiro, Deputado Ribamar, pelas suas convicções firmes, pelo apoio que ele tem dado ao movimento social no Maranhão e no Brasil. A Delegação do Maranhão está aqui com a sua colaboração e com o seu incentivo. Quero agradecer também ao nosso Relator, companheiro Felício Palazzo. E por fim, agradecer à Plenária, a presença dos companheiros que vieram de todos os estados do Brasil e brilhantemente participaram deste processo de construção da nossa opinião sobre a Reforma Trabalhista e Sindical. Muito obrigado. Vamos à luta que a vitória é certa.

Grupo VII

06 de dezembro de 2003

Estratégias do PSB para as Eleições Municipais



Coordenador:
Serafim Correia

Expositor:
Deputado Renato Casagrande

Debatedores:
Deputado Beto Albuquerque

Prefeito Márcio França

Relator:
Alexandre Navarro

Serafim Correia – Coordenador: Companheiros, eu quero fazer um comunicado. O Renato Casagrande, o Beto Albuquerque e o Márcio França saíram dos grupos onde eles estavam pela manhã por volta de 14:30 horas. Eles estão concluindo o almoço, e imagino que dentro de vinte minutos nós possamos começar. Eu só queria dar a informação, uma vez que nós estamos todos na expectativa deste painel. Sejam todos bem-vindos.

Eu queria registrar a presença da nossa grande Deputada Janete Capiberibe, do Amapá, que é um dos ícones deste partido. Por gentileza, Deputada. Tem companheiros que vieram bem de longe, lá de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul e que não conhecem a Janete. O Brasil vai o Oiapoque ao Chuí. Inclusive, lá no Oiapoque, quando você vai lá você recebe um diploma: "Aqui começa o Brasil". Não é isso Deputada? Então, fiquem inteiramente à vontade. Espero que daqui a vinte minutos nós possamos dar início aos nossos trabalhos. Obrigado. Eu queria convidar também o nosso companheiro, Prefeito Márcio França, a tomar assento à Mesa. Ele é um dos debatedores.

Companheiros e companheiras, nós vamos dar início ao nosso painel. Neste primeiro momento, o Deputado Eduardo Campos, nosso líder na Câmara dos Deputados, que está substituindo o nosso companheiro Renato Casagrande, vai fazer a exposição sobre o tema "Estratégias para as Eleições Municipais". Ele terá o tempo de vinte minutos para fazer essa exposição, prorrogável por mais dez.

Na seqüência, nós teremos a exposição do Deputado Beto Albuquerque. O prefeito Márcio França fica como debatedor. Na seqüência a essas exposições e a esses debates encaminhados na Mesa, nós abriremos para as intervenções do Plenário. E aos inscritos será assegurado o tempo de três minutos. Quando tiver dois minutos e meio será dado um sinal para que ele conclua os três minutos porque senão nós não sairemos daqui nem à meia noite, e é óbvio que todos têm o desejo de falar. Então, feitos esses registros iniciais, eu tenho a satisfação de passar a palavra ao nosso companheiro Eduardo Campos, que é o nosso expositor.

Eduardo Campos – Expositor: Boa tarde às companheiras e aos companheiros aqui presentes. Boa-tarde aos nossos companheiros da Mesa. Há uns trinta minutos, eu fui informado que um dos três membros da Mesa Diretora do nosso painel, o Deputado Renato Casagrande, não poderia estar aqui cumprindo o seu compromisso de expositor. Então, fui escalado para substituí-lo, abordando o tema "Políticas Públicas e Políticas de Aliança: Estratégia do PSB para as Eleições Municipais". É um tema muito amplo e dentro dele cabe uma larga discussão. No próximo ano, nós vamos viver a quinta eleição municipal depois da redemocratização do Brasil.

Será um ano importante para o PSB. Ao longo dessas cinco eleições municipais, em sucessivas eleições, o PSB tem apresentado resultados crescentes, tanto no número de votos como no número de parlamentares, de vereadores e de prefeitos. Nós temos uma democracia extremamente jovem, e a disputa do poder local ainda é uma disputa que se dá sem um debate mais aprofundado do ponto de vista da política geral, sobretudo, nos menores municípios do país, onde o poder econômico e a exclusão da nossa população limitam as forças, como o PSB, a fazer uma política com maior grau de participação da sociedade, de organização e de consciência do nosso povo. A eleição do ano que vem é um desafio muito grande, e nós precisamos trabalhar a eleição do ano que vem de forma organizada e planejada. A nova direção que vai ser eleita pelo nosso Congresso amanhã terá como tarefa primeira, de organizar, ao longo dos três primeiros meses do ano, um profundo debate sobre as idéias que vão surgir aqui neste Plenário.

Por que digo isso? Primeiro, porque no espectro do campo democrático popular de esquerda do Brasil, se abre um grande espaço político para a consolidação do PSB, não mais como um partido de quadros, mas o PSB como partido de massa e de esquerda claramente. Nós haveremos de ocupar, passo a passo, esse espaço que era ocupado pelo Partido dos Trabalhadores. A efetiva opção feita pelo Partido dos Trabalhadores nas últimas eleições, o recolocou de forma definitiva como um partido no campo social democrata, e nós temos a oportunidade de sermos a opção do campo de esquerda no Brasil. O que parecia impossível tornou-se realidade.

Junto com o PT, nós somos os dois partidos desse campo que cumprimos a Cláusula de Barreira, e cumprimos a Cláusula de Barreira porque a Direção Partidária teve a visão, a determinação, o entendimento de fazer a disputa política em todos os níveis: da Presidência da República aos governos de estado, à Câmara Alta e à Câmara Federal. Nós fizemos quase 5,3% dos votos nacionais, portanto, cumprindo a Cláusula de Barreira.

Então, além de podermos nos colocar nesse espectro, diferentemente de outros partidos, temos a possibilidade de cumprirmos a Cláusula de Barreira. Essa é uma cláusula que nós combatemos, porque achamos que é algo errado. Achamos é algo que a elite brasileira colocou para que tenhamos menos partidos, e tendo menos partidos é muito mais fácil de você controlar a política. Eles tentam nos encurralar com debates dos partidos de aluguel. Os partidos de aluguel vão acabar, na medida em que o processo democrático for amadurecendo. O povo vai deixar de votar nesse tipo de partido e eles vão desaparecer com o tempo. Então, do ponto de vista do espectro, nós temos um caminho para representar o pensamento popular nacional da defesa do país, da defesa da esquerda brasileira de tantas tradições.

Nesses debates, além de fazer a identidade das nossas candidaturas, nós também precisamos construir bandeiras que identifiquem nosso partido. É claro que as campanhas de cada município têm as suas circunstâncias, têm suas características próprias, dependendo do município, da região do país, das especificidades, do perfil da candidatura que se coloca. Mas nós não podemos ter um PSB a cada município. O PSB tem que ser um PSB só em todo o Brasil; um PSB que fale uma só linguagem. De maneira que, quando as pessoas forem representar o partido - seja um militante, um dirigente municipal, um dirigente nacional - e tenham qualquer colocação a fazer sobre as políticas públicas, sobre o desenvolvimento sustentável, sobre o respeito ao meio-ambiente, sobre a questão da terra, sobre a questão da natureza, sobre as questões fundamentais no debate que ocorre no município, sobre a questão da violência, a linguagem de todos eles seja uma só, de forma que o nosso Partido tenha realmente uma identidade.

A nossa busca é colocar o PSB como um partido que pensa o Brasil dos excluídos, e não o Brasil só do incluídos. O Partido dos Trabalhadores, durante muito tempo, esteve muito focado no movimento sindical da banda mais avançada da nossa economia - a economia industrial. Depois, quando esse setor industrial entrou nesses vinte anos de decadência que o Brasil está vivendo, o PT se fortaleceu no setor público, em enfrentamentos com o Estado. Parecia que o Estado era o grande inimigo da classe trabalhadora.

Portanto, nesse debate, nós precisamos colocar o PSB nesse debate como um partido capaz de pensar o país como um todo; um país que precisa se integrar; um país em que precisam ser denunciadas as desigualdades regionais; um país em que nós possamos falar não só da política no município, mas possamos falar do discurso nacional do nosso partido. Não temos como fazer isso, senão começando pelas bases. Precisamos resolver as grandes mazelas que tocam a nossa população hoje, como a fome, a exclusão, o desemprego, a violência. Nós precisamos trabalhar de forma clara o nosso combate à questão da concentração da renda, deixar isso como uma marca nossa. Nós temos que desenvolver e falar sobre as experiências exitosas que nós temos em nosso partido. Temos que aproximar as nossas administrações municipais da população e junto com ela desenhar soluções interessantes, arranjos produtivos, alternativas que gerem emprego e renda, que gerem educação, que gerem um desenvolvimento local sustentável. É preciso que haja a participação popular em todos os níveis da administração municipal, com a clara transparência da gestão municipal através dos conselhos. Não é radicalizar na democracia, não é uma democracia com uma marca simplesmente teórica de um pretenso orçamento participativo. A experiência do orçamento participativo, que virou

símbolo do Partido dos Trabalhadores, vem perdendo consistência na medida em você participa do debate, mas não executa e não participa do controle da execução daquilo que foi decidido e planejado. Nós precisamos aperfeiçoar a participação popular para que ela não possa ser efetivamente frustrada.

São temas como esses que eu pude resgatar de uma fala que fiz outro dia, debatendo eleições municipais, e que trouxe para a nossa reflexão. Nós precisamos ter a coragem de não construir o nosso partido, única e exclusivamente, para disputar as eleições porque se você se preocupa simplesmente em disputar a eleição, e você perde, você acaba perdendo tudo Mas, se você tem um partido capaz de fazer a disputa eleitoral, mas com conteúdo político e com símbolos do lado, você pode perder a eleição, mas ficará a vitória política, que é a idéia que você germina, é o pensamento que você coloca, são as formulações que atraem novos militantes, são as propostas que despertam em algumas pessoas o interesse pela política.

A tendência é encontrarmos uma sociedade - sobretudo aquela parcela mais identificada com a militância política - com um grau de frustração maior do que tivemos nas eleições passadas, haja vista que setores organizados da sociedade que tinham uma forte presença e hegemonia do partido que hoje está na Presidência da República se sentem meio que desestimulados ao embate político. E nós temos que ter a capacidade de mobilizar esses setores para o debate político, para o enfrentamento das idéias, para que a gente possa ajudar exatamente a nossa democracia e a nossa consolidação partidária.

Feitas essas colocações mais de caráter geral, eu queria ressaltar a oportunidade que se apresenta ao PSB, sobretudo, quando nós temos uma reforma política em debate, que não é tranqüila. O nosso partido preside a Comissão de Reforma Política através do Deputado Alexandre Cardoso e tem lá na Comissão também a Deputada Luiza Erundina nos representando. Na semana passada, eles votaram regras, que não vão servir para essa eleição agora que nós estamos focando, mas que têm a ver com a vida e a existência dos partidos, quando tenta reduzir a Cláusula de Barreira. Eu imagino que será muito difícil operar uma mudança dessa regra política. Não será uma tarefa fácil. Temos que contar com a pior hipótese, como manda a boa regra. A pior hipótese é que nada aconteça de mudança. Se nada ocorrer de mudança já tem uma mudança prevista para 2006 - o partido que não tiver 5% dos votos para a Câmara Federal e não tiver 2% dos votos, em nove estados, para a Câmara Federal, na prática, deixa de existir. Ele passa a não ter funcionamento parlamentar, não ter tempo de televisão, não ter Fundo Partidário, ou seja, passa a ser um partido de faz de conta, vamos dizer assim.

Se nós tivermos uma presença significativa nas eleições de 2003, nós não só estaremos consolidando nosso partido, mas também vamos animar forças políticas que têm identidade com esse pensamento do nosso partido, e que estão colocados em partidos que lutam conosco em muitas oportunidades juntos, que estão vivendo problemas internos severos, que não passaram pela Cláusula de Barreira na eleição anterior e que tendem a migrar para o PSB, como opção partidária, no descortinar do ano de 2004 para o ano de 2005. Essa é uma visão mais de médio prazo que a gente consegue enxergar. Daí, a importância de a gente entrar nessa eleição com compreensão do campo político que, a cada dia, está se abrindo para nós. E a gente sente isso nos nossos estados, nas nossas cidades. Cada dia que passa, tem mais gente procurando o PSB, gente que vê o PSB como uma opção de permanecer com o pensamento e com a posição de esquerda.

Além disso, ao longo desses três primeiros meses, vamos trabalhar em seminários que aprofundem esse debate e definir as marcas, os símbolos, que serão trabalhados pelos nossos candidatos a prefeitos, não só nesse discurso geral, mas no discurso do plano municipal. Devemos aprofundar o que um prefeito socialista pode fazer no sertão de Pernambuco, mas pode fazer também no meio da floresta ou pode fazer em São Paulo ou pode fazer lá no Sul. Aonde houver um prefeito socialista, ele terá um compromisso, terá um bordão com a política geral, um compromisso, um pensamento político geral. Ele deverá ter uma gestão com tais características. Não é apenas a questão democrática, a participação popular, mas há também a questão da saúde, da educação, do trato com o meio-ambiente, questões que podem ir construindo a nossa identidade.

Para fazer essa travessia, eu acredito que nós devemos nos esforçar e aprender com a experiência e a determinação que o partido teve. Não foi a partir da vontade de nenhum dirigente especialmente, do presidente Miguel Arraes ou do Márcio França, ou do Serafim, ou do Beto, que nós tomamos uma decisão de ter uma candidatura à Presidência da República. Nós tomamos essa decisão porque achamos que estava na hora do partido ter um candidato a presidente. Fomos para uma luta que estava além das nossas forças e cometemos erros e acertos. O saldo que ficou é um saldo positivo. Nós precisamos nos organizar para, na eleição municipal, irmos à luta no máximo de municípios que a gente tenha força para fazer essa luta, sobretudo, nos municípios onde nós possamos ter acesso aos meios de comunicação - rádio e TV. Nós devemos buscar, na nossa organização, nas nossas fileiras, alguém que represente esse pensamento para difundir as idéias do Partido, para consolidar quadros, para chegar ao poder, através da disputa política e a disputa eleitoral. Mas o importante

é fazer uma disputa em que a gente vá construindo o pensamento do Partido Socialista e a sua identidade na relação com a população.

Para isso, é fundamental que as direções estaduais, façam um mapeamento porque é nessas eleições que nós começaremos a construir os nossos quadros de base. Nós devemos deixar de buscar quadros já formados, pessoas que já têm mandatos. Muitas vezes, eles procuram o PSB só para fazer a disputa do mandato e não têm nada a ver com o PSB; muitas vezes, no dia seguinte vão embora; pegam o PSB como oportunidade de se eleger vereador com poucos votos, ou de fazer um bom papel de candidato a prefeito, ou usar o nosso tempo de televisão. Nós temos que fazer esse debate e ter o cuidado, nas nossas direções municipais e estaduais, de garantir a legenda do nosso partido para a disputa política, seja para a Câmara de Vereadores, seja para um mandato majoritário. Vocês estão vendo aí o drama que atravessa o Partido dos Trabalhadores por filiações que andaram fazendo. Está a maior confusão. Nós perdemos doze deputados federais na nossa bancada, podíamos ter filiado dez, doze, treze, se pedíssemos àqueles aqueles deputados governistas para se filiar. Mas aí, não era o nosso partido. Seria um partido em que uma parte era nossa e a outra era uma sucursal do governismo. Nós construímos o nosso partido com gente que tem identidade com a nossa luta. Fomos crescendo nossa bancada, estourando o partido nos municípios e nos estados. Trazer alguém que não tem nenhuma história com a nossa militância, que pode detonar completamente a cara do partido no estado, não vale a pena. Nós tivemos a paciência de saber fazer isso. O Beto está aqui de testemunha de que vários deputados que nos procuraram, até pela relação que o PSB manteve com o Presidente Lula, e nós lhes dissemos, de forma muito clara, que eles tinham que procurar um outro partido porque o nosso partido não dava para se enquadrar dentro daquele espectro de vida política que o companheiro tinha. Não é uma coisa muito fácil de dizer não, mas a gente vai arrumando as palavras e diz.

Portanto, meus companheiros, eu acho que o mais importante aqui não é ouvir a gente. Eu acho que o mais importante aqui é ouvir de vocês de como construir essas bandeiras, essas identidades; de como fazer a disputa; de como deixar claro para a nossa militância no país inteiro que o fato de estarmos no Governo e apoiarmos o Governo do Presidente Lula, não vai, em hipótese nenhuma, condicionar automaticamente apoio nosso a qualquer candidato do Partido dos Trabalhadores. Podemos receber o apoio do Partido dos Trabalhadores em outras grandes cidades; podemos até dar apoio em algumas cidades ao Partido dos Trabalhadores; mas, passando por um debate e pelos companheiros lá na base, se os companheiros do município concordarem. Nós devemos, sim, tencionar para ter um maior número de candidatos. Hoje o

PSB já tem, em vinte cidades, capitais, - em vinte capitais - nós já temos pré-candidatos a prefeitos, qualificados, já com muita vontade de ir à luta, em vinte capitais. E nós não vamos de maneira nenhuma ter outra atitude a não ser apoiar esses companheiros, segurar essa luta com eles. Às vezes, o apoio não é o que companheiro acha que pode ter, mas o importante é a presença, é o incentivo, é a articulação, é o testemunho, é mostrar que o companheiro não está lá só, abandonado, sem ter ninguém, largado como muito companheiros, às vezes, se sentem na construção partidária. Mas isso é assim mesmo, a vida é assim. Às vezes, a gente se sente assim, mas quando isso acontecer, em vez de a gente se intrigar com os outros, nós devemos chamar os companheiros para ir lá, pensar uma atividade em que caiba um convite. Às vezes, a gente se acha abandonado, mas a gente não convida ninguém. Quem não convida ninguém, quem não chama, quem não vai apoiar ninguém, também não vai receber apoio. Enquanto companheiros, nós precisamos ter essa relação. Não é esperar "que a Nacional venha, que a Estadual venha". Vamos chamá-los, convocá-los mesmo, para que a gente possa mostrar presença junto aos companheiros, animar essa luta, fazer uma bela campanha e sairmos vitoriosos.

Com certeza, nós podemos fazer uma grande disputa, desde São Paulo, até o menor município do país. O nosso Presidente Márcio França, foi reeleito duas vezes prefeito de São Vicente com uma votação estrondosa, com 90% dos votos. Em São Paulo, nós podemos fazer uma bela disputa política com a companheira Luiza Erundina. Vamos disputar a eleição de Porto Alegre, com o nosso companheiro Beto. Vamos disputar a eleição de Belo Horizonte, com o companheiro João Leite. Está ali o Mauro Nazif, que vai ser prefeito de Porto Velho. Nós vamos disputar e ganhar a eleição na capital da floresta, que é Manaus, com o Serafim, com certeza.

Então, são companheiros que têm identidade com a caminhada do nosso partido, que podem fazer uma bela disputa política e eleitoral. Esses companheiros têm chances reais, objetivas de fazer a disputa. É esse partido que, com todas as dificuldades, nós estamos ajudando a construir. Se fosse esse partido fosse tão ruim, se a direção desse partido tivesse tantas falhas como alguns acham que tem, nós não estaríamos construindo um partido que vai disputar eleição em vinte capitais, com chances de ganhar na maioria delas; nós não estaríamos construindo um partido que passou a Cláusula de Barreira; nós não estaríamos construindo um partido que tem o respeito e é ponto de equilíbrio da esquerda brasileira. Nós estamos tendo um papel no Parlamento Brasileiro pela qualidade da intervenção do nosso conjunto porque nós temos tido unidade; porque nós temos tido capacidade de fazer a discussão nos fóruns do nosso partido, na nossa bancada; porque nós temos feito um movimento que pode

até não ser o melhor, mas é um movimento bem intencionado e comprometido com o partido. E é esse debate que eu acho que vocês têm que fazer e que a gente está disposto a ajudar. Eu acho que precisamos criar esse pensamento, essa liga dentro do partido para, em 2004, fazer uma grande largada do nosso partido rumo à sua consolidação como partido da esquerda brasileira, que vai defender o Brasil e o povo brasileiro. Muito obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Em seguida, passo a palavra ao nosso companheiro Beto Albuquerque.

Deputado Beto Albuquerque – Expositor: É um prazer estar aqui interagindo neste debate crucial e emergente. Afinal de contas nós estamos a dez meses das eleições municipais e o tempo passa rápido. Então, já é hora de discutirmos e tomarmos decisões sobre esse assunto. Eu quero saudar o Serafim; o Márcio que é uma referência de administrador público para o PSB e um grande prefeito de uma grande cidade de São Paulo; o Eduardo, nosso líder na bancada, todos os companheiros e companheiras.

Eu vou recomendar para posterior leitura, e até deliberação desta Comissão Temática, de pelo menos duas teses que estão no nosso Caderno de Teses. Uma é do companheiro Rogério Portanova que, inclusive, é nosso pré-candidato a Prefeito de Florianópolis. Na Página 35 tem outra ótima contribuição Rogério, na linha da política de alianças. E na Página 36 tem uma boa reflexão dos meus companheiros lá de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, sobre essa questão da cidadania das nossas cidades.

Eu acho que, nesta Comissão Temática, devemos fazer dois enfoques. O primeiro é a estratégia do PSB para as eleições e segundo é o que queremos fazer quando ganharmos as prefeituras e elegermos vereadores. São dois enfoques que eu penso que nós devemos abordar aqui - primeiro, por que disputarmos e depois para que disputarmos e vencermos? Senão nós ficaríamos apenas na vontade eleitoreira de vencermos eleições ou termos mandatários, prefeitos sem exatamente definirmos qual é o enfoque, qual é a bandeira, qual é a marca, qual é o carimbo que uma prefeitura do PSB, uma candidatura do PSB, um mandato de vereador do PSB tem que deixar quando ele participa de um debate. Precisamos saber que marca é essa que nós queremos construir. E como somos socialistas, essa é uma marca que tem que ser bastante universal apesar das diferenças de uma ou outra localidade, de uma ou outra região. O enfoque pode ser diferente, a prioridade pode até ser diferente, mas o jeito tem que ser igual. Nós precisamos ter um jeito socialista de governar, um jeito socialista de exercer o mandato parlamentar. Temos que ter algumas coisas que nos identifiquem em todos os níveis seja na Câmara Federal, na Câmara de Vereadores, no Senado, na prefeitura, não importa de que porte, de que tamanho,

nós temos que ter um jeito. Eu acho que nós precisamos perseguir essa identidade. A nossa meta, companheiros e companheiras de organizações partidárias tem que dialogar sem que isso signifique o resumo do sentido de nós sermos partido, mas tem que se organizar em torno do apetite da disputa eleitoral porque é assim que constitui a possibilidade de exercício do poder real.

No debate de hoje de manhã quando nós discutíamos a questão de avaliação do Governo Lula e da participação do PSB, eu dizia que o Presidente Lula fez cinqüenta e oito milhões de votos, mas os cinqüenta e oito milhões de brasileiros que votaram nele não votaram necessariamente em deputados e senadores vinculados programaticamente e ideologicamente com o seu governo. Se nós tivéssemos elegido a maioria absoluta na Câmara e no Senado de parlamentares do PSB, PCdoB e do PT nós, com certeza, nós teríamos uma possibilidade real de fazer um governo essencial de esquerda, com muito mais avanço do que hoje nós até diagnosticamos, porque as propostas avançados que nós temos dentro do governo não acontecem porque a base do governo é plural, inclusive em direção ao centro, como é o caso do PMDB, como é o caso PP. Isso limita a ação.

Então, quando nós ganhamos uma prefeitura, se não nos preocuparmos em qualificar a representação das nossas câmaras de vereadores, daqui a pouco ficamos reféns da maioria da Câmara de Vereadores que não necessariamente tenham o nosso puro sangue nosso. E aí fazemos concessões, não avançamos, nos sentimos restringidos, e assim por diante. Então, eu gosto do partido que tem apetite, que tem ambição, que entende que a política institucional dos mandatos opera decisivamente, sem dúvida nenhuma, para melhorar a organização da sociedade, para organizar os movimentos sociais cada vez mais e para poder produzir resultados importantes. O nosso partido está adiando uma reforma política, não adianta nos lamentarmos da reforma, não adianta acharmos que eles estão operando mal contra os partidos de esquerda. Nós temos que crescer para enfrentar o mal; temos que nos organizar para vencer as barreiras; e não ficar choramingando nos cantos que não vamos conseguir isso ou não vamos conseguir aquilo.

E para que isso ocorra, eu acho que este IX Congresso Nacional do PSB tem que recomendar a todos os diretórios municipais do partido no Brasil examinarem o lançamento de candidatos próprios a prefeitos, a prefeitas, a vereadores e a vereadoras em chapa própria, para nós acumularmos em casa, de forma caseira, a formação das nossas lideranças. Podemos não ganhar na primeira nem na segunda. Mas se nós só agirmos com espasmos eleitorais, nunca vamos ter na fornalha definitiva as lideranças com a cara do PSB, com o jeito do PSB, com a identidade do PSB. Então, eu acho que nós precisamos ter

candidatos em todas as capitais, em todas as cidades que tenham um segundo turno, em todas as cidades importantes. Nós temos que ter uma meta. Se vamos conseguir, eu não sei. Mas o partido tem que decidir, determinar, recomendar, estimular, provocar. Caso contrário, não valeu a pena fazermos um esforço para vencermos a Cláusula de Barreira. Então, vamos pegar os nossos dois minutos de rádio e televisão, vamos acreditar, vamos nos organizar, vamos eleger, vamos avançar. Eu acho que isso é fundamental. Quanto à questão de alianças, é muito difícil você fazer um juízo de valor definitivo. Nós temos muitos brasis dentro do Brasil e não podemos achar que uma regra única possa ser a solução. Eu acho que a nossa orientação geral, em primeiro lugar, é ter candidato próprio e coerência política do nosso partido. Nós temos hoje um leque amplo de partidos que fazem parte da base de sustentação do governo que nós integramos em nível federal. Esses partidos, em alguns estados, em algumas cidades, são nossos inimigos de morte, noutros não. Nem todos nós podemos dizer que essa roupa serve em todos os lugares, mas é um leque que pode ser examinado. Afinal de contas, se nós estamos governando o Brasil e convivendo com esse leque de partidos, penso que não estejamos proibidos de examinar esse tipo de aliança, caso a caso. Obviamente, isso não significa que o nosso partido possa ir ao centro para apoiar candidaturas de centro. Eu diria que poderia ir ao centro para buscar apoio às nossas candidaturas. É diferente. Já tem gente que se assanha, dizendo: "Vamos nos atracar, apoiar o PP, o PL". Não. Se o PP quiser votar na gente, bem-vindo o voto do PP; se o PL quiser votar na gente, bem-vindo o PL; o PMDB, não tem problema. Agora, daqui para lá o exame é outro; daqui para lá há mais responsabilidades de que nós não podemos abrir mão nesse processo eleitoral. Eu acho que nós temos que fazer um esforço imenso.

Eu tenho dialogado muito com a companheira Mari, a nossa Secretária Nacional de Mulheres. Nós precisamos ofensivamente ir ao encontro das quotas; não adianta lutarmos por quotas e depois na hora de fazer a chapa de vereadores não ter mulheres. As companheiras têm que estar na linha de frente com apetite da disputa eleitoral porque o mandato da mulher é crucial, é fundamental, é importante. Nós temos hoje duas valorosas companheiras no mandato da Câmara Federal - a companheira Erundina e a companheira Janete Capiberibe. E achamos que temos que lutar para forjar mandatos populares de mulheres valorosas, combativas. Mas para isso, as disputas têm que começar na base. Se nós lutamos para que houvesse quotas de 30% de mulheres em chapas eleitorais, temos que lutar para que isso aconteça. Em relação à quotas de gênero, nós precisamos fazer na prática aquilo que lutamos muito de fato para conquistar.

Quais as marcas que devemos perseguir onde administramos? Não dá

para vender a ilusão que governar é ganhar a vara mágica para resolver todos os problemas. Temos que ter o pé no chão. Eu acho que um diálogo sincero com a sociedade é muito importante. Não o diálogo das ilusões que depois vira decepção e frustração; o diálogo sincero das possibilidades; o exame responsável dos números de cada cidade, de cada lugar. Quer dizer, um discurso afirmativo, transformador, mas com os pés no chão, não voando. Eu acho que isso é fundamental. Eu acho que o nosso partido, além dos requisitos básicos de qualquer homem e mulher de bem - da honradez, do respeito, da dignidade, da ética - porque isso não é uma prerrogativa de partido; isso é uma prerrogativa de quem quer ser um cidadão de bem; e em outro partido também pode ter gente assim, também tem gente digna e honesta. Então, eu não vou nessa. Até porque, o PT fez apologia muito tempo de que ele era um partido apropriado da dignidade e da ética na política. Não. A ética existe para o cidadão e para a cidadã de bem - fora do PT, dentro do PT, dentro do PSB. Isso é uma questão de conduta, de espinha dorsal, de pessoalidade de cada um de nós. Eu não me refiro a isso, portanto. Isso não pode ser bandeira, isso é uma obrigação, é um dever.

Agora, eu acho que nós temos que ser um diferencial em termos de políticas sociais. Um governo socialista precisa ser referência em políticas sociais, em resultados concretos na inclusão social. Esses dias me perguntavam, em Porto Alegre: "Afinal, o PT está aqui há dezesseis anos, numa outra administração, o PSB, inclusive faz parte. Qual é a diferença?" Eu dizia exatamente isso. E o Vereador Garcia, nosso vereador lá na nossa capital dizia: "A diferença é que nós não queremos passar dezesseis anos, e depois de dezesseis anos de governo de esquerda, o número de crianças de rua aumentar". Nós temos que acabar com isso. Nós temos que ser referência não só porque fazemos governos populares, democráticos, com participação popular. Porto Alegre é um ícone internacional até de participação população. Maravilha! Tem que continuar! Mas é pouco. Tem que ser um ícone nacional, como a cidade que zerou o analfabetismo; como a cidade que zerou a mazela social. Não é fácil resolver isso; não é fácil tornar a zerar essas coisas. Mas essa tem que ser uma meta de um partido, como o Partido Socialista Brasileiro, apesar das dificuldades. Nós temos que ser o partido da inclusão social; nós temos que ter políticas de desenvolvimento sustentável que permitam exatamente produzir esse tipo de resultado. Não adianta a gente ter a melhor cidade na imagem, cordão da calçada bem pintado, a rua bonitinha, e termos as mazelas sociais, a exclusão, o analfabetismo, a falta de habitação, e de condições humanas de sobrevivência de boa parte da população. Estaríamos fazendo a política quase igual à dos nossos adversários, que, muitas vezes, se escondem atrás das aparentes belezas administrativas para que não se note a ausência de políticas sociais. Então, eu

acho que nós precisamos ser o ícone, a referência de inclusão e de desenvolvimento sustentável.

Para isso, temos muito que construir, e obviamente, adaptar cada uma dessas políticas a cada região. Afinal de contas, falar em inclusão social para a cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, é diferente de você falar em inclusão social no sertão do Nordeste. Mas em ambas situações é preciso fazer a inclusão. O eixo é o mesmo; a receita tem que ser examinada; tem que ser preparada caso a caso, dependendo de cada realidade e de cada situação. Eu acho que um dos desafios que o Governo Lula tem, e que nós como integrantes da base do Governo temos, é enfrentar este primeiro ano de governo. É um ano de transição, um ano difícil, não que o próximo vá ser fácil, mas ninguém faz exame de juízo de valor sobre mandato com apenas onze meses; ninguém faz um juízo definitivo num período tão curto. Eu penso que, a partir do segundo ano, o Governo Lula tem que começar a produzir políticas públicas municipais que dialoguem melhor com as prefeituras, que descentralizem o Pacto Federativo, que distribuam melhor o bolo, porque as coisas na cidade podem ser feitas de forma melhor. É ali que a vida acontece; é ali que nós moramos; é ali que nós temos que resolver os problemas. Em Brasília, a gente resolve a macro política, mas o detalhe que opera a saúde, a educação está lá na cidade. Então, eu acho que nós precisamos também, como partido, tencionar para que o Governo Lula tenha uma visão municipalista em todos os sentidos, a começar pelo municipalismo do recurso das possibilidades das suas políticas.

E, por fim, já que o nosso tempo acaba, eu queria abordar a questão do controle social. Eu penso que, para governar, para a gente exercer mandato, é importante ter e dar a possibilidade do cidadão poder se organizar e ajudar o município a zelar pelos seus recursos, a cuidar do dinheiro público, a fiscalizar a sua aplicação. Como fazer isso? Há formas de se fazer isso, mas nós não podemos abrir mão de ter meios e instrumentos de controle social sobre o que nós fazemos. Aliás, eu diria que isto é para o nosso próprio bem quando estamos à frente de uma administração. Devemos colocar a cidadania a nos olhar e a zelar para que a gente não cometa deslizes, para que a gente erre o menos possível e, portanto, que a gente possa atingir os nossos objetivos.

Então, meus companheiros, eu acho que devemos todos sair deste Congresso determinados a termos o máximo possível de candidatos em todas as cidades, porque é dessa eleição municipal que sairá a solução para a Cláusula de Barreira da próxima eleição nacional; é dessa eleição municipal que sairá a possibilidade de nós elegermos mais deputados federais, para que a gente possa chegar e bater na mesa na hora de reivindicar, não apenas com vinte deputados. Todos nós somos muito dedicados, mas convenhamos que o governo já não é

nosso. O nosso, nós perdemos no primeiro turno; nós somos aliados de um governo; nós temos opiniões sobre o Governo, mas nós temos uma parte pequena de participação no Governo, e nós vamos crescer não para este Governo apenas, mas para sempre. Em todos os níveis precisamos crescer para exercer a nossa forma de exercício do poder. E uma última frase: "Nunca esqueçamos, como socialistas, que nunca se chega ao poder apenas se ganhando o governo". A luta do socialismo está muito longe de chegar ao Governo. O poder está para além dos governos, está noutra dimensão. Então, nem sempre chegamos ao poder quando ganhamos o governo, muito menos no plano municipal, estadual ou mesmo federal. Mas temos instrumentos muito importantes para conquistarmos o poder, se formos capazes de produzir governos de fato representativos, organizadores e transformadores da sociedade. Era a contribuição que eu deveria dar aos companheiros. Muito obrigado pela oportunidade.

Serafim Correia – Coordenador: Companheiros, na seqüência a palavra vai para o nosso Prefeito Márcio França. Antes porém, eu queria logo encaminhar a questão das inscrições porque, ao concluir o Márcio França, nós vamos abrir para que haja a participação dos companheiros e das companheiras que estão aqui presentes. A inscrição se fará pelo crachá. Então, aqueles que quiserem se inscrever, podem trazer o crachá aqui à frente.

Eu quero dar só um esclarecimento. É óbvio que sendo um congresso, os delegados têm a prioridade em falar. Aqueles companheiros que não são delegados podem dar o nome que eles também participarão ao final. Dito isto eu passo a palavra ao nosso companheiro Márcio França, Prefeito de São Vicente.

Prefeito Márcio França – Debatedor: Boa-tarde a todos. Companheiro Serafin, Beto, companheiro Eduardo. Eu queria avisar aos companheiros que o Deputado Eduardo está sendo chamado para uma reunião e está pedindo licença para poder deixar a Mesa. Não que a sua ausência seja compensada por nada, mas a gente compreende as tarefas.

a mim coube aqui a tarefa de fazer o papel de debatedor. Como debatedor, eu vou poupá-los de fazer uma análise mais profunda de qualquer um dos assuntos relacionados. Eu vou tentar provocar as situações mais práticas que eu penso serem importantes para o desenvolvimento das próximas eleições. Vou fazer uma retrospectiva rapidamente.

No último Congresso Nacional, o partido havia deliberado que a nossa principal tarefa seria ultrapassar a Cláusula de Barreira. Saímos de 3.6% dos votos nacionais e tínhamos a tarefa de chegar a mais de 5%. Nessa eleição,

chegamos a 5.27%. Na minha visão, isso se deu, muito em função da possibilidade de termos candidaturas próprias em todos os estados e termos também candidatura à Presidência da República que alavancou, portanto, essa somatória de votos. Isso nos permitiu algumas coisas. Ontem, o Dr. Arraes mencionou - e as pessoas que têm sensibilidade perceberam - que grande parte daquilo que não era possível se fazer antes, agora pode ser feito, na medida em que você ultrapassou a Cláusula de Barreira. Para que vocês entendam, além de aumentar muito o tempo de televisão, aumenta muito também a questão do Fundo Partidário. Há uma relação muito grande de aumento de valores em função de se ultrapassar a Cláusula de Barreira.

É por isso mesmo que, na função de debatedor, eu vou procurar estimular o debate com o Beto, que é quem sobrou aqui para poder fazer esse contra-ponto do ponto de vista do debate. Segundo o último censo do IBGE, o Brasil tem 5.505 cidades que foram analisadas no último censo. Dessas, duzentas e trinta e duas têm mais de cem mil habitantes; e 113 têm mais de duzentos mil habitantes. Essas cento e treze cidades representam hoje 52% dos votos brasileiros. Repararem bem. O que se busca com isso, com esses números? Nós não temos força para poder brigar em todos os cantos ao mesmo tempo, não que nós não tenhamos vontade, mas não temos força para isso. Então, vamos ter que tentar dar uma priorizada em alguns cantos em função da possibilidade eleitoral e em função da estratégia eleitoral. Há deputados que, nos últimos anos, nós presenciamos mais do que nunca terem um desempenho muito bom nas eleições municipais, ganhando se possível. Mas se não for possível estabelecer que as pessoas ganhem ou que percam as eleições, o importante é que sejam pessoas vinculadas a nós para que nós possamos ter depois, nessas pessoas, possíveis candidatos a deputados estaduais e federais. É esse o número de deputado federal que estabelece essa porcentagem dos 5%.

Para se fazer isso eu acho e penso que nós podíamos ter alguma estratégia mais rápida e limitada aqui ao tempo que o Serafim, embora a contragosto, é obrigado a fazer respeitar. Nós podemos discutir ideologicamente tudo - o que é margem de esquerda, margem de direita. Mas nesse instante, assim como na eleição passada, nós tínhamos uma barreira a ultrapassar, ou ultrapassava ou não ultrapassava. Tanto assim que, apenas sete partidos no Brasil ultrapassaram a Cláusula de Barreira, e nós somos um dos sete. Então, com acertos ou erros, o que se enxerga a verdade é que ao final do pleito nós fomos vitoriosos, nós ultrapassamos a Cláusula de Barreira. Agora, precisamos permanecer nesse mesmo grupo de partidos que conseguiram ultrapassar e precisamos, se possível, também avançar.

Neste painel, precisamos fazer duas perguntas específicas. A primeira é

o seguinte: Fazer coligação com o quem? Há uma regra básica do partido, de que poderemos fazer coligações, desde que se mantenha a cabeça da chapa, portanto a condição de candidatura a prefeito. A coligação tem que ser lembrada com a vitória, a coligação é com a vitória. Normalmente não se fala isso, mas de verdade se você tem chance de ter partidos aliados a você e que vão apoiar, como disse o Beto, não há razão de você desprezar tais partidos. Até porque em algumas situações nacionais, partidos que são nacionalmente de ultradireita, em alguns estados não são; ou têm algum papel que não são tão à direita assim. Se você pega situações de estados que são conservadores, às vezes, tem lá uma pessoa controlando o partido mais à direita, que tem algum relacionamento com você. Então, se nós temos a cabeça da chapa, na minha visão, a coligação sempre foi com a vitória, e portanto, é permitido com todo mundo. Agora, quando se vai apoiar alguém, essa decisão de apoio, naturalmente, passa pelos diretórios respectivos, para os diretórios estaduais que vão, ou não, dar aval a essa aprovação da coligação.

Com relação à questão das políticas públicas que o partido tem, nós somos como aquelas pessoas que, embora sentadas em cima de uma bacia de ouro, ficam no contorno, admirando um pouco as coisas dos outros. Ontem eu vi a visita do Genuíno aqui, que é uma pessoa brilhante, que eu respeito muito e que é do meu estado. Mas eu vi o frisson que causou a visita do Genuíno. Eu acho uma coisa estranha que a gente tenha tanto frisson com relação ao Genuíno, que é presidente do PT, se a gente não tem, às vezes, com o nosso Presidente. É uma coisa interessante isso. É um complexo de inferioridade e nós temos que se vencer essa barreira. Quando aceitei a tarefa que o partido determinou de fazer a Coordenação Nacional da Campanha do Garotinho, foi muito nesse sentido, de vencer um complexo de inferioridade. As pessoas dizem: "Não, a gente tem que ser sempre alguma coisa menor, se der uma vaguinha está bom". Por que tem que ser essa coisa tão diminuta? Por que é que nós temos que ficar a admirar os governos bem sucedidos dos outros partidos? Nós temos inúmeras prefeituras no Brasil extremamente bem sucedidas. Eu vou até desprezar a minha porque sou suspeito de valorizar a mim mesmo, mas no Estado de Minas Gerais a prefeitura mais bem votada na reeleição é do PSB; no Estado do Rio de Janeiro, a prefeitura mais bem votada da reeleição é do PSB; no Estado de São Paulo é a nossa lá do PSB. Com tantas experiências positivas, nós vamos buscar exatamente as outras experiências?

Portanto, a minha primeira sugestão é a edição de uma revista chamada "Argumento" que o partido começou a editar já há alguns anos. É uma revista de conteúdo bem profundo, que discute teses ideológicas importantes. Mas reparem que nós estamos numa reta agora, são dez meses só. Eu sugeriria à

Direção Nacional e estou sugerindo a mim próprio porque que também faço parte, que nessas próximas quatro edições da revista "Argumento", utilizássemos como referência as bem sucedidas experiências administrativas das prefeituras que nós temos na área da saúde, na área da educação. Eu tenho certeza que nós vamos ficar surpresos com tantas experiências positivas que nós temos. E aí sim, poderíamos criar marcas. Por exemplo, o orçamento participativo, de que tanto se fala, e que ficou famoso como sendo uma sugestão do PT no Rio Grande do Sul, era uma iniciativa do Governo do PSB, da qual o PT se apropriou e a gente, comodamente, deixou que ele se apropriasse. Hoje, eu já acho isso uma coisa antiquada. Lá no nosso governo, a gente trabalha com uma coisa que a gente chama de "Pós-Graduação do Orçamento Participativo". Portanto, eu acho que essas experiências podiam estar elencadas para que os companheiros nacionalmente pudessem ter acesso a essas próximas quatro edições da revista "Argumento". Já que a revista é bimestral, vamos ter mais quatro edições até a eleição, então, eu acho que seria interessante que fizéssemos a divulgação dessas experiências bem sucedidas do PSB.

Eu também queria sugerir, para debate, porque no fundo essa é a tarefa, que nós estudássemos a questão do Fundo Partidário. O Partido vai ter candidato em 20 capitais. Em pelo menos 10 ou 12 dessas capitais, nós estamos na frente, ou em segundo lugar. Essa é uma grande marca. Muitas vezes, em determinados estados, o nosso Partido não tem estrutura. Eu estive várias vezes com o Serafim lá em Manaus e posso testemunhar isto. O Serafim é candidato favorito à Prefeitura de Manaus, perdeu uma eleição por menos de meio por cento dos votos, vai ganhar essa eleição lá, agora e simplesmente nós precisamos fazer com que isso aconteça. O Eduardo falou: "O Serafim convida para que nós vamos até lá". Mas isso não basta. O apoio pessoal, o apoio da presença ajuda, mas não é tudo. Eu sei que eu não falo de São Paulo, porque São Paulo tem uma outra dimensão nessa coisa da relação da estrutura partidária. Eu sei o quanto pode ajudar, por exemplo, essa distribuição do Fundo Partidário - o quanto pode ajudar em cada um dos estados; o quanto pode ajudar a Eliane lá em Cuiabá; o quanto pode ajudar o Mauro, lá em Rondônia. O Art. 66 do Estatuto disciplina que os recursos provenientes do Fundo Especial serão distribuídos segundo o seguinte critério: 60% fica no Fundo Nacional e 40% vai para os estados. Nem todos os estados conseguem receber, porque eles têm problemas com a Justiça Eleitoral, prestação de contas etc. Mas, a quota desses estados que não recebem, ficam novamente à disposição do FUndo Nacional. A minha proposta é que, pela importância que tem essa eleição, que nós tirássemos a metade desse Fundo Nacional, ou seja 30%, e fosse criada uma Comissão Especial para gerir isso. Hoje, o partido tem cinco ou seis

Secretarias Especiais que são importantes, mas não têm uma função específica. A minha proposta é que dois desses Secretários Especiais fossem designados, pela Executiva Nacional, como Secretários Especiais de Acompanhamento das Eleições Municipais. E que um outro, fora esses dois, fosse escolhido entre os Presidentes dos Diretórios Estaduais. Essas três pessoas formariam essa "Comissão Especial" para gerenciar esses 30% do Fundo Nacional Partidário. Eu insisto que isso pode parecer irrelevante, mas eu tenho certeza que ajuda, por exemplo, uma pesquisa eleitoral em cada uma dessas capitais. São lugares pequenos, em que a possibilidade de ter toda a parte de televisão colocada à disposição através do Partido Nacional ajuda bastante, incentiva bastante a pessoa a sair candidato. Eu sei que nós não temos muito, mas esse pouco que nós temos nós temos que demonstrar a nossa vontade de que isso possa dar certo. Então, eu acho que essa decisão indicaria que a Executiva Nacional está preocupada com isso. Portanto, a proposta é que se separasse metade do recurso do Fundo Nacional para que, nesse instante, esses companheiros pudessem ter o mínimo de ajuda. Nós estudaríamos com essa comissão de três pessoas, em cada um dos estados, quais são as cidades grandes em que nós temos mais chances e priorizaríamos exatamente nesses locais. De repente, a cidade não é tão grande, mas é estratégica, está abaixo de cem mil habitantes, mas é estratégica. Isso pode acontecer isso. Então, nós vamos priorizar ali também. E o pouco de ajuda que a gente possa dar, para ele pode ser muito. Ontem, eu falava com uma companheira do nosso estado, que dizia: "Para mim, televisão é impossível. O problema é que, quando se fala em televisão sempre se fala em milhões, porque a gente tem como referência, pessoas como o Duda Mendonça, etc. Isso significa milhões". Isso não é tão caro assim se for feito com um pouco de técnica simplificada, mas com qualidade. Nós temos tanta gente no partido com experiência nessa área da comunicação, com larga experiência, companheiros com experiência, com possibilidade de ajudar, não financeiramente, mas tecnicamente, para que nós tenhamos programas bem feitos e bem elaborados. Vou chutar um exemplo. Vamos pegar o Acre. Se você coloca lá a companheira Luiza Erundina pedindo voto para o nosso candidato lá no Acre, isso qualifica a candidatura do companheiro lá. Agora, isso tem que ser feito com antecedência. Isso tem que ser feito agora, nesse instante. Na minha cidade, todos os candidatos a vereadores de todos os partidos coligados já tiraram fotos. Nós estamos começando a rodar material, quando chega na hora, é só distribuir. Enquanto os outros estão começando a pensar em fazer, nós estamos na frente. Isso diferencia. Já que não somos tantos assim, podemos ser os melhores porque, de verdade, esse negócio de disputar é muito gostoso, mas o bom mesmo é ganhar. Disputar é um negócio interessante, mas o bom é ganhar. E eu acho que é possível ganhar.

Eu rodei o Brasil inteiro, eu vou dizer para vocês: é espantoso como é que sobreviveram tantas pessoas boas no Partido ao longo desses anos. É difícil você participar de um partido menor; é difícil, você está sendo sempre cooptado. Mas eu insisto que nós temos chance em várias capitais; nós vamos ganhar uma grande quantidade de cidades grandes ou pequenas, e quem tem que decidir qual é a cidade importante é o Diretório Estadual. Ele tem que informar isso. Lá no Maranhão, por exemplo, me disse agora há pouco o José Antônio, só tem três cidades com mais de cem mil habitantes. Se nós ganharmos em duas ou três, elas são emblemáticas, são cidades fortes, são cidades que chamam atenção. Também, se não ganharmos, plantaremos em cada uma dessas cidades uma semente sólida para uma candidatura a deputado estadual ou federal. Agora, para isso acontecer isso temos que passar da retórica e concluirmos com práticas. Se temos prefeituras que deram certo, vamos usar o pouco instrumento que nós temos de comunicação para que essas experiências sejam divulgadas. Se temos esse recurso, vamos usá-lo para poder fazer esse bom desempenho, até porque na permanência desses 5% (cinco por cento) que nós tivermos esse recurso continua, quer dizer, nós não estamos dividindo uma coisa que já existia, estamos dividindo o novo, estamos dividindo um pouco do que cada um de nós conquistou com o esforço de cada um, com deputados que tiveram votações pequenas, grandes e médias, tudo isso contribuiu para que nós chegássemos nesses 5% (cinco por cento). Então, eu acho que com essas duas propostas básicas a gente teria a possibilidade de dar uma mexida, uma novidade nacional. O que eu insisto, Sarafa, é que você havia feito uma proposta, lembro-me – eu acho que foi na última reunião diretória, não me lembro quando – você trouxe uma tese de que nós fizéssemos um empenho muito grande nas capitais. Lógico, as capitais são o eixo principal, mas fora as capitais, o Diretório Estadual saberá dizer: "Para nós é relevante disputar em São Paulo e Campinas, porque o companheiro Jonas Donizete aqui que vai ganhar a prefeitura a Campinas, que tem lá um milhão de eleitores". É importante ganhar. Às vezes é mais importante do que - não é o caso de São Paulo porque tem a capital de São Paulo, que talvez é a mais importante, e Luiza insiste nisso – e é bom que a gente fale - ganhar São Paulo é de verdade mudar o Brasil, pela referência porque, até porque lá tem o Governo do PT instalado, lá é a sede do PT. Lá nós estamos já numa disputa ferrenha porque, em São Bernardo, que é do Lula, a prefeitura é nossa. E nós vamos ganhar de novo a prefeitura em cima deles lá. Agora mesmo, o Lula esteve em São Bernardo, no aniversário da Wolksvagem, subiu no palanque e falou: "Olha, estamos aqui, festa para todo mundo, parabéns São Bernardo. Vicentinho sobe aqui, rapaz, você vai ser prefeito daqui". O Vicentinho é o candidato deles à Prefeitura de São Bernardo. Todo mundo ficou constrangido e disseram que o Lula não podia

fazer isso porque nós somos da base aliada. O Lula está certo, o Lula vai fazer campanha para o partido dele. Eu adoro PT, desde que ele fique atrás de mim na eleição, eu não tenho nada contra eles não. Agora, se nós estamos juntos no governo, porque nós ganhamos o governo juntos, nós queremos ser leais ao Governo. Mas eleição é eleição. Com certeza, em cada um dos estados, nós teremos candidatos diferentes. Quando o Beto for disputar em Porto Alegre, ele certamente disputará com PT, fazer o quê? Ontem eu vi o Genuíno falando: "Aceitem as nossas desculpas. Confesso o nosso erro de não ter apoiado algumas situações nossas no Brasil inteiro que podíamos ter apoiado". Porque o gesto tem que ser duplo em todos os governos - e você é testemunha vivo disso aí. Os governos do PT, no Rio Grande do Sul, sempre tiveram o nosso apoio, nos momentos fáceis e nos momentos difíceis. Agora, a recíproca tem que ser verdadeira. Se não é verdadeira, então participamos do Governo e vamos disputar. E aí o povo dirá quem é que sabe governar melhor. O que eu sei é que nós temos chances de ganhar em várias cidades, e a Executiva Nacional tem esse compromisso de ajudar. Antes, não adiantava cobrar porque não tinha nem onde fazer. Como é que se fazia isso? Agora não, agora nós temos essas condições. E eu tenho certeza que a nova Nacional eleita saberá dar esse tom. Eu tenho certeza que elegeremos, para o Diretório da Executiva Nacional, pessoas que tenham experiência em processo eleitoral do município. É preciso que lembrem que a eleição não é para governador, nem para deputado. A eleição agora é para a prefeitura. Hoje, com cinco pessoas em qualquer cidade que vocês queiram, a gente aplica o modelo de *site* de pesquisa, como o Ibope e Datafolha, e você vê o resultado da pesquisa. Muitos dizem: "Puxa, mas eu não tenho condições de contratar uma pesquisa". Você pode fazer uma pesquisa sem tanta técnica assim. Nós temos pessoas que podem ensinar como se faz isso. Agora, é preciso ter objetividade.

É por isso que eu acho que essa é a reunião mais importante que nós estamos fazendo neste Congresso em função do tempo, porque a próxima eleição é eleição municipal. Deste nosso congresso, desta nossa reunião, tem que sair essa sugestão para que a Nacional adote uma posição de prestigiar financeiramente um grupo específico de pessoas para a eleição. E com essa possibilidade de que essas pessoas possam ser duas delas da Executiva Nacional e uma delas indicada pelos próprios Presidentes estaduais, para que eles possam se sentir representados também.

É lógico que numa Comissão Executiva com dezoito nomes não cabe o Brasil inteiro, mas seria uma chance de todos estarem representados. Aí sim, estando reunidos, eu tenho certeza, de que cada dirigente principal do estado sabe dizer: "A cidade que eu tenho mais chance é aquela". E dessas 111 cidades,

113 cidades, ou 232 cidades que representam mais de 60% do Norte do país, cada um dirá: "Nós temos chance aqui em duas, em três, em quatro". Na verdade, faremos campanhas para ganhar em sessenta, setenta, oitenta cidades. E cada um dizendo as suas fica muito mais fácil. Nós temos agora os instrumentos e eu tenho certeza que estamos à altura dessa tarefa. Obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Eu quero agradecer a participação do nosso companheiro Márcio França e declarar encerradas as inscrições. Temos quarenta inscritos. Para descontrair o ambiente: quando você é candidato, termina sendo convidado para aniversários. Então, todos os aniversários que eu ia eu parabenizava o aniversariante pelos quarenta anos. Só que numa das vezes, a aniversariante estava fazendo, na verdade, vinte e nove anos, e eu disse que estava muito feliz em estar presente aos quarenta anos. E ela reclamou. Então, eu disse: "Não, porque 40 é o meu número e essa é uma forma de lembrar para você não esquecer de votar no 40. é eu dizer que são os quarentas anos e não esqueça de votar no quarenta" e tudo mais.

Márcio França – Expositor: Você devia falar assim: "Eu estou presente no início dos seus próximos quarenta anos. Você fez agora vinte e oito, mas vai começar os quarenta".

Serafim Correia – Coordenador: Nós temos uma dificuldade, que é de trabalhar contra o relógio, e o nosso companheiro Alexandre terá que sintetizar essas propostas para que elas possam ser apresentadas ao Plenário. Então, ficou estabelecido que cada companheiro que viesse aqui à frente para falar tem que ser bem objetivo para dar a sua opinião, formular a pergunta ou dar uma sugestão, apresentar uma proposta. Bem, se nós trabalharmos com três minutos para cada companheiro, nós vamos levar uma hora e meia. Nós estamos às 16:30, uma hora e meia daria 18:00 horas. O relator tem que apresentar isso no Plenário, às 19:00 horas é que cada um tenha dois minutos para fazer a sua intervenção. Se nós não conseguirmos administrar o tempo, às 19:00 horas nós não teremos nenhuma proposta, nenhuma sugestão, nenhuma análise. Eu pediria a compreensão de todos para que cada um possa fazer o máximo de síntese e a gente possa levar isso a bom termo. Está bem? Eu, de minha parte, tenho o máximo interesse em que todos possam expressar as suas opiniões e tudo mais, mas lamentavelmente o relógio trabalha contra nós. Então, até para não gastarmos mais tempo, o primeiro é o Tenente Célio, Presidente Estadual do Tocantins. Eu pediria que fosse bem objetivo. E logo chamando Isabel para ficar aqui na frente, que ela é a seguinte. Parabéns! O nosso companheiro Tenente Célio, futuro prefeito de Palmas.

Tenente Célio: Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer aqui ao Márcio França por ter facilitado a nossa propositura, já que nas suas palavras a

nossa idéia já está bastante contemplada. Eu quero me congratular com esse companheiro, que entendo ser um dos grandes articuladores do Partido nessa atual vigência, e gostaria de ficar solidário às suas proposituras.

Queria solicitar também que a Fundação João Mangabeira estivesse mais presente nos estados para que nós possamos fazer a formação política necessária dos companheiros dos outros partidos que ingressaram recentemente no PSB. E também queria pedir a você, Márcio, para que endossasse mais as suas proposituras na questão de material. Você sabe o tanto que isso foi difícil, nessa campanha. Eu disputei a candidatura de senador pelo meu estado, com recurso vindo da campanha. Foram pouco mais de R$ 10.000,00, além do meu salário de vereador na capital. E eu tive quase 30% dos votos do Estado do Tocantins; tive quase duzentos mil votos naquele estado. E com um pouquinho mais de material, eu poderia hoje ser Senador da República. Não fomos porque a maioria dos eleitores não conseguiu sequer saber da nossa candidatura.

Participante não identificado - É porque Deus queria que você fosse prefeito de Palmas.

Tenente Célio: Muito obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: - Eu agradeço ao Tenente Célio, e chamo a Isabel. O próximo é o Alfredo Bezerra Silveira, do Amapá. Por gentileza.

Isabel: Eu não vou saudar a Mesa para não ocupar muito o tempo, porque senão depois nem deixam a gente falar o que queremos. Infelizmente, o líder da bancada não está aqui. Eu sou representante do Município de Redenção, no Estado do Pará. Sou presidente do PSB lá já por dois mandatos e sou membro do Diretório Nacional. Como membro do Diretório, só faltei a uma reunião nesse tempo todo, por questões pessoais. Sou vereadora pelo segundo mandato, e como o Célio, que me antecedeu disse, também fui candidata a senadora, mas um mês antes da eleição, para ajudar o Ademir para pedir voto para ele. Em Redenção não chegou dinheiro do PSB não. E lá o Garotinho foi o segundo mais votado, encostando no Lula. No primeiro turno o Garotinho ficou encostado no Lula. Nós fizemos passeata para o Garotinho porque era o nosso candidato e ele não ganhou do Lula, mas ganhou do Zezé e ganhou de todos os outros. O Ademir ganhou de lavada em Redenção, sem dinheiro, porque estava com dificuldade. Isso, porque tem dez vereadores, o prefeito e o vice-prefeito que apoiavam o Jatene e o Serra. E eu acho que o Ademir não ganhou porque o Diretório não ajudou o que deveria ajudar. Senão, hoje nós estaríamos com o Presidente e com o Governador do Estado. Infelizmente nós perdemos o governo para o PSDB. Eu não tenho propostas não, só tenho críticas mesmo.

Então, o que precisa é dar maiores condições, a quem está lá no fim do mundo, a quem está jogado às cobras lá, para disputar as eleições. Quando se fala muito nas eleições das capitais, eu lembro de Redenção, que é a minha cidade lá no sul do Pará. É uma cidade com setenta e poucos mil habitantes, e que nós temos condições de ganhar, se nós tivermos dinheiro. Moral e vota a gente tem, mas infelizmente, quando é época de eleição, o dinheiro vale mais, conta mais e o povo ganha. Eu que sou do Diretório Nacional nunca tive acesso a esse fundo. Lá em Redenção nunca chegou, e o Pará perdeu porque não tinha dinheiro. Eu falo mesmo, porque o Ademir era para ser o nosso Governador do Estado hoje, e não foi por isso.

Só para concluir, eu gostaria de dizer para o Deputado Beto e o outro deputado nosso que é líder da bancada, que nós trouxemos mais de um quilo de denúncias. No Pará, infelizmente, nós não temos deputados federais, não foi por falta de luta não, nós lutamos também, agora, nós não temos deputados federais e nós não temos senadores. Nós estamos mendigando no Congresso, nós saímos procurando deputados para nos ajudar porque nós precisávamos com urgência de xerox, nós precisávamos levar essas denúncias e não tivemos tempo de trazer tudo. Eu saí o Deputado Luiz Gonzaga, de Pernambuco, e as assessoras dele me ajeitaram tudo. Então, o que a gente quer é que pelo menos o Diretório do PSB pegue o nome dos nossos deputados federais, senadores, endereços, *sites* e mande para a gente, para que eles possam nos ajudar quando a gente vem a Brasília. Muitas vezes, a gente vem aqui como vereadora e não tem espaço porque, às vezes, nem conhece os nossos companheiros.

Serafim Correia – Coordenador: Muito obrigado, companheira Isabel. O companheiro Alfredo é o próximo, e depois, o Elenildo Pedro Assunção. Eu pediria que viessem logo aqui para frente.

Alfredo Bezerra Silveira: Boa-tarde a todos. Eu queria dizer que eu vim de um pouco mais distante do que ela, do Amapá. Eu Alfredo Silveira, engenheiro agrônomo, e sou Delegado Federal da Agricultura do Estado do Amapá Eu quero lançar uma proposta, mas primeiro, eu quero pedir permissão aos companheiros, porque eu gostaria de registrar a presença aqui de duas pessoas que são responsáveis, para o Brasil, para o Amapá e para o mundo, por essa coisa maravilhosa que a natureza nos apresenta para a Amazônia, que é a Pororoca. São dois prefeitos que estão aqui presentes. É o Prefeito Justo Barbosa, de Cutias do Araguari; e o Prefeito Leopoldo Machado, do Itaúbal. E eu queria dizer, que o Dr Eduardo fez uma colocação muito interessante sobre os colegas que usam a sigla do partido para se elegerem e depois largam o partido. Na eleição passada, nós do Amapá, fomos vítimas de uns quatro deputados estaduais. Das 16 prefeituras que são importantes para o Partido, só

temos cinco e perdemos dois perfeitos. Eu queria deixar uma proposta de que a Direção do Partido, pela competência que aqui tem demonstrado neste Congresso, montasse uma comissão para ir, de estado em estado, fazendo seminários, reuniões e cursos, discutindo com os colegas militantes. É isso que está faltando para o Partido. Isso irá levantar o ego do Partido. Em alguns estados, a gente perde por falta de condições. Então, eu deixo essa proposta.

Serafim Correia – Coordenador: - Muito obrigado, Alfredo. Elenildo com a palavra. E o próximo é o Deputado Ricardo Coutinho. Eu pediria ao Deputado Ricardo Coutinho que viesse logo aqui para frente.

Elenildo Pedro Assunção: Boa-tarde a todos os companheiros e companheiros da Mesa. Eu teria duas colocações para fazer, uma à Mesa e uma aos companheiros aqui presentes. Eu sou Presidente do PSB municipal da cidade de Altinho, em Pernambuco. A gente faz um trabalho nas bases, com sindicatos, cooperativas agropecuárias, rádios comunitárias. Nós temos que fazer isso; temos que estar presentes nos movimentos; temos que divulgar o nosso partido. E é isso que nós temos feito nas igrejas, não só na igreja católica, da qual eu faço parte, mas também nas igrejas evangélicas. Assim, eu queria apresentar uma proposta ao Diretório. Eu não sei se a Fundação João Mangabeira ainda tem aquela cartilha orientando os candidatos de como fazer a campanha para vereador e prefeito, que nós recebemos em 2000. É necessário que hoje a Fundação João Mangabeira faça novamente aquela cartilha porque é muito importante orientar os candidatos de como fazer a campanha. E também lá em Pernambuco, alguns companheiros do Diretório Estadual já estão fazendo visitas, palestras e debates com os pré-candidatos. E seria importante que isso fosse adotado também pelo Diretório Nacional para que ele faça esse trabalho junto aos diretórios estaduais, para que façam debates com os candidatos para orientar os candidatos a vereadores e prefeitos. Obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado Elenildo. O próximo é o Deputado João de Deus Ferreira, do Pará. Eu pediria que viesse logo aqui para frente. Ricardo Coutinho, agora.

Ricardo Coutinho: Boa tarde. O meu nome é Ricardo Coutinho. Eu estou Deputado Estadual na Paraíba e tenho a tarefa de disputar e espero ganhar as eleições pelo PSB, na capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. Eu gostaria de pautar uma reflexão, que me parece fundamental. Esta é uma eleição para se jogar duro, inclusive com o próprio governo. Eu não tenho a menor dúvida disso; os sinais são bastante evidentes disso, principalmente se essa eleição se transformar em um plebiscito em relação ao governo. Se continuar nessa paralisia vai ser muito complicado. Mesmo fazendo parte do Governo, nós precisamos ter a condição e a coragem de se afirmar como alternativa. Vocês

podem estar certos de que essa disputa vai ser dar no campo da esquerda, no campo dos movimentos sociais, nos setores organizados da sociedade, e aí, nós disputamos com o PT.

A primeira questão que eu coloco é a questão da blindagem de algumas candidaturas nossas, porque a Direção Nacional do PT, usando inclusive o governo, age muito na questão das alianças. Lá em João Pessoa mesmo, nós temos vários partidos que estão costurados para uma aliança. Mas que efetivamente, a máquina administrativa vai ser usada contra nós, e não permite, muitas vezes, essas alianças se aprofundarem. Eu falo do PMDB, falo do PPS, falo do PCdoB. Ou seja, a Direção Nacional precisa entrar nesse circuito para dar uma certa blindagem. Não é para trazer o PT porque eles também têm o direito de apresentar as candidaturas, mas para nos proteger exatamente da pressão do Governo no sentido de não permitir que alianças sejam feitas no nosso campo. É o campo deles também, mas é o nosso campo, nós temos o direito de fazer a disputa.

Eu gostei muito da idéia da formação de um grupo de trabalho porque isso dá um perfil, dá uma identidade ao nosso Partido. Nós temos identidade, mas parece que não conseguimos tornar pública essa identidade. Precisamos saber usar o tal do marketing, mostrar o que o PSB representa. Precisamos trabalhar isso porque temos dificuldades na parte da comunicação. Eu não sei como resolver isso. De manhã eu falava que a gente talvez tenha dificuldade de ter rede Internet, tenha dificuldade de ter até o próprio correio. Mas a gente precisa fazer chegar a nossa informação padrão, do menor município até o maior, para dar um perfil, dar uma identidade para as nossas candidaturas, fazer fluir. Isso não é só para a eleição de 2004 não; é para a construção o partido para frente, lá para adiante.

Eu acho que até fevereiro, e essa é uma proposta, nós poderíamos tentar fazer um seminário com essas candidaturas. Vamos juntar os nossos companheiros, vamos trocar experiências, com mais tempo para debate, que não sejam apenas dois minutos, para a gente ver o que um pode aprender com o outro, ver que experiências que podemos trocar. Esse seminário é fundamental. Eu acho que também não pode ser lá em março porque em março a campanha já começou, a campanha já estará na rua. Parece-me fundamental que a gente possa ter esse encontro até fevereiro, para que possamos fazer todo esse apanhado das nossas experiências, do nosso perfil, e agregar outras propostas. Vamos entrar esse circuito aí aqui de cima porque, senão, os caras nos comem, afastam todos os partidos porque estão usando o governo para isso. Nós não podemos permitir, nós fazemos parte do governo. Era isso. Obrigado. Desculpe por ter passado do tempo.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado. Está aqui o seu crachá, por favor, companheiro. Agora, o Deputado João de Deus Ferreira. E na seqüência, Amaro Ferraz Barreto.

Deputado João de Deus Ferreira: A minha proposta está escrita e eu vou entregar à Mesa. Eu só queria dizer que a preocupação, nessas eleições e em todas as eleições, tem sido como envolver a sociedade nas candidaturas socialistas. Nós entendemos que se começarmos já a discutir um plano de ação com as entidades populares, com os sindicatos, enfim, com toda a sociedade organizada, esse plano possa servir de meta para as candidaturas socialistas e quase que se tornando como se fosse uma pré-aliança. Se a sociedade tiver a oportunidade de debater com as candidaturas socialistas, é importante que ela assuma um compromisso de ir além da eleição, porque o grande riscoé que, depois da eleição, as pessoas dizem: "Agora vamos ver o que ele vai fazer por nós". Então, vamos começar a inverter esse fato. Vamos ver o que a população, na verdade, quer que seja feita por ela para ser debatido na campanha e ela ficar acompanhando e cobrando do seu prefeito eleito e do seu vereador. Mas isso precisa começar agora porque no ano que vem já não dá mais certo. É importante engajar todos os segmentos, e se for possível, discutir até com todos os partidos. Lá na nossa cidade, nós vamos fazer isso. Então, nossa proposta é nesse sentido.

Eu queria só aproveitar a proposta do Prefeito Márcio França, quando ele fala desse grupo de trabalho de política. Eu sugiro que, em vez de colocar uma pessoa para representar o Brasil junto à Nacional, que fosse uma pessoa por cada região. O senhor que é de São Paulo não tem a dimensão do tamanho da Amazônia. Serafim sabe disso. Colocar uma pessoa para representar o Brasil junto à Nacional é pouco. Então, eu proponho que seja uma pessoa por região.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado, Deputado João de Deus. E na seqüência, Amaro Ferraz Barreto, e logo em seguida, Carlos Garcia, do Rio Grande do Sul.

Amaro Ferraz Barreto - Eu teria vários assuntos a debater, mas nós ouvimos falar em governo socialista, em jeito socialista de governar, e nós ficamos preocupados. Eu já tenho lido bastantes livros da Fundação Mangabeira. O que é realmente governar de forma socialista em nível municipal? O que é que um partido socialista pode fazer que um outro partido no pode? Qual é a marca que um partido socialista pode deixar no Brasil que um outro partido direita ou de centro ou um outro de esquerda não faz? O que um prefeito pode chegar e dizer que o socialismo pode fazer pelo município? É difícil responder isso. É ou não é? É difícil. Nós precisamos mostrar, por exemplo, o que foi que o Prefeito França fez, e que está dentro de um aspecto socialista, para que ele possa dizer: "Isso aqui é socialismo; só o socialismo pode fazer

isso; só o socialismo marca essa diferença". Então, a minha preocupação é essa. Por exemplo, essa política de diminuir as desigualdades sociais é só do socialismo através de programas de compensação? Então, é importante que os teóricos do PSB comecem a definir essa linha de administração socialista porque governar socialisticamente não é ter um comportamento socialista. Eu vou dar só um exemplo. Eu estive na França em 1998, com um casal - ele era francês e a mulher pernambucana - e me contaram a França entrou num programa de fazer com que os casais tivessem filhos. Eles tinham feito uma política contrária ao nascimento de crianças e depois tiveram que fomentar o nascimento de crianças. E ela já estava na terceira criança. E quando a criança nascia, o governo francês cobria toda a despesa e botava uma pessoa para acompanhar a família. A mulher ia lá, acompanhava a criança e fazia toda a faxina, dois dias por semana. Depois de algumas semanas aquela mulher que estava fazendo a faxina disse: "A senhora poderia me permitir que na próxima quinta-feira eu não venha fazer a faxina?". E ela disse: "Pois não, eu permito". Ela disse: "Porque eu vou a uma solenidade com o meu esposo". E ela disse: "O seu esposo trabalha em alguma repartição pública?" E ela disse: "Não, o meu esposo é Prefeito". Então, ela era a Primeira-Dama do Município. Veja, bem, lá isso é socialismo. Então, o que eu estou falando aqui é a questão de comportamento socialista. A pessoa se elege prefeito e depois tem um comportamento liberal porque não está definida a forma socialista dele governar. Então, a minha preocupação é essa e a proposta é justamente esta: que os teóricos definam essa forma socialista de governar.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado, companheiro. Agora, Carlos Garcia. E na seqüência, Roberto Campainha, do Amazonas.

Carlos Garcia – Boa tarde à Mesa; boa tarde companheiros e companheiras. Eu estou Vereador de Porto Alegre há dois mandatos. Ouvi atentamente a primeira fala do Deputado Eduardo Campos, e me preocupou bastante quando ele coloca que hoje o PT é visto como partido social democrata, e que o PSB pode ser o diferencial. Nós temos que talvez discutir mais profundamente isso porque nós fazemos parte do Governo, e será que a população nos vê de forma bem diferente? Eu deixo um ponto de interrogação baseado na fala do Deputado.

Ele também colocou que o PSB pode ser o Brasil dos excluídos. Eu concordo com isso, mas de que forma? O Deputado Beto Albuquerque colocou, dentro das políticas sociais, de forma precisa que é muito importante a questão da inclusão social. O Prefeito Márcio França fez uma análise dos 5.555 municípios, colocando as suas prioridades, concentrando naqueles municípios com mais de 200.000 habitantes e colocou também algumas coisas de política de aliança. O que eu quero dizer com isso?

Primeiro, que dentro dessas políticas de alianças, nós vemos que há um leque da extrema direita à extrema esquerda. Mas mesmo assim, eu acho que nós tínhamos que definir pelo menos um segmento de determinados partidos como prioritários. Eu acho que isso é importante porque, se deixarmos ao bel-prazer, eu não sei se futuramente nós vamos ter diálogo ou discurso para manter o nosso discurso próprio. Segundo, se nós somos o partido que quer diminuir as desigualdades, o partido da inclusão social, que bandeiras efetivamente nós vamos defender? É em cima disso que eu proponho que nós possamos elencar pelo menos algumas bandeiras. O Deputado Beto Albuquerque colocou, por exemplo, a diminuição do analfabetismo. Se essa vai ser uma bandeira, que seja uma bandeira em nível nacional. Vamos ter que definir como fazer essa diminuição e cada município vai poder trabalhar nesse sentido. Se a nossa bandeira é a questão habitacional, cada município vai ter as suas políticas públicas. Se a nossa bandeira vai ser a questão das crianças que vivem na rua, vamos batalhar por isso. A realidade é que nós temos que elencar algumas políticas públicas de inclusão social como bandeiras do PSB porque isso se chama unidade partidária. Muito obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado. Na seqüência, vou passar a palavra ao Roberto Campainha, do Amazonas. E na seqüência é o José Messias Júnior, do Piauí. Por favor, venham logo mais aqui para frente.

Roberto Campainha: Boa tarde companheiros. Eu sou Roberto Campainha, do Diretório Estadual do Amazonas. Eu sou Secretário-Geral. A minha contribuição, que vai estar dentro dos dois minutos, com certeza, refere-se à questão das marcas e símbolos que foram colocados aqui nos discursos do Deputado Eduardo Campos, do Deputado Federal Beto Albuquerque e do Prefeito Márcio França. Em relação a símbolos, eu acredito que o símbolo do PSB seja a famosa pombinha branca. Agora, com relação a marcas, às vezes, a gente capta por uma frase dita por um companheiro o que pode ser um bom instrumento de campanha na mídia. Por exemplo, o Deputado Beto Albuquerque falou que será fácil governar. Levando isso para Manaus, eu posso perguntar: Com o Serafim será fácil governar? Agora, no nosso programa eleitoral, nas vinhetas que foram ao ar em quatro meses do ano, eu não sei onde foi que o companheiro Serafim foi buscar, mas ele usou, e está usando uma marca, uma frase que a vinheta coloca sempre ao final de cada falação dele, que é exatamente: "PSB, um partido preparado para governar". Ora, eu acredito que o exemplo de Manaus poderia ser usado por outros estados, outros municípios. Assim como eu acredito que uma comissão possa tirar dos programas de municípios onde o PSB se elegeu, por exemplo São Vicente, onde ele obteve 90%, alguma coisa de bom que tenha no programa eleitoral dele.

Então, a minha proposta é que fosse feita uma coletânea de todos esses programas eleitorais, vinhetas de todos os estados onde o PSB tem tido sucesso para que isso fosse passado para os outros municípios. Essa é a minha sugestão aqui neste Congresso. Obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Eu convidaria, na seqüência, Antônio Maciel Ferreira para vir logo para a próxima.

José Messias Júnior – Boa tarde. Eu sou Messias Júnior. Sou Presidente do PSB na capital do Piauí, Teresina. Em Teresina, há dois anos, nós começamos a elaborar um planejamento estratégico já pensando nas eleições de 2004. Nesse planejamento estratégico, que estabelecia as diretrizes da nossa política para as eleições de 2004, nós aproveitamos a campanha presidencial para fortalecer essas diretrizes. Hoje, o em Teresina, nós já temos um companheiro se propondo a ser candidato a prefeito da capital, e temos sessenta candidatos a Vereador para trinta e duas vagas. Eu estou colocando isso para quando a gente participar de uma eleição já pensarmos na próxima.

Eu estou muito preocupado é com a questão da Cláusula de Barreira. Nós somos contra, mas é uma realidade concreta. Então, nós temos que fazer as eleições de 2004 pensando na de 2006. Para isso, eu quero reforçar aqui a necessidade de o PSB lançar candidatura própria no maior número possível de municípios e obrigatoriamente nas capitais e cidades que vão disputar dois turnos porque, só assim, nós vamos projetar futuros candidatos a deputados federais e aí superar a Cláusula de Barreira. E a proposta que eu tenho aqui para a Mesa é que esse seminário de políticas públicas seja antecipado o mais rápido possível, para que seja reproduzido nos estados. Inclusive nós, em Teresina, já estamos em contado com a Fundação João Mangabeira para divulgar essa proposta.

Serafim Correia – Coordenador: Na seqüência, Wagner Viana Machado, aproxime-se para cá. E agora temos Antônio Maciel Ferreira.

Antônio Maciel Ferreira: Companheiros, boa-tarde. Márcio França, você é um pé quente. O Garotinho foi o segundo no Amazonas; o Serafim foi o segundo em Manaus com toda aquela condição que você viu e nós fomos à luta.

Bem, eu vou falar das estratégias do PSB já para essa eleição porque nós já discutimos as políticas públicas para essa eleição, já vão ser encadernadas agora e encaminhadas para a João Mangabeira para ver se ela nos dá essa força. E a nossa estratégia realmente de campanha vai ser sair sozinho. Nós temos, hoje, quinze candidatos a prefeitos no interior e cinco vices. Então, a estratégia é sair sozinho na maioria dos municípios. Na capital, nós também estamos

estruturados para sair sozinhos e se vier a coligar vai ser em forma de adesão; quem quiser a aderir à nossa candidatura nós aceitamos, mas nós já estamos preparados para sair sozinhos na cabeça e na proporcional.

Então, eu gostaria que também, em nível de Brasil, os companheiros começassem a se estruturar, inclusive trazendo as mulheres. No interior do Amazonas nós não temos problemas com mulheres não; falta é vaga para mulheres; na capital nós temos, mas no interior a gente completa as vagas, fácil, fácil. Então, nós estamos dizendo aqui que vamos trazer as mulheres, vamos realmente em nível de Brasil procurar sair sozinhos e vai dar certo como deu na eleição passada. Muito obrigado. Essa é a contribuição do PSB do Amazonas.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado. Com a palavra agora Wagner Viana Machado. E o próximo Luiz Gonzaga Dantas.

Wagner Viana Machado: Caros companheiros, eu sou Wagner Machado, Presidente do PSB de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai. Eu quero trazer como sugestão aqui, como estratégia para as eleições municipais. Eu quero dizer o seguinte: o companheiro que esteve na França falou da questão do comportamento. Eu acho que isso é importante. Quem é vereador, quem é deputado não se elegeu sozinho, se elegeu com voto de companheiros que hoje são suplentes. Lá na minha cidade, há a formação de núcleos. Então, todos os candidatos a vereadores já têm que formar os seus núcleos. Nós temos quase dez núcleos formados lá na minha cidade, dos pré-candidatos a vereadores. E também adotamos como estratégia que os nossos dois vereadores eleitos em 2000, uma vez por mês, eles se licenciam – e é claro que a Lei Orgânica permite isso - e o suplente assume. Então, o suplente vai lá e faz a sua política para o partido, demonstra de fato um comportamento diferente dos demais, onde os eleitos se elegem e são donos dos mandatos. Eu vi aqui o medo de alguns companheiros que se elegem e saem do partido ou de pessoas que usam a sigla, como disse o Eduardo. Então, eu acho que é importante fazer com que possamos causar constrangimento a eles. Nós temos agora a reforma política, eu não sei vai conseguir fazer com que de fato nós possamos barrar os oportunistas, mas precisamos, pelo menos, causar um constrangimento. Lá, todo mundo sabe que se vai assinar um documento em cartório de renúncia do mandato encaminhado ao presidente da Câmara, se por ventura vier a trocar de partido. Pode ser legal ou não, mas vai ser um constrangimento que vai passar. Se ele vai assumir agora quando nós tivermos o nosso congresso, ele vai assinar um documento renunciando ao mandato, se porventura ele vier a trocar de partido. Essa é a questão.

E quero dizer mais: não adianta termos só candidatos a prefeitos e a

vereadores nas capitais; temos que ter um programa mínimo de intervenção que fale do Amazonas até Porto Alegre, que fale de Manaus a Porto Alegre. Temos que ter uma plataforma mínima, com três ou quatro pontos, que de fato seja a cara do PSB. Para nós que vamos disputar a prefeitura, isso será importante, e para os vereadores também. Tem que ter uma linha de ação para que possamos ter essa identidade e que possamos, de fato, mostrar a cara e levar adiante as nossas propostas.

Para concluir, eu quero falar das alianças. Eu acho que quando o PSB for cabeça de chapa nós temos que receber adesão de quem quiser aderir. Tirando o PFL e o PP, eu acho que esse é o caminho. Agora, em relação ao apoio, temos que verificar bem para quem a gente vai dar o apoio. E evidentemente, sair sozinhos na proporcional para eleger os nossos companheiros. Obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado. Agora é Luiz Gonzaga Dantas. E na seqüência, Luiz Soares Filho, por favor, se aproxime.

Luiz Gonzaga Dantas: Boa-tarde a todos. Eu sou prefeito de uma pequena cidade do Rio Grande do Norte, chamada Carnaubais. Passei 21 anos lutando, perdendo eleição, e não quero perder mais não. Fundei o Partido dos Trabalhadores lá em 1979. Vim ganhar agora em 2000. Não ganhei mais pelo PT. Saí do PT. E quero dizer que tem formas sim de fazer a administração socialista, quando você pega todo o discurso que passa na oposição, chega na prefeitura e aplica 37% do orçamento do município em educação. Esse é um diferencial do meu Rio Grande do Norte, na minha região - 34% do orçamento em saúde pública. Ganhamos um prêmio da Unicef porque passamos de um município em que morria muita criança, para em dois anos, sermos um município em que a mortalidade infantil é zero. Então, companheiros, o Brasil precisa saber dessas coisas, os companheiros dos outros estados precisam saber de outras experiências.

E quero dizer que nós vamos para a reeleição com sete vereadores lá, e como eu sou o prefeito, os outros estão vindo nos apoiar. Somos lá uma coligação de sete partidos, que eu sei que nem todos os municípios vão ter esse privilégio de vir apoiar. Vai haver disputa no âmbito das esquerdas, mas nós precisamos fortalecer o nosso Partido. Desde de manhã que eu escuto aqui e não conhecia as brilhantes posições do Deputado Albuquerque. Eu quero apenas fazer uma referência, quando você colocou aqui que "os municípios importantes". Eu quero me incluir nos municípios que não são importantes, e acredito que muitos aqui também. Claro que essa visão também está no PT. O PT vai investir alto nos municípios acima de trezentos mil habitantes. Essa é a decisão do PT. Mas se nós somos um partido, somos todos brasileiros, é claro que o partido

precisa ter suas estratégias, mas precisa ver o Brasil com um todo, independente do número de seus habitantes.

Eu quero concluir, falando para a Executiva Nacional, que quando nós chegamos ao poder, realmente temos dificuldades e vemos que as coisas não são do jeito que gente pensa que são, quando somos da oposição. Mas mesmo assim, não temos deixado de dar respostas. Vou deixar aqui dois exemplos. Primeiro, nós já construímos 194 casas a R$ 6.300,00. No Ministério, cada uma delas sai a R$ 11.000,00, e são casas piores do que as que a prefeitura constrói a R$ 6.300,00. Chegamos a economizar R$ 5.000,00 em cada casa. E achando caro, agora vamos construir em mutirão para dar uma resposta mais urgente à população.

Eu queria fazer uma proposta, para o Deputado e para o Congresso. De cada R$ 100,00 arrecadados neste país, R$ 63,00 ficam em Brasília; R$ 24,00 nos estados e apenas R$ 13,00 vão para os municípios. Se um menino vai nascer, passa pela porta do prefeito; se alguém morreu, passa pela porta do prefeito; se o cara quer casar, passa pela porta do prefeito; se quer se separar passa pela porta do prefeito. Mas o dinheiro está em Brasília. E o prefeito que gasta R$ 2.000,00, R$ 3.000,00 de passagem de avião para vir andar em Brasília e voltar decepcionado porque não consegue nada na Capital Federal. Nada, absolutamente nada. E quando vai uma mixaria é suspeito, porque dizem que nos municípios só tem ladrões. A idéia é essa. É verdade que tem muitos que não era para estarem nas prefeituras não; tem muitos que eram para estar no Carandiru. Mas quando se engloba os prefeitos, quando se enrolam todos os prefeitos, a gente olha para um prefeito do interior como que ele seja um desonesto. Fica aqui a sugestão ao Deputado, para que o partido se posicione com relação a essa questão, porque o PT não tem demonstrado em democratizar esse dinheiro não, pelo contrário quer é mais lá para Brasília. Muito obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Na seqüência, vai falar Luiz Soares Filho, e posteriormente, Antônio Belo Júnior. Por favor, se aproximem.

Luiz Soares Filho: Sou do Maranhão. Meu nome é Luiz Soares. Eu confesso a vocês que estou muito emocionado neste encontro do PSB, inclusive com o que foi falado aqui hoje de que o PSB tem que ter cara própria. Isso me anima. O PSB tem que ser diferente; e isso me anima. Mas, eu fiquei bastante triste na hora de a gente ter critérios para coligações. O nosso companheiro prefeito, que eu admiro demais, disse que, sendo para eles nos apoiarem, estamos conversados. Eu quero dizer que eu não concordo. Eu preciso saber em troca do quê o PFL vem nos apoiar. Eu preciso saber porque, no Maranhão, o PFL já disse de púlpito, em todas as televisões, que vai apoiar o PSB. Em troca, o nosso candidato a governador retirou uma ação judiciária que anulou votos do

PSB, e o PFL ganhou as eleições lá do Maranhão. A cara do PSB, no Maranhão, está suja. E olhem que a capital é o ponto central porque é lá que estão os meios de comunicação. Todo o interior se baseia pela campanha da capital. Já pensou no Maranhão o PSB estar sendo apoiado pelo PFL porque o PSB bancou safadeza e aí apoiou o governador e ele ganhou no primeiro turno? No Maranhão, o PFL apoiou o PT e em troca o PT teve que assumir que não ia falar em roubo da Roseana, no negócio do Nunes lá. O PFL é quem manda e desmanda no Maranhão. Por isso, Deputado, eu estou de acordo, agora, é preciso saber o que é que essas desgraças querem em troca.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado, companheiros. Com a palavra agora o nosso companheiro Sandro Alencar. E na seqüência, José Carlos Cândido, por favor. José Carlos Cândido venha logo para frente.

Sandro Alencar: Eu sou Sandro Alencar, Vice-Presidente Estadual do PSB em Santa Catarina. Primeiro, eu gostaria de fazer um encaminhamento à Mesa, não sei se é uma Questão de Ordem. Eu creio que no momento estamos debatendo uma tese de políticas de alianças e eu creio que não foi feito nenhum questionamento à tese de políticas de alianças apresentadas pela Direção Estadual do PSB em Santa Catarina. É só uma questão de esclarecimento, uma questão de ordem.

Serafim Correia – Coordenador: Eu acho que não há nenhuma dúvida de que não houve nenhum questionamento.

Sandro Alencar: Serei rápido e breve. Primeiro eu gostaria de dizer que em Santa Catarina, há dezessete anos não existia partido e hoje temos um PSB com direção eleita, com todos os movimentos funcionando. Inclusive, há dez dias nós tomamos um compromisso assinado de todos os delegados da Executiva de apoio incondicional à candidatura do Arraes; assinamos e nem precisávamos assinar porque em Santa Catarina o que nós falamos com a boca nós assinamos com a mão. Solucionado esse problema.

Gostaria de agradecer à Mesa e pedir que em outros congressos sejam mais benevolentes porque nós temos mais de quarenta inscritos e para um fazer uma síntese de um minuto é realmente muito difícil. E a Mesa com cinco componentes, levaram mais de duas horas para fazer a síntese. Sem críticas, mas para que a gente pudesse incomodar. Eu creio que a questão de ganhar as eleições é importante, mas mais importante do que ganhar as eleições, companheiros, é a gente ter certeza de que nós vamos levar as eleições. O ganhar não é o mais importante. Mais importante do que ganhar é levar e construir um país socialista. Então, não adianta ganharmos uma eleição, não adianta alguém ganhar a eleição com a legenda do PSB e depois dar um chute

na bunda na história desse partido. Então, ganhar é importante, mas mais importante do que ganhar é levar as idéias do Partido, porque é assim que a gente pode construir uma sociedade justa, fraterna e socialista.

Eu discordo do Márcio França quando ele diz que quer o PT nas nossas costas. Nós queremos o PT ao nosso lado e não na nossa frente, porque nas nossas costas ou fica um bom soldado ou um bom general. Não podemos deixar nas nossas costas covardes que podem nos trair. Nas nossas costas, a retaguarda tem que ser maior. Queremos o PT ao nosso lado, da mesma forma que o PT hoje aqui em Brasília quer segmentos do PFL a seu lado. Não sei se os segmento ou as tendências do PFL são retrógradas, conservadoras ou corruptas, não sei qual dessas tendências. O PT quer fazer parcerias aqui em Brasília. Nós não queremos. Nós somos diferentes. Para finalizar, companheiros, para eu não me estender, eu acho que essa tese garante, antes de tudo, que a gente não venha a ser um ... à candidatura da Penélope Charmosa, em São Paulo nem ao Dick Vigarista, no Maranhão.

Serafim Correia – Coordenador: Agora tem a palavra, José Carlos Cândido. E na seqüência, o James.

José Carlos de Barros: Boa-tarde a todos os companheiros. Meu nome é José Carlos de Barros, mais conhecido como "De Barros", em Guarulhos. Sou 2° Secretário e membro do Diretório Estadual. Eu quero falar sobre a questão dos cuidados com as coligações e as alianças. Em Guarulhos, eu fui um dos coordenadores da campanha da coligação entre PSB, PT, PSTU e PcdoB. O que ocorreu? Lá nós ganhamos a eleição, mas não temos espaço naquele governo. E o importante é ter espaço, não é cargo que nós queremos. É bom frisar isso para todos os companheiros do Brasil ficarem cientes do que aconteceu.

Serafim Correia – Coordenador: Explica para eles quem ganhou a eleição.

José Carlos de Barros: Quem ganhou a eleição foi Elói Pietá, do PT. Eu nem gosto de falar muito no PT porque eu ainda estou muito bronqueado lá no município. E o que está fazendo o PT, na verdade, é o que faz aqui em Brasília e está fazendo em Guarulhos. Eles são a cabeça e dão o coração. Eu sou socialista e sou militante do PSB, não sou do PT, para que eu quero o coração do PT? Eu tenho o coração meu do PSB. Entendeu? Então, que fique bem claro. No município de Itaquacetuba, na Grande São Paulo, nós perdemos a prefeitura lá por quê? Porque o PT não quis fazer coligação com a gente. Se tivesse feito a coligação com o PSB, o que ocorreria? O prefeito de Itaquacetuba seria um Prefeito do PSB. Então, cuidado com as coligações. Só isso. E parabéns a todos por este Congresso. Obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Com a palavra agora o companheiro James. E na seqüência, Deusdete Pinheiro Sobrinho. Por favor, Deusdete, se aproxime.

James Lewis: Companheiras e companheiros. Em primeiro lugar, eu queria reforçar aqui as palavras do Deputado da Paraíba, Coutinho, no sentido de que considero um dos grandes desafios da direção a ser eleita por nós amanhã, enfrentar a construção de candidaturas próprias do PSB nas principais cidades do país. Mas precisamos fazer uma operação política que garanta a blindagem a essas candidaturas. Nós sabemos que o Partido dos Trabalhadores vai usar a máquina federal no apoio a seus candidatos. E é fundamental que os nossos candidatos tenham uma retaguarda firme por parte da Direção Nacional, e do Partido em nível nacional, para garantir que eles possam conduzir sua campanha até o fim e principalmente garantir a política de alianças, porque nós sabemos que os potenciais aliados nossos vão ser apertados e pressionados. O PT tem um problema. O PT está com alianças muito amplas. Na cidade de Salvador, por exemplo, alianças vão até às antigas bases do Carlismo, na Bahia. E por aí a gente pode fazer o mapa de todos os estados. Isso, por um lado, pode permitir que nós demos uma contribuição, que fundamental no plano federal, que é de construir a unidade dos socialistas hoje dispersos em diversas legendas, atraindo-os através do PSB. Devemos mostrar ainda que ganhar as eleições do ano passado e ganhar a Presidência da República foi um passo importante, mas que nós socialistas não vamos ficar limitados às opções meramente táticas. Nós temos um sonho, o sonho de um Brasil socialista, de um Brasil fraterno. Esse é o compromisso fundamental do Partido Socialista Brasileiro.

Acho também que é fundamental que nós tenhamos a capacidade de construir um discurso unificado. Precisamos compreender que o Brasil é um país enorme, é um país continental, e que nenhuma política de eleições municipais pode ser uma política rígida, querendo compactar todo o partido no mesmo discurso e na mesma linha do Oiapoque ao Chuí. Isso é impossível. É preciso ter flexibilidade, mas essa flexibilidade tem que estar acompanhada de uma cara própria. O candidato A, B ou C, é candidato do Partido Socialista Brasileiro, e algumas bandeiras têm que ser defendidas em todas as chapas que nós tenhamos a capacidade de construir. Entre elas eu destacaria uma questão fundamental: a transparência administrativa. Os nossos prefeitos têm que publicar suas contas; têm que dar satisfações aos eleitores. E isso tem que fazer parte da cultura dos socialistas. Nós temos que ter total transparência nas nossas administrações e conclamar a participação da cidadania nas nossas administrações. Acho fundamental, portanto, que se faça um seminário em fevereiro, trazendo as candidaturas para construirmos essa cara própria com a flexibilidade necessária.

Eu encaminhei duas propostas de Moção à Mesa e gostaria apenas de registrar a primeira delas: que defende a implementação do Estatuto das Cidades. É uma legislação que é conhecida internacionalmente como a mais avançada do mundo hoje no plano urbano. Ela garante o IPTU progressivo, e o impacto de vizinhança, que garante aos prefeitos instrumentos fundamentais para que a gente possa fazer das nossas cidades uma cidade melhor.

A segunda Moção é em defesa da aprovação imediata do PL 2710/92. Esse PL está há 12 anos tramitando na Câmara. Ele cria o Fundo Nacional de Moradia, o Sistema Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular. Ele foi entregue na Câmara dos Deputados, com um milhão de assinaturas logo depois da Constituinte, inclusive com a assinatura do Lula. Está na ordem do dia, e a equipe econômica do Governo está colocando obstáculos à aprovação dessa lei. É preciso que a nossa bancada federal junto à base do Governo consiga pressionar para que esse projeto seja aprovado porque ele dá aos prefeitos instrumentos fundamentais para que eles possam fazer moradias populares para aqueles brasileiros que ganham até três salários mínimos e que estão fora dos programas oficiais da Caixa Econômica Federal. Hoje, há um déficit habitacional de 6,5 milhões de moradias. Mas não adianta fazer o que se tem feito nos últimos anos. Passa-se tudo para a prefeitura, mas não se passam os recursos necessários para que os perfeitos possam arcar com essas novas responsabilidades. É isso aí companheiros. Muito obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado James. E agora com a palavra, Deusdete Pinheiro Sobrinho. E na seqüência, Caleb Medeiros Oliveira.

Deusdete Pinheiro Sobrinho: Boa tarde, amigos socialistas. Eu quero primeiramente saudar a Mesa e todos os companheiros aqui presentes. Eu vim do PPS, há um ano, por acreditar no projeto do Tenente Célio, no Estado do Tocantins, no projeto do PSB. O companheiro Tenente Célio, hoje, só não é senador pelo PSB porque a imagem desse jovem e atuante parlamentar na Câmara, que foi vereador em Palmas junto comigo, não chegou no Bico do Papagaio. O problema é que a única televisão que chega ali é da família oligárquica do Governador Siqueira Campos, que manipula toda a televisão do Estado do Tocantins. Então, eu quero saudar a Mesa, e quero também saudar o Prefeito Márcio França, pela grande visão estadista que tem. Eu só conhecia você de nome, por acompanhar o seu trabalho, na grande Prefeitura de São Vicente, no interior de São Paulo.

Eu queria reiterar a importância da Fundação João Mangabeira disponibilizar a cartilha de vereadores. As condições financeiras da campanha até intimidaram muitos candidatos nossos lá em Palmas. Então, essa idéia da cartilha foi muito salutar. Nós estamos lácom o Célio praticamente liderando

as candidaturas à Prefeitura de Palmas. Ele será sim, o nosso prefeito da capital. Ele teve 46.000 mil votos na capital de Palmas, para Senador; teve 36% dos votos no estado; mostrou a sua força; fez uma campanha em um Gol 96 e andou 139 municípios. E isso mostra a sua força.

Em nome do Célio, em nome do Márcio França e desta Mesa, quero também saudar aqui o nosso líder histórico, Miguel Arraes, que manteve o Partido em nome apenas de dois vereadores: eu e o Tenente Célio, lá em Palmas. E manteve conosco o Partido, dispensando o Deputado Federal, o Pastor Amarildo, que o ingressou na nossa sigla apenas para levar o Partido para a base aliada do Siqueira Campos. Mas esse Partido é sério e mostrou isso. É por isso que o PSB está crescendo - está com 87 diretórios e com 79 pré-candidatos a vereadores na nossa capital, onde eu sou o presidente metropolitano.

Então, uma imagem na televisão do Márcio França, da Erundina, do Beto Albuquerque, dando apoio a nós candidatos a vereadores e prefeitos, significará um reforço grande à nossa candidatura. Hoje, nós temos 17 pré-candidatos a prefeitos no nosso estado. Só em Palmas, nós temos setenta e nove pré-candidatos a vereadores para dezessete vagas. Era isso que eu queria - aproximar mais os parlamentares federais, conosco que viemos aqui sempre em Brasília. Nós quase não conhecemos ninguém da bancada do PSB. Ela é muito fechada. É importante que mandem agora uma relação com os novos filiados para que a gente possa chegar aqui e ver as aplicações, ver as verbas da União que foram levadas para aquele município. Lá no Tocantins, nós temos oligarquias, como no Maranhão e no Pará, e um Tribunal de Contas omisso, perverso, apenas para fiscalizar os prefeitos. Nos 139 municípios do Tocantins, só temos quatro prefeitos de oposição. Lá, o Siqueira Campos usa o Tribunal de Contas apenas para trazer os prefeitos de oposição para a base aliada dele. Então, é muito importante esse tratamento de vocês aqui da base federal com esse elo de ligação conosco dos municípios. Era isso que eu queira dizer.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado, companheiro. Na seqüência, Caleb Medeiros de Oliveira. E eu convido para se aproximar do microfone, o nosso companheiro José Antônio Almeida, o nosso ex-Deputado Federal e candidato a Vice-Presidente da República, nas eleições passadas.

Caleb Medeiros de Oliveira: Companheiros. Acho que é até desnecessário repetir o esforço que fizemos na eleição passada, quando tivemos candidaturas próprias em todos os níveis. É absolutamente necessário que nós tenhamos o maior número de candidaturas no maior número de cidades possíveis, construindo possibilidades de vitórias. O PSB do Rio Grande do Sul, o qual eu tenho a honra de presidir, está defendendo essa tese de forma militante. Só aqui nesta sala temos mais de meia dúzia de candidatos a prefeitos nas

nossas cidades, como o Beto, como eu mesmo, como o Juliano, a Sandra, o Mário, e assim por diante.

Agora, companheiros, eu vim aqui para dizer que essa eleição ter uma característica específica. Eu examinei a minha bola de cristal e a ela me disse que, em função das características do Governo Lula, em função da ampla base de apoio, ela vai estar muito focada em temas locais. Parece-me que essa eleição não vai ter essa característica um pouco histérica que nós, que já participamos de muitas campanhas municipais, conhecemos. Sabemos que isso acontece, às vezes, acontece, e que a temática da eleição extrapola a questão do município. É importante abordar grandes temas, mas, às vezes, não é a melhor forma de dialogar com a comunidade.

Nessa eleição, parece-me que a circunstância política nacional vai exigir que a eleição esteja muito focada nos temas locais, na discussão das questões dos municípios, em função da composição do amplo leque de alianças de base de sustentação do Governo Lula. É claro que, num estado ou outro, isso pode ser diferente, mas eu acho que há uma tendência muito grande de que a eleição esteja focada em temas locais. Por isso, me parece que o foi levantado aqui pelo companheiro Prefeito Márcio França, é de extrema importância, é fundamental. Inclusive, lá no nosso estado, nós já estamos pensando em fazer uma coisa no gênero do que se tem que feito no plano nacional. Nós já temos um verdadeiro banco de dados de boas práticas.

Eu já ouvi, muitas vezes, os companheiros dizerem que nós precisamos ter programas de governo que expressem a cara do PSB, que tenham as marcas do PSB. Agora, vamos tirar isso de onde? De uma cartola? Da idéia de alguns iluminados? Não. Nós podemos tirar isso é das nossas experiências reais. Então, só reforço essa proposta dizendo que devemos usar os meios eletrônicos, o nosso *site* nacional, e talvez até formar uma comissão para isso. Eu não sei como vamos fazer, mas isso é extremamente importante. Talvez seja a maior colaboração que a Direção Nacional pode dar ao Partido.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado. Tem a palavra o nosso amigo José Antônio Almeida. E na seqüência, eu chamo Inaldo Campelo da Paz para aproximar-se logo.

José Antônio Almeida: Boa tarde a todos. Nós presidimos o PSB do Maranhão. O PSB do Maranhão deu uma contribuição significativa à atuação do PSB nas últimas eleições. Eu próprio sacrifiquei um mandato a Deputado Federal provavelmente certo. Havia uma situação muito clara de uma possível reeleição porque o PSB chegou a um momento que não tinha um candidato a Vice-Presidente. E isso foi feito porque nós acreditávamos na posição da Direção

Nacional de ter candidatura própria. O PSB aprendeu muito com 2002; o PSB aprendeu a lição que, por exemplo, o PT já havia aprendido. Há muito tempo que o PT tem candidaturas próprias em todos os níveis. Eu não tenho nada contra políticas de alianças, mas a candidatura própria é muito importante para o partido. O partido só se afirma, só chega a ser partido, quando aspira o poder. O Beto já disse isso muito bem e eu não vou aqui repetir. Nós fizemos isso na busca exatamente do crescimento do nosso partido. E no Maranhão nós temos hoje condições ímpares de crescer. O Maranhão hoje tem uma candidatura a prefeito da capital, que é viável, porque eu fui candidato a prefeito de São Luiz para manter o nome do PSB, manter o 40 na televisão, mas fui candidato sem nenhuma possibilidade. O prefeito que é era do PDT, foi apoiado pelo governo do PFL. O PT, o PMDB, o PSDB, todos se dividiram todo mundo, e o prefeito ganhou no primeiro turno. Eu tive 2% dos votos; cheguei a ter menos votos para Prefeito de São Luiz do que tive para Deputado Federal, em São Luiz. Eu cheguei a ter, na realidade, 5.500 votos para prefeito, quando tinha tido 10.500 votos para Deputado Federal. Então, houve realmente um sacrifício do meu nome nessa eleição, sem a menor perspectiva de vitória. A verdade é que existe uma característica muito interessante de que o eleitor não gosta de votar em quem ele acha que não vai ganhar a eleição. Não sei se é boa ou se é má; não nos compete dizer. Mas se nós somos políticos e queremos conquistar mandatos, nós precisamos reconhecer que o eleitor quer ser vencedor, ele não quer votar em quem ele acha que não ganha. Então, essa é a situação.

No nosso caso concreto, o que aconteceu em relação às eleições do Maranhão de 2002, é que nós tínhamos uma candidatura a governo do estado como todo o partido teve, por determinação nacional. Mas nós tínhamos um candidato que tinha um discurso e uma prática acentuadamente socialista, no rumo daquilo que nós conhecemos como socialismo, no sentido de transformar a realidade em benefício da população. Era um candidato de experiência administrativa consagrada e que teve um desempenho muito importante na eleição de governador. Embora tendo sido cassado na sua candidatura, ele teve 6% dos votos para governador no Maranhão e 11% em São Luiz. Ele era o nosso candidato a Prefeito de São Luiz declarado, quando o Governador do Estado nos chamou e nos ofereceu apoio. Renegar esse apoio seria o suicídio político porque haveria uma disputa entre o candidato a reeleição, que é o prefeito, e o candidato apoiado pelo Governo. Nós não tínhamos a menor chance, então, nós fizemos o acordo. Comunicamos isso à Direção Nacional e não houve troca de nenhum favor. A decisão tomada em 2002 foi comunicada imediatamente à Direção Nacional. Nós evitamos o palanque do Serra, no Maranhão, porque conta do nosso recurso que não tinha a menor possibilidade de êxito. Essa posição foi adotada e nós respondemos por ela porque

entendemos que é a forma de crescimento do partido, é a maneira do PSB ter a sua candidatura. Se nós retirarmos isso, nós vamos fazer como está querendo o prefeito de São Luiz: apoiar a candidatura dele de outro partido.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado, José Antônio. Com a palavra, Inaldo Campelo da Paz. E na seqüência, Adineide Lima de Souza.

Inaldo Campelo da Paz: Obrigado. Eu sou presidente do PSB na cidade do Cabo de Santo Agostinho, região metropolitana do Recife, uma cidade pólo-industrial do Estado de Pernambuco, importante não só do ponto de vista econômico, mas principalmente pela formação política dos seus quadros. Eu fico muito alegre também pelo alto nível de debate de todas as mesas que participei. E dizer também que a gente fica muito alegre com os candidatos a prefeito das principais cidades que aqui já passaram, e eu acredito que em 2005, nós vamos ter aqui nesta Mesa, falando um pouco da experiência de administrar do PSB, do companheiro Serafim, do Beto Albuquerque, do prefeito de Porto Alegre, e se Deus quiser, do Prefeito de Manaus.

Na nossa cidade do Cabo de Santo Agostinho, a gente exerce uma posição estratégica. Eu sou Secretário de Indústria, Comércio e Promoção do Trabalho. A gente não só tem qualificado jovens e os trabalhadores para os pólos industriais, seja de bebida, seja o pólo químico, seja o pólo do plástico, mas acima de tudo, temos planejado a cidade para o futuro. Está aqui o Presidente da Câmara Municipal de Olinda, que é o nosso candidato a Prefeito de Olinda, e lidera hoje as pesquisas naquela importante cidade, que é Patrimônio da Humanidade. Nós ficamos alegres com as propostas que foram apresentadas aqui e queria acrescentar mais algumas propostas. Dentre elas, que o PSB apresentasse candidatos a prefeito em todas as capitais e em todas as cidades onde tem segundo turno.

Em relação à estratégia do Prefeito de São Vicente, eu queria sugerir que a gente pensasse também e potencializasse as principais cidades estratégicas onde fomentaríamos uma discussão, como a gente vem fazendo em Pernambuco. Lá em Pernambuco, nós temos a Agenda 40. O que representa isso? Nós dividimos Pernambuco por regiões. Na Agenda 40, as principais lideranças do estado se encontraram com as nossas lideranças do partido, candidatos a prefeitos, candidatos a vereadores, lideranças populares, e a gente ocupa espaço na mídia, ocupa espaço nos meios de comunicações locais. Nós poderíamos trazer essa proposta para a Direção Nacional, no sentido de que a gente pudesse potencializar essa Agenda 40 em nível nacional. Além disso, poderíamos promover esse encontro dos principais candidatos a prefeitos, do PSB, para o Brasil, ocupando um espaço na mídia, como faz o PT. O PT faz uma série de encontros e a gente poderia também potencializar isso, com vocês puxando esse carro-chefe.

Uma outra proposta está relacionada à questão da revista "Argumento". Eu acho que, nesse período de 10 meses, poderíamos ter um jornal, com mais presença do PSB, com mais cara da administração. Está aqui o Prefeito Eduardo Coutinho, da Zona da Mata Sul, que é um referencial para todos os pernambucanos da forma de administrar do PSB. Então, a gente não só poderia publicar nesses jornais a marca do PSB, mas acima de tudo, mostrar os potenciais que nós temos e ao mesmo tempo simbolizar o sentimento de todos do PSB. Muito obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Muito obrigado. A palavra é para a Adineide Lima de Souza. E chamo Madalena Santana Gomes para se aproximar logo.

Adineide Lima de Souza: Eu quero saudar a Mesa, na pessoa do nosso companheiro Beto Albuquerque, um grande incentivador da Secretaria Nacional de Mulheres. Boa tarde a todos e a todas as companheiras aqui no nosso Auditório. Eu não vou fazer nenhuma proposta porque já se minto contemplada, mas enquanto Secretária Estadual de Mulheres e como uma das coordenadoras da Secretaria Nacional de Mulheres, eu não poderia deixar de falar aqui, até porque até agora, com quase quarenta inscritos, só uma melhor falou.

O nosso companheiro Beto Albuquerque falou sobre as candidaturas das nossas mulheres. O que nós sentimos no nosso estado e nos outros estados por onde nós passamos, é que o Partido, na maioria das vezes, não tem a candidatura das mulheres como um objetivo do Partido e sim como se fosse uma coisa só de mulheres. O Partido não abraça, não dá apoio, ao contrário, na maioria das vezes, as nossas companheiras só servem para preencher a quota eleitoral de 30%. Então, eu gostaria de chamar a atenção do Partido para a importância das nossas companheiras, não só para preencher quotas, mas nós queremos que as nossas companheiras se sintam importantes na construção partidária desse partido. Nós sabemos que as mulheres são importantes para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a dignidade de homens e mulheres seja respeitada.

Por isso, queremos convocar as mulheres aqui presentes, de vários estados, que serão candidatas pela primeira vez. Não desanimem companheiras! François Mitterand foi candidato por sete vezes para conseguir ser eleito; Salvador Allende tentou várias vezes; Lula tentou quatro vezes. Não desanimem. Convocamos todas para o front da luta, nas eleições de 2004, porque é lá, companheiras e companheiros que as mudanças acontecem. Obrigada, e boa tarde.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado. Na seqüência, Madalena Santana Gomes. E eu pediria que se aproximasse logo, o José Fernandez Moura.

Madalena Santana Gomes - Eu vou entregar as minhas propostas escritas para agilizar o debate. E só gostaria de fazer apenas uma reflexão. No nosso entendimento, o PSB precisa ter bandeiras claras. Todos os outros partidos, como o PT, possuem nos seus quadros, nas suas lutas as suas bandeiras definidas. No caso do PT, eles têm a bandeira do movimento sindical, das igrejas, dos orçamentos participativos. De repente, nós do PSB não temos ainda uma auto-afirmação porque não temos uma bandeira específica. A Direção Nacional, as direções estaduais e municipais precisam fazer um trabalho mais firme na questão da formação de bandeiras de luta. Isso pode contribuir e muito para o crescimento do partido. Obrigada.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado. Eu chamaria logo aqui para frente, Leopoldo Neto, Delegado do Amapá. Com a palavra, José Fernandez Moura, de Pernambuco.

José Fernandez Moura: Eu gostaria de saudar a Mesa, inclusive porque trata de um dos temas importantes para o crescimento do partido. Eu apenas queria sugerir ao Deputado Beto Albuquerque, e aí não é propondo uma inversão na estratégia que eu percebi durante todo o debate, para que se dê prioridade à discussão das candidaturas municipais. Já falamos da candidatura majoritária e da candidatura proporcional ao Poder Legislativo Municipal, mas eu percebi, durante o debate, que ela sempre é colocada em segundo plano. Eu sou integrante da União dos Vereadores do Brasil e me preocupa o que o Poder Legislativo Municipal Brasileiro está passando. Só aqui no Congresso Nacional, há várias PECs que tentam acabar com o Poder Legislativo municipal. Inclusive, já há uma tramitando que acaba com as Câmaras de Vereadores em cidades de até vinte mil habitantes, substituindo-as por Conselhos Consultivos. E aí, só Deus sabe como é que vai ser conduzido esse processo lá nessas cidades.

Então, eu queria propor uma inversão de prioridades na estratégia do PSB, porque eu percebi a preocupação com as capitais, com as cidades de segundo turno, com as cidades médias, e as cidades pequenas vêm já num segundo momento. Seria importante que gente começasse também a olhar com importância a eleição do vereador. O vereador tem um papel importantíssimo no município, e o vereador do PSB precisa ter um papel diferenciado no Poder Legislativo Municipal, inclusive, para resgatar o papel que o PSB exerce no Pacto Federativo. Seria importante a garantia de que o bloco do PSB e do PCdoB que o Deputado Eduardo Campos lidera na condição de líder do bloco do PSB e PcdoB, que olhasse para o Poder Legislativo

Municipal e conseguisse resgatar o papel e a importância que ele tem no cenário do município. É lá que acontecem as coisas; é lá que o cidadão mora; é lá que nós devemos realmente defender as nossas propostas.

Então, eu queria deixar isso como sugestão. Inclusive, o nosso município já está promovendo um curso de formação política para os nossos trinta e um candidatos a Vereador. E eu gostaria de deixar isso também como exemplo para as demais cidades. Muito obrigado. Vamos à vitória, companheiros!

Serafim Correia – Coordenador: Com a palavra agora, Leopoldo Neto. E na seqüência, o Deputado Luciano Leitoa. Por gentileza, Deputado Luciano Leitoa se aproxime.

Leopoldo Neto: Boa tarde companheiros. Eu queria só aqui deixar como proposta aqui, para a luta de bandeira, que houvesse a transparência pública de todos os militantes do Partido. Eu sou Prefeito do Município de Itaúbal, onde administro 5.500 habitantes; onde recebo R$ 80.000,00 de FPM e R$ 20.000,00 de ICMS. E quando o companheiro disse que o PSB não tinha um modo de governar, eu acho que está faltando, com certeza, essa comunicação da Nacional com os pequenos partidos. Fala-se muito sobre os excluídos, mas os pequenos municípios do Partido Socialista Brasileiro são excluídos e têm muitas coisas boas para ser apresentadas. E aí eu já me torno um excluído por não estar nesse bloco de prioridades. Eu estou propondo que seja feita uma administração com transparência, que é o orçamento aplicado.

Deputado Luciano Leitoa: Boa tarde a todos. Eu queria só aqui dar boas-vindas aos companheiros porque sou novo também no Partido. O Beto sabe dessa nossa caminhada para poder vir para o PSB. Eu queria aproveitar para dizer o motivo que eu vim para o PSB. Muitos convites me foram feitos, Beto, você sabe disso, mas o único partido que não me ofereceu praticamente nada em troca, foi o PSB. E aprendi que aqueles que se vendem sempre recebem mais do que merecem. E nisso eu fico preocupado com a questão das alianças do PSB nos estados. Sou muito preocupado com essa questão, porque o nosso partido, às vezes, acaba perdendo a característica real que ele tem. E aí faço minhas as palavras do Beto: quando a gente está de um lado tem que estar daquele lado, e o nosso lado hoje é o Partido Socialista Brasileiro. E queria dizer para cada um dos companheiros aqui que todo e qualquer sacrifício que possa ser feito para crescer o nosso Partido tem que ser feito. Para mim, Beto, ser candidato pelo PSB é uma honra, sacrifício é o cabra ser eleitor do PFL. Isso sim é sacrifício para a gente.

Eu quero pedir uma reflexão forte para que cada um dos companheiros aqui possa realmente ouvir a base de cada partido nos estados por quê? Porque,

às vezes, é fácil um ou outro barganhar alguma coisa com alguém. Digo isso porque o nosso estado passa por uma situação ruim hoje dentro do PSB porque, dependendo do partido, podemos ter um crescimento ou um retardamento. Às vezes dizem que é melhor dar um passo atrás para dar dois na frente. Mas, às vezes, damos dois passos à frente para voltar três atrás. Temos que ter cuidado com isso, em cada região.

Eu sei que o problema do Maranhão e do Tocantins é igual a qualquer região. Agora, cabe à Executiva Nacional levar às suas bases uma palavra que para mim sempre foi a maior de todas - coerência. É preciso ouvir, não o Luciano enquanto deputado, mas os militantes do partido, aqueles que fazem parte do partido há muito mais tempo do que eu, como o companheiro Gaudêncio, o companheiro Vilanova, que está aqui presente, e outros companheiros que estão aqui também. Eu sou a favor de que o PSB tenha candidaturas em todas as capitais, mas que sejam candidaturas que estejam afinadas com a ideologia do partido, que sejam candidaturas naturais.

Eu sei, companheiros, que o tempo é pouco. Aliás, eu quero até fazer uma reclamação: eu acho que foi muito pouco tempo para se discutir vários assuntos aqui, porque os companheiros aqui ficam restritos a um ou dois minutos para colocarem uma situação. Eu tenho certeza que os que estão aqui saíram de suas casas, de seus lares, de seus deveres na intenção de fazer com que o Partido cresça cada vez mais. Então, peço à Executiva Nacional que nos próximos congressos realmente possamos estender mais ainda o debate, porque partido que não se une se desune.

Portanto, companheiros, eu queria só deixar aqui um grande abraço e pedir à Nacional reflexão na escolha de candidatos nas capitais, ou seja onde for, nas maiores cidades. A coerência é que deve prevalecer sempre. Então, eu queria só deixar um abraço para cada um. Eu tenho 23 anos e aprendi uma coisa - o homem vale a honra dele. Nenhum homem pode se vender. A palavra dele realmente é o que vale na hora das decisões. Então, Beto, leve essa palavra aí para o Presidente Nacional.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado, companheiro. Gilmar Mangueira. Eu vou chamar logo os seis últimos que faltam: Gilmar Mangueira Silva, Mauro Nazif, Hélio Cabral, Antônio Belo Júnior, Pedro Mendes e Rogério Portanova. Com a palavra por dois minutos.

Gilmar Mangueira – É um minuto por ano? Eu não vou falar por apenas dois minutos, Serafim, eu estou sendo sincero com você. Eu sou de Vice-Presidente do PSB em São Bernardo, faço parte do Diretório Nacional e somos comandantes dos movimentos sociais e populares que estão aqui

presentes. Eu gostaria de ouvir não só os vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, como o Márcio França. Eu vim aqui para trazer propostas do movimento, e se vocês querem ser eleitos vereadores, prefeitos e deputados, precisam ouvir as bases. Precisam ouvir a decisão da Coordenadoria Nacional dos Movimentos Populares e a Coordenadoria Regional.

Logo de imediato, nós estamos solicitando a infraestrutura necessária para a realização do nosso congresso nos meses de abril e maio, para a gente tirar linhas de apoio aos nossos candidatos a Vereadores e Prefeitos. Nós precisamos de um boletim informativo que não seja a Internet porque a maioria dos nossos companheiros não tem Internet. E nós precisamos checar as informações do Diretório Nacional e da Executiva para que a gente possa fazer um bom trabalho nos municípios e nos nossos estados, para que a gente possa eleger uma boa bancada de vereadores e prefeitos.

Com relação ao Prefeito Márcio França, ele realmente faz um bom trabalho em São Vicente; é o Presidente Estadual do PSB em São Paulo. Ele aplica o seu orçamento participativo de maneira diferente. Por exemplo, aqueles que pagam o seu IPTU corretamente no seu bairro já recebem de imediato as melhorarias naquele bairro. Ou seja, ele não prioriza empresas que não pagam impostos; ele prioriza as pessoas que pagam os seus impostos; ele faz urbanizações em favelas para retirar as pessoas de condições sub-humanas.

Agora, falando do meu prefeito de São Bernardo do Campo, lá nós construímos o Hospital das Mulheres; fomos premiados com vários prêmios, inclusive da Unicef, da Abrinq pelo nosso trabalho com as mulheres e crianças. No nosso município, criança é "prioridade um". A nossa meta é retirar a criança da rua dando condições para que a família a mantenha na escola. Com relação ao orçamento participativo, nós distribuímos um formulário em cada rua, em todo o município, dizendo o que é que o munícipe quer na sua rua e no seu município. Com essas respostas, nós montamos nosso plano de governo e o nosso prefeito faz com que aquele plano de governo seja cumprido à risca.

Mas finalizando, companheiro Serafim, o que nós estamos precisando agora de imediato é que a coordenação dos trabalhos, através da Executiva Nacional. É preciso nos dar tempo para que a gente possa elaborar nossas propostas para serem levadas ao Plenário, mas já incorporando o que está saindo nos relatórios, ao qual nós não estamos tendo acesso devido o volume de trabalho. Eu queria dizer que o Movimento de Populares está à disposição da Executiva e do Diretório Nacional, desde que vocês também dêem condições para os Movimentos Sociais, o Movimento da Juventude, O Movimento das Mulheres, para que a gente realize um bom congresso em nível municipal e estadual e possa eleger vocês. Um abraço.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado. Mauro Nazif com a palavra. Na seqüência, Hélio Cabral.

Mauro Naziff: Eu sou Mauro Naziff, de Rondônia. Inicialmente, vou fazer duas colocações sobre o que foi discutido aqui na Mesa. Alguém disse que o Genoíno se desculpou ontem por não poder ter dado mais apoio ao PSB. Não estou profetizando, mas tenho quase certeza de que daqui a dois anos, no Congresso Nacional nosso, de novo, ele vai sentar-se à mesa e vai pedir desculpas por não ter nos ajudado nas eleições municipais.

A outra colocação, essa aqui foi do Márcio França, de que o Lula está certo em pedir apoio aos seus candidatos a prefeitos, quando esteve em São Bernardo. Eu discordo do Márcio porque faltou principalmente o respeito para com um partido aliado. Se nós somos base da sustentação do Governo, ele poderia até citar do palanque: "Aqui nós temos a presença do nosso candidato do PT, o fulano de tal", mas jamais chamá-lo como futuro prefeito de São Bernardo. Baseado nessas duas colocações, eu faço a primeira proposta: que saia uma nota do PSB ao Governo Lula para que ele se posicione com respeito em todos os palanques que forem armados pelo PSB.

Nós nunca podemos perder de vista que para esse partido que está hoje no Governo, a mudança é o PSB; a grande alternativa está no PSB. Então, nós vamos ser adversários, sim, nas eleições municipais. Nós que participamos desse processo estadual sabemos que grande dificuldade que temos a enfrentar são as nossas bases. Nós temos que valorizar a nossa base para daqui a três anos, numa eleição maior, nós não corrermos o risco de não atingirmos a Cláusula de Barreira. Se nessa eleição nós alcançamos a Cláusula de Barreira, um ponto eu vejo como tendo sido muito importante não podemos esquecer que nós tínhamos candidatura própria a Presidente da República. Não podemos correr o risco de na eleição seguinte nós não atingirmos essa Cláusula de Barreira se não apresentarmos um candidato e, principalmente, se não tivermos uma base forte, que tem que começar agora.

Em cima dessa base forte, aqui vai a segunda proposta: que o Diretório Nacional atue nos municípios, entre nos estados a partir de agora, e não deixe apenas para daqui a dois anos. Várias vezes nós já estivemos com a Nacional e nós não viemos pedir recursos; o que nós sempre pedimos, como Diretório de Rondônia, é que nos mandem lideranças para que essas lideranças se apresentem no Estado de Rondônia para que nós possamos fazer esse trabalho. Concordo também com Diretório do Amazonas por eles terem colocado na vinheta deles "O PSB está preparado para governar". Nós também vamos colocar isso na nossa vinheta porque essa é a imagem que nós temos que vender: "O PSB está preparado para governar". Esse ponto tem que ser fundamental.

E nós temos exemplos de administrações do PSB que são bem sucedidas, para a Nacional jogar isso nas matérias em nível nacional. O Márcio França é um exemplo. Ele teve mais de 90% de aprovação quando foi para a reeleição; nós temos o caso da Wilma, que já foi Prefeita e hoje é Governadora; nós temos o caso do Lessa, que foi eleito e reeleito; nós temos o caso do Capi, que foi eleito, reeleito, e hoje é Senador.

E eu gostaria aqui de apresentar a nossa Prefeita de Pimenta Bueno, a Maria Inês. Eu não preciso apresentá-la porque todos a conhecem, gostaria somente que levantasse Inês. Ela já está no seu segundo mandato e é um exemplo de administração pública. Então, no Brasil, o PSB tem motivos de sobra para falar que está preparado para governar. As nossas administrações públicas têm sido exemplos, e essa tem que ser uma grande bandeira a ser levantada. Então, a terceira proposta é que a Nacional encaminhe a mensagem do PSB, através dessas vinhetas, mostrando as administrações do nosso Partido. Obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado. Na seqüência, a palavra com Hélio Cabral. E eu chamo Antônio Belo Júnior para se aproximar.

Hélio Cabral: Colaborando com a Mesa, eu quero ser o mais breve possível, não vou ocupar nem os dois minutos. Quero deixar saudações para todos. E como todos que passaram aqui pelo microfone, lembraram das suas preocupações com as eleições que vão se realizar agora em 2004, eu também tenho essas preocupações, nós de Goiás também temos essas preocupações. E temos algumas propostas. Essas preocupações não são à-toa; nós necessitamos de uma unificação nas campanhas do Partido. E como que eu estou visualizando essa possibilidade? Bom, a Executiva está sobrecarregada, principalmente com essas próximas eleições. Então, nós estamos sugerindo que a Executiva convoque os Presidentes do Partido de todos os estados para ouvir as opiniões e unificar as preocupações. Dessa forma, estaríamos unificando o Partido, unificando as propostas, trazendo e colhendo essas propostas positivas dos estados e levando de volta nas eleições. Nós deixamos aqui por escrito essa proposta, e queremos agradecer pela oportunidade.

Serafim Correia – Coordenador: Muito obrigado, companheiro, principalmente pela compreensão. Antônio Belo Júnior. E pedindo que se que aproxime logo, Pedro Mendes e Rogério Portanova.

Antônio Belo Júnior: Primeiramente, eu quero cumprimentar os companheiros aqui presentes, de todos os estados, e cumprimentar o nosso campeão de votos, de São Paulo, o Prefeito Márcio França, que nos deu a honra de estar em Santa Catarina, este ano. Quero cumprimentar a Mesa, através do nosso Deputado Federal, Beto Albuquerque, que também nos deu a honra

de estar em Santa Catarina; o nosso companheiro Serafim e toda a Mesa aqui presente. Quero dizer que Santa Catarina tem um projeto já pré-estabelecido para as próximas eleições, e para 2006. Nós vamos lançar 40 candidatos a prefeitos no Estado de Santa Catarina. Nós estamos com 71 diretórios no Estado de Santa Catarina constituídos para disputar a eleição no ano que vem. E nós estamos preparando esses diretórios através de um planejamento com os nossos companheiros do Partido, os nossos companheiros de universidades que nós temos lá, muitas cabeças pensantes. E eu acho que isso serve como exemplo para todos os municípios do nosso país.

Assumimos o Partido lá com 22 Comissões Provisórias, irregulares e quatro Diretórios. Agora, no dia 25 de outubro, depois de 17 anos, criamos o Diretório Estadual. E com isso, estamos defendendo aqui uma tese, que está sendo publicada o nosso Caderno de Teses, "Estratégias e Políticas de Alianças". Defendemos seis teses, não é Portanova? Seis teses de políticas para o crescimento do nosso partido no Brasil. Eu quero agradecer todos. E quero dizer que o lema é planejamento. Nós temos que planejar. Se todos os municípios e estados planejarem as suas eleições para o ano que vem, para 2006 e para 2008, nós vamos sair vitoriosos dessa campanha no ano que vem. Obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Muito obrigado, Belo. Eu convido agora, o nosso companheiro Pedro Mendes. E por último, Rogério Portanova.

Pedro Mendes: Boa tarde a todos. Eu sou Pedro Mendes. Sou Vereador e Presidente da Câmara de Olinda, a primeira Câmara do Brasil. Sou candidato a prefeito do Município de Olinda, cidade que é Patrimônio Cultural da Humanidade.

Nós percebemos aqui as colocações dos companheiros, do Nordeste, principalmente do Estado de Pernambuco, que é um estado muito pobre. Olinda é uma cidade que tem 43 km^2; é uma das menores cidades do Brasil, com a segunda maior concentração populacional do país. Temos problemas gravíssimos do ponto de vista financeiro. Olinda é uma cidade que tem uma receita de 6 milhões de reais e é uma cidade que tem problemas seriíssimos. A capacidade de investimento mensal da cidade de Olinda é de R$ 300.000,00. Então, é preciso ter criatividade; é preciso muita coragem para construir um governo diferente - um governo ousado, um governo que quebre paradigmas, que quebre conceitos, renove os conceitos de administração pública, que reformule o pensamento de alguns assuntos que são fundamentais.

Por exemplo, a questão do lixo. No mundo moderno, o lixo significa crescimento de receita; no mundo subdesenvolvido, lixo é despesa. E nós vamos reverter isso. E isso tem que ser uma bandeira nacional do PSB. Estamos

recebendo do Banco Mundial, 90 milhões de dólares para a recuperação do Rio Beberibe. Recife é cortada pelo Rio Beberibe e o Rio Capibaribe; o Rio Beberibe separa Olinda de Recife. Estamos recebendo 90 milhões de dólares para a recuperação do Rio Beberibe e a COMPESA derrama esgoto *in natura* cotidianamente. Para que servem esses 90 milhões de dólares? Para jogar dinheiro no lixo porque o meio ambiente está muito mal cuidado nos países subdesenvolvidos. E a tese que eu defendo aqui é que a questão ambiental, a questão do lixo, a questão de saúde pública, de prevenção à saúde, significam qualidade da vida. Isso está na Constituição. E o PSB, no séc. XXI precisa quebrar esses paradigmas e precisa dizer para o Brasil que meio-ambiente não é só pensar o verde, meio-ambiente é pensar no ser humano. E nós precisamos defender essa bandeira como o PT nunca fez, discursou, mas nunca fez. Muito obrigado.

Serafim Correia – Coordenador: Pedro, a prefeita não é candidata à reeleição lá?

Pedro Mendes: É candidata, mas com uma rejeição muito grande, juntamente com PT. O PCdoB tem a Prefeitura de Olinda e tem o apoio de uma banda do PT, porque a outra banda está conosco. Quem defende hoje o PCdoB em Olinda é o PP de Paulo Maluf e de Pedro Correa, que está escondido da imprensa porque está envolvido em fraude.

Serafim Correia – Coordenador: Então, como último orador, o nosso companheiro Rogério Portanova, futuro Prefeito de Florianópolis.

Rogério Portanova: Eu agradeço ao Serafim, mas acho que ele me fez essa gentileza em função de eu ter sido o autor da tese que está no Caderno de Teses. E eu queria só fazer propostas e não falar em teses para eu ser disciplinado e poder cumprir com os dois minutos.

Eu quero dizer que é uma alegria muito grande rever o Márcio França, o Beto Albuquerque, que é um dos responsáveis pela minha entrada dentro do partido, bem como o Dr Arraes. Eu vou falar de propostas concretas, eu quero falar diretamente à Mesa.

Eu proponho que, nas majoritárias, privilegie as mulheres, ou como candidatas a prefeitas ou como vice, para a gente tenha proporcionalidade também na majoritária. Não é só porque exige a lei, vamos inovar nisso também e dizer que é o primeiro partido a deliberar a esse respeito nacionalmente. Então, a primeira proposta é que onde for possível, prioritariamente, que a mulheres também venham compor na Majoritária, ou como prefeito ou como vice.

A segunda proposta é que nós elaboremos de um programa de governo

que sirva de balizador para todas as prefeituras. Nós já fizemos isso em Santa Catarina e conseguimos, na realidade, fazer com que mais municípios se mobilizassem para ter candidaturas a prefeito, porque o mais difícil que tem é começar a falar com a população. E aí, nós abrimos um diálogo com a população, em cima de pontos básicos de um governo. Nós, por exemplo, elencamos aqui o que o companheiro de Olinda falou: a qualidade. Então, nós estamos trabalhando tudo. É assim: qual o partido que mais tem qualidade no Brasil? Para nós é o PSB. Onde nós vamos trabalhar o transporte? É transporte com qualidade, meio-ambiente com qualidade, qualidade de vida, etc. O que é que a população quer? Qualidade de vida. Então, nós vamos trabalhar não é saúde, educação, transporte, meio-ambiente, não, é qualidade na saúde, qualidade na educação, qualidade no transporte, qualidade no meio ambiente, enfim, qualidade de vida. E quem pode dar isso? Quem tem programa diferenciado. Quem tem programa diferenciado? Quem pensa diferente o município, a cidade, o Brasil. Então, eu queria ajudar nessa proposição.

A outra questão, que já foi mencionada aqui, é quefalou-se muito de candidatura a prefeito majoritário e pouco de vereador. Quando a gente apresenta uma chapa completa, ninguém se elege sozinho; os vereadores vão se eleger com a ajuda do coletivo. Então, o candidato a prefeito tem que ser cabo eleitoral de cada vereador; e o vereador mais motivado, evidentemente, vai trabalhar para o seu prefeito. Mas se não houver essa solidariedade entre o Executivo e o Legislativo, a gente começa a quebrar um pouco essa relação.

E como já foi proposto aqui pelo companheiro de Livramento, sugiro que a gente estabeleça um prazo de um mês, apenas um mês, para se fazer um rodízio e deixar o suplente que é de um bairro afastado, assumir a Câmara por um mês. Ele vai trabalhar que nem um cavalo, vai apresentar um monte propostas; vai botar a população daquele bairro dentro do município. Essa será uma forma de solidariedade que nós vamos mostrar diferente de tudo quanto é partido. Em quatro anos nós podemos ter cinco vereadores em um único mandato, com um único mês. Não vai fazer falta para o vereador que se elegeu. Se tiver dois, nós vamos ter praticamente dez vereadores, e praticamente todos eles são contemplados dentro desse exercício.

Concluindo, então, eu queria dizer que a gente deixe muito claro que a eleição é municipal. Nós vamos ter alguns casos específicos. Eu encerro, citando o exemplo de Porto Alegre. Pode acontecer algo impensável, do Governo Lula apoiar o candidato do PSB, que é quem melhor defende o Governo Lula, contra o candidato que não vai defender o Governo Lula e que é do PT. Nesse momento não está em cheque o Governo Federal, não é essa a eleição e nem é essa a avaliação. Por isso que a gente tem que ter o maior cuidado possível para

entender que nós demos um passo fundamental para a esquerda do séc. XXI, e que é referência é mundial. Logo, vamos deixar muito claro que a eleição é municipal. É isso.

Serafim Correia – Coordenador: Obrigado, Rogério. Bem, ao longo aqui dos debates e das discussões, foram elencadas várias propostas. E nenhuma delas foi contestada. Eu pergunto se alguém quer contestar alguma das propostas que foram colocada ou mesmo as teses que constam do Caderno de Teses. Se não há nenhuma contestação, eu proponho que nós, através de aplausos, possamos aprovar todas teses que foram aqui levantadas e aqui apoiadas. Bem, dito isto, nós temos aqui três moções e também não houve contestação. São duas Moções do James: uma pela Implementação do Estatuto das Cidades, que ninguém contestou e a outra pela imediata aprovação do PL 2710. Há alguma contestação? Então, aprovadas. Por último, o deputado João de Deus defende a inclusão social e participação popular no processo eleitoral. Alguém diverge? Aprovado.

Eu queria ainda dar duas informações para, em seguida, nós fecharmos. A nossa querida Inês Zanol, que é Prefeita de Pimenta Bueno, informa a todos que o *site* da Prefeitura de Pimenta Bueno é www.pmpimentabueno.com.br. Nesse *site* existem muitas experiências exitosas da sua administração. Dá também o número do telefone: 0xx69-451-7686. Eu quero agradecer à Inês, que fez essa gentileza com a Mesa ao disponibilizar essa informação. Por último, uma companheira de São Paulo, a companheira Pelúcia Narciso, da Associação de Produtores Culturais do Estado de São Paulo, está fazendo uma promoção de uma revista sobre a vida do Che Guevara mais o CD, que inclui o Hino da Internacional, por apenas R$ 10,00. Ela está lá embaixo e se coloca à disposição de todos os companheiros.

Dito isto, caros amigos, caminhamos para o encerramento dos trabalhos. Eu pergunto se o Beto, ou o Márcio, querem acrescentar alguma coisa. Muito bem. Até para ser coerente comigo mesmo, eu direi apenas duas palavras: muito obrigado.

Grupo VIII

06 de dezembro de 2003

Revolução Tecnológica e a Crise do Capitalismo



Coordenador:
Dilton Da Conti

Expositor:
Ministro Roberto Amaral

Debatedor:
Waldo Silva

Relator:
Josué Freitas

Dilton Da Conti – Coordenador: Eu sou o coordenador deste painel, cujo tema é "A Revolução Tecnológica e a Crise do Capitalismo". Inicialmente, teremos uma exposição do companheiro do Partido Socialista Brasileiro, hoje exercendo um cargo importantíssimo no Ministério da Ciência e Tecnologia, que é o Dr Roberto Amaral. Teremos, como debatedor, o Dr Waldo Silva e, como Relator, o nosso companheiro Josué Freitas.

Eu não vou me alongar muito nessa abertura. Tenho certeza que todos vocês vão contribuir e vão participar ativamente. E de uma forma democrática e participativa vamos depois tirar as nossas conclusões. Na nossa visão, há uma necessidade de buscarmos imediatamente a construção de um novo mundo; e esse novo mundo parte de uma situação bastante elevada de exclusão. No nosso Brasil, por exemplo, nós temos quase 50% da população que vive abaixo da linha de pobreza. Esse é um problema sério sob o ponto de vista social, mas que também tem uma grande correlação com a crise do capitalismo, em termos de Brasil e em termos de mundo.

Dentro desse enfoque, o que nós podemos vislumbrar é que, para termos um mundo mais harmonioso, é necessário que cada vez mais todos os socialistas do mundo façam realmente prevalecer a razão dos nossos objetivos principais. Eu quero dizer com isso que a harmonia mundial só existirá com o socialismo. Mas por sua vez, o socialismo só poderá existir na sua plenitude se houver o desenvolvimento econômico e social. Então, eu acho que dentro dessa visão, nós não podemos caminhar com outro tipo de exclusão, que seria a exclusão tecnológica. Nós temos um mundo diferente hoje - os paradigmas são diferentes, as relações são diferentes. Hoje você acessa a Internet e tem todo o tipo de informação que você deseja. Quando você vai fazer algum avanço, alguma geração de emprego, se você tiver uma boa tecnologia você vai fazer isso sem agredir o ambiente. Qualquer intervenção do homem na natureza vai gerar sempre prejuízos. E é dentro desse enfoque que nós destacamos que temos a felicidade de termos o Ministro de Ciência e Tecnologia, Dr Roberto Amaral, do nosso PSB, hoje no Governo Lula. É um governo que busca a transformação e a mudança que todos nós brasileiros esperamos que aconteça. Então, dentro da organização deste painel, eu passarei agora a palavra ao Dr Roberto Amaral, Ministro de Ciência e Tecnologia do Governo Lula, para fazer a sua exposição sobre o tema.

Ministro Roberto Amaral - Expositor: O meu querido amigo Dilton havia feito uma referência que eu quero resgatar. A intervenção aqui não é do Ministro Roberto Amaral; a intervenção aqui é do militante. Sem nenhuma demagogia o que eu sou mesmo é militante socialista. Eu tenho a impressão que quem inventou esse tema foi o Waldo. Eu vou fazer umas observações,

aparentemente heterodoxas, e a ortodoxia fica com o Waldo. Portanto, não haverá propriamente uma separação expositor/debatedor, mas duas exposições, duas reflexões sobre o tema. Pelo menos, eu vou fazer uma reflexão, que está sujeita a chuvas e trovoadas.

Confesso aos senhores que eu não tive condições de parar para fazer nenhum roteiro, portanto, vou fazer uma intervenção impressionista sujeita mais do que o normal à revelação de erros e de lacunas na minha formação. Primeiro, eu questiono o título - "Crise do Capitalismo". Desde que eu me entendo por gente, que se fala em crise do capitalismo. Se nós pegarmos a literatura clássica, ela está falando em crise do capitalismo; se nós formos à fonte do marxismo clássico, nós vamos encontrar o estabelecimento já das crises como um ciclo. Ora, se a crise é um elemento constitutivo do capitalismo, não é crise. Portanto, de saída, eu anulo a expectativa contemporânea de crise do capitalismo para a projeção do meu raciocínio. E vejo a insistência em falar em crise do capitalismo como um esforço de ordem psicológica para reforçar em nós a necessidade da nossa luta.

Isso me lembra muito o materialismo histórico, me lembra muito o determinismo histórico e, se nós temos alguma coisa a colher da história, é o fracasso da formulação científica do socialismo. Houve um tempo em que nós fomos revelados ao mundo, ou o mundo nos foi revelado, a partir das grandes vitórias econômicas da União Soviética, as grandes vitórias da China. Nós assimilamos uma política segundo a qual o socialismo é mais eficiente do que o capitalismo, e nos colocamos como partícipes dessa disputa.

Eu acho que a questão não é por aí, até porque, a diferença do desenvolvimento dos países capitalistas sob os países ditos socialistas é muito grande. Portanto, além de uma falácia é um risco metodológico discutir a comparação entre o socialismo e o capitalismo pela via da eficiência econômica. A partir dessas reflexões que me ocorreram, num esforço de encontrar explicações para a queda do Muro de Berlim, eu me inclinei - embora me mantendo fiel às bases do materialismo marxista - a introduzir um aspecto que era muito valorizado na obra marxista até Lênin, e que a partir do Stalinismo, passa a ocupar plano secundário. Eu me refiro ao humanismo socialista.

Eu tenho a impressão que nós combatemos o capitalismo não porque seja menos eficiente para resolver os problemas da humanidade, para promover o progresso econômico, não porque que ele seja menos eficiente que o socialismo. O que nos distingue é uma questão de valor, da raiz de uma interpretação marxista - sobre a qual o Waldo poderá dar uma aula - que é a exploração do homem pelo homem ou, dita de outra forma, a acumulação da mais–valia. Vou tentar reduzir essa formulação a outros termos. O que me

separa do capitalismo não é uma avaliação custo/benefício, mas é uma avaliação axiológica. Ou seja, qualquer que seja o desempenho do capitalismo, ele é inaceitável porque ele é imoral, porque a base do seu desenvolvimento é a exploração do homem pelo homem.

Então, esse é o padrão que nos deve afastar um pouco, quer seja das prisões do economicismo marxista ou das prisões do economicismo pós–soviético. A nossa questão para nós socialistas é muito mais profunda, não é econômica, não é política - é filosófica. E se a nossa divergência é filosófica, ela não tem composição, ela é irremediável, ela é definitiva.

Isso coloca algumas outras questões. A primeira é a sobrevivência ideológica. E o que eu quero dizer com sobrevivência ideológica? Eu tenho como responder à falácia da queda do Muro de Berlim; eu tenho como responder a falácia do "Socialismo Europeu", porque eu coloco um elemento que permanece em nossas sociedades. Isso, de um lado, pode facilitar a minha articulação política, mas traz outros elementos para os quais nós temos que refletir e cuja reflexão é muito difícil porque sobre ela não poderia incidir o pensamento do marxismo clássico.

Eu quero dizer o seguinte: nos padrões e nos termos do desenvolvimento tecnológico de hoje, como eu localizo a acumulação da mais–valia? Eu parto do pressuposto de que a revolução tecnológica, que de certa forma aposenta a Revolução Industrial, aposenta outras categorias. Eu me refiro aos chamados fatores da produção, que no meu tempo a gente estudava no primeiro ano da faculdade, na disciplina "Introdução à Economia". Ensinaram–me que os fatores da produção eram: natureza, trabalho e capital.

A natureza se transformava em matéria–prima, e que num determinado momento poderia ser chamado insumo, portanto, categorias tangíveis, categorias concretas. Eu posso localizar a matéria–prima. Eu digo: "Isso aqui é água". Eu posso identificar o valor da água, o custo da água, e quanto de esforço humano está congelado na produção dessa água; na vinda da água de sua fonte até este momento, quando ela passa a ter utilidade. Eu sei identificar o papel do trabalho e do capital porque ele tem um custo, ele tem um valor, ele tem uma remuneração. Eu sei identificar o papel, o peso, o valor da mão–de–obra do trabalho. Eu posso dizer: "Minha mão–de–obra custou tanto, eu produzi tanto nesse período em que ela esteve alugada ao capital; houve em excedente e esse excedente é acumulado pelo detentor, pelo proprietário do capital".

Agora, como é que essas categorias se colocam quando o fator da produção passa a ser conhecimento? Hoje, o fator de produção, o fator de desenvolvimento chama–se conhecimento. Vou dar um exemplo aqui que eu

não sei se o Professor Waldo aprovaria: o meu computador. Há um tempo atrás, eu fui editor. Eu vou dar aqui um exemplo que talvez seja cansativo, mas eu tenho a impressão de que ele é didático. Vou descrever as operações de uma produção editorial: você tem o texto, a produção autoral. É uma propriedade, que é intangível porque ela pertence a um imaginário, mas ela é concreta e é objetiva porque tem um corpus: os originais. Sobre isso aqui eu posso estabelecer um custo ou um valor; eu posso mensurar e posso até atribuir direitos, como são os direitos autorais. Eu recebia esses originais e eles iam para três tipos de profissionais: um profissional horista, que ia fazer a revisão de linguagem; um outro profissional horista, que ia fazer a revolução de conteúdo; e outro, um profissional horista que iria fazer o que nós chamávamos de marcação de originais. Eu estou insistindo em horista para dizer que ele estava alugando a sua força de trabalho. Para que o original se transformasse nisto aqui, tinha que ter um profissional para dizer: "Isso aqui vai ter o corpo; tal família de caracteres; vai ser de tal tamanho; vai ter tal desenho; vai ter tal diagrama". Depois, isso ia para uma gráfica, onde eu tinha o clássico operário composit, que sentava numa máquina chamada linotipo e transformava aquele texto em placas de chumbo. Isso passava por uma limpeza, por uma revisão, por uma segunda revisão, por uma terceira revisão, que é feita por profissionais especializados chamados revisores. Isso voltava para mim, editor, eu fazia a última revisão e dava a ordem: "Imprima-se". Isso voltava para a gráfica e entrava então numa fase de produção industrial. Lá ele era diagramado, paginado, ia para a máquina, era impresso e depois de impresso era encadernado e recebia uma capa. E tudo aquilo que começou como um pensamento se transformava em um livro como este.

Eu tinha todas as condições de estabelecer todos os custos, identificando quanto foi o custo da matéria-prima, quanto foi o custo de capital que eu precisava para remunerar e quanto custou a mão-de-obra. Se ele fosse uma produção em *off-set*, ele sofreria ainda outros processos que não vêm ao caso agora discutir. Ocorre, que eu enviei o último livro para a editora por *e-mail*. Todas essas fases descritas foram eliminadas. Eu escrevi o texto no meu computador e mandei via internet para a editora, que recebeu aquele produto também num computador. E o computador, automaticamente, diagramou aquele texto segundo um padrão e comandou o processo de impressão. No meu computador quem faz a revisão ortográfica é ele próprio. Então, o famoso revisor desapareceu, como desapareceu o linotipista, como desapareceu o digitador, como desapareceu o diagramador. No desaparecimento dessas fases, e em todas elas existiam momentos de acumulação de mais-valia, facilmente identificáveis. O que foi feito da mais-valia? No processo anterior, em todos

os momentos, eu poderia fazer uma interrupção e dizer: "Aqui há exploração do homem pelo homem". Havia exploração do homem pelo homem na revisão dos originais, na diagramação, na marcação tipográfica, na linotipia, na indústria gráfica, etc. Como é que eu transponho essa "categoria" para o plano da automação? Essas são questões para as quais eu tenho dificuldades de encontrar respostas.

O que eu quero mesmo discutir é a questão tecnológica. O que eu realmente gostaria de discutir não era nada disso. Era o desafio para o socialismo, eu acho que isso era muito mais importante. Mas quem sabe, como nós somos meio anarquistas, talvez a gente possa discutir um pouco disso sem olhar para essa faixa amarela. Tem um livrinho de um autor que, às vezes, entra em moda; às vezes, sai de moda; mas é um livrinho que a gente deveria ler, se não de vez em quando, de quando em vez. Eu vou ler aqui uns trechos.

O autor está descrevendo as conseqüências ocorridas no mundo em face do avanço e das vitórias da burguesia. A burguesia avança como a pororoca amazônica. A burguesia vem alagando tudo, transformando tudo: valores, métodos, tudo, muda a sociedade. Ela destrói os valores do feudalismo. O autor vem se referindo a isso, e diz: "Todas as relações firmes, sólidas com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis foram varridas. Todas as novas tornaram–se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo que é sólido, derrete–se no ar; tudo que é sagrado é profanado; e por fim, os homens são compelidos a enfrentar, de modo sensato, suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes".

Haveria alguma comparação entre a revolução burguesa e a revolução tecnológica? Será que essas reflexões estão relacionadas com aquela violência progressista, violência do avanço, violência que é a chegada do presente trazendo o futuro e rompendo com o passado? É por isso que esse autor, por incrível que pareça, era um apaixonado pela burguesia - porque ela foi revolucionária. Já não sei porque ela está no poder.

Vou ler um outro texto: "A necessidade de um mercado constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo". Ou seja, a burguesia é como uma enchente; é um rio que não se conforma com as suas margens; tem-se um barranco, derruba-se; tem-se um empecilho, cria-se outro rio. Ela não pode recuar. Como o rio precisa cada vez mais de espaço, cada vez mais de leito, a burguesia precisa cada vez mais de mercado. A questão da globalização não é do séc XXI, nem do séc. XX, e sim do séc. XIX. Nós poderíamos até dizer que ela remonta ao mercantilismo. Mas nessa linguagem, nesse viés que eu estou adotando, ela remonta ao projeto burguês.

Vou ler mais um trecho: "A burguesia, através de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita para a produção e o consumo em todos os países. Para grande desgosto dos reacionários"... Reacionários são os que reagem ao progresso, os que reagem ao novo, portanto, naquele então os que reagiam à burguesia eram os reacionários de então. Continuando: "Para grande desgosto dos reacionários rebaixou a base nacional da indústria até o reles chão. As indústrias nacionais antigas foram destruídas ou seguem sendo destruídas dia após dia Elas são desalojadas por novas indústrias, cujos produtos são consumidos não só no próprio país, mas em todos os cantos do globo. Em lugar das antigas necessidades satisfeitas pela produção do país encontramos novas necessidades exigindo, para satisfazê–las, produtos de terras e climas distantes. E essa é uma característica do capitalismo. Ele cria permanentemente novas necessidades e a tragédia é que ele encontra soluções para essas novas necessidades. É um negócio tão diabólico que é um regime econômico que se fortalece na guerra, na indústria da morte e do desperdício. No lugar da antiga reclusão e auto–suficiência local e nacional temos conexões em todas as direções uma interdependência universal das nações, tanto em produção material como também em produção intelectual As criações intelectuais de nações individuais tornam–se propriedades comuns. A parcialidade e a mentalidade tacanha nacional tornam–se sempre mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacionais de locais forma–se uma literatura universal."

É evidente que todos os senhores, com exceção do Waldo, sabem quem é esse autor e que livro dele e que texto dele eu estou lendo. Eu li um livrinho que eu sei que todos leram, mas aconselharia que apesar de já haverem lido voltassem a ler, não como catecismo, mas como uma fonte inspiradora de muitas reflexões. Eu li trechos do "Manifesto Comunista" de Marx e Engels. Eu não sei se nós devemos nos assustar com a sua atualidade, com a sua quase premonição.

Por que eu trago isso aqui à baila? Eu tenho a impressão que nós, como socialistas, olhando com o olho para a experiência do Leste Europeu, e olhando com outro olho para o futuro - que é uma incógnita dramática se nós não soubermos construir, mas cuja construção depende de nós podendo responder ao grande desafio da nossa idade, que não mais o socialismo que queremos, que não é mais o socialismo que tivemos, é o socialismo poderemos querer. O interveniente novo são as transformações decorrentes da revolução tecnológica, da ciência e da tecnologia.

Eu vou fazer aqui uma questão audaciosa que não vou colocar como verdade, uma reflexão onde está a raiz do colapso do Leste Europeu. Se nós ficarmos aqui uma semana, a cada cinco minutos, cada um de nós levantará

uma razão ponderável. Nos tempos em que a gente escrevia para o PSB, eu e o Waldo, todos os nossos textos eram muitos presos ao viés da nossa formação. Nós identificávamos facilmente os erros e as tragédias decorrentes do Partido Único e tirávamos disso uma lição. Nós encontrávamos, nós localizávamos os erros decorrentes da ditadura do Partido Único. E por aí fomos identificando várias razões. Mas tem uma para a qual, pelo menos eu, não tinha então a clareza que tenho agora: a revolução tecnológica.

Eu não tenho condições experimentais de atribuir peso a cada um dos fatores, mas está claro para mim que o Leste Europeu não teve condições de acompanhar o desenvolvimento tecnológico do Ocidente. Nesse momento, houve a destruição do sistema, em face da revolução tecnológica que trazia embutida a revolução da comunicação e o império da globalização. A partir daquele momento, daquela defasagem, os dados estavam dados. Era uma questão de tempo. Houve um fator agravante nisso, para o qual, certamente, o imperialismo teve consciência, que foi apressar a corrida militar. Essa corrida militar foi levada a um nível, que a União Soviética, ou não poderia acompanhar, ou para acompanhar, deveria pagar um preço social tremendo que terminou pagando. Ela nem acompanhou e pagou um preço social interno tremendo - instalou–se ali a pobreza.

Hoje, o custo da tecnologia era de tal ordem que nós nos perguntamos: Como garantir o acesso de nossos países à tecnologia? Ou: É possível se repetir entre nós, como fez ou como foi obrigada fazer a União Soviética, no processo da revolução industrial? É possível repetir entre nós os processos que já foram dominados lá fora? É possível pensar no séc. XXI em alguma forma de envolvimento, de crescimento sem pensar em desenvolvimento sustentável como se pensou no século passado? É possível pensar, entre nós, em desenvolvimento sustentável sem pensar em investimentos maciços em educação, ciência e tecnologia? É possível pensar em soberania sem controle de tecnologias? Essas questões se aplicam ao dia–a–dia; se aplicam aos conceitos de nação; se aplicam ao conceito de soberania e ao conceito de guerra. Hoje, a potência militar mais forte não é aquela que tem o maior número de batalhões, exércitos, infantarias, nada disso. É aquela que tem o maior controle tecnológico.

Eu não sei se os senhores se deram conta de que nós fizemos uma avaliação comparativa. Podemos fazer essa avaliação, rapidamente, entre a I e a II Guerra Mundial. A II Guerra Mundial teve um preço muito grande no campo de batalha. Porém, ela não se decidiu no campo de batalha; ela se decidiu numa corrida científico–tecnológica entre os Estados Unidos e a Alemanha para saber quem primeiro iria cruzar os ares - o avião a jato ou a bomba atômica. O último ato da II Guerra Mundial não foi um ato militar, foi a

explosão de uma bomba atômica sobre duas cidades civis; sobre duas populações civis que não estavam em guerra; ela foi decidida no plano da ciência e da tecnologia. Não sei se a gente se lembra como foi a tentativa de guerra de dominação do Vietnã do Norte e como foi a I Guerra do Golfo e a II Guerra do Golfo. Hoje, um país pode bombardear um outro, dominar um outro, sem a perda de um quadro. Isso é impeditivo do desenvolvimento dos nossos países? Eu creio que não.

Agora, vou falar um pouco sobre ciência e tecnologia no Brasil. O governo de mudanças do Presidente Lula está mostrando a possibilidade concreta que foi levantada por Celso Furtado e por seus companheiros de CEPAL, de que é possível ter um projeto de nação no nosso país. Parece uma coisa simples, quando dito hoje, mas nos anos 50, era vedado pensar nisso, era subversivo afirmar isso. Os países subdesenvolvidos não tinham a possibilidade de construção de um projeto autônomo de desenvolvimento e tínhamos que refazer, a todos os momentos, todas as fases do processo de desenvolvimento das nações industrializadas. No meu ponto de vista, houve uma tentativa equivocada porque ela pagou um grande preço na entrega da economia nacional ao imperialismo, que foi a tentativa dos anos JK. Fora daí, isso não saiu da retórica. Hoje, nós estamos mostrando, a nós mesmos e ao mundo, que podemos ter uma política de ciência e tecnologia autônoma. Nós, no Ministério, não rompemos os acordos internacionais que encontramos com os Estados Unidos e com a Comunidade Européia, mas estabelecemos as nossas prioridades - a cooperação com a Argentina, a cooperação com Mercosul, a cooperação com a América do Sul com vistas à construção de uma comunidade de povos da América do Sul. Fizemos mais: identificamos aqueles países emergentes que estão em nível de desenvolvimento similar ao nosso - a Ucrânia, China, Índia, Rússia, África do Sul. E com esses países, estamos fazendo consórcios, convênios de cooperação que visam a complementaridade dos nossos esforços, dos nossos conhecimentos, do conhecimento acumulado. E estamos logrando, com esses países, o que os Estados Unidos e a Comunidade Européia sempre nos negaram e negam ainda hoje: transferência de tecnologia.

Nós encontramos no Congresso um Acordo de Salvaguarda, assinado pelo Brasil com os Estados Unidos, de subserviência absoluta, e uma vergonhosa submissão dos interesses nacionais. Não era nem uma questão de defesa dos interesses americanos; eram imposições americanas mesmo. E nós substituímos esse Acordo de Salvaguarda, em três meses, por um acordo firmado a Ucrânia, que assegura a nossa base de lançamento de Alcântara. Estamos produzindo satélites cada vez mais poderosos. Estamos produzindo com a China e estamos estabelecendo convênios com a Índia e com a África do Sul. Eu estou fazendo

essas referências para mostrar as mudanças. Eu até sugeriria que o Waldo trabalhasse sobre essas idéias – as conseqüências das mudanças dos eixos a partir de 88.

É evidente que há um viés ideológico quando eu digo que estou perseguindo os interesses nacionais do meu país, e de outros países com os quais esses interesses nacionais são compatíveis. Mas era impensável, há alguns anos atrás, uma cooperação militar, ou cooperação no plano espacial, ou no plano nuclear, ou no plano os fármacos, ou no plano da biotecnologia, da biodiversidade entre países como o Brasil, a Índia, a China, a Rússia e a África do Sul. Não falo Ucrânia porque ela não existia.

Eu tenho a impressão que, com isso, começo a concluir a minha intervenção. Esse é um dado novo que é uma resposta que a revolução tecnológica que foi ditada pelos países do norte, enseja pela primeira vez, por não ter um desenvolvimento linear - é a possibilidade de países como os nossos terem projetos de autonomia. O encontro de países como o Brasil, China, Índia, Rússia no plano da ciência, da tecnologia e do plano industrial, abre uma perspectiva de futuro imediato de um mercado para os nossos produtos. Além de um plano de cooperação inusitado, abre um mercado para nossos produtos, que é muito superior ao mercado norte–americano e europeu, que é um mercado de crescimento limitado, um mercado contido. E no entanto, sob a falácia do acesso a esse mercado, nos estão impondo um fechamento de mercado que é a ALCA. Eu gostaria de falar muito sobre a política de ciência e tecnologia do Partido Socialista. Eu tenho mais quanto tempo?

Dilton Da Conti – Coordenador: Dez minutos.

Ministro Roberto Amaral - Expositor: Não serão necessários. Permita–me falar nisso porque eu tenho poucas oportunidades de dialogar com o Partido. Eu tenho a honra de dizer que o programa que nós estamos executando no Ministério, evidentemente, é compatível com o programa do Governo do Presidente Lula, mas é um programa do PSB. Nós executamos uma política de federalização dos recursos; de criação de Centros de Excelência pelo país, de quebra dos anéis de poderes instalados corporativamente nas instituições universitárias; de desenvolvimento do país naquelas áreas nas quais nós estávamos defasados; e de desenvolvimento do país naquelas áreas consideradas estratégicas: política espacial, política nuclear, de neurociência, a criação de uma base de recursos humanos.

Nós encontramos o país produzindo 6.300 pesquisadores por ano; nós vamos chegar ao final do mandato com dez mil; e conseguimos incorporar os estados nesse esforço. Há pouco, realizamos, no Rio de Janeiro, a Conferência

Internacional da Unesco sobre Ética na Ciência e na Tecnologia. Realizamos o I Encontro de Ministros de Ciência e Tecnologia da América de Sul e o II Encontro de Ministros de Países de Língua Portuguesa.

A nossa política de cooperação internacional é um desdobramento da política externa brasileira. As nossas metas são: estreitamento com a Argentina; fortalecimento do Mercosul; fortalecimento de bases para a criação da Comunidade dos Povos da América do Sul; prioridade para os povos de língua portuguesa; prioridade para a África Austral e aquelas relações que eu já nomeei com aqueles países.

Eu quero deixar uma última questão para vocês refletirem: Como será possível a retomada de um projeto socialista para nossos países? E eu enfatizo os nossos. Não vejo condições para a vitória e sustentação de projetos nacionais socialistas isolados. Eu estou convencido de que não existe mais o Projeto Nacional Brasileiro. E um projeto continental, um projeto da América do Sul, ou qualquer projeto nosso de modificações estruturais, poderá ter um destino que teve, em outra conjuntura internacional, o Projeto Allende. Já não falo no projeto Jango que não tinha, nem de longe, as formulações, as perspectivas do Projeto Allende. Como é que nós nos definimos diante de projetos como o da China? Os chineses são parceiros importantíssimos para o Brasil, mas de todo o projeto da revolução socialista, permanece na China apenas a ditadura do partido. Eu estive agora lá recentemente e aconselhei ao Dr Arraes para não fazer a sua segunda viagem, deixar com ele a memória da viagem que ele fez há vinte anos. O que ficou no Leste Europeu? As transformações aqui ao lado, da brava Cuba, projeto que nós sabemos que é historicamente irrepetitível. Como o projeto da revolução socialista, que é permanente, subsiste no quadro atual? Como ele se projeta para futuro? Como a revolução científica e tecnológica do séc. XXI pode ser instrumento de fortalecimento da revolução socialista? Como viram os senhores, eu tenho muito menos certezas do que dúvidas; e espero trocar as minhas dúvidas pela certezas dos companheiros. Muito obrigado.

Dilton Da Conti – Coordenador: O Roberto nos proporcionou uma verdadeira aula do seu conhecimento político, social e científico, mas mesmo ele não querendo e não estando aqui institucionalmente como Ministro, é muito orgulho para todos os socialistas tê-lo no Ministério de Ciência e Tecnologia.

Realmente uma das colocações do militante expositor foi de que o tema não teria lhe agradado muito. Talvez realmente ele esteja coberto de razão que a crise do capitalismo sempre existiu talvez com outra forma, talvez a palavra "crise" tenha gerado uma certa repulsa, mas o que a gente pode dizer é que, como eu falei no início dos nossos trabalhos, tecnologia é um ponto estratégico, por isso esse tema número oito está muito ligado ao tema um que

definiria as políticas estratégicas para o país. A corrida que a gente teve ao longo dos anos foi uma corrida tecnologia e o expositor foi muito feliz quando ele disse que há várias ponderações a fazer do que foi para nós um insucesso ou colapso, como ele falou, do Leste Europeu, mas realmente foi perdido no campo tecnológico. Então, dentro desse ponto eu acho que nós permanecemos num cerceamento ao acesso à tecnologia e foi assim que a maioria dos povos subdesenvolvidos foi dominada pela Comunidade Européia e pelos Estados Unidos, mas essa barreira se rompeu, então, não é de conhecimento numa área em que todos os países que tiveram o desenvolvimento tecnológico não na velocidade que tiveram a maioria dos países da Comunidade Européia. Eu estou falando mais do Ocidente e dos Estados Unidos, mas vai é através de cooperação, no sentido de não ficar inventando a roda, é você somando sinergicamente os conhecimentos que cada uma das ações detêm, nós poderemos voltar a exigir o nosso respeito e a nossa soberania. Parabéns ao expositor. E antes de começar os debates com a participação dos senhores, eu passo a palavra ao militante companheiro e amigo Waldo Silva.

Waldo Silva – Debatedor: Bem, companheiros, o Amaral tinha razão, quem sugeriu o tema fui eu. Só que tem um pequeno erro: faltaram dois Ss porque o tema era: As Crises do Capitalismo. Ele acabou, na exposição dele, confirmando com exemplo até radical a tese que está embutido no título, quando ele diz assim: "A burguesia é como uma pororoca, o capitalismo é uma crise permanente". Os antigos, do qual nós dois fazemos partes, é que acharam que não, que as crises iam derrubar o capitalismo, mas não é, é o contrário: as crises incendeiam o capitalismo, e ele só se desenvolve, ele só eclode nas crises. Eu diria até que não é só o capitalismo que é assim não, mas aí nós vamos cair numa discussão freudiana, psicanalítica que eu não estou interessado em fazer, aqui não é o lugar para fazer. Eu tinha pensado... As pessoas me perguntavam: "O que você vai falar lá?" Eu vou fazer uma provocação. Foi o que eu gostei de fazer na minha vida inteira: provocação. Então, eu acho que algumas partes da fala do Amaral vão ajudar muito na minha provocação. Eu quero começar com a seguinte provocação, é uma frase que talvez ele já conheça porque eu escrevi isso há muito e depois para lá, mas eu, mas eu queria retomar agora; a frase é o seguinte: "Um país pobre paga maus salários não porque é pobre, mas ao contrário, ele é pobre porque paga maus salários".. E revertendo isso aí, eu diria: "Um país rico paga bons salários não é porque é rico, ao contrário, ele é rico porque paga bons salários". Alguém vai falar: "O que tem a ver isso com negócio de crise de tecnologia?" Isso é o cerne da questão. O Amaral, no início da fala dele, levantou um problema complicadíssimo que é o problema do valor. É uma discussão muito boa, e eu vou resvalar para um lado completamente, não divergente do seu, mas completamente diferente.

Ele começou falando da revolução industrial. A história humana de trezentos anos para cá. Mas eu vou me concentrar em tirar lições de mais um século passado. É assim: a Revolução Industrial criou a classe operária. Ele leu trechos do Marx, que são trechos importantíssimos, um livro brilhante, um trabalho brilhante, mas que começa assim: "Um espectro de caos ronda a Europa", não é isso? Mais ou menos assim? "O fantasma ronda a Europa". É tão atual que o fantasma hoje não ronda não é só a Europa não, ronda o mundo inteiro. E eu vou tentar demonstrar que é esse fantasma. Lá no Marx esse fantasma era a classe operária com a sua organização, o comunismo, a classe operária com sua organização, com seus partidos com seus sindicatos, com a sua resistência. A história humana do século anterior ao que terminou é a história da organização da classe operária e é a história do movimento comunista que inundou o coração e a mente de milhões de milhões de indivíduos que, muitas vezes, sacrificaram as suas vidas para transformar esse espectro de caos num motor revolucionário da história capaz de mudar a história humana. Qual era a característica disso? A característica da contradição entre a burguesia e a classe operária era a organização da classe operária, a paulada da burguesia que juntava canhão para dar tiro na classe operária que se rebelava nas cidades, organizava greves, partidos etc e tal. Essa é a história de quase dois séculos. Gradativamente a partir do início do século passado o capitalismo muda de maneira extraordinária. Eu não vou entrar em detalhes disso, mas a síntese é o seguinte: o capitalismo passa a catalisar, a absorver a classe operária. A contradição entre essa burguesia e o proletariado vai gradativamente desaparecendo–se através da segunda parte da fala com a qual eu introduzi essa intervenção, ou seja, paga-se bons salários. E a classe operária passou a receber bons salários lá na sede o capitalismo, evidente, eu não estou falando de nós aqui. Aqui é outro problema. E na medida em que absorvia a classe operária no sistema de reprodução do capitalismo, essa classe operária foi gradativamente perdendo o seu caráter revolucionário transformador e adquirindo um caráter cada vez mais reformista e baseado no aumentar da reivindicação dos salários, organizar para fazer greve, para aumentar os salários e para atingir um padrão de vida quase idílico. No sul da França tem uma cidadezinha balneária do lado a Saint-Tropez. Alugar uma casinha ali para passar férias custa dez mil dólares. Eu, por um acidente de percurso, conheci um francês que me emprestou uma casinha lá onde eu fui ficar quinze dias; francês não ia lá; ia operário alemão, holandês, sueco, dinamarquês; eram indivíduos que trabalham numa fábrica e que ganhavam de cinco mil dólares a sete mil dólares por mês; operários. Aí a classe operária foi para o paraíso mesmo, já está no paraíso.

Bom, no meio de século passado, digamos, da segunda ou terceira década do século passado para frente, esse fenômeno de absolvição da classe

operária pelo capitalismo se acentua e aparece uma nova contradição no capitalismo. Então, eu quero insistir: na contradição anterior era a classe operária se organizando, fazendo greves, se organizando em partidos e tentando tomar o poder pelo assalto à rebelião nas cidades. A partir de num momento determinado do século passado surge, na medida em que essa classe operária começa a ser incorporada nesse sistema, aparece um fenômeno novo, que é a luta anticolonial e antiimperialista. Essa é a luta da nossa geração, minha geração, do Amaral, do Dilton.

Qual é a característica dessa luta? Ela é diferente da luta da classe operária, ela vai buscar no meio do campo, dos camponeses porque o método de luta era a guerrilha e o campo era o lugar mais favorável ao desenvolvimento da guerrilha. Ela associa essa luta, muitas vezes, a guerrilha rural ao terrorismo urbano, por quê? Porque quando se é invadido o terrorismo se torna um instrumento de luta aceitável. Lá para os caras em Bagdá, para a maioria da população, jogar uma bomba, um horror daqueles e matar um monte de americanos, inclusive alguns iraquianos, é um negócio que se justifica; para nós aqui é uma barbaridade, mas lá se justifica por quê? Porque o inimigo invadiu o seu país. Essa foi a luta da minha geração, do Che Guevara, do Camilo Torres, do Vietnã; foi a luta da minha geração, chamada Luta Armada. E aqui nós também tentamos a luta armada. Como não compreendíamos claramente a natureza desse processo histórico, nós cometemos erros importantes. Bem, essa segunda contradição na história, digamos, recente do capitalismo, de um momento para outro é substituída por uma nova contradição. Aí é que está a brutalidade. O Amaral destacou muito bem a exploração do homem pelo homem. Era essa a resistência da humanidade ou da classe operária contra o capitalismo. Com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem uma situação nova, é a luta do "Me explora pelo amor de Deus que eu estou precisando". "Pelo amor de Deus me explora que eu quero um emprego". A contradição capital e trabalho desapareceu, por quê? Porque foi eliminado o trabalho. Ele deu um exemplo excelente do sistema gráfico. Olha, a Usiminas já teve vinte e quatro mil trabalhadores produzindo três milhões e meio, três milhões e oitocentas mil toneladas de aço por ano. Hoje ela tem de treze a quinze mil trabalhadores. A Usiminas, aqui no Brasil, ali em Ipatinga, Minas Gerais. Os japoneses têm uma planta piloto de uma usina produzindo três milhões e meio de toneladas de aço por ano que emprega quinhentas pessoas. Quantos trabalhadores? Nenhum. É só cara na frente um sistema de informação, um sistema eletrônico, controlando processos. A crise do capitalismo, Amaral, atual, ela é nova, é uma crise nova, não é crise de mercado, ela é a crise do fim do trabalho humano, da substituição crescente e maciça do trabalho morto, do trabalho vívido, trabalho do indivíduo pelo trabalho morto incorporado nas

máquinas. Trabalho esse incorporado nas máquinas cada vez mais ou cada vez menos resultante da intervenção do trabalho humano, exceto no plano intelectual. Hoje, já tem outras coisas aí: os caras começam a preparar computadores capazes de eles próprios substituírem a inteligência humana - quer dizer isso é uma loucura - para conceber mudanças e processos. Vejo, alguém vai dizer: "Não, sempre tem uma exploração". Tem um certo plano desse desenvolvimento que nem exploração vai existir mais, acabou não tem mais exploração, por exemplo, eu estou convencido que dentro de algumas décadas, uma boa parte das proteínas com a quais nós nos alimentamos serão fabricadas por bactérias em tanques com bichinhos, que vai produzir a nossa comida. É a exploração das bactérias, do homem pelo homem acabou.

Mas isso vai muito mais longe do que a gente possa imaginar porque, na verdade, boa parte desses avanço - certamente o Amaral vai concordar comigo - ainda não são economicamente sustentáveis ou colocados em prática em função das conseqüências que isso produziria na sociedade, por exemplo, informatiza todo o sistema de *bureau* da Europa - esse estudo estatístico existe - desaparecem quinze milhões de postos de trabalho e vai fazer o que com quinze milhões de caras sem emprego? E o pior: não é sem emprego não, é sem capacidade de consumo, sem consumir, a indústria vai produzir para quem? E o problema, Lulu, atualmente, diz que vai crescer, mas vai crescer como se não tem mercado interno, só se for exportando, mas aí todo mundo quer exportar, e desse ponto de vista a China é um paradigma no mundo atual. Na Organização Mundial do Comércio tem a maior brigaria contra a China, que a China está baixando o preço de alguns produtos de uma maneira tal que nenhum outro país do mundo agüenta produzir, por quê? O Amaral tem razão, é um modelo de trabalho semi-escravo, o modelo chinês, mas eu não vou discutir isso, isso é um outro problema. Bem, vamos deixar essa bomba de lado. Vamos tratar da nossa bomba aqui. Eu fiz, vamos dizer assim, uma brincadeira no início, quando o Amaral reclamou da tecnologia, eu falei: "Não, foi a tecnologia, foi o homem que não se aproximou devidamente do microfone". A realidade é que o capitalismo não cria mais emprego, o capitalismo só investe para criar desemprego. Qual é o capitalismo maluco que vai investir para criar emprego? Não, ele investe nos modernos sistemas, resultados da revolução científica e tecnológica que cada vez mais manda o homem para o beleleu e substitui o homem pela máquina. Vocês querem um exemplo? Eu estudava muito processo de produção, eu ia à França ver a indústria automobilística, que é o grande avanço tecnológico do mundo. Então, tinha um cara lá que ficava numa bancada assim, ele tinha três minutos ir lá e três para voltava para cá, ele tinha cerca de 30% de erro, era um soldador; ou seja, 30% do que ele fazia era recusado e tinha que voltar no sistema. Ele levava cerca de três minutos para completar a

tarefa. É um trabalho de louco, maluquice, ficavam todos doidos. O nego trabalha um ano nisso e depois para o hospital passar uns quatro anos lá, tomando choque. Ele produzia, em três minutos em cada peça, com 30% de perda. Se pós um robô aí. A peça passa em trinta segundos, não são três minutos mais, são trinta segundos. E o nível de erro é zero; e não tem greve; não tem faltas; elle não bebe cachaça, nem vinho; trabalha o ano inteiro; não tem férias; não família, não tem filho, não tem médico, não tem nada, não tem acidente de trabalho e trabalho vinte e quatro horas por dia sem parar, vai empregar gente para quê? Você é doido? Bom, a resultante desse processo que ainda está no seu início, esse processo é inicial, mas a resultante já é uma catástrofe, a catástrofe somos nós aqui que nesse procedimento, o Amaral também tem razão, nós ainda não perdemos o nosso papel no mundo não, mas os crioulos, na África, coitadinhos, acabaram. Quem está ligando para africano? Quem está ligando para a África? Que se exploda a África. Não precisa mais do trabalho deles, vai explorar eles para quê? Uns precisa de vez em quando ir lá catar um pouquinho de matéria–prima porque a maioria da matéria–prima daqui para frente é toda reciclada, o que produziu volta, é reciclado, cada vez será menor o consumo de matéria–prima, portanto, o trabalho dos crioulos, na África, coitados, desapareceu, a África está isolada, serve para vender armas, como dizia o Amaral, para um matar o outro. E esse é o único sistema que enriquece provocando crise, morte e destruição; devastou Hiroshima e Nagasaki, quem for lá vai ver que cidades maravilhosas; deu oportunidade ao capitalismo construir duas lindas cidades: Hiroshima e Nagasaki. Bom, só que alguém paga esse custo, não é cara. Quem apaga esse custo é o nosso povo, que nem direito de ser explorado tem mais, que fico gritando: "Me implora com alguma coisa, me arruma um trabalho qualquer". Não tem mais trabalho. É claro que alguém vai me contestar dizendo: "Você está exagerando". Não, eu estou pensando lá na frente, eu estou vendo um processo que está ocorrendo; é um processo a exclusão, não é social não, a exclusão social sempre existiu, é a exclusão econômica que hoje é mais do que isso, vai excluir da história esse lixo que é o homem. Lixo. O homem se torna lixo para o capitalismo, tem que jogar fora, material obsoleto e inútil. É essa a realidade. E o pior perdulário porque quer comer. É inútil e quer comer ainda por cima, não serve para nada, não tem trabalho, não tem porcaria nenhuma e quer comer ainda por cima, ainda quer dinheiro para comprar roupa é não sei o que. Bom, mudou a história humana em profundidade.

Eu só vou ter que, fraternalmente, fazer uma divergência com o Amaral: não foi a ciência e a tecnologia que produziram isso, foi a política. Eu fui um apaixonado por esse negócio de ciência e tecnologia. Nos anos setenta, eu larguei tudo que eu estava fazendo na minha vida e passei dez anos só lendo esse negócio de ciência e tecnologia e achava que isso ia salvar o mundo. O

Amaral também tem razão: em parte é um elemento fundamental da história humana, um elemento fundamental para um país. Os caras ficam falando aí em reduzir verbas da universidade, só um imbecil completamente tapado e inimigo do nosso país pode propor uma merda dessas. Tem que encher as nossas universidades de dinheiro, nem que seja para jogar fora, porque é evidente que a ciência, o conhecimento, o domínio da ciência e da tecnologia é um elemento central, fundamental, diz aqui o Dilton, da existência de um país, da nossa sobrevivência histórica. Eu não tenho nenhuma dúvida de tudo que o Amaral falou. Eu diria assim: qual é aproximadamente o gasto de ciência e tecnologia no Brasil hoje em relação ao Produto Interno Bruto? Você tem idéia? Se der 5% ainda é pouco. Devia entupir o sistema de ciência e tecnologia do Brasil de dinheiro, devia - não tem aqui nenhuma provocação - fazer bomba atômica mesmo. Você não falou isso não, mas se não falou deveria ter falado. Tem que fazer mesmo. Energia nuclear é um negócio fundamental. Vão me desculpar alguns companheiros aqui: essa briga com Trangênico, pelo amor de Deus! Pára com essa besteirada. A briga é outra: é saber se economicamente a questão da produção de soja trangênica é boa ou ruim para o Brasil. Agora, que soja trangênica...

Participante não identificada: Tem que parar os *royalties* da produção.

Waldo Silva – Debatedor: Não. Aí é outro problema: político. Entendeu? Aí é outra questão. Pagar *royalties!* Vá para o diabo que te carregue! Para mim, não pagava era nada. Infelizmente a gente não pode fazer isso. Então, eu só queria dizer que a nova realidade é o seguinte: acabou a classe operária, acabou, não, ela existe para reproduzir o capitalismo, ela é parte da classe dominante, eu diria até assim, quase isso, os que têm emprego, evidentemente. Se bem que o salário deles também está sendo achatado igual marreta. Vou citar alguns números aqui... ...Tudo inútil. Claro, desapareceu porque não servia mais para nada, é negócio de lixo, que se joga fora.

Ministro Roberto Amaral - Expositor: E a progressão vai ser cada vez menor.

Waldo Silva – Debatedor: Isso, Amaral, muito bom você me lembrar disso porque a gente parece que está falando de um negócio que já aconteceu, não, nós estamos falando é do que vai acontecer que é muito pior, é muito pior o que vai acontecer.

Ministor Roberto Amaral - Expositor: Só uma provocação: ou muito melhor, o homem está caminhando para o lazer.

Waldo Silva – Debatedor: Aí é que está a minha provocação final. Infelizmente, ele tirou as palavras da minha boca, mas fazer o quê? O genro do

escritor daquele livrinho ali, chamava Paul Lafargue, casou com a filha do Marx, e escreveu um livro: "O Direito à Preguiça". Vocês estão rindo? Quem gosta de trabalha é burro. Isso aí não é nada, eu não sei o que é. Eu acho que nem os burros gostam de trabalhar também não. Trabalham porque são obrigados senão não ganham milhos. Os comunistas da União Soviética, pessoas respeitáveis que queriam mudar o mundo, criaram uma idéia de que o trabalho dignifica o homem. Porra de trabalho dignifica ninguém, o que dignifica as pessoas é o lazer, é a preguiça, é ter tempo para ler, ter tempo para viver a vida, ler aprender, enfim, é isso, acumular conhecimento, fazer debates, estudar filosofia, ler romance. É isso que dignifica o homem, trabalhar não dignifica ninguém, ao contrário, só enche o saco, a menos que você encontre um trabalho que faça parte do seu gosto. A minha mulher fica na faculdade, lá no laboratório dela, de 7:00 horas da manhã às 7:00 horas da noite e vai ao sábado e no domingo. Tudo bem! É o lazer dela fazer ciência. Então, eu isso não modifica a minha tese não, ao contrário, confirma a minha tese, só que aí nós temos um problema muito grande: o que nós vamos fazer com esse mundo de gente? E o pior esse mundo de gente pobre empobrece o nosso país, inviabiliza o nosso país. Alguém tem que ir lá falar com o Lulu que não vai ter desenvolvimento nenhum, Amaral, não vai ter, se não meter dinheiro no povo não vai ter desenvolvimento; tem que pagar salários tem que distribuir renda, nem que seja na cacetada. Eu, pessoalmente, acho que só na cacetada é que vai resolver isso, mas, no entanto, existe um monte de mecanismos que estão sendo gerados. Toda a crise é um processo criativo, por exemplo, na minha frente tem o meu companheiro ali, o Evaristo. Alguns anos eles invadirem um hospital que estava fechado, que faliu. O povo da região invadiu e hoje o hospital é padrão. Foi o povo. E só tem uma saída para este país que é a criatividade popular, e só tem uma saída para este país, que é mobilizar o povo em busca da – eu vou falar um palavrão aqui – prosperidade. Nós temos que convencer o povo brasileiro da prosperidade, que nós oferecemos essa alternativa, por que que eu estou levantando essa questão?

Há alguns anos atrás eu queria entender - não tem ofensa nenhuma nisso - o que era esse negócio de Igreja Universal do Reino de Deus, que fica duro de gente lá dentro, por que que não fica de duro de gente no PSB? Fica vazio lá o PSB, não entra ninguém. Fica duro de gente lá na Igreja deles.

Participante não identificado: Porque o Ministro não prega economia, justiça e trabalho. Só por isso.

Waldo Silva – Debatedor: O discurso lá é prosperidade. É isso que é o discurso. E aí a gente vai olhar para trás na história, o que aconteceu na história humana? Onde estão os países que se desenvolveram: o alemão, holandês,

esses caras que vão passear em Port Grimout, de Mercedes. Eles são produtos de uma ruptura religiosa, que foi a ruptura protestante contra o catolicismo que dizia o seguinte: "A miséria é porque Deus quer, a gente sofre neste Mundo para atingir o céu". Aí os protestantes falaram: "Não, esse trem não é isso não, tem que fica rico é aqui". Eu disse que ia fazer provocação, talvez eu esteja exagerando um pouco nas minhas provocações. É evidente que alguém pode falar assim: "Então por que vocês brigaram com o Garotinho?" O problema do Garotinho é que a prosperidade é só a dela que ele está interessando. A nossa prosperidade que nós estamos interessados é a prosperidade do povo brasileiro.

E aí eu vou entrar nesse negócio do socialismo, viu Amaral, eu vou tentar ver se eu ascendo lá para frente. Tem duas coisas, elementos fundamentais para a gente repensar a nossa sociedade: autonomia e emancipação. Essas duas coisas são as únicas formas capazes de tirar o nosso mundo de miseráveis da miséria e introduzi–los na história como agentes de mutações, de mudança, agente de mudança.

Nós temos que organizar o povo brasileiro em milhares, milhões de indivíduos que vão fazer alguma coisa, vão produzir, vão criar trabalho na favela, no bairro, na periferia, em qualquer lugar para criar produto. Para isso, nós precisamos da ciência e da tecnologia para ensinar esse povo a produzir. E, principalmente, a produzir ele próprio, o indivíduo, no máximo possível as suas condições de sobrevivência. Eu estou falando isso porque, quando eu morava na França, eu morava num apartamento que e na rua da frente tinha três pequenas propriedades agrícolas. Os caras tinham um trator, que na época de plantar ou eles alugavam, vinham e trabalhavam ali. Cada um tinha umas quatro ou cinco vaquinhas e o resto era repolho que eles plantavam. O padrão de vida desses caras, com 20.000 m^2, um terreninho, é muito melhor do que o padrão de vida que eu tenho hoje aqui no Brasil, como um cara da elite. Só que produzia leite confinado, tratava o leite, não estragava nada. A ciência e a tecnologia fundamental nisso porque ele colhia o repolho dele e levava para a feira para vender, o que ele não vendia: o tomate, o repolho, não sei o que, eram entregues à cooperativa que passava numa bomba de cobalto – o Amaral conhece esse trem - eliminava os microorganismos, na sua maioria - e aquilo durava meses, não é isso? Nós temos que trazer essa tecnologia para ajudar o nosso povo, tem que trazer para o povo, trazer essa tecnologia, essa e todas. Nós temos, aqui no Brasil, provavelmente a mais importante experiência tecnológica na área agrícola do mundo - eu tenho a impressão que gente se compara com os americanos e em alguns lugares a gente é até melhor - que é a EMBRAPA. Todo mundo dizia o que Cerrado era uma merda, que não servia

para nada, hoje é a maior produtividade de soja do mundo, é no cerrado brasileiro. Eu estou preocupado é em atividades das microempresas. Nós temos que ensinar a organizar... Para isso nós temos que organizar o povo brasileiro. E quem que organiza povo? Partido político. O papel do PSB é organizar o povo brasileiro, o povo pobre; não é o povo lá da universidade, é o povo da periferia. Eu não estou fazendo demagogia nenhuma aqui não, eu não vim aqui fazer demagogia porque eu não sou candidato a nada. Tem que organizar o povo brasileiro. Eu citei o exemplo do Evaristo. Tem que invadir um, dois, três, mil hospitais. Parafraseando Che Guevara: "Nós precisamosde um, dois, três mil Vietnãs"; e nós precisamos invadir um, dois, três mil hospitais e botar o povo para fazer funcionar o hospital. Onde tiver casa vazia tem que invadir casa porque esse negócio de propriedade vazia, essa conversa é cachorro para o meu lado, tem que invadir mesmo, tem que organizar o povo brasileiro para que ele ponha o seu destino individual nas suas próprias mãos, tem que criar estruturas de emprego e renda, mas não é com a sobra do orçamento não, sobra do orçamento nós já estamos de saco cheio, nós já estamos de saco de sobra do orçamento, tem que ser o orçamento todo, tem que ser uma política deliberada do Ministério da Fazendo, da Ciência e Tecnologia, do Banco Central, do banco lateral, enfim, todo quanto é banco, todo mundo engajado num projeto de salvar o povo brasileiro, é isso. A minha provocação é essa, o meu socialismo é esse. Bem, as questões que o Amaral levantou são questões que me apaixonam. Eu, vinte anos atrás, ficava na França lá com um grupo fazendo matemática, pegando equações para derivar, para integrar para ver se entendia o que era o capitalismo, mas eu estou preocupado hoje, continuo sendo atraído pelos textos clássicos, mas eu estou preocupado hoje em como que nós vamos sair dessa merda, como nós vamos achar uma saída para o Brasil. E não é essa do Lula, eu sinto muito, não é essa. Do ponto de vista científico e tecnológico, eu tenho acompanhado mais ou menos e acho que o Amaral está fazendo um trabalho muito bom. É outro o problema: é qual o projeto de país. Chama projeto de país isso. Qual é o projeto de país? Se for retirar o povo brasileiro da miséria, da indigência, do desemprego e dessa sacanagem fudida que a gente faz com milhões de brasileiros, não é esse o caminho não, é outro caminho; tem que mudar o caminho, tem que mudar. Eu acho que é este o papel que tem o Partido Socialista Brasileiro a exercer nesse momento da nossa história: é ajudar o governo ou outro qualquer a mudou o rumo, a mudar de rumo.

Desculpe, eu falei demais eu acho e quero insistir que 100% do que o Amaral falou aqui eu estou de acordo, embora o meu enfoque seja totalmente diferente do dele; não quer dizer que seja contrário não, é diferente. Eu quero, no caso específico da ciência e tecnologia, que a haja uma jeito de voltar isso

para o povo brasileiro. Eu quero muito dinheiro nas universidades, mas quero que as universidades aprendam a colaborar com a população brasileira, mas o que me interessa mais é a pergunta seguinte, não é pergunta, é afirmação: eu quero que o Partido Socialista Brasileiro se transforme num agente efetivo da mutação, num agente real de transformação da história, e para fazer isso tem que ir para o meio do povo, e não tem outra saída a não ser organizar o povo. Era isso que eu tinha a dizer. Obrigado.

Dilton Da Conti – Coordenador: Companheiras e companheiros. Depois dessa brilhante colocação dessa enciclopédia ambulante, antológica, mas muito provocativa, feita pelo Waldo - mas ele provoca no bom sentido de reflexão de todos nós, como também o Dr Amaral já começou a sua exposição também fazendo o que ele chama de reflexão à provocação - o que a gente precisa fazer aqui é agradecer aos dois por terem criado o ambiente para fazermos uma boa discussão.

A partir daí, por uma questão de ordem, eu queria perguntar se daríamos propriedades, porque depois teremos que formular algumas questões para a Plenária. Na Plenária, cada estado tem seus delegados. Eu acho que a gente tem que respeitar o povo socialista. Neste caso aqui, acho que não deveríamos distinguir quem é delegado ou quem não é delegado. Ou seja, a proposta é seguir a ordem de inscrição pelas pessoas que realmente participaram aqui do debate e, obviamente, estão ansiosas por se manifestarem. Está certo? Então, eu vou pedir a compreensão dos delegados no sentido de que a gente dê também espaço a todos os participantes deste belíssimo encontro que estamos promovendo aqui. Vocês concordam? Então, vamos começar pela Amparo. Por favor.

Amparo, um minuto só, eu esqueci de fazer uma grande colocação. O que há de bonito nas colocações do Waldo é que, primeiro, ele se prepara para ter a convicção e depois que ele cria, através do pensamento, ele parte para a ação, e o que ele está fazendo com os companheiros de Belo Horizonte e outras partes o país.

Amparo: Boa–tarde a todos. O Waldo vai ficar ali escutando. Ministro Roberto Amaral, eu me considero uma pessoa razoavelmente informada. Eu leio três jornais por dia e ainda tenho internet vinte e quatro horas por dia. Mas eu estava insatisfeita em relação às poucas informações que rolam por aí a respeito do Ministério da Ciência e Tecnologia, que eu considero um dos ministérios mais importantes desse Governo. Hoje eu tive a oportunidade de ficar com a certeza de que a magnitude desse Ministério é muito maior do que a que eu imaginava.

O Waldo ficou lendo os meus pensamentos, e se antecipou, mas faz parte. Eu vou resumir: em 2020, Waldo, eu quero morar numa cidade rural, trabalhar só duas horas por dia, apertar um botão e receber as minhas proteínas. No resto de dia, eu quero passear, eu quero ler poesia, olhar o sol, dançar, e quero que minhas filhas estejam trabalhando menos ainda. E eu vou poder trabalhar em casa, eu vou poder trabalhar onde eu quiser. O trabalho vai ser um prazer para mim. Mas só por duas horas porque eu vou ter outras coisas para fazer. Mas para isso, eu dependo da ciência e tecnologia. É por isso precisa rolar mais informações para todos nós para que a possa fazer como o Waldo faz: colocar na prática as coisas que a gente tem para fazer.

Há dois exemplos que eu quero citar aqui, que são completamente opostos. Eu não sei como, mas líderes empresariais pela Concertação me chamaram para um evento. Lá, eu conheci um empresário do Paraná, que hoje é Presidente da Federação das Indústrias. No Governo Collor ele ficou absolutamente falido. Chegou um momento, que ele botou as mãos na cabeça e descobriu que as pessoas da fábrica dele iam ficar desempregadas e com dívidas. Na manhã seguinte, ele chamou todo mundo e socializou a empresa dele. Quem viaja pela Gol deve comer muito essas barrinhas de cereais. A empresa dele é a Nutrimetal - é essa empresa que é administrada hoje de uma forma completamente holística e socialista, tanto é que ele se dá o luxo de fazer palestras pelo Brasil afora e ser presidente da Federação das Indústrias do Paraná. Esse é um caso.

O outro caso é o seguinte: um dia desses, eu conheci um assentamento do MLST, lá em Pernambuco. Cada um dos assentamentos do MLST, tem uma empresa comunitária e eles aproveitam absolutamente tudo, desde o couro do bode à carne do bode. E nessa região que eu conheci, o forte é a pecuária agro-leiteira. Então, tem solução para tudo, tanto para o cara que era o empresário quanto para o pessoal do agreste de Pernambuco. Então, depende de nós, para 2020, a gente chegar a trabalhar só duas horas por dia. E depende muito, mas muito mesmo, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que está na mão do PSB e de todos nós aqui.

Dilton Da Conti – Coordenador: Obrigado, Amparo. Já temos 15 inscritos aqui. Três minutos para cada um significam quarenta e cinco minutos. Vamos ver se realmente nós controlamos esse tempo. O próximo é o Bispo.

Bispo: Primeiro eu quero agradecer à Plenária pelo direito de estar falando aqui porque, infelizmente, a Direção Nacional Minas não pôde ter representante como delegado aqui por uma questão óbvia. Eu queria fazer uma pergunta, Ministro, primeiro para o companheiro militante. Mas não dá para a gente separar esse companheiro militante do Ministro Roberto Amaral.

Às vezes a gente quer separar as coisas, mas fica meio difícil. Como é que gente pode falar de revolução tecnológica e como é que a gente pode falar de um Ministério de Ciência e Tecnologia que a gente tem a honra e prazer de ter um companheiro como Ministro, se não se leva em conta a questão da ALCA? O senhor abordou a ALCA, muito en passant, entretanto, o Ministério que o companheiro está à frente está intrinsecamente ligado a essa questão da ALCA porque ela está na ordem do dia. O Governo Brasileiro acaba, praticamente, de fechar acordo com a ALCA - Área de Livre Comércio das Américas.

Eu estive conversando até com o companheiro Waldo hoje ... o pior é que eu anotei tanta coisa aqui que eu estou mais perdido que cego em tiroteio. É tanta coisa para perguntar, que a gente acaba embolando tudo. Por exemplo, se a gente não tem a defesa da propriedade intelectual, como a gente vai poder competir com os Estados Unidos, que é o mentor da ALCA? ... Eu estou perdido aqui. Eu peço desculpas porque eu não vou fazer papel de ridículo aqui não. Mas é porque eu estava com tudo tão preparado, e eu fui chamado até de surpresa agora. Eu quero até formular isso. Se for o caso, eu passo até por escrito para o Ministro, porque está tudo anotado aqui, mas é muita coisa e não dá. E eu não vou fazer ridículo aqui não.

Dilton Da Conti – Coordenador: Não embolou não Bispo. Eu acho que no seu final, por ser espontâneo, você realmente se demonstrou. Você está de parabéns. Faça a formulação que a Mesa vai levar em consideração. E eu chamarei agora o companheiro Paulo. E outra coisa também, Bispo, você foi chamado assim porque você foi o segundo que veio realmente fazer a inscrição.

Paulo: Boa tarde, companheiro. Eu vou tentar ser bem breve nos meus três minutos. A exemplo do companheiro que acabou de falar, eu também teria muitas para comentar, mas eu vou tentar falar um pouco de um certo otimismo que eu percebi aqui, na frase com a qual o Ministério Roberto Amaral terminou, ao dizer que a revolução tecnológica, por não ter um desenvolvimento linear, provavelmente vai favorecer que países que tenham um certo atraso tecnológico como nós, possam, em alguns aspectos, em algumas áreas, começar a competir com os países de ponta.

E isso não é só o desejo do Ministro. Ele está dizendo isso porque ele sabe do que está falando. E eu só queria deixar essa reflexão para os colegas aqui. Um momento muito peculiar na história do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico que houve nos últimos dez anos, numa área específica como no pós-guerra, foi o grande desenvolvimento na área de energia nuclear por conta da importância de se ter a bomba como elemento de acabar com a guerra. E não, as armas da tecnologia, como aconteceu na I Guerra Mundial, com a descoberta da penicilina, das armas químicas etc. Isso também

foi um canal que favoreceu o desenvolvimento da química; nos anos 60, nós tivemos a disputa quem chegaria primeiro à lua etc. Então, o desenvolvimento tecnológico, por questões econômicas e de interesses políticos, canalizou-se por aquela área. Nós pensávamos que, até o ano 2001, nós já estaríamos fazendo viagens interplanetárias a exemplo do filme 2001 Odisséia no Espaço.

Mas o desenvolvimento tecnológico, por outras razões que eu não quero explicar aqui para vocês, tomou um outro rumo nesse final de século. E eu destacaria dois rumos para corroborar a razão porque eu fico otimista. Uma delas é a questão da medicina. Não se iludam vocês, que hoje têm quarenta, cinqüenta anos, que estão pensando em aposentar com sessenta ou setenta. Vocês podem se preparare que só vão se aposentar com oitenta ou noventa anos. O desenvolvimento da medicina no tratamento das doenças vai favorecer, como tem favorecido, um aumento da expectativa de vida da população como um todo, dos que tiverem acesso a essa tecnologia, evidentemente. Então, se preparem, porque a aposentaria da nossa geração não vai ser uma coisa para 70 anos; nós temos que nos preparar para viver mais.

Para finalizar, eu queria abordar a questão da tecnologia das comunicações. Hoje, com o desenvolvimento tecnológico das comunicações, as informações, são fundamentais do desenvolvimento tecnológico, que são "o ouro" para que nós consigamos ter acesso às tecnologias. Há uma facilidade muito grande dessas informações serem acessadas por pessoas dos mais diversos pontos do globo. Inclusive, nós que temos os princípios de vida socialista, nos preocupamos em trocar informações, em compartilhar tecnologias. Nós estamos vivendo uma revolução tecnológica no campo das informações, no campo das comunicações que, com certeza, vai fazer a nós, que temos princípios de vida socialista. Muito obrigado a vocês.

Dilton Da Conti – Coordenador: Bem, pessoal, já estamos com um número de inscritos elevado. Eu vou dar mais cinco minutos para quem quiser fazer a inscrição. E o que vai sendo indagado e colocado será discutido e ponderado pelo Waldo e pelo Ministro Amaral para o fechamento do encontro. Vicente Gonçalves, por favor.

Vicente Gonçalves: Na realidade, eu sou comunista inveterado desde 1942, logo estou inserido na luta de classe. Agora, eu gostaria de dizer o seguinte: para o homem sobreviver é necessário que ele consuma bens e serviços, e para isso, ele vai buscá-los na natureza. Natureza, trabalho e capital são os fatores de produção e de riqueza. Então, tem as fases da produção: produção, distribuição, circulação e consumo. O que nós vamos contar na distribuição? Na distribuição vai ter que pagar, por exemplo, a matéria–prima, o governo, que são os impostos,

o trabalhador e o lucro. O único fator variável é o trabalho. Portanto, ele pode reduzir o pagamento do trabalho e é por isso que o salário está cada vez encurtando mais. Isso, numa economia que nós tínhamos até há pouco tempo.

Depois veio o neoliberalismo, que para mim, não passa do que o Marx classificou como "imperialismo". A privatização acaba com a autonomia do Estado; o sistema de produção vai todo para os outros países; há a desregulamentação da economia; tiram a tabela de preços, liberam os preços, e é por isso que o custo de vida está subindo de uma forma violenta; e há entrada e saída de capital estrangeiro. Quando o capital vem para um país, como veio a Fiat, como vieram várias empresas para Manuas produzirem aqui, está tudo certo. O diabo é quando vem o capital especulativo. Ele entra, tira o nosso trabalhos, tira tudo e vai embora deixando mais pobreza e mais miséria. É o que acontece, por exemplo, com a Morro Velho, que só deixou buraco em Minas Gerais. Além disso, há a eliminação dos direitos trabalhista, portanto, se reduz o salário e se reduz o direito a aposentaria. Desculpe, tem muita gente que está de acordo com esse Governo, mas ele está também acabando com a aposentaria, seguindo a mesma esteira de Fernando Henrique Cardoso, que é um erro. Então, fora isso o que acontece? Com isso, ele tem que agregar valores para entrar na competitividade. E para isso, o que ele tem que fazer? Se ele já estava retirando valores do trabalho para ter lucros, que é o fator variável, o que acontece? Ele reduz os salários e agrega valores. E para isso ele utiliza as informações e automatização. Na agricultura, vêm aquelas colheitadeiras, vêm os tratores, e não dão trabalho para o homem; na indústria, já não precisam mais do torneiro mecânico, não precisam de mais nada. Eles estão acabando com o trabalhador;no comércio, você chega hoje no supermercado e você não tem mais o balconista. É você quem escolhe os produtos e não tem funcionários para te atender, portanto, não tem aquele trabalho; nos bancos não tem o caixa, não tem mais nada. Então, acabaram com o trabalho.

A minha conclusão é que o proletário hoje não tem jeito de ser nem explorado, a não ser que ele se agregue em forma de cooperativas, em forma de associações. E nós comunistas já percebemos que a ciência chega aí, mas nós queríamos que esses benefícios estivessem na mão do Estado, e que o Estado estivesse na mão da classe proletária. Como o proletários, nós fomos vencidos no mundo todo, mas não estamos derrotados, apenas fomos vencidos. Portanto, se não tiver cooperativas, se não tiver união dos proletários, e se essa juventude não continuar a briga, nós não temos mais jeito. E lembrem bem: direito e felicidade a gente não mendiga não. Vamos lutar. Obrigado.

Dilton da Conti – Coordenador: Robson Antônio, por favor.

Robson Antônio – Eu agradeço a oportunidade. Para mim é uma honra grande estar diante do Ministro Roberto Amaral, companheiro de militância, do Waldo também e os demais companheiros.

Primeiro Ministro, provocação ou não, eu achei o título interessante. O desempenho do desenvolvimento do capitalismo é considerado imoral, assim disse o nosso Ministro. Se fomos nós mesmos que o criamos, porque então não acabar com o capitalismo e vivermos o socialismo que o partido quer, de igualdade? Um socialismo onde todos possam comer, morar, viver bem; um socialismo sem a persuasão do líder dominante, dando privilégios aos mais ligados a ele politicamente, dando cargos de prioridades aos familiares. Ma hoje, eu ainda vejo aqui um socialismo cheio de muita vaidade política. Eu até acho que o maior complicador do maior domínio do capitalismo, dessa crise, seja a vaidade pessoal de cada um, de cada um que senta nessa cadeira, que assume o poder, que nós damos a eles, e somos chamados de massa de manobra. Nós precisamos deixar de ser massa de manobra para sermos massa inteligente, como alguns que estão aqui na frente.

Eu gostaria que o meu amigo militante, Ministro Roberto Amaral, tivesse conhecimento do grande poder que lhe é dado em mãos, até mesmo representando o nosso partido, usando rádio, televisão etc. É preciso que o senhor passe essas informações para nós. Como diz a Amparo, nós precisamos saber o que a tecnologia está fazendo, para onde está indo o nosso dinheiro. Eu acredito que se a gente parar de ser massa de manobra e for massa inteligente e cada um de nós se empenhar em prol do outro, como o sistema cubano, que em parte funciona, nós vamos conseguir avançar. Não quero fazer nenhuma apologia a Fidel Castro, até mesmo porque nunca estive em Cuba, mas é um sistema que funciona. Ela falou sobre o pessoal com quem ela esteve. Eu também conheci um sistema dos roqueiros metaleiros, onde eles dividem tudo que comem e bebem; todos são iguais. Aqui ainda não existe igualdade não, nós só estamos passando perto de vivermos em socialismo. Eu espero que um dia isso verdadeiramente aconteça. Quando eu disse que nós é que criamos o sistema, não é suportando o sistema de opressão, é trabalhando e ensinando a quem quer trabalhar, inclusive até as crianças, sem explorá-las. Obrigado.

Sérgio: Boa–tarde a todos. Eu sou do Conselho Fiscal do Movimento de Rádios Comunitárias. Nós somos um dos maiores movimentos de rádio em todo o Brasil, o mais atuante e o que mais briga aqui no Ministério das Comunicações. Nós estivemos aqui várias vezes brigando por essa questão do espaço da rádios comunitárias.

Eu gostaria que o nosso Ministro observasse um pouco que nós estamos preocupados com a questão das rádios digitais, o sistema digital que está vindo

para o Brasil. As rádios comunitárias ainda são analógicas, na FM, e elas têm uma preocupação com o acesso a essas informações, que ainda não chegam nas comunidades, nas periferias, vilas e favelas. Nós moramos na Regional Noroeste, em Belo Horizonte. São vilas e favelas onde não tem ninguém com acesso à internet, computadores, comunicações que chegam aqui de Brasília. Quando chegam as informações, é com muito atraso. As rádios estão desempenhando um importante papel em todos os estados brasileiros, buscando informações nas periferias sobre as necessidades das camadas sociais. Então, eu gostaria que o Ministro Roberto Amaral levasse essa observação ao Ministério das Comunicações - de que as verdadeiras rádios comunitárias que estão fazendo o seu trabalho social, dentro da lei, com transmissores homologados, com seu CNPJ, com seu estatuto. Nós gostaríamos fosse encaminhasse a permissão das concessões lá de Minas. Obrigado a todos.

Maria da Glória: Eu quero desejar o meu boa tarde para todos da Mesa. Para mim, é uma honra estar aqui participando deste congresso, aprendendo com tudo que nós já ouvimos aqui. Para a gente isso é muito importante, por quê? Porque em toda a nossa vida nós apenas escutamos, ouvimos e também tomamos as nossas decisões porque nós temos o nosso raciocínio e temos as nossas reivindicações próprias. Em 1971, eu estava terminando o meu primeiro grau e já ouvia falar na tecnologia, nessa tecnologia que dominaria o homem, como se a máquina fosse a transformar todo o nosso ser. E nos fizemos até muitos trabalhos em prol dessa revolução tecnológica. Mas nós não podemos, na verdade, generalizar. A tecnologia tem que existir. Realmente ela tem que fazer parte da nossa vida porque é uma forma de crescimento natural da humanidade. Agora, nós também temos que nos aperfeiçoar, aprender a reivindicar, fazer com que ela não seja prejudicial totalmente ao homem. Nós sabemos que tem que ter tecnologia, que tem que crescimento, mas nós temos que fazer a nossa parte. E o ponto principal aqui é o PSB.

Então, o que eu quero dizer sobre o PSB – Partido Socialista Brasileiro? Nós temos que lutar por um ideal, por uma força realmente militante de que quem está atuando na sua cidade. Eu sou de Muriaé, mas eu estou desenvolvendo um trabalho em Fervedouro. Mas nós que estamos militando, nós precisamos levar à nossa cidade o quê? Levar a força, a coragem, a garra e mostrar que nós temos poder. O poder está na mão do homem. Nós temos que fazer com que esse poder vire realmente algo de bom para nós. Mas o que acontece? O homem é limitado? E nós precisamos dessa garra, nós precisamos fazer com que tudo que queira se tornar um mal para o homem se torne o bem. Mas para isso, é necessário que nós venhamos a desempenhar um papel

que seja frutífero, que seja bom, que seja útil, para que nós olhemos isso só pelo lado negativo. Tudo na vida tem o seu lado positivo. Depende de nós, depende do seu trabalho e do meu trabalho, depende do que você vai querer e do que você almeja. A tecnologia existe, vai existir e vai continuar existindo. Ela vai continuar trazendo algumas conseqüências para muitas pessoas, mas também vai ajudar muito.

Então, eu agradeço essa oportunidade e espero que todos possam, com garra, realmente fazer e desempenhar o seu papel, não com esse lado negativo, mas, sim, olhando o lado positivo. Obrigada.

José Maria: Boa tarde a todos. Companheiros militantes; grande mestre Roberto Amaral, Ministro hoje, mas que é um grande militante do Partido Socialista Brasileiro. Eu tenho que fazer aqui uma defesa em nome do nosso Partido. Olhando o símbolo do nosso Partido, eu me lembrei da história de Noé. Quando passou o dilúvio, Noé mandou um símbolo para ver se tinha vestígios de vida após aquele grande dilúvio. E o que ele mandou? Mandou uma pomba. Eu fico orgulhoso de ver que o nosso Partido tem esse mesmo símbolo, que significa esperança, paz e harmonia.

Eu sou líder comunitário em Belo Horizonte, e represento bairros, vilas e favelas. Lá nós tentamos, aos trancos e barrancos, em nome do PSB, desenvolver um programa chamado "Cidadão e Cidadania - Direitos e Deveres". Tentamos falar diretamente com aquelas pessoas que vêem, lêem, mas não sabem basicamente o que é isso. São pessoas que não sabem ler nem escrever. Falar em ciência e tecnologia para elas é a mesma coisa que falar que nos Estados Unidos não tem dinheiro e nem agiota lá. Então, nós elaboramos esse programa, fizemos anúncios e buscamos parcerias para levantarmos o número de analfabetos na comunidade. O que ocorreu de fato é que houve questionamentos das próprias pessoas que trabalhavam, inclusive de um cobrador de ônibus, quando ele falou: "O que eu quero saber? Eu estou trabalhando". Eu falei: "Hoje você está, você é cobrador, mas em Belo Horizonte hoje foi implantado um sistema de catraca eletrônica que, obviamente, vai acabar com o seu trabalho". Então, nós fizemos um levantamento dos analfabetos e decidimos começar a trabalhar essa questão do analfabetismo, com uma sala de aula. Nós esperávamos vinte pessoas comparecessem ao nosso chamado. Mas compareceram 60 apenas, e nós vamos abrir três salas de aulas. Então, o povo está com sede e a tal da política.

Eu acredito que o Ministério de Ciência e Tecnologia tem que fazer uma parceria com o Ministério das Comunicações e da Educação, porque sem educação e sem comunicação basicamente a tecnologia não pode avançar, e na cabeça do analfabeto político não vai não.

Evaristo: Boa tarde à Mesa; boa tarde companheiros da Platéia. Eu não ia falar, mas o Waldo me provocou. Em Belo Horizonte, a gente desenvolve um trabalho que eu acho que tem muito a ver com o socialismo que nós queremos. O Waldo colocou que nós invadimos um hospital. Não chegamos a invadir, ele estava quase fechando e nós passamos lá para dentro para saber o que estava ocorrendo. Esse hospital tinha 160 empregados e uma fama terrível. Nós aumentamos isso hoje para 400 empregados e conseguimos ser a "Estação Primeira do Cuidado da Cidade", ganhando vários prêmios como o da UNICEF, Galbo de Araújo, Prêmio Cidadanias etc. Nós precisamos nos convencer de que a tecnologia e a ciência são importantes, mas não devemos dispensar a sabedoria popular porque a sabedoria popular barateia custos. O povo tem que deixar de ser paciente, e tem que passar a ser impaciente, não impaciente no sentido de atrapalhar o trabalho das pessoas, mas impaciente no sentido de querer ser ouvido, de querer dizer que também sabe fazer.

Eu queria fazer uma pergunta para o Ministro, sobre um problema que afeta muitos brasileiros, que são as máquinas que nós chamamos de "tecnologias duras" que costumam mutilar os cidadãos. As máquinas tiram o emprego e ainda mutilam. Se não tem emprego não tem imposto; se não tem imposto como vai pagar esses cidadãos mutilados que as empresas jogam para os cofres públicos? Essa é minha pergunta.

Solisângela: Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar os companheiros, em nome do PSB do Distrito Federal. Todos os companheiros que vieram dos estados para o Congresso sejam bem–vindos. Eu acho que este IX Congresso está sendo muito produtivo e a gente está aí à disposição. Cumprimentar a Mesa, na pessoa do Ministro Roberto Amaral, aos companheiros da Juventude que estão aqui. Eu acho que esta é uma oportunidade realmente fantástica para todos nós. Eu gostaria de fazer um questionamento ao mesmo tempo em que eu gostaria também de fazer uma provocação ao Ministro.

Ministro, como é que hoje a gente tem universidades, mosteiros com muros intransponíveis, onde a juventude não consegue transpor e temos a tecnologia somente de acesso às pessoas que têm renda razoável, o que é muito raro entre a maioria dos brasileiros? Eu sinto uma ausência muito grande, de um canal do Ministério da Ciência e Tecnologia com a militância do PSB. A Juventude do PSB tem um poder de trabalho, tem um poder de articulação e também um material científico importante. Nós temos grandes quadros hoje dentro da Juventude que podem estar colaborando para discutir processos relacionados ao CNPq, ao que a ciência e tecnologia podem significar para a juventude no Brasil.

Se não tem como dissociar a ciência e tecnologia da educação, o que a gente pode fazer? Por que o MCT junto com a sua militância do PSB, junto com este país, de maneira concreta, pode fazer para derrubar essas barreiras que são quase intransponíveis?

Peixoto: Boatarde, Ministro; boatarde Dilton. Eu não vou entrar no mérito de fazer uma introdução para um debate. Eu gostaria somente de falar especificadamente da questão da frase: "Revolução Tecnológica e a Crise do Capitalismo". Eu acredito que o que nós temos que discutir não é a crise do capitalismo; é a crise que o capitalismo provoca nas pessoas; é isto que a gente tem que discutir - a crise que o capitalismo provoca na humanidade, porque o capitalismo é uma epidemia que chega a todos nós. Se o negro, ou o africano, estão morrendo por uma condição que o capitalismo gera, isso também acontece no nordeste, no norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, no Brasil e no mundo. Nós temos que discutir a revolução tecnológica, Ministro, do ponto de vista de a tecnologia gerar mecanismos de defesa das comunidades carentes, do povo, do homem em si. O que é que o Ministério da Ciência e Tecnologia vai fazer no sentido de gerar mecanismos para gerar empregos para a população, para gerar renda e não menos empregos e mais crise em termos de Brasil?

Eu vou dar um exemplo de um debate sobre as questões regionais aqui no Congresso, sobre uma criação do Estado do Planalto Central. O centro–oeste é a área que mais cresce no Brasil e, em contra partida, está gerando um novo favelão como existe em São Paulo. Aproximadamente 70% da população de São Paulo vivem em favelas; em Belo Horizonte, 40% já são favelas; e Brasília passa a ser um favelão também. O que o Ministério vai fazer para que não aconteça isso com toda a população em termos de substituição do homem pela máquina? Obrigado.

José Carlos: Companheiro militante, Ministro Roberto Amaral; Dilton Conti, que coordena o trabalho; companheiro Waldo Silva; companheiros participantes deste encontro. O meu nome é José Carlos. Eu sou filiado ao PSB desde 1986. Eu sou empresário da área de informática e sou diretor do Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro. E sou também diretor da Federação Nacional das Empresas de Informática. Três entidades que representam o setor de TI - *softwares,* telecomunicações e multimídia - estiveram reunidas em novembro deste ano e elaboram um documento que nós chamamos de "Documento de Aracaju", onde apresentamos uma série de propostas com relação à questão tecnológica no Brasil. Eu gostaria que nós aqui encampássemos parte dessas propostas porque hoje nós exportamos cem milhões em *softwares* e importamos um bilhão em *softwares.* Todos aqui devem

estar informados a respeito de um fundo que existe, que é FUST, que tem como objetivo informatizar as escolas, hospitais e bibliotecas, o que traria um avanço social enorme para o nosso povo. E eu estava lendo aqui no jornal que o Ministro Miro Teixeira está reivindicado quarenta milhões e nós exportamos em *royalties* e em licenças para fora do país trinta bilhões de reais. Não vai ser possível abordar aqui todos os pontos desse documento, o que é pena porque os nove pontos são pontos bem objetivos, bem práticos. Mas eu acho que seria muito importante que o Partido Socialista Brasileiro, neste seu IX Congresso, além das questões gerais que são colocadas, mas que muitas vezes não conseguem ir lá no problema de algumas questões objetivas que mexem com o nosso bolso e com a população, pudesse encampar essas propostas. Eu gostaria, se a Mesa me permitisse...

Dilton Da Conti – Coordenador: Companheiro, não. Se eu procedesse dessa forma, eu estaria sendo, vamos dizer assim, não harmônico com os demais companheiros anteriores e os demais inscritos. Você entrega esse documento à Mesa e nós o passamos ao relator. Muito obrigado e espero contar com a sua contribuição. Companheiro Edson Mário, por favor.

Edson Mário: Boa tarde, companheiros. Os dados que eu vou aqui relatar foram passados pelo professor Antônio Houaiss em uma palestra em Minas Gerais. O Dr Antônio Houaiss afirmou que, no início da caminhada humana, tinha tão somente uma profissão; no início do séc V, a humanidade contava com pouco mais de 50 profissões catalogadas; no séc. XVIII eram aproximadamente 90 profissões catalogadas; em meados do séc XIX eram aproximadamente 250 profissões; e atualmente nós contamos com coisa de 26.000 profissões, sendo 30% dessas profissões só podem ser exercidas pelas pessoas letradas do tipo do Primeiro Mundo, o que significaria dizer que 70% da população brasileira estaria fisicamente impedida de num futuro bem próximo ser realmente cidadã, uma vez que atualmente no mundo o conhecimento dobra a cada vinte meses. Além disso, temos que observar o seguinte: nos países do Primeiro Mundo, quando o cidadão chega aos 15 anos de idade ele terá recebido uma carga de ensino de 16.000 a 17.000 horas. Aqui no Brasil, o cidadão quando chega aos 15 anos, ele recebe aproximadamente mil horas de carga de aprendizado, para não progredir em ensino nenhum.

Bom, eu vou aqui rapidamente contar uma metáfora para fazer a minha solicitação e encaminhamento ao Ministro e ao Waldo, Quando eu participei do I Congresso do PSB, nós tínhamos o Roberto Amaral com a mesma disposição que tem hoje, como Ministro, da mesma forma que o companheiro Waldo. A minha história é a seguinte. Na China um imperador que queria invadir uma indeterminadas região, mandou um cidadão para lá espionar. Esse cidadão

foi lá espionou e voltou correndo ao imperador: "Vamos correr, vamos invadir que lá só tem cavalo magro, velho, e o povo está mal alimentado". Seguindo o conselho desse espião, o imperador deu a ordem de acatar e foi fragorosamente derrotado, porque o serviço de inteligência naquela comunidade escondeu os cavalos bons, colocou os velhinhos todos na praça, e escondeu os seus verdadeiros guerreiros. Isso é serviço de inteligência.

Quando a gente fala de tecnologia a gente não fala de uma varinha mágica. Ela é realmente um processo e a gente fica estarrecido quando ouve o companheiro na Plenária anterior dizer que o PSB não deveria ocupar o Ministério da Ciência e Tecnologia porque o PSB tem que se preocupar com o social. Eu gostaria que o Ministro e o companheiro Waldo fizessem uma exposição a respeito desse dados passados por uma reflexão do professor Antônio Houaiss.

Silvânio Medeiros: Companheiros e companheiras, boa tarde. Eu gostaria de me reportar mais à crise do capitalismo e, ao mesmo tempo, fazer alguns questionamentos. Hoje, eu acho que se denuncia muito a crise do capitalismo, mas tem uma outra crise que é tão complicada quanto à própria existência do capitalismo que é a crise da esquerda neste país e no mundo. Hoje, a esquerda vivencia uma grande crise, e a gente precisa estar denunciando isso. Nós precisamos de uma esquerda que gere resultados e tenha todo um trabalho de denúncia contra o sistema capitalista; que tenha a compreensão de uma verdadeira luta de classes para que a gente nunca mais veja, por exemplo, um presidente de um país, de esquerda ir a uma televisão e dizer que vai unir duas coisas que são inconciliáveis - capital e trabalho. Tomara que a gente consiga chegar a um nível em que jamais venha a escutar uma pessoa dizer que um dia iremos unir o capital e o trabalho que são coisas inconciliáveis. Até porque, eu acho que o Lula deveria ter escutado uma das frases de Bob Marley que ele dizia: "Tenha cuidado com as sutilezas porque como vovó já dizia, beleza não faz a mesa". Talvez ele nunca tivesse dito essa besteira, se tivesse escutado antes essa frase.

Marx já dizia: "O juízo é a história; e quem determina a sentença é o proletariado". Então, também não façamos aqui um exercício esquizofrênico de cobrar de uma só pessoa as mudanças que o país e o mundo merecem porque, na verdade, as mudanças estão na mão do coletivo, estão nas mãos do povo.

E para finalizar, eu queria citar uma outra frase que diz o seguinte: "O mar, nada mais é que a formação de trilhões e trilhões de gotas, que juntas, são capazes de formar maremotos tais que uma única gota jamais sonharia". E, por fim, a minha pergunta: qual o projeto do Ministério para popularizar e levar a ciência e tecnologia ao povo?

Reinaldo Claudino: Boa tarde companheiros e companheiras. Eu quero saudar os companheiros da Mesa e trazer também aqui o abraço da Governadora Wilma de Faria, do PSB, que não compareceu ao Congresso porque está acompanhando o Presidente Lula a uma viagem ao exterior. Eu vou tentar ser o mais objetivo possível e me prender a afirmação de algumas coisas mais ou menos óbvias para terminar com um encaminhamento que poderia até se tornar uma decisão do Congresso. Eu queria parabenizar o companheiro Waldo pela brilhante provocação, que eu até em alguns momentos pensei que era um sofisma. Do meio para o fim foi que eu entendi que ele estava realmente fazendo uma provocação e não era apenas uma promessa, ele o fez.

Na verdade, a gente tem que partir da reflexão de que mudou a história, mudou o mundo, mudaram as contradições da nossa época de juventude, da época do PCzão, do PCB e mudou o padrão de acumulação do sistema capitalista. Então, a realidade é outra. Mudou também a nossa sociedade. Antes era uma sociedade de classe e até a forma de organizar o partido era em função de que se partia da premissa que nós vivíamos numa sociedade de classe. Hoje, nós temos uma complexidade muito maior do que a divisão de classes, que é uma sociedade de massa, uma sociedade de informação que coloca novos ingredientes e novas realidades para a gente se situar dentro dele e organizar o partido e organizar o povo.

Na verdade, existe um processo só com dois efeitos: um efeito de integração capitalista, que é aquilo que o Waldo disse de um operário ganhando milhares de dólares, US$ 5.000,00 de salário no Primeiro Mundo, e ao mesmo tempo gera a ruptura operária. Gera, de um lado, a integração capitalista, o sistema cooptando, e de outro lado, gera a ruptura operária que simplificadamente a gente chama de exclusão, com o desaparecimento dos postos de trabalhos. Isso é a realidade novíssima em que a gente tem que se situar. E eu acho que o Partido ainda não tem um posicionamento claro sobre isso. Talvez algumas pessoas da direção tenham, como intelectuais orgânicos, mas o conjunto do Partido, e muito menos a sociedade, estão percebendo essa nova realidade.

Mas, o fato mais gratificante, e acho que até promissor, que a gente tem que comemorar é que a luta pelo socialismo nunca teve condições objetivas tão favoráveis. Eu acho que talvez seja isso que possa fazer com que a gente saia daqui deste Congresso com muito mais esperança de encaminhar a luta. Nunca tivemos tantos aliados em potencial - pessoas absolutamente desprovidas de qualquer perspectiva ou esperança, que só têm a vida e a luta. A única saída deles é lutar - são os excluídos. E essa luta seria o quê? Resgatando a proposta

final do companheiro Waldo, seria a organização. E aí, o Partido tem um papel fundamental, de organizar uma nova economia. Essa nova economia vai impulsionar a sociedade, ou as sociedades, para o socialismo. Não seria apenas aquela organização em redes de micro-empreendimentos; seria muito mais do que o isso. Dentro do atual Governo Federal, e dentro da atual conjuntura, o PSB deve propor a formação e a implementação de políticas que venham realmente na direção de impulsionar essa nova economia. Essa formação de redes de micro-empreendimentos só pode ser respalda, não com o Partido somente, ou com o companheiro Ministro da Ciência e Tecnologia, mas com o governo como um todo, compreendendo que é preciso gerar uma nova economia que vai ser o trampolim para o socialismo. Muito obrigado.

Mário Luiz Guide: Pessoal, boa tarde para todos. Eu sou Mário Luiz Guide. Sou professor universitário, Vereador em Osasco e Secretário Geral do PSB, em São Paulo. Eu quero cumprimentar o Roberto Amaral, velho companheiro de luta, e o Waldo. Na realidade, esse assunto suscita muitas reflexões. Eu fiquei só com algumas dúvidas. O Roberto Amaral tende a dar um peso maior para a questão da defasagem tecnológica dos países do Leste em relação aos países capitalistas avançados, e formula como uma estratégia para o Ministério de Ciência e Tecnologia, mantendo os convênios anteriores e uma aliança tecnológica com a Índia, China, Rússia, Ucrânia e África do Sul, que são países defasados tecnologicamente em relação aos países capitalistas mais avançados. Evidentemente que, do ponto de vista de estratégia, eu acredito que o Roberto combina isso com uma aliança também estratégica de transferência de tecnologia com os países capitalistas avançados. Essa é uma primeira dúvida.

A segunda dúvida é que eu li nos jornais que há uma defasagem na capacidade de produção científica brasileira e que nós temos uma certa deficiência de converter os estudos científicos em tecnologia. Qual é o trabalho que o Ministério está fazendo para a gente superar essa defasagem entre a nossa capacidade de produzir ciência e a nossa capacidade de produzir tecnologia?

Uma terceira pergunta, que eu acho extremamente importante, é que o governador Miguel Arraes dizia que, historicamente, as nossas elites trazem as coisas de fora para dentro e de cima para baixo, e que nós temos que fazer um movimento inverso: de dentro para fora e de baixo para cima. Quais propostas o Ministério tem para aproximar a ciência e a tecnologia da agricultura familiar, ou melhor dizendo, da empresa familiar e dos municípios? Essas seriam as perguntas que eu tinha para o Roberto.

Eu só queria formular uma última pergunta para o Waldo. O capitalismo tem o sonho de poder produzir sem mão-de-obra, de ter uma automatização total, só que ele precisa de consumidor. A grande contradição é que ele expande

as forças produtivas e dali a um pouco essas forças produtivas esbarram com as relações de produção, entre elas a renda, e aí vem a crise de super produção para a estagnação. Então, eu pensei que o Waldo ia abordar um dos aspectos da crise do capitalismo exatamente em relação à contradição entre produção e consumo.

E uma segunda questão é que o Brasil vai desde o Yanomamis até a Paulista, com avanços tecnológicos enormes. Como é que se trabalha essa questão do desenvolvimento desigual dentro do Brasil em relação à produção de ciência e tecnologia? Porque nós temos desde a enxada até ferramentas eletrônicas. Como é que se trabalha e se pensa umProjeto de Brasil a partir dessas desigualdades?

Nicolino Pereira: Boa tarde a todos os participantes. Eu gostaria de parabenizar a todos que participaram dos debates e os oradores que me antecederam. Infelizmente, não deixaram quase nada para mim, mas fizeram um trabalho muito bom. Mas vamos ver o que a gente arruma aqui.

Eu acho que o título deste painel está errado. Deveria ser: "Revolução Tecnológica: massacre violento contra a classe trabalhadora que vive nos rincões abandonados por qualquer conhecimento tecnológico". Os nossos trabalhadores rurais da minha região ainda vivem no mundo da pedra lascada. Os governos que se passaram, e o atual governo, ainda não nos deram suporte suficiente para alfabetizá-los. Isso é um massacre a todo o povo brasileiro. Não adianta ter a técnica mais precisa; não adianta ter avanço tecnológico; se ele for aplicado de forma errada, para a pessoa errada. Se eu aplico uma tecnologia de ponta em determinadas regiões do Brasil, ela não terá utilidade nenhuma. Agora, nós do PSB que estamos aqui, somos o único veículo que pode nos dar algum suporte para sermos agentes de transformação tecnológica e agentes de transformação de pensamentos humanos formadores de opinião. Nós temos uma dura tarefa para levar o conhecimento àqueles que são desprovidos de total capacidade de discernimento e de tecnologia. Esse é o tema que ficou pouquinha coisa para mim porque fui o último e todos vocês, brilhantemente, conseguiram acertar na mosca o que eu gostaria de ter falado antes, mas eu dei bobeira. Tudo bem! Muito obrigado, Senhor Ministro, muito obrigado aos senhores.

Dilton Da Conti – Coordenador: Companheiro Nicolau, os últimos serão os primeiros. Foram encerradas as intervenções e agora vamos dar um tempo ao militante Roberto Amaral, Ministro da Ciência e Tecnologia, e depois ao Waldo, para atender às solicitações dos que interviram nesse painel. Por favor, Dr Roberto.

Ministro Roberto Amaral – Expositor: Colega Dilton, colegas militantes, companheiras e companheiros. Eu não tenho condições de dar respostas pontuais porque eu ficaria aqui outro tanto de tempo. Por outro lado, algumas questões envolvem praticamente uma formulação de teses. Eu vou tentar reunir todas as questões em duas ou três teses e desenvolver uma resposta. Peço, companheiro Waldo, que em sua intervenção conclua os pontos que ficarem vagos.

Inicialmente, eu queria fazer uma proposta de uma reflexão dialética, coisa que infelizmente não consegui ouvir nem nos debates da manhã nem nos debates da tarde na hora em que nos foi dado fazer reflexões sobre o Governo Lula. Eu queria convidar para nós fazermos um mínimo de reflexão dialética sobre o processo histórico brasileiro para que nós, que nos dizemos socialistas, não cometamos o pecado idealista de julgar e de analisar um governo isolando-o do processo histórico. Antes de mais nada, eu queria lembrar que o Governo Lula não é fruto de auto-geração. Este Governo - vou repetir - não é fruto de auto-geração". Independente da vontade dele, ele resulta da acumulação do processo histórico brasileiro, independentemente da sua vontade e da sua compreensão. Compreendam isso ou não, os dirigentes, os teóricos do PT, o Governo que aí está, é a acumulação das conquistas sociais brasileiras. Eles fazem parte de todas as nossa lutas - das lutas dos anarquistas, dos socialistas, dos comunistas, da luta dos sociais-democratas, dos democratas e dos progressistas que vêm abrindo caminho para um governo anômalo, porque ele é uma anomalia no processo. Um governo de um partido de esquerda, com um dirigente que é extraído do movimento social e do proletariado nas circunstâncias históricas brasileiras, é uma anomalia. E essa anomalia teve o seu terreno aberto e cimentado por todos aqueles que vieram antes. Se nós não entendermos isso, nós não entenderemos o seu papel e muitíssimo menos o nosso. Quem decide o processo histórico não é o homem, o homem se decide nele.

O que houve de mérito nesse governo, ou na esquerda brasileira, foi ter sabido situar-se no processo histórico brasileiro, assim como ele se nos ofereceu em 2002. Nós não o criamos. O que eu quero dizer com isso? É que este Governo, transcende os seus próprios limites. O que está sendo discutido e o que está sendo posto em jogo, desculpem-me os funcionários públicos e desculpem-me os previdenciários, não é o projeto de funcionalismo público brasileiro nem dos previdenciários. O que se discute é se é possível, no hemisfério sul, existir um projeto de nação em contradição com o hemisfério norte; se é possível um projeto de nação em contradição com o sistema de se implantar e se desenvolver nos marcos da democracia representativa. Essa é a discussão.

Se este Governo fracassar, não terá fracassado o Partido do Presidente, terá fracassado a esquerda brasileira. Mais do que a esquerda brasileira, terá fracassado, irremediavelmente, a esquerda latino-americana. E terá se destruído no mundo contemporâneo a única experiência do sistema de esquerda em processo no momento. Sem falar nos Estados Unidos, todas as administrações européias são de direita, e nós vivemos na América do Sul a crise do Brasil, do Uruguai, da Bolívia, do Peru, da Colômbia, da Venezuela. Portanto, o que está em jogo não é a inserção do PSB neste Governo e muito menos o número de empregos que o PSB está conseguindo para a sua militância. Reduzir a nossa reflexão a esses parâmetros é tão pobre que não justifica o nosso título de socialista. Por outro lado, lembremo-nos daquilo que o Salvador Allende se esqueceu; lembremo-nos que nós não fizemos revolução; lembremo-nos que se o Presidente Lula teve 57% dos votos numa coalizão que incluía o PSB, o PL e o PPS, ele assume o governo com minoria no Congresso. E nós e o PP não havíamos participado da coalizão do primeiro turno. E por que não havíamos participado? Porque não estávamos em acordo com aquele projeto, porque senão nós seríamos esquizofrênicos. Obteve-se, nessa coalizão, desses partidos e do empresariado, 57% dos votos, entretanto ele assume com minoria no Congresso Nacional. Essa coalizão fez algo como 130 deputados federais num colégio de 513.

Há duas alternativas diante desse fato: compor ou romper, assim como fizeram os nossos colegas governadores. Perguntem ao Ronaldo Lessa se ele compôs; perguntem à Wilma se ela compôs; perguntem ao companheiro do Espírito Santo se ele compôs; perguntem ao Capi se ele compôs quando foi governador. Era fundamental compor porque era a única forma de governar sem romper com o processo democrático. Até porque eu não sei se teríamos forças para romper com o processo democrático, como não tivemos em 64. E naquele momento, nós é que perdemos o bonde da história, nós é que caímos. Por ser, portanto, o governo que resultou de uma coalizão eleitoral diversa da do primeiro turno, e que tem que governar com a nova coalizão parlamentar, ele não pode ser o governo nem do PSB, nem mesmo do PT. Ele é um governo de pessoas de esquerda, mas não é, no momento, um governo de esquerda. É um governo de centro-esquerda que, dependendo de uma acumulação de forças que ele realize nesses três anos, poderá se transformar, mais adiante, num governo de esquerda.

Vou repetir uma frase que eu ouvi do mestre Miguel Arraes numa discussão nossa sobre a crise do Espírito Santo. Ele se virou para mim e disse: "Doutor Amaral, política é correlação de forças; o governo se movimenta segundo a correlação de forças. Lamentavelmente, nós apenas ganhamos as

eleições. Há um campo de riqueza de intervenção nossa, que é extraordinário porque, exatamente por força dessas contradições, o Governo Lula não é um governo pronto e acabado; ele é um governo em processo; ele é um governo em construção; no seio do qual se realiza um debate de ordem política e ideológica; no qual nós temos participação; no qual a administração que eu faço no Ministério e Dilton faz na CHESF, é uma referência de discussão ideológica.

Eu me estendi mais do que eu deveria nesse item e há outros aos quais eu não posso fugir. Um deles é a questão da tecnologia. Parecia que eu e o Waldo havíamos feito uma certa brincadeira em torno de trabalho e de lazer. Eu vou tentar esclarecer da minha parte: a tecnologia não é inimiga do homem, assim como a máquina da revolução industrial não era inimiga do operário. No início do século, forças anarquistas e comunistas primárias e fascistas pensavam que a máquina havia vindo para tirar o trabalho do operário. Tinha, inclusive um belíssimo filme italiano, com o Mastroianni, que deveria ser passado nas escolas, pelo seu caráter didático. Meus amigos, tivemos a revolução industrial; tivemos a introdução da máquina a vapor; tivemos a introdução do motor à explosão; tivemos a introdução da automação; e o homem não foi destruído pela máquina. Ao contrário, utilizou-a para aumentar o seu saber; utilizou-a para comover-se; utilizou-a para comunicar-se mais; utilizou-a para aumentar a sua expectativa de vida; utilizou-a para aumentar a sua qualidade de vida; utilizou-a para ter mais lazer e ter mais qualidade no seu lazer. Quem hoje preferiria vir de Recife aqui a pé? Quem hoje reclama da interligação que entre nós, num território desse tamanho, faz o sistema de satélite acoplado à televisão.

Vamos discutir rapidamente a tecnologia desempregando. Ela não desemprega. O velho amigo do Waldo, o velho barbudo judeu alemão, dizia: "A humanidade não se propõe problemas que não possa resolver". Eu acredito nisso. A tecnologia supera uma determinada atividade e, imediatamente, cria outras. Quantas profissões foram criadas pelo computador? Quantas profissões foram criadas pelo sistema da internet? Eu comecei a viajar de avião, num aviãozinho DC3, que tinha dois pilotos, carregava vinte e uma pessoas, e a gente levava, de Fortaleza ao Rio, um dia inteiro. Quantas pessoas o 737, o Air Bus, desempregou? Quantos aviõezinhos voavam nos anos 60 e quantos grandes aviões cortam os céus deste país? Portanto, volto à observação que o Waldo aplicou para outra coisa e que eu aplico para cá: a questão é puramente de ordem política. A tecnologia em si não é nada; a tecnologia em si, como a ciência em si, não tem caráter; ela tem o caráter e a utilização que o homem presta a ela.

Eu já dei o exemplo aqui da bomba atômica e quero dar outro. Do

ponto de vista estrito da ciência e da tecnologia, a tecnologia usada nos campos de concentração nazistas para matar em massa os judeus foi um avanço científico, só que sem nenhuma base ética ou moral. Nós podemos utilizar a ciência, nós podemos utilizar os recursos atômicos da energia nuclear, como faz os Estados Unidos, para jogar bomba atômica e ameaçar a humanidade. Ou podemos utilizá-los, como faz o MCT, para prorrogar a vida. Hoje nós temos dois laboratórios - um no Rio e um em São Paulo - que permitem o diagnóstico do câncer em quinze minutos. E vamos transformar um centro de pura pesquisa nuclear do Recife, num Centro Tecnológico e vamos fabricar radioisótopos, em Recife, que têm vida útil de apenas três horas. Hoje só têm acesso a essa tecnologia, e são salvas as pessoas por essa tecnologia, as populações do Rio, de São Paulo e de Belo Horizonte. Agora, a partir desse centro em Recife, toda a população do nordeste terá acesso a esse avanço tecnológico.

O que eu quero dizer é que a tecnologia pode ser um instrumento. Em nenhuma base marxista, do marxismo clássico há a idolatria do trabalho, inclusive para Marx, o trabalho era uma alienação.

Waldo Silva - Debatedor: Foi o Stalinismo que produziu.

Ministro Roberto Amaral – Expositor: Ele tem mania de se antecipar. Muito bem. Eu não diria o Stalinismo. Coube ao sovietismo, pós-leninista, para aumentar a exploração e criar a emulação de trabalho, o trabalho como instrumento de salvação. O trabalho é uma alienação que precisa ser substituída pelo lazer, pela ciência, pelo conhecimento. O homem precisa de espaço para fruir a vida. Essa é a base do humanismo marxista. Fora daí, é a exploração do homem, como eu vi agora na China. Quantos recursos a China tem para enfrentar a concorrência internacional? Lá, a semana proletária é de seis dias, e o ano de trabalho é de doze meses, com um descanso de uma semana. Eu queria ter tempo para contar a vocês uma visita que eu fiz à maior fábrica de compressores do mundo, que está instalada lá. É uma fábrica de compressores, a maior do mundo, e um dirigente foi me apresentar à fábrica. Era uma fábrica estatal que uma empresa multinacional norte-americana, com sede no Brasil, onde ela tem o seu maior parque, essa empresa comprou e está lá dirigindo. Ela adaptou uma fábrica rústica, como eram as fábricas socialistas a um desenho moderno. Tem várias filiais no mundo, inclusive uma na Itália, onde sabidamente o operariado é altamente qualificado e bem pago e bem sindicalizado. O diretor me ele explicava, na inocência do capitalismo idílico, que eles estão fechando a sua fábrica na Itália para aumentar a fábrica Beijim. Ele explica: "Na Itália os operários têm muitos direitos, fazem muitas greves. Aqui eles têm a religião do trabalho, são felizes no trabalho, não fazem reivindicação, etc.".

Não é esse o trabalho que nós defendemos. Há uma questão que eu

tenho discutido inumeráveis vezes dentro do nosso partido; eu tenho discutido dentro do Governo. Eu desconfio, ou que eu sou incompetente nessa discussão, ou que ela é irrelevante porque ela não pega nem no partido nem no governo. Nós precisamos não é de um projeto de governo, nós precisamos de um projeto de nação. Se eu pudesse dizer qual é a fonte, qual a raiz da nossa crise eu diria: a inexistência de um projeto de nação que nós nunca tivemos. Tivemos um arremedo em 1831, e fomos traídos pela elite brasileira, que se associou ao colonialismo inglês. A partir daí, a burguesia nacional, as chamadas elites brasileiras, jamais formularam um projeto de nação. E isso não pode ser formulado por governo, é formulado pela sociedade. Um governo democrático popular pode estimular a discussão. Um partido socialista pode mobilizar a sociedade na discussão desse tema, mas o fórum é a sociedade. Esse projeto de nação eu na Revolução Americana do séc. XVIII; chego a ver na Revolução Soviética até Lênin; na resistência russa aos invasores nazistas; mas não vejo em nosso país. Nós tivemos aqui e acolá projetos de governo, mas eles todos, com exceção do Projeto JK, foram desenvolvidos em períodos autoritários. O primeiro projeto de governo estruturante que tivemos da República foi o projeto do Estado Novo. E não há que negar que dele nós discordamos; discordávamos e discordamos e discordaremos. Existiram, no governo da ditadura militar, um os dois projetos de governo: o projeto original, do Golpe Militar de 1964 e o projeto do Governo Geisel. Querem um desafio para o PSB? Vamos discutir esse projeto. Desculpem, eu quero falar de militante para militante. Hoje de manhã, numa mesa, se reclamava, com razão: "O Diretório Nacional não se reuniu para ouvir o Ministro". Deviam ter me chamado. Agora, nenhum Diretório Estadual me chamou, nenhum Diretório Municipal me chamou porque ficam dependo da Executiva Nacional. Vamos nós cada um ter um programa, um projeto; vamos organizar o Partido em face de uma discussão; vamos discutir um projeto para o paí; pode até não ser o nosso projeto, mas uma forma de nós chegarmos à sociedade levando as nossas idéias.

Eu tinha outras anotações aqui sobre a questão do trabalho, vou saltar. O compromisso histórico aqui eu já falei. Educação e comunicação. Este governo, garanto a vocês, trabalha como um time. Por exemplo, eu e o Ministro da Educação temos um pacto de trabalharmos juntos e estamos trabalhando juntos. Eu jamais reduzi a questão da ciência e tecnologia. Eu sempre digo: educação, ciência e tecnologia. Alguém aqui falou: "Sem educação não adianta". Tem toda razão, se nós não tivermos a base da educação este país não vai para lugar nenhum.

Agora, eu quero finalizar com três ou quatro itens aqui: o que o Ministério está fazendo para gerar empregos? Este ano, mesmo com a crise orçamentária,

nós criamos 14.000 novas Bolsas no sistema de CNPq e criamos Bolsas de Iniciação Científica para a alunos da escola pública, que não existiam. O nosso projeto para o próximo é aumentar em mais 10% e passarmos a ter 60.000 bolsistas/ano e aumentar em 10% o valor das Bolsas. Isso é investimento em recursos humanos. Isso é investimento na base da ciência.

Há uma questão que um dos últimos participantes levantou e que pediu a minha resposta. Nós temos um problema gravíssimo no Brasil: a introdução no avanço científico não se dá na mesma velocidade que se dá a acumulação científica. Nós estamos muito bem no plano científico, e em alguns pontos, nós somos fronteiras - como na matemática, por exemplo, na física, na nanotecnologia, em algumas áreas nucleares, etc. Agora, cabe à universidade fazer a ciência e cabe à Constituição introduzir aquele avanço no seu parque, que é inovação tecnológica. Enquanto nos Estados Unidos 86% dos investimentos em tecnologia decorrem da iniciava privada, das empresas, no Brasil, esse percentual é de menos de 20%. Nós, o Estado, formamos os cientistas, financiamos o cientista, financiamos a pesquisa, ele é formado, sai e tem que voltar para a universidade porque a empresa privada não o absorve. Por quê? Isso seria uma outra tese.

Eu vou tocar aqui num ponto. Por favor, não façam críticas porque eu não estou em condições de explicar todo o processo, mas, fundamentalmente, a iniciativa privada não investe porque nós investimos num modelo de industrialização que fracassou. O primeiro modelo vem do JK para cá. Era um modelo baseado na importação de fábricas. Um grande exemplo é a indústria automobilística brasileira que está aí há quase cinqüenta anos. Mas, nós não temos uma marca brasileira. Nós descobrimos tardiamente que não estávamos importando indústrias e não estávamos importando tecnologia, estávamos exportando linhas de montagem que não traziam tecnologia. Depois, com a fúria de ter capital, nós abrimos para empresas multinacionais. Antes disso, nós fechamos o mercado para prestigiar o similar nacional, o que ocorria? Eu podia ter um produto de baixa qualidade porque ele não sofria a concorrência do produto internacional; e como eu tinha um mercado interno cativo, eu não precisava disputar no mercado internacional. Se eu não tinha concorrência interna e não precisava do mercado internacional, eu não precisava investir em tecnologia. Eu investia - como fizeram - no sistema financeiro improdutivo. E por fim, quando veio a crise financeira, o nosso modelo de política industrial passou a ser a importação de capital a qualquer custo. E vieram as multinacionais que não precisam investir aqui em ciência e tecnologia porque elas investem, naturalmente, nas suas matrizes. Agora, ocorre que veio a globalização e a abertura. No curto prazo, os nossos produtos que não agregarem valor

tecnológico perderão concorrência internacional. E num segundo momento, eles vão perdendo o mercado interno com a entrada dos produtos dos países desenvolvidos, ou pela sua alta tecnologia, ou não-custo embutido do produto chinês, do produto de Taiwan, do produto da Indonésia, etc.

Então, este é o desafio: fazer com que a indústria nacional invista em tecnologia. Em relação à geração de empregos. Vou citar apenas três projetos nossos. Um é a Rede Brasil de Tecnologia. Ela funciona assim: nós identificamos numa determinada fábrica, num determinado serviço, uma determinada peça, um determinado equipamento, um determinado *software,* que é importado porque nós não temos produção aqui. Então, eu pesquiso e identifico no Brasil aquela instituição universitária, ou de pesquisa, ou empresarial, que possa fazer aquele protótipo. Ele é testado. E nós, então, identificamos a linha de produção que pode fabricar. Com isso, nós estamos criando empregos aqui, empregos de nível, tanto na diversidade quanto na linha de produção; estamos reduzindo a nossa dependência tecnológica e estamos reduzindo a nossa dependência de divisas.

Um outro projeto é o CRIATEC. Nós identificamos aquele produto, ou aquele invento, que está na cabeça do Waldo, ou que está na prateleira da mulher dele no laboratório, porque ele não cientista nem ela é, nem o fulano é, está lá parado. Nós vamos identificar isso que nós chamamos de prateleira científica. Depois, vamos criar uma associação com o BNDES, com capital de risco - não é empréstimo, é capital de risco - e vamos criar, nos próximos três anos, pelo menos mil microempresas e pequenas empresas de base tecnológica. Temos um programa similar a esse com a FINEP, e outros programas de menor importância. Nós criamos uma Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social. Pela primeira nós estamos trabalhando com todos os estados da Federação. Vou dar um dado para vocês. Os senhores sabem quantas universidades federais têm na Bahia? Uma. Sabem quantas têm em Minas Gerais? Tem 12 e a 13ª está se candidatando. E nós temos um longo projeto envolvendo as universidades do nordeste, da Amazônia. Todos os estados hoje estão criando fundações. Foi um trabalho nosso. Só falta a Fundação de Tocantins. Mas isso se deve a um fator muito importante: a organização.

Eu estou concluindo, só mais três itens. Questionou-me sobre a questão da aparente contradição da nossa aliança com a China, a Índia, a África do Sul, etc. Ocorre que a nossa aliança anterior era uma aliança de dependência, inclusive na seleção dos nossos bolsistas. Os nossos cientistas eram utilizados por massa de exploração para o desenvolvimento de pesquisas no Primeiro Mundo, e nós financiando isso. Agora, mesmo chegou um grande país e nos disse: "Olha, nós queremos selecionar os seus melhores bolsistas". Vai selecionar coisa nenhuma.

Os melhores bolsistas meus eu vou selecionar para os cursos que eu quiser. Por que essa aliança? Porque com esses países, nós estamos obtendo transferências de tecnologia daqueles pontos em que eles são mais fortes do que nós. Você já pensou no que nós podemos obter, ou estamos obtendo, da Rússia e da Ucrânia no plano espacial que nos negaram os Estados Unidos e a França até hoje? Então, essa é uma aliança estratégica.

Eu queria agradecer a todos vocês a atenção e a forma como me ouviram. É evidente que nós temos dificuldades de divulgação. Temos dificuldades de toda ordem. Quando eu dou entrevistas, às vezes, eu dou entrevistas de duas horas, e não sai nada na imprensa. Claro, por quê? Eu, inclusive já tenho um medidômetro. Quando dou entrevista e vejo que saiu alguma coisa, eu fico apreensivo porque certamente eu disse besteira. Se não disse, a prova de que eu não disse besteira é quando não sai nada. Essa é a visão e é isso mesmo; e eu não tenho como mudar nisso. Então, eu pediria que vocês divulgassem o portal do Ministério, aquele www.mct.gov.br Agora, há uma divulgação que eu gostaria que fosse feita, mas não cabe a mim fazer, é a divulgação intrapartidária. O que eu posso fazer e tenho feito, é que eu não me desloco a nenhum estado sem antes avisar ao Partido. E quando não tem programação com o Partido é porque ele não pôde fazer ou não se interessou. Agora, a divulgação com os diretórios, com os dirigentes, com os deputados estaduais, com os vereadores essa tem que ser assumida pelo Partido. Até porque, se eu fizer isso a partir do Ministério, isso pode ser escândalo e entendido de outra forma. Era esse o último aviso, o último pedido. Finalmente, muito obrigado.

Dilton Da Conti – Coordenador: Muitíssimo obrigado ao militante Roberto Amaral. E agora passo a palavra para Waldo, para suas considerações.

Waldo Silva – Debatedor: Eu vou ser sucinto. Infelizmente, a tarefa que o Amaral me transferiu aqui não tem condições de a gente cumprir. Eu anotei um monte de observações. Não tem condições de a gente prosseguir nessa discussão. Teve um único problema que eu vou aceitar a transferência. O Amaral disse que ele suspeita da incompetência dele de convencer esse Partido do problema do projeto de nação. Eu também suspeito da minha incompetência. Mas hoje, eu suspeito mais do desinteresse desse partido, ou da recusa desse partido, de debater um projeto de nação. Há dez anos, eu escrevi um texto que eu andei divulgando aos pedaços no PSB, que se chamava "Reforma ou Ruptura". A essência desse texto é o seguinte: sem projeto de nação não tem saída. E eu ouso retornar com o mesmo projeto de nação. O projeto de nação que eu tenho é: vamos organizar o povo brasileiro, ouvir o povo brasileiro, mobilizar o povo brasileiro. Esse o único projeto de nação que

eu consigo enxergar. Vamos convencer o povo brasileiro de que é possível transformá-lo num povo próspero - não vou usar essa expressão - mas num povo livre. A idéia de emancipação que vem lá da tradição marxista se vincula à organização política do povo. Se o povo brasileiro não se emancipar, não se organizar politicamente, ele não tem futuro nenhum. Antes de Getúlio Vargas, isso aqui era um país. Com Getúlio Vargas começa um projeto de governo, vamos dizer, e um projeto de nação nunca houve. Houve projetos de governo. Talvez no período de Juscelino – eu não tenho muita convicção disso não. No Governo Geisel, teve um projeto de governo. Projeto de nação, no sentido de envolver o povo na construção de um país - nunca houve. Até porque, isso é impossível num governo autoritário. Depois que o governo autoritário cumpre o seu papel de implantar um projeto de governo, ele não implantou um projeto de nação e a tendência é isso desmilinguir, desmanchar. Você só constrói um projeto de nação mobilizando e organizando o povo. Se você for olhar, foi isso que aconteceu nos Estados Unidos; foi isso que aconteceu na Europa, onde se formaram nações. Provavelmente, foi isso que aconteceu na China. Mas se o Partido Socialista Brasileiro compreender que tem esse papel a que o Amaral se referiu, ele vai baixar no meio da população pobre para construir, com a população pobre, alternativas de sobrevivência e de organização política.

Nós estamos discutindo, num bairro em Belo Horizonte, contrariando a lei que o Governo Estadual colocou, um Conselho Popular de Segurança. Em três anos, nós baixamos a criminalidade do bairro em 87%. Nós queremos baixar mais ainda. Agora, nós queremos o quê? O projeto do governo é que Conselho esteja submetido à Polícia Militar, à Polícia Federal, à Secretaria de Segurança Pública, ou seja, que estejasubmetido ao Governo. Nós queremos inverter isso, e dissemos: "A gente só aceita se esse Conselho submeter a Polícia Militar, submeter a Polícia Civil e submeter a ação do estado à organização popular". Por que eu estou citando isso? Porque isso é que projeto de nação. Projeto de nação é emancipação e autonomia popular. Aí o cara fala assim: "Esse nego está delirando com essa conversa, por que como que vai fazer isso?" Só tem um jeito de fazer isso: é descendo para o concreto, é reunindo cada açãozinha isolada, milhares de ações isoladas, pequenas ações. O mundo se transforma não é com grande heróis e nem com grandes revoluções não. Ele se transforma é lá no plano menor, no micro, no individual, no bairro, também no indivíduo é claro. Isto é que é construir um projeto de nação; é descer lá no submundo, no subterrâneo da sociedade nas relações de interferência entre as pessoas, entre as comunidades. Enfim, onde as relações de interferência e contato entre os homens constroem uma idéia de nação, um sentimento de nação. Se não tiver sentimento de nação não vai ter nação nunca. Eu não estou

dizendo com isso que primeiro nós vamos construir um sentimento de nação para depois fazer uma nação, não é isso. Essas duas coisas são associadas e indissociáveis. É por isso que eu, quando terminei a minha primeira intervenção, disse: para esta política não serve sobra; não pode ser política de sobra. O que sobrou do juros que nós pagamos, nós vamos investir. Temos que transformar isso numa prioridade; temos que transformar isso no eixo, no centro das ações governamentais, e do nosso ponto de vista das ações partidárias. Eu estou convencido de que o hospital do Evaristo é uma experiência que deve ser reproduzida no Brasil inteiro; eu estou convencido que as centenas de experiências alternativas que aparecem aqui e ali têm que ser transformadas em políticas do governo. Assim, nós vamos participar e fazer parte de um projeto de nação. Com sobra não interessa, com sobra é Fome Zero ou "Fomiséria". Esse negócio de dar um pouquinho para o pessoal que está sofrendo muito, eu acho que é um desastre. Tem que dar é tudo que for possível; não é um pouquinho não; é tudo que for possível. E mais ainda, para organizar a população, para que ela encontre alternativas de sobrevivência. Eu estou, há uns quinze dias, analisando um projeto em que nós vamos fazer uma experiência numa favela grande. Vamos olhar qual é o consumo de vassouras da favela; vamos fazer pesquisa; e vamos organizar uma fabriqueta de vassouras no quintal do cara para que ele produza em função da demanda potencial que existe. Isso aí, para se transformar num projeto de nação, exigiria milhares de ações idênticas. Mas não é só produzir vassouras; é organizar dança com os meninos; música com a juventude; bailes e festas. Nós não estamos dizendo que esse negócio de trabalho é uma merda, que o negócio é dançar e ter prazer? É preciso que se invista o dinheiro público. Não quero fazer uma provocação, mas a Presidência da República gastou este ano quinhentos milhões. Porra, dá um pouquinho para nós; dá um pouquinho para o povo; dá um pouquinho para o povo fazer vassouras, picolé, pizzarias, seja lá o que for. É isso que eu estou chamando de política para se construir uma nação. Não é pegar um pouquinho e dar um pouquinho para comprar cesta básica para não sei para onde, não. Isso é um horror!

Eu encerro dizendo o seguinte: o PSB quer uma tarefa histórica? Tem uma tarefa histórica: reflita e invista na construção de um projeto de nação, de um projeto para o nosso povo. Mas para isso, tem que entender, que não é trazer o povo para o partido não, é levar o partido para o meio do povo. Trazer o partido para o povo é arrumar uns votinhos em eleição; se levar o partido para o povo, vai ter voto porque o povo reconhece. O importante é levar o partido para o meio do povo, para que partido esteja para o povo, assim como o peixe está para a água, como dizia o velho com as barbichinhas. Obrigado.

Dilton Da Conti – Coordenador: Em primeiro lugar, eu queria destacar, e eu acho que vocês vão ter um pensamento consensual comigo, de que de este IX Congresso do PSB está sendo muito diferente do que o que tivemos lá o Rio de Janeiro. Nós fizemos vários painéis, discutimos vários temas, e o nosso aqui foi um tema especial. Nós fomos privilegiados, nós tratamos aqui de tecnologia. Tenho certeza que todos nós estamos saindo daqui conscientes de que nós não poderemos ser inimigos da tecnologia; nós temos de tê-la como parceira para buscar uma qualidade de vida melhor. E aqui também fomos também privilegiados. Tem políticos, tem militantes. O Dr Amaral é militante, é político e é Ministro. Mas o importante aqui, é que nós fomos privilegiados, porque tanto o Waldo como o militante Roberto Amaral são políticos formuladores da conquista da prosperidade. Muito obrigado. Boa-noite.

Grupos Temáticos

06 de dezembro de 2003

Sessão Plenária que discutiu e aprovou os relatórios dos grupos temáticos



Sérgio Gaudenzi, Alexandre Cardoso e Carlos Siqueira

Grupo I
Políticas Estratégicas para o País

Ressalta a imperiosa necessidade de re-equacionar a relação do País com o sistema financeiro internacional, pois que ela condiciona e tolhe todo o espectro de políticas públicas e a própria capacidade de governar, uma vez que o Presidente da República, a rigor, governa apenas sobre 18% do orçamento.

Propõe para tanto realizar, sem alarde, auditoria da dívida em obediência ao preceito constitucional e trabalhar no sentido da construção de um arco de aliança nacional, além da esquerda, capaz de sustentar propostas para estancar a incessante sangria de recursos que impede a implementação do projeto civilizatório brasileiro.

Recomenda ainda, no plano internacional, a criação de uma associação internacional de devedores soberanos.

Considerando que menos de 3% da população brasileira se interessa por questões políticas, estima que é preciso mobilizá-la fundamentalmente através da socialização dos dados sobre a dívida pública e da transparência do orçamento e sua execução.

Resumo das propostas

1. Auditoria da dívida, sem alarde

2. Arco de aliança nacional, além da esquerda.

3. Socialização dos dados sobre a dívida pública e transparência do orçamento e sua execução, nos três níveis de governo.

4. Criação da associação internacional de devedores soberanos.

Grupo 2
Transformando o PSB em um Partido Popular

A primeira constatação feita pelo Grupo de Trabalho é de ampliar o caráter popular do PSB, não é um partido de Base Popular, até por esse motivo o tema de trabalho do grupo é: **Transformando** o PSB em um Partido Popular. Isso acontece pois o partido, de alguma forma não conseguiu acompanhar a evolução da sociedade, fenômeno que se sente nos demais partidos brasileiros.

Pois bem, o que se busca então é uma mudança do paradigma, com o objetivo principal de dar voz e fazer valer a representação das entidades de base dentro do partido. Dentro desse conceito se entende que essa representação não deve alcançar tão somente os núcleos já organizados da sociedade, como as mulheres, os negros, os movimentos sindicais e comunitários, deve alcançar também os excluídos aqueles que não encontram uma organização dentro da sociedade. O partido deve ser inserido na organização da sociedade, nos movimentos sociais e populares.

Entende-se também que essa representação será de parte de nossa sociedade (partido=parte), e que os segmentos que ali estão representados não devem receber nenhuma forma de cooptação, o PSB deve oferecer a esses grupos respostas socialistas aos seus anseios e necessidades, respostas essas que irão ajudar o Partido na formulação de uma política de inserção nos movimentos de base popular.

Dentro desse entendimento um ponto crucial e necessário é o resgate de um importante meio de se alcançar a sociedade, os Núcleos de Base. Entende-se por Núcleos de Base aquelas entidades que tem a ver com a vida do povo, aquelas entidades que estão ligadas de uma forma radical ao cotidiano das comunidades. Por esse motivo é necessário uma flexibilização na construção desses núcleos, para que com isso se respeite e se retrate a fiel realidade de cada região. Os Núcleos de Base são a ponte para a inserção real do partido dentro da sociedade. Deve-se ter o cuidado de em nenhum momento tentar manipular esses núcleos, pois através deles consegue-se testar as formulações partidárias na prática, consegue-se viver a realidade do povo, pois a prática é a renovação da teoria política.

Outra ação necessária dentro desse novo conceito que se busca dentro do PSB é a formação de quadros politizadores dentro da sociedade. O socialista dentro de qualquer núcleo social em que ele estiver inserido deve sempre buscar uma saída ou uma resposta socialista para os problemas que seu núcleo estiver sofrendo, com isso ele irá se tornar uma célula politizadora difundindo o ideal socialista.

O Grupo Temático **Transformando o PSB em um Partido Popular** apresenta as seguintes propostas pra se alcançar o seu objetivo:

Propostas

- O PSB deve reorganizar a sua estrutura a partir dos núcleos de base. Para isso, deve alterar as normas que disciplinam a sua organização, de modo a permitir que os núcleos efetivamente venham a existir e influir na estrutura de poder do partido, visando inseri-lo na sociedade.

- Realização de Seminário Nacional de Formação Política organizado pela Fundação João Mangabeira, os seminário deverão ser organizados nos intervalos entre os Congressos Nacionais do partido;
- Cursos Específicos para os militantes dos movimentos populares. Ministrados pela Fundação João Mangabeira de forma regionalizada.
- Realização de um Congresso Nacional Movimentos Populares Socialista, preferencialmente no período compreendido entre os meses de Maio e Abril;
- Buscar nas próximas eleições um comprometimento junto aos candidatos com relação ao estímulo e a formação de novos Núcleos de Base e fazer com que cada um desses candidatos participem ativamente de um;
- Fazer com que o PSB crie um Boletim Informativo Impresso voltado para os movimentos populares;
- Reforçar a comunicação entre as bases e a representação do Partido através de veículos de comunicação (Jornal, Rádio, etc...);
- Organizar e ativar um sistema de controle, avaliação e apoio das entidades para que com isso possa-se alimentar um banco de dados para termos conhecimento de quantos militantes formam a nossa base e possibilitar a preservação da memória do partido. Tal sistema não deve de nenhuma forma ter caráter coercitivo/punitivo. Tal organismo deverá produzir relatórios e registros que deverão resultar numa constate troca de experiência e verificação de resultados.

Grupo 3
Avaliação da Participação do PSB no Governo Federal

A avaliação do Governo necessita da contextualização do mesmo. De 1989 a 2002 houve o desmonte das instituições públicas, o empobrecimento do país, a terceirização do poder político do Estado com as Agências, enfim o avanço do Neoliberalismo.

A vitória da esquerda foi construída pela luta do povo brasileiro, acontecida em ambiente mundial de crise na América Latina. O país estava exposto a riscos, ameaçar de instabilidade e indicadores preocupantes. O

governo foi formado fundamentalmente pelo PT, e os aliados foram convocados para participarem, mas não no centro do governo. O governo iniciou com a preocupação de formar base de sustentação que não existia. Inicia-se a fase da sobrevivência (esse ano de 2003).

Lula assume em um quadro dramático, porém houve grandes avanços. Hoje a nação tem credibilidade internacional. Juros, risco Brasil, índices inflacionários e câmbio mostram essa melhora. A casa está sendo ajustada, reformas foram feitas com responsabilidade. O Governo Lula enfrenta dificuldades, tendo que ir ao encontro de partidos de centro e direita pela governabilidade. O governo não é uma composição de esquerda, mas de centro-esquerda, com forte presença da direita. A herança de FHC é absurda. Por isso os pesos das nossas ações partidárias às vezes não aparecem. Não há um exercício pleno de um governo de esquerda. Apesar disso o Brasil é hoje referência do mundo em desenvolvimento.

O PSB participou de forma muito tímida, junto com todos os aliados, em função da ação do PT. Nos Estados o tratamento aos aliados é excludente. O partido fez o jogo de interesse maior. Muito esforço para apresentar sua contribuição (a bancada ficou reduzida ao longo do ano e os aliados estão pulverizados). As lideranças partidárias trabalharam pela unidade da bancada, chamando o PT aos compromissos com as mudanças. O parlamento foi pautado pelo governo e governadores em duas reformas: na reforma da previdência o PSB lutou pela inclusão dos trabalhadores urbanos, e na reforma tributária apresentou 11 propostas, enquanto bancada. O governo ainda não convocou o Conselho Político, cobrança de todos os aliados.

Logo não há subserviência, há contingências. A bancada do PSB é pequena e não foi capaz de desequilibrar o jogo político. No entanto teve uma atuação no parlamento que possibilitou a criação de uma nova faixa de inclusão na previdência, beneficiando os desempregados e as donas de casa. Constata-se que 40 milhões de brasileiros não estão incluídos na previdência. É claro que o governo Lula errou em certos métodos adotados, como é o caso do recadastramento dos idosos, causando um desgaste desnecessário ao próprio governo. O PSB lutou também pelo orçamento agrícola, pela concessão do micro-crédito agrícola, e pelo financiamento agrícola facilitado.

A participação do PSB no Executivo refere-se ao MCT, às presidências da CHESF, do CNPq e da FINEP.

O partido indicou Roberto Amaral no MCT e outros de segundo escalão. No entanto os aliados não participaram do núcleo duro do governo, exclusivo do PT. No MCT tem-se assumido embates por medidas coerentes

com a história do PSB, dando contorno de mudanças no governo Lula. Posições políticas de descentralização das verbas para pesquisa, programas que propiciam a efetiva inclusão social, aposta no projeto espacial brasileiro, investimentos significativos nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. Ações internacionais foram importantes desde o início do governo, tanto no que se refere ao desenvolvimento de uma plataforma conjunta nos países do Mercosul, da América Latina e também em outros continentes. O MCT logrou mudar o acordo para que a base de Alcântara seja usada para fins pacíficos.

Nesse momento, fazendo uma visão para frente: tem-se muito para melhorar, aperfeiçoar. É necessária uma formulação política das pontes que são pauta do partido: o discurso próprio do PSB, os símbolos e marcas próprias. A esquerda no governo ainda não está fazendo a política correta. O PT não dá sustentação para uma frente ampla dos aliados de forma coordenada. A participação do PSB é importante, porém a preservação do discurso é fundamental.

Cabe à Direção Nacional democratizar as decisões acerca da participação do partido no governo. O Diretório Nacional deve realizar discussões sobre a ação de seu Ministro e demais cargos ocupados, com a presidência da CHESF, da FINEP e do CNPq. Deve também propiciar amplas discussões no partido sobre questões vitais para a trajetória e a imagem do PSB: como as reformas da Previdência e Tributária e as posições oficiais sobre os transgênicos, que devem ser examinadas e debatidas pelo Diretório Nacional, e mesmo a reforma política. Seria através dos membros do Diretório Nacional que o debate dessas questões chegaria às bases estaduais e municipais do partido.

Para apoiar o governo em troca de cargos e favores – coisa inevitável a qualquer governo – o governo do Presidente Lula tem outros partidos mais numerosos que o PSB. O apoio, enquanto partido, deve ser avaliado e debatido pelo Diretório Nacional, instância máxima entre os Congressos do Partido. Nem o governo Lula e nem o PT podem fazer isso pelo PSB. Só a ação consciente, o esforço teórico e o exercício disciplinado da responsabilidade política podem qualificar a participação do partido e seu apoio ao governo Lula. É necessário formar e atualizar massa crítica capaz de representar uma contribuição ao avanço do governo.

Propostas:

- que se delibere contra qualquer privatização dos setores essenciais e bancários estaduais;
- que a reforma ministerial abra espaço para os aliados para que o governo seja um governo de frente;

- necessidade de seminários internos para chegar ao povo as discussões dos encaminhamentos do governo e da participação do PSB;
- contribuir para a construção de uma política para a região amazônica;
- é preciso o PSB introduzir na sua política a questão agrária. Sem a reforma agrária o desemprego vai continuar. A distribuição de renda passa pela distribuição da terra;
- registrar 15 anos sem João Carlos Batista, assassinado em razão de sua participação na questão agrária;
- democratizar informações e decisões mais importantes;
- enfatizar a identidade partidária para propiciar as mudanças para o País;
- necessidade de agilidade do governo para não sucumbir;
- não submissão ao PT, levando só o ônus do governo.

Grupo 4
Questão Regional

O Brasil é um País com acentuadas disparidades regionais. Os últimos governos não tiveram como propósito central o equacionamento de políticas que pudessem criar condições para que o país construísse um desenvolvimento mais equilibrado em todo o território. Isso se refletiu na medida errada de acabar com o SUDAM e SUDENE.

As regiões norte, nordeste e centro-oeste apresentam características de desenvolvimento muito inferiores que as regiões sul e sudeste, o que se reflete em índices de desenvolvimento sociais muito baixos, como os índices de: analfabetismo, educação e saúde. Além disso, há uma forte concentração de renda nessas regiões.

O nordeste ocupa cerca de 20% do território nacional e participa com o 14% de toda a produção do país. Tem uma economia complexa, heterogênea.

A população industrial, no nordeste, cresceu muito nos últimos quatro anos. O sul do maranhão e oeste da Bahia – muito próximo do centro-oeste, com forte influência do sul do país – são, hoje, importantes produtores de grãos e já se distanciam da economia do nordeste mais pobre. A região agrícola também cresce, sem o equacionamento da questão fundiária.

A industrialização de pequeno porte, não reagiu positivamente, pois só

dura com os incentivos fiscais. A relação entre o moderno e o atrasado se mantém nessas regiões. Boa parte da produção dessas regiões é exportada diretamente sem agregação de valor.

O turismo surge com o desafio de equilibrar as relações com o meio ambiente e com questões sociais, em que as condições econômicas acabam por propiciar situações de desarticulação do tecido social, levando a graves conseqüências, com o crescimento da prostituição juvenil.

Já o centro-oeste se apresenta como a região mais dinâmica do Brasil, com participação crescente na composição do PIB nacional e com papel relevante nos resultados positivos da balança comercial brasileira em função do agro-negócio.

Mas se por um lado temos o que comemorar, não podemos deixar de alertar sobre os aspectos negativos desse modelo agrícola de altíssimos custos ambientais e sociais.

A degradação veloz de extensas áreas do cerrado, o grande desperdício de água com a utilização demasiada de pivôs centrais, a poluição, oriunda da utilização indiscriminada de fertilizantes e defensivos agrícolas são alguns exemplos.

Os efeitos mais perversos encontram-se no plano social.

Os cultivos das chamadas *commodities* para serem viáveis economicamente necessitam de grandes áreas, o que torna essas tecnologias inacessíveis para pequenos produtores. Por outro lado, o alto preço dos grãos, principalmente a soja, no mercado internacional, supervalorizou o preço da terra expulsando os pequenos produtores. Isso explica o fato de que o centro-oeste seja ao mesmo tempo a região de maior desenvolvimento econômico e de maior concentração de renda.

Os recursos públicos deveriam, portanto, priorizar investimentos em infra-estrutura tecnológica, energia e de transporte, educação e saúde, o que beneficiaria o conjunto da população e da região. Investir em ciência, tecnologia e inovação, calcada nos objetivos de sustentabilidade e inclusão social, é a forma mais segura de médio prazo, atingir esses objetivos.

Investimentos para garantir o uso racional de água, a produção de formas alternativas de energia, a prática da agricultura e da pecuária orgânicas, garatiriam sustentabilidade à região e a inclusão social para cumprir dever ético com os excluídos, desenvolvendo tecnologias e inovações assimiláveis pelos pequenos agricultores, pela economia familiar, estudando e preparando novos modelos de organização fundiária e produtiva, fortalecendo a extensão rural como espaço de difusão de novas tecnologias nas universidades.

Os incentivos fiscais são uma espécie de enganação do governo. O governo não investe em educação, conhecimento e infra-estrutura no norte e nordeste. Para conseguir trazer empreendedores, o governo dá incentivos fiscais.

O governo federal possui duas companhias para o desenvolvimento do vale do São Francisco, que nunca se encontram: CHESF e CODEVASF.

O modelo agro-exportador tem deixado uma dívida social.

O governo federal deve, portanto, utilizar instrumentos que estimulem o desenvolvimento sustentável distribuindo renda.

Propostas:

- o PSB deve conclamar que a CHESF e CODEVASF se reúnam;
- o PSB deve apoiar a agricultura familiar;
- pedir a implantação da trans-nordestina;
- maior investimento em piscicultura no NE;
- implementar políticas com base no IDH de incentivo para desenvolvimento em outras regiões do país, como norte do ES e vale do Jequitinhonha;
- implementar a recuperação do lago de Sobradinho, e outros reservatórios, gerando energia para aquela região do país.
- conclamar que os estudantes das universidades públicas prestem serviços para a comunidade durante um período de 6 meses e 1 ano;
- investir nos laboratórios estaduais;
- que o PSB nacional adote a questão DF/entorno como estratégia para o partido;
- implantação efetiva da região integrada de desenvolvimento do DF e do entorno;
- criação da agência de desenvolvimento do centro-oeste como instrumento de fomento ao desenvolvimento regional;
- criação de uma frente parlamentar em defesa do DF e entorno;
- construção de uma estrada de ferro ligando o DF ao nordeste brasileiro;
- reconhecimento do bioma cerrado no art. 225 da Constituição, apoiando PEC da autoria do deputado Barbosa Neto.

Grupo 5
Discussão da proposta de Reforma Política

Não existe uma proposta de consenso sobre a reforma política no Brasil. A matéria está em discussão no Congresso há muito tempo, mas, pela primeira vez a Câmara consegue aprovar na Comissão Especial de Reforma Política um anteprojeto que defende:

1 - Financiamento público de campanhas eleitorais;

2 - Listas preordenadas pelos partidos nas eleições proporcionais;

3 - Federações partidárias e;

4 - Proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais.

Com relação ao financiamento público de campanha (valor: R$ 7,00 x o número de eleitores do pais até o dia 31 de dezembro do ano anterior à elaboração da lei orçamentária):

– 1% será dividido entre todos os partidos com estatutos registrados no TSE, igualmente;

– 14% divididos entre os partidos e federações com representação na Câmara dos Deputados;

– 85% divididos entre os partidos e federações, proporcionalmente ao número de representantes que elegeram na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Foram ressaltadas as emendas apresentadas pela Deputada Luiza Erundina que garantiram que Instituto o Fundação partidária de educação política destinará, pelo menos, 30% para estimular a participação política feminina; bem como garantiu 20% do tempo destinado à propaganda partidária gratuita (rádio e televisão) às mulheres para a difusão de suas teses e propostas.

A questão da cláusula de barreira também foi levantada, já que a proposta da Câmara prevê que só terá direito a funcionamento parlamentar o partido ou federação que em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha 2% dos votos válidos apurados nacionalmente distribuídos em 1/3 dos estados e eleja pelo menos um representante em cinco desses estados. Os partidos que não atingiram o quociente partidário poderão participar das sobras.

O fim das coligações foi outro ponto bastante criticado, já que o anteprojeto de reforma garante apenas a dois ou mais partidos políticos a reunião em federação, que deverão permanecer a ela filiados, no mínimo, por três anos e não poderão ser constituídas nos quatro meses anteriores às eleições.

Este tema de vital importância para a sobrevivência da democracia, não alcança a profundidade necessária. Outros problemas que deveriam ser tratados pela reforma como a interferência do poder econômico, dos meios de comunicação, dos institutos de pesquisas eleitorais não foram contemplados.

A maior preocupação dos delegados que tiveram a palavra foi com relação ao processo de transição, ou seja, da passagem do modelo anterior para o atual, se o partido estaria preparado para a adoção do sistema de lista fechada. Algumas pessoas consideram que o sistema fortalecerá o partido, já que será o primeiro da lista o deputado mais votado e não aquele que ingressar recentemente com poder econômico considerável. Entendem que este sistema favorecerá aqueles que realmente militam no partido. Entretanto, outros entendem que aqueles que detém o poder no partido impedirão que novas lideranças alcancem os primeiros lugares na lista.

Outro ponto de conflito foi com relação à cláusula de barreira. Alguns consideram que sua manutenção não prejudicará o PSB, já que superou os 5% nas últimas eleições e está apto para o enfrentamento das próximas. Entretanto, outros consideram esta cláusula bastante prejudicial aos partidos históricos, ideológicos, no qual se insere o PSB.

Já com relação ao financiamento público, instituído com a finalidade de impedir que o poder econômico vença as eleições e de garantir transparência e moralidade às campanhas, a discussão se dá em torno da sua distribuição nos percentuais propostos e na sua fiscalização.

Como vemos, a matéria requer maior aprofundamento, motivo pelo qual esta plenária aprovou como proposta a realização de um seminário nacional a ser realizado pela Fundação João Mangabeira, para que o assunto Reforma Política seja debatido de forma a construir o consenso entre todos os socialistas.

A plenária aprovou moção de pesar pelos 15 anos da morte do deputado socialista João Batista do estado do Pará.

Para muitos integrantes do grupo o PSB deve ficar bastante atendo aos projetos que compõem a reforma política, pois, se aprovados tal como estão, poderão engessar a vida política nacional, reduzindo substancialmente o número de partidos, ou mesmo criando um oligopólio partidário.

Grupo 6
Discussão da Proposta de Reforma Trabalhista

Sabemos que a CLT é o "Direito Constitucional do Trabalhador", tem conotação de Constituição e é um documento altamente democrático, talvez

até mais do que a Constituição da época em que foi criada, em 1943. tem, basicamente, dois corpos de lei: o Coletivo e o Individual.

A questão da proposta e discussão da reforma trabalhista não é novidade. Desde que foi criada a Consolidação das leis do trabalho (CLT), vem-se travando uma velha luta tentando sua modificação, como por exemplo, no 1º ato do primeiro regime militar, que começou a enfraquecê-la, onde permitia a redução de 25% do salário, quando a empresa comprovasse que não podia pagar, e na lei do FGTS, de 1967, ao invés da garantia do emprego o empregado teve garantia de salário, o objetivo passou a ser compensação financeira. A Constituição Federal de 1988 deixou de assegurar a estabilidade, embora de muito conteúdo social, fez flexibilizações, como por exemplo, diminuição de salário por convenção coletiva.

Já no governo Fernando Henrique Cardoso, em seu projeto de lei nº 5.483/01, possibilitou-se a redução de direitos trabalhistas, como a não proibição de alteração unilateral no contrato de trabalho (art. 468 da CLT), o contrato de trabalho por tempo indeterminado (art. 443 da CLT), as licenças justificadas do trabalhador ao serviço (art. 473 da CLT), a assinatura na carteira de trabalho (art. 29 da CLT), dentre outros, tudo isso com base no discurso de flexibilização da CLT. A grande argumentação para a defesa da flexibilização da CLT é o chamado custo Brasil.

Novamente dizendo, não estamos diante de uma novidade. Felizmente o novo governo retirou o projeto de mudança da CLT, editado no governo anterior. Com o início do governo Lula, tendo como base o Partido Socialista Brasileiro, busca-se ampliar e implementar uma verdadeira reforma trabalhista pautada na necessidade urgente de se promover o crescimento, o emprego e a inclusão social, destacando-se a estrutura sindical, a legislação trabalhista e a criação de empregos para os jovens, tomando-se por base a "construção de uma legislação trabalhista verdadeiramente moderna" através de um amplo processo de discussão "assegurada à participação dos diferentes setores sociais interessados".

As condições atuais apontam para uma possibilidade de se fazer, primeiramente, uma reforma sindical, ficando para uma segunda etapa a reforma trabalhista propriamente dita, além do que, uma reforma trabalhista pede uma reforma sindical de antemão.

No campo da reforma trabalhista e sindical, o debate no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho será um dos caminhos para consensuar o movimento sindical em torno de propostas básicas, embora por si só não seja a solução para as questões enfrentadas no mundo do trabalho e do capital.

O Fórum poderá ajudar em se conseguir a clareza necessária quanto ao que se deve manter e o que se deve mudar, segundo prioridades efetivas, sem o que pouco se avançará nas mudanças pretendidas. Somente uma composição democrática e aberta permitirá que o Fórum possa ser um instrumento útil ao país.

A reforma deve ser no sentido de valorizar a negociação coletiva, partindo das conquistas legais já existentes. Não há porque eliminar aquilo que já foi conquistado pelos trabalhadores, mas nada impede que, por exemplo, aumente-se determinado benefício como o piso salarial. A reforma que se entende necessária deve ser embasada no desenvolvimento das relações diretas empregado-empregador, nas negociações coletivas, nos contratos coletivos, porém, sem regredir nas condições atuais. A CLT trouxe avanços na justiça social e não se pode retroceder.

É ponto comum a necessidade de se discutir as normais e leis que regem a relação capital e trabalho e da implantação de mecanismos extrajudiciais para facilitar a solução de conflitos entre patrões e empregados. Uma questão a ser vista como necessária para as mudanças propostas é a questão da descentralização da justiça do trabalho. Todas as decisões relativas às questões trabalhistas vêm ser dirimidas no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Isso torna o processo moroso. Não adianta se ter uma boa lei, por melhor que seja, se a sua aplicação se torna lenta e centralizada. Sua aplicação dever ser mais efetiva. A justiça e a lei do trabalho precisam ser descentralizadas. Deve-se fazer a reforma do direito processual do trabalho.

Deve-se manter a unicidade sindical. Não existindo o princípio da unicidade poderão ser constituídas mais de uma entidade sindical do mesmo setor profissional ou econômico, na mesma empresa, na mesma base, como foi definido no estatuto. O sindicato passa a ser entidade representativa apenas de seus associados, não mais da categoria profissional ou econômica. Também estabelece a possibilidade da existência de federações, confederações e centrais sindicais, evidentemente com a mesma conformação pluralista e sem limitação de categorias ou de base territorial, representando apenas seus filiados. Isso causará o enfraquecimento da organização sindical que terá suas forças pulverizadas. As negociações coletivas seriam fragilizadas, ocorreria dependência e/ou controle das organizações de trabalhadores pelo poder empresarial. Perde o trabalhador.

O atual sistema sindical tem garantido, ao longo de inúmeras décadas, a organização e representação dos trabalhadores, inclusive com entidades de grande expressão, tradição de luta e importantes dirigentes sindicais, como o Presidente Lula e vários dos atuais ministros e secretários de um novo governo, o sistema sindical atual seja mantido, embora com alterações necessárias.

Proposta da CMS

- redução da jornada de trabalho, sem redução de direitos;
- fim do contrato de trabalho temporário e o banco de horas;
- regulamentação das cooperativas, contra os desvios praticados atualmente;
- o FAT deve ser utilizado em políticas de combate ao desemprego e a aquisição do primeiro emprego;
- organização por local de trabalho;
- direito à data-base e negociação coletiva do servidor público;
- reconhecimento das centrais sindicais;
- unicidade sindical.

Conclusões e propostas:

Concluiu-se para a manutenção do unicismo sindical e para a manutenção da contribuição sindical:

– foi proposto um fórum do Partido para que se discutisse melhor as questões que não são consensuais e se chegue a uma posição;

– realização de encontros regionais, onde se indicará representantes para uma grande plenária para discussão das reformas trabalhista e sindical.

Grupo 7
Estratégias do PSB para as eleições municipais de 2004

Os participantes do grupo 7, abordando a conjuntura político-partidária do país, ressaltaram que o PSB estará enfrentando, a partir do ano que vem, mais um importante desafio eleitoral. Será a quinta eleição municipal após sua reorganização. Registraram que, a cada pleito, o número de votos e de eleitos vem aumentando. Mais vereadores, prefeitos e vice-prefeitos.

O PSB, por sua vez, disputou eleições sempre se colocando como alternativa política no campo progressista, democrático e popular. Algumas vezes elegeu pessoas sem consistência ideológica e, certamente, ainda vai continuar

elegendo, pois a democracia brasileira é jovem e portanto está em processo de construção. Mas, atingindo a sua maioridade (8 anos de reorganização), encontra-se na hora de consolidar sua personalidade através da defesa de bandeiras (símbolos) políticas que identifiquem o partido em todo país, e a implantação de programas e projetos que precisam ser defendidos por todos detentores de mandatos e gestores públicos vinculados ao PSB.

Propostas aprovadas:

Consolidadas explanações de expositores, debatedores e delegados, o plenário aprovou as seguintes propostas:

- lançar candidatos no maior número possível de cidades;
- analisar as situações locais para efeito de coligações, prevalecendo o PSB na cabeça de chapa;
- promover coligações, conquanto situações específicas locais, independentemente do partido, desde que o PSB prevaleça na cabeça da chapa;
- realizar, via Fundação João Mangabeira, seminários para formular políticas públicas municipais;
- produzir, nas edições próximas do caderno do PSB, textos orientadores das candidaturas;
- divulgar nominatas dos titulares de cargos do Partido (deputados, prefeitos, etc.) aos filiados, referenciando e-mail, endereços e demais formas de correspondência;
- definir marcas e bandeiras PSB, para fins de pleito municipal;
- redigir nota do PSB solicitando ao governo central equilíbrio e distância em relação às candidaturas e articulações locais do PSB visando às eleições municipais;
- aproximar as ações do Diretório Nacional das movimentações municipais e de seus componentes;
- divulgar, na página do PSB e em outros meios de mídia do partido, ações e administrações exitosas;
- buscar construir chapas com a presença feminina, em condição de titularidade ou na vice-candidatura;
- interligar as campanhas em âmbito da edilidade e da prefeitura;
- comitês de campanha institucionalizados no PSB para coletivizar tanto as campanhas quanto os mandatos, tornando-se conselhos consultivos para os candidatos eleitos;

- realizar seminários, via Fundação João Mangabeira, oferecendo aos candidatos isonomia de discurso e mecanismos de preparação logística, material e humana de suas estruturas;
- aprovar as teses enviadas ao IX Congresso Nacional do PSB: "Política de Alianças" e "O PSB e a Felicidadania", anexas;
- aprovar a tese: "Inclusão social e participação popular no processo eleitoral", anexa; e
- aprovar as moções: "Pela implementação do estatuto das Cidades" e "Pela imediata aprovação do PL 2710/92", anexas.

Grupo 8
Revolução Tecnológica e a crise do capitalismo.

A tecnologia não é inimiga do homem ! Compreender as divergências filosóficas existentes entre o papel que a tecnologia tem a exercer em favor do homem e o papel que ela desenvolve de acordo com as orientações políticas em serviço do capital é fundamental para consolidação do diagrama que anelamos de alcançar. Um conceito que temos o dever político-revolucionário de divulgar é: a tecnologia como elemento inserido nas estruturas do trabalho tem que favorecer o operário, proporcionado-lhe menos esforço para realização de tarefas, a fim de garantir ao proletariado condições e qualidade de vida que gerem o seu desenvolvimento intelectual e cultural. Compreender máquinas como instrumentos gerados para mutilação física e econômica é conceber a idéia neoliberal que devemos ter outras prioridades. A idéia da máquina substituindo o homem como bandeira de luta para não avançarmos em nossas pesquisas e experimentos, compreende-se como uma estratégia montada pelos que não socializam tecnologia em favor do coletivo, que seqüestram nossos bolsistas e que efetivam o tráfico da nossa matéria prima para desenvolvimento da mesma tecnologia em suas bases imperialistas. A tecnologia não é inimiga do homem, assim como a máquina da revolução industrial não era inimiga do operário. A ciência e a tecnologia são instrumentos indispensáveis para prosperidade nas áreas da educação, da medicina, da segurança, da produção agropecuária, entre tantas outras áreas de fundamental importância. A harmonia social só ocorrerá com o advento do socialismo, entretanto isso precisa estar ligado à questão tecnológica, isso em face do avanço e das constantes vitórias da burguesia que prossegue feito a pororoca amazônica, destruindo os conceitos marxistas e a pessoa humana. Prova disso foi a decisão da segunda guerra

mundial, com a explosão da bomba atômica, fato contundente da importância da tecnologia para concepção da soberania e autonomia desejada.

No contexto de retomada do processo de construção do socialismo não há lugar para um projeto isolado do Brasil. Ou temos projeto continental, ou latino-americano ou seguimos o projeto que Salvador Allende apenas começou. Em todo contexto em discussão não podemos vendar-nos. Precisamos ter clareza que onde não há crise o capitalismo cria. Visto que isso é o que lhe dá sustentação, continuidade e o oxigena. O capitalismo acentuou estrategicamente a absorção da classe operária no século passado, transformando-a em reformista e em alguns casos contra-revolucionária. Até mesmo no campo onde ocorria o desenvolvimento da guerrilha rural e onde há o terrorismo urbano formulou-se uma contradição onde o capitalismo acentuou a exploração do homem pelo homem. Apesar da resistência da classe operária, com o desenvolvimento a serviço do neoliberalismo, a mesma classe expressa cotidianamente o desejo de ser explorada, como forma indubitável de SOBREVIVÊNCIA. A resultante desse processo inicial já tem catástrofes alarmantes. Observem, por exemplo, os países da África. O lazer na verdade é o que significa o ser humano. Entenda-se lazer como qualidade de vida nas suas mais complexas esferas. É preciso entender a ciência e tecnologia com prosperidade e respeitadas as condições humanas para o bem estar. Organizar o povo brasileiro é consolidar as virtudes de desenvolvimento que se utilizará a ciência e tecnologia para resgatar nos salvar do abismo construído durante esses todos estes anos de exploração. Consolidar a inserção do povo brasileiro é comungar com a idéia maior da coletivização do conhecimento e descentralização das tecnologias viáveis. Proporcionando educação e cultura de qualidade. "O PSB tem que ajudar o governo Lula. O caminho para o povo brasileiro tem que ser traçado e construídos por todos, todos os que estão à margem, nas escolas, nas favelas, nas ruas, nos guetos, nos centros universitários sem poder desenvolver o aprendizado científico; enfim todos que compreendem a tecnologia como fundamental instrumento de realização da plenitude e dignidade humana e os que não tem essa compreensão – que necessitam serem educados politicamente – para juntos provocarmos a concretização do projeto de nação desenvolvida democraticamente no pilares da representatividade do povo brasileiro".

O grupo temático: **Revolução tecnológica e a crise do capitalismo**, apresenta as seguintes propostas para se alcançar o seu objetivo:

- motivar e educar as massas para com ela estruturar socialmente a relação que homem tem hoje como meio;
- proporcionar que a tecnologia faça parte da nossa vida por

concebermos que é fundamental para o crescimento natural da humanidade, compreendendo que esta mesma tecnologia não pode ser instrumento de exclusão econômica e social. Portanto, o PSB necessita desempenhar o papel concreto para que a tecnologia seja instrumento de inclusão;

- começar e recomeçar, quantas vezes forem necessários abrindo as salas de aulas, fomentando a luta pela educação, comunicação e consolidação da tecnologia;
- cuidar e reinserir na sociedade companheiros que outrora foram mutilados;
- ter a percepção marxista para na permitir que as leis do capital substituam o homem pela máquina sem que eles tenham condições reais de prosseguir com seu desenvolvimento;
- divulgar o papel que estamos desempenhando enquanto partido responsável por uma pasta no governo Lula para promover a produção tecnológica e científica;
- proporcionar cada vez mais a integração com países que como nós está na corrida pelo desenvolvimento tecnológico;
- não permitir que os países com tecnologia de ponta suguem nossos recursos naturais e humanos em benefício de sua política de segregação e exclusão;
- como conciliar as relações de consumo promovendo a ruptura com empresas capitalistas multinacionais que roubam nossa produção científica;
- ajudar ao militante Roberto Amaral, que é Ministro, a divulgar a política que o PSB está desenvolvendo, tanto através do instrumento institucional pelo sítio: www.mct.gov.br , bem como pelos governos estaduais e municipais do PSB, além dos próprios organismos do partido, privilegiando o debate e confirmando a presença do companheiro responsável pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Moções

06 de dezembro de 2003





Plenário com destaque para os militantes

* Moção pela não violência contra à mulher.

* Que o Congresso Nacional através de sua Plenária geral, RECOMENDE aos senadores do Partido que lutem para reverter no Senado, os artigos da Lei de Falências, que prejudicam os créditos trabalhistas e beneficiam os banqueiros, em especial, o artigo que protege a restituição do adiantamento de câmbio.

CMS Nacional.

* O PSB apoia o governo Lula, quer o triunfo dos interesses do povo brasileiro e reafirma a confiança de que ultrapassado o período de transição normal a qualquer começo de governo, a política econômica a ser observada pelo governo será aquela que enfrentará a herança recebida do governo FHC e alterará os rumos da economia, reduzindo as taxas de juros, e o superávit primário, criando mais condições para a geração do emprego, a distribuição de renda e a retomada real do crescimento.

O PSB não quer o Brasil de joelhos aos interesses do capitalismo.

Por isso, ao reafirmar seu apoio ao governo Lula e aprovar as ações do MCT dirigido pelo socialista Roberto Amaral, o Congresso Nacional do PSB reclama para continuarmos juntos governando o Brasil o início de uma política real de inclusão social, de desenvolvimento sustentável.

O PSB quer de Lula mais empregos, justiça e inclusão social.

* Em respeito à história dos filiados do Partido Socialista Brasileiro.

A filiação partidária reflete o compromisso político e ideológico do militante em questão ao programa e as práticas políticas do Partido. O número de inscrição partidária comprova não apenas a filiação, mas também, e principalmente, compõe a história do militante no Partido.

Se o recadastramento é um instrumento justo de aferição da realidade dos quadros militantes, não pode ser utilizado para apagar a história desse militante no Partido.

Embora entendendo que não houve intenção, por parte da comissão de recadastramento, de apagar nossa história, não concordamos que militantes antigos, com número de inscrição inferiores a primeira dezena de milhar, de um momento a outro, passem a Ter inscrição partidária na casa de oito dezenas de milhar. Isto apaga a identificação de sua história.

Desejamos que, no mínimo, seja atribuído no recadastramento, o número de origem do filiados.

Pela preservação da história do militante.

Socialismo e Liberdade

Professor Evaldo Barbosa – PSB/RJ

* Proponho que a Executiva Nacional do PSB promova um encontro de todos os secretários de ação parlamentar das regionais do Partido, com o objetivo de articularmos uma ação comum, aprovando pontos a serem defendidos por todas as bancadas estaduais, dando assim uma identidade a ação parlamentar do PSB.

Brasília, 6 de dezembro de 2003

Socialismo e Liberdade

Professor Evaldo Barbosa

Secretário de Ação Parlamentar – PSB/RJ

* Moção contra a inserção do Brasil a ALCA.

* Posição contra qualquer privatização dos serviços públicos e dos bancos, inclusive estaduais.

Qualquer decisão que o Congresso tenha que tomar sobre emendas constitucionais ou medidas que definam a política macroeconômica do País passe pela avaliação do Diretório Nacional.

Rogério Pinheiro – PSB-CE

* Proposição de emenda da reforma da previdência:

A proposição é no sentido de obrigar todos os empregadores a entregarem aos seus trabalhadores no instante do pagamento do salário não só o contra-cheque, mas sobretudo a prova com o guia do recolhimento da previdência social em favor do operário.

Justificativa:

– aumento da arrecadação de previdência social;

– todos os trabalhadores passariam a ser fiscais gratuitos do governo;

– evitar-se-ia a apropriação indevida do empregador de recursos da previdência;

– simplificaria a comprovação dos recolhimentos no momento da aposentadoria, pois o empregado estaria de posse dos recolhimentos.

Clóvis Correia – PE

* Proposição de emenda da reforma da previdência:

A proposição é no sentido da previdência permitir parcerias no sentido de aumentar a sua arrecadação com a criação de empregos cujo objetivo social seria a arrecadação de contribuições previdenciarias dos trabalhadores autónomos como os ambulantes, os que atuam nas casas, em fim todos aqueles que pela sua atividade nunca encontram tempo no sentido de irem aos bancos, enfrentarem filas e uma burocracia tremendo no sentido de se ajustarem no dia e no tempo para cumprirem aqueles recolhimentos.

Justificativa: mediante um percentual, as empresas devidamente cadastradas e que ofereçam a garantia ao governo de sua honorabilidade poderiam gerar a criação de novos empregos e novos recursos para a previdência social.

Clóvis Correia – PE

* A análise da participação do governo deve ser vista a partir dos interesses populares, como esse Mesa entende que a população está avaliando o 1° ano do governo? Como o PSB vai ficar do lado da população?

Teles Vital, Presidente Municipal PSB- Olinda-PE.

* O embate e a participação do PSB no governo Lula deve ser numa linha ideológica. Quer dizer, que tipo de projeto nós queremos para o Brasil? A mudança ou o continuísmo. Se for o continuísmo estou fora, porque os antecessores o fazem com mais competência.

Paulo Pedroso Mandágua de Almeida, PSB/Apucarana-PR

* Até quando esse governo vai ficar ajoelhando diante das instituições financeiras internacionais

* Que difere a política econômica de FHC e do governo Lula ?

* Nesse continuismo puro, podemos ainda ter esperança ou vamos continuar pagando a sangria da dívida externa?

* Propor que o governo apresente um modelo de reforma agrária e uma política fundiária capaz de realizar a regularização das áreas ocupadas pelos trabalhadores rurais, áreas ambientais, indígenas e de exploração mineral. Que o Estado se apresente nas áreas de conflitos para combater a exploração nacional de floresta, e os crimes de pistolagem , que já assassinam dezenas de trabalhadores e lideranças políticas, no Pará e em outros Estados da Federação.

Proponho que seja encaminhado votos de solidariedade às viuvas dos companheiros Dep. João Carlos Batista e o Vereador Adão Lotte, ambos do PSB, assassinados no Pará na luta em defesa dos trabalhadores rurais e moralidade do serviço público, respectivamente.

Brasília, 6 de dezembro de 2003

João de Deus Ferreira, Deputado e Líder do PSB, Pará.

* Moção de repúdio a ocupação norteamericana ao Iraque e de apoio ao povo iraquiano.

* Moção de apoio ao MST e pela liberdade de seus presos políticos.

* Moção de solidariedade ao povo da Palestina. Pelo cancelamento imediato do muro da vergonha.

* Inclusão social e participação popular no processo eleitoral:

o Partido Socialista Brasileiro tem o dever político de iniciar imediatamente, nos municípios brasileiros, um processo amplo e democrático de análise e discussão dos problemas econômicos, sociais e culturais de suas populações, bem como a sistematização de proposta de soluções oriundas dessas próprias populações, com vistas à elaboração de planos locais de desenvolvimento sustentado, que deverá servir de base para o debate eleitoral do ano de 2004.

O atual modelo de apresentação de propostas elaboradas por muitos candidatos ou partidos, tem fracassado, por não atender um requisito básico: o povo não é ouvido na sua elaboração.

Essa visão equivocada tem contribuído para o distanciamento cada vez maior da sociedade no acompanhamento das gestões públicas, permitindo, com isso, o aumento da corrupção e da malversação de recursos públicos, bem como a realização de obras e serviços, sem obediência a uma ordem de prioridades.

Em todo processo eleitoral (e neste caso analisamos os pleitos municipais), os candidatos, ou partidos, costumam fazer as suas próprias análises e propostas para em seguida apresentar aos eleitores, com amplas e massificadas campanhas de marketing, influenciando o voto.

Os socialistas, que têm a responsabilidade de incentivar formas democráticas, inclusivas e participativas de decisões políticas, têm que começar a fazê-lo antes mesmo dos processos eleitorais, como forma de obter o envolvimento de todos os segmentos sociais; incentivar a formulação de propostas populares, além de estabelecer compromissos públicos e políticos entre os candidatos socialistas e a população do município.

Acreditamos que, além de ser um dever inadiável do PSB, esse modelo de participação democrática e inclusão garante ao candidato socialista o apoio da sociedade no processo eleitoral.

Dep. Estadual João de Deus (PSB-PA)

* Moção de apoio

A Organização Mundial de Saúde pontua que nos países subdesenvolvidos, em tempo de paz, cerca de 10% da população possui algum tipo de deficiência. No Brasil, o IBGE, através do Censo Demográfico/2000, em sua tabulação avançada destaca a existência de aproximadamente de 14,5% do total da população do Brasil composta por pessoas portadoras de alguma deficiência, o equivalente a 24.537.984 pessoas, submetidas em sua maioria, a brutais processos de exclusão social, esse número dão exata dimensão da política nacional. Por esse motivo a Federação Norteriograndense de Associações de Deficiente, Conselho de Representante Estadual do RN, junto a organização Nacional de Deficiente vem propor:

– a criação da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência do PSB;

– que os parlamentares do PSB discutam e defendam a implantação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência;

– que o PSB coloque no seu programa de governo uma política de defesa e promoção da pessoa portadora de deficiência.

* Pela implementação do Estatuto das Cidades.

Em 2001, após décadas de luta dos movimentos sociais urbanos, o Congresso Nacional aprovou a Lei 10.257, denominada Estatuto das Cidades. Considerada, por muitos especialistas, como a mais avançada lei sobre a questão urbano no mundo, consagrou os princípios da função social da propriedade e da participação popular na gestão urbana.

Entre novos instrumentos fundamentais para a gestão municipal introduziu o estudo de impacto de vizinhança (EIV), o IPTU progressivo e a obrigação de planos diretores municipais para os municípios acima de 20.000 habitantes até 2006.

O Partido Socialista Brasileiro conclama seus dirigentes e militantes a envidarem todos os seus esforços na implementação do Estatuto das Cidades no rumo da viabilização de Cidades Cidadãs, garantindo às maiorias, hoje expulsas nas periferias, o direito à Cidade e à Cidadania.

James Lewis – PSB-DF

* Pela imediata aprovação do PL 2710/92

O primeiro projeto da lei de iniciativa popular após a promulgação da Constituição de 1988, o PL 2710 reuniu o apoio de um milhão de assinaturas exigidos à época, propõe o Fundo, o Sistema e o Conselho Nacional de Moradia Popular.

Apesar de estar na ordem do dia da Câmara dos Deputados, vem sendo adiada a sua apreciação por parte da equipe econômica do Governo Lula.

A sociedade brasileira assiste a mais grave crise habitacional de sua história, com um déficit de seis milhões e meio de moradias.

A população mais pobre, que sobrevive com renda familiar de até três salários mínimos, não é atingida pelos programas oficiais existentes como o PSH e o PAR da Caixa Federal.

A criação de um fundo com recursos à fundo perdido, associado à políticas sociais que integrem essa população à cidadania, são o único caminho para a solução desse grave quadro nacional.

O Partido Socialista Brasileiro, através de sua bancada federal, deve empreender todos os esforços, dentro da base do governo para a superação das resistências internas e imediata do PL 2710/92.

* O IX congresso Nacional do PSB, formula seu apoio à nova política nacional de ciência, tecnologia e inovação levada a cabo pelo MCT, sob a liderança do Ministro Roberto Amaral.

Analisando essa política, o IX Congresso do PSB destaca os avanços obtidos no combate à exclusão social, no combate ao atraso tecnológico, na universalização dos benefícios da ciência e tecnologia e como instrumento insubstituível em qualquer projeto de desenvolvimento sustentável.

O IX Congresso saúda igualmente a política de descentralização da Ciência e Tecnologia e a federalização da aplicação e gestão dos recursos da União.

O IX Congresso aplaude a posição do MCT em face da Base de Alcântara e apoia a proposta do Ministro, apresenta à UNESCO, para que parte do pagamento do serviço da dívida externa dos países em desenvolvimento seja amortizada por investimento em ciência, educação, ciência e tecnologia.

O IX Congresso, finalmente, diz que a política desenvolvida pelo MCT corresponde ás recomendações do Programa do Partido.

* A Comissão Executiva Nacional deve convocar todos os representantes do Movimento Popular nos Estados, para em conjunto com a nova Comissão Provisória do MP Nacional, realizar um seminário, objetivando reorganizar este segmento no Partido, que funciona regularmente nos Estados e praticamente inexiste no plano nacional.

Roberto Mota – secretário do Movimento Popular – PSB/PE

* Os aqui relacionados, Delegados do Estado do Pará ao IX Congresso Nacional do PSB, vem através desta moção manifestar se total e irrestrito apoio ao projeto "Transformando o PSB em um Partido de Base Popular", por entender que é o melhor caminho a ser seguido por nosso Partido na construção de um projeto socialista para um Brasil melhor e mais justo e para todos: Benedito Rildo Jastes Furtado, Francisco Irineu Alves, Pedro Paulo dos Santos Henriques, Isabel Maria Brito Pimentel e Odair Corrêa.

Movimento Sindical

05 de dezembro de 2003





Relatório do IV Congresso Nacional Sindical do PSB

COORDENADOR – Francisco Nogueira
COORDENADOR – Joilson Cardoso
RELATOR – Vicente Selistre
- Estados que participaram com delegação:

- CE/DF/GO/MA/MS/MG/PA/ PE/PI/RJ/RS/TO	= 12	
- c/participantes: AL/BA/SC/	= 03	Total de Estados = 15
- Total de Delegados Aptos:	147	
- Total de Delegados Credenciados:	79	
- Total de participantes convidados:	43	Total de Participantes = 122

Obs: III Congresso/99 participaram 10 Estados (houve um aumento de 50% nas delegações estaduais).

MESA DOS TRABALHOS
Coordenadores da Mesa – Francisco Nogueira (DF) e Joilson Cardoso (RJ)
Relator – Vicente Selistre (RS) e Relatora Adjunta- Marlene Pires (GO)
Secretários – Elgiane Lago (RS) e Ricardo Nascimento (RJ).

DEBATES – Parte da Manhã:

I - APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO IV CONGRESSO SINDICAL DO PSB

Lido, em discussão, recebeu a seguinte emenda em seu Artigo 13.
Cria o Parágrafo 2º - com a seguinte redação: os destaques, para emendas na tese guia e no regimento interno da CMS que serão debatidos neste congresso, deverão ser apresentados por escrito.
Em votação: Emenda Aprovada – Unanimidade
Em votação o regimento com a Emenda – Aprovado – Unanimidade.
Em anexo o Regimento Do IV Congresso Nacional Sindical

II – PAINEL E DEBATE SOBRE A REFORMA DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Expositor – Dr SID RIEDEL – Advogado Trabalhista – Brasília – DF.
Síntese: Falou que a flexibilização gerará logicamente a diminuição e a extinção

de direitos. Que o direito do trabalho e suas leis têm função também de distribuir renda aos pobres e de concepção de estado.
Defende a descentralização das decisões da justiça trabalhista, dando poder aos tribunais estaduais para decisão terminativa.

Congressistas que fizeram intervenções: Ed Wilson (RJ), Rosevaldo, Milton (PA), Edson, David, Edmundo, Ulisses (DF), Alonso (RJ), Vicente Selistre (RJ), Francisco Assis (RJ), Jeorgina (PE), Luis "Vila Nova"(MA). (Total: 12 delegados).

RELATO: As falas dos delegados congressistas convergiram para o seguinte:

- Não se pode admitir alteração na atual legislação trabalhista, que venha a reduzir ou permitir a redução de direitos hoje existentes.
- Que se preserve a lei como base, e que o negociado venha a acrescentar outros direitos mais benéficos dos que os previstos na legislação e na Constituição Federal. Ou seja, que o negociado não se sobreponha ao legislado.
- Que a chamada Reforma Trabalhista venha a ampliar, regulamentar e solidificar direitos, como a participação nos lucros, a estabilidade no emprego (medidas contra a demissão imotivada), redução da jornada de trabalho sem redução de salários e direitos, medidas contra a terceirização, os estágios fraudulentos, as pseudo-cooperativas.
- Outras questões já contempladas na tese guia do nosso Congresso.
- Final do Prazo do credenciamento de delegados ao Congresso Sindical, ao meio-dia.
- Por proposta da mesa e aprovação do plenário, foi prorrogado até o final dos debates da manhã.
- Prorrogando-se, então, para as 12:30.

DEBATES: Parte da Tarde

III – DEFESA E DEBATE DA TESE GUIA:
EXPOSITORES:

– JOILSON CARDOSO (RJ) – Análise de Conjuntura, Propostas emergenciais de combate à fome e ao desemprego, Reformas Previdenciária e Tributária.

– CELSO PANSERA (RJ) – Balanço e Estratégia do Movimento Sindical Brasileiro.

– LUIS SOARES "VILANOVA" (MA) – Reforma Agrária.

– FRANCISCO NOGUEIRA (DF) – Não a Alça, em defesa da soberania nacional.

– VICENTE SELISTRE (RS)– Reformas da Estrutura Sindical e da Legislação Trabalhista

– **Falas do Plenário:** José Santos (MA), Marlene Pires (GO), Celso Salmeira (RJ), Milton Campos (PA), Luis Batista (RJ), Davi Barbosa (PE), Luciano Moura (CE), Bismarck Saraiva (PE), Dulcilene Carneiro (PE), Antônio Nascimento (PI), Francisco Ferreira (PE), Celso Pancera (RJ),

– Vicente Selistre (RS), João Correia (PI), Antônio Carlos (PA), Manoel dos Santos (PA), Francisco de Melo (MA), Leonides (DF). Total de 18 congressistas.

RELATO:

- Os companheiros em suas falas, em razão da contemporaneidade dos assuntos abordaram prioritariamente as reformas sindical e trabalhista.
- Em relação à questão da Reforma Trabalhista, reafirmaram e reforçaram as manifestações já realizadas no período da manhã.

Já em relação à REFORMA DA ESTRUTURA SINDICAL, houve questões convergentes e divergentes:

QUESTÕES CONVERGENTES:

- A preservação da unicidade sindical.
- A preservação da prerrogativa do sindicato local ou municipal, em fazer a negociação coletiva podendo aderir ou não a eventuais acordos ou contratos nacionais ou regionais.
- Retirada dos projetos de leis que tramitam no Congresso Nacional, especialmente o projeto do Dep. Vicentinho (PT).
- Ampliação da representação sindical de base (Art 11 da CF-88) com proporcionalidade relativa ao número de trabalhadores na empresa, com garantia da estabilidade.
- Alteração na lei de falências, com a cristalina proteção ao crédito trabalhista, especialmente contra os créditos dos banqueiros (Contrato de Adiantamento de Câmbio e outros).
- O reconhecimento que a contribuição prevista no Inc IV do artigo 8°, CF-88 é extensiva a todos os integrantes da categoria, que a assembléia da categoria é soberana, e que, portanto, o dispositivo é auto-aplicável.

QUESTÕES DIVERGENTES:

- O custeio das organizações sindicais:

- A extinção (imediata ou gradativa) da contribuição sindical (CLT) (Imposto Sindical) ou sua manutenção.
- Manutenção do conceito de categoria para organização sindical.
- Organização sindical por ramo de atividade.
- Proibição em lei da possibilidade de previsão nos estatutos das organizações sindicais da proporcionalidade nas eleições dos órgãos diretivos.

EMENDAS APROVADAS:

- Emenda do companheiro Vila Nova (MA), na questão Reforma Agrária:

a) Pela revogação do Decreto de FHC, que proíbe desapropriação de terras dos latifundiários para fins de reforma agrária por dois anos, em caso de ocupação por trabalhadores sem terra.

b) Pela extinção da prerrogativa do Poder Judiciário em julgar ilegalidade de greve e aplicar multas contra as organizações sindicais de trabalhadores.

Em votação: **PROPOSTA DA TESE GUIA APROVADA COM AS EMENDAS**

Sobre as questões divergentes, foi apresentada a seguinte proposta de resolução:

- que não houvesse o fechamento de questão neste congresso.
- que a CMS Nacional organize em tempo hábil e devido, encontros regionais (nas cinco regiões) para a discussão destes temas e tire delegados para um encontro nacional em conjunto com os membros da CMS e as Bancadas do nosso Partido na Câmara e no Senado, para a discussão aprofundada e definitiva sobre estas questões.
- Em discussão, manifestações favoráveis, em votação: Aprovada por Unanimidade.

Neste momento a mesa informa o ENCERRAMENTO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES DE CHAPAS, tendo havido a inscrição de uma única chapa.

IV – RESOLUÇÕES E MOÇÕES

RESOLUÇÕES:

- Resolução :Nº 01 – Autor: Coletivo Sindical Sapateiro de Campo Bom-RS

A CMS / SSB fará a recomendação e a orientação aos dirigentes sindicais socialistas para que defendam em suas organizações sindicais o seguinte:

a) que a gestão do sindicato seja radicalmente democrática e participativa , com a criação de mecanismos que permitam a tomada de decisões através de participação direta da categoria. Inclusive na definição de orçamento e dos gastos da entidade.

b) Que os estatutos sindicais tenham previsão de que as chapas que concorram aos órgãos de direção,contemplem a participação de ambos os sexos, dos jovens e de aposentados.

– Resolução:N° 02 - Autor: Coletivo Sindical Sapateiro de Campo Bom-RS

a) Que a CMS / SSB se comunique com todos os diretórios municipais solicitando os nomes dos companheiros sindicalistas que são pré-candidatos nas eleições municipais de 2004. E que pleiteie junto ao partido estrutura para que a CMS possa alcançar todo o apoio que for possível para estas candidaturas.

– Resolução: N° 03 – Autor – Bancada do RJ

A SSB vai desenvolver uma campanha Nacional com 04 (quatro) eixos:

Que o movimento sindical realize um plebiscito sobre a ALCA.

I - O combate intenso às contratações fraudulentas de mão-de-obra.

II - Pela Recomposição do Salário Mínimo.

III - Redução da jornada de trabalho sem perda salarial.

– Resolução: N° 04 – Autor – Bancada de PE

Que o PSB através de suas instâncias (direções) partidárias, e os seus movimentos (órgãos de apoio) reúnam-se com os núcleos de base com vistas a fortalecê-los.

Não tendo havido destaques contrários ao teor destas resoluções a Mesa submeteu ao plenário a sua aprovação em bloco. Em votação foram aprovadas por Unanimidade.

MOÇÕES:

– Bancada de PE

Pela desapropriação do Engenho Prado no Município de Dracunhaém.

– Bancada do RS

Dirigida aos Senadores do partido para que lutem para a alteração do projeto de lei da chamada Nova Lei das Falências, garantindo os sagrados créditos trabalhistas, com prioridade aos créditos dos banqueiros, em especial o adiantamento de contrato de câmbio.

Moções aprovadas por unanimidade.

V – DEFESA E DEBATE DO PROJETO DE REGIMENTO INTERNO PARA A CMS- COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL DO PSB

A defesa da proposta de Regimento definitivo foi defendida pelo Companheiro Joilson Cardoso. Explicando que esta proposta democratiza ainda mais a nossa CMS, criando o Conselho dos Representantes Sindicalistas como fórum deliberativo a nível nacional, com a participação de todos os Secretários Sindicais Estaduais; as Plenárias Estaduais e Municipais nas suas respectivas instancias; regula os critérios de escolha e o número de delegados para 05 (cinco) por estado ao Congresso Nacional Sindical, obedecendo às resoluções do Diretório Nacional. Mantém a proporcionalidade nas eleições, entre outras questões. Disse também que o presente projeto é a síntese de debates realizados pela CMS-Nacional.

Após Lido, foi colocado em discussão.

Não havendo destaques para emendas, foi colocado em votação, **sendo aprovado o Regimento Interno da CMS, por unanimidade.**

VI – ELEIÇÃO E POSSE DA CMS-NACIONAL

Como já anunciado anteriormente, inscreveu-se uma chapa para a eleição. Seguindo o regimento deste congresso, foi realizada a VOTAÇÃO POR ACLAMAÇÃO.

Sendo assim constituída a nova CMS-Nacional:

MEMBROS TITULARES DO DIRETÓRIO NACIONAL

JOILSON CARDOSO (RJ) – Secretário Nacional Sindical. - Sind. Educação.
VICENTE SELISTRE (RS). Sapateiros.
Suplente -FRANCISCO NOGUEIRA (DF) – Professores/ Servidores Publicos.

COORDENADORES REGIONAIS

REGIÃO CENTRO-OESTE
LEONIDES LIMA (DF) – Professores
GESIMAR SANTOS (GO) –Professores

REGIÃO NORDESTE
BISMARCK MEDEIROS (PE) – Servidores Municipais
MOISÉS MENDES (MA) – Rurais

REGIÃO NORTE
MARCOS ALMEIDA (TO) – Urbanitários
FRANCISCO ASSIS (PA) – Urbanitários - saneamento

REGIÃO SUDESTE
RICARDO NASCIMENTO (RJ) – Urbanitários- energia.
CELSO SALMEIRA (RJ) – Estivadores

REGIÃO SUL
ELGIANE LAGO (RS) – Rurais
JOÃO LUIS RIBEIRO (RS) – Sapateiros

Colocada em votação, a chapa apresentada foi ELEITA POR UNANIMIDADE e saudada com aplausos e palavras de ordem em nome da unidade na luta dos trabalhadores.

Ao final, o Companheiro Joilson Cardoso agradeceu a participação, a contribuição e o esforço de todos(as) os(as) Companheiros(as) Delegados(as) que se fizeram presentes, quando foi declarado encerrado o IV CONGRESSO NACIONAL SINDICAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO.

Brasília, 05 de dezembro de 2003.

VICENTE SELISTRE
RELATOR

FRNACISCO NOGUEIRA
Presidente da Mesa

JOILSON CARDOSO
Secretário Nacional Sindical

TESES DA CMS-NACIONAL
AO IV CONGRESSO NACIONAL SINDICAL

CMS – NACIONAL - Joilson Cardoso – Coordenador e Secretário Nacional Sindical, Francisco Assis – Coordenador da Região Norte, Francisco Nogueira – Coordenador da Região Centro-Oeste, Manoel Costa – Coordenador da Região Nordeste, Ricardo Nascimento – coordenador da Região Sudeste,Vicente Celistre – Coordenador da Região Sul, Celso Pansera – Assessor, João Bosco – Assessor, - ***Secretários Estaduais Sindicais*** - Antônio Luiz – AM, Jaziel Carvalho – BA, Leonides Lima – DF, Gesimar Soares – GO, Moises Mendes – MA, Luiz Carlos Nogueira –MS, Francisco de Assis – PA, Bismark Medeiros – PE, David Loureiro – PI, Joilson Cardoso – RJ, Valdemar da Silva – RS, Izio Inálio – SC, Marcos Almeida – TO

Introdução

Neste momento político decisivo para os trabalhadores do Brasil, a CMS-Nacional, através da Corrente SSB – Sindicalismo Socialista Brasileiro apresenta-se como uma alternativa para o movimento sindical do país. Neste IV Congresso, os sindicalistas do PSB juntam-se àqueles que lutam por melhores condições de vida no Brasil e no mundo.

Nossos militantes são lutadores das causas dos trabalhadores, como a defesa do emprego, salários dignos, melhores condições de vida e cidadania. Defendemos também a soberania nacional, materializada hoje na luta contra a ALCA e contra a entrega da Base de Alcântara, no Maranhão, à agência espacial norte-americana (Nasa), e a auditoria da divida externa brasileira.

No plano nacional, estamos propondo debates fundamentais para o governo Lula, como o salário mínimo digno, recomposição dos salários para o funcionalismo público e a criação de um novo código de trabalho, que garanta as conquistas históricas da classe trabalhadora e incorpore questões pontuais visando combater a concentração de renda e o desemprego.

Nos sindicatos, defendemos a democracia para lutar, como o estabelecimento de direções colegiadas nas entidades, a proporcionalidade e a unicidade sindical.

Estamos organizados no PSB como Coordenação do Movimento Sindical – CMS e nos sindicatos como a corrente SSB – Sindicalismo Socialista Brasileiro.

I – CONJUNTURA

A vitória eleitoral de LULA abriu um novo momento político no país e, conseqüentemente, para o sindicalismo. Se antes estivemos no enfretamento aos governos militares e aos governos Sarney, Collor, Itamar e FHC, agora somos parte de um processo político que elegeu um presidente que veio do chão da fábrica, fruto do acúmulo de forças políticas e um longo processo de lutas por democracia e conquistas sociais.

Assim como a grande maioria das correntes e militantes que atuam nos sindicatos e entidades populares, ao apoiarmos Lula, assumimos compromissos implícitos com a nova conjuntura que se instala a partir da sua eleição. É preciso explicitar tais compromissos para que possamos evoluir rumo ao consenso no interior do movimento sindical brasileiro, em especial na CUT. O consenso deve se dar em torno de pontos fundamentais da aliança que possibilitará a governabilidade do mandato do Presidente Lula, com o objetivo de assegurar a coerência das decisões e encaminhamentos de governo.

Temos muitos pontos em comum com Lula, identificados em campanhas realizadas anteriormente. Lutamos para resolver os problemas sociais de nosso País. Queremos mais. Queremos a ruptura do sistema capitalista que se abateu sobre o nosso povo. No entanto, reconhecer as convergências, não implica dizer que não temos divergências expressas no dia-a-dia dos sindicatos, nas entidades e nos processos de luta dos trabalhadores. Nos identificarmos com todo este processo histórico, não significa passar um "cheque em branco" para o Presidente Lula.

As decisões tomadas pelo governo na área econômica, já sinalizam que os acordos feitos no período eleitoral foram mais amplos dos anunciados pelo candidato. A elevação para 4,25% do PIB, como meta para o superávit primário, índice mantido no projeto de Orçamento Plurianual até 2005, demonstra que a política econômica, em essência, é a mesma praticada por FHC, subjugando as necessidades de investimentos internos e redistribuição de renda às exigências dos bancos e do capital internacional.

Podemos dizer o mesmo da política fiscal definida pelo Comitê de Política Monetária: nas três primeiras reuniões realizadas pelo Copom, o governo propôs e aprovou o aumento da taxa de juros, que ao atingir 26,5%, chega próxima aos patamares do período FHC durante a crise Russa e a desvalorização do Real em 98/99. Somente agora o governo, timidamente aponta para a redução dos juros.

E pior: para argumentar a justeza desta política excludente que tanto

combatemos nos últimos anos, o governo vêm usando velhos e conhecidos argumentos, como o de que, primeiro o Brasil precisa organizar a economia e ganhar a confiança dos chamados "mercados", para só depois premiar o povo brasileiro com a distribuição de renda e melhores condições de vida.

Aumentar salário é distribuir renda

Ainda sobre o governo Lula, as pesquisas indicam que a maioria da população confia no Presidente. Para manter o apoio popular, o governo precisa sinalizar para a maioria da população como irá resolver os problemas emergenciais como o desemprego e a fome.

Neste campo, duas medidas iniciais são preocupantes: o salário mínimo fixado em R$ 240,00, abaixo das expectativas e necessidades do povo; da mesma forma, o aumento de 1% proposto ao funcionalismo público federal. Este índice soa como humilhação aos servidores públicos que na sua maioria amargam sete anos de salários congelados. Além disso, cria um patamar de referencia rebaixado para os demais níveis do poder público (estados e municípios), bem como para acordos salariais a serem negociados com a iniciativa privada.

O Movimento Sindical não é o governo.

O movimento sindical vive um momento de decisões históricas importantes. Pela primeira vez encontra-se diante de um governo que contou com o apoio da maioria dos seus militantes e sindicatos para se eleger. E nesta nova realidade, parece vacilar diante de seu verdadeiro papel.

O exemplo dos metalúrgicos de São Paulo é gritante. Enquanto a Força Sindical coloca em prática uma campanha salarial de emergência, obtendo aumento entre 7% e 10%, através de paralisações e greves, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC está paralisado. Setores cutistas nos sindicatos de metalúrgicos, como o de São José dos Campos, são obrigados a realizar paralisações sem apoio da CUT e sem pauta unificada. A CUT não pode perder o bonde da história.

Quando o Lula indica Luiz Marinho como seu candidato para a presidência da CUT, a maioria da central constrangida se calou. Ao propor o nome do seu predileto para a presidência, Lula estabelece uma relação de ingerência do estado junto à sociedade civil, revelando, na prática, traços de totalitarismo, fato merecedor de nossa mais veemente reprovação e denuncia.

Para os socialistas, o movimento sindical deve ser um instrumento dos

trabalhadores, independente do estado, e os sindicatos não devem ser correias de transmissão de nenhum governo.

O movimento sindical precisa estabelecer uma clara relação de independência ao governo, exercendo uma política de exigência que coincida com o programa e a proposta dos trabalhadores.

Não podemos dar espaços para o oportunismo da Força Sindical que tem flutuado, ora disputando conosco a liderança dos trabalhadores, ora fingindo-se de aliada. O fato da Força Sindical realizar campanhas salariais junto com a CUT, em São Paulo, não a exime das criticas que temos sobre seus métodos e projetos; quando seu principal dirigente, sob o pretexto de que teria sido denunciado pelo PT, durante a campanha eleitoral passada, no episódio do desvio das verbas do FAT pela sua Central Sindical, resolve sair do Fórum Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social sem consultar suas bases, mostra o tipo de sindicalismo que estamos lidando.

O Governo Lula e a questão nacional e internacional

Não se deve, porém, ignorar os obstáculos que se opõem a uma reversão da situação atual, interna e externa.

Historicamente a bandeira da internacionalização esteve no mundo inteiro nas mãos das forças da vanguarda socialista sob o argumento, válido ainda hoje, de que devemos construir a união dos povos contra os opressores, de lutar pela convivência pacífica de toda a humanidade, baseada na distribuição justa das riquezas e na solidariedade. Nada disso têm a ver com a que o sistema financeiro internacional quer impingir ao mundo.

O sistema financeiro se utiliza de métodos ditatoriais, montando estruturas que condicionam os governos e impondo-lhes rumos que vão servir aos interesses do próprio sistema, que anulam os benéficos efeitos das frágeis democracias que os povos tentam construir em cada país.

Para não irmos longe, basta ver o que foi noticiado pelo *Wall Street Journal*, em 14 de agosto/2002, sobre o Acordo do Governo brasileiro com o FMI: "O empréstimo do FMI está estruturado de tal maneira que os candidatos da esquerda, favoritos na pesquisa [naquela data], Luiz Inácio Lula da Silva e Ciro Gomes, deverão continuar a política conservadora do presidente Fernando Henrique Cardoso". O sistema financeiro globaliza com vistas a gerar barreiras e constrangimentos que impedem o desenvolvimento dos povos e dos países.

Essa é uma armadilha de curto prazo que se casa com a de longo

prazo, aperfeiçoada nesses oito anos da "Era FHC". Custa a crer que esses fundamentalistas do mercado, capitaneados pelo Fundo Monetário Internacional, queiram afrouxar as amarras que representam os compromissos internacionais assumidos pelo País, que, para serem atendidos, limitam o atendimento às necessidades e demandas do povo brasileiro.

O Brasil e os exemplos de outros países

A negociação com vistas à criação de um consenso nacional em torno de uma agenda mínima precisa ser tentada e deve ser apoiada, embora infelizmente não haja exemplo de sucesso nas tentativas empreendidas por outros países. Os que escaparam das amarras criadas pelo sistema financeiro internacional e defendidas pelas elites políticas, buscaram gerar a tempo condições para negociar em posição de força, ou pelo menos, de uma maior autonomia, o que não é fácil e demanda a mobilização da sociedade.

A Índia e a China mantiveram controle sobre os capitais externos. A Malásia sustou a repatriação de capitais estrangeiros, baixou juros, interferiu na reconstrução das empresas.

Os países que não seguiram os programas do FMI, adiando cautelosamente uma total liberalização do mercado de capitais e abrindo-se lentamente ao mercado internacional, estão, em melhor situação, com menor vulnerabilidade externa e maior possibilidade de estabelecerem políticas de desenvolvimento sustentáveis. As condições políticas e sociais daqueles países possibilitaram uma junção de forças políticas e sociais capazes de dar sustentação às medidas adotadas.

Enquanto isso no Brasil, na "era FHC", foi feito o contrário: subiram-se os juros, eliminaram-se os controles sobre os capitais, derrubaram-se as barreiras comerciais e diminui-se a ação do Estado,

Aqui, a opinião pública foi submetida a uma sistemática campanha publicitária que visava tornar os princípios do Consenso de Washington — privatização, estado mínimo, liberalização da economia — como o único caminho a ser seguido. O processo de privatização acelerada da maior parte do patrimônio nacional foi assim, de certo modo, apoiado pela opinião pública influenciada pela mídia.

Entretanto, os resultados das últimas eleições indicam, sem a menor dúvida, um crescente descontentamento com a política instalada por Collor e consolidada por FHC, ainda que não signifique a unificação de forças em torno de uma proposta política de profunda modificação do quadro atual.

A ausência de uma proposta política afirmativa de mudanças estruturais talvez decorra da suposição de que as camadas médias e, sobretudo as elites pudessem reagir, lançando-se com todas as suas forças na preservação da política atual. O que é corroborado pela história recente do País, onde Golpes de Estado aconteceram durante a segunda metade do século passado. Como os golpes estão mais difíceis em razão da falta de apoio Internacional a essas aventuras na América Latina e da dispersão das forças armadas, valem-se do poder da mídia como uma arma para a sustentação da mesma política.

Não à ALCA

Visando a criação da área de Livre Comércio das Américas, os Estados Unidos da América do Norte com a ajuda do presidente do México, Vicente Fox, começou a colocar em prática o Plano Puebla- Panamá (PPP) que em sua essência física consta da instalação de antenas de transmissão elétrica e transmissão telefônica além da construção de super-rodovias em uma extensão de 7.500 quilômetros.

O Plano Puebla-Panamá atingirá nove Estados do sul-sudeste do México, mais sete países da América Central — Guatemala, El Salvador, Belize, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá. Essa região, que é conhecida como Istmo Americano, freqüentemente atingido por terremotos e enchentes, possui uma população de 64 milhões e um PIB em conjunto de US$ 151 bilhões. A isso corresponde a 7,6 % da população; 1,3% do PIB e 2,4% das Américas. A estrada passará também pelo Estado de Chiapas, onde opera desde 1994, o Exército Zapatista.

No aspecto econômico é uma área onde não são grandes as possibilidades de um mercado consumidor, com mão de obra extremamente barata. E, apesar disso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) garantiu US$ 4 bilhões, já tendo sido liberado US$ 1,2 bilhões para as obras.

No plano político, os objetivos são a desarticulação da resistência Zapatista e procura fazer uma "linha direta" um "corredor viário" que ligará essa linha à Rodovia Pan-Americana, que, pelos Andes, sai do Chile até a América Central.

Se observarmos com o cuidado necessário, não é difícil perceber que todo o comércio viário nas Américas tenderá a ocorrer pelo lado andino e norte do continente. Isso tende a isolar o Brasil, enfraquecê-lo e forçá-lo a aderir a ALCA.

Empobrecimento e dependência econômica — Na avaliação dos sin-

dicalistas da CMS-Nacional, o ingresso do Brasil na ALCA, trará ao Brasil empobrecimento econômico e dependência política aos Estados Unidos. Basta ver o exemplo do México. No norte do país, onde empresas norte-americanas se instalaram a partir da criação do NAFTA, a miséria é crescente e os salários pagos são aviltantes. O último aumento salarial da região foi em média e 2 pesos (US$ 0,20) ao dia.

Tampouco há crescimento tecnológico e avanço em pesquisas de ponta, pois é sabido que o Estado e as indústrias norte-americanas não costumam transferir tecnologia, e sim, implantar apenas linhas de produção que cumprem apenas as rotinas mais extenuantes e simples dos processos de industrialização.

Somos pelo fortalecimento do Mercosul e pela luta contra as regras injustas estabelecidas pela OMC (Organização Mundial do Comércio), que permitem aos EUA o estabelecimento de vetos aos produtos exportados pelos países em desenvolvimento.

Em defesa da soberania nacional

Um projeto de soberania nacional não passa apenas pelos acordos comerciais. O possível acordo para o uso do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), é outro item que preocupa e encontra oposição dos militantes sindicalistas do PSB.

Criado em 1980 e com 620km^2 de extensão, a base de Alcântara, é tida por especialistas como a melhor do mundo, dada à sua localização geográfica o que permite lançamentos de foguetes com uma economia em combustível equivale a 30%. Apesar disso, o CLA tem recebido pouquíssima atenção de diversos governos nesses 22 anos.

Porém, é impossível continuarmos ausentes desse debate em assumir uma franca posição a última tentativa de se criar um "enclave" de qualquer país sobre a nossa nação.

Quando em acordos firmados com a Rússia, o governo dos Estados Unidos se comprometeu a repassar às autoridades daquele país informações sobre materiais tóxicos ou danosos à saúde pública e ao meio ambiente, sobre material radioativo e emissões eletromagnéticas que pertençam a equipamentos americanos e que possam ser liberados por explosão ou lançamentos fracassados.

Como podemos aceitar que no acordo proposto a nós brasileiros se inclua a criação de "áreas restritas" no CLA. O acordo proposto pelo governo FHC com os EUA, entre outras coisas, contém: a) proibição de usar o dinheiro

dos lançamentos no desenvolvimento de veículos lançadores; b) proibição de cooperar com países que não sejam membros do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis; c) possibilidade de veto unilateral de lançamentos; d) obrigatoriedade de assinar novos acordos de salvaguardar com outros países, de modo a obstaculizar a cooperação tecnológica.

O acordo assinado com a Ucrânia pode ser um caminho. Repensemos as nossas relações com outros países em nome de nossa soberania. Reciprocidade absoluta no uso de tecnologia de ponta é um grande passo que podemos e devemos exigir do governo que em janeiro tomou posse.

II – O MOVIMENTO SINDICAL DO PSB E AS REFORMAS

Estes são os principais itens que a CMS-Nacional defende para as reformas em curso:

Reforma Trabalhista e Sindical

Propomos o combate a precarização e a flexibilização das leis trabalhistas, **"Respeito à Carteira de Trabalho".**

- criação de um fórum nacional do trabalho, composto por amplos setores do movimento operário e popular, com a tarefa de elaborar um novo código do trabalho, garantindo e ampliando os atuais direitos;
- pelo fim do contrato de trabalho temporário e o banco de horas;
- regulamentação das cooperativas, contra os desvios praticados atualmente;
- alteração da Lei de Falência, garantindo a prioridade para o pagamento dos débitos trabalhistas;
- o FAT deve ser utilizado em políticas de combate ao desemprego e a aquisição do primeiro emprego;
- organização por local de trabalho;
- servidor publico – direito à data base e negociação coletiva;
- reconhecer as centrais sindicais;
- unicidade sindical.

Reforma do Sistema Financeiro

- Contra a autonomia do Banco Central – O BC deve estabelecer

políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida da população brasileira, redistribuindo a renda, sob controle do governo, e não controlado por banqueiros e seus interesses;

• Por uma política de redução nas taxas de juros. Contra os lucros exorbitantes do sistema financeiro e a espoliação povo.

Reforma da Previdência

Partimos da convicção de que a Previdência Social não só é viável, mas também fundamental para a construção de cidadania entre os brasileiros. Num governo de socialistas, a Previdência Social terá papel definitivo na melhoria dos indicadores sociais, pois a ampliação de seus benefícios reduz a necessidade de programas assistenciais específicos para certas camadas da população uma vez que é sempre preferível, por razões econômicas e de cidadania, a adoção de mecanismos semi-contributivos a esquemas assistenciais.

Somos contrários às tentativas de privatização da Previdência Social, objetivo que está embutido na omissão e no descaso com que o governo FHC vinha tratando o tema. É importante **firmarmos** também compromisso inarredável com a manutenção e a garantia dos direitos dos trabalhadores e a disposição de luta contra todas as tentativas de reduzir esses direitos. A questão previdenciária, uma das mais complexas vividas pela nação, poderá ser resolvida, com ampla participação da sociedade, através de ações efetivas em três frentes:

- Esforço nacional de resgate da credibilidade da Previdência

- Criação de eficazes mecanismos de controle social (inclusive mediante a implementação da gestão quadripartite, já prevista na Constituição, mas não implantada)

- Ampliação emergencial da base contribuinte (incluindo a criação de incentivos econômicos de curto prazo para estimular a filiação de pobres e autônomos).

Nossas propostas

Choque de credibilidade — Um dos mais graves problemas que afetam a Previdência é a falta de informações precisas sobre o sistema. Com esse espírito, de dar transparência e de tornar acessível o entendimento do tema a toda a sociedade, propomos ações de esclarecimento público que terão a escola como principal agente: a) instituir nos currículos do ensino brasileiro, lições sobre a Previdência Social. Dessa forma, os livros didáticos destinados ao Ensino Médio

deverão conter um capítulo específico sobre a Previdência Social. Acreditamos que assim não só daremos conhecimento ao alunado da importância da Previdência Social, mas também estaremos transformando-o em vetor para que a matéria seja esclarecida ao trabalhador, ao cidadão, à família.

Programa de combate à fraude **a**) promover a criação de Conselhos Previdenciários em todos os municípios com mais de 200 mil habitantes, dentro do esforço nacional de controle social da Previdência. Esses conselhos, formados por representantes da sociedade civil, funcionariam como gestores e ouvidores da Previdência; **b**) nas cidades com mais de 20 mil habitantes, promover a divulgação pública da lista de todos os benefícios pagos naquele município (via Internet), para que possa haver controle social; **c**) Esforço nacional de transparência nas pendências judiciais que envolvem a Previdência. Propomos a formação de comissões de alto nível que se debruçariam sobre essas pendências e seus valores, para que se possa quantificar o passivo previdenciário e coibir abusos e manipulações.

Política de qualificação — **a**) programa de qualificação dos servidores previdenciários para torná-los capazes de agilizar o atendimento e impedir fraudes; **b**) implementação e modernização de programas operacionais para o sistema; **c**) recuperação da auto-estima do servidor previdenciário.

Previdência complementar e fundos de pensão

Cerca de 15 % da população ocupada brasileira recebem rendimentos do trabalho superiores ao teto de cobertura do Regime Geral da previdência Social (RGPS), e constituem a clientela potencial da previdência complementar.

Também no âmbito do serviço público, cerca de 80 % dos servidores recebem menos do que o teto do RGPS mencionado, do que podemos concluir: 1) a eventual unificação dos regimes de previdência dos servidores públicos e do RGPS afetaria em termos de cobertura apenas 20 % dos servidores; e 2) esses 20 % seriam hoje o público potencial da previdência complementar do servidor público, cujo projeto de lei regulamentar está sendo debatido no Congresso Nacional (PLC nº 9).

Com a aprovação desse projeto de lei complementar, estará aberta a possibilidade de a União, os Estados e os Municípios aderirem ao RGPS no caso dos futuros ingressantes na carreira pública, desde que oferecendo esquemas de previdência complementar.

Transparência — Falta transparência em relação aos custos de administração da previdência complementar aberta (bancos e seguradoras privados).

São em geral cobradas duas taxas: a de gestão financeira (que seria a taxa de administração propriamente dita) e a taxa de carregamento (em geral variável conforme os montantes aplicados e os rendimentos verificados). Em geral, é dada visibilidade à primeira (cujos valores são em geral mais baixos), mas não à segunda taxa. As duas somadas podem levar a uma expressiva queda do retorno à longo prazo, com prejuízo dos investidores desinformados que não são devidamente alertados para os custos reais de administração.

Outro aspecto é que as recém-aprovadas Leis Complementares 109 e 108, que regulam a previdência complementar privada no Brasil, não instituíram agência reguladora específica para o setor como existem nas áreas de energia, telecomunicações etc.

A supervisão e fiscalização do sistema permanecem divididas entre a SUSEP (previdência aberta) e a SPC (previdência fechada), órgãos que não dispõem de estrutura e recursos (orçamentários, humanos etc) compatíveis com suas responsabilidades de garantir a higidez do setor. Se existe algo que é consenso sobre o setor, é o caráter fundamental da adequada supervisão e regulação pública para o desenvolvimento, a credibilidade, a segurança e a solvência do setor. O risco é a repetição da "síndrome dos montepios" com seus efeitos desmoralizadores sobre esquemas de poupança de longo prazo.

Lamentavelmente, a grande imprensa tem feito um *aba-aba* sobre a previdência complementar em desfavor de seus leitores, que deveriam ser orientados para fazer as melhores escolhas não apenas em benefício próprio, mas também do mercado, cujo bom funcionamento depende desses insumos fundamentais: informação e ordem pública (supervisão, fiscalização e regulamentação).

A possibilidade de instituição de fundos de pensão fechados por parte de entidades de classe é um avanço trazido pelo advento da nova legislação (que adotou adicionalmente diversas regras de prudência para a gestão dos recursos correspondentes) porque permitirá maiores opções de filiação e competição entre fundos, em favor principalmente dos autônomos e profissionais liberais.

É sem dúvida uma alternativa para a democratização do acesso, evitando eventual carterização do setor por parte de seguradoras e bancos.

Os sindicatos devem desenvolver uma batalha pela gestão democrática dos fundos de pensões, com eleição da maioria dos seus diretores e conselheiros, estabelecendo também critérios justos de contribuição nos fundos já existentes, como a Previ/BB por exemplo, onde o governo FHC alterou os estatutos, impondo regras duras não só nas questões que envolvem os repre-

sentantes do funcionalismo, como também na proporção das contribuições, entre as empresas e os associados.

Consideramos importante também a introdução da portabilidade dos ativos e da concessão de benefício diferido, aspectos que conferem sem dúvida maior flexibilidade em benefício dos participantes.

Reforma Agrária

A predominância da grande propriedade como fator determinante das relações sociais e da organização da produção no campo brasileiro é, como se sabe, tão antiga quanto a existência do nosso país. Também é antiga a demanda por Reforma Agrária. E igualmente antiga — além de sempre reiterada — é a propaganda de sucessivos governos que anunciam intenções, esforços e ações aparentemente eficazes para resolver a questão, que no entanto insiste em permanecer candente e cada vez mais exigente de solução.

Nas últimas décadas, o problema da posse da terra tem-se agravado, não obstante o discurso de muitos economistas neoliberais anunciar ter-se esgotado o tempo histórico da Reforma Agrária. Segundo seus argumentos, o Brasil se tornou predominantemente urbano, passando a contar com uma agricultura capitalista de alta produtividade.

Nos últimos anos, paralelamente à concentração de rendas, intensificou-se o processo de concentração de terras, tornando-se a agropecuária brasileira fortemente subordinada aos interesses do grande capital industrial e financeiro. Esse distorcido 'processo de modernização' tem sido responsável por um alto grau de fragilidade estrutural à economia brasileira como um todo, do que cumpre citar apenas mais de 40 milhões de excluídos do âmbito da economia.

A modernização atual é muito seletiva. Como regra, a produção de alimentos ficou para trás, resultado de um processo que beneficiou essencialmente a agricultura de exportação. E uma herança da fase primário-exportadora que predominou na maior parte de nossa história. Nos países desenvolvidos, principalmente nos da Europa, ocorreu o inverso: neles, o segmento agrícola considerado mais importante sempre foi, e continua sendo, aquele orientado para os respectivos mercados internos, pois o barateamento do custo da alimentação desempenhou papel decisivo na integração de suas populações ao mercado de consumo de todos os bens.

No Brasil, a desestruturação da policultura tradicional não deu lugar a uma moderna agricultura baseada na pequena e média produção — indepen-

dente ou cooperativada —, que seria capaz de assegurar ocupação estável da terra. Como conseqüência, reduziram-se dramaticamente as oportunidades de emprego no campo, por causa da crescente mecanização, e grande parte da população empregada na agropecuária se urbanizou, com a expulsão em massa de trabalhadores residentes e sua transformação em diaristas.

Nas últimas décadas, com a migração maciça de populações, a questão agrária se desdobrou em uma dramática questão urbana, que não poderá ser solucionada sem que se alterem as condições existentes no mundo rural. A maior mobilidade da população brasileira tem sido acompanhada de um paradoxo aparente: provoca ocupação mais extensiva do território, mas tem aumentado a concentração de pessoas em áreas restritas. E muito rápida a velocidade de urbanização das novas regiões habitadas. A população se espalha e, pouco depois, por falta de alternativas no meio rural, se concentra de novo.

Tudo isso convergiu para produzir uma aguda — e, para muitos, surpreendente — re-atualização da questão agrária. Aliás, recolocada na agenda política do Brasil contemporâneo pela mobilização dos próprios trabalhadores rurais através principalmente, do MST. Uma re-atualização em novos moldes, como não poderia deixar de ser, pois o cenário do mundo rural brasileiro apresenta diferenças marcantes em relação ao que existia em outros momentos de nossa história.

A agricultura familiar que em algumas regiões, especialmente no Sul, havia sido incorporada à vaga de modernização nas décadas de 1960 e 1970, atravessa grandes dificuldades. A renda média dos agricultores vinculados ao mercado interno desabou. As cadeias agroindustriais tornaram-se mais seletivas. A disponibilidade de crédito rural diminuiu consideravelmente.

Tudo isso se soma a um movimento estrutural e territorial de grande alcance: Os pólos de expansão da agricultura moderna, baseada na moto-mecanização, deslocaram-se para o Centro-Oeste e o Cerrado Setentrional, onde a produção de grãos para exportação é bem mais barata. Nessas áreas, que apresentam baixa densidade populacional e que se prestam à produção em larga escala, a agricultura empresarial vem se expandindo com mínima geração de empregos.

A necessidade da Reforma Agrária

O IBGE informa que, numa ponta, 53% dos proprietários detêm menos de 3% da área agricultável; na outra, menos de 1% detém 44% dessa área. Em uma ótica mais abrangente, a concentração, na verdade, é muito maior, pois esses números deixam de fora milhões de famílias de trabalhadores

rurais que não têm nenhuma terra. Dependendo dos critérios usados, as estimativas variam de 2,5 milhões a 4 milhões de famílias de trabalhadores sem terra. A maior parte delas já mora nas periferias das cidades, sendo por isso recenseada como famílias urbanas, mas que ainda continuam trabalhando principalmente nas áreas rurais. Cerca de 102 mil famílias, totalizando 400 mil pessoas, vivem em acampamentos à beira de estradas, mobilizadas na luta pela terra.

Dentre os proprietários de estabelecimentos muito grandes, com áreas superiores a 10 mil hectares, nota-se a presença de grupos industriais e financeiros sem vocação para a agricultura, que usam a terra como reserva de valor. Um grupo de doze empresas industriais e onze bancos detêm mais de 13 milhões de hectares, dos quais 10 milhões permanecem sem utilização.

Na média, o Brasil utiliza com lavouras apenas 14% de sua área agricultável total, mantendo na ociosidade mais de 100 milhões de hectares bons. Tal uso pouco intensivo da terra, como se vê, tem relação direta com a predominância da grande propriedade.

Assim, os estabelecimentos com menos de 100 hectares (nos quais predomina a agricultura familiar) ocupam menos de um terço da área total, mas realizam 38% do investimento, empregam 81% da mão-de-obra ocupada no meio rural e respondem por 47% do valor da produção agropecuária (incluindo-se aí o suprimento de 56% de alimentos e matérias-primas vegetais e de 67% da oferta interna de alimentos de origem animal). Além disso, a propriedade familiar é por natureza multifuncional, garantindo dentro de si moradia, ocupação intensiva de mão-de-obra e diversificação produtiva, inclusive para o auto-consumo, características necessárias ao equilíbrio da sociedade.

Para redesenhar o setor, de modo que ele cumpra novas funções, a Reforma Agrária é imprescindível. A associação entre o modelo agrícola dominante e a idéia de modernidade é claramente incoerente e absurda. Longe de corresponder a critérios de racionalidade, o obsoleto modelo atual resulta de um processo histórico permeado por relações escravagistas e autoritárias.

Uma reforma abrangente articulada com políticas de desenvolvimento regional, ocupação territorial, alteração da base tecnológica e expansão da produção, será decisiva para dinamizar amplas áreas do interior do País, pois as cidades de pequeno e médio porte — que são cidades de serviços — gravitam em torno da atividade agrícola.

Para o Movimento Sindical, a ação do governo terá como base o diálogo com a sociedade e a participação de todos os setores envolvidos. Neste sentido será fundamental a participação de instituições e movimentos que

vêm atuando nesta área, como é, por exemplo, o caso do MST — Movimento dos Sem Terra.

Condições para o êxito

Em primeiro lugar, a reforma agrária só terá êxito se for acompanhada de novas políticas agrícolas e tecnológicas, que produzam estímulos à reorganização da agroindústria e das cadeias de comercialização. A cooperação organizada pode aumentar significativamente a produtividade das unidades produtivas, seja pelo acesso conjunto a novas tecnologias, seja pelo uso compartilhado de equipamentos, seja pela organização coletiva da compra de insumos e da venda de produtos, seja por possibilitar que a verticalização da cadeia produtiva não esmague o agricultor.

Tornar disponíveis os meios para que possa ocorrer a disseminação de agroindústrias cooperativadas pelo interior do País — associada, necessariamente, à difusão do conhecimento e à expansão de escolas técnicas que absorvam parte da juventude rural — é essencial para reorganizar as cadeias produtivas de forma mais democrática, descentralizando no território nacional a apropriação dos benefícios do progresso técnico e beneficiando os produtores.

Os assentados vivem os mesmos problemas dos agricultores familiares que já têm terra, mas em grau mais agudo. De modo geral, estão nas piores terras e com disponibilidades insuficientes para seu sustento. Será preciso dar terras de melhor qualidade e em quantidade suficiente para todos. A reforma deve penalizar os latifúndios. Aqueles mantidos como reserva de valor por empresas industriais e grupos financeiros serão desapropriados.

O Movimento Sindical deverá lutar por uma legislação que estabeleça o tamanho máximo de propriedade em cada ecossistema (a exemplo de vários países europeus), forçando em um primeiro momento o desmembramento das macro-propriedades de baixo nível de eficiência. Se eliminados 75% das grandes propriedades com mais de 1.000 hectares (em que há cerca de 40.000) poderão ser conseguidos mais de 100 milhões de hectares para a Reforma Agrária. Se considerado o mesmo raciocínio apenas para as mega-propriedades com mais de 10.000 hectares (aproximadamente 1.700), as terras disponibilizadas alcançarão quase 30 milhões de hectares, suficiente para oferecer terras para 1,0 milhão de agricultores familiares com área média de 30 hectares.

No Brasil há cerca de 210,5 milhões de hectares cultivados ou em pastagens e disponibilidade de outros 120 milhões, se explorados de forma ecologicamente racional. Em principio, isto é suficiente para oferecer cerca de

30 hectares de terra, em média, por família, garantindo uma agricultura familiar para mais 4 milhões de famílias de agricultores.

O processo deve ser conduzido de forma a gerar forte indução para que todos os estabelecimentos mantenham áreas destinadas à produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno.

Promover a reversão da atuação dos bancos públicos oficiais, com orientação prioritária para a promoção do desenvolvimento e apoio à produção sustentada agro-ecologicamente, com acompanhamento direto da agência de desenvolvimento rural nacional, a ser criada, que irá também gerenciar os programas especiais do governo para o segmento, buscando o entendimento e a integração com as atividades rurais não agrícolas como forma de sustentação das políticas agrícolas regionais;

A viabilidade da Reforma Agrária

Estudos indicam que 2 milhões de empregos foram perdidos na agricultura brasileira nos últimos anos. É muito preocupante, até porque nenhum emprego urbano de boa qualidade é tão barato quanto o emprego rural. Barato e viável. Dois estudos recentes — um realizado em São Paulo pelo Instituto de Terras daquele Estado, outro realizado no Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco — mostram que a renda monetária média de uma família assentada atinge três salários mínimos por volta do terceiro ano. E um grande êxito.

O Brasil atual assiste, aliás, a um fenômeno incomum e notável: o desejo de retorno à terra de populações maltratadas nas cidades, as quais esgotaram sua capacidade de absorver mais gente. Em um período em que o desemprego coloca na ordem do dia a necessidade de alterar a matriz de ocupação da mão-de-obra, pois a indústria perdeu sua capacidade de absorção, e em uma sociedade em que a demanda por alimentos permanece elevada, a existência de terra vazia, pessoas dispostas a cultivá-la e capacidade técnica disponível, configura uma potencialidade rara que nosso País não pode recusar-se a usar.

Reforma Tributária

Sabemos que a realização de uma Reforma Tributária é processo complexo não apenas do ponto de vista técnico, mas, também, em termos políticos e sociais. Por isso mesmo, não propomos uma fórmula pronta e acabada para ser imposta ao País. Deseja que a reforma tributária seja o resultado de um amplo debate nacional, envolvendo o Congresso, os sindicatos de trabalhadores e a sociedade em geral.

Ainda assim, temos a clara consciência de que os princípios que devem nortear a Reforma Tributária que deseja para o Brasil são os de justiça tributária, simplificação, transparência, estímulo à produção e à geração de empregos. Por isso, a Reforma Tributária deverá perseguir os seguintes objetivos:

– Diminuir a cobrança de impostos sobre a produção nacional e desonerar o investimento produtivo e a exportação, deslocando a cobrança de impostos para o consumo (perdulário), o patrimônio e a transferência de riqueza;

– Reduzir o número de impostos, buscando a maior simplicidade em termos de legislação e regulação, a fim de diminuir os custos contábeis e advocatícios, evitando disputas judiciais intermináveis;

– Ampliar o universo de contribuintes;

– Facilitar a cobrança e a fiscalização do imposto;

– Promover um novo pacto federativo com redistribuição de competências e atribuições entre os entes federativos e repartição da receita tributária de forma compatível com essa redistribuição.

Um dos principais objetivos da Reforma Tributária é o de servir de instrumento para o processo de retomada do desenvolvimento econômico. Isso porque o crescimento econômico, além dos efeitos benéficos que tem sobre a renda e o emprego, e a única maneira de se garantir um aumento constante e significativo da arrecadação tributária. Ao contrário, o governo de FHC que bateu recordes seguidos, em matéria de arrecadação, com base na elevação brutal da carga tributária, alcançando 34% do PIB.

Dentre os novos tributos que deverão ser avaliados para efeito de compensar eventuais perdas de arrecadação decorrentes da desoneração do investimento produtivo e das exportações, sobressaem o Imposto sobre Valor Adicionado, o Imposto sobre Heranças, o Imposto Seletivo sobre Produtos Específicos e o Imposto sobre Vendas a Varejo cuja cobrança ficaria a cargo dos Municípios. O IVA teria apuração ao longo da cadeia produtiva e cobrança no ato de consumo, e sua arrecadação e fiscalização seriam compartilhadas pela União e Estados.

Reforma fiscal

Nos últimos anos, o Brasil fez um grande esforço de ajuste fiscal. O superávit primário, registrado no Orçamento Geral da União, corresponde a 3,5% do PIB, um dos índices mais elevados do mundo. No entanto, a fatura dos juros pagos pelo governo, a cada ano, supera o valor desse superávit pri-

mário, de tal modo que as contas do governo acabam registrando déficit operacional (inclui os juros da dívida) e déficit nominal expressivos (inclui juros e correção monetária e cambial da dívida). Para que o esforço fiscal seja bem sucedido, é preciso, portanto, reduzir a conta de juros. Hoje, o Brasil, de forma singular tem, simultaneamente, as mais altas taxas de juros do mundo e um dos mais elevados superávits primários.

O movimento sindical deve lutar pela redução dos juros, pois essa redução será um objetivo permanente da política econômica. Contudo, isso não dispensará o governo de perseguir a manutenção do superávit fiscal, pois o inverso (redução dos juros e déficit primário) rapidamente provocaria uma nova elevação dos juros.

A política fiscal do Governo deverá procurar, simultaneamente, reduzir as despesas do governo e aumentar a arrecadação, contribuindo para gerar recursos que se destinarão a investimentos de interesse econômico e social. A redução de despesas terá como eixos principais o controle rigoroso dos gastos de custeio da administração direta e indireta, o combate à fraude na previdência, a busca permanente da melhoria do gasto público e a reavaliação dos custos de investimentos públicos e de programas do governo. O aumento da arrecadação, por sua vez, será buscado na luta contra a sonegação fiscal e na agilização dos procedimentos de cobrança da dívida ativa.

III – PROPOSTAS EMERGÊNCIAS DE COMBATE À FOME E AO DESEMPREGO

A lógica do mercado nos últimos anos aprofundou os desequilíbrios sociais e regionais, contribuindo para a formação de enormes diferenciais de renda e comprometendo a oferta e demanda de bens e serviços essenciais. Dados recentes indicam o aprofundamento da concentração de renda e das desigualdades sociais: os 20% mais ricos retêm 64,1% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres têm apenas 2,[20]/o. Esses dados são relativos a 1998. Em 1997, a distribuição era, respectivamente, de 63% e 2,6%.

A lógica de mercado pode ser alterada pela ação do Estado, visando à busca de um maior equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho, à geração de emprego e de renda e à redução das desigualdades sociais sob todas as suas formas. O Estado precisa cumprir o papel fundamental como promotor e indutor do desenvolvimento e da justiça social, e seus instrumentos de ação macroeconômica orientados para o crescimento, para a superação dos desníveis regionais e para a melhor distribuição de renda no País.

O agravamento do quadro social exige que se estabeleça como prioridade máxima, no curto prazo, a adoção de políticas de combate ao desemprego, à fome e à violência.

O combate emergencial à fome e ao desemprego só será bem sucedido se ocorrer paralelamente, uma ampla mobilização popular, da sociedade civil organizada, em especial dos sindicatos.

Segundo pesquisa do IPEA (2000), 13,6 milhões de brasileiros são classificados como indigentes, ou seja, estão sujeitos, de forma permanente, à situação de fome. Outros 40,6 milhões são classificados como pobres e se alimentam de forma desequilibrada, irregular e insuficiente. Esses brasileiros estão sujeitos à subnutrição específica, isto é, a carências de vitaminas e sais minerais e outros nutrientes essenciais.

Os dois contingentes de excluídos, que somam 54,2 milhões de brasileiros, estão mais vulneráveis as doenças e incapacidades, permanentes ou eventuais, para o trabalho e, destes, 7,9 milhões dos famintos e 20,8 milhões dos subnutridos estão na zona rural. Na infância, estes excluídos têm seu desenvolvimento físico e mental prejudicado de forma irreversível.

Salário mínimo

O Governo Lula precisa urgentemente dar inicio ao processo de recuperação do Salário Mínimo, elevando-o emergencialmente, beneficiando de forma direta ou indireta, a mais de 20 milhões de brasileiros que hoje têm renda inferior ou igual a um Salário Mínimo, melhorando suas condições de sobrevivência e retirando-os da faixa de pobreza da ONU que é de US$ 80,00. De acordo com o DIEESE, a relação entre o **salário mínimo necessário** e o **salário mínimo vigente** chegou a ser de 8 a 10 vezes na década de 90. Na década de 50, quando o País ainda não havia chegado ao patamar de 10ª economia do planeta, essa relação era no máximo de 1,3 vezes. Inverter a curva de deterioração dessa relação observada desde o período dos Governos Militares até o Governo FHC é uma urgência para o governo LULA.

Recomposição salarial aos funcionários públicos e das estatais

Os servidores públicos federais e os trabalhadores da maioria das empresas estatais estão com seus salários defasados. Em alguns setores, os salários estão congelados há mais de sete anos. Exigimos a recomposição do poder aquisitivo destes trabalhadores aos índices praticados em 1994: a) Reajuste salarial imediato para o funcionalismo público e servidores das estatais, com

base na inflação dos últimos doze meses, mais ganho real para recompor parte das perdas do governo FHC; **b**) Volta da data-base aos servidores federais e aos empregados das estatais; **c**) os acordos coletivos destes trabalhadores deverão contemplar o reajuste da inflação do período mais ganho real até atingir os valores recebidos em 1994.

Geração de emprego

O emprego é o vínculo fundamental entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Sua geração pode resultar, emergencialmente, de investimentos públicos em infra-estrutura e em setores de utilização intensiva de mão-de-obra, como é o caso da construção civil. Esses setores devem receber créditos das agências oficiais, como o BNDES e a CEF, que deverão desbloquear recursos e operar prioritariamente com vistas aos programas de recuperação de empreendimentos de infra-estrutura não privatizados — portos, ferrovias, rodovias e outros bens públicos, ampliação dos programas de habitação e saneamento. A recuperação das rodovias não privatizadas, por exemplo, que se encontram em precárias condições, além da geração de empregos em todas as regiões obedecendo à malha rodoviária, melhorará as condições de circulação de mercadorias necessárias ao crescimento da economia.

Habitação

O setor de habitação, conjugado com o de saneamento, é também um setor de utilização intensiva de mão-de-obra. Os empregos aí criados propiciarão a ampliação do número de habitações com água limpa e coleta de esgoto, permitindo a melhoria dos indicadores de saúde da população, especialmente o de mortalidade infantil que hoje é de 35 crianças a cada mil que nascem vivas. De acordo com o último levantamento do IBGE, apenas 62,3% dos domicílios brasileiros possuem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequada. Menos de 24% possuem fossa rudimentar ou qualquer outro tipo de fossa coletora sanitária. As obras de implantação de cisternas, por exemplo, que não são obras de grande vulto, atingem o objetivo de sanear, empregando mão-de-obra familiar.

O movimento sindical deve apresentar ao governo Lula programa estabelecendo a concessão de incentivo fiscal às empresas que ampliarem seu número de empregados, seletivamente por setor e por região, de acordo com o índice de desemprego correspondente.

Crédito Cidadão

O Banco do Brasil, a maior instituição financeira do país deve inverter suas prioridades, estimulando e ampliando a concessão de créditos de pequena monta, sem exigências burocráticas, nem garantias reais ou aval, com juros subsidiados, às pequenas e microempresas dos setores industrial e de serviços. As linhas atuais do BNDES e do BNB devem ser fortalecidas e desburocratizadas.

Primeiro Emprego

Programa voltado para os jovens de 18 a 24 anos, sem experiência anterior, sem carteira de trabalho assinada. Por esse Programa a União pagará, durante um ano, metade do valor do Salário Mínimo, sendo a parcela restante de responsabilidade do empregador, a quem competirá a totalidade do valor do salário nos meses seguintes até completar 24 meses, caso não haja motivo para desligamento por justa causa. A empresa obriga-se a manter empregado o jovem trabalhador durante toda a duração do Programa.

IV – GÊNERO E RAÇA

A muitos brasileiros soa como despropósito falar em discriminação racial e étnica em nosso País. E em discriminação contra as mulheres. Para eles, estes seriam problemas de outros países. O nosso problema seria a discriminação "social", a afetar os pobres por serem pobres, e não por serem negros, ou estrangeiros, ou mulheres, ou indígenas, o que seria evidenciado pelo grande número de brancos e brancas pobres. Para os que pensam assim, a solução para a desigualdade estaria na adoção de medidas igualitárias universalistas, principalmente por meio de políticas distributivas e da melhoria da educação do povo em geral. A muitos homens negros soa como um despropósito falar em discriminação contra as mulheres, muitas das quais, por sua vez, também afirmam ser um despropósito falar em políticas especiais para promover a igualdade de negros e indígenas; e assim por diante, cada grupo imaginando-se o único verdadeiramente discriminado, ou o mais discriminado. Curiosamente, parece que a afirmação ufanista de que vivemos num país sem discriminações só não se aplica ao grupo do qual fazemos parte.

Um pouco de história

Os navegadores portugueses encontraram, abaixo da linha do Equa-

dor, uma terra com um extenso litoral de praias e enseadas paradisíacas. Uma terra habitada por gentes pardas e saudáveis, contadas aos milhões, reunidas em famílias, tribos e "nações": tupi-guarani, tapuia, tupinambá, tamoio, tupiniquim, xavante, charrua. Eram povos de línguas ágrafas, não se conhecendo ao certo de que paragens teriam vindo, e há quanto tempo estavam ali, conluiados com a exuberante natureza, em sociedades afluentes. Depois, aos milhões, entram em cena gentes da cor do ébano, igualmente instadas à amnésia delas próprias. Alguns séculos mais tarde, as elites desse lugar resolvem contar a história da nova Nação, que passa a ser narrada como tendo um povo único, uma única religião, uma única língua e um único modo de ser.

Grande parte da teorização dos estudiosos brasileiros da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX foi influenciada pelos determinismos então em voga na Europa, notadamente o racial e o climático. Aceitando a teoria racial acritica e a climática com poucas ressalvas, esses estudiosos meteram-se num beco sem saída. Por um lado, aceitar a teoria da superioridade racial branca era algo que só poderia trazer orgulho aos que se consideravam representantes brasileiros daquela raça. Por outro lado, eles não podiam aceitar a idéia de viver num país onde só poderiam vicejar a morbidez e o atraso, como conseqüência da mistura de raças e do clima tropical. A salvação estava na imigração européia. Em dado momento, a partir principalmente de *Casa grande & senzala,* de Gilberto Freyre, os discursos do poder passaram a utilizar o signo da raça como um valor da nacionalidade e não um dês-valor, como se sustentava até então.

A alegoria da democracia racial viria a cair como uma luva, e então, durante décadas, as elites brasileiras investiram na exaltação dessa ficção, transformada em mito. Daí, acreditando sinceramente no mito, a maioria acabou por "naturalizar" a discriminação, ou seja, por não notar a sua evidência nos diferentes aspectos da vida nacional, achando normal a posição de inferioridade social de determinados grupos. De fato, talvez o maior obstáculo a vencer na luta contra a discriminação seja sua naturalização, já que, independentemente da cor da pele, do gênero ou da origem, fomos todos condicionados pelo mito e pela visão patriarcal dos tempos da escravidão, vale dizer, do machismo.

Aqui entra a questão das mulheres. Junto com o mito da democracia, criou-se aquele da mulher casta, servil e obediente ao sistema patriarcal. Tanto na casa grande, como na senzala. Enquanto a questão da raça servia para estabelecer uma "hierarquia cromática", onde o mais claro era mais capaz que o mais escuro, o gênero iria criar uma diferenciação hierárquica atribuída à força. Ao mais forte — o homem — as qualidades da razão, do empreendimento e do destemor e ao "mais fraco" — a mulher — as qualidades da emoção, da intuição e da resignação. São diferenciações que em sua essência tem uma mesma matriz: o homem branco europeu.

Nossas Propostas

– Os sindicalistas socialistas devem apoiar a adoção, pelo poder público e pela iniciativa privada, de políticas de ação afirmativa como forma de combater a desigualdade.

– Promover estudos para alteração da Lei de Licitações Públicas de modo a possibilitar que, uma vez esgotados todos os procedimentos licitatórios, configurando-se empate, o critério de desempate — hoje definido por sorteio — seja substituído pelo critério de adoção, por parte dos licitantes, de políticas de ação afirmativa em favor de grupos discriminados.

– Apoiar a inclusão nos currículos escolares de informações sobre o problema da discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a um tratamento igualitário perante a lei.

MULHERES — o Movimento Sindical deve:

– lutar para assegurar o cumprimento dos dispositivos existentes na Lei nº 9.029/95, que garante proteção às mulheres contra a discriminação em razão da gravidez.

– apoiar programas voltados para a sensibilização em questões de gênero e violência doméstica e sexual praticada contra mulheres na formação dos futuros profissionais da área de saúde, dos operadores do direito e dos policiais civis e militares, com ênfase na proteção dos direitos de mulheres afrodescendentes e indígenas.

AFRODESCENDENTES — o Movimento Sindical deve:

– Apoiar o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de que a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos constituíram violações graves e sistemáticas dos direitos humanos, que hoje seriam consideradas crimes contra a humanidade.

– Defender a viabilidade da criação de fundos de reparação social destinados a financiar políticas de ação afirmativa e de promoção da igualdade de oportunidades.

POVOS INDÍGENAS — o Movimento Sindical deve:

– Formular e divulgar políticas de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, em substituição as políticas integracionistas e assistencialistas.

– Apoiar a revisão do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73), com vistas à rápida aprovação do projeto de lei do Estatuto das Sociedades Indígenas, bem como a promover a ratificação da Convenção nº 169 da 011, sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes.

– Lutar pelo direito dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam;

– Defender o direito dos povos indígenas a uma educação escolar diferenciada, respeitando o seu universo sócio-cultural.

V – BALANÇO DO MOVIMENTO SINDICAL

Ainda que seja um balanço político incompleto, na medida em que não situamos nesta tese todas lutas, nas quais o movimento sindical esteve envolvido nestes últimos anos, entendemos contribuir para o debate ao tecermos algumas críticas na forma em que alguns debates foram encaminhados e na falta de iniciativa para algumas questões fundamentais, como o desemprego, neste período.

De todas as agonias que a classe trabalhadora têm sofrido nos últimos anos, a questão da redução no nível da oferta de empregos é a mais aguda. As conseqüências da redução na massa de trabalhadores ocupados são duas em especial: a primeira é a política movida por FHC, de transferir grandes volumes de riquezas para o grande capital, e segunda, o emprego em larga escala de novas tecnologias, que esvaziaram as fábricas, agências bancárias, prestadoras de serviços, etc.

O movimento sindical brasileiro, diante desta realidade, não conseguiu funcionar como força centrípeta, de aglutinação dos sindicatos, organizações de desempregados e demais entidades da sociedade civil, para criar um forte movimento, na busca pela abertura de novas vagas de trabalho, forçando o governo e mudar seus eixos de intervenção na macro-economia. Iniciativas pela redução na jornada de trabalho sequer foram tentadas.

Outro ponto a ser questionado, foi a atuação do movimento na luta contra as reformas na CLT. A derrota da reforma proposta por FHC se deu muito mais por iniciativas isoladas de categorias e da pressão de parlamentares, do que por meio de um movimento unificado, com eixos claros e calendários de mobilização nacionalmente definidos. A única grande tarefa que o movimento organizou, foi a "passeata dos cem mil", ocorrida em Brasília, que por sinal os sindicalistas da SSB e o PSB tiveram grande destaque. Após a passeata, apenas ecos isolados se ouviram.

A CUT, como maior central de trabalhadores do país, praticamente sumiu do cenário. Quem tomou as rédeas, de forma isolada, foram dirigentes e sindicatos por iniciativa própria. No dia da votação da reforma no plenário do Congresso Nacional, a direção da CUT limitou-se a deslocar apenas seus dirigentes para Brasília.

Da mesma forma, podemos citar a questão dos funcionários públicos federais e das estatais. Os funcionários do Banco do Brasil e a CEF, amargaram sete anos de salários congelados, tendo seus rendimentos reduzidos, em alguns casos, para valores abaixo dos recebidos pelos trabalhadores dos bancos privados. Idem para os servidores públicos federais, que permaneceram ao longo do governo FHC com seus salários congelados e sujeitos às mais injustas regras de avaliação para obter algum tipo de melhora laboral.

E apesar disso tudo, não houve sequer uma greve geral do funcionalismo organizada e estimulada pela CUT. As greves e lutas se ressumem as categorias isoladamente e se unidade houve, foi graças aos esforços empreendidos por entidades como a Fasubra, a Andes, e a Fenasps, por exemplo.

Faltou democracia nas eleições

Do ponto de vista da democracia, maus exemplos não faltam. Um dos mais graves foi a forma que se estabeleceu o apoio da Central à candidatura Lula ainda no primeiro turno.

Ignorando a existência de outras candidaturas vinculadas aos setores que militam dentro da CUT, a Articulação Sindical passou seu rolo compressor sobre as tendências minoritárias, impondo o apoio ao candidato do seu partido, o PT.

Assim, apoiadores das candidaturas do PSB, PSTU e PCO, foram constrangidos e muitas vezes obrigados a distribuir materiais com um candidato que não era o seu.

Para nós, a CUT deveria ter seguido o exemplo de diversos sindicatos, como o de Bancários da Baixada Fluminense, que no primeiro turno das eleições, abriu espaço para os candidatos da oposição ao governo FHC publicarem suas idéias e abrir o debate com suas bases, para que no segundo turno, definido o candidato da oposição, aí sim, a CUT e os sindicatos, de forma unânime pudessem defender a candidatura de Lula.

VI – ESTRATÉGIA

A eleição de Lula para presidente, tornou-se um divisor para a história do movimento dos trabalhadores brasileiros. A vitória nas urnas de um candidato que teve sua origem política no movimento sindical e que aglutinou no segundo turno, a ampla maioria dos sindicatos em seu apoio, foi o desaguadouro de décadas de lutas neste país.

A CUT esteve na campanha de Lula desde seu início, e agora, inúme-

ros quadros seus e de sindicatos filiados, ocupam cargos na estrutura governamental.Tal fato, deve a princípio ser saudado como uma vitória para todos que lutamos contra o neoliberalismo e suas políticas de exclusão social. Mas esta vitória pode se tornar uma amarga derrota, se a Central não souber localizar sua real situação dentro desta conjuntura.

O desafio atual é manter a independência política e material do governo agora estabelecido. Exemplos de "peleguismo chapa branca" não faltam em nosso movimento, como foram os casos da Força Sindical com Collor e depois FHC e da SDS também com Fernando Henrique.

Afinal, nestes meses de governo, diversos membros do primeiro escalão, politicamente muito ligados ao Presidente Lula, deixaram claro que diversas medidas impopulares estão sendo tomadas.

Esta busca pela independência é uma necessidade vital para os sindicatos e a CUT. Não poderemos em hipótese alguma, nos calarmos diante a extração de direitos trabalhistas, como a indenização de 40% sobre o FGTS, por exemplo.

Na questão da recomposição salarial, tudo indica que teremos embates. Lula e sua equipe econômica ainda não discutiram com as entidades representativas do funcionalismo público e as estatais, um calendário para repor as perdas salariais. Da mesma forma o salário mínimo. O governo já declarou que o valor máximo possível para o próximo ano não passará de .....

A política para o governo de Lula deve ser clara: o movimento sindical deve apoiar aquelas iniciativas que beneficiarem os trabalhadores. Mas ir às ruas contra a subtração de direitos e o rebaixamento salarial.

Citamos alguns exemplos de problemas que poderão ocorrer em breve, mas temos outros que ainda não estão colocados na pauta do governo, mas são bandeiras antigas do movimento sindical, como a redução da jornada de trabalho. Devemos impulsionar uma grande campanha nacional pela redução da jornada de trabalho, como uma das melhores formas de combater o desemprego.

Nestes momentos perceberemos se o discurso da independência política vai de fato funcionar, ou se irá ocorrer no Brasil, aquilo que a Argentina CGT protagonizou durante o governo Menem. Neste país vizinho, a CGT, controlada por maioria de militantes Peronistas (partido Justicialista), fechou os olhos aos absurdos implementados pelo governo de Meném

REGIMENTO INTERNO DA CMS
COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL DO PSB
APROVADO NO IV CONGRESSO NACIONAL SINDICAL DO PSB

Brasília, DF, 05 de dezembro de 2003.

CAPITULO I - *Da Definição e das Finalidades*

Art. 1º – A **CMS** - Coordenação do Movimento Sindical é órgão de apoio do Partido Socialista Brasileiro - PSB, seguindo seu programa e estatuto.

Art. 2º – A **CMS** tem por finalidade:

I – organizar os sindicalistas filiados ao PSB em todos os níveis;

II – promover a ação partidária no relacionamento com o movimento sindical;

III – representar os sindicalistas filiados ao PSB;

IV – defender as causas e lutas dos trabalhadores, inclusive, aposentados e desempregados;

V – defender os direitos coletivos e individuais dos trabalhadores;

VI – defender a liberdade, unidade, independência e autonomia sindical;

VII – promover e incentivar a participação nas lutas organizadas pelos movimentos sindical e popular;

VIII – promover a formação permanente dos militantes sindicais socialistas, inclusive e principalmente com o apoio da Fundação João Mangabeira;

IX – promover o intercâmbio com os sindicatos dos trabalhadores e as centrais sindicais do campo da esquerda;

X – defender o socialismo como forma de construção de uma sociedade justa, igualitária e como solução para os problemas do povo brasileiro e da humanidade.

CAPÍTULO II - *Da Participação*

Art. 3º – Poderão participar dos fóruns do Movimento Sindical do PSB, com direito a voz, todos(as) os(as) filiados(as) ao PSB.

Art. 4º – Poderão participar, com direito a votar e ser votado(a), os(as) sindicalistas filiados(as) ao PSB cadastrados(as) na **CMS - Nacional**, que tenham atuação comprovada no movimento sindical e que atendam as normas deste Regimento, respeitado o campo de atuação definido em congresso nacional dos sindicalistas do PSB.

Art. 5º – São considerados(as) filiados(as) sindicalistas: os detentores

de mandato sindical; os(as) delegados(as) sindicais; os(as) militantes com atuação comprovada nos sindicatos e associações de trabalhadores da sua categoria; bem como os(as) militantes que atuam no movimento sindical, desde que reconhecidos(as) pela CMS nas diversas instâncias (nacional, estadual ou municipal).

CAPÍTULO III - *Da Forma de Organização e da Composição*

Art. 6º – Os(As) militantes sindicalistas do PSB se organizam internamente através da **CMS**, em todos os níveis partidários e no Movimento Sindical através da **Corrente do Sindicalismo Socialista Brasileiro – SSB.**

Art. 7º – São fóruns de deliberação dos sindicalistas do PSB:

I – Os Congressos Sindicais do PSB nas suas respectivas instâncias.

II – O Conselho de Representantes Sindicalistas (CRS) - Nacional

III – A CMS nas suas respectivas instâncias

IV – Plenárias Estaduais Plenárias Municipais

§ 1º – O Conselho de Representantes Sindicalistas é a instância nacional de deliberação permanente dos Sindicalistas do PSB, composto por: Secretários Estaduais Sindicais eleitos nos respectivos congressos sindicais; os 03 (três) sindicalistas membros do Diretório Nacional do PSB; 05 (cinco) coordenadores das regiões, sendo 01 (um) por região.

§ 2º – Os fóruns sindicalistas do PSB serão convocados pelo Secretário Nacional Sindical ou por 1/3 dos respectivos membros.

§ 3º – As reuniões dos Fóruns dos Sindicalistas do PSB, terão como objetivo principal deliberar sobre a concepção e a política sindical defendida pelos Sindicalistas do PSB e, serão dirigidas por uma comissão composta por no mínimo 03 (três) sindicalistas, eleitos em cada reunião, entre os seus membros respectivos, os quais ficarão responsáveis pela confecção dos relatórios e atas.

§ 4º – As **Plenárias Municipais e Estaduais** serão compostas por todos os sindicalistas cadastrados e domiciliados, as quais acorrerão ordinariamente uma vez ao mês e serão convocadas pelos Secretários Sindicais respectivos ou por 1/3 dos membros da respectiva CMS.

Art. 8º – A **SSB** é a corrente de representação dos sindicalistas do PSB no movimento sindical e segue a concepção e a política sindical deliberada pelos sindicalistas do PSB.

Art. 9º – A **CMS do PSB** se organiza da seguinte forma:

I – Coordenação do Movimento Sindical Nacional – **CMS Nacional;**

II – Coordenação do Movimento Sindical Estadual – **CMS Estadual;**

III – Coordenação do Movimento Sindical Municipal – **CMS Municipal.**

IV – Diretorias e Comissões criadas pelo Conselho de Representantes Sindicalistas – **CRS**

§ **Único** – No Distrito Federal a **CMS** se organiza como CMS – Distrital com a mesma representação das **CMS Estaduais.**

Art 10 – A **CMS Nacional** terá a seguinte composição colegiada:

I – **03 (três)** sindicalistas que integram o Diretório Nacional, conforme parágrafos 3º e 4º do Art. 13 do Estatuto do PSB, como Coordenadores Gerais;

II – **10 (dez)** sindicalistas representantes das cinco regiões geográficas do País, 02 (dois) por região, com funções de coordenadores regionais;

§ **Único** – Todos(as) os(as) componentes citados(as) nos incisos I e II deste Artigo serão eleitos(as) no Congresso Nacional Sindical do PSB (**CONSIND-PSB**), com mandatos de 02 (dois) anos.

Art. 11 – A **CMS Estadual** terá sua composição colegiada definida no respectivo congresso sindical, conforme composição da chapa vencedora, devendo ter no mínimo 03 (três) e no máximo 08 (oito) membros sindicalistas.

§ **1º** – O(A) Secretário(a) Estadual Sindical e os(as) sindicalistas que integram o Diretório Estadual farão parte da **CMS – Estadual** como coordenadores(as) gerais.

§ **2º** – Todos(as) os(as) componentes da CMS - Estadual serão eleitos(as) no Congresso Estadual Sindical do PSB, com mandatos de 02 (dois) anos.

Art. 12 – A **CMS Municipal** terá sua composição colegiada definida pelo respectivo congresso sindical, conforme composição da chapa vencedora, devendo ter no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros.

§ **1º** – O Secretário Municipal Sindical e os sindicalistas que integram o Diretório Municipal farão parte da **CMS – Municipal** como coordenadores gerais.

§ **2º** – Todos(as) os(as) componentes da **CMS - Municipal** serão eleitos(as) no Congresso Municipal Sindical do PSB, com mandatos de 02 (dois) anos.

Art. 13 – A **CMS** funciona, no âmbito da sua jurisdição, nas estruturas das instâncias partidárias e com o apoio material das direções nacional, estaduais e municipais.

Art. 14 – A **CMS** deve elaborar planos de trabalhos com o objetivo de viabilizar recursos para garantir a luta sindical.

CAPÍTULO IV – *Dos Congressos Sindicais*

Art. 15 – Os congressos sindicais ordinários, em todos os níveis (nacional, estadual e municipal), serão realizados a cada 02 (dois) anos, em consonância com os congressos do PSB.

§ **1º** – Os congressos sindicais serão convocados pelos(as)

respectivos(as) secretários(as) sindicais ou por 1/3 dos membros da respectiva CMS, por edital e material de divulgação interna, com antecedência mínima de 20 dias.

§ 2º – O Congresso Nacional Sindical será composto de delegados(as) sindicalistas eleitos(as) nos congressos estaduais sindicais e delegados(as) natos(as).

§ 3º – São delegados(as) natos(as) ao Congresso Nacional Sindical os componentes da CMS Nacional.

§ 4º – Os Congressos Estaduais Sindicais serão compostos por todos(as) os(as) sindicalistas cadastrados(as) na CMS-Nacional.

§ 5º – Os Congressos Municipais Sindicais serão compostos por todos(as) os(as) sindicalistas domiciliados(as) nos respectivos municípios e registrados(as) na CMS-Nacional.

§ 6º – Os congressos, estaduais e municipais, somente serão instalados com a presença de, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos(as) respectivos(as) sindicalistas cadastrados(as) junto a CMS - Nacional e deliberarão por maioria absoluta dos presentes.

§ 7º – O Congresso Nacional Sindical se instalará com a presença de, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos(as) delegados(as) eleitos(as) ao respectivo congresso.

Art. 16 – O Congresso Nacional Sindical dará a direção política aos(as) sindicalistas filiados(as) ao PSB, respeitando e garantindo a ampla divergência de opinião e a unidade na ação política.

Art. 17 – A CMS Nacional elaborará proposta de Regimento Interno para os Congressos Sindicais de todos os níveis, contendo no mínimo, período para realização, temário geral, critérios de participação e eleição, respeitadas as resoluções do CINSIND-PSB, bem como o Estatuto e os Regimentos partidários.

§ Único – Cada Congresso Estadual Sindical elegerá 05 (cinco) delegados(as) ao Congresso Nacional Sindical, garantida a proporcionalidade no caso de disputa.

Art. 18 – Os Congressos Sindicais, em todos os níveis, serão dirigidos por uma Mesa Diretora composta por: presidente, 02 (dois) secretários(as) e 02 (dois) relatores(as), a saber: 03 (três) componentes eleitos(as) na abertura dos trabalhos do respectivo Congresso; 02 (dois) componentes da respectiva CMS, dos(as) quais um será o presidente da Mesa Diretora.

CAPÍTULO V - *Das Eleições dos Membros da CMS*

Art. 19 – A escolha dos(as) 03 (três) sindicalistas que integrarão o Diretório Nacional, sendo 02 (dois) efetivos e 01 (um) suplente, bem como

dos 10 (dez) coordenadores(as) regionais, que comporão a Coordenação da CMS Nacional, dar-se-á em votação por chapa completa.

§ 1º – Havendo mais de uma chapa, o(a) delegado(a) votará em apenas uma chapa.

§ 2º – Os(as) sindicalistas candidatos(as) somente poderão compor uma única chapa, quando terão que assinar um expresso consentimento (formulário oficial de autorização de inscrição na chapa, produzido e distribuído pela mesa diretora do Congresso Sindical).

§ 3º – Será assegurada a representação proporcional, às chapas que obtiverem no mínimo 10% (dez por cento) dos votos válidos.

Art. 20 – Na composição da Coordenação da CMS Nacional, respeitada a representação proporcional ao numero de votos válidos obtidos por cada chapa, a chapa que obtiver o maior numero de votos válidos, indicará os(as) 02 (dois) sindicalistas titulares ao Diretório Nacional do PSB, ficando para a chapa segunda colocada a indicação do(a) sindicalista suplente ao referido Diretório.

Art. 21 – As Chapas que disputarem as eleições das CMS e atingirem a proporcionalidade, terão que indicar os(as) ocupantes dos cargos imediatamente após a proclamação dos resultados, obedecida à ordem de escolha da mais votada para a menos votada sucessivamente. O não cumprimento desta norma considera-se desistência, passando os referidos cargos para a(s) chapa(s) concorrente(s) proporcionalmente.

Art. 22 – As eleições das CMS em todos os níveis seguirão os mesmos critérios descritos nos Artigos do CAPITULO V deste, onde couber.

CAPÍTULO VI - Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 23 – No caso de vacância na CMS - Nacional, a mesma será preenchida por indicação do CRS.

Art. 24 – A CMS – Nacional eleita no IV Congresso Nacional Sindical terá a composição prevista neste regimento, podendo as chapas inscritas realizarem as mudanças necessárias.

Art. 25 - Este Regimento Interno, após ser aprovado pelo IV Congresso Nacional Sindical, deverá ser homologado pelo Diretório Nacional do PSB.

Brasília, DF, 05 de dezembro de 2003.

Joilson Cardoso
Secretário Nacional Sindical

Francisco Nogueira
Presidente do IV Congresso
Nacional Sindical

Movimento das Mulheres

05 de dezembro de 2003





A Importância da Participação Política das Mulheres

Mari Machado
Secretária Nacional de Mulheres Partido Socialista Brasileiro

O surgimento dos partidos políticos no século dezenove se dá em meio a uma conjuntura histórica de exclusão das mulheres nas mais diversas áreas de atuação da sociedade. Portanto, o espaço nos partidos foi, desde o início, ocupado pelos homens e, majoritariamente, assim o é até hoje. Se o espaço estava ocupado pelos homens, para que as mulheres pudessem ocupá-los foi preciso disputá-lo com a maioria masculina.

A participação política das mulheres foi de fato intensificada no final da década de 80 e nos anos noventa, a partir do fortalecimento da presença de mulheres nos meios acadêmicos, nos movimentos feministas e no mercado de trabalho. Vários partidos políticos iniciam a implementação de políticas internas que facilitem a apropriação do espaço político pelas mulheres, como a política de cotas nas direções partidárias, por exemplo.

Os compromissos dos partidos com as mulheres, no entanto, se dão de diversas formas, as estratégias têm matizes diferentes. O compromisso pode ser apenas de retórica, o partido assume o discurso em favor da mulher, mas não o coloca em prática. Pode ser de oportunidade, quando o partido realiza investimentos que se traduzem na participação das mulheres no partido ou em eleições. Ou ainda a estratégia do partido pode ser de discriminação positiva, quando adota políticas internas, abrindo espaços institucionais para participação das mulheres no poder.

A aplicação desta ou daquela estratégia vai depender do grau de organização das mulheres internamente no partido, pois quanto mais organizadas as mulheres estiverem, mais poder de influenciar nas decisões da direção partidária elas terão. E também vai depender do nível de organização nacional que o partido tiver, pois um partido forte nacionalmente tende a fazer com que as decisões tomadas também sejam fortes e orientadoras da atuação do partido em todos os níveis.

Apesar dos diversos obstáculos enfrentados pelas mulheres para participar efetivamente, que vão desde o padrão estabelecido de que é normal

que os homens sejam militantes partidários até o fato de que existe uma forte cultura conservadora na sociedade que estabelece papéis diferenciados para homens e mulheres, sendo que para a mulher cabe um papel subalterno, de menor importância, ainda assim é fundamental que lutemos na busca de espaço. É importante porque os partidos políticos são o único meio de disputar o poder. Eles são o canal de mediação entre a sociedade e o poder constituído do Estado. Embora a dinâmica da sociedade seja intensa e os partidos políticos tenham dificuldade para acompanhá-la, é através desse instrumento que se estrutura a democracia e é legitimada a representação política.

É preciso, contudo, mudar a lógica conservadora existente nos partidos, bem como na sociedade em geral, de que é "natural" que apenas os homens estejam no centro das decisões políticas. Na hora de decidir uma nominata de candidatos, por exemplo, as direções partidárias levam em conta diversos fatores que são naturalmente prejudiciais às mulheres: base eleitoral constituída, trajetória no partido. E estas são dificuldades existentes justamente por causa do papel histórico que foi delegado às mulheres na sociedade, uma vez que elas não possuem as mesmas condições dadas ao homem de militância e participação.

As mulheres são em sua maioria as responsáveis pela administração da casa e educação dos filhos, sem falar que apenas nos últimos tempos elas tiveram acesso à qualificação profissional e ao mercado de trabalho. A grande maioria foi, inclusive, educada para "cuidar do lar", enquanto ao homem cabe "ir para a rua".

Portanto, nós mulheres e homens que integramos um partido de ideologia de esquerda, cujo ideário almeja a construção de uma sociedade socialista, precisamos avançar em políticas internas que possibilitem uma maior inserção das mulheres na política. A criação de uma secretaria de mulheres foi um importante passo nesse sentido, mas é preciso buscar mais, pois ainda somos poucas nas direções partidárias, embora representemos muito no quadro de filiados do PSB. Afirmar nossa organização interna e nossa participação no movimento de mulheres é fundamental, não apenas para dar visibilidade à nossa atuação, como também para conquistar o reconhecimento do partido como um todo de que é preciso ter um olhar diferenciado para as mulheres, que são mais de 50% da população brasileira e quase 50% do eleitorado.

Ao conquistar espaços nos partidos temos, todavia, que ter o cuidado de não nos isolarmos fazendo apenas a política em defesa dos nossos direitos e tornando-nos "um cantinho das mulheres". Temos que estar inseridas na construção do projeto do partido como um todo, instrumento fundamental de mudança da sociedade e ainda, em total sintonia com os movimentos.

Para além das exigências da legislação eleitoral, o PSB deve caminhar para o incentivo permanente da participação política das mulheres, através do estabelecimento de políticas claras de abertura de espaço nas instâncias decisórias do partido, da defesa de políticas públicas nos programas de governo, e da adoção de bandeiras como a criação de Secretarias de Mulheres nos governos municipais e estaduais que elegermos.

EXECUTIVA DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES

GESTÃO 2003-2005

Secretária Nacional de Mulheres: **Mari Machado**

Secretária Geral: Dora Pires

1ª Secretária: Lila Rollemberg

2ª Secretária: Ângela Café

Coordenadora de Formação Política: Marta Rocha

Coordenadora de Comunicação: Leyde Pedroso

Coordenadora de Finanças: Elisabete Barbosa

2ª Coordenadora de Finanças: Fátima Borges

Coordenadora de Movimentos Sociais: Ely Almeida

Coordenadora de Assuntos Institucionais: Márcia Maia

Coordenadora de Raça e Etnia: Neide Lima

Coordenadora de Mobilização: Vera Sampaio

CONSELHEIRAS:

1. Amélia Freire

2. Jacy Proença

Juventude Socialista Brasileira

05 de dezembro de 2003





Tese da Juventude Socialista Brasileira aprovada no VII congresso nacional por ocasião do IX congresso nacional do Partido Socialista Brasileiro em Brasília nos dias 05, 06 e 07 de dezembro de 2004

Navegar e Lutar é Preciso,

Render-se Não é Preciso!

Vivemos em busca de um sonho: transformar o mundo! Para muitos talvez isso não passe de um desejo inalcançável. Para nós da Juventude Socialista Brasileira, esse sonho poderá se tornar uma realidade. Essa é a nossa utopia.

A convicção de que podemos transformar o mundo é a fonte de toda energia que nos move incansavelmente. Lutar é preciso! Esse é nosso lema. Temos a certeza de que só a luta poderá nos conduzir ao novo mundo que tanto almejamos. Temos uma história de luta contra o autoritarismo, contra o imperialismo, a exploração e a escravidão. Queremos ser livres sem pedir permissão. Portanto não podemos ficar parados!

Lutamos por um mundo justo, onde todos tenham direito a saúde, educação de boa qualidade, acesso a cultura e ao trabalho digno. Queremos promover a autodeterminação e a solidariedade entre as nações para que sejam livres e desenvolvidas culturalmente.

Queremos um mundo onde reine a paz e não a guerra, onde a felicidade do povo esteja em primeiro lugar, acima de todos os interesses mesquinhos em buscar mais riquezas e mais poder. Queremos uma sociedade onde os trabalhadores não sejam explorados e que a produção das riquezas tenham como objetivo atender as necessidades do próprio homem e de toda a sociedade. Só assim, homens e mulheres poderão se libertar da condição de escravos de seu próprio trabalho.

Esta é a sociedade socialista que tanto lutamos para construir. Sua realização depende da atitude que tomarmos agora, pois, não acreditamos na espontaneidade ou no acaso, e sim na intervenção consciente do indivíduo na sociedade. Se todos nós decidirmos lutar em prol do socialismo, então não haverá dúvidas de que o socialismo triunfará sobre o capitalismo e sua vitória irradiará o caminho daqueles que ao longo de todos esses anos tem sonhado com a revolução.

Viva a Revolução Socialista!

Abaixo a Exploração Capitalista!

Conjuntura

O GOVERNO LULA

Estamos atravessando uma fase histórica e decisiva para o futuro do país. Isto exige que tenhamos lucidez política para compreendermos a natureza dos acontecimentos e adotarmos uma atitude conseqüente frente à situação em que vivemos. As eleições de 2002 demonstraram a insatisfação do povo brasileiro com o projeto neoliberal. Dos seis candidatos a Presidência da República, cinco que representavam o sentimento de mudança obtiveram mais de 70% dos votos. Este fato despertou um grau de expectativa muito grande em torno do governo eleito sob o slogan "a esperança venceu o medo".

O principal eixo programático que garantiu a vitória de Lula esteve voltado para a criação de um pacto social, que propunha a aliança da classe trabalhadora com o capital nacional e internacional, para que com isto, pudessem ser implementadas algumas reformas constitucionais e mantida a ordem institucional em nosso "Estado Democrático de Direito". Não há dúvida do quão bem intencionado possa estar o governo. Porém, uma pergunta não quer calar: será que de fato alcançaremos mudanças significativas em relação à expectativa da população brasileira?

Para responder esta pergunta, é preciso que entendamos inicialmente a diferença existente entre governo e poder. Devemos compreender que o Poder em nossa sociedade é exercido por uma classe dominante, que interage com o Estado. Sendo assim, o governo representa apenas uma faceta do poder, estando, portanto, subordinado aos interesses gerais do sistema. Percebemos que o atual governo, nos últimos dez meses reproduziu uma política econômica conservadora, excessivamente monetarista, através de juros altos e novos acordos com FMI, o que impede o desenvolvimento do país.

Outros exemplos como a geração de superávit primário e cortes de gastos com investimentos públicos mostram o nível de dependência do Brasil com os acordos que aprisionam as políticas econômicas aos interesses do capital e aos compromissos da dívida externa. Neste período, o desenvolvimento econômico e social não aconteceu. O desemprego continua crescente, enquanto 50% dos que trabalham estão sem carteira assinada, sem nenhuma segurança

social e os salários perderam parte significativa de seu poder aquisitivo. Enquanto isso, a dependência externa estrangula nosso desenvolvimento e, ao mesmo tempo, os grandes bancos têm lucros extraordinários, com juros de pura agiotagem. É neste cenário que realizaremos nosso VII congresso nacional. Nós [o PSB e, por conseqüência, a JSB], fazemos parte deste governo e devemos ter clareza do papel que esta situação nos obriga. Sabemos que também fomos um dos atores históricos importantes nas últimas duas décadas, onde ajudamos a construir a eleição de um trabalhador para presidente, mesmo com a candidatura própria do PSB em 2002.

Mesmo assim, não devemos nos calar diante da avaliação de que muitos dos nossos compromissos e bandeiras históricas não estão tendo a oportunidade [pelo menos até o momento] de serem realizados. Por isso, o tema proposto para o VII Congresso Nacional da JSB traz o lema: "Navegar e lutar é preciso, render-se não é preciso!", buscando estimular o debate em torno do assunto.

O governo Lula despertou esperanças e possibilidades de mudanças desejadas pelos trabalhadores. Entretanto, não reuniu forças de sustentação política e econômica para implementar uma agenda de mudanças que a situação do país exige. Somente a organização popular e a mobilização garantirão a manutenção da agenda dos movimentos sociais e a sustentação para as mudanças que respondam aos interesses populares e às reivindicações históricas do povo brasileiro.

NÃO À ALCA!

Miami, 1994, Governos de 34 países das Américas firmam negociações para formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) do Alaska a Patagônia, com conclusão prevista para 2005. Fruto de um momento histórico peculiar, um mundo unipolar, presidido pelos interesses hegemônicos dos EUA, que manipulam abusivamente os organismos internacionais (ONU, OEA, OMC) e controlam o sistema financeiro mundial (FMI, BIRD), protegidos inclusive, por seu aparato bélico, ímpar na história da humanidade. Em recentes discussões em torno da ALCA, em Buenos Aires, reascenderam as idéias coloniais dos EUA, quando manifestaram sua indisposição política de fazer concessão em algumas áreas como: legislação antidumping, subsídios à agricultura e às regras trabalhistas e ambientais.

Na realidade o que se propõe é livre mercado para os países periféricos e protecionismo para os mercados dos países ricos. Está evidente que esse projeto visa estabelecer a hegemonia norte americana sobre o continente, e o

Brasil é o maior alvo, por suas riquezas, porque está em relação a países como Chile e Argentina, menos estatizado. Existem também os desníveis conjunturais que caracterizam os países da ALCA, onde um país como os EUA vem apresentando desde a década passada crescimento com emprego, preços estáveis e intenso dinamismo tecnológico em todas as áreas, ou seja, uma economia completamente diferente da dos outros 33 países membros, ressaltando-se que apenas 4 países possuem pautas de exportação realmente diversificadas (bens de capital, componentes e insumos básicos): EUA, México, Canadá e Brasil, o que pode dar um papel de fundamental importância do Brasil na construção do projeto, uma vez que,os outros 3 já estão alinhados aos EUA.

Diante desse quadro o que fazer? Uma coisa já se tem certeza a ALCA significará uma catástrofe econômica, social, política e ambiental, para todos os povos vitimas da hegemonia imperialista. Nós Socialistas consideramos que a senha de ingresso a integração latino-americana sonhada e aspirada por Bolívar e José Martí é o fortalecimento do MERCOSUL, que, aliás, é um compromisso constitucional brasileiro de formação de uma comunidade latino-americana de nações. Criado em 91, em 98 o MERCOSUL já apresentava renda per-cápita de US$ 5,2 mil/ano, produto nacional bruto de 1,1 trilhão de dólares, e desde 94 é mais importante união aduaneira do hemisfério sul. Essa performance não se restringe ao campo regional, mas também, no mundial, o comércio intra-bloco saltou de US$ 4,1 bilhões de dólares em 1990 para mais de 20 bilhões de dólares em 97, ou seja, 400% de crescimento. Em 2000 90% das mercadorias nos países membros já eram comercializadas internamente sem tarifa de importação.

Ao contrário do que muitos pensam, que a constituição da ALCA, iniciaria no desaparecimento do MERCOSUL, a realidade dos fatos se impõe, os resultados até agora conseguidos com o MERCOSUL, nos remete a não mais questionar "datas" com a ALCA, mas sim o mérito do projeto, sem ingerência, sem "exceto", e principalmente sem hegemonismo, e transcender aos aspectos econômicos comerciais, para evoluir também nos aspectos políticos, culturais e ambiental.

A GUERRA IMPERIALISTA

A guerra contra o Iraque é uma guerra imperialista pelo controle do petróleo e pela reorganização e hegemonia do mercado mundial por parte dos EUA. O capitalismo já produziu no último século outras duas grandes guerras mundiais que ceifaram milhões de vidas, com o propósito de manter a

exploração capitalista e impor aos povos a sua dominação. Atingimos o desenvolvimento maior do capitalismo em sua fase do capital financeiro especulativo e da formação dos blocos econômicos, como a ALCA e a Comunidade Européia, por exemplo. Nesse sentido a guerra torna-se um recurso da burguesia internacional, na tentativa de manter a todo custo a hegemonia do imperialismo e retirar o capitalismo de mais uma de suas crises.

Essa situação, que também envolve hoje a falência dos paises da América latina, a crise do desemprego na Europa, a recessão nos E.U.A, a corrida armamentista da Coréia do norte, o terrorismo, apontam para uma situação catastrófica.

A CRISE GERAL DO CAPITALISMO, A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESQUERDA E A PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL:

O SOCIALISMO!

A realização do próximo fórum social mundial ocorrerá em um momento sem precedente na historia de todas as nações e povos do mundo inteiro, unidos em torno de um único sentimento: construir um novo mundo!. Tal sentimento deveria implicar na negação do atual sistema em que vivemos: O capitalismo. No entanto, a negação do capitalismo não implica necessariamente no advento do socialismo. É preciso superar o impasse histórico: O Socialismo ou o Caos". (Engels)

O Fórum Social Mundial deverá ser um contra ponto ao Fórum Econômico de Darvos. Deverá dizer ao mundo que não há alternativa nos limites desse atual sistema, a não ser o socialismo. Declarar que a economia capitalista está à beira de um colapso e que é hora de convocar os explorados de todo o mundo para uma grande batalha contra a burguesia mundial.

Diante do exposto, uma pergunta se faz oportuna: será possível construir um outro mundo harmonioso nos marcos do capitalismo?. A história do desenvolvimento da sociedade tem demonstrado que não. Podemos afirmar que a possibilidade de um mundo socialista está diretamente ligada a superação do próprio capitalismo, pois, o socialismo compreende um estágio superior do desenvolvimento econômico e social que não cabe dentro dos limites do capitalismo. Além do mais, o capitalismo é incapaz de oferecer respostas às

questões sociais, visto que seu objetivo é a busca incessante pelo lucro, a acumulação e a exploração de milhões de trabalhadores vitimas da ditadura do capital sobre o trabalho. Parafraseando Trotsky: *Se o capitalismo é incapaz de satisfazer às reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, que morra! "A possibilidade ou impossibilidade de realizar as reivindicações é, no caso presente, uma questão de relação de força, que só pode ser resolvida pela luta. Sobre a base desta luta, quaisquer que sejam seus sucessos práticos imediatos, os operários compreenderão melhor toda a necessidade de liquidar a escravidão capitalista."* Trotsky. (programa de transição)

Os socialistas de todo o mundo, precisam proclamar às massas que a única saída real para esse impasse histórico, consiste na revolução socialista e que a luta tem que ser travada diretamente contra o capitalismo e não apenas contra os governos, pois, os governos são rotativos, no entanto, o sistema tem um caráter mais duradouro. A tarefa maior de todos os socialistas é levar ao povo um grande trabalho de educação política, construir o partido da revolução socialista e a esquerda anti-capitalista que conduzirá as massas a tomada do poder político através da insurreição contra a burguesia nacional e internacional. O movimento socialista revolucionário internacional tem o dever de regatar o discurso socialista com todos os seus princípios ideológicos. Esse instrumental teórico preparará para a luta contra a burguesia a direção internacional dos trabalhadores.

Todos os socialistas devem compreender que as condições objetivas para a revolução estão postas. O desenvolvimento das forças produtivas, o imperialismo na fase do capital financeiro especulativo, a conjuntura nacional e internacional, a hegemonia política econômica e militar do capitalismo e as profundas crises sociais, comprovam esta afirmação. Mas, como bem sabemos, para desencadear a revolução é necessário ter o caráter subjetivo, ou seja, o discurso politicamente correto a respeito da realidade atual existente. Esse discurso é o porque das coisas, qual a verdadeira causa das mazelas sociais. "O capitalismo não suportaria se um dia todos os explorados e oprimidos perguntassem: Porque? qual a causa"?

Todos os socialistas devem compreender a luta de classes no interior da sociedade. Classes essas com interesses históricos inconciliáveis. Nunca houve na historia, um pacto entre burguesia e trabalhadores, isto é do ponto de vista dialético, impraticável. O objetivo dos trabalhadores é se libertar das garras da exploração do sistema e isso só ocorrerá mediante a revolução socialista que esmagará pela força a burguesia exploradora. O único pacto social que devemos fazer é a união de todos os trabalhadores contra o sistema capitalista. Compreendemos também que a luta não é de nação contra nação, mas sim de classe contra classe.

Todos os socialistas devem denunciar o caráter de classe do estado e a ideologia burguesa como instrumentos de exploração e manutenção das desigualdades. Denunciar também o stalinismo como um fenômeno nocivo ao movimento socialista e produto histórico de uma revolução (Revolução Russa) não completada devidos as circunstancias históricas. O nosso repudio aos social-democratas e nacionais reformistas que negam a atualidade do socialismo e que certamente se prestarão à serviço da contra revolução.

Portanto, que todos os companheiros permaneçam firmes na convicção de que a luta contra o capitalismo é um imperativo histórico e que não podemos fraquejar diante das adversidades impostas pela burguesia, que todo esforço seja feito na luta em prol dos interesses gerais dos trabalhadores de todo o mundo e que a vitória da Revolução Socialista seja irradiada em todas as partes, lançando sobre as ruínas do capitalismo as bases de uma nova sociedade: o socialismo.

REFORMA E REVOLUÇÃO

Um Resgate Histórico

Como todos nós sabemos, o socialismo surgiu com os socialistas utópicos, os mais conhecidos foram: Robert Owen, Fourier, Saint Simon, Louis Blanc e outros. Foi a partir de um estudo profundo da economia Inglesa, do socialismo Francês, da filosofia clássica alemã e desenvolvimento da dialética materialista que o socialismo passou a ganhar status de ciência e também ser o que há de mais avançado em elaboração teórica do estudo das contradições do sistema capitalista e da possibilidade do socialismo.

Obras como "O Capital", o "Manifesto Comunista" de Marx e Engels e "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Cientifico" de Engels, são apenas uma amostra do imenso acervo literário que constitui o socialismo cientifico. É a partir desse período que o socialismo começa a ser questionado. A primeira corrente de pensamento filosófico que começou a contestar o socialismo de Marx ou o Marxismo, foram os Anarquistas. Apesar de serem convergentes com os marxistas na maioria de seus princípios, os anarquistas divergiam numa questão central: O Estado.

Os anarquistas condenavam toda forma de governo e pugnavam por uma ruptura radical com o estado como aparelho político repressor e a serviço das desigualdades. Por outro lado, os marxistas admitiam a manutenção do

Estado, até triunfar a ditadura do proletariado, período esse que seria uma transição do socialismo para o comunismo, até que desaparecesse a luta de classes, e, portanto, o Estado seria suprimido naturalmente. Neste estágio a humanidade já teria conquistado a emancipação. Bem, essa questão com os anarquistas perdura até hoje e por muitos anos alimentou um rico debate.

Mas, ao fazer esse resgate histórico é preciso contextualizar uma outra corrente de pensamento filosófico, que tem trazido grande prejuízo ao movimento socialista em todo o mundo: Os reformistas. O reformismo surgiu na Europa por volta de 1900 com um renomado economista e membro do partido social democrata alemão, Eduard Bernstein. Considerado o pai do Revisionismo, em sua obra, "Socialismo Evolucionário", Bernstein tenta reduzir a pó as postulações de Marx e Engels sobre o socialismo científico. Em primeiro lugar, negando o socialismo como ciência política, além de questionar o materialismo histórico como método de investigação, a luta de classes, a miséria crescente, a concentração da riqueza e a possibilidade de um colapso do sistema capitalista. Mas, o principal questionamento foi em relação a necessidade de uma revolução. Para Bernstein, a via para alcançar a democracia não era por meio de uma revolução e sim através do parlamento, ou seja, apenas pela via institucional.

Vale ressaltar que o que o levou a chegar a essa conclusão foi o fato do Partido Social Democrata - PSDA em 1910 ter eleito 110 deputados no parlamento alemão. Bernstein acreditava que o papel da democracia era desenvolver um programa de reformas que atendesse as necessidades da classe operária, com isso ele negava o principio da luta de classe e a insurreição como sendo um aspecto inerente ao processo revolucionário na tomada do poder político pela classe operária.

Nesse primeiro momento as idéias de Bernstein, não surtiram muito efeito e foram severamente reprimidas pelos socialistas da época. Com a derrota do movimento socialista na Europa Ocidental, fruto da descaracterização dos partidos Social-Democratas que se converteram em social-patriotas, em plena primeira guerra mundial. A partir de uma tentativa desenfreada de evitar a capitulação dos partidos, Lênin, Trotsky e todos os bolcheviques foram forçados pelas circunstâncias a desencadear a revolução na Rússia atrasada, com o intuito de fazer ressurgir a revolução mundial, mas já era tarde de mais. Essa tentativa foi abortada. A revolução não foi completada e isso gerou um fenômeno extremamente nocivo ao socialismo: O stalinismo, como resultado de uma revolução interrompida, o que ocasionou a contra-revolução. O imperialismo cuidou em bloquear aquela experiência e promover no mundo inteiro uma propaganda anti-socialista.

A partir da revolução russa o reformismo passa a se tornar uma corrente no seio do movimento socialista e tenta reduzir o marxismo a uma mera peça de museu. Até aqui temos observado que o curso natural do movimento socialista foi interrompido pela força do imperialismo, no entanto, isso não pode invalidar a importância histórica das tentativas, embora más sucedidas de implantá-lo. Não devemos desconsiderá-lo como alternativa para libertar a humanidade e muito menos discordar de sua atualidade.

Fazendo um paralelo com a realidade atual, podemos constatar a crise da social-democracia, a falência do neoliberalismo como mecanismo de gerenciamento do sistema e as próprias crises cíclicas do capitalismo. Diferente da leitura que Bernstein fez no início do século passado, a miséria é crescente, o desemprego se tornou um fenômeno mundial, a violência urbana, as guerras e os conflitos sociais nos levaram a uma situação de desespero.

Diante da conjuntura em que se encontra hoje o Brasil e o mundo, podemos afirmar que a social-democracia fracassou, aliás, o regime democrático de direito é uma fraude histórica. A democracia é uma virtude impraticável nos marcos do atual sistema capitalista, o que reina até hoje é a ditadura do capital sobre o trabalho, a exploração do homem pelo homem e a busca insaciável pelo lucro e a concentração de riquezas. Essa é lei maior do capitalismo.

Na essência nada mudou. O socialismo continuará atualizado em quanto existir o capitalismo. Sua realização está intimamente ligada a superação do capitalismo. Reforma e revolução, são debates que não devem ser encarados apenas como uma questão conceitual, pois é fundamentalmente uma questão de convicção ideológica e de posição política. Portanto, a tarefa maior de todo socialista hoje é tirar a esquerda da perplexidade e resgatar o discurso socialista. Assim estaremos mais próximos de resolver o impasse histórico: "O Socialismo ou o Caos".

RESOLUÇÕES E DELIBERAÇÕES POLÍTICAS DO VII CONGRESSO NACIONAL DA JSB

Pelo socialismo como única alternativa à exploração e opressão capitalista!

CONJUNTURA INTERNACIONAL

– Contra a ALCA e pelo fortalecimento do MERCOSUL;

– Pelo fim do FMI;

– Pelo fim do embargo político-econômico sobre Cuba;

– Pela criação do estado Palestino. Contra qualquer forma de imperialismo;

– Pela paz mundial e autodeterminação dos povos.

CONJUNTURA NACIONAL E GOVERNO LULA

– Defesa da integridade nacional e de nossa soberania sobre a Amazônia;

– Em defesa da educação pública, de qualidade e de fácil acesso;

– Pela redução da jornada de trabalho e estímulo ao tempo livre criativo;

– Contra a exploração comercial de organismos transgênicos que possam apresentar riscos ambientais e sanitários;

– Contra a autonomia do Banco Central e pela redução das taxas de juros de mercado;

– Apoio à luta pelas reformas agrária e urbana;

– Pela autonomia dos movimentos sociais. Contra o atrelamento ao governo;

– Por uma política de ciência e tecnologia que construa a independência e a soberania do Brasil;

– Por uma reforma política que fortaleça os partidos e privilegie a fidelidade partidária. O mandato conquistado é do partido!

– Pela criação de programas de geração de trabalho e renda para a juventude, como os programas *1º Emprego* e *1º Crédito*;

– Luta permanente contra o desemprego! Criação de um Comitê Nacional de Combate ao Desemprego;

– Não a redução da maioridade penal.

EDUCAÇÃO E MOVIMENTO ESTUDANTIL

– Intensificar, Consolidar a organização e mobilização da JSB no Movimento Estudantil, através do movimento "Não Vou Me Adaptar";

– Organização de um fórum para discussão do movimento estudantil universitário e secundarista;

– Incentivo forte a criação de grêmios e centros acadêmicos, para o fortalecimento da base do movimento estudantil;

– Discutir a implantação de cursos profissionalizantes na esfera das escolas municipais, vinculando-os à demanda do mercado de trabalho regional;

– Promover educação sexual e difundir a conscientização quanto ao uso de métodos contraceptivos dentro das escolas.

ATIVIDADES PARA O PRÓXIMO PERÍODO

– Realização de seminários regionais: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste;

– Realizar atividades de formação política de forma constante e acompanhada pela militância nas respectivas áreas de atuação;

– Realização de Seminário Nacional sobre Reforma Universitária;

– Convocar o Conselho de Representantes pelo menos duas vezes por ano;

– Intensificar o trabalho de políticas institucionais, através da Secretaria Estadual de Juventude do Rio Grande do Norte;

– Realização das campanhas: "Contra a ALCA!", "Pelo voto aos 16 anos!" e "Contra a redução da maioridade penal";

– Organização de um cadastro dos jovens parlamentares do partido e promoção de encontros entre os mesmos;

– Criação de uma comissão para estudos de alterações no Regimento Interno da JSB, com posterior aprovação no Conselho de Estados. Comissão: Josué Freitas da Silva, Alex Sandro Nazaré, Elisandro de Oliveira, Moisés Filho e Tiarajú Fachini.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

– Descentralização das atividades políticas da juventude, por meio da formação de um Comitê Nacional de Acompanhamento de Políticas Públicas para a Juventude;

– Realização de Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude;

– Realização de Seminários Estaduais de Políticas Públicas para a Juventude;

– Participação e intervenção da JSB nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, Saúde e Promoção Social.

ELEIÇÕES 2004

– Estimular as candidaturas da juventude identificadas com as bandeiras do PSB em todo país, como forma de fortalecer a nossa própria base política e não apenas referendar lideranças do partido já constituídas que não tenham compromisso com a juventude;

– Acompanhamento às candidaturas de juventude nas eleições municipais em 2004;

– Utilizar o mandato do deputado federal Luciano Leitoa para ampliar as candidaturas de juventude.

POLÍTICA DE BASE

– Incentivar a participação e ação política dos seguintes grupos de jovens: trabalhadores rurais e urbanos, jovens em conflito com a lei, mulheres, negros, índios, artistas e ambientalistas, visando sua organização, bem como a formulação e a defesa de políticas públicas para estes grupos;

– Priorizar a organização de núcleos da JSB nos Movimentos: estudantil (universitário e secundarista), de lazer (cultura e esporte) e de meio ambiente;

– Inserção nos movimentos: sociais, popular, comunitário, sindical e de mulheres;

– Participação da JSB nos grupos de jovens nos bairros;

– Incentivo a criação de núcleos de base voltados especificamente para a formação da cultura popular;

– Que a JSB estenda sua atuação para jovens ainda não filiados ao partido, criando assim um vínculo com os mesmos anterior a filiação.

COMUNICAÇÃO

– Desenvolvimento de uma política de comunicação que potencialize os mecanismos hoje disponíveis, com atualização periódica da página da JSB na Internet e manutenção do grupo de discussão via correio eletrônico (psb40@grupos.com.br);

– No contato com a base, envolver as direções estaduais e municipais constituídas, além de utilizar o cadastro de militante da JSB;

– Garantir a publicação do Jornal da Juventude com regularidade;

– Comunicação constante com os movimentos sociais;

– Envio de boletins e informações de congressos com, no mínimo, um mês de antecedência.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

– Estabelecer uma política de intercâmbio com outras organizações internacionais de juventudes socialistas, visando fortalecer o combate ao capitalismo mundial;

– Tornar a diretoria de relações internacionais um espaço democrático.

PARTIDO

– Por um partido democrático, participativo e autônomo; que represente os interesses populares;

– Pela inserção do partido nos movimentos sociais e populares;

– Moção de Repúdio pela filiação do Sr. Jaime Lerner – ex-governador do Paraná pelo PFL – em nosso partido e contra qualquer possibilidade de candidatura deste senhor pelo PSB em qualquer lugar deste país;

– Repasse de 5% do Fundo Partidário para a realização de atividades da JSB, voltadas especialmente para a formação política e formulação de políticas públicas para a juventude.

REGIMENTO INTERNO

Art.1°. A Juventude Socialista Brasileira é órgão de apoio do Partido Socialista Brasileiro - PSB, nos termos dos artigos 12, IV e 44 do Estatuto Partidário, seguindo o seu Manifesto, Programa, Regimento Interno, e Código de Ética.

Art.2°. A organização e funcionamento da Juventude Socialista Brasileira ficam estabelecidos pelo presente Regimento Interno.

Parágrafo Único - Aplicar-se-ão subsidiariamente as normas deste Regimento Interno, às demais aplicadas ao PSB.

Art.3°. Poderão integrar a Juventude Socialista Brasileira, os jovens com até 30 (trinta) anos de idade regularmente filiados ao PSB.

Parágrafo Único – Para ocupar cargo de direção da JSB, a idade máxima é de 28 (vinte e oito) anos inclusive.

Art.4°. Caberá aos Congressos da JSB nos seus diferentes níveis a indicação do titular da vaga da Secretaria de Juventude.

Art.5°. São direitos e deveres do filiado a JSB com filiação ao PSB:

I. Participar de todas as realizações da JSB e suas reuniões;

II. Votar e ser votado para os cargos da JSB;

III. Dirigir-se a qualquer órgão da JSB para manifestar suas opiniões e denunciar erros e/ou irregularidades;

IV. Exercer fiscalização sobre a atuação de dirigentes e representantes da JSB;

V. Recorrer das decisões dos organismos da JSB;

VI. Comparecer às reuniões dos organismos de direção a que pertencer;

VII. Respeitar e cumprir as decisões dos fóruns da JSB;

VIII. Cumprir e fazer cumprir as normas do presente Regimento Interno.

Art.6º. São fóruns de decisão da JSB:

I. Os Congressos da JSB nos seus diferentes níveis;

II. Os Conselhos de Representantes nos seus diferentes níveis;

III. As Direções da JSB nos seus diferentes níveis.

Art.7º. Os Congressos da JSB serão convocados por suas respectivas Direções ou Conselhos de Representantes.

Parágrafo Único: No ato de convocação deverá ser divulgado o Regimento Interno do Congresso, dele constando inclusive os critérios para a escolha de delegados.

Art.8º. Compete ao Congresso da JSB:

I. Estabelecer o plano global de ação da JSB no seu âmbito respectivo;

II. Estabelecer o projeto estratégico de construção e organização da JSB no seu âmbito respectivo;

III. Eleger as Direções da JSB, definindo inclusive os cargos necessários ao seu bom funcionamento;

IV. Eleger o titular da vaga de Secretário Nacional de Juventude na Comissão Executiva nacional do PSB;

V. Eleger os membros do Conselho de Ética da JSB (o funcionamento e demais diretrizes do Conselho de Ética da JSB serão semelhantes aos do PSB);

VI. Indicar os demais representantes da JSB para o Diretório Nacional.

Art.9º. Os Conselhos de Representantes serão convocados pelas Direções da JSB ou por representantes de 2/3 (dois terços) dos locais onde existir JSB organizada.

Parágrafo Único - Para a instalação do Conselho de Representantes, observar-se-á a presença de representantes no mínimo de 50% mais um dos locais onde a JSB estiver organizada.

Art.10º. Compete ao Conselho de Representantes:

I. Avaliar a Implementação do plano de ação da JSB no seu âmbito respectivo, definindo os reajustes necessários;

II. Avaliar a implementação do projeto estratégicos de construção e organização da JSB, definindo seus reajustes necessários;

III. Avaliar o funcionamento das Direções da JSB no seu âmbito respectivo, elegendo os substitutos dos Diretores que forem afastados da Coordenação nos termos do presente regimento interno;

IV. Convocar, sendo o caso, o congresso da JSB, definindo para tanto o regimento Interno;

Art.11º. As Direções da Juventude Socialista Brasileira, órgãos de apoio do PSB nos termos do artigo 12, IV do estatuto partidário, constituirão as direções da JSB nos seus diversos níveis.

Art.12º. As direções da JSB serão obrigatoriamente eleitas nos seus respectivos congressos.

Parágrafo Único: Nas reuniões de Direção da JSB, observar-se-á o quorum de instalação correspondente a 50% mais um de seus membros efetivos.

Art.13º. As Direções da JSB deverão ter entre 11(onze) e 17(dezessete) membros, sendo escolhidos entre a direção eleita os 7 (sete) que formarão a executiva.

Art.14º. As Direções da JSB poderão, a fim de facilitar seus trabalhos, criar comissões executivas compostas por membros das respectivas Direções e a estas subordinadas.

Art.15º. O membro de Direção da JSB que nos termos do art.7º do Código de Ética do PSB faltar, no decorrer de cada semestre, sem motivo justificado por escrito a mais de 3 (três) reuniões consecutivas da Direção a qual for membro ou 5 (cinco) alternadas, será automaticamente afastado das suas funções.

Art.16º. Compete às Direções da JSB:

I. Dirigir os trabalhos da JSB no seu âmbito respectivo;

II. Executar e aplicar as definições do Congresso da JSB e dos Conselhos de Representantes;

III. Representar a JSB no seu âmbito respectivo;

IV. Em acordo com as deliberações do Conselho de Representantes e do Congresso, tomar as decisões necessárias ao pleno e regular funcionamento da JSB;

V. Convocar, sendo o caso, Congresso da JSB, definindo para tanto o respectivo Regimento Interno do Congresso.

Art.17º. Os casos omissos ao presente Regimento Interno serão resolvidos nos respectivos fóruns de decisão da JSB.

APROVADO NO DIA 11 DE MAIO DE 2003 E REFERENDADO EM BRASILIA – DF POR OCASIÃO DO VII CONGRESSO NACIONAL.

Josué Freitas
Secretário Nacional de Juventude

DIREÇÃO NACIONAL ELEITA NO VII CONGRESSO

Gestão: *Unidade Socialista*
Biênio: Dezembro de 2003 a Dezembro de 2005

Executiva Nacional

Secretário Nacional de Juventude
Josué Freitas

Presidente
Alex Sandro (AP)

Vice - Presidente
Márcio Silva (AL)

Secretário Geral
Antônio Elisandro (RS)

Primeiro Secretário
André Luiz (BA)

Secretário de Comunicação
George Freitas

Secretário de Movimento Estudantil
Moisés Filho (RJ)

Secretario de Planejamento e Finanças
Marcos Aurélio (RN)

Secretário de Relações Internacionais
Tiarajú Fachini (SC)

DIRETORIA PLENA

Coordenador da região Sul
Tiago Max (RS)

Coordenadora da região Sudeste
Ana Carolina (MG)

Coordenador da região Nordeste
Hugo Victor (PE)

Coordenadora da região Centro - Oeste
Cássia Bessa (GO)

Coordenadora da região Norte
Meiry Jane Negidio (PA)

Diretor de Movimentos Populares
André Margalho

Diretor de Relações Institucionais
Luciano Leitoa (MA)

Diretora de Formação Política
Paula Nayara (CE)

Diretor de Políticas Públicas de Juventude
Weverton de Lima Silva (PB)

Diretor de Cultura e Desporto
Luciano de Paula (DF)

Diretor de Ciência e Tecnologia
Saulo de Araújo (SE)

Diretor de Meio Ambiente
Carlos Augusto Lopes (ES)

Movimento Negro

05 de dezembro de 2003





O PSB Frente às Desigualdades Raciais

Professora Jacy Proença
Coordenadora de Etnia da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, Diretora Geral da FJM/MT e Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Presidência da República.

Recentemente foi divulgado a posição do Brasil no ranking mundial em relação ao I.D.H - Índice de Desenvolvimento Humano. De 74º passou a ocupar o 69º lugar, o que não veio significar uma melhor distribuição da renda e da riqueza.

No século XX o Brasil revelou o seu potencial de expansão na economia, mas, ao mesmo tempo mostrou a sua tendência concentracionista.

Se considerarmos alguns indicadores, como o da pobreza, relacionada à desigualdade, o que geralmente não é considerado, se perceberá com mais evidência a afirmativa acima.

Percebe-se, por exemplo, se adotarmos o critério de pobreza relativa, período de 1992 a 2001, o aumento da população abaixo da linha de pobreza foi mais expressivo, passando de 67,9 milhões para 80,7 milhões, ou seja, uma elevação de 18,8%, o que representou um acréscimo de quase 12,8 milhões.

Ao se ampliar à análise sobre a pobreza relativa com o recorte combinado de gênero e étnico/racial, perceber-se-á que a distribuição da pobreza é semelhante entre homens e mulheres – 49,1% das mulheres são pobres no Brasil e 48% no caso dos homens. O mesmo não acontece no critério racial. Perceber-se que para uma participação de negras na população total 46% no país, segundo o IBGE, o mesmo grupo racial responde por 61% dos pobres e apenas 17% dos ricos.

Nessa perspectiva, podemos observar que 47,3% das mulheres negras vivem em condição de pobreza contra 22,4% das mulheres brancas. Na região nordeste, registra-se em situação de pobreza, 46,4% para mulheres brancas e 62% para as mulheres negras, no que diz respeito à indigência, encontraremos mulheres e homens negras exibindo os percentuais mais elevados. Assim, em 2001, 47% das negras eram pobres e 21,2% indigentes. Em relação à população branca, 22,4% e 8,4% puderam ser enquadrados, respectivamente como pobres e indigentes. Sabe-se, também, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNAD, que se o IDH fosse em relação a população branca, o Brasil ocuparia a 43ª posição no ranking mundial, em relação a população negra a posição desceria para 108ª.

Se considerarmos outro indicador, a posição na ocupação, observa-se uma predominância significativa do emprego assalariado na ocupação para os homens de 59% do total, contra 46,8% das mulheres. As ocupações como a de contra-própria e empregador confirmam a predominância masculina em

ocupações de direção, por outro lado, percebe-se que ocupações como trabalho doméstico e o trabalho não remunerado em atividades de natureza familiar continuam caracterizando a inserção da mão-de-obra feminina.

Em relação à raça/cor, a distribuição das negras e não-negras no emprego com carteira e sem carteira confirma a inserção precária das negras no mercado de trabalho. Enquanto 40,5% dos brancos estão em ocupações formais, apenas 29,9% das negras encontram-se nesta situação. Paralelamente vale ressaltar, que se considerarmos apenas a população negra ocupada, o percentual dos que percebem uma renda inferior a dois salários mínimos é de 86,4%.

Ao cruzar ainda a variável raça/gênero, percebe-se que o desemprego afeta mais diretamente justamente as mulheres negras – taxa de desemprego de 13,9% – ficando os homens brancos na outra situação extrema, com uma taxa de 6,7%. No plano intermediário, o desemprego das mulheres brancas é maior que o dos homens negros, 10,3% contra 8,4%.

Ao centrar a análise na média de rendimento domiciliar, conforme dados do IBGE/PNAD, constata-se que o rendimento das famílias brancas, em 2001, era 2,3 vezes superior (R$ 481,60) ao das famílias negras (R$ 205,40).

Analisando outro indicador importante, o da Educação, observamos que a taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais, idade utilizada para comparação internacional, ainda é duas vezes mais elevada para as negras, 18%, do que para os brancos, 8%. Ao adotar na análise o recorte de gênero/raça combinado com o etário, percebe-se que 8% dos meninos negros entre 10 e 14 anos estão na condição de analfabetos e os meninos brancos em 2,4%. No Caso das meninas, 4,5% das negras estão na condição de analfabetas enquanto que as brancas, 1,3%. Para os homens negros o índice é de 15,7% e para os brancos, 5,2%. Entre as mulheres negras, 12,1% e 4,1% das mulheres brancas são analfabetas. Ou seja, a taxa de analfabetismo é três vezes mais elevada tanto para homens quanto mulheres negras.

Considerando a média de anos de estudos entre brancas e negras, a população entre 25 e 44 anos, a média de população negra é de 5,8 anos de estudo e da população branca é de 8,1 anos de estudos – uma diferença de 2,3 anos de estudos entre um e outro.

Adotando as pessoas com 15 a 17 anos de estudo, ou seja, aquelas que possuem nível superior e/ou estudo adicional de pós-graduação, constatamos que temos apenas 2,5% de negras enquanto as brancas chegam à taxa de 10% – quatro vezes mais elevada.

Em relação à moradia, o elevado percentual de negras em áreas de assentamento subnormais expressa essa desigualdade.

Em 2001, 1.722.016 pessoas viviam em favelas, destes 1.030.419 são negras, ou seja, 59,8%.

Uma série de outros indicadores com recortes variados poderiam ser revelados, mas o propósito de se trazer informações obtidas por processos científicos, pesquisas realizadas por organismos de governo, vem no sentido de se obter uma melhor visão da realidade e permitir perceber com maior nitidez a posição fragilizada de mulheres e homens negras e, ao mesmo tempo demonstrar a dimensão étnico/racial da desigualdade no Brasil. Chamar a atenção de gestores públicos do partido na tomada de decisão frente à elaboração e execução de políticas públicas que venham a atender as necessidades reais da maioria da população, também se torna objetivo.

Reconhecer as dimensões mais profundas das carências sociais tem méritos inegáveis, mas desconsiderar as desigualdades sociais enquanto resultantes do perfil de concentração de renda no país e da discriminação étnico/racial e de gênero, tornar-se-ia irremediável do ponto de vista político, principalmente para um partido como o PSB, que traz no seu manifesto e programa o reconhecimento da comprovada exclusão, opressão a que segmentos da sociedade estão submetidos por conta da discriminação.

Assim, mais do que importante, necessário se faz possibilitar e apoiar a organicidade das militantes negras no PSB, de modo a virem intervir na construção e fortalecimento do partido, seja através da formulação e orientações políticas que venham contribuir com a Direção e/ou detentores de mandato do partido.

Com base no exposto, o que se propõe para a operacionalização dese entendimento é que:

1) O partido se defina em apoiar política e financeiramente a realização de um Encontro Nacional com a militância negra do PSB, para tratar da questão étnico/racial no Brasil e se constituir num referencial teórico, com o apoio da Fund. "João Mangabeira" e Sec. Nac. de Mulheres/ Coord. de Etnia;

2) O PSB reconheça a necessidade e possibilite a constituição de uma Coordenação Provisória para o Movimento Negro Socialista, que atuará na perspectiva de se consolidar em caráter permanente no prazo de 02 anos, ou seja, até 2005.

3) O partido publicize as construções teóricas do Movimento Negro Socialista às Direções, Mandatários e Bases Partidárias, através de espaço na revista Argumento, dos cadernos editados e/ou boletim próprio a ser formatado.

Cabe ressaltar, que a organicidade das militantes negras no PSB não se constitui em entendimento desconexo, sem propósito. Pelo contrário, ela vai de encontro a uma exigência partidária e estrutural, expressa, como já dito, no seu Manifesto e Programa. Além do mais a própria conjuntura exige capacidade de organização e intervenção e que esta se dê por parte da 2ª maior força popular do país – o PSB.

Ata da Reunião
Movimento Negro Socialista

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2003 (dois mil e três)), na capital – Brasília, reuniu-se 16 (dezesseis estados) através de seus representantes para se efetivar o primeiro encontro da Negritude Socialista Brasileira. A composição da mesa se constitui por: Jorge Henrique (Rio de Janeiro), Vanessa Marques, Carlos Augusto Breik, Márcio dos Santos e Denise Almada (Rio Grande do Sul), Carmem Pesse (Espírito Santo) e Jorge Bomfim (Bahia). A reunião foi inicialmente dirigida por Jorge Henrique (Rio de Janeiro) que relatou ao grupo as propostas do primeiro encontro a ser levada para votação e aprovação no plenário. O companheiro Valdemir Fagundes Carvalho (Rio Grande do Sul) acredita que a Secretaria deve ser iniciada pelas bases – município – e prioriza a criação de uma Coordenação para se efetivar a Secretaria Nacional. A segunda fala do companheiro Milton diz que a Coordenação deve ser por região e não por estado. A companheira Valneide dos Santos (Espírito Santo) acredita que a oportunidade é hoje, que a Secretaria deve ser priorizada neste momento. Com a chegada da Professora Jacy Proença, esta foi apresentada e foi solicitada sua explanação sobre a negritude no PSB ao longo dos últimos anos. Disse ainda que ao invés da criação deveríamos defender a implantação. Sandoval Dantas Souza acredita que neste encontro deve sair a Coordenação Provisória desta Secretaria para iniciar a articulação dos municípios e estados. A companheira Denise Almada (Rio Grande do Sul) esclarece que a iniciativa deste encontro não foi fácil, conseguimos formalizar um encontro nacional, portanto o que queremos deixar aqui registrado que a criação da Secretaria Nacional seria para ajudar a construção das Secretarias nos Estados e levantarmos uma bandeira única. Jorge Santos (Bahia) propõe a reivindicação de uma das três vice. Seguiu-se a votação para Coordenação definitiva (caso exista alguma resistência no plenário estabelece-se uma Coordenação Provisória). Após uma parada para almoço, o grupo reuniu-se novamente, com o intuito de montar a Secretaria Nacional. Fez-se a leitura dos nomes apresentou-se ao grupo os indicados e encaminhou-se ao plenário. A companheira Vanda sugeriu que fossemos eliminando os nomes democraticamente, os cargos que ficarem vagos, após cada estado ocupar um, dos dezoito cargos, serão ocupados através de sorteio. Definiu-se como processo para composição da Secretaria a indicação de um nome por estado, sendo que os dois cargos restantes seriam ocupados por sorteio dos Estados. Feito as votações elegeu-se uma chapa, sendo que os representantes do Estado de Alagoas preferiram abrir mão de sua representação, ficando assim composta a Secretaria Nacional do Movimento Negro Socialista com os seus respectivos ocupantes: Secretaria Nacional – Jacy Proença (MT); Primeiro Secretário – Carlos Augusto Breik (RS); Segundo Secretário – Jorge Santos de Jesus (BA); Secretária de Finanças – Valneide dos Santos (ES); Secretário de Comunicação – Genésio Ribeiro Guimarães (MS); Secretário

Internacional – Fábio Borges Rosário (RJ); Secretária de Religião e Meio Ambiente – Dulcilene Santos de Oliveira Castilho (AP); Secretário de Formação Política – Alex Moura Nascimento (RN); Secretário Regional – Luiz James (MA); Secretária Institucional – Maria Nazaré Pereira dos Santos (PE); Secretaria de Mulheres Negras – Raimunda Montelo (GO); Conselho Político – Cláudio Rodrigues de Melo (PI) – Milton Campos (PA) – Jorge Henrique do Nascimento (RJ); Conselho de Ética – Antônio Inácio Martins Pereira (CE) – Francisco de Assis Alves (MG) – o Estado fará indicação posterior (ES). Após a votação foi empossada a diretoria que antes de encerrar convocou a primeira reunião após encerramento da plenária. Sem mais nada a registrar lavrei a presente ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e representações dos Estados presentes.

Grupo do Movimento Negro Socialista e a composição da Executiva:

Secretaria Nacional
Jacy Proença (MT);
Primeiro Secretário
Carlos Augusto Breik (RS);
Segundo Secretário
Jorge Santos de Jesus (BA);
Secretária de Finanças
Valneide dos Santos (ES);
Secretário de Comunicação
Genésio Ribeiro Guimarães (MS);
Secretário Internacional
Fábio Borges Rosário (RJ);
Secretária de Religião e Meio Ambiente
Dulcilene Santos de Oliveira Castilho (AP);
Secretário de Formação Política
Alex Moura Nascimento (RN);
Secretário Regional
Luiz James (MA);
Secretária Institucional
Maria Nazaré Pereira dos Santos (PE);
Secretaria de Mulheres Negras
Raimunda Montelo (GO);
Conselho Político
Cláudio Rodrigues de Melo (PI);
Milton Campos (PA);
Jorge Henrique do Nascimento (RJ);
Conselho de Ética
Antônio Inácio Martins Pereira (CE);
Francisco de Assis Alves (MG);
O Estado fará indicação posterior (ES)

Manifestação dos Movimentos Sociais e Populares Socialista do PSB

Os militantes dos Movimentos Sociais e Populares do PSB, reunidos durante o IX Congresso Nacional realizado em Brasília – DF em 05 de dezembro de 2003, com representantes de todos os Estados presentes, encaminham as seguintes propostas para construção e organização do Movimento Popular a nível nacional, para apreciação do Congresso Nacional do PSB.

1- Criação da Comissão Provisória Nacional, composta pelos seguintes companheiros:

Adriano Peixoto – Rio Grande do Sul;
Alexandre Inácio da Silva – Pernambuco;
Pedro Paulo Henrique Santos – Pará;
Josué Eduardo Alexandre da Silva – Ceará;
Gilmar Mangueira da Silva – São Paulo;
Ed Wilson Lino da Silva – Rio de Janeiro;
José Nelson – Alagoas.

2- A Comissão Provisória tem como finalidade organizar o Movimento Popular do PSB em todo País, culminando com realização do Congresso Nacional Extraordinário do MPS, tendo como indicativo os meses de abril/maio/2004;

3- Este Congresso terá como finalidade eleger o Secretário Nacional de Movimento Popular e a Coordenação Nacional de Movimento Popular;

4- Os militantes do MPS defendem que a indicação do Secretário Nacional, que tem acento na Direção Executiva ocorra somente por meio de Congresso do próprio seguimento, evitando indicações que não represente a vontade dos militantes;

5- Que seja garantido cota de participação do Movimento Popular no Diretório Nacional.

O temário do IX Congresso Nacional estimula a necessidade de organizar os militantes dos Movimentos Sociais do PSB, respeitando a autonomia e a independência dos movimentos sociais.

Objetivos do Movimento:

I – Construir uma tese que represente o que pensamos, qual a concepção de movimento e o meio de se relacionar com as entidades públicas e privadas, visando defender os interesses da população;
II – Incentivar a participação dos filiados nas diversas manifestações dos movimentos populares procurando fortalecer a sua organização e respeitando a sua autonomia;
III – Viabilizar a inserção dos militantes socialistas do PSB no maior número possível de entidades de defesa da luta dos movimentos sociais e populares;
IV – Organizar curso de formação para os militantes direcionados a subsidiar atuação dos mesmos de forma qualificada;
V – Articular a participação dos parlamentares do PSB nas lutas dos movimentos sociais e populares.

Brasília, 6 de dezembro de 2003

Adriano Araújo
Rio Grande do Sul

Alexandre Inácio da Silva
Pernambuco

Pedro Paulo Henrique Santos
Pará

José Eduardo Alexandre da Silva
Ceará

Gilmar Mangueira da Silva
São Paulo

Ed Wilson Lino da Silva
Rio de Janeiro

José Nelson do Nascimento
Alagoas.

Eleição da Executiva Nacional



Plenário e Mesa da primeira reunião do novo Diretorio Nacional, no exato momento da eleição da Comissão Executiva Nacional, no dia 7 de dezembro de 2003



Dep. Miguel Arraes, no momento seguinte a sua reeleição à presidência nacional do PSB

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

2003 - 2005

(Executiva eleita no IX Congresso, realizado em Brasília DF – 5/12 a 7/12/03)

PRESIDENTE
Deputado **MIGUEL ARRAES DE ALENCAR**

PRESIDENTE DE HONRA
JAMIL HADDAD

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE
ROBERTO AMARAL

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE
Deputado **LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE**

TERCEIRO VICE-PRESIDENTE
Senador **JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE**

SECRETÁRIO GERAL
RENATO CASAGRANDE

PRIMEIRO SECRETÁRIO NACIONAL
CARLOS SIQUEIRA

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL
Governadora **WILMA MARIA DE FARIA**

PRIMEIRO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS
Deputado **ALEXANDRE CARDOSO**

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS
SEVERINO NUNES DE ARAÚJO

SECRETÁRIA ESPECIAL
Deputada **LUIZA ERUNDINA DE SOUSA**

SECRETÁRIO ESPECIAL
Ministro **EDUARDO ACCIOLY CAMPOS**

SECRETÁRIO ESPECIAL
Prefeito **MÁRCIO FRANÇA**

SECRETÁRIO ESPECIAL
WILLIAM DIB

SECRETÁRIO ESPECIAL
JAIME WALLWITZ CARDOSO

SECRETÁRIO ESPECIAL
MILTON COELHO DA SILVA NETO

SECRETÁRIO ESPECIAL
SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI

SECRETÁRIO ESPECIAL
RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG

SECRETÁRIO ESPECIAL
ALUÍSIO SÉRGIO NOVAIS ELEUTÉRIO

SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES
MARI MACHADO

SECRETÁRIO NACIONAL DE JUVENTUDE
FRANCISCO JOSUÉ FREITAS DA SILVA

SECRETÁRIO NACIONAL SINDICAL
JOILSON ANTONIO CARDOSO DO NASCIMENTO

LÍDER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado **RENATO CASAGRANDE**

LÍDER NO SENADO FEDERAL
Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**

Diretório Nacional
2003 - 2005

1. ARRAES, MIGUEL ALENCAR - Deputado
2. ADILSON GOMES DA SILVA
3. ALEXANDRE CARDOSO - Deputado
4. ALUÍSIO SÉRGIO NOVAIS ELEUTÉRIO
5. ANTÔNIO BELLO JÚNIOR
6. ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Senador
7. ANTÔNIO CÉSAR RUSSI CALLEGARI
8. ANTÔNIO JÁCOME DE LIMA JÚNIOR
9. BENEDITO RILDO JASTES FURTADO
10. CALEB MEDEIROS DE OLIVEIRA
11. CARLOS SIQUEIRA - Dr.
12. CÉLIO CARMO DE SOUSA
13. CLEUZA PEREIRA DO NASCIMENTO - Prefeita
14. DILTON DA CONTI OLIVEIRA
15. DOMINGOS LEONELLI NETTO
16. EDUARDO ACCIOLY CAMPOS - Deputado
17. EDUARDO PASSOS COUTINHO - Prefeito
18. CORRÊA DE OLIVEIRA
19. EVILÁSIO FARIAS - Deputado
20. FRANCISCO JOSUÉ FREITAS DA SILVA
21. GERALDO MESQUITA - Senador
22. GILVANE FELIPE
23. ISAIAS SILVESTRE - Deputado
24. JAIME WALLWITZ CARDOSO
25. JAMES LEWIS GORMAN JÚNIOR
26. JANETE MARIA GÓES CAPIBERIBE - Deputado
27. JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE - Senador
28. JOÃO DE ANDRADE ARRAES - Vereador
29. JOÃO LEITE DA SILVA NETO
30. JOILSON ANTONIO CARDOSO DO NASCIMENTO
31. JONAS DONIZZETE FERREIRA
32. JORGE JOSÉ GOMES
33. JOSÉ ANTONIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA
34. JOSÉ LUCIANO PONTES LINHARES
35. JOSÉ RENATO CASAGRANDE - Deputado
36. JOSÉ RIBAMAR ALVES - Deputado
37. LUIZ GONZAGA PATRIOTA - Deputado
38. LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE - Deputado
39. LUIZA ERUNDINA DE SOUSA - Deputada
40. MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES - Prefeito
41. MARCO ANTÔNIO MAGALHÃES DOS SANTOS
42. MARCOS VILLAÇA
43. MARI ELISABETH TRINDADE MACHADO
44. MÁRIO LUIS FERNANDES MEDEIROS
45. MAURO NAZIF
46. MILTON COELHO SILVA NETO
47. NADJA DIOGENES PALITOT Y PALITOT
48. ODMAR PÉRICLES NASCIMENTO
49. PAULO CÉSAR BALTHAZAR DA NÓBREGA
50. PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES - Governador
51. RICARDO MOURA ALBUQUERQUE MARANHÃO
52. RICARDO VIEIRA COUTINHO
53. ROBERTO ÁTILA AMARAL VIEIRA - Dr.
54. RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG
55. SANDRA BEATRIZ SILVEIRA - Prefeita
56. SEBASTIÃO JOSÉ BALARINI
57. SERAFIM FERNANDES CORRÊA
58. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI
59. SEVERINO NUNES DE ARAÚJO
60. SILVÂNIO MEDEIROS DOS SANTOS
61. VALÉZIA PEROZINI INÁCIO
62. VICENTE PAULO DE OLIVEIRA SELISTRE
63. WALDO SILVA
64. WILLIAM DIB
65. WILMA MARIA DE FARIA - Governadora
66. YARA REGINA GOUVÊA

Diretório Nacional
Suplentes

1. ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
2. ANGELITO CASSOL
3. ANTONIO MARLOS FERREIRA DUARTE
4. AUXILIADORA MARIA PIRES SIQUEIRA DA CUNHA
5. CARLOS ADILSON PINTO LAPA
6. FRANCISCO ASSIS PAIXÃO E SILVA
7. FRANCISCO IRINEU ALVES
8. FRANCISCO PAULO NOGUEIRA FILHO
9. JACY RIBEIRO DE PROENÇA
10. JONAS CÔGO
11. JOSÉ MESSIAS ANDRADE JÚNIOR
12. JOSÉ PAULO VIÇOSI
13. LÍDICE DA MATA E SOUZA - Deputada
14. LUCIANO FERREIRA DE SOUZA - Deputado
15. LUIS ALBERTO DA SILVA BAIRROS
16. MARIA INÊS BATISTA SILVA ZANOL - Prefeita
17. PAULO CARVALHO VIANA
18. RAFTON NASCIMENTO LEÃO
19. RICARDO JORGE MURAD
20. ROGÉRIO SILVA PORTANOVA
21. VILMA MOREIRA DOS SANTOS



A principal liberdade de qualquer ser humano é não ter que passar fome.

Evandro Lins e Silva


IX CONGRESSO DO
PARTIDO SOCIALISTA
BRASILEIRO
PSB